

MANUEL ALBERTO CARVALHO PRATA

# Academia de Coimbra

(1880 - 1926)

Contributo para a sua História



Coimbra • Imprensa da Universidade

(Página deixada propositadamente em branco)

Manuel Alberto Carvalho Prata

A  
ACADEMIA DE COIMBRA  
(1880-1926)  
Contributo para a sua história

COORDENAÇÃO EDITORIAL  
Imprensa da Universidade de Coimbra

CONCEPÇÃO GRÁFICA  
António Barros

PAGINAÇÃO  
Paula Isabel Jorge

EXECUÇÃO GRÁFICA  
G.C. – Gráfica de Coimbra, Lda.  
Palheira • Assafarge – Apart. 3068  
3001-453 Coimbra Codex

ILUSTRAÇÃO DA CAPA  
Evelina Coelho

ISBN  
972-8704-06-2

DEPÓSITO LEGAL  
182636/02

© JUNHO 2002, IMPRENSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

OBRA PUBLICADA COM O PATROCÍNIO DE:

**FCT** Fundação para a Ciência e a Tecnologia

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

APOIO DO PROGRAMA OPERACIONAL CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO DO QUADRO COMUNITÁRIO DE APOIO II



Sociedade Figueira Praia, S.A.

*À Maria de Jesus  
e ao Pedro Miguel*

*e também a todos os  
historiadores e cronistas  
da Universidade e da  
Academia de Coimbra*

(Página deixada propositadamente em branco)

## PORTENTOSA REVISITAÇÃO

1. Escrevo este texto por gentil solicitação do Director da Imprensa da Universidade de Coimbra, sobre a obra "A Academia de Coimbra", da autoria do Doutor Manuel Alberto Carvalho Prata. O texto baseia-se na dissertação com que se doutorou em História da Educação, com distinção e louvor.

E faço-o com ela já ornada com um douto Prefácio do Prof. Doutor Joaquim Ferreira Gomes, que orientou a dissertação, e uma não menos douta Introdução do próprio autor. Assim já prefaciada e introduzida, coloquei-me a questão de saber qual poderia ser afinal o meu papel. E concluí que não podia ser outro senão retardar o momento do encontro do leitor com a sua leitura. Única vantagem imaginável: reforçar o apetite da refeição evocativa, com a ilusão fugaz do aperitivo de mais algumas considerações introdutórias.

Seja pois este texto uma segunda introdução, já não na óptica do autor, mas de um dos seus primeiros, e assim privilegiados leitores.

Privilegiado porque tive a felicidade de ler antes de muitos leitores, o que bem posso classificar como "o romance de Coimbra" e de, com uma antecipação temporal de pouco mais de um século, me ter visto nele romanceado. A trama do romance não mudou tanto assim entre o tempo descrito e o por mim vivido.

O livro cobre o período que decorre entre 1880 e 1926. A sua abrangência temática morre assim no ano em que eu próprio nasci. Noutra oportunidade lembrei que "sou irmão gémeo do Estado Novo". Anoto agora que nunca dois irmãos gémeos se deram tão mal!...

Peço compreensão ao Prof. Doutor Manuel Alberto Carvalho Prata para assinalar desde já – arrumando o assunto – a única decepção que a

sua obra em mim provocou: ter-se desinteressado do que se passou a partir do momento em que Portugal, logo Coimbra, deixaram de ser livres e, mais decepcionante ainda, a partir do momento em que voltaram a sê-lo.

Compreendo: um historiador versa a história e, ao que se passou mais perto de nós, falta o perfume da distância. Compreendo, mas sob protesto. Nascido com a revolução de Maio de 1926, já posso ser considerado um histórico. Por outro lado, enquanto agente activo das conquistas de Abril, que deixaram em Coimbra marcas que já garantiram o seu lugar na história, li a última página desta obra tão sedutora sentindo a falta da apaixonante saga do reencontro de Coimbra com a Liberdade, que o mesmo é dizer com o espírito de Antero, a ironia de Eça, a lufada de ar fresco dos meus amigos neo-realistas, a recuperação do Teatro de Mestre Gil, os gritos de alma de Torga, a rebeldia de Alegre, as lanças musicais do Zeca Afonso e seus colegas baladeiros.

O Doutor Carvalho Prata fica assim a dever-nos, e a Coimbra, uma segunda parte desta sua obra, que estude e cubra o "romance" dos estudantes de Coimbra nos últimos três quartéis do século XX. Até porque, sendo já vasta a sua obra bibliográfica, reveste-se do mesmo senão: privilegia o estudo dos sucessos anteriores ao fim do primeiro quartel do mesmo século.

2. Ao chamar "romance" a este brilhante estudo histórico, não pretendo insinuar que tenha sido menos exaustivo na investigação, e seja menos rigoroso na caracterização dos acontecimentos que relata, ou ainda menos objectivo no significado que lhes atribui.

Nada disso. Este trabalho, com ser em extremo cativante, ao ponto de não ser fácil fazer pausas na sua leitura, fuge habilmente à secura das teses de doutoramento. As próprias notas ilustrativas do texto principal atraem o leitor como um íman.

6

O chamar-lhe eu "romance" tem mais a ver com Coimbra, comigo dentro dela, do que com o livro propriamente dito. No meu tempo de estudante vivíamos Coimbra, e em Coimbra, romanticamente. Será que deixou de ser de todo assim?

É verdade que o naturalismo e o realismo já tinham sido. Mesmo no meu tempo, os escritores e em geral os artistas escreviam e criavam nos quadros de um realismo-neo. Mas o espírito de Camões e Garrett



era ainda a grande asa tutelar. E apesar de a utopia marxista ter enchido de sonhos o nosso cérebro, a sensibilidade e os afectos continuavam a puxar-nos para velhas práticas românticas. O amor era ainda o do soneto do eterno Luís Vaz. A Canção de Coimbra era também – e voltou a ser, depois de ter deixado de ser quando as baladas com protestos dentro a converteram em arma de combate – a declaração de amor que sempre foi. E a linha lírica que atravessa Coimbra como as mansas águas do seu rio, conseguia – sabe-se lá porquê – formas insuspeitáveis de coexistência com o “heroísmo” de lutar contra a ditadura!

Esse heroísmo, então, era real. Hoje, virtualizou-se. Mas, combater pela liberdade, se era um desafio e uma coragem, era ainda, em certo sentido, uma exaltação romântica. A própria praxe académica, tão bem caracterizada neste livro, aparte a dimensão cruel, que também teve, tinha muito de afirmação rebelde contra o “stablishment”, nessa medida sendo, ela também, remanescência de um marialvismo romanesco.

3. Se os dois últimos capítulos são culturalmente mais significativos, são os dois primeiros os que mais prendem e cativam quem, tendo estudado em Coimbra, ao lê-los de algum modo se lê a si mesmo.

Ali se nos depara, no seu pitoresco e no seu colorido, a descrição tão fiel quanto possível de cerca de oito gerações de estudantes.

Apesar de historicamente curto, o período de quarenta e seis anos que cobre, esteve longe de ser política e socialmente monótono. Couberam nele as três últimas décadas da monarquia liberal e a década e meia da aventura republicana; o conservadorismo mais retrógrado e a mais aguda exaltação reformista e revolucionária; o clericalismo e o anti-clericalismo; uma universidade sem mulheres e uma universidade com elas; uma Academia com praxe e sem praxe; o Ultimatum, o Centenário de Camões e a Greve Académica de 1907; os últimos reis e os primeiros Presidentes; João Franco, Afonso Costa, Sidónio Pais, António Sardinha e Gonçalves Cerejeira. Salazar viria a fechar a luz.

E todos estes contrários tiveram em Coimbra repercurssões e eco. A República recrutou no seu seio alguns dos mais talentosos arietes contra a Monarquia caduca. A Universidade, escolástica e tradicional, alguns dos mais exaltados incendiários. António José de Almeida chegou a propor “arrasá-la”. Junqueiro opinou que só pegando-lhe o fogo dela

irradiaria luz. Antero e a geração de setenta, ao demonstrarem o arcadismo de Castilho e ao promoverem as Conferências do Casino, prepararam a extrema união da dinastia dos Braganças.

Tudo isto aconteceu no País e se reflectiu em Coimbra num jogo de paixões, disputas, grupos pró e contra, pólos da mesma faísca e dos mesmos trovões. Coimbra e os seus estudantes ajudaram a cair a Monarquia e a desabar a República. Quase meio século depois, fiéis ao mesmo demiúrgico destino, ajudariam a flagelar a ditadura.

De tudo isso – menos do que ocorreu após a fatídica Revolução de Maio – trata copiosamente este livro. Com tal cópia de fontes e dados, tão pormenorizada e exaustivamente, que mais parece uma fotografia. E que talentoso é o fotógrafo!

4. Coimbra em movimento, no espaço e no tempo, com os seus estudantes e os seus "futricas"; os seus "bichos", os seus caloiros e os seus doutores; as suas "japonesas" casadoiras e as suas tricanas mais imaginadas do que reais; os seus ursos e os seus boémios; as suas fogueiras do S. João; os seus bailes mandados e as suas serenatas; as suas praxes, as suas latadas, as suas trupes, a sua cabra, as suas récitas de fim de curso, e a sua queima das fitas; as suas figuras lendárias que deram brado e deixaram fama; a sua Académica e o seu União; as suas tascas e o seu Terreiro da Erva; os seus poetas e os seus cantores; a sua linda Inês e a sua Rainha Santa; o seu rio de encanto e os seus lugares de sonho; os seus lentes de prima e as suas sebentas; a sua realidade e o seu imaginário; as suas verdades e os seus mitos, desfilam nos carris da memória ou da imaginação de quem não tem que lembrar.

E desfilam como um filme concebido por um realizador "medieval", uma Universidade que sacode a poeira escolástica, e uma academia de tão forte identidade que beneficia da condição de única.

---

8

Uma década depois do termo cronológico da época narrada, cheguei eu a Coimbra para iniciar o curso dos liceus. Uma década, numa cidade que ainda hoje é sonolenta, e que nesse então se espreguiçava sem pressa no espaço delimitado por azinhagas, pinhais, jardins poéticos e bosques semi-selváticos, não dava para testemunhar assinaláveis diferenças.

Lá fui encontrar, quase sem retoque, a paisagem física, etnológica e académica que neste livro tão fielmente se caracteriza e descreve. Figuras

míticas como o Pirata e o Jesuíta, seu figadal inimigo; tascas famosas pelos petiscos, a pinga e o preço como a do João Ladrão e a da Bufa Sapateira (já não a das Tias Camelas que o Eça immortalizou); boémios como o Pica, o Pintanas, pastores da noite, e algum perfume ainda do Castelão de Almeida e do Pantaleão; o mesmo Orfeon, a mesma Tuna, o mesmo Teatro Vicentino; a mesma Académica que no fim do meu primeiro ano liceal ganhou a Taça; o mesmo Terreiro da Erva; as mesmas Repúblicas, em duas das quais eu próprio me aboletei; as mesmas escadas da Sé Nova onde Antero havia declamado sonetos desafiantes, com Eça a seus pés, nesse instante e depois para sempre; a mesma Torre d'Anto onde António Nobre poetou e sofreu; o mesmo velho edifício da Bastilha tomada; as mesmas variações à guitarra com que Paredes ergueu esse "coração" dos primeiros e elementares acordes até ao desafio impossível da aproximação à harpa; a mesma voz de Menano, Bettencourt, Armando Goes e Paradela de Oliveira, em registos primários de setenta e oito rotações e setecentos e oitenta ruídos. E se já não cheguei a tempo de conhecer o Pad-Zé, pude ainda conhecer, e ter por lavadeira, a sua famosa Candinha, já entrada em anos e pesada de carnes, mas ainda fanchona, tendo no olhar o mesmo brilho com que, enlevada, deve ter adorado o famoso boémio.

Um dia, mostrou-me uma fotografia dele, que enternecidamente guardava, apontando a dedo a dedicatória apaixonada.

Rezava assim:

"À adorada Candinha, com todo o amor do Pad-Zé."

Mas, tendo talvez achado a dedicatória excessivamente convencional, sublinhou entre parêntesis:

(Ai filha!...)

Apesar da sua raiz popular e da sua condição humilde, a Candinha, nas disputas entre estudantes e futricas, tomava o partido dos estudantes. Recordo que um dia, estando eu aboletado na República Baco, na defunta Rua dos Militares, a vi chegar sopesando um cesto de pedras.

- Que vem a ser isso? – perguntei

Respondeu que íamos ser atacados e trazia munições.

Horas mais tarde, com efeito, a horda hostil chegou. Já não me lembro a propósito de quê. Lembro-me, sim, de que as bombardas funcionaram. Os propostos invasores recuaram, decerto por não saberem que bastava terem deixado esgotar as pedras!

E foi assim, numa cadeia de rebeldias e amores que Coimbra se foi cumprindo.

Volta a cumprir-se neste livro, a que não escapa nada. Desde a demografia escolar por sexos (a primeira aluna universitária data de 1891!) à valsa lenta dos cursos (com o de filosofia, criado por Pombal em 1772, como habilitação necessária para o acesso a administrador geral das matas, a director de fábrica e a inspector de minas!) até aos dois mil cursos e bacharelatos no quadro da autonomia de hoje, quanto caminho! Desde as reformas anti-escolásticas e anti-clericais de Pombal e da República, até ao neo-confessionalismo inspirado pelo CADC e a sua revista Estudos; desde o vai-vem das praxes académicas, florescentes até à República, com retoma a partir do seu ocaso, nova crise após Abril, e nova retoma pouco depois; desde o carro americano de tracção animal sobre carris até ao carro eléctrico de tracção eléctrica que inaugura o ano de 1911; desde João de Deus, Trindade Coelho, António Nobre, Junqueiro, Antero e Eça até Torga, António de Sousa e Afonso Duarte, para não extravasar o âmbito deste livro; desde Bernardino Machado a Afonso Costa e António José de Almeida até Sidónio Paes e Salazar, quantos invernos e quantas primaveras!

E no entanto bem pode dizer-se que Coimbra se manteve igual, digerindo diferenças! No tempo coberto por este livro, o mesmo casario medieval; o mesmo Jardim Botânico, o mesmo Penedo da Saudade, o mesmo Penedo da Meditação, o mesmo Parque da Cidade, o mesmo Choupal; o mesmo Paço Real com a Universidade dentro, alcandorada numa velha colina a que davam acesso as escadinhas do liceu, o arco e a leitaria do Castelo, a Rua Larga e o edifício da velha Bastilha tomada aos lentes; as mesmas capas negras a nivelar origens sociais; as mesmas serenatas por sob a janela da "deusa" conquistada ou a conquistar; as mesmas praxes, com as suas desumanidades e os seus excessos; o mesmo padecer, de quinze em quinze dias, no Campo de Santa Cruz; as mesmas e igualmente perfumadas fogueiras do S. João, tão sedutoras quanto a

preparação dos exames, que com elas coincidia, era repulsiva; a mesma Queima das Fitas, mais carro menos carro alegórico, mais bebedeira menos bebedeira; o mesmo ficto heroísmo nas lutas pela liberdade, pela sua defesa ou pela sua retoma.

Coimbra foi tendo o sortilégio de acompanhar mudanças sem no essencial se descaracterizar. E também isso ressalta deste livro com fidelidade e com talento. Esta afirmação faz sentido ainda hoje. O mundo, após o fim do último conflito universal, é outro. O espantoso surto das inovações científicas e tecnológicas do último meio século, e sobretudo do último quarto de século, ameaça não deixar pedra sobre pedra, verdade científica sobre verdade científica, convicção sobre convicção, fé sobre fé. O espaço rural desertificou-se. A concentração urbana densificou-se. As cidades médias, como Coimbra, expandiram-se. As Universidades, e em geral as escolas, multiplicaram-se. A capilaridade social fez explodir a população escolar. O ciberespaço é hoje um bem comum. A ciberdemocracia vem a galope! O ritmo da vida acelerou.

Pois bem: em Coimbra, sem que se saiba bem porquê, o que muda de certo modo permanece. Se é assim agora, como havia de não ser até 1926 – "anus ad quem" deste livro – e até ao meu tempo de estudante? O fenómeno de darwinismo social compeliu um grupo de esfomeados estudantes a roubar os patos do lagozinho da Avenida? Eu também. (Por idêntica razão assaltei o galinheiro do Seminário, mas, na última campanha eleitoral, recebi do Senhor Bispo de Coimbra indulgência e perdão!) Ainda se fazem serenatas? Perdi a conta àquelas que fiz. Combateu-se pela República e contra ela? Combati eu a ditadura de Salazar e a Pide, que retaliava às nossas provocações invadindo-nos a intimidade para vasculhar nos colchões o nosso precioso espólio de livros malditos. Dançava-se nas fogueiras e fundeava-se, com desígnios inconfessáveis, na Fonte do Castanheiro? Eu ainda. Estudava-se por sebatas, dignas do seu nome pelo sebo e pelo tédio incorporado? Eu também. Faziam-se trupes e contra-trupes? Fui sempre contra. O ritmo da vida da cidade continua a ter relógio próprio. E é verdade que me reencontrei, quase inteiro, ressalvados os estragos dos anos, neste romance de Coimbra, tão encantador quanto ela.

5. O terceiro e quarto capítulos caracterizam os quarenta e seis anos fotografados "sub/speciae" dos eventos culturais e políticos do meio académico e universitário, tal como os registam os periódicos da academia.

Sob esse ponto de vista, Coimbra teve sempre as suas "Ágoras". Desde logo a Associação Académica, em cuja direcção a esquerda e a direita cultivaram a alternância. Também as repúblicas académicas onde a par de "um grande estado de espírito de sã camaradagem", se cultivava o debate de ideias. Eram, segundo Carvalho Prata, "escolas de vida... de liberdade e de auto-responsabilidade" organizadas segundo "a mais pura democracia directa". Eram ainda – acrescenta – "escolas de formação cívica".

No meu tempo, isto era ainda rigorosamente verdade. Continuou a ser. O convívio entre estudantes de vários cursos, era fonte de ecletismo cultural. E o choque discursivo entre diferentes visões do mundo e da vida enriquecia a capacidade de argumentação de cada um.

Ágoras eram também as mesas dos cafés, preenchidas, em regra, pelas mesmas presenças. Ali se derrubavam e se refaziam governos, prazer que, a partir de 1926, só "in mente" era possível. Ali se promoviam e se queimavam treinadores e vedetas da Académica.

Para além disso, a acção política dos mais conscientes, teve sempre, por teatro conspirativo, a tão sedutora clandestinidade. Uma reunião secreta, ou uma manifestação proibida eram alimento espiritual de deuses. Aqueles, então, que desde cedo tinham enveredado pela militância em partidos, quanto mais proibidos melhor, viviam as delícias da clandestinidade permanente.

Em regra de curta duração, às vezes mesmo de exemplar único, houve sempre a edição de jornais e revistas. Defendendo escolas ou movimentos de arte ou de pensamento, lançando adeptos ou combatendo adversários, manuseando o ridículo. Propósitos menos ambiciosos ou consistentes, contentavam-se com o planfeto, o volante, ou mesmo o boato. Foram estes os mais utilizados instrumentos de disputa ideológica, política ou de flagelação das muralhas do poder.

O Doutor Carvalho Prata aproveitou exaustivamente todo esse acervo esquivo e caótico. E é deles que alimenta a caracterização da cultura e da prática política da Academia de Coimbra nos quarenta e seis anos abrangidos pela sua investigação, o seu estudo e o seu trabalho.

Desdobra a sua busca pela sociologia da criação e da recepção, pela produção e o consumo, pelas fases de repressão e tolerância, pelos títulos, pelos aspectos gráfico e financeiro, pelo conteúdo e significado, pela resistência à erosão.

Quando se lhe depara uma saudável revelação de ironia crítica – da qual o Eça esteve longe de possuir o exclusivo – regista-a e transcreve-a. Até nesse aspecto é fiel o retrato de Coimbra, a cidade do País onde a linguagem tem mais graça e maior preocupação de tê-la.

E todos sabemos que, sobretudo a partir de 1865, quando Coimbra passou a ficar ligada por comboio a Paris, ou seja mais afim da sua cultura, superando a dependência do “paquete do Havre” (Eça “dixit”) se assistiu à conhecida sequência de transplantação das escolas, das correntes e das modas literárias, artísticas e outras, nomeadamente o positivismo, o naturalismo, o realismo, o cientificismo, o simbolismo, o impressionismo, o cubismo, o dadaísmo, o surrealismo e outros ismos, que apropriados com algum espírito de “naivetè”, e caldeados numa ideia genérica de modernidade e de progresso. É a ligação da política à ciência – dependência de que não mais viria a libertar-se – que está na base do triunfo da República, sendo que a sua queda ficou a dever-se aos excessos e defeitos dessa virtude.

Cada nova “igreja” exportava conjuntamente os seus oragos que era de bom tom citar. Também importámos o pedantismo.

Mas como as modas são como as marés, regressaria o repúdio do “processo de análise, da razão, e da ciência”, com o anti-igualitarismo, o anti-liberalismo, a rehierquização social, “a legitimação divina do poder e da autoridade”, o apelo a uma vaga justiça e à velha caridade como resposta para o flagelo da pobreza e a questão social. Regressaria com o movimento da Democracia Cristã polarizado no CADC, inspirado nas doutrinas de Charles Maurras, influenciado pela “Action Francaise”, pela encíclica *Rerum Novarum*, e pela doutrinação de Alberto de Monsaras, António Sardinha, Gonçalves Cerejeira e pela revista *Estudos*.

Foi a maré do “integralismo lusitano”, da defesa do regresso a uma monarquia orgânica, anti-electiva, anti-partidária, anti-parlamentar, confessional e corporativa. Deus nos altares e o Rei no trono. Principal regra de conduta: “obedecer primeiro e discutir depois, quando não possa ser, simplesmente, obedecer”.

Era, de algum modo, a factura dos excessos da República. Factura em si mesma excessiva, que apesar disso veio a desaguar num semi-secular regime ilegítimo e despótico. Dói-me que ele tenha podido despertar em Coimbra. No melhor pano cai a nódoa.

6. Chega de aperitivo. É tempo de passar à mesa farta e capitosa deste livro singular.

A fechá-lo, escreve o Doutor Carvalho Prata: "do estudo que fizemos ficou-nos o apetite para prosseguir em novas investigações".

Que os deuses o oiçam!

*António de Almeida Santos*

(António de Almeida Santos)



## PREFÁCIO

A Universidade de Coimbra é constituída por duas componentes bem distintas, mas complementares. Uma é a Universidade propriamente dita, com as suas oito Faculdades, frequentadas por cerca de 23 000 alunos, com o seu Reitor assessorado por Vice-Reitores e Pró-Reitores, com o Senado, com a Assembleia de Representantes e os Conselhos Directivo, Científico e Pedagógico de cada uma das Faculdades, com os seus currículos escolares, com os seus exames, com as suas bibliotecas, os seus laboratórios e os seus centros de investigação, com os graus académicos (Licenciatura, Mestrado, Doutoramento e Agregação) que confere, com os concursos do seu pessoal docente e dos seus funcionários, com a Sala dos Capelos – a mais bela Sala do nosso País, para quem lá fez provas académicas e/ou proferiu a Oração de Sapiência ou foi Padrinho num Doutoramento solene... –, com a sua Capela, a recordar os tempos em que a Universidade de Coimbra foi uma típica Universidade tridentina, e com muitos Serviços, Assessorias, Gabinetes...

A outra componente da Universidade de Coimbra é a Associação Académica, com os seus múltiplos Organismos. É à Associação Académica – de que são membros todos os estudantes, sem necessidade de inscrição e sem pagar cota – que, com alguma frequência, se dá o nome de Academia de Coimbra. É desta Academia, ou seja, da vida dos estudantes “fora dos muros” da Universidade propriamente dita, que se ocupa o trabalho (que tem por base a Dissertação de Doutoramento) de Manuel Alberto Carvalho Prata, nos quarenta e seis anos que medeiam entre 1880 e 1926. É um período que é, ao mesmo tempo, de crise e de “rissorgimento”.

Nesse período, como, aliás, aconteceu depois da Reforma Pombalina, a Universidade foi pouco frequentada: o número mais baixo de alunos é de 564, no ano lectivo de 1881-1882, e o número mais elevado é de 1 565,

no ano lectivo de 1915-16. A criação das Universidades de Lisboa e do Porto nada acrescentou (naquela altura) neste domínio, pois aquela "criação" limitou-se praticamente a dar o nome de Universidade a um conjunto de Escolas Superiores já existentes no século XIX.

Apesar de pouco frequentada, a Universidade de Coimbra teve papel relevante na vida do nosso país durante esses quarenta e seis anos, como o tivera nos anos sessenta e setenta do século XIX com os movimentos literários encabeçados por João de Deus, António Feliciano de Castilho, Eça de Queirós, Antero de Quental, Teófilo Braga e outros estudantes que escreveram algumas das mais significativas páginas da nossa história literária e da nossa história política.

Não vou analisar aqui o trabalho de Manuel Alberto Carvalho Prata, pois já o fiz, com os merecidos elogios, na Sala dos Capelos. O Prata (como o trato familiarmente, há várias décadas) foi meu aluno na Licenciatura e no Mestrado. Um bom aluno. E um homem com um carácter a toda a prova. Foi, por isso, com muito gosto que o acompanhei na elaboração da sua Tese e que o levei à Sala dos Capelos – a mais bela Sala de Portugal.

Coimbra, Natal de 2000

*Joaquim Ferreira Gomes*

## INTRODUÇÃO

I. Há perto de cinquenta anos, António Correia, antigo estudante de Coimbra e estudioso de assuntos relativos à comunidade estudantil, escrevia: "A história da Academia de Coimbra está praticamente por investigar"<sup>(1)</sup>. Esta afirmação tem, ainda hoje, grande actualidade.

A par de uma história da Universidade institucional, existe também uma história da Academia. Se, para a primeira podemos contar com um conjunto enorme de fontes, que passam, sobretudo, pela documentação oficial e por apreciável número de estudos<sup>(2)</sup>, já o mesmo se não verifica quando em causa está a história da comunidade estudantil. Para esta, de uma maneira geral, para além dos poucos estudos que há, a documentação existente resume-se, fundamentalmente, a um manancial de informações fragmentadas e dispersas pelos arquivos, bibliotecas e museus (Museu Académico de Coimbra), em documentos, jornais e revistas, livros de cursos, memórias, folhetos, programas, peças de teatro, prospectos, gravuras, cerâmica e fotografias, nem sempre de fácil acesso, porque pertencentes a fundos especiais (caso da colecção Octaviano de Sá, na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra), onde, muitas vezes, os exemplares existentes são filhos únicos.

A pouca apetência que os historiadores e investigadores têm mostrado pela história da Academia poderá dever-se ao facto, não só de a sua

---

(1) - A. C., "A propósito de três livros sobre a vida dos Estudantes de Coimbra", *Rua Larga*, n.º 6, Coimbra, 1 de Novembro de 1957, p. 181.

(2) - Cfr. Luís Reis Torgal e Maria do Rosário Azenha, "A historiografia da Universidade em Portugal. Fontes, Bibliografia e Problemas", *1.º Encontro de História da Educação em Portugal. "Comunicações"*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1988, pp. 177-194; *A Universidade e o Estado Novo. O caso de Coimbra 1926-1961*, Coimbra, Minerva, 1999.

documentação se encontrar bastante dispersa, mas também à ausência de um roteiro sistemático de fontes e bibliografia.

Os poucos estudos que existem sobre a Academia de Coimbra devem-se, essencialmente, a professores, estudantes e antigos alunos, mas estes movidos mais por questões de saudosismo do que propriamente por intenções de carácter científico.

Se, em 1918, Pacheco de Amorim reflectia sobre o que havia sido a Academia do seu tempo, as correntes ideológicas que a dominavam, fornecendo-nos elementos importantes para o estudo do movimento católico estudantil<sup>(3)</sup>, em 1920, também Teixeira Bastos discorria, numa análise geral, sobre a vida do estudante de Coimbra, vindo a publicar, nesse mesmo ano, um opúsculo sobre a matéria<sup>(4)</sup>.

Foi, porém, a partir dos anos quarenta que se começaram a empreender, no domínio académico, estudos de maior fôlego. Para conclusão da licenciatura, na área da filologia, em 1945, Amílcar Ferreira de Castro apresentava, à Faculdade de Letras de Coimbra, uma dissertação intitulada *A Gíria dos Estudantes de Coimbra*<sup>(5)</sup>. Em 1952, também Maria Emília Balio dos Santos apresentava à mesma Faculdade, como trabalho de fim de curso, a dissertação, *A vida estudantil em Coimbra durante dois séculos*<sup>(6)</sup>.

De âmbito mais restrito, mas importante para o conhecimento e mundividência da época, em 1957, o professor Mário Brandão dava à estampa o livro *Antero de Quental estudante*<sup>(7)</sup>.

Para o estudo do CADC e do movimento católico no seio da comunidade estudantil, para além do livro de Pacheco de Amorim, já citado, são de grande utilidade, pelas informações que nos fornecem e pelas reflexões que fazem, o pequeno opúsculo de Alberto Dinis da

<sup>(3)</sup> - Diogo Pacheco d'Amorim, *A Nova Geração*, Coimbra, França & Armentio, 1918.

<sup>(4)</sup> - Teixeira Bastos, *A vida do estudante de Coimbra (Antiga e Moderna)*. (*Duas conferências na Associação dos Estudantes nos dias 29 e 30 de Abril de 1920*), Coimbra, Imprensa da Universidade, 1920.

<sup>(5)</sup> - Amílcar Ferreira de Castro, *A Gíria dos Estudantes de Coimbra*, Coimbra, Faculdade de Letras, 1947.

<sup>(6)</sup> - Maria Emília Balio dos Santos, *A vida estudantil em Coimbra durante dois séculos (1537-1772)*, Coimbra, 1952.

<sup>(7)</sup> - Mário Brandão, *Antero de Quental estudante*, Coimbra, 1957.

Fonseca<sup>(8)</sup>, os depoimentos de Manuel Gonçalves Cerejeira, em *Vinte Anos de Coimbra*<sup>(9)</sup> e a obra que Manuel de Almeida Trindade escreveu sobre o assistente eclesiástico do CADC, o Padre Luís Lopes de Melo<sup>(10)</sup>. Também na revista *Estudos Sociais* e no jornal *Imparcial* se colhem informações bastante úteis. A primeira, por exemplo, dedica toda uma secção à "Vida do CADC". Na revista *Estudos*, nomeadamente nos números correspondentes às comemorações das bodas de prata (1926) e de ouro (1951) do CADC, encontram-se trabalhos interessantes, pecando, muitas vezes, por algumas repetições.

De leitura obrigatória, não só pelos documentos reproduzidos, mas também pela descrição que fazem dos acontecimentos, para o movimento grevista de 1907, temos a obra de Alberto Xavier, *História da Greve Académica de 1907*<sup>(11)</sup> e o estudo de Natália Correia, *A questão académica de 1907*<sup>(12)</sup>.

"Notícias", "memórias" e estudos históricos de natureza diversa elaborados, essencialmente, por antigos estudantes de Coimbra, encontram-se vertidos em revistas como *Via Latina*, *Rua Larga*, *Boletim da Associação dos Antigos Estudantes de Coimbra* e *Capa e Batina*, para se citarem as principais.

Uma vez que o quotidiano académico é inseparável da vida e das manifestações culturais, políticas, religiosas e cívicas da cidade, há todo o interesse em conhecer-se um pouco da bibliografia relacionada com Coimbra e sua região<sup>(13)</sup>. Aqui se colhem informações bastante úteis sobre a temática em apreço.

---

<sup>(8)</sup> - Alberto Dinis da Fonseca, *A Pré-História do CADC (1901-1905)*, Guarda, Outeiro de S. Miguel, 1951.

<sup>(9)</sup> - Manuel Gonçalves Cerejeira, *Vinte Anos de Coimbra*, Lisboa, Oficina Gráfica Ld.ª, 1943.

<sup>(10)</sup> - M. d'Almeida Trindade, *O Padre Luís Lopes de Melo e a sua época (1885-1951)*, Coimbra, Casa do Castelo-Editora, 1958.

<sup>(11)</sup> - Alberto Xavier, *História da Greve Académica de 1907*, Coimbra, Coimbra Editora, 1962.

<sup>(12)</sup> - Natália Correia, *A questão académica de 1907*, Prefácio de Mário Braga, Lisboa, Minotauro, 1962.

<sup>(13)</sup> - José Pinto Loureiro, *Bibliografia coimbrã*, Coimbra, Câmara Municipal, 1964. Vejam-se alguns dos artigos publicados em *Alta de Coimbra. História - Arte - Tradição*, Actas, Coimbra, Gráfica de Coimbra, 1988.

Do mesmo modo, a imprensa coimbrã, nomeadamente *O Conimbricense*, onde Joaquim Martins de Carvalho fornece elementos bastante preciosos para a história da Academia<sup>(14)</sup>.

Entre os estudos mais recentes, para além das reflexões de António Rodrigues Lopes sobre a sociedade tradicional académica coimbrã<sup>(15)</sup>, contam-se os de António José Soares<sup>(16)</sup> e Alberto Lamy<sup>(17)</sup>. Relativo aos acontecimentos vividos pela Academia, aquando da crise de 1969, temos um estudo de Celso Cruzeiro<sup>(18)</sup>.

*Saudades de Coimbra* constituem, segundo as palavras do seu autor, "uma pequena história da Academia"<sup>(19)</sup>. Obra com algum interesse, na medida em que António José Soares, ao fazer um levantamento cronológico dos acontecimentos mais importantes da vida académica, no período compreendido entre 1901 e 1940, fornece ao investigador um conjunto de notícias e dados importantes, muitas vezes difíceis de obter. Em nosso entender, este trabalho peca por o seu autor não identificar as fontes utilizadas na sua elaboração.

Apesar de meramente descritiva, a obra de Sousa Lamy apresenta-se-nos bastante prestimosa, não só por ser a maior síntese elaborada até hoje, mas também pelas fontes e bibliografia que cita.

Um dos melhores estudos sobre a Academia de Coimbra deve-se a Maria Eduarda Cruzeiro com a sua obra *Action Symbolique et Formation Scolaire*<sup>(20)</sup>. Para além de se tratar de uma tese de doutoramento, a autora, ao fazer um estudo e uma análise sociológica da praxe e costumes

---

(14) - Veja-se, através do Índice Ideográfico de "O Conimbricense", *Boletim da Biblioteca da Universidade*, Suplemento ao vol. XXI, Coimbra, 1953, pp. 44-45, a rubrica "Coimbra - Academia".

(15) - *A Sociedade tradicional académica coimbrã. Introdução ao estudo etnoantropológico*, Coimbra, Gráfica de Coimbra, 1982.

(16) - *Saudades de Coimbra*, 3 vols., Coimbra, Livraria Almedina, 1985.

(17) - Alberto Sousa Lamy, *A Academia de Coimbra (1537-1990). História. Praxe. Boémia e Estudo Partidas e Piadas. Organismos Académicos*, Lisboa, Rei dos Livros, 1990.

(18) - *Coimbra, 1969. A crise académica, o debate das ideias e a prática, ontem e hoje*, Porto, Edições Afrontamento, 1989.

(19) - *Saudades de Coimbra (1901-1916)*, vol. 1.º, Prefácio.

(20) - *Action Symbolique et Formation Scolaire. L'Université de Coimbra et sa Faculté de Droit dans la seconde moitié du XIX siècle*, 2 tomos, Paris, 1990. Da mesma autora, veja-se, também, o artigo, "Costumes estudantis de Coimbra no século XIX: tradição e conservação institucional",

académicos, dá-nos a conhecer algumas das estruturas e formas mentais que então dominavam a Academia e a Universidade.

Mas porque a história da Academia é inseparável da história da Universidade, aquela ficou mais rica, aquando da celebração do 7.º Centenário da Fundação da Universidade, em Março de 1990, na medida em que alguns dos participantes no Congresso então realizado apresentaram comunicações ligadas ao sector estudantil<sup>(21)</sup>.

Dedicada ao estudo da Universidade, em 1990, também o Instituto de História e Teoria das Ideias, da Faculdade de Letras de Coimbra, publicava o vol. 12 da sua *Revista de História das Ideias*. Aqui se encontram alguns estudos de interesse para a história da Academia<sup>(22)</sup>.

---

*Análise Social*, 2.ª Série, vol. XV, n.º 60, Lisboa, 1979, pp. 795-838. Sobre a praxe académica, veja-se, também, o nosso artigo, "A Praxe na Academia de Coimbra. Das práticas às representações", *Revista de História das Ideias*, vol. 15, Universidade de Coimbra, 1993, pp. 161-76.

<sup>(21)</sup> - Walter Cardoso, "Estudantes da Universidade de Coimbra nascidos no Brasil (1701-1822); Procedências e graus obtidos", pp. 165-179; Rui Cascão e Maria Manuel Almeida, "Ongens sociais dos alunos matriculados na Universidade de Coimbra nos finais do século XIX", pp. 181-193; Fernanda Delgado Cravidão, "A população estudantil da Universidade de Coimbra. Uma análise geográfica", pp. 195-213; Maria Rosalina Pinto da Ponte Delgado, "Estúrdias académicas do Anno Noticioso e Historico (1740-1745)", pp. 233-41; Maria Helena Vilas-Boas e Alvim, "Contributo para o estudo de alguns periódicos da Academia Coimbrã do séc. XIX (1840-1870)", pp. 243-56; João Lourenço Roque, "Coimbra na 2.ª metade do século XIX. Estudantes e sociabilidade urbana (alguns aspectos)", pp. 257-75; António Nóvoa, "A Sociedade do Raio na Coimbra Académica de 1861-1863", pp. 277-320; Margarida Rosa Custódio Mota Coimbra, "Subsídios para o estudo da delinquência estudantil em Coimbra, 1871-1886", pp. 321-30; Maria Filomena Brito, "(Con)vivências em Coimbra. A alcunha no meio académico tradicional", pp. 331-44; Manuel Louzã Henriques, "Considerações sobre a boémia estudantil no séc. XIX", pp. 345-54; J. Santos Simões, "Os estudantes e a Universidade em meados deste século", pp. 355-61; António Manuel Martins Nunes, "Subsídio para o estudo genético-evolutivo no hábito talar na Universidade de Coimbra", pp. 399-419; Carlos Reis, "Eça de Queirós e a Universidade de Coimbra", pp. 439-53. Todos estes estudos se encontram publicados em *Universidade(s). História. Memória. Perspectivas. Actas do Congresso "História da Universidade" (No 7.º Centenário da sua Fundação)*, vol. 3.º, Coimbra, Gráfica Ediliber, Ld.ª 1991. Além destes vejam-se ainda: Maria Manuela Tavares Ribeiro, "A Academia de Coimbra e a situação política em Portugal nos meados do século XIX", pp. 309-26; Paulo Fontes, "As organizações estudantis católicas e a crise académica de 1956-1957", pp. 457-80. Estes dois estudos encontram-se publicados em *Universidade(s). História. Memória. Perspectivas...*, vol. 5.º, Coimbra, Gráfica Ediliber, Ld.ª, 1991.

<sup>(22)</sup> - José Manuel Azevedo e Silva, "Estudantes madeirenses na Universidade de Coim-

De grande utilidade são igualmente os trabalhos que alguns professores têm publicado e dirigido, quer no âmbito da história da Universidade, quer em cursos de mestrado. Se, relativamente aos primeiros avultam os nomes de Joaquim Ferreira Gomes<sup>(23)</sup>, Luís Reis Torgal<sup>(24)</sup> e Fernando Taveira<sup>(25)</sup>, entre os segundos conta-se o de Manuel Augusto Rodrigues que, no Mestrado de História Contemporânea de Portugal, a funcionar na Faculdade de Letras de Coimbra, dirigiu trabalhos de investigação de alguns alunos que, depois, vieram a ser publicados<sup>(26)</sup>. De salientar ainda os valiosos contributos de Nuno Caiado<sup>(27)</sup> e Álvaro Garrido<sup>(28)</sup>.

---

bra, entre 1573 e 1730", pp. 55-71; Rogério Fernandes, "Instrução Operária e intervenção estudantil em Coimbra nos começos da Regeneração", pp. 221-56; João Lourenço Roque, "Coimbra de meados do séc. XIX a inícios do séc. XX. Imagens de sociabilidade urbana", pp. 301-37; Paulo Archer de Carvalho, "In Memoriam. Notas para a tipologia mental da comunidade estudantil de Coimbra (1870-1945)", pp. 339-73 (*Revista de História das Ideias*, vol. 12, Coimbra, 1990).

<sup>(23)</sup> - *A mulher na Universidade de Coimbra*. Coimbra, Livraria Almedina, 1987; "Locais da Alta Coimbrã onde residiram as primeiras mulheres que frequentaram a Universidade", *Alta de Coimbra. História - Arte - Tradição*. Actas, Coimbra, Gráfica de Coimbra, 1988, pp. 219-23; *A Universidade de Coimbra durante a primeira república (1910-1926). Alguns apontamentos*, Lisboa, Instituto de Inovação Educacional, 1990; *Estudos para a história da Universidade de Coimbra*, Coimbra, Livraria Minerva, 1991.

<sup>(24)</sup> - Luís Reis Torgal e Isabel Nobre Vargues, *A Revolução de 1820 e a Instrução Pública*, Porto, Paisagem Editora, 1984; "Conflitos sociais e ideológicos na Universidade nos primórdios do liberalismo português", *Educação e Tecnologia*, Revista do Instituto Politécnico da Guarda, n.º 1, Guarda, 1987, pp. 13-20; Nídia Gregório, Álvaro Garrido e Pedro Santos Lopes, *Ideologia, Cultura e Mentalidade no Estado Novo. Ensaio sobre a Universidade de Coimbra*, coordenação e introdução de Luís Reis Torgal, Coimbra, Faculdade de Letras, 1992; "Quid Petis? Os "Doutoramentos" na Universidade de Coimbra", *Revista de História das Ideias*, vol. 15, Universidade de Coimbra, 1993, pp. 177-316.

<sup>(25)</sup> - Fernando Taveira da Fonseca, *A Universidade de Coimbra (1700-1771). Estudo social e económico*, 2 vols., Coimbra, 1992.

22

<sup>(26)</sup> - Jorge Seabra, António Rafael Amaro e João Paulo Avelãs Nunes, *O CADC de Coimbra, A Democracia cristã e os inícios do Estado Novo (1905-1934). Uma abordagem a partir dos Estudos Sociais (1905-1911), Imparcial (1912-1919) e Estudos (1922-1934)*. Prefácio de Manuel Augusto Rodrigues, Coimbra, Faculdade de Letras, 1993. Vejam-se, também, as obras referenciadas nas notas 8, 9 e 10.

<sup>(27)</sup> - Nuno Caiado, *Movimentos estudantis em Portugal: 1945-1980*, Lisboa, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, 1990.

<sup>(28)</sup> - Álvaro Garrido, *Movimento estudantil e crise do Estado Novo*, Coimbra, 1962, Coimbra, Minerva Editora, 1996.



Apesar de, nestes últimos anos, se ter assistido a uma produção crescente de estudos e monografias relativas à Academia de Coimbra, estamos ainda longe de a conhecer no seu todo.

2. Academia de Coimbra é a designação mais vulgarmente conhecida para classificar e identificar o conjunto de alunos que frequentaram e frequentam a Universidade de Coimbra.

Desde sempre, a Universidade de Coimbra exerceu sobre a juventude escolar do país um certo fascínio. Não admira, por isso, que, mesmo depois de criados os Institutos de ensino superior em Lisboa e no Porto, em 1837, a ela continuassem a acorrer estudantes provenientes das mais diversas regiões do País, das Ilhas, do Ultramar e até do Brasil. O mesmo aconteceu, depois de 1910, apesar de a República ter criado outras Universidades.

Fruto dos tempos, a Universidade é hoje uma escola de massas. Mas nem sempre assim foi. Para o período que o nosso estudo abrange (1880-1926), a Universidade de Coimbra foi frequentada por 47 828 alunos, sendo 47 524 do sexo masculino e 304 do feminino. Por razões várias, 51,7% daquele quantitativo frequentou a Faculdade de Direito. Os restantes distribuíram-se, nem sempre de maneira equilibrada, pelas restantes Faculdades e Escolas.

Sob o ponto de vista social, a Academia de Coimbra afirma-se como um tecido social heterogéneo e, por isso mesmo, contraditório. Embora em percentagens diferentes, compunha-se de elementos provenientes de todas as classes e estratos sociais da população portuguesa. Se a grande maioria eram filhos das classes ligadas ao sector do funcionalismo, profissões liberais, pequenos e médios proprietários (urbanos e rurais), a ela pertenciam também os filhos dos homens de negócios, de operários, de artesãos e outras franjas da sociedade portuguesa. Ser estudante de Coimbra já não era sinónimo, unicamente, de reprodução ideológica e conservação social. Frequentar a Universidade queria dizer, também, mobilidade e promoção social.

3. Como realidade social própria que é, a Academia de Coimbra é portadora de determinadas vivências e estruturas mentais que um meio como o de Coimbra, embuído de uma forte carga mitológica, provoca e suscita. Coimbra, a Universidade e a Academia são mitos. Com algo de fabuloso, mergulhando no passado, conservam, apesar das transformações

que o tempo foi operando, uma perenidade quase indestrutível. Com a entrada, em cada novo ano lectivo, de novos membros, compensando assim a saída daqueles que vão terminando os seus cursos, a Academia de Coimbra faz, em cada ano que passa, a reafirmação da sua perene juventude, que poetas, cantores e romancistas imortalizaram.

Com vivências próprias, mas que o tempo foi alterando, o quotidiano estudantil compunha-se de muitos e variados quadros, de episódios múltiplos e de sensações várias. Se, para a grande maioria, sempre que havia toque da "cabra" (terminou com a República, vindo a ressurgir em 1919, por altura da Páscoa), era tempo de aulas e de estudo, para todos, em véspera de feriado (sem toque de cabra nem lição a preparar), era tempo de fuga e de libertação com a corrida às tascas para uma boa ceia. Mais tarde, para uma ida ao cinema. Mas o quotidiano escolar compunha-se, igualmente, de passeios pela cidade e arredores, de praxes académicas, de namoros, de amores, de subversão e de convívios.

Tempo de estudo e, simultaneamente, tempo de estúrdia. Tempos de divertimento, mas também de apreensão, sobretudo para os "novatos" ou "caloiros" que mal chegavam a Coimbra eram submetidos aos processos iniciáticos das praxes académicas: as trupes, o "canelão" à Porta Férrea e as "troças", nos Gerais. Com o andar dos tempos, muitas destas práticas foram caindo em desuso. Criticadas pela imprensa e pelos sectores mais vanguardistas da Academia, nos inícios do nosso século, a esta decadência não foi estranha a acção desenvolvida pelo Grupo Académico de Recepção aos Novatos que se constituiu, em 1905, por iniciativa de José de Arruela.

Diversão também nas festas académicas. No Largo da Feira, era o baile dos cábulas, por oposição ao baile dos "ursos". Para os que estavam no último ano, eram as festas de despedida com as célebres "récitas de quintanistas". Com o terminar das aulas na Faculdade de Direito, na segunda quinzena de Maio, havia lugar à festa das latas. Mais tarde, a Queima das Fitas.

Terminadas as aulas vinham os "actos". Era tempo de estudo, mas também de festa, fosse na romaria do Espírito Santo ou nas fogueiras de S. João que muitos estudantes imortalizaram em trovas e poemas, mas que o progresso foi alterando.

No meio desta diversão, havia, muitas vezes, desordens. Eram as lutas entre estudantes e futricas, motivadas, não só pelos efeitos do álcool, de jogos de amor e de ciúmes, mas também por tensões sociais e psicológicas enraizadas.

A par da festa estudantil, a festa cívica e patriótica, de que são exemplos os Centenários de Camões e de Pombal.

Numa alusão crítica à febre dos Centenários, em 1899, grandiosas festas comemoravam o "Centenário da Sebenta", momento de paródia e crítica irreverente ao ensino universitário. Sátira contundente às tradições e às instituições, também em 1905 e 1910, com o "Enterro do Grau" e o "Funeral da Cabra".

Vida de estudo e outras vidas. Tempo de estudo, tempo de sonhos, de projecção de imaginários, mas em tudo tempo de aprendizagem de vida. A tudo isto a cidade, simultaneamente quieta e alterada, assistia e aplaudia. Coimbra, Universidade, Academia, espaços reais e míticos, onde, na hora da partida, a saudade começa, podendo um dia lá voltar, mas não já para seguir os mesmos percursos.

Ontem como hoje, apesar das metamorfoses, dos seus conflitos internos e das crises que a têm atravessado, de uma maneira geral, a comunidade estudantil coimbrã encerra em si um forte sentido de memória. Nesta perspectiva, afirma-se, no bom sentido da palavra, como uma sociedade fortemente tradicionalista.

4. Como realidade social, a Academia de Coimbra é, igualmente, veiculadora de concepções culturais, as quais pressupõem mecanismos ideológicos de poder e contra-poder. Estas concepções culturais desenvolviam-se à margem das aulas e do estudo das sebentas e passavam pela discussão de temas literários, filosóficos, religiosos, políticos, etc. Esta boémia cultural, se assim lhe podemos chamar, tinha lugar nas tascas, nos cafés e em casa, ajudando a passar as longas noites de Inverno. Assim, a par de uma cultura exclusivamente universitária, os estudantes de Coimbra, detendo-se em pensamentos reflexivos, tiveram a intuição do espírito do tempo. Neste sentido, no seio da Academia, vieram a desenhar-se e a repercutir-se, não só movimentos de opinião e de cultura, mas também movimentos de carácter político.

Sendo o século XIX o "século dos periódicos", estes jovens viram no jornal e na revista os meios mais eficazes para fazerem chegar junto do público a sua mensagem. Assumindo um verdadeiro espírito de missão, fundam periódico após periódico, mas sempre com a consciência da sua efemeridade.

De 1880 a 1925, desenrolam-se e vivem-se acontecimentos importantes. Além fronteiras, é a Conferência de Berlim, a 2.ª Revolução Industrial, a Primeira Guerra Mundial e a Revolução Russa. Internamente, Portugal assiste a uma complexa situação social, política e económica, com relevância especial para factos como o Ultimatum, a revolta do 31 de Janeiro e a proclamação da República.

Se o Cartismo e o Setembrismo foram os pólos ideológicos da primeira fase do liberalismo português, a partir da década de 70 é o socialismo e o republicanismo, este com vantagem sobre aquele.

Influenciados, essencialmente, pela doutrina de Comte, de Littré e de Spencer, os estudantes de Coimbra viam no positivismo e no evolucionismo a solução para os problemas do futuro. A ciência, a ideia de progresso e a moral social eram condições fundamentais para se melhorar a condição humana. Reconhecendo a falta de cultura do povo, desenvolvem uma campanha em prol da sua instrução. Daí que nos jornais e nas revistas se reservassem espaços para a divulgação dos modernos conhecimentos científicos e se faça a apologia das novas ideias. Com artigos sobre a História de Portugal, procurava-se fomentar o orgulho de ser português. Neste sentido, não só apoiam, como também comemoram o Centenário de Camões. Com a publicação de folhetins e romances, pretendia-se criar o gosto pelos temas literários. Tudo no sentido de formar uma nova mentalidade que, de acordo com o projecto do republicanismo, se pretendia secular e laica. Daí o seu anticlericalismo nos ataques à religião e ao clero que acusavam de inimigos da ciência e da liberdade. Foi nesta perspectiva que, em 1882, realizaram o centenário do Marquês de Pombal.

Sofrendo a influência de Baudelaire, Verlaine, Rimbaud e Mallarmé, desiludidos pelo descrédito do movimento científico que o positivismo tinha inaugurado, mas também pela conjuntura social, política e económica que se ia desenvolvendo em Portugal, a partir de 1890, começa a desenhar-se uma nova estética literária. É a corrente simbolista – decadentista que sectores afectos ao republicanismo não deixaram de criticar e ironizar, acusando os “novos poetas” de “pedantes”.

Com raízes nos tempos medievais, este tipo de cultura satírica foi sempre uma marca que caracterizou (e continua a caracterizar) a Academia de Coimbra. Socorrendo-se mais da crítica e do bom humor do que

propriamente da sabedoria adquirida nos bancos da Universidade, este tipo de cultura, que se estende a todo o meio académico e coimbrão, afirma-se, não só como um espaço de divertimento, mas também como uma força de contra-poder.

Profundamente idealistas, os estudantes republicanos de Coimbra sonhavam com uma sociedade mais justa e mais equilibrada. Acusando a monarquia de ser uma instituição caduca, sem princípios científicos, em matéria política defendiam uma sociedade diferente, democrática, com um governo descentralizado e onde os direitos individuais fossem respeitados. À semelhança do que se passava em França, a República era a solução ideal. Com ela era o triunfo da Liberdade, da Igualdade e da Fraternidade. Não admira, por isso, que, sobretudo a partir de 1890, aproveitando o sentimento anti-britânico, se empenhassem numa campanha contra o regime monárquico, o qual era atacado, não só na acção desenvolvida, responsabilizando os governos pelos males do país, mas também nos seus princípios e bases fundamentais. No segundo lustro do nosso século, em resposta à política franquista, estruturados à volta do Centro Republicano Académico e sofrendo, certamente, uma forte influência carbonária, esta campanha intensifica-se. Depois de 1910, com a criação dos Partidos Intervencionista e Unionista, o republicanismo, no seio da Academia, entra em crise, não só pela divisão que nela se opera, mas também pela desilusão que, para muitos, estava a ser a República. A esta crise não foram também estranhas as influências das ideias contra-revolucionárias da *Action-Française* que estudantes católicos e monárquicos difundiam.

Assumindo uma posição crítica em relação às acções desenvolvidas pelo poder, mas defendendo a ideologia do regime, à volta do Centro Monárquico Académico reuniam-se os estudantes monárquicos. Enfraquecidos com o triunfo da República, em 1914, encontravam-se divididos em monárquicos integralistas e monárquicos constitucionais. Disputando o mesmo terreno que os católicos, a militância daqueles grupos foi relativamente modesta.

Correspondendo aos anseios da Igreja e indo ao encontro das suas preocupações, face ao anticlericalismo reinante, também os estudantes católicos vão desenvolver uma acção importante ao fundarem, em 1901, o CADC. Com uma vida relativamente difícil durante os primeiros tempos, em 1905, fundam a revista *Estudos Sociaes*. Criticando o modernismo, o capitalismo, o liberalismo e o socialismo, mas aceitando que a democracia

era filha predilecta do Evangelho, apostavam na instauração de uma democracia-cristã.

Se, após o triunfo republicano, num primeiro momento, embora de maneira cautelosa, pactuaram com o processo revolucionário, vieram, depois, a tornar-se fortes críticos, apesar de se dizerem partidários. Defensores da paz e da ordem, aproximaram-se bastante das forças conservadoras, nomeadamente dos integralistas.

Eis, em síntese, os grandes temas de que nos vamos ocupar.

## CAPÍTULO I

### DEMOGRAFIA E SOCIOLOGIA ESTUDANTIL

Que interesse tem conhecer o número de estudantes de uma Universidade? Em si, o número de alunos de uma Universidade, seja ele qual for, tem pouco ou nenhum interesse. Dizer, por exemplo, que a Universidade de Coimbra, no ano lectivo de 1880-81, era frequentada por 573 alunos ou que, em 1915, havia 1 565 estudantes não deixa de ser, à primeira vista, uma simples curiosidade ou de constituir um mera nota de erudição.

Porém, a situação altera-se quando se faz a análise do número de estudantes, ao longo de uma série de anos. Bastará para tanto um exemplo. Em 1880-81, os 573 alunos da Universidade de Coimbra, assim como os 1565, em 1915, tinham uma preferência de estudos distinta da que tinham os estudantes que a frequentavam em 1925-26. Agrupando estes estudantes por Faculdades de ciências exactas e naturais – Medicina, Matemática, Filosofia e Ciências – e ciências sociais e humanas – Teologia, Direito e Letras – verificamos que, com as devidas ressalvas, em 1880, 63,5% dos alunos estudavam Direito e Teologia, enquanto apenas 14,3% se quedava pela Medicina, Matemática e Filosofia; em 1915, 51,9% dos alunos frequentavam Direito e Letras e 39,9% Medicina e Ciências, para, em 1925-26, cursarem os estudos médicos e científicos 52,7% e 41,0% se fixar na ciência jurídica e na Faculdade de Letras<sup>(1)</sup>. É este tipo de análise, ao longo de vários anos, que nos permite não só poder estabelecer comparações, mas também aferir

---

<sup>(1)</sup> - Cfr. Manuel Alberto Carvalho Prata, *A Academia de Coimbra (1880-1926)*. Sociedade, cultura e política, vol. I, Coimbra, 1994, pp. 23-24 e respectivas notas. (Edição policopiada).

e delimitar tendências que, certamente, nos ajudam a compreender melhor o passado da sociedade portuguesa em geral e o da Universidade de Coimbra em particular.

Para fazermos uma análise da população estudantil, na Universidade de Coimbra, no período de 1880 a 1926, vamos, por uma questão de metodologia, considerar dois períodos: o primeiro, de 1880 a 1910; o segundo, de 1911 a 1926. Esta opção metodológica justifica-se, se pensarmos que, com a implantação do regime republicano, em 1910, a Universidade foi objecto de múltiplas e profundas alterações, quer na sua estrutura base, quer depois na sua própria organização. Além do mais, esta opção oferece a vantagem de ser possível estabelecer comparações entre dois momentos perfeitamente diferentes e distintos da vida da velha instituição coimbrã.

### 1. FREQUÊNCIA UNIVERSITÁRIA – 1880-1910

Em termos globais, entre 1880 e 1910, a frequência estudantil, na Universidade de Coimbra, caracterizava-se por uma tendência lenta e progressiva de crescimento, conforme se documenta no Gráfico A. Embora nos anos de 1903 a 1906 se verifique uma ligeiríssima descida do número de alunos, este facto, meramente conjuntural, não tem significado de maior. Uma explicação possível para esta ocorrência poderá encontrar-se, por um lado, nos reflexos que a reforma de Jaime Moniz provocou no ensino liceal<sup>(2)</sup> e, pelo outro, no surto de varíola que se verificou, em Coimbra, no ano de 1905, e que terá levado, por precaução, ao afastamento de alguns alunos com receio de contacto epidémico<sup>(3)</sup>.

<sup>(2)</sup> - Tanto a nível teórico como prático a reforma de Jaime Moniz (1895) foi muito contestada. A introdução do regime de classe e a maior exigência nos estudos tiveram como consequências imediatas o abaixamento de matrículas nos liceus. A nível nacional, em 1895, frequentavam os liceus portugueses 3 658 estudantes, na qualidade de alunos internos. e em 1896 e 1897, o quantitativo de alunos baixa para 458 e 965, respectivamente. (Vasco Pulido Valente, *O Estado Liberal e o Ensino – os liceus portugueses (1834-1930)*, Lisboa, Gabinete de Investigações Sociais, 1973, p. 101).

<sup>(3)</sup> - Cfr. *O Conimbricense*, n.ºs 6 003 e 6 036, de 10 de Junho e 7 de Outubro de 1905.



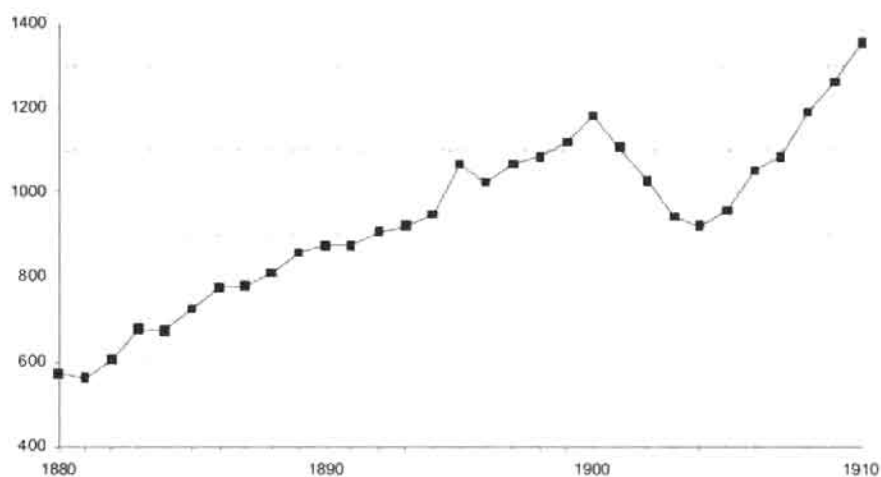


Gráfico A

*Frequência escolar na Universidade de Coimbra, no período de 1880-81 a 1910-11*

O número total de estudantes, neste período, foi de 28 976<sup>(4)</sup>. Esta frequência oscilou entre 564 alunos, nível mais baixo, no ano lectivo de 1881-82, e 1 355, em 1910-11. Em termos de média anual, a Universidade foi frequentada por 934-35 alunos.

A este aumento progressivo do número de alunos não é, certamente, alheio um conjunto de factores muito diversos. Um deles foi o crescimento geral da população do país que, entre 1878 e 1911, passou de 4 160 315 para 5 547 708 habitantes<sup>(5)</sup>.

Também a opção, em termos económicos, de uma política de livre-cambismo moderado, na segunda metade do século XIX, veio beneficiar, essencialmente, uma burguesia comercial e agrícola. A agricultura torna-se assim o sector mais dinâmico da economia portuguesa, pois

<sup>(4)</sup> - Manuel Alberto Carvalho Prata, *ob. cit.*, vol. II, pp. 57 e 62. Os quantitativos da frequência bem como as respectivas percentagens podem ser confirmadas no vol. II deste nosso estudo, razão pela qual dispensamos mais referências.

<sup>(5)</sup> - Miriam Halpern Pereira, *Livre câmbio e desenvolvimento económico. Portugal na segunda metade do século XIX*, 2.ª ed., Lisboa, Ed. Sá da Costa, 1983, pp. 17 e ss.; Maria de Lurdes Neto, "Demografia", *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel Serrão, vol. I, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1971, p. 799.

beneficiou da existência de um mercado interno e externo relativamente estáveis e, depois, dos mercados coloniais<sup>(6)</sup>. Sabendo-se que uma percentagem apreciável dos alunos que frequentavam a Universidade eram filhos de proprietários, sobretudo rurais, e comerciantes, é bem possível que o surto económico alcançado tenha tido aqui alguma influência.

Do mesmo modo, a política cultural levada a cabo, após 1836, com a criação dos primeiros liceus por Passos Manuel e incrementada depois pelos governos seguintes, através de sucessivas reformas e lançamento de novas escolas, deveria ter produzido também algum efeito. O aumento, praticamente constante, do número de alunos nos liceus prova-nos que houve uma crescente procura de ensino e de cultura, apesar de o país, na sua grande maioria, continuar com elevadíssimas taxas de analfabetismo<sup>(7)</sup>.

Para além destas causas de carácter geral, há que ter ainda em conta outros elementos, nomeadamente aqueles que se prendem, mais de perto, com a vida escolar. É importante saber-se, por exemplo, qual o número de anos necessários para uma graduação. O número de anos que requer a obtenção de um grau académico, numa determinada escola, está em relação directa com o quantitativo total de estudantes dessa mesma instituição. Antes de 1901, o grau de bacharel era obtido, em qualquer Faculdade da Universidade de Coimbra, no fim do 4.º ano. Com a reforma de 1901, o mesmo grau de bacharel passou a ser concedido, somente, no fim do 5.º ano<sup>(8)</sup>. O aumento do número de alunos poderá

---

<sup>(6)</sup> - Cfr. Miriam Halpern Pereira, *ob. cit.* e ainda *Política e Economia (Portugal nos séculos XIX e XX)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1979; Manuel Villaverde Cabral, *O desenvolvimento do capitalismo em Portugal no século XIX*, 3.ª ed., Lisboa, Regra do Jogo, 1981.

<sup>(7)</sup> - Cfr. Vasco Pulido Valente, *ob. cit.*, p. 100; Rómulo de Carvalho, *História do ensino em Portugal – desde a fundação da nacionalidade até ao fim do regime de Salazar-Caetano*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1986, pp. 637-38. Sobre a questão do analfabetismo veja-se, por exemplo, Maria Filomena Mónica, "Deve-se ensinar o povo a ler?: a questão do analfabetismo (1926-39)", *Análise Social*, 2.ª Série, vol. XIII, n.º 50, Lisboa, 1977; Jaime Reis, "O analfabetismo em Portugal no século XIX: algumas reflexões em perspectiva comparada", *1.º Encontro de História da Educação em Portugal. "Comunicações"*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1988, pp. 75-79.

<sup>(8)</sup> - Art.º 45.º do Decreto n.º 4, de 24 de Dezembro de 1901, *Diário do Governo*, n.º 294, de 28 de Dezembro.

explicar-se assim, também, por um consequente alargamento do fim dos cursos.

Outra das inovações da reforma de 1901 foi a de permitir que os alunos da Universidade pudessem fazer exames por cadeiras<sup>(9)</sup>. Esta medida, de largo alcance, tem como corolários lógicos não só a concessão de uma maior liberdade para os discentes na escolha das disciplinas a estudar, mas também vai permitir que o número de estudantes na Universidade, sobretudo na categoria de voluntários, possa aumentar<sup>(10)</sup>.

Já com menos peso, é possível que o facto de "os alunos que tiverem concluído o curso nas Escolas Médico-Cirúrgicas de Lisboa ou Porto, na Escola Politécnica de Lisboa, ou na Academia Politécnica do Porto podem receber o grau de bacharel nas faculdades de medicina, matemática ou filosofia, frequentando na Universidade as cadeiras que lhes faltarem para completar o curso geral da faculdade e fazendo os respectivos exames"<sup>(11)</sup>, tenha também contribuído para o aumento do número de alunos em Coimbra.

## 2. FREQUÊNCIA UNIVERSITÁRIA – 1911-1926

A revolução republicana de 5 de Outubro de 1910 representa a etapa final do processo que, começado em 1820, visava a demolição das estruturas políticas e jurídicas feudais.

Com a implantação da República, a Universidade Portuguesa sofre grandes e profundas transformações. Durante a república, a Universidade de Coimbra foi frequentada por 18 852 estudantes<sup>(12)</sup>. Conforme o Gráfico B nos demonstra, esta frequência tem, no ano lectivo de 1922-23, o seu ano de menor valor – 1 111 alunos, para, em contrapartida, o ano de 1915-16 ser o de maior frequência, com 1 565

---

(9) - *Idem*, Art.º 34.º

(10) - A reforma de 1901 extinguiu a classe dos alunos obrigados, ficando apenas duas categorias de alunos: os ordinários e os voluntários (*Idem*, Art.º 11.º).

(11) - *Idem*, Art.º 46.º. Esta medida aplicava-se somente aos alunos que desejassem seguir o magistério universitário.

(12) - Manuel Alberto Carvalho Prata, *ob. cit.*, vol. II, pp. 60 e 62.

estudantes. Durante este período a média anual de frequência, em toda a Universidade, foi de 1 256-57 alunos, o que representa, em relação ao período anterior, um aumento de 25,6%.

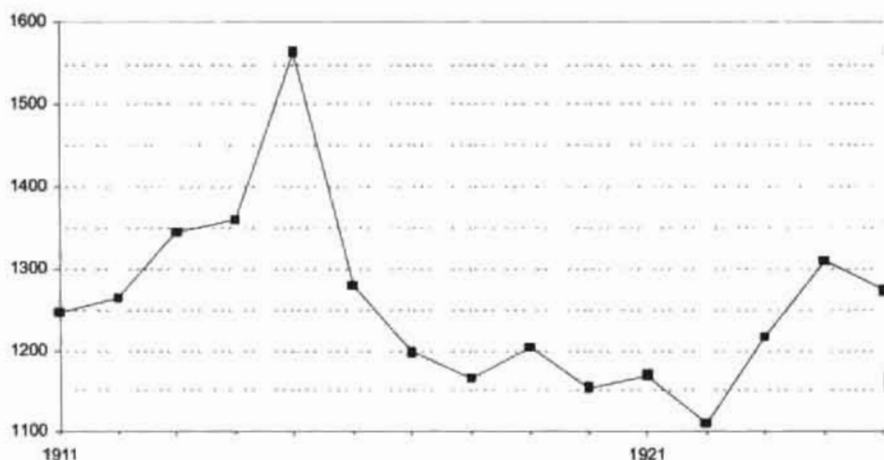


Gráfico B

*Frequência escolar, na Universidade de Coimbra, no período de 1911-12 a 1925-26*

Durante a primeira república, a evolução da frequência na Universidade de Coimbra caracteriza-se por dois momentos bem distintos. O primeiro momento vai de 1911 a 1915-16 e define-se, fundamentalmente, por um tipo de crescimento lento, mas constante; o segundo, de 1916 até 1925-26, e caracteriza-se por uma certa quebra no crescimento, com tendência para uma relativa estabilidade.

Em princípio, e numa base puramente teórica, seria de esperar que, a partir de 1910, a frequência da Universidade de Coimbra baixasse, alterando-se assim a tendência de crescimento que se vinha verificando nos últimos anos da monarquia. Razões de vária ordem apontavam, naturalmente, neste sentido. Em primeiro lugar, a criação de novas universidades em Lisboa e no Porto (com excepção de Faculdade de Direito de Lisboa, as Universidades de Lisboa e do Porto foram apenas um nome dado a um conjunto de Escolas que já existiam) levaram a que Coimbra perdesse, em termos de ensino universitário, o monopólio que até então detinha. Com mais duas Universidades, a população estudantil universitária do país sofria, como

realmente sofreu, uma certa repartição geográfica, que levou ao começo do esboço do fenómeno da regionalização, em volta dos três centros universitários – Coimbra, Lisboa e Porto<sup>(13)</sup>.

Uma segunda razão poderia encontrar-se na forte emigração que, por esta altura, se fez sentir. Segundo Oliveira Martins, "regula por vinte mil o número de pessoas que anualmente saem do Reino para o Brasil e outros pontos"<sup>(14)</sup>. Portugal foi sempre um país de emigrantes. Porém, à semelhança dos anos sessenta, nunca o fenómeno da emigração atingiu proporções tão acentuadas como nos primeiros anos do regime republicano. Ao abordar esta problemática, Oliveira Marques informa que "só em 1912 saíram de Portugal quase noventa mil pessoas...; em 1913 largaram umas oitenta mil e já em 1911 a fuga quase atingira sessenta mil. Em três anos, o país perdera, em proveito sobretudo do Brasil, 226 000 almas, uns 3,7% da sua população total"<sup>(15)</sup>. É pois admissível que com toda esta sangria humana houvesse quebras de frequência no mundo escolar<sup>(16)</sup>.

Ainda segundo Oliveira Marques, o triunfo da própria revolução republicana teria levado muitas famílias, – umas centenas –, pertencentes à aristocracia e alta burguesia, a sair de Portugal, vindo a regressar apenas alguns anos depois<sup>(17)</sup>.

Como explicar então o aumento do número de alunos? Desde 1537, Coimbra foi caracterizadamente uma cidade universitária. Isto significa que Coimbra e a sua Universidade têm atrás de si uma longa história que, em termos psicológicos, redondou na criação de um perfil lendário do estudante

---

<sup>(13)</sup> - António Rodrigues Lopes, *A Sociedade tradicional académica coimbrã – introdução ao estudo etnoantropológico*, Coimbra, Gráfica de Coimbra, 1982, p. 25.

<sup>(14)</sup> - Oliveira Martins, *O Brasil e as colónias portuguesas*, Lisboa, Guimarães e C.ª Editores, 1953, p. 219.

<sup>(15)</sup> - A. H. Oliveira Marques, *História da 1.ª República Portuguesa. As Estruturas de Base*, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1973, p. 32.

<sup>(16)</sup> - Relativamente ao ensino liceal, por exemplo, Vasco Pulido Valente informa-nos que "com o advento da República, o ritmo da evolução desencadeada em 1895 abrandava com bastante nitidez. Na verdade, se de 1904 a 1910 o aumento da frequência dos liceus fora de 58,3%, nos cinco anos seguintes é unicamente de 19,2%, de 1911 a 1920 reduz-se a 3%" (*Ob. cit.*, p. 100).

<sup>(17)</sup> - *Ob. cit.*, p. 1.

de Coimbra que, ontem como hoje, atrai a esta cidade muita juventude universitária. Daí que muitos estudantes ambicionassem "ir para Coimbra, viver a vida coimbrã, evocar nos locais próprios todas as extraordinárias lendas e magníficas narrativas que a sua memória retinha, umas lidas, outras contadas pelo pai e pelo avô"<sup>(18)</sup>.

Como cidade universitária que era, em termos físicos, Coimbra dispunha já de um conjunto de infra-estruturas que não só facilitavam a vida ao futuro estudante, como também o ajudavam a assegurar a sua manutenção, face aos magros pecúlios mensais. Para além das "repúblicas", diversas casas de pasto, pensões e hotéis, havia muitas casas particulares que alugavam quartos<sup>(19)</sup>. Para os estudantes católicos, o CADC, por exemplo, prestava o mais diverso apoio<sup>(20)</sup>.

No sentido de ajudar os estudantes, sobretudo os de mais fracos recursos, a resolver os seus problemas, também a Sociedade Filantrópico-Académica desempenhou (e continua a desempenhar) um papel importante<sup>(21)</sup>.

Razões de ordem geográfica podem, também, ter aqui o seu efeito. Situada no centro do país, na bacia hidrográfica do Mondego, para Coimbra continuam a convergir estudantes de todas as regiões de Portugal, apesar da criação das Universidades de Lisboa e do Porto<sup>(22)</sup>.

---

<sup>(18)</sup> - Fernando Correia, *Vida Errada. O romance de Coimbra*, Coimbra, Coimbra Editora, Ld.ª, 1933, pp. 9-10. Outro exemplo vem da pena de Alberto Costa, quando escreve: "Coimbra abria-se-me então! Eu nunca lá tinha ido, mas ia conhecendo tudo, sofregamente, num êxtase, em minuciosos interrogatórios feitos aos rapazes que já lá andavam, e que eu contemplava e admirava..." (Alberto Costa, *O Livro do Doutor Assis*, 9.ª ed., Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1945, p. 29).

<sup>(19)</sup> - Alberto Costa, *ob. cit.*, pp. 34-36.

<sup>(20)</sup> - O CADC fazia uma certa publicidade dos seus serviços. Propunha-se não só arranjar alojamento, mas também tratar de matrículas e outros assuntos. (Cfr. *Imparcial*, n.º 170, de 26 de Agosto de 1915).

<sup>(21)</sup> - Cfr. Teixeira Bastos, *Iniciativas Académicas. Sociedade Filantrópico-Académica de Coimbra*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1923. Foi criada em 1850 por iniciativa do estudante de Direito Feliciano Augusto de Brito Correia. Com a criação das bolsas de estudo, em 1911, a Sociedade Filantrópica foi extinta. O próprio Estado viria, mais tarde, a reconhecer o mérito desta instituição, pelo que procedeu ao seu restabelecimento pelo decreto n.º 4 408, de 11 de Junho de 1918 (*Diário do Governo*, I Série, n.º 230, de 14 de Junho).

<sup>(22)</sup> - Cfr. António Rodrigues Lopes, *ob. cit.*, p. 25. Vejam-se, também, no vol. II do nosso estudo já citado, os Quadros n.ºs 30 e 31.

Em termos de legislação académica, poder-se-ia pensar, pelo menos à primeira vista, que a criação de bolsas de estudo para estudantes liceais e universitários por parte do governo da República poderia vir a aumentar o número de alunos nas universidades, uma vez que "um dos primeiros deveres do estado democrático é assegurar a todos os cidadãos, sem distinção de fortuna, a possibilidade de se elevarem aos mais altos graus de cultura, quando disso sejam capazes"<sup>(23)</sup>. Relativamente à Universidade de Coimbra, infelizmente, as fontes documentais não confirmam tal hipótese, pois o número de bolsas atribuídas foi extraordinariamente diminuto e limitou-se apenas à isenção do pagamento de propinas de matrícula e inscrição<sup>(24)</sup>.

Se esta medida legislativa, na prática, mais não traduziu que um simples gesto de boas intenções, o mesmo não diremos já da institucionalização dos "cursos livres". Até à implantação da República, os alunos eram obrigados, para terem aproveitamento escolar, a assistir a um determinado número de lições em cada disciplina<sup>(25)</sup>. Com a reforma da Universidade, a partir de 1911, deixou de haver "registo algum da assistência ou falta dos alunos a qualquer dos cursos, salvo as restrições constantes dos diplomas especiais"<sup>(26)</sup>. Foi, certamente, esta maior liberdade, trazida agora pela República, que veio, também, contribuir para o aumento do número de alunos na Universidade, uma vez que, por um lado, permitia abreviar a formatura e, pelo outro, dava a possibilidade, sobretudo aos estudantes mais carenciados, de conciliarem mais facilmente a sua actividade escolar com outras tarefas, nomeadamente explicações a alunos do liceu<sup>(27)</sup>, como uma maneira de encontrarem melhor desafogo económico.

---

<sup>(23)</sup> - Decreto de 22 de Março de 1911 (*Diário do Governo*, n.º 68, de 24 de Março).

<sup>(24)</sup> - Em 1911, para uma população escolar de 1 246 alunos, foram concedidas 10 isenções de propinas; em 1912, para 1 264 estudantes, 27; em 1913, para 1 344 alunos, 23 e em 1914, para 1 360, são satisfeitos apenas 26 pedidos. (Joaquim Ferreira Gomes, *A Universidade de Coimbra durante a primeira república (1910-1926) – alguns apontamentos*, Lisboa, Instituto de Inovação Educacional, 1990, pp. 190-92; 214-18; 235-38 e 248-53).

<sup>(25)</sup> - Cfr. *Regulamento para a fiscalização e julgamento das faltas dos estudantes da Universidade de Coimbra*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1904.

<sup>(26)</sup> - Art.º 76.º do Decreto com força de lei de 19 de Abril de 1911 (*Diário do Governo*, n.º 93, de 22 de Abril).

<sup>(27)</sup> - O que se passou, por exemplo, com Salazar, devia ter-se passado com outros estudantes. Em fins de Outubro de 1910, Salazar matriculou-se na Faculdade de Direito.

Mas porque os alunos, por motivos vários, começavam a faltar imenso às aulas<sup>(28)</sup>, o governo, através do decreto 1725, de 8 de Julho de 1915<sup>(29)</sup>, decide acabar com o regime do curso livre para as aulas teóricas. Esta medida foi contestada pelos alunos que enviaram uma reclamação ao ministro da instrução. Em seu entender, o acabar com os cursos livres era trazer graves prejuízos para muitos estudantes que, impossibilitados de ir às aulas, se viam obrigados a ter que desistir<sup>(30)</sup>.

Na verdade, a partir de 1916-17, a diminuição do número de alunos na Universidade de Coimbra é um facto. Para este decréscimo de alunos muito contribuiu o conflito da primeira guerra mundial. Por variadíssimos motivos, Portugal, em 1916, entrou na guerra ao lado dos Aliados. Entrar na guerra significava, logo à partida, mobilização de efectivos humanos. Foi precisamente isto que aconteceu. Muitos alunos que, na altura, frequentavam a Universidade foram chamados para a defesa dos campos da Flandres e dos territórios portugueses em África, pois "ainda não havia legislação que dispensasse os estudantes e todos tinham assim, que cumprir as suas obrigações militares como soldados"<sup>(31)</sup>.

---

Segundo um dos seus biógrafos, "aproveitou-se desde logo dos cursos livres...que permitiriam abreviar a formatura... Inscreveu-se, por isso, nas três cadeiras do primeiro ano e numa cadeira do segundo ano, a de *Ciência Económica e Direito Económico*" (Franco Nogueira, *Salazar. A mocidade e os princípios (1889-1928). Estudo Biográfico*, 2.ª ed., vol. I, Barcelos, Companhia Editora do Minho, 1986, pp. 66-67).

Do ano de 1918, colhemos o seguinte anúncio: "PROFESSOR: Habilitado com um curso superior; prática de magistério, e aluno da Universidade, lecciona as disciplinas dos liceus, preferivelmente Inglês, Latim e Matemática" (*Imparcial*, n.º 297, 2 de Março de 1918).

<sup>(28)</sup> - Veja-se, por exemplo, o artigo assinado por Alves da Silva (pseudónimo de Salazar) "Cartas a uma mãe - VIII", *Imparcial*, n.º 49, Coimbra, 23 de Janeiro de 1913. Em termos institucionais, veja-se, também, o parecer do Conselho da Faculdade de Letras, na sua sessão de 17 de Abril de 1915, em Manuel Augusto Rodrigues, *A Universidade de Coimbra no século XX. Actas da Faculdade de Letras*, vol. I (1911-1925), Publicações do Arquivo da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1989, p. 96.

<sup>(29)</sup> - *Diário do Governo*, I Série, n.º 130, de 8 de Julho de 1915.

<sup>(30)</sup> - Cfr. Manuel Augusto Rodrigues, *A Universidade de Coimbra no século XX. Actas da Faculdade de Letras...*, pp. 111-12.

<sup>(31)</sup> - Raul Fernandes Martins, *Coimbra. Recordações de um estudante*, Lisboa, Tipocromia Aguiar, Ld.ª, 1984, p. 84. Sobre a mobilização dos estudantes para a guerra veja-se Fernando Correia, *ob. cit.*, pp. 229 e ss. A mobilização para a guerra não afectou só estudantes. Também professores e assistentes foram chamados ao serviço militar; com o natural prejuízo para o



Um outro aspecto que nos ajuda a compreender a diminuição do número de alunos é a alteração que se verifica na forma de pensar da nossa burguesia, fruto das modificações que a guerra trouxe consigo, nomeadamente a nível económico-social. Se, por um lado, e em virtude da prática de negócios irregulares, muitos indivíduos, sobretudo da pequena burguesia, subiram na escala social, tornando-se "novos ricos", por outro, formou-se uma categoria, esta mais numerosa, porque constituída por todos aqueles que viviam de rendimentos fixos – funcionários públicos, oficiais do exército, professores, senhorios, empregados comerciais e até operários – que viu os seus rendimentos e poder de compra baixarem, com as inevitáveis consequências que daí resultam<sup>(32)</sup>. Referindo-se à nova maneira de pensar da burguesia, Marques Guedes escreve: "que a mentalidade da nossa burguesia como por encanto se modificava, pois não queria mandar os filhos à universidade, substituindo à miragem do emprego público a tentação das fortunas rapidamente adquiridas na actividade industrial ou mercantil"<sup>(33)</sup>.

Também o surto de epidemias – gripe pneumónica, tifo, varíola e difteria – que se registaram, em 1918-19, um pouco por todo o país, teriam de algum modo contribuído para o decréscimo do número de alunos em Coimbra<sup>(34)</sup>.

Aliada a esta situação, também a instabilidade política verificada no país fez, certamente, com que a vida académica não decorresse dentro da normalidade<sup>(35)</sup>, pelo que é natural que alguns alunos abandonassem Coimbra.

---

ensino. (Cfr. Joaquim Ferreira Gomes, *A Universidade de Coimbra durante a primeira república...*, pp. 284-86).

(32) - Cfr. A. H. Oliveira Marques, *História da 1.ª República...*, pp. 402 e ss.

(33) - Armando Marques Guedes, *Cinco meses no governo*, Porto, 1926, p. 271.

(34) - "Em 1918 registou-se a mais mortífera de todas as epidemias, a gripe pneumónica, que invadiu o país de norte a sul, matando famílias inteiras e causando o pânico por toda a parte. Entre 1918 e 1919 sucumbiram 102 750 pessoas". (Maria Emília Cordeiro Ferreira, "Epidemias", *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel Serrão, vol. II, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1971, pp. 63); Geraldino Brites, *A epidemia reinante - observações anatomo-patológicas*, Sep. de Medicina Contemporânea, Lisboa, 1918.

(35) - AUC – *Reitoria da Universidade. Correspondência. Ofícios – 1917-1919*, fl. 192. Veja-se, também, Manuel Augusto Rodrigues, *A Universidade de Coimbra no século XX. Actas da Faculdade de Direito (1911-1919)*, vol. I, Publicações do Arquivo da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1991, p. 371.

### 3. QUANTIFICAÇÃO POR FACULDADES E ESCOLAS

A Universidade de Coimbra viveu, ao longo do século XIX, períodos conturbados, fruto da agitação e das lutas políticas que grassaram pelo país<sup>(36)</sup>. Por razões várias, os governos liberais não lhe prestaram o devido apoio. Em termos de reformas, pouco ou nada se fez em concreto, pelo que vai chegar ao fim do século sem ser reformada, ao contrário do que aconteceu nos outros níveis de ensino. Daí as queixas que o Reitor, António Augusto da Costa Simões, fez, em 1896, na sessão solene de abertura das aulas<sup>(37)</sup>. Mas se alguma coisa ainda se fez, tudo não passou, segundo alguns, de "uma inextricável multidão de decretos e ordenações, muitas vezes contraditórias, logo alteradas ou revogadas e quase sempre esquecidas ou incompletamente executadas"<sup>(38)</sup>. Daí que a Universidade continuasse, no dizer de Ferreira Gomes, "a reger-se, na parte científica e literária, pelos Estatutos de 1772 e, na parte económica e litúrgica, pelos *Estatutos Velhos*"<sup>(39)</sup>.

Nos princípios do nosso século, ouvidos os Conselhos das diversas Faculdades, foi a Universidade de Coimbra objecto de uma reforma, através do Decreto n.º 4, de 24 de Dezembro de 1901<sup>(40)</sup> e um decreto de 19 de Agosto de 1907<sup>(41)</sup>. Ainda segundo Ferreira Gomes, aquele decreto não "correspondia inteiramente às necessidades científicas e de aplicação do saber dos começos do nosso século", porque, possivelmente, o legislador, "a título de manter a tradição, conservou a Universidade amarrada aos dogmas tridentinos"<sup>(42)</sup>.

---

<sup>(36)</sup> - Cfr. Teófilo Braga, *História da Universidade de Coimbra nas suas relações com a instrução pública portuguesa*, tomo IV, Lisboa, Tipografia da Academia Real das Ciências, 1902, pp. 440 e ss.

<sup>(37)</sup> - *Anuário da Universidade de Coimbra. Ano lectivo de 1896-1897*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1896, pp. XI-XII.

<sup>(38)</sup> - Visconde de Villa-Maior, *Exposição sucinta da organização actual da Universidade de Coimbra precedida de uma breve notícia histórica deste estabelecimento*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1877, p. 155.

<sup>(39)</sup> - Joaquim Ferreira Gomes, "Os vários Estatutos por que se regeu a Universidade Portuguesa ao longo da sua história", *Revista Portuguesa de Pedagogia*, Nova Série, Ano XX, Coimbra, 1986, p. 49.

<sup>(40)</sup> - *Diário do Governo*, n.º 294, de 28 de Dezembro.

<sup>(41)</sup> - *Diário do Governo*, n.º 188, de 24 de Agosto de 1907.

<sup>(42)</sup> - *A Universidade de Coimbra durante a primeira república cit.*, pp. 9-10.

Apesar de ter trazido alguns benefícios à Universidade, nomeadamente no campo da autonomia, também a reforma de 1907 ficou muito aquém do esperado, porque "foi preparada antes da greve de 1907"<sup>(43)</sup>.

Antes da revolução republicana, o ensino, na Universidade de Coimbra, era ministrado em cinco faculdades: Teologia, Direito, Medicina, Matemática e Filosofia. Havia ainda um Curso de Farmácia e um Curso de Habitação para o Magistério Liceal. Por carta de lei de 19 de Julho de 1902, foram criadas, em Lisboa, Porto e Coimbra, Escolas de Farmácia anexas às Escolas Médico-Cirúrgicas e à Faculdade de Medicina de Coimbra<sup>(44)</sup>.

Com o triunfo da República, a Universidade é objecto de grandes reformas, no sentido de a adaptar à ideologia do novo regime. Pelo decreto de 19 de Abril de 1911, a Universidade de Coimbra passou a integrar uma Faculdade de Ciências, onde se ministrava o ensino da Matemática, Física, Química e História Natural; uma Faculdade de Letras destinada ao ensino das Ciências Psicológicas, Filológicas e Histórico-Geográficas; uma Faculdade de Direito e uma Faculdade de Medicina e ainda uma Escola de Farmácia e uma Escola Normal Superior, que eram escolas de aplicação, anexas, respectivamente, à Faculdade de Medicina e às Faculdades de Ciências e Letras<sup>(45)</sup>. Em 1921, pelo decreto 7238, de 18 de Janeiro, a Escola de Farmácia passa a Faculdade<sup>(46)</sup>.

### 3.1. Faculdade de Teologia

Sobretudo a partir da reforma pombalina, a Faculdade de Teologia foi sempre uma escola com poucos alunos. Em 1777, já D. Francisco de Lemos se queixava do reduzido número de alunos que a frequentavam<sup>(47)</sup>.

De 1880 até ao seu encerramento definitivo, no ano lectivo de 1911-12<sup>(48)</sup> a Faculdade de Teologia foi frequentada por 1 083 estudantes,

<sup>(43)</sup> - *Idem*, p. 14.

<sup>(44)</sup> - *Diário do Governo*, n.º 162, de 23 de Julho.

<sup>(45)</sup> - *Diário do Governo*, n.º 93, de 22 de Abril.

<sup>(46)</sup> - *Diário do Governo*, I Série, n.º 12, de 18 de Janeiro.

<sup>(47)</sup> - Francisco de Lemos, *Relação Geral do Estado da Universidade (1777)*, Ed. fac-similada, Coimbra, Por ordem da Universidade, 1980, p. 26.

<sup>(48)</sup> - A Faculdade de Teologia foi extinta, de jure, pelo Decreto com força de lei de 9 de Maio de 1911 (*Diário do Governo*, n.º 109, de 11 de Maio). Na prática, porém, manteve-

isto é, 3,7% do total geral de alunos da Universidade. Esta frequência caracteriza-se, no essencial, pela existência de frequentes oscilações, o que demonstra a irregularidade da mesma, sendo a tendência geral para a baixa, conforme se documenta no Gráfico C. A média de frequência anual nesta Faculdade foi de 33-34 alunos.

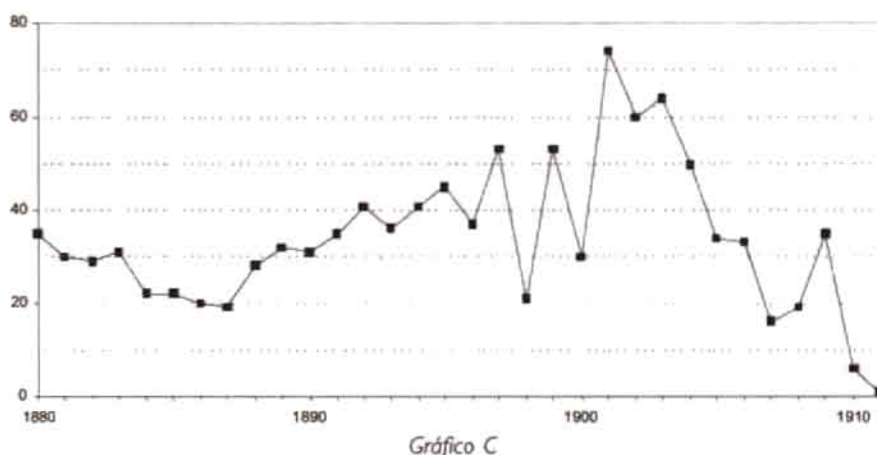


Gráfico C  
Frequência da Faculdade de Teologia, no período de 1880-81 a 1911-12

De uma maneira geral, a Faculdade de Teologia era frequentada por clérigos que as diversas dioceses do país enviavam para Coimbra, no sentido de um aperfeiçoamento e actualização do saber teológico, com vista a um melhor e mais eficaz desempenho do múnus sacerdotal e do magistério, sobretudo nos seminários.

A decadência desta Escola começa a verificar-se com a reestruturação do ensino superior, em 1772. As suspeições que, na altura, foram lançadas sobre os Estatutos pombalinos da Universidade acusando-os de "difuso tratado de jansenismo e galicanismo"<sup>(49)</sup>, terão, de alguma maneira, contribuído para a criação de um certo clima de desconfiança que se

-se em funcionamento ainda no ano lectivo de 1911-1912, sendo a última acta do seu conselho de 23 de Julho de 1912 (Joaquim Ferreira Gomes, *A Universidade de Coimbra durante a primeira república cit.*, p. 53, nota 2).

<sup>(49)</sup> - Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, vol. III, Barcelos, Companhia Editora do Minho, 1970, p. 346.

revelou num progressivo afastamento de clérigos e, conseqüentemente, na diminuição do número de alunos.

Este clima de desconfiança veio a agravar-se a partir de Outubro de 1885, altura em que o lente de Teologia, Damásio Fragoso, expôs, perante o Conselho Superior de Instrução Pública, os motivos que, em seu entender, faziam com que a sua Faculdade fosse frequentada por poucos alunos, ao mesmo tempo que formulava onze propostas, no sentido de modificar tal situação<sup>(50)</sup>. Esta exposição bem como o voto de louvor que, depois, a Congregação da Faculdade, por unanimidade, lhe concedeu, pelo modo brilhante como havia desempenhado a missão de que fora incumbido<sup>(51)</sup>, serviram de pretexto para fazer estalar o conflito, latente desde há muito, entre a Faculdade e as autoridades eclesiásticas, nomeadamente o bispo de Coimbra. Não vamos fazer aqui a história desse conflito, porque ela está feita. Salientamos apenas que a polémica canónico-jurídica e também política resultou do emprego de expressões de galicismo político e de deduções abusivas que se fizeram do relatório do Doutor Fragoso, que acusavam de única e exclusivamente atribuir ao Estado providenciar sobre a ortodoxia do ensino ministrado na Faculdade de Teologia. Daí que as autoridades eclesiásticas olhassem com desconfiança a Faculdade de Teologia<sup>(52)</sup>. Este conflito em nada beneficiou a veneranda instituição dos estudos teológicos. Manuel de Almeida Trindade refere mesmo que "desde essa altura a crise da Faculdade foi-se acentuando e o número de alunos escasseando cada vez mais"<sup>(53)</sup>.

Também a concorrência que, em termos profissionais, os bacháreis de Direito faziam aos de Teologia, sobretudo no magistério dos seminários<sup>(54)</sup>,

---

<sup>(50)</sup> - O relatório do Doutor Damásio Fragoso foi depois impresso com o título de *Memória lida pelo lente de véspera da Faculdade de Teologia perante o Conselho Superior de Instrução Pública*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1885.

<sup>(51)</sup> - AUC - *Actas das Congregações da Faculdade de Teologia*, 1880-1901, fl. 39.

<sup>(52)</sup> - Cfr. J. M. da Cruz Pontes, "Para a história da Faculdade de Teologia no século XIX: Beneplácito régio contra a autonomia do ensino", *Universidade(s). História. Memória. Perspectivas. Actas do Congresso "História da Universidade" (No 7.º Centenário da sua Fundação)*, vol. 1.º, Coimbra, Gráfica Ediliber, Ld.ª, 1991, p. 330.

<sup>(53)</sup> - M. d'Almeida Trindade, *O Padre Luís Lopes de Melo e a sua época (1885-1951)*, Coimbra, Casa do Castelo Editora, 1958, p. 49.

<sup>(54)</sup> - Na carta de lei de 28 de Abril de 1845 lê-se: "Os alunos, que assim se formarem na Faculdade de Teologia e de Direito, serão empregados, sendo aliás dignos, no magistério

fez com que os poucos clérigos, que deviam ir para a Faculdade de Teologia, preferissem antes os estudos na Faculdade de Direito, porque porta mais aberta para o mundo do trabalho<sup>(55)</sup>. Daí que, em Congregação de 12 de Julho de 1882, a Faculdade solicite ao governo as medidas julgadas necessárias, para tornar o curso mais frequentado<sup>(56)</sup>.

Também a reforma de Jaime Moniz veio criar algumas dificuldades, porque obrigava os alunos dos seminários, concluído o seu curso teológico, para entrarem na Universidade, a apresentarem certidão do curso complementar dos liceus<sup>(57)</sup>.

Outro motivo que poderá ajudar a compreender a pouca frequência da Faculdade de Teologia foi a obrigatoriedade de, a partir do ano lectivo de 1891-92, os alunos terem que obter aprovação em língua grega como mais um requisito prévio para a efectivação da primeira matrícula<sup>(58)</sup>. Embora a Faculdade de Teologia reconhecesse a importância da língua grega, não deixou de se insurgir contra tal medida, propondo, inclusivamente, que o estudo da língua helénica fosse feito durante os três primeiros anos do curso<sup>(59)</sup>.

Embora a reforma de 1901 tivesse o cuidado de acautelar um pouco a Faculdade de Teologia<sup>(60)</sup>, o que é certo é que ela continuou a viver uma vida

---

dos seminários e nos outros officios e comissões mais importantes das suas dioceses..." (Legislação Académica coligida pelo Dr. José Maria de Abreu, coordenada, revista e ampliada pelo Dr. António dos Santos Viegas, vol. I, 1772-1850, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1894, p. 289).

<sup>(55)</sup> - Excluindo o ano de 1909-1910, diremos que, de 1880 a 1911-12, frequentaram, simultaneamente, a Faculdade de Teologia e a Faculdade de Direito 453 estudantes (Manuel Alberto Carvalho Prata, *A Academia de Coimbra...*, vol. II, pp. 53-56).

<sup>(56)</sup> - *Actas das Congregações da Faculdade de Teologia* cit., fl. 18v.

<sup>(57)</sup> - Cfr. Art.º 137.º do decreto de 14 de Agosto de 1895 (*Diário do Governo*, n.º 183, de 17 de Agosto de 1895).

<sup>(58)</sup> - Veja-se o Regulamento geral dos liceus de 12 de Agosto de 1886, Art.º 68.º, § 3.º e o Decreto de 20 de Outubro de 1888, Art.º 2.º, § 4.º (*Diário do Governo*, n.º 195, de 30 de Agosto de 1886 e n.º 242, de 22 de Outubro de 1888).

<sup>(59)</sup> - *Actas das Congregações da Faculdade de Teologia* cit., fls. 93v-94.

<sup>(60)</sup> - "É permitida a matrícula como ordinário no primeiro ano da Faculdade de Teologia a todo o aluno que, mostrando ter sido aprovado *nemine discrepante* nos três anos do curso teológico de qualquer seminário do reino, se habilitar com a aprovação num exame de admissão feito na Universidade perante um júri nomeado pelo reitor, sob proposta da Faculdade" (Art.º 93.º do Decreto n.º 4, de 24 de Dezembro de 1901, *Diário do Governo*, n.º 294, de 28 de Dezembro).

inglória. O Conselho da Faculdade de Teologia, em sessão de 11 de Novembro de 1907, ao discutir o orçamento para a vida da Faculdade, toma consciência plena da sua situação, ao questionar-se sobre o problema da sua própria existência. São de Mendes dos Remédios as seguintes palavras: "Não se trata... de saber com que receita deverá ser contemplada a Faculdade, mas antes se tem ou não direito a existir como está"<sup>(61)</sup>. Na análise que os professores fizeram sobre a angustiante situação da Faculdade não pouparam críticas ao poder civil e ao poder eclesiástico, acusando um e outro de falta de interesse pela causa<sup>(62)</sup>. Vendo as coisas mais de perto, teremos de concluir que os interesses do Estado eram diferentes dos interesses da Igreja, já que a mentalidade liberal e a tradição do regalismo não se coadunavam com o pensamento, valores e vontades dos canônes eclesiásticos. A Faculdade de Teologia estava assim no meio de um fogo cruzado. A este propósito, em 1919, um grupo de antigos professores da Faculdade de Teologia, então a ensinar na Faculdade de Letras, escreveu: "A Faculdade estava de mal com os Bispos por causa do Estado, de mal com o Estado por causa dos Bispos"<sup>(63)</sup>.

As instituições de ensino, nomeadamente as de nível superior, reflectem um pouco a sociedade em que estão inseridas. A sociedade portuguesa caminhava no sentido da secularização de que o Código Civil é bem o exemplo ao admitir a existência do casamento civil para nubentes não católicos<sup>(64)</sup>; também, a pouco e pouco, ia emergindo no país um sentimento anticlerical; as classes superiores tornam-se cada vez mais indiferentes em matéria religiosa e, para alguns, o clero é agora visto como um símbolo do passado e até um obstáculo ao progresso<sup>(65)</sup>.

---

(61) - AUC - *Actas do Conselho da Faculdade de Teologia* (1901-1912), fl. 55v.

(62) - *Idem*, fls. 57-58.

(63) - *A Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra ao país*, Coimbra, Tipografia França Amado, 1919, p. 15; Joaquim Ferreira Gomes, *A Universidade de Coimbra durante a primeira república cit.*, p. 32, nota 3.

(64) - Fernando Catroga, *A laicização do casamento e o feminismo republicano*, Coimbra, 1986.

(65) - Manuel Emídio Garcia escrevia: "A renovação teológica e a influência clerical no ensino, quando possíveis, seriam a maior das calamidades que poderia contrariar a educação intelectual das novas gerações" (Apud *Antologia de textos pedagógicos do século XIX português*, Prefácio, selecção e notas de Alberto Ferreira, vol. III, Lisboa, Instituto Gulbenkian de Ciência, 1975, p. 199).

Porque, e continuando a citar Emídio Garcia, "a ciência não voltará mais a ser escrava da teologia, mas senhora: *non ancilla, sed domina*"<sup>(66)</sup>, a apetência da juventude e dos clérigos pela Faculdade de Teologia não pode ser grande. Uma vez que "o reinado da teologia findou"<sup>(67)</sup>, os seus professores pedem ao governo, em 1907, a sua substituição por uma Faculdade de Letras<sup>(68)</sup>. A extinção da Faculdade de Teologia dá-se com a implantação do regime republicano<sup>(69)</sup>.

### 3.2. Faculdade de Direito

Entre 1880 e 1910-11, a Universidade de Coimbra foi frequentada por 28 976 alunos. Destes, 16 941, isto é, 58,5%, estudava ciência jurídica.

Ao contrário da Faculdade de Teologia, onde a média anual de alunos pouco passava das três dezenas, aqui situa-se, para este período, nos 546-47 alunos. Esta frequência caracteriza-se por uma tendência geral de crescimento, conforme documenta o Gráfico D.

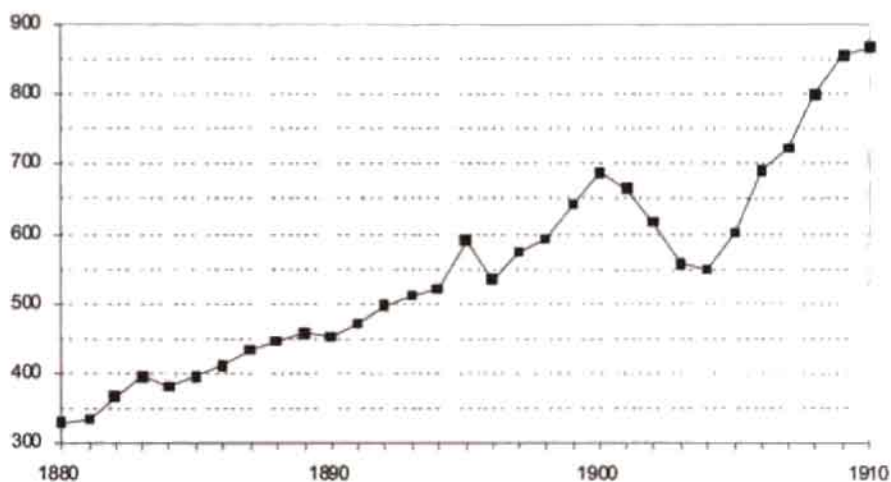


Gráfico D

Frequência da Faculdade de Direito, no período de 1880-81 a 1910-11

(66) - *Idem*, p. 192.

(67) - *Idem*.

(68) - *Actas cit.*, fl. 58v.

(69) - Veja-se a nota n.º 48.



Durante a república, esta mesma escola foi frequentada por 7 784 alunos, ou seja, 41,3% do total geral da Universidade que foi de 18 852 estudantes. Ao contrário do que se vinha verificando, a frequência da Faculdade de Direito apresenta, agora, algumas oscilações com uma tendência geral para a baixa – Gráfico E.

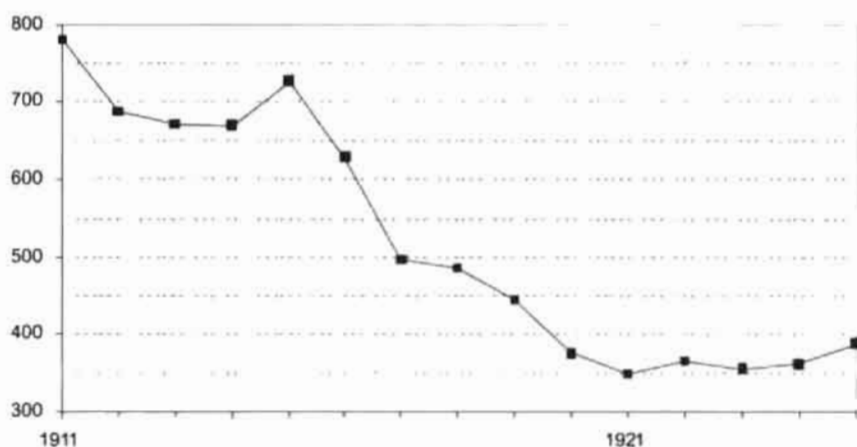


Gráfico E  
Frequência da Faculdade de Direito, no período de 1911-12 a 1925-26

Ao longo deste período, uma nota importante a salientar é a de que, em 1921-22, a Faculdade de Direito deixa de ser a escola mais frequentada da Universidade de Coimbra. Esta hegemonia passa, agora, para a Faculdade de Medicina com 398 alunos, enquanto os estudantes de Direito não iam além de 349<sup>(70)</sup>.

Assim, de 1880 a 1926, frequentaram a Faculdade de Direito 24 725 estudantes, numa população universitária, em Coimbra, de 47 828 alunos. Com uma média anual de 537-38 alunos, a população da Faculdade de Direito representa 51,7% dos estudantes.

O elevado número de alunos nesta Faculdade levou o Conselho da mesma, invocando razões de ordem científica e pedagógica, a propor o desdobramento dos cursos em turmas<sup>(71)</sup>.

(70) - Cfr. Manuel Alberto Carvalho Prata, *ob. cit.*, vol. II, p. 60.

(71) - AUC – *Actas das Congregações da Faculdade de Direito*, 1879-98, fls. 170v-71.

O excesso de juristas é uma fatalidade que não é de agora, mas vem de longe e tem muito a ver com a estrutura e a mentalidade da sociedade portuguesa<sup>(72)</sup>. Esta realidade não deixou de ser amargamente lamentada e, por vezes, duramente censurada, ao longo dos tempos<sup>(73)</sup>. A opção entre um saber de cariz técnico-científico dirigido, essencialmente, no sentido do utilitário e do prático, e uma formação humanística e literária, que proclama os valores e virtudes do saber clássico, ao qual a formação jurídica está mais intimamente ligada, constituiu como que a pedra de toque das discussões, quer a nível de debates, quer na implementação de reformas pedagógicas, tanto ao nível do ensino superior como da instrução secundária<sup>(74)</sup>.

Se até 1910, as reformas da Universidade de Coimbra foram muito limitadas, o mesmo não se poderá dizer quanto ao ensino secundário. A maior parte delas privilegiou a perspectiva clássica da formação. Era esta formação que, segundo um relatório do Conselho Superior da Instrução Pública, os alunos consideravam como "verdadeira instrução social" e como um "meio" e não um "fim" para o acesso à Universidade<sup>(75)</sup>. Esta maneira

---

Relativamente ao ano lectivo de 1901-1902, veja-se a sessão de 19 de Novembro de 1901, onde os professores Afonso Costa e Henriques da Silva formulam pedido idêntico. (AUC – *Actas das Congregações da Faculdade de Direito*, 1898-1912, fl. 39v).

<sup>(72)</sup> - Cfr. Vitorino Magalhães Godinho, *Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*, 3.ª ed., Lisboa, Editora Arcádia, 1977; Eça de Queiroz, *O Conde d'Abranhos*, Porto, Lello e Irmão, 1973.

<sup>(73)</sup> - Referindo-se ao excesso de juristas, Rebelo de Carvalho escrevia, em 1823: "Se um povo, que se achasse em tais circunstâncias, se pudesse chamar instruído, muito instruído estaria o Povo Português. Mas nós carecemos de outra instrução, e em lugar de tantos doutores, que temos, precisamos de alguns homens doutos, que são coisas mui diferentes..." (*Censor Provinciano*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1823, p. 84). José Augusto Coelho, em 1879, dizia: "Sabe quantos bacharéis requereram ao ministério da justiça para caçarem o lugar de secretário da procuradoria régia do Porto? Dizem que setenta e seis! É assombroso, realmente, mas é fatal. Daqueles – setenta e seis, um só será o escolhido..." (*Actualidade*, n.º 263, Porto, 16 de Novembro).

<sup>(74)</sup> - Um bom exemplo é o projecto de reforma universitária de José de Sá Ferreira Santos do Vale, lente de Filosofia, que, entre outras medidas, propunha o encerramento dos estudos jurídicos (Cfr. Luís Reis Torgal e Isabel Nobre Vargues, *A revolução de 1820 e a instrução pública*, Porto, Paisagem Editora, 1984, p. 194). Veja-se ainda João de Barros, *Educação Republicana*, Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1916.

<sup>(75)</sup> - José Silvestre Ribeiro, *História dos estabelecimentos científicos, literários e artísticos de Portugal nos sucessivos reinados da monarquia*, tomo XIV, Lisboa, Tipografia da Academia

de pensar aliada à duração dos debates e às constantes hesitações político-culturais ajudam-nos a compreender a vitória da formação humanística sobre a técnico-científica. Não é assim surpreendente ver em Portugal a preponderância da Faculdade de Direito, através da superioridade numérica dos alunos.

Mas outras razões existem, para que a Faculdade de Direito fosse a mais procurada. A Universidade de Coimbra e a sua Faculdade de Direito usufruíam do privilégio de serem a única instituição que radicava na autenticidade das Universidades medievais. Daqui todo um prestígio e história que, acumulados ao longo dos séculos, nunca deixaram de exercer a sua influência, pelo menos em termos psicológicos, sobre as opções de estudo que as gerações têm que fazer<sup>(76)</sup>.

Além do mais, a Faculdade de Direito de Coimbra foi, até 1910, a nível nacional, a detentora do monopólio da aprendizagem da ciência jurídica<sup>(77)</sup>.

Também as saídas profissionais para os bacharéis formados em Direito eram enormes, quando comparadas com as das outras Faculdades. Para além da advocacia, registos notariais, magistratura e conservatórias de registo civil, a Faculdade de Direito era, no dizer de Oliveira Marques, uma "autêntica escola de futuros administradores e governantes, a "Faculdade" por excelência, onde todo o aristocrata e todo o burguês mediano gostaria de mandar os seus filhos"<sup>(78)</sup>.

Um outro factor que nos parece importante no sentido de ajudar a compreender e a justificar a elevada frequência da Faculdade de Direito é o facto de, no acesso ao ensino superior, a tradição familiar desempenhar um certo peso e significado. Um exemplo do que acabamos de dizer é "um estudante natural da Mealhada, de apelido Lebre, matriculado em Direito em 1891, tinha atrás de si cinco gerações de bacharéis, formando uma cadeia

---

Real das Ciências, 1895, p. 90. Constituiu excepção a esta forma de pensamento a reforma de Passos Manuel, em 1836, e, em parte, a de 10 de Abril de 1860, de Fontes Pereira de Melo. Veja-se Vasco Pulido Valente, *ob. cit.*, pp. 35-36 e 43.

<sup>(76)</sup> - Maria Eduarda Cruzeiro, *Action symbolique et formation scolaire - L'Université de Coimbra et sa Faculté de Droit dans la seconde moitié du XIX siècle*, tomo I, Paris, 1990, pp. 24-25 (Edição policopiada).

<sup>(77)</sup> - *Idem*.

<sup>(78)</sup> - A. H. de Oliveira Marques *História de Portugal desde os tempos mais antigos até ao governo do Sr. Marcelo Caetano*, vol. II, Lisboa, Palas Editores, 1973, p. 50.

contínua, iniciada em 1736", pelo que "de uma maneira geral, o sistema de ensino superior era predominantemente reprodutor"<sup>(79)</sup>.

Mesmo depois da implantação da República, a Faculdade de Direito mantém, no geral, um movimento escolar harmónico e sem sobressaltos. Esta conduta é compreensível e tem certamente relação com as mudanças política, social e ideológica verificadas em Portugal. Para se fazer a afirmação do espírito laico e para se dar forma à nova política, havia que implementar novos princípios e fazer aparecer novas leis, que certamente haviam de provocar conflitos, que era necessário serem arbitrados. Para tudo continuam a ser precisos juristas.

### 3.3. Faculdade de Medicina

A Faculdade de Medicina já não teve tantos alunos como a sua congénere de Direito. De 1880 até à implantação da República, foi frequentada por 3 251 estudantes, correspondendo este quantitativo a 11,2% da frequência geral da Universidade. Atendendo ao Gráfico F, verificamos que até cerca de 1890, a frequência nesta Escola é relativamente baixa, não atingindo uma centena de alunos em cada ano, para depois apresentar uma ligeira subida, com tendência para uma certa estabilização até 1905-1906, para, por fim, voltar novamente a uma tendência baixista. A média geral de frequência, durante este período, situa-se nos 104-105 alunos.

Com a instauração do regime republicano, a frequência dos estudos médicos sobe satisfatoriamente como nos documenta o Gráfico G. Durante a República matricularam-se em Medicina 4 891 estudantes, que representam 25,9% dos alunos universitários, em Coimbra. A média de frequência neste período, foi de 326-27 alunos.

No seu computo geral, ou seja, de 1880 a 1926, a Faculdade de Medicina foi frequentada por 8 142 estudantes, o que em relação ao total

---

<sup>(79)</sup> - Rui Casção e Maria Manuel Almeida, "Origens sociais dos alunos matriculados na Universidade de Coimbra nos finais do século XIX", *Universidade(s). História. Memória. Perspectivas. Actas do Congresso "História da Universidade" (No 7.º Centenário da sua Fundação)*, vol. 3.º, Coimbra, Gráfica Ediliber, Ld.ª, 1991, pp. 186-87.

geral da população escolar da Universidade corresponde a 17%, situando-se a média global anual em 177-78 alunos.

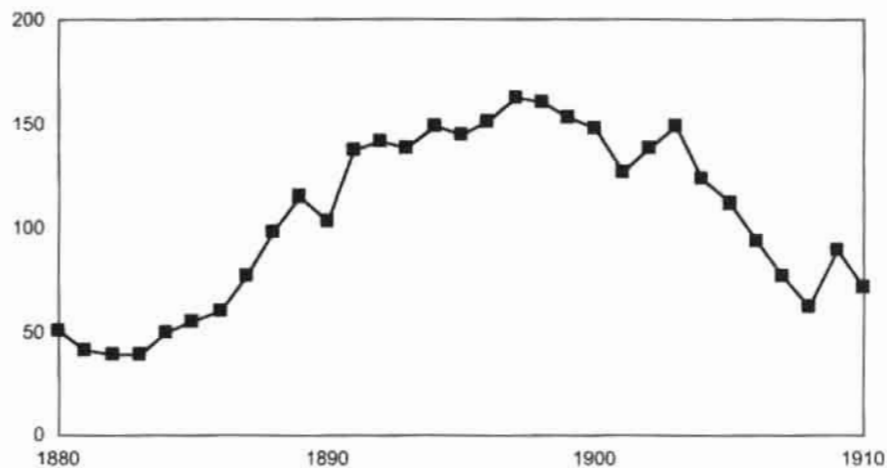


Gráfico F

*Frequência da Faculdade de Medicina, no período de 1880-81 a 1910-11*

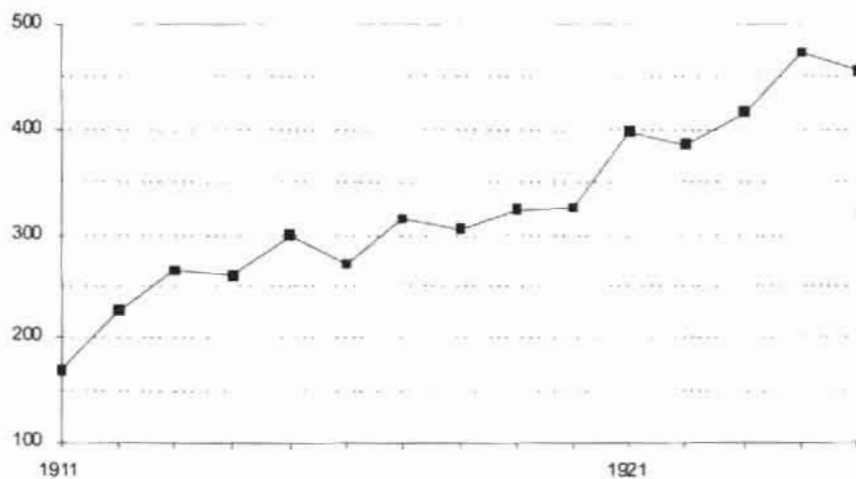


Gráfico G

*Frequência da Faculdade de Medicina, no período de 1911-12 a 1925-26*

Costuma-se apontar como causa principal para a escassez de estudantes na Faculdade de Medicina a longa duração do curso. Já em 1777, D. Francisco de Lemos, na avaliação que faz da reforma pombalina, não comunga desta ideia. Em sua opinião, a falta de alunos em Medicina resulta de uma forma de cultura que ele próprio define como "a pouca consideração em que esta Faculdade está entre nós", devido "a tantos estragos que estão fazendo os médicos e cirurgiões idiotas; os barbeiros, curandeiros e boticários à saúde e vida dos povos"<sup>(80)</sup>.

Maximiano Lemos, por sua vez, opina que "a intolerância religiosa foi o principal estorvo que encontrou, entre nós, o desenvolvimento da medicina, como de resto o de todas as outras ciências"<sup>(81)</sup>.

As causas que D. Francisco de Lemos apontou, em 1777, para justificar a falta de alunos na Faculdade de Medicina, estão ainda bem presentes na sociedade portuguesa, passados cem anos sobre aquela data, apesar dos progressos verificados. Em 1867, escreveu Júlio Dinis *As Pupilas do Senhor Reitor*, obra que, nesta matéria, ilustra bem a mentalidade da sociedade portuguesa. Os doentes recorriam mais ao barbeiro que ao médico novo, que acabado de chegar era, inclusivamente, olhado com alguma desconfiança. O João da Esquina, por exemplo, após ter ouvido, de José das Dornas, as proposições que o seu filho defendera, diz não querer nada com a medicina moderna. Também o diálogo entre Daniel, homem cheio de vida e entusiasmo, portador de novas ideias, que fala "em mil assuntos: nos aperfeiçoamentos da análise médica, no microscópico, na electricidade, na química, na anatomia patológica" e o barbeiro da terra "que também tinha uma clínica na aldeia, à qual, para maior exemplo de observância à lei, pertenciam duas autoridades: o regedor e o presidente da câmara"<sup>(82)</sup> é elucidativo quanto à preferência que os doentes davam a este último em detrimento do primeiro.

Esta atitude mental e cultural da sociedade portuguesa completa-se com o conselho que o velho médico, João Semana, também céptico em relação à ciência moderna, dá a Daniel, quando lhe solicita que "poupasse

<sup>(80)</sup> - Francisco de Lemos, *ob. cit.*, pp. 74 e 77.

<sup>(81)</sup> - Maximiano Lemos, *História da medicina em Portugal. Doutrinas e instituições*, vol. II, Lisboa, Publicações Dom Quixote/Ordem dos Médicos, 1991, p. 297.

<sup>(82)</sup> - Júlio Dinis, *As Pupilas do Senhor Reitor. Crónica da Aldeia*, Porto, 1987, pp. 84-85.

o barbeiro, e o aceitasse como colega, sob pena de indispor contra si a primeira gente da terra"<sup>(83)</sup>.

Para além de um problema de cultura (recordemos que as taxas de analfabetismo em Portugal eram extraordinariamente elevadas), existem nesta sociedade outro tipo de problemas. Embora João Semana faça muitas vezes esmola, porque conhece muito bem a miséria dos seus doentes, que não têm com que pagar, já o mesmo não acontece com o boticário que não deixa levar fiados os remédios da farmácia<sup>(84)</sup>. Esta má situação económica dos médicos, na província, é uma realidade ainda nos começos do nosso século. Em *Vida Errada*, Fernando Correia, pela voz de um tal Dr. Veiga, dá-nos conta dos "fracos e irregulares lucros que na sua quase generalidade tiram os médicos rurais portugueses da sua clínica"<sup>(85)</sup>. A vida do médico, sobretudo na província, não era fácil. Como profissão liberal, apresentava algumas incertezas; economicamente, era mal paga; socialmente, tinha pouca aceitação, devido à concorrência de barbeiros e sangradores<sup>(86)</sup>. Daí que Daniel tivesse, na linguagem de Júlio Dinis, "uma grande depressão de entusiasmo pelo modo de vida que adoptara"<sup>(87)</sup>. De igual modo, também o Dr. Veiga, logo que lhe foi oferecido um lugar em Coimbra, aceitou-o, sem hesitar, porque aí "a sua actividade dividia-se entre as ocupações *clínicas oficiais*... a sua clínica particular e as distrações artísticas"<sup>(88)</sup>.

Em 1866, havia em Portugal cinco instituições a formarem médicos: a Faculdade de Medicina de Coimbra e as Escolas Médico-Cirúrgicas de Lisboa, Porto, Funchal e Nova Goa. Se aos médicos diplomados pelas Escolas do Funchal e Nova Goa eram impostas restrições quanto ao exercício da clínica no continente, por sua vez, a carta de lei de 20 de Junho de 1866 já determinava que "é livre no território português o exercício da medicina aos facultativos com o curso das Escolas Médico-Cirúrgicas de Lisboa e Porto".

<sup>(83)</sup> - *Idem*, p. 85.

<sup>(84)</sup> - *Idem*, p. 76.

<sup>(85)</sup> - Fernando Correia, *ob. cit.*, p. 49.

<sup>(86)</sup> - Oficialmente, a classe de sangrador foi extinta pela portaria de 13 de Julho de 1870 (*Diário do Governo*, n.º 156, de 16 de Julho de 1870).

<sup>(87)</sup> - Júlio Dinis, *ob. cit.*, p. 86.

<sup>(88)</sup> - Fernando Correia, *ob. cit.*, p. 49. (O itálico é nosso).

Porém, "em igualdade de circunstâncias serão preferidos os bacharéis formados em medicina para os cargos que demandem mais profundos conhecimentos de medicina, e os filhos das escolas para aqueles em que de mais vantagem forem os conhecimentos cirúrgicos"<sup>(89)</sup>. Apesar de os diplomados pelas Escolas e pela Universidade terem estatutos diferentes, esta concorrência não deixou de exercer uma certa influência no número de alunos que demandava Coimbra<sup>(90)</sup>.

Se até meados do século XIX, o problema da assistência e saúde, em Portugal, deixava muito a desejar<sup>(91)</sup>, na segunda metade do século, graças aos progressos científicos e técnicos verificados no campo da medicina, assistimos a um surto de desenvolvimento sanitário e social, que se evidencia sobretudo entre 1880 e 1900 com a apresentação de diversos estudos, ensaios, realização de congressos e criação de instalações hospitalares especializadas, para o funcionamento das quais são necessários médicos<sup>(92)</sup>.

A nível político, são promulgadas algumas medidas legislativas como, por exemplo, a reforma da saúde de Ricardo Jorge, em 1899; assistimos também à criação da Inspeção Geral Sanitária, do Conselho Superior de Higiene Pública e à reorganização da Direcção Geral de Saúde e Beneficência Pública<sup>(93)</sup>.

Com o triunfo da República o número de alunos na Faculdade de Medicina de Coimbra aumentou. Para este facto não deixou, certamente, de contribuir o decreto de 25 de Maio de 1911, ao estabelecer que "a

---

<sup>(89)</sup> - José Maria de Abreu, *Legislação Académica 1864-1866 e repertório de toda a legislação académica desde 1772 até 1866*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1866, p. 69.

<sup>(90)</sup> - O exemplo ainda vem da escrita de Júlio Dinis, quando alude ao diálogo entre o Reitor e José das Dornas, no adro da Igreja, quanto ao futuro do Daniel. Diz: "Se te guiáres pelos meus conselhos, aí tens um plano: deixa-te de ordenar o rapaz... Então quer dizer que o mande para Coimbra? Para Coimbra?... Para o Porto, onde ele possa estar sob as vistas dos parentes que lá tens, vai muito melhor. Põe-mo a cirurgião. Eles, hoje, dizem que saiem de lá como de Coimbra, e olha que é uma boa carreira" (*Ob. cit.*, p. 31).

<sup>(91)</sup> - Cfr. F.A. Gonçalves Ferreira, *História da saúde e dos serviços de saúde em Portugal*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1990.

<sup>(92)</sup> - *Idem*, pp. 259-70; Fernando da Silva Correia, *Esboço da história da medicina social em Portugal*, Lisboa, 1951.

<sup>(93)</sup> - Cfr. Regulamento Geral dos Serviços de Saúde e Beneficência Pública (*Diário do Governo*, n.º 292, de 26 de Dezembro de 1901).



profissão de dentista, de futuro, não poderá ser exercida senão por médicos diplomados pelas Faculdades de Medicina da República"<sup>(94)</sup>.

A reforma do ensino médico e outras medidas complementares levadas a cabo pelo governo da República e pela Faculdade de Medicina de Coimbra, no sentido de responderem mais eficazmente às necessidades sociais, terão também contribuído para o aumento da frequência escolar em Medicina. Assim, a reforma dos estudos médicos, ao transformar as Escolas Médico-Cirúrgicas de Lisboa e do Porto em Faculdades de Medicina, todas (Lisboa, Porto e Coimbra) organizadas segundo o mesmo tipo e gozando dos mesmos direitos e privilégios, acabou com a preferência que para os serviços de cirurgia tinham os diplomados por aquelas antigas escolas<sup>(95)</sup>.

Também a Faculdade de Medicina de Coimbra não se poupou a esforços, para melhorar o ensino, quer pedindo a criação de especialidades, quer instalações de apoio<sup>(96)</sup>.

Medidas decretadas pelo governo contribuíram também para o aumento do número de alunos em medicina. Uma delas foi a que impôs às câmaras municipais, com excepção para Lisboa e Porto, a criação de "pelo menos um partido médico, e nenhuma câmara se pode escusar, sob qualquer pretexto, à sua criação e manutenção"<sup>(97)</sup>; outra foi a institucionalização dos serviços de sanidade escolar, com o decreto n.º 2, de 26 de Maio de 1911<sup>(98)</sup>.

### 3.4. Escola/Faculdade de Farmácia

Após a fixação definitiva da Universidade em Coimbra, em 1537, datam do reinado de D. Sebastião as primeiras directivas quanto ao ensino da

---

<sup>(94)</sup> - *Diário do Governo*, n.º 122, de 26 de Maio de 1911.

<sup>(95)</sup> - Decreto de 22 de Fevereiro de 1911 (*Diário do Governo*, n.º 45, de 24 de Fevereiro).

<sup>(96)</sup> - AUC – *Actas do Conselho da Faculdade de Medicina (1910-1913)*, fls.-24, 37v, 42, 105v-106, 115v, etc.; *Actas do Conselho da Faculdade de Medicina (1921-1926)*, fls. 72v e 86. Nesta última, o Prof. Marques dos Santos apresenta ao Conselho uma proposta para que se crie, em Coimbra, um "Centro Regional de Luta Anti-Cancerosa".

<sup>(97)</sup> - Decreto com força de lei de 25 de Maio de 1911 (*Diário do Governo*, n.º 122, de 26 de Maio).

<sup>(98)</sup> - *Diário do Governo*, n.º 124, de 29 de Maio de 1911.

farmácia, as quais se mantiveram, no essencial, até 1772, altura em que, graças à reforma pombalina, estes estudos foram reformulados. Estas duas etapas da vida do ensino da Farmácia, na Universidade de Coimbra, caracterizam-se, fundamentalmente, por uma forte componente prática<sup>(99)</sup>.

Nos anos trinta do século XIX, com Passos Manuel, voltam os estudos farmacêuticos a ser objecto de reforma, através dos decretos de 5 e 29 de Dezembro de 1836. A partir de então, o ensino da farmácia passou a ser ministrado em escolas anexas à Faculdade de Medicina de Coimbra e às Escolas Médico-Cirúrgicas de Lisboa e Porto. Graças ao desenvolvimento científico e técnico que se vinha fazendo sentir, impõe-se uma maior exigência de conhecimentos, procurando-se assim uma melhor preparação para os futuros farmacêuticos. Procura-se também a aliança entre uma componente teórica e a sua congénere prática. Porém, esta mesma legislação previa, no seu artigo 136, que: "Os aspirantes farmacêuticos, que não tiverem frequentado os cursos teóricos e práticos em alguma das três escolas, poderão todavia ser admitidos a exame perante o mesmo júri, que lhe fará neste caso vagamente as perguntas que lhe parecerem necessárias para verificar a sua capacidade a respeito das doutrinas químicas e botânicas, que têm uso na farmácia; porém, esta classe de alunos somente será admitida a exame, quando tiver feito constar oito anos de boa prática"<sup>(100)</sup>.

---

<sup>(99)</sup> - Um resumo do ensino da Farmácia em Coimbra pode ler-se em *Actas das sessões dos conselhos da Escola de Farmácia de Coimbra (1903-1930)*, fls. 51-53; 83-84 e 102v-103; Guilherme de Barros e Cunha, *O ensino farmacêutico na Universidade de Coimbra-sua criação e evolução até à reforma de Hintze Ribeiro*. Separata de Notícias Farmacêuticas, Alcobaca, 1937; José Pedro Sousa Dias, "O ensino de Farmácia. Uma perspectiva histórica", *Farmácia Portuguesa*, n.º 53, Setembro/Outubro, Lisboa, 1988.

<sup>(100)</sup> - In, José Maria de Abreu, *Legislação Académica*, cit., vol. I, p. 188. Contra esta situação insurge-se a Sociedade Farmacêutica Lusitana, organismo criado em 1825, que muito lutou no sentido de elevar intelectual e moralmente o nível da Farmácia e dos farmacêuticos portugueses. Uma lei de 12 de Agosto de 1854 define as habilitações para estes aspirantes a farmacêuticos. Diz esta lei: "Os exames de Instrução Primária, tradução da língua francesa ou inglesa, de Aritmética e Geometria, e de Física e Química, e Introdução à História Natural dos três Reinos, serão habilitação necessária para a admissão aos exames de Farmácia dos candidatos, de que se trata o artigo cento e trinta e seis do Decreto de vinte e nove de Dezembro...§ único. Exceptuam-se da disposição deste artigo os aspirantes farmacêuticos, que, nos termos do citado artigo cento e trinta e seis..., contando, ao tempo da publicação da presente lei, quatro anos de boa prática, poderão ser admitidos a fazer exame perante um júri especial, logo que completem os oito anos ali estabelecidos" (José Maria de Abreu,

Assim, face às disposições legais, para a obtenção do diploma com vista ao exercício da actividade profissional, aparecem-nos duas vias paralelas: a chamada via "regular", frequentada nas escolas; e a de índole prática, que corresponde à situação que acabamos de mencionar.

Estas directrizes mantiveram-se, até à reforma de Hintze Ribeiro, em 1902, apesar do esforço desenvolvido pela Sociedade Farmacêutica Lusitana<sup>(101)</sup>.

Graças ao empenho de Hintze Ribeiro, por carta de lei de 19 de Julho de 1902<sup>(102)</sup>, o ensino da farmácia sofre nova remodelação, desta vez bastante aplaudida pela classe farmacêutica<sup>(103)</sup>.

Embora a reforma de 1902 não tenha conferido ao ensino da farmácia uma autonomia completa, concedeu-lhe, todavia, a categoria de ensino superior<sup>(104)</sup>. Porque ensino superior, passou a ter maior rigor e mais exigência científica. Daí que a lei tenha definido novas habilitações para o ingresso no curso de farmácia<sup>(105)</sup>. Todavia, a carta de lei de 19 de Julho de 1902, nas suas disposições transitórias, salvaguardava os candidatos a farmacêuticos, desde que estes tivessem mais de 6 anos de prática e os preparatórios exigidos pela lei de 12 de Agosto de 1854. Esta disposição legal, segundo Cipriano Dinis, fez com que houvesse um "largo período de fabricação de

---

*Legislação Académica desde o anno de 1851, inclusivamente até ao presente*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1854, p. 55).

<sup>(101)</sup> - José Cypriano Rodrigues Diniz, *O ensino farmacêutico na Universidade de Coimbra – sua evolução desde 1902 até à reforma de 1932*, Separata de "Notícias Farmacêuticas", Alcobaca, 1937.

<sup>(102)</sup> - *Diário do Governo*, n.º 161, de 22 de Julho de 1902.

<sup>(103)</sup> - *Jornal da Sociedade Farmacêutica Lusitana*, Novembro de 1902 – Suplemento.

<sup>(104)</sup> - "O ensino público de farmácia e a habilitação para o exercício da respectiva profissão serão ministrados pelas escolas de farmácia, anexas à Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra e às Escolas Médico-Cirúrgicas de Lisboa e Porto. § único. Este ensino, será para todos os efeitos, considerado como ensino superior" (*Art.º 1.º da carta de lei de 19 de Julho de 1902*).

<sup>(105)</sup> - "São habilitações necessárias para a matrícula no 1.º do ano do curso de farmácia: 1.º - Curso complementar dos liceus, ou somente curso geral, quando seguido de três anos de prática farmacêutica; 2.º - Exames de química inorgânica, química orgânica, análise química e botânica feitos na Faculdade de Filosofia na Universidade, Escola Politécnica de Lisboa, ou Academia Politécnica do Porto; 3.º - Prática Farmacêutica de dois anos exercida em qualquer farmácia alopata do país, posteriormente ao curso complementar dos liceus, ou três anos, posteriormente ao curso geral dos liceus; 4.º - Ter sido aprovado no exame de validade da prática" (*Idem*, Art.º 6.º).

farmacêuticos", o que fez com que "fosse bastante reduzida a frequência do curso regular"<sup>(106)</sup>.

Feito, embora em traços muito gerais, o enquadramento do ensino farmacêutico até 1910, atentemos, agora, no número de alunos que o frequentaram, bem como nas características que esta frequência apresenta.

À semelhança do que acontecia em outras Faculdades, o Curso de Farmácia não foi grandemente frequentado. Assim, de 1880 até à implantação da República, contam-se apenas 483 inscrições, o que em termos de média de frequência anual corresponde a 15-16 alunos. Em relação à população escolar universitária, o Curso de Farmácia conta com 1,7% .

Observando o Gráfico H, verificamos existirem grandes oscilações, pelo que podemos apontar como característica geral desta frequência um forte sentido de irregularidade. O ano em que o número de alunos é maior é o de 1900-1901, com 34 estudantes, sendo os de 1880 e 1881 os de menor índice, com 2 alunos apenas.

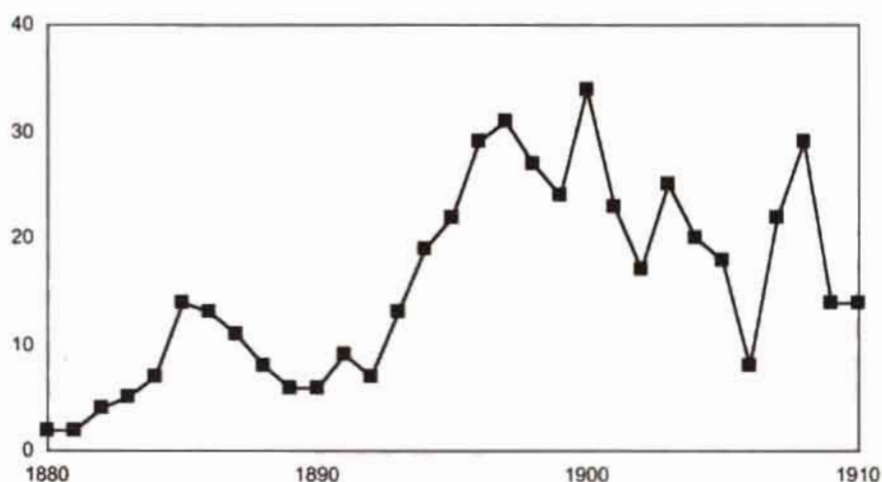


Gráfico H

Frequência da Escola de Farmácia, no período de 1880-81 a 1910-11

Com uma frequência muito modesta nos primeiros cinco anos, assistimos depois a um movimento crescente, embora de curta duração,

<sup>(106)</sup> - José Cypriano Rodrigues Diniz, *ob. cit.*, p. 16.

para, seguidamente, se entrar num período de regressão, ao qual se segue uma nova recuperação com uma relativa tendência de estabilidade para, finalmente, a partir de 1902, se voltar novamente a uma fase de tendência depressiva, explicável, em parte, pela exigência de novas habilitações, como já referimos.

Embora nos *Anuários da Universidade de Coimbra* não se identifiquem as categorias dos alunos, sabemos, no entanto, que o número de estudantes "regulares" era muito diminuto. Na acta da sessão do Conselho da Escola de Farmácia, de 9 de Fevereiro de 1920, lê-se: "tanto que, desde 1902, têm os antigos farmacêuticos constituído a maioria dos alunos das três escolas do país, e que, sem eles, talvez alguma escola tivesse já fechado por falta de alunos"<sup>(107)</sup>.

Com a revolução republicana, os estudos farmacêuticos sofrem uma nova reformulação, através do decreto com força de lei de 26 de Maio de 1911<sup>(108)</sup>. Quando todos esperavam uma elevação do ensino da Farmácia, conforme o projecto proposto ao Governo pela comissão de professores das três Escolas, isso não se verifica. Os estudos farmacêuticos saem diminuídos, porque a nova reforma, para além de aumentar os anos do curso, não só lhes retirou a categoria de ensino superior, que haviam adquirido em 1902, como também diminuiu as habilitações necessárias para a primeira matrícula. Para se ingressar na Escola de Farmácia bastava, agora, possuir o curso geral dos liceus. Esta nova reforma também não dava garantia alguma aos alunos já matriculados.

Em conselho da Escola de Farmácia de 17 de Junho de 1911, o professor ordinário, José Cypriano Rodrigues Diniz, referindo-se à reforma "expôs o desagrado que ela deixa no espírito de toda a classe e lembrou que com as outras escolas e corporações farmacêuticas se lavre protesto contra esta reforma e seja posta em vigor a que todas as escolas tinham aprovado"<sup>(109)</sup>. Porque feridos no seu brio académico e profissional, os

---

<sup>(107)</sup> - *Actas das sessões dos conselhos da Escola de Farmácia, cit.*, fl. 86. Segundo informa José Cypriano Rodrigues Diniz, só em 1907 é que se matriculou o primeiro aluno ordinário, António Maria Ribeiro de Abreu e Vasconcelos, que se veio a diplomar em 1909. (*Ob. cit.*, p. 24).

<sup>(108)</sup> - *Diário do Governo*, n.º 124, de 29 de Maio de 1911.

<sup>(109)</sup> - *Actas das sessões cit.*, fls. 23v-24.

professores das Escolas de Farmácia recusaram-se a prestar a sua colaboração à regulamentação do decreto de 26 de Maio<sup>(110)</sup>. No entanto, alguém estranho ao corpo docente o fez, introduzindo-lhe as modificações possíveis, para o aproximar do projecto da reforma primitiva<sup>(111)</sup>. Já com a participação das escolas, um novo regulamento é elaborado e aprovado pelo decreto n.º 1 102, de 25 de Novembro de 1914<sup>(112)</sup>, através do qual o ensino da Farmácia recupera a categoria de ensino superior. Todavia, este regulamento teve vida efémera, já que um decreto de 26 de Dezembro de 1914 determinou a sua suspensão, por ser contrário à lei de 26 de Maio de 1911<sup>(113)</sup>. Este novo decreto determinava ainda que, até à publicação de um novo regulamento, fossem observadas as disposições constantes no regulamento de 18 de Agosto de 1911 e no decreto lei de 26 de Maio, também de 1911.

Só em 1918, e sob proposta de todas as Escolas de Farmácia, o ensino farmacêutico se viu novamente prestigiado, dado que o decreto n.º 4 653, de 14 de Julho<sup>(114)</sup>, estabelecia, entre outras directivas e disposições, que este tipo de ensino fosse ministrado em Escolas Superiores de Farmácia e que as habilitações necessárias para o ingresso fossem as disciplinas da secção de ciências do curso complementar dos liceus.

Finalmente, os decretos n.ºs 5 463, de 29 de Abril de 1919<sup>(115)</sup>, ao conceder o grau de licenciatura aos estudantes de Farmácia, e o 7 238,

---

<sup>(110)</sup> - *Actas cit.*, fls. 24-24v; 26-26v.

<sup>(111)</sup> - O regulamento das Escolas de Farmácia foi aprovado por decreto de 18 de Agosto de 1911 (*Diário do Governo*, n.º 194, de 21 de Agosto do mesmo ano). Segundo as palavras do professor Cypriano Diniz este facto "deu até lugar à observação de um caso interessante e singular - de um regulamento de estudos se sobrepor à sua própria lei orgânica" (*Ob. cit.*, p. 32).

<sup>(112)</sup> - *Diário do Governo*, 1ª Série, n.º 221, de 25 de Novembro de 1914; *Actas cit.*, fl. 42v.

<sup>(113)</sup> - *Diário do Governo*, n.º 305, de 31 de Dezembro de 1914.

<sup>(114)</sup> - *Diário do Governo*, 1ª Série, n.º 157, de 19 de Julho - 2.º Suplemento. Cypriano Diniz referindo-se ao período de 1911 a 1918 disse que "foi entrecortado pelos mais variados e incríveis incidentes, quase sempre originados no mau funcionamento de alguns Conselhos Escolares e sobretudo na acção nefasta dos inimigos do Ensino Farmacêutico que, desde sempre e a todo o transe, pretendem o seu apoucamento, procurando obstar a que atinja o necessário grau de prestígio e desenvolvimento" (*Ob. cit.*, p. 45).

<sup>(115)</sup> - *Diário do Governo*, 1ª Série, n.º 89, de 29 de Abril.

de 18 de Janeiro de 1921<sup>(116)</sup>, ao promover as Escolas de Farmácia a Faculdades, muito contribuíram para o prestígio e desenvolvimento dos estudos farmacêuticos.

Feita esta breve resenha histórica do ensino da Farmácia, durante o período republicano, vejamos como evoluiu a sua frequência.

Frequentaram o Curso de Farmácia, durante a República, 357 alunos, o que nos permite afirmar que a média geral de frequência, em relação ao período anterior, subiu de 15-16 para 23-24, sendo a percentagem em relação ao total universitário de 1,9%.

Observando o Gráfico I, diremos que a frequência na Escola e Faculdade de Farmácia se continua a pautar por alguma irregularidade, onde são visíveis três períodos bem distintos: o primeiro, que vai até 1917-18 e que se caracteriza por uma curva ascendente, explicável, a nosso ver, por duas ordens de razões, que têm a ver com a reforma de 26 de Maio de 1911: o aumento do curso, de dois para quatro anos, por um lado e, por outro, na exigência de menores habilitações para o ingresso; um segundo momento, que vai de 1918 a 1921, caracterizado por um decréscimo no número de alunos, devido à reforma de 1918, que passou a exigir mais habilitações, ao mesmo tempo que coarctou as possibilidades aos antigos farmacêuticos de se actualizarem<sup>(117)</sup>; finalmente, um terceiro período, a partir de 1922, com aumento sensível no número de alunos, em virtude do melhor estatuto que os estudantes de Farmácia adquiriram, ao ser-lhes concedido o grau de licenciatura e a passagem da sua Escola a Faculdade.

Digamos ainda que, em termos globais, o Curso de Farmácia foi frequentado por 840 estudantes, o que dá uma média anual de 18-19 alunos, representando, no contexto universitário, 1,7%. Para além das razões

---

<sup>(116)</sup> - *Diário do Governo*, I Série, n.º 12, de 18 de Janeiro.

<sup>(117)</sup> - "Não podemos acreditar que, no actual momento, em que todas as profissões procuram ou devem procurar valorizar-se pelo estudo e pelo trabalho possa vingar o estranho critério de negar a uma classe, de cujos serviços a colectividade não pode dispensar-se, o poder ilustrar-se fechando-se-lhes as escolas, onde poderia adquirir maior soma de conhecimentos" (*Actas cit.*, fl. 86). Referindo-se ao reduzido número de alunos, o Professor Vicente José de Seíça disse, num conselho escolar: "...que são as Faculdades que devem empregar os seus esforços em benefício da classe farmacêutica, o que reveste em seu próprio benefício, visto ser muito reduzida a sua frequência escolar..." (*Idem*, fl. 111).

apontadas, outras existem que nos podem ajudar a compreender a modesta frequência verificada. Considerado, durante muito tempo, como um ensino de segunda, os alunos não tinham também incentivos morais, dada a ausência de um estatuto social condigno para a classe.

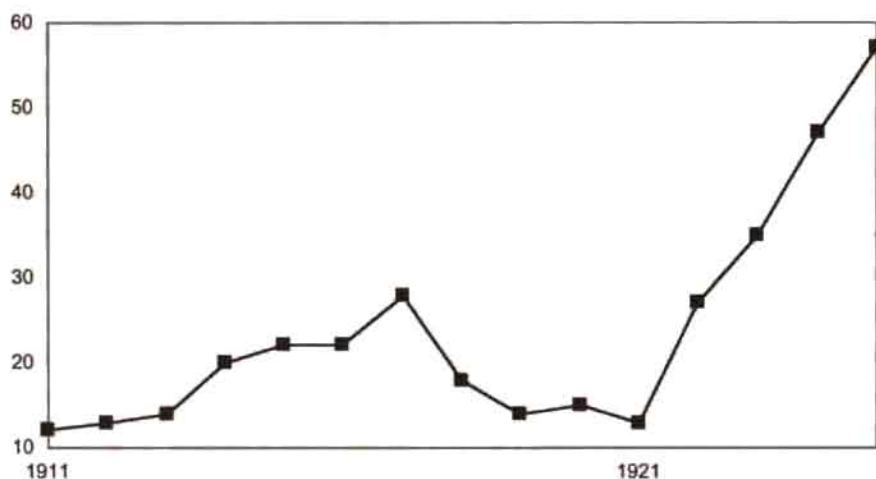


Gráfico 1

Frequência da Escola/Faculdade de Farmácia, no período de 1911-12 a 1925-26

### 3.5. Faculdade de Matemática

A Faculdade de Matemática foi criada em 1772, no âmbito da reforma pombalina<sup>(118)</sup>. Adepto dos ideais iluministas e consciente do atraso tecnológico do país, o Marquês de Pombal viu na Faculdade de Matemática a escola capaz de poder formar "matemáticos de profissão", para o exercício do magistério e ainda os técnicos qualificados necessários ao desenvolvimento de que Portugal tanto carecia. Não desconhecendo as enormes dificuldades que qualquer projecto inovador trás consigo, o Marquês de Pombal criou estímulos a alunos e professores, para que a nova Faculdade não fosse frequentada só por "engenhos raros... mas também de

<sup>(118)</sup> - *Estatutos da Universidade de Coimbra (1772)*, Ed. fac-similada, Coimbra, Por ordem da Universidade, 1972, Livro III, Part. II, Tit. I, Cap. I.



outros muitos, que poderão adquirir o conhecimento bastante, para se empregarem... com vantagem superior aos que são destituídos das luzes destas ciências"<sup>(119)</sup>.

Apesar dos privilégios e das facilidades concedidas, a Faculdade de Matemática foi muito pouco frequentada por indivíduos que desejassem seguir, verdadeiramente, a carreira matemática. Basta observar os dados estatísticos, para se constatar que os últimos anos têm uma frequência reduzidíssima, contra uma assistência razoável, nos primeiros dois anos<sup>(120)</sup>. Dois tipos de explicações para se justificar este tipo de frequência. Os poucos alunos a frequentarem os últimos anos deve-se, fundamentalmente, à falta de saídas profissionais para os bacharéis e licenciados em matemática. Dado o relativo atraso tecnológico do país<sup>(121)</sup>, a estes homens restava-lhes, essencialmente, a via da docência, no ensino secundário<sup>(122)</sup>; a frequência dos primeiros dois anos justifica-se, porque algumas das disciplinas que os integram são não só comuns à Faculdade de Filosofia, mas também constituem estudos preparatórios para a entrada nas escolas do exército e da marinha<sup>(123)</sup>.

A reduzida frequência da Faculdade de Matemática poderá explicar-se, também, pela concorrência que lhes faziam as Politécnicas de Lisboa e do Porto<sup>(124)</sup>.

De 1880 até à criação da Faculdade de Ciências pelo governo da República, em 1911, frequentarem a Faculdade de Matemática 509 estudantes, isto é, 1,8% do total geral da Universidade. Segundo este valor, a média anual de frequência situa-se nos 16-17 alunos aproximadamente.

<sup>(119)</sup> - *Idem*, Cap. II, § 9.

<sup>(120)</sup> - AUC - *Actas da Congregação da Faculdade de Matemática (1871-1886)*, fl. 139v.

<sup>(121)</sup> - Manuel Villaverde Cabral, *O desenvolvimento do capitalismo...*, pp. 277 e ss.

<sup>(122)</sup> - Cfr. Art.º 146.º do Decreto n.º 4, de 24 de Dezembro de 1901; Joaquim Ferreira Gomes, *A Escola Normal Superior da Universidade de Coimbra (1911-1930)*, Lisboa, Instituto da Inovação Educacional, 1989, pp. 7-17.

<sup>(123)</sup> - Cfr. Decreto e carta de lei de 13 de Setembro de 1897, *Diário do Governo*, n.º 214, de 23 de Setembro; Joaquim Ferreira Gomes, *A Universidade de Coimbra durante a primeira república...*, p. 38, nota 1.

<sup>(124)</sup> - Francisco de Castro Freire, *Memória histórica da Faculdade de Matemática nos cem anos decorridos desde a reforma da Universidade em 1772 até ao presente*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1872, p. 111.

Observando o Gráfico J, verificamos que até ao ano de 1897-98, o número de alunos que frequentava, exclusivamente, os gerais de Matemática era muito modesto, não chegando, sequer, a atingir uma dezena de alunos por ano. A partir daquela data verifica-se uma pequena subida, pelo menos até 1902, que poderá ter a ver com a criação, embora provisória, de uma cadeira de Análise Superior, em 1898. É, pelo menos, esta a razão que se pode ler nas *Bases para a reorganização da Universidade de Coimbra inseridas no Decreto n.º 4, de 24 de Dezembro de 1901*: "já no ano lectivo de 1898-1899 foi regida uma cadeira de Análise Superior criada provisoriamente por portaria de 11 de Novembro de 1898, e as vantagens desta cadeira fizeram logo sentir-se na frequência dos últimos dois anos e nos actos de bacharel e formatura, como actualmente se faz sentir a sua falta"<sup>(125)</sup>.

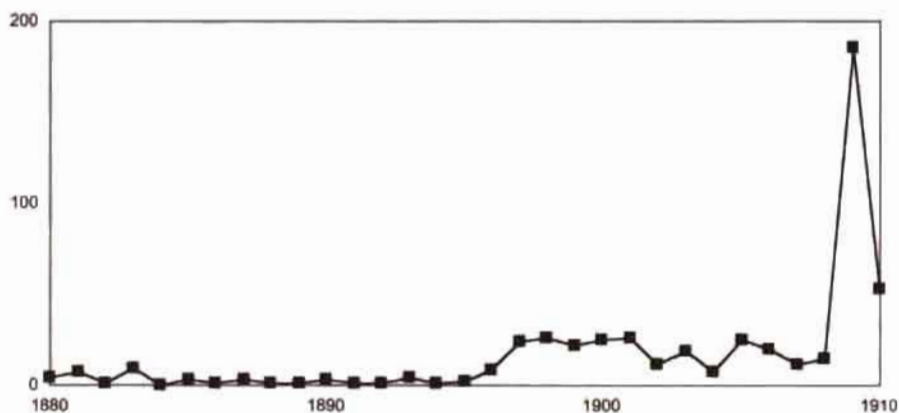


Gráfico J

Frequência da Faculdade de Matemática, no período de 1880-81 a 1910-11

64

A relativa estabilidade que se vinha verificando entre 1898 e 1902 é quebrada a partir desta data. A tendência geral é agora para uma certa oscilação. Esta variação pode ter a ver com a reforma de 1901, que não criou os estímulos necessários a uma maior frequência. A reforma limitou-se, no essencial, a uma nova arrumação de disciplinas já existentes, não

(125) - *Diário do Governo*, n.º 294, de 28 de Dezembro de 1901.

se preocupando com a perspetivação de novas saídas profissionais para os seus bacharéis e licenciados. A propósito desta reforma, Ferreira Gomes escreveu: "Se, do ponto de vista científico e de aplicação do saber, a reforma de 24 de Dezembro de 1901 deixava a desejar, ela era inteiramente desadequada no que diz respeito à "ideologia" que lhe estava subjacente"<sup>(126)</sup>.

Se o magistério no ensino secundário continuou a ser a saída profissional mais segura, em termos de frequência de alunos, a Faculdade de Matemática manteve-se uma Faculdade propedêutica, por excelência<sup>(127)</sup>.

Quando se fala na frequência da Faculdade de Matemática não se pode deixar de referenciar um acontecimento importante que teve lugar no ano lectivo de 1891-92. Data precisamente desta altura a matrícula da primeira mulher na Universidade de Coimbra. Trata-se de Domitila Hormízinda Miranda de Carvalho<sup>(128)</sup>.

### 3.6. Faculdade de Filosofia

Como a Faculdade de Matemática, também a Faculdade de Filosofia foi uma criação da reforma pombalina<sup>(129)</sup>. A sua institucionalização obedeceu a objectivos que iam no sentido de formar técnicos capazes para o desenvolvimento do país.

No início, foi esta Faculdade frequentada por duas categorias de alunos: os ordinários e os obrigados. Se aqueles se destinavam a estudar a filosofia em si mesma, já estes estudavam parte dela, normalmente nos primeiros anos, como preparação para outros cursos.

<sup>(126)</sup> - *A Universidade de Coimbra durante a primeira república...*, p. 10.

<sup>(127)</sup> - Cfr. Art.º 123.º do Decreto n.º 4, de 24 de Dezembro de 1901.

<sup>(128)</sup> - *Anuário da Universidade de Coimbra. Ano lectivo de 1891-1892*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1892, pp. 97, 115 e 136. Vejam-se os trabalhos de Joaquim Ferreira Gomes, *A mulher na Universidade de Coimbra*, Coimbra, Livraria Almedina, 1987, pp. 9-11 e *Estudos para a história da Universidade de Coimbra*, Coimbra, Livraria Minerva, 1991, pp. 35-55.

<sup>(129)</sup> - *Estatutos cit.*, Livro III, Part. III, § 5.

No entanto, a reforma de 1844 veio permitir que "em todos os anos do curso filosófico serão admitidos a ele estudantes voluntários, que poderão fazer acto e transitar para a classe dos ordinários ou obrigados"<sup>(130)</sup>.

Ainda segundo o diploma que regula a reforma de 1844, "a formatura em filosofia será habilitação necessária para os lugares de provedor da casa da moeda, administrador geral das matas, directores de fábricas e inspectores de minas, e bem assim para todos os outros empregos que dependem de conhecimentos filosóficos. As cadeiras de filosofia de todos os estabelecimentos públicos só poderão ser providos em doutores ou bacharéis filósofos, guardadas quanto aos liceus, as disposições do artigo 60.º deste decreto"<sup>(131)</sup>.

Com todas estas saídas profissionais, seria de esperar que a Faculdade de Filosofia fosse frequentada por um número razoável de alunos. Tal, porém, não se verifica, porque muitas destas saídas profissionais eram fictícias, dado o atraso do país. Também ao nível do ensino, sobretudo do secundário, havia a concorrência com bacharéis de outras Faculdades. Daí que, em 31 de Março de 1908, o Reitor da Universidade, Alexandre Ferreira Cabral Pais do Amaral, a pedido dos estudantes de Filosofia, enviasse um ofício ao Ministro do Reino, solicitando-lhes os bons officios, para que fosse concedida aos bacharéis de Filosofia a regência das cadeiras de Físico-Química e História-Natural, enquanto que para os formados em Matemática ficariam as disciplinas de ciências físicas e matemáticas<sup>(132)</sup>.

Apesar de esta Faculdade ter mais alunos que a sua congénere de Matemática, as características da sua frequência são em tudo muito semelhantes. A Faculdade propedêutica, apresenta estatísticas satisfatórias no tocante a alunos obrigados e voluntários. O mesmo já não se verifica quanto ao número de alunos ordinários que são, no fundo, os que realmente interessam.

Segundo os nossos cálculos, de 1880 até à sua extinção, com as reformas estruturais da República, foram 1919 os estudantes que frequentaram, em

(130) - Decreto de 20 de Setembro de 1844, Art.º 115, § único (*Legislação Académica cit.*, vol. I, p. 272).

(131) - *Idem*, Art.º 116.º.

(132) - AUC – *Reitoria da Universidade. Correspondência. Offícios*, vol. 21, 1908, fls. 16v-17. É possível que esta pretensão dos alunos tenha a ver, também, com a reforma de Eduardo José Coelho, em 1905, que contemplava o ensino das Ciências Naturais em detrimento do latim (Cfr. Vasco Pulido Valente, *ob. cit.*, pp. 73-78).

exclusivo, a Faculdade de Filosofia. Este quantitativo corresponde a 6,6% do total geral da população estudantil universitária. A média de frequência anual desta Faculdade situa-se na casa dos 61-62 estudantes.

Na evolução desta frequência podemos destacar três momentos diferentes. Observando o Gráfico L verificamos que, de um modo geral, de 1880 até 1895, esta frequência caracteriza-se por uma tendência geral de crescimento; segue-se-lhe, depois, uma certa variabilidade com períodos de subidas e descidas, sendo o ano de 1903-1904 o de menor índice, com 21 alunos apenas, para, finalmente, se assistir a um novo período de crescimento, embora lento.

A pouca apetência por esta Faculdade tem, certamente, muito a ver com as saídas profissionais dos seus alunos.

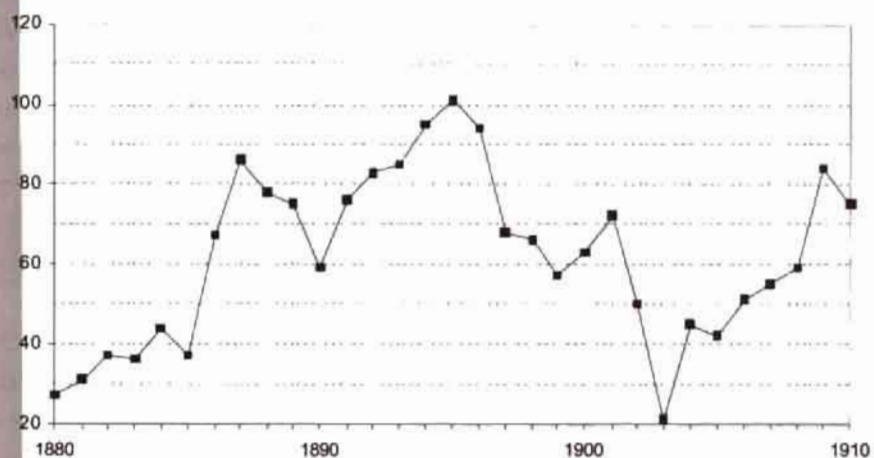


Gráfico L

Frequência da Faculdade de Filosofia, no período de 1880-81 a 1910-11

### 3.7. Faculdade de Letras

67

Pedida desde longa data, a Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra foi uma criação do governo da República<sup>(133)</sup>. Tanto a Faculdade de

(133) - Art.º 3.º do Decreto com força de lei de 19 de Abril de 1911, *Diário do Governo*.

Letras de Coimbra como a de Lisboa tinham por fim "o aperfeiçoamento e a expansão da alta cultura intelectual no domínio das ciências filosóficas, filológicas, históricas e geográficas, e a preparação científica para o exercício das profissões que exigem o conhecimento daquelas ciências"<sup>(134)</sup>. Na Faculdade de Letras de Coimbra havia ainda um curso anexo de língua hebraica<sup>(135)</sup>. Para além dos cursos mencionados podiam ainda ser professadas matérias em regime de cursos livres, gerais ou especiais, leccionados por professores ordinários, extraordinários, assistentes já reconduzidos pela segunda vez ou professores convidados pelo Conselho da Faculdade<sup>(136)</sup>.

Fruto dos princípios ideológicos da igualdade, a reforma do ensino superior proclamada pela República acabou com a distinção entre alunos ordinários e voluntários. Agora, e segundo a lei "são considerados estudantes da Universidade aqueles que se encontrarem matriculados e inscritos nos seus cursos"<sup>(137)</sup>.

Como reflexos também da liberdade preconizada pelos princípios republicanos, os alunos podiam escolher as disciplinas que desejavam estudar por uma ordem diferente daquela que o plano de estudos elaborado pela Faculdade aconselhava, ao mesmo tempo que qualquer aluno podia também "mudar de Faculdade ou Escola dentro da mesma Universidade, e frequentar mais de uma Faculdade ou Escola, sem pagamento de nova matrícula"<sup>(138)</sup>.

---

n.º 93, de 22 de Abril; foi organizada pelo Decreto com força de lei de 9 de Maio do mesmo ano e regulamentada por Decreto de 19 de Agosto de 1911 (*Diário do Governo*, n.ºs 109 e 195, de 11 de Maio e 22 de Agosto).

<sup>(134)</sup> - Art.º 1.º do Decreto de 9 de Maio de 1911 cit.

<sup>(135)</sup> - Art.º 2.º, § 1.º do Decreto de 19 de Agosto de 1911 cit.

<sup>(136)</sup> - *Idem*, Art.ºs 3.º e 4.º No ano lectivo de 1913-1914 funcionou um curso livre de italiano, que foi frequentado por 6 alunos, cujos nomes são: Adriano Duarte da Silva, Amadeu Ribeiro Vital, Francisco de Silva Telo da Gama, Henrique Osório Pereira de Vilhena, Idalina Fanny Balby Vieira e José Nozolini da Silva Leão (Cfr. *Anuário da Universidade de Coimbra. Ano lectivo de 1913-1914*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1914, p. 95). Este curso foi regido pelo Doutor Ferrand Pimentel de Almeida (Cfr. Manuel Augusto Rodrigues, *A Universidade de Coimbra no século XX. Actas da Faculdade de Letras*, cit., vol. I, p. 38 e *A Universidade de Coimbra no século XX. Actas do Senado*, cit., vol. I, p. 89).

<sup>(137)</sup> - *Idem*, Art.º 61.º.

<sup>(138)</sup> - *Idem*, Art.ºs 8.º e 9.º e Decreto com força de lei n.º 4 554, de 6 de Julho de 1918 (rectificado em 15 de Julho de 1918), Art.º 72.º, § 2.º Manuel Augusto Rodrigues, *A Universidade nos seus Estatutos* cit., p. 244.

Durante a primeira República, a Universidade de Coimbra foi frequentada por 18 852 alunos. Ressalvando os últimos quatro anos (1922-23 a 1925-26), porque os *Anuários da Universidade* se encontram incompletos, foram 1 188 estudantes que se matricularam, exclusivamente, na Faculdade de Letras, o que, em termos de percentagem relativamente à Universidade em geral, representa 6,3%. Tendo em conta o valor explanado, poderemos dizer que a média anual de frequência nesta Faculdade se situa nos 79-80 alunos.

Observando o Gráfico M, constatamos que, apesar de uma ligeira flutuação, sem significado de maior, a característica geral da frequência nesta Faculdade vai no sentido de uma relativa estabilidade com tendência para um certo crescimento. Assim, o ano em que o número de inscrições foi menor foi precisamente o de 1911-1912, com 17 estudantes apenas, o que realmente não admira, uma vez que corresponde ao 1.º ano de funcionamento; o ano de maior frequência foi o de 1924-1925, com 142 alunos.

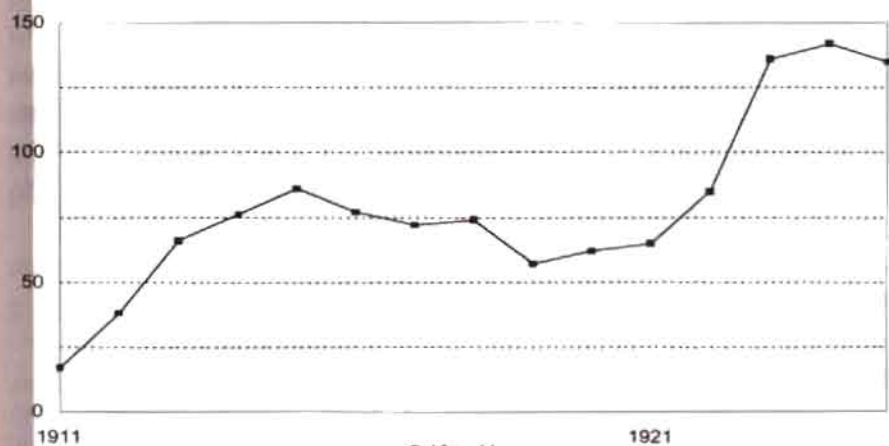


Gráfico M  
Frequência da Faculdade de Letras, no período de 1911-12 a 1925-26

A avaliar pelas *Actas da Faculdade*, estamos em crer que a frequência nesta Escola foi, de uma maneira geral, satisfatória, já que não existem, por parte dos docentes, grandes preocupações quanto à falta de alunos, à semelhança do que acontecia na Faculdade de Teologia. O único ano em que o Conselho da Faculdade revelou algumas preocupações nesta matéria foi precisamente o de 1912-1913 e apenas no tocante aos cursos de Filologia Clássica e Filologia

Germânica, em virtude de as disposições legais exigirem, para a admissão nestes cursos, a aprovação em Língua Grega e Língua Alemã<sup>(139)</sup>. Reza assim o texto da acta da sessão do Conselho de 9 de Novembro de 1912: "Comunica [o Director da Faculdade] depois que estando a Faculdade em risco de não ter alunos nas secções de Filologia Germânica e Clássica em vista da exigência dos exames de Alemão e Grego Elementar para a matrícula naquelas secções, apresentara ao Sr. Reitor o alvitre de serem os alunos de Filologia Clássica admitidos a uma matrícula provisória, que se tornará definitiva quando fizerem o exame de Grego Elementar perante o júri nomeado pela Faculdade; e que os de Filologia Germânica fossem admitidos à matrícula singular na cadeira de Língua e Literatura Inglesa, habilitando-se durante o ano para o exame de Alemão que lhes permitirá então a matrícula como alunos da secção. A Faculdade concordou inteiramente com esta medida, julgando que se deve deixar ao Professor de Grego a determinação da época em que os alunos poderão satisfazer ao exame elementar daquela disciplina"<sup>(140)</sup>.

Um ano depois, o estado das coisas era já outro e bem diferente. O Doutor António de Vasconcelos, Director da Faculdade, referindo-se ao movimento escolar sublinhava: "a frequência aumentara sensivelmente, pois até ao presente se tinham matriculado 134 alunos nas diferentes cadeiras da Faculdade e no curso de habilitação ao magistério, tendo-se realizado um total de 514 inscrições"<sup>(141)</sup>.

Na sequência do dinamismo que se vinha já verificando ao nível da frequência feminina na Universidade, também na Faculdade de Letras o

---

<sup>(139)</sup> - Cfr. Art.º 142.º do Decreto de 19 de Agosto de 1911 cit.

<sup>(140)</sup> - Manuel Augusto Rodrigues, *ob. cit.*, pp. 24-25. Relativamente à realização dos exames de Grego, o professor propôs que os mesmos fossem realizados no dia 14 de Dezembro (*Idem*, p. 27).

<sup>(141)</sup> - *Idem*, p. 39. Relativamente ao quantitativo citado - 134 alunos - queremos informar, não para pôr em causa, mas esclarecer que, segundo a nossa contagem, são apenas 126 alunos, cuja distribuição é a seguinte: 66 - encontram-se unicamente inscritos na Faculdade de Letras; 45 - frequentam, simultaneamente, Letras e Direito; 2 - Letras e Medicina; 10 - Letras e Ciências; 3 - frequentam mais que duas faculdades. (Cfr. Manuel Alberto Prata, *ob. cit.*, vol. II, pp. 41-45 e 55-56). Aliás, as nossas contas são confirmadas pelo ofício n.º 218, de 14 de Maio de 1914, da Reitoria para o Secretário Geral do Ministério da Instrução Pública, informando da frequência na Universidade de Coimbra no ano lectivo de 1913-14. (AUC - *Reitoria da Universidade. Correspondência. Offícios. 1913-1915*, fl. 87 - 87v).



número de alunas aumentou consideravelmente. Em 1915-1916, frequentaram a Faculdade de Letras 26 senhoras, quando, no ano lectivo anterior, o seu número não chegava a uma dúzia<sup>(142)</sup>. Por isso, houve necessidade de adaptar instalações e recrutar mais pessoal auxiliar<sup>(143)</sup>.

Resta afirmar que, ontem como hoje, as saídas profissionais para a grande maioria desta gente eram o ensino<sup>(144)</sup>.

### 3.8. Faculdade de Ciências

Como a Faculdade de Letras, também a Faculdade de Ciências foi uma criação do governo da República, por decreto com força de lei de 19 de Abril de 1911<sup>(145)</sup>. Esta nova Faculdade, sucessora das antigas Faculdades de Matemática e Filosofia, destinava-se a ministrar o "ensino superior e geral das ciências matemáticas, físico-químicas e histórico-naturais"<sup>(146)</sup>.

Observando o Gráfico N que representa o movimento da frequência nesta Faculdade, poderemos dizer que, em termos globais, foi uma escola relativamente bem frequentada, para o que contribuiu o facto de nela serem ministrados também os estudos preparatórios para a Faculdade de Medicina, para a Escola de Guerra e para a Escola Naval<sup>(147)</sup>.

---

(142) - *A mulher na Universidade de Coimbra...* pp. 36-40.

(143) - Diz o Doutor António de Vasconcelos: "Como a frequência feminina da Faculdade aumentou muito este ano viu-se obrigado a mandar fazer em uma das salas do novo edifício uma divisão para poder proporcionar um vestiário às alunas e teve também pelo mesmo motivo de contratar uma servente, para ser paga como jornaleira" (*Actas da Faculdade de Letras...*, vol. I, p. 113).

(144) - A título de exemplo diremos que, em 1914-15, concluíram o curso nesta Faculdade 4 bacharéis: Carlos Simões Ventura, José Simões Neves, Leonel Pimentel de Almeida e Joaquim de Carvalho. Estes mesmos indivíduos matricularam-se, no ano seguinte, na Escola Normal Superior de Coimbra, com vista ao complemento de habilitação para o ensino liceal (*Anuário da Universidade de Coimbra. Ano lectivo de 1915-1916*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1916, pp. 278 e 291).

(145) - *Diário do Governo cit.*

(146) - Art.º 3.º do Decreto de 19 de Abril de 1911.

(147) - Em virtude da existência de trabalhos práticos, alguns professores propõem mesmo o desdobramento dos cursos. São os casos do Doutor Bernardo Aires, em Novembro de 1912, em Zoologia Médica e do Doutor Luís Carriço, em Agosto de 1915, em Botânica

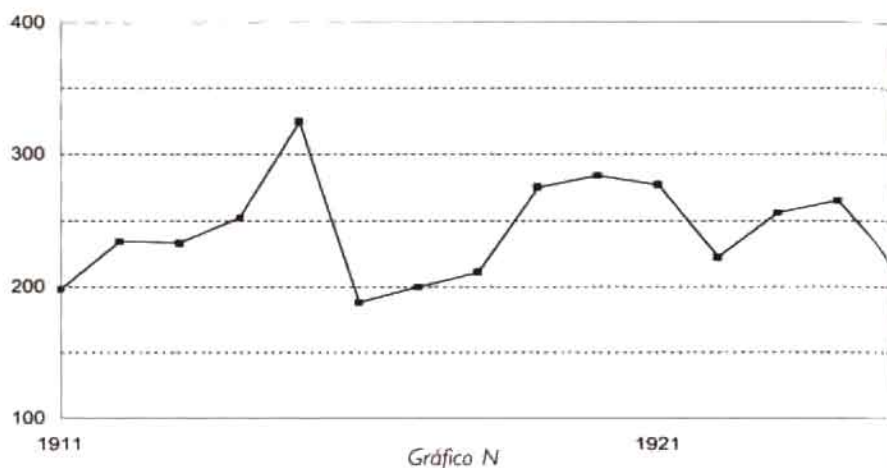


Gráfico N  
Frequência da Faculdade de Ciências, no período de 1911-12 a 1925-26

Até 1925-1926, foi frequentada por 3 636 estudantes, o que lhe dá uma percentagem, em relação à Universidade, de 19,3%. A média geral de frequência foi de 242-43 alunos, sendo o ano de 1915-16 o que regista a maior quantidade de alunos - 325 -, enquanto o de 1916-17 apresenta o mais baixo índice - 188 - compreensível e justificado, em virtude da mobilização que, nesta altura, se verificou para o primeiro conflito mundial, o que levou, inclusivamente, a uma antecipação de exames. Disto mesmo nos dá conta a congregação de 14 de Junho de 1916 ao decidir que: "os alunos a quem tenha de ser antecipado o exame por terem de prestar serviço militar, deverão requerer, logo que sejam convocados, indicando no requerimento o dia da apresentação"<sup>(148)</sup>.

72

e Zoologia. Outros, como por exemplo, o Doutor Teixeira Bastos, em Física, recusa-se a iniciar o curso, em virtude do número de alunos ser elevado, o espaço no Laboratório ser pequeno e ainda pelas carências de pessoal (Cfr. Manuel Augusto Rodrigues, *A Universidade de Coimbra no século XX. Actas da Faculdade de Ciências*, vol. I (1911-1927), Publicações do Arquivo da Universidade, Coimbra, 1992, pp. 15-16, 28 e 80).

<sup>(148)</sup> - *Idem*, p. 89. Aliás, o ano de 1916-17 foi extraordinariamente difícil para a vida da Faculdade de Ciências. Para além de restrições orçamentais, a mobilização para o serviço militar de muitos dos seus professores levou ao encerramento antecipado de algumas disciplinas, como foi o caso da de Sólidos e Flúidos (*Idem*, pp. 93-95, 98, 99 e 106).

Estes problemas foram diversas vezes discutidos em várias congregações. Na Congregação de 23 de Fevereiro de 1917, por exemplo, o Doutor Bernardo Aires fez questão em ler

A grande maioria dos diplomados pela Faculdade de Ciências destinava-se à carreira do magistério liceal. Por isso, quando, em 30 de Junho de 1914, foi publicada a lei n.º 226, que permitia o recrutamento para professores provisórios dos liceus em pessoas menos habilitadas, a própria Faculdade reagiu, porque essas disposições vinham "tolher o progresso da Faculdade, que não só será abandonada por numerosos alunos seus em preparação para o magistério secundário, cuja carreira é imploravelmente cortada sem a menor atenção pelos direitos adquiridos, mas verá por largo período desertos os seus bacharelados, tendo de encerrar a maioria das suas cadeiras com manifesto prejuízo da Instrução Nacional"<sup>(149)</sup>.

Apesar de uma ou outra flutuação, aliás sem significado, a frequência da Faculdade de Ciências caracteriza-se por uma tendência geral de crescimento.

### 3.9. Escola Normal Superior

Sempre que se fala em formar professores, um dos aspectos importantes a ter em conta, para além de uma sólida preparação científica, é também uma boa formação psicopedagógica. Se esta matéria constitui, nos tempos que correm, preocupação bastante dos governantes de qualquer país, o assunto não é novo em política de reforma educativa. Entre nós, por exemplo, já um

---

uma circular que o governo francês havia enviado aos reitores das Universidades, onde se dizia, entre outras coisas, o seguinte: "Quelles que soient les difficultés, il faut assurer, pendant cette année, non seulement la permanence, mais la vitalité de l'enseignement supérieur: Il le faut pour le pays lui-même, il le faut pour l'étranger, il le faut pour l'avenir..." (*Idem*, p. 100). Em 15 de Novembro do mesmo ano, o Conselho da Faculdade enviava o seguinte ofício ao reitor da Universidade de Coimbra: "A Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra, considerando indispensáveis os seus assistentes para o ensino prático dos seus alunos, renova o pedido, já mais de uma vez, feito ao Governo da República para que, à semelhança do que tem feito com os empregados dos Correios e Telégrafos, com os dos Caminhos de Ferro e com os de construções navais, os mesmos assistentes sejam mobilizados nos respectivos lugares da mesma Faculdade". (*Idem*, p. 108).

<sup>(149)</sup> - *Idem*, p. 61. Veja-se também a acta de 13 de Dezembro de 1911, onde os bacharéis de Matemática e de Filosofia solicitam a devida autorização para frequentarem, no Curso Superior de Letras, o Curso de Habilitação ao Magistério Secundário (*Idem*, pp. 13-14).

decreto de 22 de Dezembro de 1894<sup>(150)</sup>, ao reformar a instrução primária e secundária, dizia que iriam ser objecto de regulamentação não só os programas dos estudos, métodos e processos de ensino, mas também as habilitações para o magistério do ensino liceal. Este decreto foi regulamentado em diploma legal de 14 de Agosto de 1895<sup>(151)</sup>.

Fruto certamente de pressões sobre o poder político, estes diplomas não vieram a ter execução, pelo que, a carta de lei de 28 de Maio de 1896<sup>(152)</sup> volta novamente a reafirmar aquelas determinações.

Todavia, é só no decreto n.º 4, de 24 de Dezembro de 1901, que se anuncia que: "com as competentes cadeiras do quadro das Faculdades de Matemática e Filosofia... e em harmonia com o decreto n.º 5 desta data, é organizado, em diploma especial, o curso de habilitação para o magistério das seguintes disciplinas do plano dos liceus: - Matemática, Ciências Físico-Químicas, Histórico-Naturais e de Desenho"<sup>(153)</sup>. É o decreto de 3 de Outubro de 1902, que vem então a criar o Curso de Habilitação para o Magistério Liceal, com a duração de 4 anos, sendo os três primeiros de preparação científica e ministrados ou na Universidade de Coimbra ou na Escola Politécnica de Lisboa ou na Academia Politécnica do Porto, e o 4.º ano, de preparação pedagógica, no Curso Superior de Letras, em Lisboa<sup>(154)</sup>.

Por sua vez, o decreto n.º 5, também de 24 de Dezembro de 1901, ao reformar o Curso Superior de Letras, cria um Curso de Habilitação para o Magistério Secundário, para as disciplinas de línguas, história, filosofia e geografia<sup>(155)</sup>.

As Escolas Normais Superiores são criadas pelo Decreto com força de lei de 21 de Maio de 1911<sup>(156)</sup>, uma em Lisboa e outra em Coimbra, anexas às Faculdades de Ciências e Letras. Segundo Ferreira Gomes, o diploma de

(150) - *Diário do Governo*, n.º 292, de 24 de Dezembro de 1894.

(151) - *Diário do Governo*, n.º 183, de 17 de Agosto de 1895.

(152) - *Diário do Governo*, n.º 125, de 5 de Junho de 1896.

(153) - Manuel Augusto Rodrigues, *A Universidade nos seus Estatutos...*, p. 127.

(154) - *Diário do Governo*, n.º 229, de 10 de Outubro de 1902.

(155) - Manuel Augusto Rodrigues, *ob. cit.*, p. 139 e ss. Joaquim Ferreira Gomes, *Dez Estudos Pedagógicos*, Coimbra, Livraria Almedina, 1977: "As origens da formação pedagógica dos professores do ensino primário e secundário", *Educação e Tecnologia*, n.º 1, Guarda, 1987, pp. 7-12; *A Escola Normal Superior...*, p. 7-17.

(156) - *Diário do Governo*, n.º 120, de 24 de Maio de 1911.

21 de Maio de 1911, pode "considerar-se como um dos mais notáveis diplomas pedagógicos da República"<sup>(157)</sup>.

Eram objectivos da Escola Normal Superior "promover a alta cultura pedagógica e habilitar para o magistério dos liceus, das escolas normais primárias, das escolas primárias superiores, e para a admissão ao concurso para os lugares de inspectores do ensino"<sup>(158)</sup>.

A Escola Normal Superior de Coimbra entrou em funcionamento no ano lectivo de 1915-1916<sup>(159)</sup>.

A frequência nesta escola apresenta quantitativos relativamente modestos. Assim, até 1925-26, registou a presença de 356 alunos, dos quais 301 frequentaram, em exclusivo, a Escola Normal Superior, nos dois anos do curso, encontrando-se os restantes, dispersos, simultaneamente, por várias outras escolas<sup>(160)</sup>. Tendo em conta os 301 alunos, a frequência da Escola Normal Superior representa, no contexto da população universitária coimbrã, 1,6%, situando-se a sua média de frequência anual nos 27-28 estudantes.

Observando, no Gráfico O, a evolução desta mesma frequência, poderemos dizer que, de um modo geral, se caracteriza por frequentes oscilações, sendo, o ano de 1919-1920, o de maior frequência - 40 estudantes - contra 17, em 1923-1924.

Certamente que a estes quantitativos e características não são alheios dois factores: por um lado, o facto de o próprio governo limitar o número de entradas, através da fixação, no *Diário do Governo*, de um número de vagas<sup>(161)</sup>; pelo outro, porque a entrada na Escola Normal Superior dependia, também, da realização de um concurso de provas públicas, que eram eliminatórias<sup>(162)</sup>.

O decreto n.º 18 973, de 16 de Outubro de 1930, extingue as Escolas Normais Superiores e cria, nas Faculdades de Letras, as secções de Ciências Pedagógicas<sup>(163)</sup>.

---

<sup>(157)</sup> - *Ob. cit.*, p. 32.

<sup>(158)</sup> - Art.º 2.º do Decreto cit.

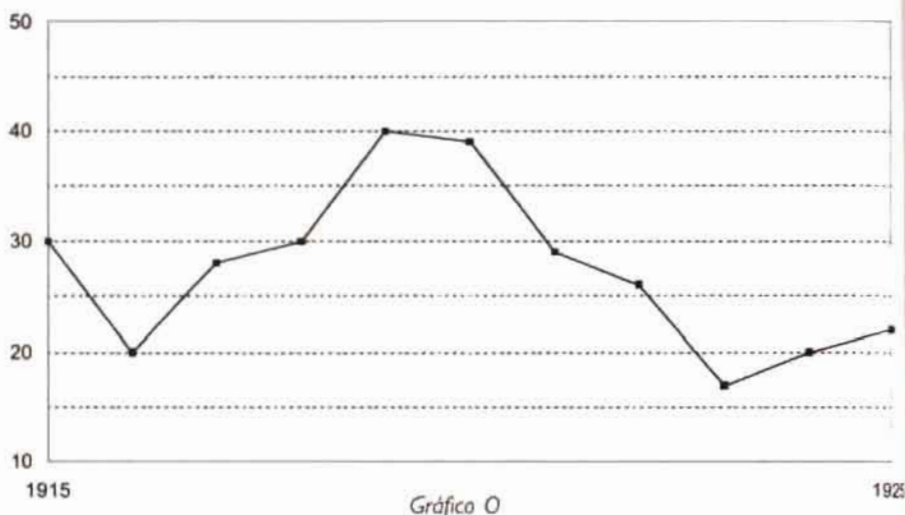
<sup>(159)</sup> - Desde 1911-1912, funcionou em Coimbra o 4.º Ano do Curso de Habilitação para o Magistério Secundário.

<sup>(160)</sup> - Cfr. Manuel Alberto C. Prata. *ob. cit.*, vol. II, p. 51.

<sup>(161)</sup> - Cfr. Joaquim Ferreira Gomes. *ob. cit.*, p. 38.

<sup>(162)</sup> - *Idem*, pp. 38-40.

<sup>(163)</sup> - *Diário do Governo*, I Série, n.º 251, de 28 de Outubro de 1930. A Escola Normal



*Frequência da Escola Normal Superior, no período de 1915-16 a 1925-26*

#### 4. FREQUÊNCIA FEMININA

Seria incorrecto procurar marcar qualquer data ou indicar algum acontecimento, para assinalar o começo de uma verdadeira educação e instrução para o sexo feminino. Se é certo que nesta matéria, ao longo dos séculos XIX e XX, se foi assistindo à passagem de uma educação de cariz essencialmente doméstico para uma escolarização e se testemunha a chegada das primeiras mulheres aos bancos das Universidades, também se deve salientar, desde já, que o processo de escolarização feminino não se fez de uma maneira rápida e sem sobressaltos. Variando de país para país, este processo de escolaridade é fruto de todo um conjunto de factores que, interligados, foram ajudando a definir, sobretudo a partir do século XVIII, uma nova concepção do papel, cada vez mais importante, que à mulher ia cabendo na sociedade.

76

Se os trabalhos desenvolvidos nos salões parisienses, por mulheres cultas, podem traduzir a aspiração a uma instrução mais elevada, sobretudo por parte

Superior da Universidade de Coimbra foi, entretanto, extinta em 1924, através do Decreto n.º 10 205, de 22 de Outubro; veio a ser restabelecida pelo Decreto n.º 10 158 de 7 de Fevereiro de 1925. (Cfr. Ferreira Gomes, *ob. cit.*, pp. 122-42).

das classes privilegiadas, também a controvérsia havida entre os filósofos, quanto ao interesse que a educação da mulher pode ter, redundou num efeito de dinamização em favor dos direitos femininos<sup>(164)</sup>.

Em meados do século XVIII, Portugal era um país bastante atrasado em matéria de instrução. Esta situação é denunciada, entre outros, por Verney, quando escreve: "Nisto há grande descuido em Portugal, achando-se muita gente, não digo ínfima, mas que veste camisa lavada, que não sabe ler, nem escrever... Fora de Portugal vive-se de outra sorte: são tão raros os plebeus que não sabem escrever, como aqui os que sabem"<sup>(165)</sup>.

Influenciado pelas ideias iluministas, Verney chama também a atenção para a necessidade e a conveniência de as mulheres terem uma boa instrução. Nada há na lei que vá contra isso. Daí que o autor do *Verdadeiro Método* nos afirme: "Quanto à necessidade, eu acho-a grande que as mulheres estudem. Elas, principalmente as mães de famílias, são as nossas mestras nos primeiros anos da nossa vida: elas nos ensinam a língua; elas nos dão as primeiras ideias das coisas. E que coisa boa nos hão-de ensinar, se elas não sabem o que dizem? Muito mais, porque não acho texto algum da lei, ou sagrada, ou profana, que obrigue as mulheres a serem tolas, e não saberem falar... O mesmo digo das donzelas..."<sup>(166)</sup>.

À medida que se caminha no tempo, a educação e a dignificação da mulher vão ganhando cada vez mais adeptos. A partir do século XIX, três factores impulsionaram a educação da mulher: o papel da família como sustentador da ordem social e o lugar ocupado pela mulher no seu seio, a procura de mão-de-obra feminina e as crescentes necessidades económicas das classes médias com a consequente incorporação das mulheres no mundo do trabalho<sup>(167)</sup>.

Nas últimas décadas do século XIX, assistimos à gradual tomada de consciência de que é preciso construir uma sociedade mais moderna e mais

---

<sup>(164)</sup> - Cfr. Henri Boiraud, "A evolução da educação feminina", *História Mundial da Educação*, dir. Gaston Mialaret e Jean Vial, vol. III, de 1815 a 1945, trad. de Álvaro Lopes Monteiro, Porto, Rés-Editora, s.d., pp. 291 e ss.

<sup>(165)</sup> - Luís António Verney, *Verdadeiro Método de Estudar*, Ed. Prof. António Salgado Junior, vol. V, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1952, p. 49.

<sup>(166)</sup> - *Idem*, pp. 125-26.

<sup>(167)</sup> - R. M. Capel Martínez, "Mujer y educación en el reinado de Afonso XIII". *Cuadernos de História Moderna y Contemporánea*, Madrid, 1981, n.º 2, p. 232.

justa, onde a dignidade humana e a liberdade individual sejam dados adquiridos. A mulher não pode continuar a ser mais vista como um ser inferior. Assim em 1870, e entre os escritores portugueses de assuntos pedagógicos, uma das figuras de proa em matéria de educação feminina é D. António da Costa. O Ministro da instrução e grande defensor da instrução feminina criou, por decreto de 3 de Agosto de 1870<sup>(168)</sup>, duas Escolas Normais, uma em Lisboa e outra no Porto, exclusivamente destinadas a serem frequentadas por mulheres e ainda, para as menos favorecidas pela fortuna, um "Instituto de Educação para o Sexo Feminino", também em Lisboa<sup>(169)</sup>.

Se estas medidas legislativas não passaram de uma intenção generosa, e mesmo já não diremos do seu pensamento face às considerações que fez quanto à educação feminina, no seu livro *A Instrução Nacional*, onde dedica um capítulo à educação da mulher. Esse capítulo intitula-se mesmo "A educação da mulher". Depois de lamentar a pouca frequência feminina que há nas escolas, não deixa de emitir a sua opinião de que a educação feminina é preferível à educação dos rapazes, porque "um homem educado pode deixar os filhos por educar; uma mulher não os deixará decerto"<sup>(170)</sup>.

Também a realização de Congressos Pedagógicos trazem à ribalta, sobretudo entre os intelectuais e pedagogos, a discussão sobre os direitos da mulher à educação. É o caso do Congresso Hispano-Português-Americano realizado em Madrid, em 1892. Uma das figuras portuguesas presente neste congresso foi Alice Pestana com a comunicação "O que deve ser a instrução secundária da mulher?". Em matéria educativa, a autora defende aqui dois grandes princípios: a igualdade entre os sexos e a necessidade imperiosa da educação feminina. Dada a largueza destes princípios, seria de supor que Alice Pestana advogasse uma educação secundária feminina para todas as mulheres. Tal não acontece. Em sua opinião, a instrução secundária deve dirigir-se "às filhas, às irmãs, às futuras esposas dos médicos, dos advogados, dos engenheiros, dos burocratas, dos altos comerciantes... da parte mais válida da nação"<sup>(171)</sup>.

<sup>(168)</sup> - *Diário do Governo*, n.º 181, de 16 de Agosto. Veja-se, também, Joaquim Ferreira Gomes, *Estudos para a história da educação no século XIX...*, pp. 50-51.

<sup>(169)</sup> - O Decreto de 3 de Agosto não chegou a ter execução, em virtude da queda do governo.

<sup>(170)</sup> - António da Costa, *A Instrução Nacional*, Lisboa, Imprensa Nacional, p. 127.

<sup>(171)</sup> - "O que deve ser a instrução secundária da mulher?". *Congresso Pedagógico Hispano-Português-Americano*, Lisboa, 1892, p. 8.



Para as raparigas de condição social mais baixa ficariam o amanho da terra, o trabalho da indústria e as artes mecânicas<sup>(172)</sup>. Assim, no dizer de Elzira Machado Rosa, Alice Pestana "acaba por ceder ao peso da mentalidade coeva: aponta no sentido da reprodução dos estereótipos ancestrais acerca da mulher: os papéis sociais da esposa, mãe e filha de algo"<sup>(173)</sup>.

Outra figura portuguesa presente neste Congresso foi Bernardino Machado que, no discurso de encerramento, defendeu a ideia de se ministrar, em igualdade de circunstâncias, a educação a homens e a mulheres<sup>(174)</sup>.

Tomando posições corajosas, quer no campo da educação e da cultura, quer nos domínios da política e do social, começam também a surgir várias mulheres empenhadas em reivindicar e fazer valer os seus direitos na sociedade. Estão neste caso, por exemplo, e para citarmos apenas algumas, Ana de Castro Osório, Adelaide de Jesus Damas Brasão Cabete, Carolina Beatriz Ângelo e Angelina Vidal. Militantes das ideias republicanas, algumas delas têm o seu nome ligado à maçonaria feminina e à fundação da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas, onde desempenharam grande actividade, quer ocupando cargos directivos, quer presidindo a sessões de trabalho, quer realizando conferências em diversas partes do país, num claro intuito de consciencialização da mulher portuguesa<sup>(175)</sup>. É o caso de Ana de Castro Osório que, em 1904, na Figueira da Foz, na Associação Educativa da Mulher Pobre, proferiu uma palestra sobre "Educação da criança pela mulher"<sup>(176)</sup>.

A presença feminina no ensino superior tem muito a ver com a instrução secundária da mulher. O ensino liceal feminino oficial não existe em Portugal antes de 1906<sup>(177)</sup>. Contudo, isto não significa que não tenha havido mulheres

---

<sup>(172)</sup> - *Idem*, pp. 8-9.

<sup>(173)</sup> - Elzira Machado Rosa, Bernardino Machado. *Alice Pestana e a educação da mulher nos fins do século XIX*, Lisboa, Ed. da Comissão da Condição Feminina, 1989, pp. 26-27.

<sup>(174)</sup> - "Congresso Pedagógico Hispano-Português-Americano. Discurso de encerramento", *O Ensino*, Coimbra, 1898, pp. 286-87.

<sup>(175)</sup> - Cfr. A. H. de Oliveira Marques, *Dicionário de Maçonaria Portuguesa*, 2 vols., Lisboa, Editorial Delta, 1986, pp. 75, 226 e 1065. Fernando Marques da Costa, *Mulheres, elites e igualitarismos na 1.ª República*, Coimbra, 1986; Fátima Ribeiro de Medeiros, "Uma conselheira de Afonso Costa - Ana de Castro Osório", *A vida da República Portuguesa (1890-1990)*, Lisboa, Cooperativa de Estudos e Documentação Universitária Editora, 1991, pp. 343-76.

<sup>(176)</sup> - M. Borges Grainha, *A Instrução Secundária de ambos os sexos no estrangeiro e em Portugal*, Lisboa, Tipografia Universal, 1905, pp. 301-302.

<sup>(177)</sup> - Já em 9 de Agosto de 1888, Luciano de Castro havia mandado publicar um

a frequentar este nível de ensino. Faziam-no em instituições religiosas, como nas Ursulinas, em Coimbra<sup>(178)</sup>, e em colégios particulares<sup>(179)</sup>. "Por imposição dos pais", como anota Borges Grainha<sup>(180)</sup>, algumas das alunas que frequentavam estas instituições iam, no fim do ano, fazer os seus exames aos liceus. Embora com alguma reserva, como nos diz Pulido Valente, dispomos de alguns dados estatísticos quanto a este assunto. Assim, e para os anos lectivos de 1856, 1874 e 1894, o número de matrículas do sexo feminino nos liceus foi de 47,32 e 35, respectivamente<sup>(181)</sup>.

Também Oliveira Marques nos fornece, para os anos que vão de 1900 a 1910, elementos estatísticos. Contam-se, no ensino oficial, 3 658 mulheres, distribuídas do seguinte modo: até 1906, altura da criação do ensino oficial, 815; de 1906 à implantação da República, este número sobe para 2 843<sup>(182)</sup>.

Dado que o ensino liceal se situava nas cidades e implicava gastos com transportes e alojamento, na prática, estava vedado a muitos alunos que residiam no meio rural. Além disso, o ensino técnico fazia-lhe uma certa concorrência<sup>(183)</sup>. Daí que a percentagem de alunos a frequentarem o ensino liceal fosse bastante diminuta, cingindo-se, essencialmente, aos filhos da média e alta burguesia urbana.

---

decreto que permitia ao governo criar escolas femininas do ensino secundário, vindo este decreto a ser regulamentado por Serpa Pimentel, em 6 de Março de 1890. Porém, em 3 de Março de 1892, José Dias Ferreira suprimia este tipo de escolas, nos seguintes termos: "Para os institutos de ensino secundário do sexo feminino, *que ainda não foram aceites pela opinião e podem dispensar-se por agora...*" (Apud Rómulo de Carvalho, *ob. cit.*, pp. 622-23). (O itálico é nosso). "Considera, porém, o autor do decreto (refere-se ao de 1906), que "ninguém hoje receia da instituição" e que "estão as sociedades, com afinco, reparando a injustiça de séculos que lhes negou" (às mulheres) "a robusta e sã educação da inteligência"... "Por tudo isso se preconiza hoje a difusão da instrução secundária pelas mulheres sem o receio de as tentar a mais largos empregos dos cursos superiores". (*Idem*, p. 645).

<sup>(178)</sup> - Fernando Correia, *ob. cit.*, p. 10.

<sup>(179)</sup> - Borges Grainha faz fortes críticas à educação ministrada nas instituições religiosas e nos colégios particulares. (*A Instrução Secundária cit.*, pp. 223-24).

<sup>(180)</sup> - *Idem*.

<sup>(181)</sup> - Vasco Pulido Valente, *ob. cit.*, p. 103.

<sup>(182)</sup> - *Nova História de Portugal. Portugal da monarquia para a República*. Dir. de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. XI, Lisboa, 1991, Editorial Presença, p. 539.

<sup>(183)</sup> - Cfr. Joaquim Ferreira Gomes, *Estudos para a história da educação cit.*, p. 118 e 136.

Também a imprensa fez eco da necessidade de haver uma instrução para a mulher. Em 1902, Agostinho de Campos defendia a importância da instrução e valorização da mulher, para que ela viesse a ocupar cargos e lugares que até aí vinham sendo desempenhados unicamente por indivíduos do sexo masculino<sup>(184)</sup>.

Apesar dos progressos que se vinham verificando na Europa, em termos de educação secundária feminina, em Portugal, esta questão era, ainda nos princípios do nosso século, vista com alguma reserva e menoridade mental<sup>(185)</sup>.

#### 4.1. A mulher estudante na Universidade de Coimbra

Foi só na segunda metade do século XIX que as Universidades europeias abriram as suas portas à frequência das primeiras mulheres estudantes. Este processo não foi fácil e pacífico, sobretudo em alguns casos. Se muitas Universidades revelaram, neste domínio, algum receio e timidez, outras foram bem mais longe, chegando mesmo a oferecer resistência à entrada das primeiras alunas<sup>(186)</sup>. Estas atitudes são perfeitamente compreensíveis, se pensarmos que nem as Universidades, em virtude da sua própria origem, história e tradição, estavam preparadas, nem a sociedade estava sensibilizada para esta novidade.

Era ideia dominante que a mulher não possuía as qualidades necessárias para o desempenho de certas profissões e actividades. Em 1892, no Congresso Hispano-Português-Americano, Ana Maria Solo de Zalvidor, em relação à vizinha Espanha, dizia da mulher o seguinte: "Como profesora no tiene carácter

---

<sup>(184)</sup> - Com o título de "Portugal Vadio", Agostinho de Campos escrevia, no *Diário Ilustrado*, de 24 de Julho de 1902, o seguinte: "É valorizar a mulher, tirando-a do triângulo fatal: casamento, ociosidade, ou prostituição. É substituir por ela, convenientemente preparada e educada, o homem que é preciso aproveitar para os ofícios pesados, para a colonização, para a indústria, para as ocupações mais difíceis do comércio".

<sup>(185)</sup> - "Liceus femininos... duas palavras, à imaginação da nossa gente, que não conhece o verdadeiro sentido delas, salta logo a ideia de um enxame de mulheres pedantes, espécie de ratas sábias... mulheres sabichonas e ridículas, péssimas esposas, mães detestáveis, filhas delambidas e impossíveis" (Borges Grainha, *ob. cit.*, pp. 297-98).

<sup>(186)</sup> - Vejam-se os exemplos citados por Joaquim Ferreira Gomes, *Estudos para a história da Universidade de Coimbra*, Coimbra, Livraria Minerva, 1991, pp. 35-37.

para "dirigir un aula de hombres o jóvenes" en el Instituto ni en la Universidad. Como abogada "le es difícil acusar a un delincuente, ponerse en contacto con un criminal en las cárceles, mucho más pedir la cabeza del reo o firmar una sentencia de muerte". Como médico es impracticable... que tenga el valor suficiente para cortar un miembro, alzar un cráneo, destrozarse un corazón"<sup>(187)</sup>.

Em Portugal, a primeira mulher a frequentar a Universidade foi Domitila Hormizinda Miranda de Carvalho, na Faculdade de Matemática, no ano lectivo de 1891-1892, a quem se seguiram depois muitas outras<sup>(188)</sup>.

Contrariamente ao que era previsível, a Universidade de Coimbra, que muitos classificam como bastião do conservadorismo, não manifestou qualquer atitude de hostilidade ou resistência quanto ao pedido de matrícula de Domitila de Carvalho<sup>(189)</sup>. O Reitor da Universidade de Coimbra revelou nesta matéria uma franca abertura, embora no que respeita à ocupação de cargos públicos por parte do sector feminino, a sua atitude seja mais reservada, quando afirma: "Não quero dizer com isto que elas fiquem habilitadas a requerer os empregos do Estado, pelo facto de alcançarem os graus académicos"<sup>(190)</sup>.

A atitude de abertura por parte da Universidade é natural. A Universidade Portuguesa não estava alheia a estas questões. Em 17 de Julho de 1883, portanto, oito anos antes de Domitila de Carvalho requerer a sua matrícula, já o Reitor da Universidade de Liège escrevia ao seu homólogo de Coimbra, colocando-lhe uma série de questões sobre esta matéria<sup>(191)</sup>.

---

<sup>(187)</sup> - Apud Isaura Varela, *La Universidad de Santiago, 1900-1936. Reforma universitaria y conflicto estudiantil*, Coruña, Gráficas de Castro/Moret, 1990, p. 178.

<sup>(188)</sup> - Joaquim Ferreira Gomes, *ob. cit.*, p. 40. Do mesmo autor, *A mulher na Universidade de Coimbra*, Coimbra, Livraria Almedina, 1987. Relativamente à Universidade de Coimbra, em 1987-88, o número total de alunos era de 14 330, sendo 6 418 do sexo masculino e 7 912 do sexo feminino. Aliás, a partir do ano lectivo de 1982-83, o número de mulheres é já superior ao dos homens. (Cfr. *Dados Estatísticos da Universidade de Coimbra. Reitoria. Cadernos da Assessoria de Planeamento*, Coimbra, 1988, p. 11). Face aos dados, Ferreira Gomes diz-nos: "a feminização da Universidade prossegue e a ritmo acelerado. É um sinal dos tempos" (*Estudos para a história cit.*, p. 73).

<sup>(189)</sup> - Cfr. Ofício do Reitor da Universidade, Dr. António dos Santos Viegas, de 16 de Outubro de 1891, enviado ao Ministro da Instrução Pública e Belas Artes. (AUC *Reitoria da Universidade. Correspondência. Ofícios (1890-1892)*, fls. 131v-132v). Este ofício encontra-se transcrito na íntegra por Joaquim Ferreira Gomes, *ob. cit.*, pp. 41-43.

<sup>(190)</sup> - *Ob. cit.*, pp. 41-42.

<sup>(191)</sup> - *Ob. cit.*, p. 38.

Além do mais, a Universidade de Coimbra contava, entre o seu corpo docente, com homens que defendiam a igualdade de educação para ambos os sexos, como era o caso de Bernardino Machado<sup>(192)</sup>.

Finalmente, se as Escolas Médico-Cirúrgicas de Lisboa e do Porto, instituições de ensino superior, já eram frequentadas por mulheres, não havia "razão bastante para que não sejam também admitidas na Universidade de Coimbra"<sup>(193)</sup>.

A Domitila de Carvalho seguiram-se outras colegas, embora até ao ano lectivo de 1895-96 tivesse sido a única mulher inscrita na Universidade. De 1891 até 1925-26, passaram pela Universidade de Coimbra 304 alunas, contando-se 23 até 1910 e 281 durante a República. A média de frequência anual é de 8-9 alunas. Em termos percentuais a frequência feminina representa 0,76% da população universitária.

Até 1910, a presença feminina na Universidade é bastante modesta. Os anos mais frequentados foram os de 1901 e 1910, com 8 alunas cada. Isto significa que a incorporação da mulher no ensino superior se fez bastante lentamente. A explicação para este facto deve procurar-se na própria mentalidade da época<sup>(194)</sup>. Depois da implantação da República, a tendência geral é de crescimento que quase poderíamos dizer contínuo, se não fosse a pequena quebra, aliás sem significado, verificada no ano lectivo de 1921-22. O facto de a população feminina na Universidade vir aumentando é um reflexo da própria evolução dos tempos. Daí que Afonso Costa, em 1913, afirmasse: "vemos a mulher vivificante no lar, assumindo funções mais delicadas, tomando cada vez melhor a posição de educadora dos filhos e compreende-se que, à

---

<sup>(192)</sup> - Cfr. Elzira Machado Rosa. "Bernardino Machado e a Universidade de Coimbra", *Revista de História das Ideias*, vol. 12, Coimbra, 1990, p. 260.

<sup>(193)</sup> - *Ob. cit.*, p. 41. Veja-se Cândido dos Santos, *A mulher e a Universidade do Porto*, Porto, 1991.

<sup>(194)</sup> - Exemplo bem marcante dos preconceitos da época foi o que se passou com a família de Regina da Glória Pinto de Magalhães Quintanilha. Numa carta escrita pela Senhora D.ª Maria Regina Quintanilha e Vasconcelos (filha de Regina Quintanilha) ao Prof. Ferreira Gomes, em 7 de Novembro de 1990, lê-se: "A família de minha avó... cortou relações com ela [Josefa Ernestina Pinto de Magalhães] por deixar estudar as filhas!" (*Ob. cit.*, p. 58, nota 1). Os preconceitos da época podem também definir-se com a sabedoria popular. Disso é eloquente o seguinte adágio: "Mula que faz him/E mulher que fala latim/Raramente há bom fim". (Apud F. Adolfo Coelho, *Para a história de instrução popular*, Lisboa, Instituto Gulbenkian de Ciência, 1973, p. 77).

medida que ela assume esta complexidade de funções, a legislação, a par passo, lhe entrega cada vez maior número de direitos e de liberdades"<sup>(195)</sup>

Como se distribuíram todas estas mulheres pelas diferentes escolas ou se quisermos, que opção de estudos fizeram? Observemos o seguinte quadro

| FACULDADES/ESCOLAS | QUANT. | %     |
|--------------------|--------|-------|
| Letras             | 106    | 34,9  |
| Direito            | 16     | 5,3   |
| Medicina           | 16     | 5,3   |
| Ciências           | 30     | 9,8   |
| Matemática         | 1      | 0,3   |
| Filosofia          | 4      | 1,3   |
| Farmácia           | 41     | 13,5  |
| Normal Superior    | 10     | 3,3   |
| Várias (*)         | 80     | 26,3  |
| Total              | 304    | 100,0 |

Excluindo as alunas que frequentavam, simultaneamente, mais que uma Faculdade ou Escola, é sobre a Faculdade de Letras que recai a primazia da escolha com 34,9%; segue-se-lhe o Curso de Farmácia com 13,5%, para depois se apresentar a Faculdade de Ciências com 9,8%. A preferência pelas Faculdades de Letras e Ciências tem, certamente, muito a ver com as saídas profissionais. A grande maioria destas senhoras pensavam numa carreira do magistério<sup>(196)</sup>. Com uma relativa simpatia pela Farmácia, os cursos que podem conduzir às profissões liberais parecem não constituir grande atracção para estas jovens.

Numa Academia praticamente masculina, seria interessante saber o modo como as primeiras mulheres foram recebidas e vistas pelos colegas. Nas "memórias" escritas por estudantes, as alusões às colegas praticamente não existem, sinal de que a presença das primeiras mulheres-estudantes, em Coimbra, foi encarada como uma atitude normal. Aliás, esta opinião é

(195) - Afonso Costa, *Discursos Parlamentares, 1911-1914*, Amadora, 1976, p. 531.

(\*) - Que frequentavam, simultaneamente, duas ou mais Escolas.

(196) - Frequentavam, simultaneamente, as Faculdades de Letras, Ciências e a Escola Normal Superior 38 alunos. Somando este quantitativo com os 10 da Escola Normal Superior mais os 136 de Letras e Ciências, temos um total de 184 alunos, isto é, 65%, a enveredarem à partida, pela carreira docente (Cfr. Manuel Alberto C. Prata, *ob. cit.*, vol. II, p. 65).

confirmada pela primeira advogada portuguesa, Regina Quintanilha, quando, em 31 de Março de 1943, em entrevista ao *Diário de Lisboa* afirmava: "Entre na Universidade como a coisa mais natural desta vida"<sup>(197)</sup>.

Pelos testemunhos existentes podemos afirmar que estas mulheres foram bem recebidas na comunidade académica, profundamente admiradas na sua beleza e simpatia, amplamente respeitadas, quer pela postura com que sempre se nortearam, quer pelos resultados académicos que iam obtendo. Algumas impuseram-se mesmo aos seus colegas. Foi o caso de Maria da Conceição do Sameiro Ferro da Silva que, em 1912-13, foi a representante dos estudantes de medicina na Assembleia Geral da Universidade<sup>(198)</sup>.

Em Coimbra, a vida destas mulheres era pacata. Para além das aulas e dos estudos, "não participavam nas actividades da Associação Académica, nem entravam na sua sede, a não ser em casos muito excepcionais. Usavam *fitas*, mas não vestiam capa e batina. Não participavam activamente na "Queima das Fitas", limitando-se a assistir, a ver passar os colegas... Algumas namoravam com colegas, por vezes em demorados passeios pelo Jardim Botânico"<sup>(199)</sup>.

## 5. LUGARES DE HABITAÇÃO

Em 1307, dá-se a transferência da Universidade de Lisboa para Coimbra. Por carta régia de 15 de Fevereiro de 1309, D. Dinis concede aos estudantes muitos e amplos privilégios, nomeadamente o de viverem "em um bairro especial da porta de Almedina para cima"<sup>(200)</sup>.

A pena de Borges de Figueiredo descreve assim os limites de Almedina: "Tomando a porta de *Almedina* como ponto de partida e seguindo para o

(197) - Joaquim Ferreira Gomes, *ob. cit.*, p. 59.

(198) - "A Universidade de Coimbra no século XX. Actas da Assembleia Geral, 1911-1934", *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, vol. X, Coimbra, 1988, p. 20. Veja-se também João Maria de Magalhães Colaço, "O feminismo triunfa em Coimbra", *Ilustração Portuguesa*, n.º 310, Lisboa, 29 de Janeiro de 1912.

(199) - Joaquim Ferreira Gomes, *A mulher na Universidade de Coimbra...*, p. 86.

(200) - Teófilo Braga, *História da Universidade de Coimbra nas suas relações com a instrução pública portuguesa*, tomo I (1289 a 1555), Lisboa, Tipografia da Academia Real das Ciências, 1892, p. 113; Mário Brandão e M. Lopes de Almeida, *A Universidade de Coimbra – esboço da sua história*, Coimbra, Por ordem da Universidade, 1937, pp. 52 e ss.

sul, subiremos a rua das *Fangas*, entre a qual e a da *Calçada* que ocidentalmente lhe corre quase paralela, ficava a antiga muralha, e iremos não encontrar a porta de *Belcouce*, de que nem vestígios existem, mas ver de longe restos da torre que a defendia e que tinha o mesmo nome... Dali seguia o limite pelo lado sul da rua da *Couraça de Lisboa*, cujo nome claramente indica a posição da muralha adjacente, até ir sofrer solução de continuidade na *Porta da Genicoca*, mais tarde chamada da *Traição*, e cujo local hoje é apontado pelo começo da rua que da *Couraça* parte para o Colégio de S. Bento. Começa também naquele ponto a rua dos *Militares* que vai até o largo do Castelo. Há porém todas as probabilidades de que, partindo do castelo, inclinava para noroeste, formando ângulo ao centro, pouco mais ou menos no sítio onde hoje se vê o Laboratório Químico... até descer em linha recta pela *Couraça dos Apóstolos*... Ao fundo desta abria a *Porta Nova*, depois denominada do Colégio Novo... e daí, tomando a direcção do sudoeste... ia a muralha fechada na porta de *Almedina*"<sup>(201)</sup>.

A cidade de Coimbra ordenava-se em duas zonas bem diferenciadas: a parte que ficava compreendida no perímetro da muralha constituía o chamado *bairro alto*, também conhecido por bairro literário, por ser habitado essencialmente, por eclesiásticos, lentes e estudantes com todos os seus servidores; o *bairro baixo* ou comercial, onde fervilhavam comerciantes, artesãos e povo miúdo.

Coimbra era, em 1527, uma terra pacata. A sua população era de 5 220 habitantes<sup>(202)</sup>. A partir de 1537, a cidade vai sofrer grandes transformações motivadas, essencialmente, pela instalação definitiva da Universidade a que se seguiram também os colégios universitários pertencentes às ordens religiosas. Para além de um aumento de população que, segundo Carneiro da Silva, foi de "mais de 3 000 escolares acompanhados de numeroso corpo professoral e copiosas hierarquias civis e religiosas"<sup>(203)</sup>, um conjunto de

(201) - A. C. Borges de Figueiredo, *Coimbra antiga e moderna*, Lisboa, Livraria Ferreira, 1886, pp. 12-13; Carneiro da Silva, "A Almedina de Coimbra", *Alta de Coimbra. História-Arte-Tradição. Actas do 1.º Encontro sobre a Alta de Coimbra*, Coimbra, Gráfica de Coimbra, 1988, pp. 11-29.

(202) - Armando Carneiro da Silva, *Evolução populacional coimbrã*, Separata do Arquivo Coimbrão, Coimbra, 1967, p. 29.

(203) - *Idem*.



problemas de ordem sociológica, sanidade, económicos, ordem pública e habitação se colocam<sup>(204)</sup>.

Graças a Frei Brás de Braga, prior do mosteiro de Santa Cruz, datam desta época a abertura da Rua da Sofia, onde as ordens religiosas concentraram vários colégios, o começo da urbanização de Montarroio, da vertente da Rua do Corpo de Deus e do Largo de Sansão<sup>(205)</sup>.

Até finais do século XIX, o traçado urbanístico de Coimbra pouco ou nada altera em relação ao seu facies da era quinhentista. Em 1850, "Coimbra era ainda uma pequena e bucólica cidade"<sup>(206)</sup>.

A extinção das ordens religiosas, o desenvolvimento da pequena burguesia, os começos da industrialização, o aumento da população, os progressos no campo urbanístico e na construção civil vão provocar o crescimento da cidade.

É sobretudo a partir da década de oitenta que novos espaços vão passar a integrar o quadro urbano. Em 18 de Janeiro de 1885, a Câmara Municipal comprava a "Quinta de Santa Cruz" ou "Ribela", que era propriedade dos cruzios. Graças a esta aquisição, a cidade "iria dar o grande salto no seu crescimento urbano"<sup>(207)</sup>. Surgia assim o bairro de Santa Cruz<sup>(208)</sup>. São rasgadas novas avenidas como a de Sá da Bandeira, assiste-se à construção de novos espaços como a actual Praça da República, para onde convergem ruas de todas as direcções.

O surto e desenvolvimento urbanístico alarga-se, nos princípios do nosso século, para a zona da Cumeada com a abertura da avenida Dias da Silva, que veio permitir um mais fácil acesso aos Loios, Quinta do Cidral e Santo António dos Olivais<sup>(209)</sup>.

<sup>(204)</sup> - Cfr. António de Oliveira, *A vida económica e social de Coimbra de 1537 a 1640*, vol. I, Coimbra, 1971.

<sup>(205)</sup> - Nelson Correia Borges, *Novos Guias de Portugal. Coimbra e região*, Lisboa, Editorial Presença, 1987, p. 37; José Pinto Loureiro, *Toponímia de Coimbra*, tomo I, Coimbra, Ed. da Câmara Municipal, 1960, p. 256; tomo II, Coimbra, 1964, pp. 150 e ss.

<sup>(206)</sup> - João Lourenço Roque, "Coimbra na 2.ª Metade do século XIX. Estudantes e sociabilidade urbana (alguns aspectos)", *Universidade(s). História. Memória. Perspectivas cit.*, vol. 3.º, p. 257.

<sup>(207)</sup> - Armando Carneiro da Silva, *ob. cit.*, p. 115.

<sup>(208)</sup> - Alfredo Fernandes Martins, *Esta Coimbra...alguns apontamentos para uma palestra*, Coimbra, 1951, p. 53; Nelson Correia Borges, *ob. cit.*, p. 116.

<sup>(209)</sup> - A. A. da Fonseca Pinto, "Santo António dos Olivais", *Portugal Pitoresco*, vol. 1.º, n.º 3, Março de 1879, p. 33.

Esta evolução processou-se, essencialmente, e segundo Amado Mendes, através de duas modalidades: por um lado, houve a urbanização de novos espaços, como, por exemplo, os bairros do Penedo da Saudade, Cumeada, Montes Claros, zona da Arregaça, Calhabé e bairro de Santa Cruz; por outro lado, verificou-se a integração, na área urbana, de zonas já povoadas, mas ainda com características de zonas limítrofes, como são o caso de Santo António dos Olivais e de Santa Clara<sup>(210)</sup>.

Um outro factor que muito contribuiu para o crescimento de Coimbra foi a evolução verificada, no seu seio, dos meios de transporte. Se, até 1911, existia o carro americano, que era puxado por animais, sobre carris, com todos os inconvenientes que daí advinham, dado o forte declive das suas ruas, a partir do dia 1 de Janeiro de 1911, data da inauguração da tracção eléctrica, os percursos passam a fazer-se, não só com mais comodidade, mas sobretudo com mais rapidez. Em 1918, estavam lançadas linhas para o Calhabé, Universidade, Santo António dos Olivais e Estação Velha<sup>(211)</sup>.

Apesar do grande desenvolvimento registado, Coimbra continuou a ser, na primeira metade do nosso século, como na era de quinhentos, uma cidade "dual", isto é, onde havia a separação entre o estudo e o trabalho. Em 1925, a propósito das mudanças e transformações por que Coimbra passou, um memorialista diz-nos: "A Academia ninguém a teme já; o académico já não leva a melhor. Compreende-se. Coimbra evoluciona, fez-se industrial, tem hoje o seu operariado, as suas associações de classe, uma grande população laboriosa que é quem dá agora as cartas ali na Sofia. O académico ainda se encastela feudalmente na Alta, como na Idade Média; ...o burgo, esse continua fiel; o burgo, porém, é um velho baluarte desmantelado, fedendo a alho, enquanto que lá em baixo, pela várzea e pelas encostas, a cidade nova toma ar, rompe avenidas, anda de carro eléctrico e alumia-se a luz eléctrica. É o progresso. Ben-vindo seja!"<sup>(212)</sup>.

<sup>(210)</sup> - José Maria Amado Mendes, "Coimbra no primeiro quartel do século XX (Aspectos económico-sociais)", *Biblas*, vol. LX, Coimbra, 1984, p. 386.

<sup>(211)</sup> - *Idem*, p. 387.

<sup>(212)</sup> - Manuel Ribeiro, *A Colina Sagrada*, Lisboa, Livraria Editora Guimarães, 1925, p. 49.

### 5.1. Locais de Residência

Como já referimos, a cidade de Coimbra compunha-se, na sua essência, de duas zonas bem distintas: a zona da alta e a zona da baixa. A separá-las a Rua da Calçada.

Era na parte alta que a grande maioria dos estudantes vivia. Era no bairro alto que se situava a Universidade, à volta da qual tudo girava; também razões históricas, porque, desde o século XIV que a comunidade estudantil foi reconhecida como uma sociedade à parte, com estatuto diferente, a tal ponto que, para sua residência, lhe foi concedido um território próprio e bem delimitado, "das portas de Almedina para cima"; hoje como ontem, o sentido da comodidade e as dificuldades de transporte fazem com que se procure residência o mais perto possível do local de trabalho.

Espalhados um pouco por todo o bairro<sup>(213)</sup>, locais havia, no entanto, onde a afluência dos alunos era maior. Tomando como referência a população estudantil aos anos de 1880-81 e 1914-15, constatamos que:

1. Dos 573 estudantes que tinha a Universidade, em 1880, 408, isto é, 71,2% habitavam na parte alta da cidade vivendo em repúblicas, casas particulares e pensões, enquanto 104, o correspondente a 18,2%, tinham residência fora do bairro.

Infelizmente, as fontes documentais utilizadas<sup>(214)</sup>, porque omissas, não nos permitiram identificar os locais de residência de 61 estudantes (10,6%). Porém, não custará muito a admitir que uma boa percentagem destes alunos residisse, também, na parte alta da cidade, enquanto uma outra, certamente menos significativa, se repartia por outras áreas da cidade;

2. A mesma tendência se verifica em 1914-15. Neste ano, a Universidade foi frequentada por 1 360 alunos. Excluindo 26, ou seja, 1,9%, de que não conseguimos encontrar o local de residência, podemos dizer

(213) - Remetemos o leitor para o nosso trabalho *A Academia de Coimbra cit.*, vol. II, pp. 69-71. Relativamente à população feminina veja-se o artigo de Joaquim Ferreira Gomes, "Locais da Alta Coimbrã onde residiram as primeiras mulheres que frequentaram a Universidade", *Alta de Coimbra. História. Arte-Tradição. Actas do 1.º Encontro sobre a Alta de Coimbra*, Coimbra, 1988, pp. 219-23.

(214) - Para além dos *Anuários da Universidade*, onde se verificam, nesta matéria, algumas falhas, procurámos, também, os *Processos de Inscrição* e as *Cadernetas Escolares*, mas sem grande proveito.

que 763, isto é, 56,1%, continuam a preferir como local de habitação o bairro alto da cidade, para os restantes 571, o correspondente a 42%, viverem fora do bairro académico.

Observemos, agora, o seguinte quadro que representa os locais que, dentro do bairro académico, eram os mais concorridos:

| LOCAIS DE RESIDÊNCIA<br>(Ruas) | 1880 – 1881 |       | 1914 – 1915 |       |
|--------------------------------|-------------|-------|-------------|-------|
|                                | N.º Est.    | %     | N.º Est.    | %     |
| Trindade                       | 39          | 9,5   | 56          | 7,3   |
| Militares                      | 24          | 5,9   | 44          | 5,8   |
| Loureiro                       | 23          | 5,6   | 33          | 4,3   |
| Couraça dos Apóstolos          | 19          | 4,7   | 40          | 5,3   |
| Couraça de Lisboa              | 19          | 4,7   | 33          | 4,3   |
| Borrvalho                      | 18          | 4,4   | 45          | 5,9   |
| Matemática                     | 18          | 4,4   | 20          | 2,6   |
| Norte                          | 18          | 4,4   | 26          | 3,4   |
| Estudos                        | 16          | 3,9   | 26          | 3,4   |
| Palácios Confusos/Flores       | 15          | 3,7   | 31          | 4,1   |
| Covas/Grilos                   | 11          | 2,7   | 28          | 3,7   |
| S. Pedro/S. João               | 11          | 2,7   | 27          | 3,5   |
| Esperança                      |             |       | 27          | 3,5   |
| <i>Total</i>                   | 231         | 56,6  | 436         | 57,1  |
| Restantes Locais               | 177         | 43,3  | 327         | 42,9  |
| <i>TOTAL GERAL</i>             | 408         | 100,0 | 763         | 100,0 |

Quer em 1880, quer em 1914, as ruas onde vivia um maior número de estudantes são sensivelmente as mesmas. Estão neste caso as seguintes: Trindade, Militares, Loureiro, Borrvalho, Matemática, Norte, Estudos e as Couraças dos Apóstolos e de Lisboa.

Se no que diz respeito à habitação na Alta não houve mudanças significativas entre 1880 e 1914 (a não ser no aumento do número de estudantes), o mesmo já não se verifica quando deixamos o bairro académico.

Fora do perímetro da Alta viviam, como já dissemos, em 1880, 104 estudantes e, em 1914, 571. Viviam dispersos por toda a cidade<sup>(215)</sup>. Porém,

(215) - *A Academia de Coimbra cit.*, vol. II, pp. 72-74.

em 1914, ao contrário de 1880, a dispersão dos estudantes por todas as partes da cidade é maior. Se o aumento do número de estudantes é motivo justificativo, porque obriga a novas procuras, os outros factores encontram-se não só no alargamento e desenvolvimento do espaço urbano, mas também nas melhorias verificadas nos meios de transporte. Zonas havia, no entanto, onde a confluência de estudantes era maior. Observemos o quadro seguinte que representa os locais mais frequentados, fora do bairro latino:

| LOCAIS DE RESIDÊNCIA<br>(Ruas) | 1880 - 1881 |        | 1914 - 1915 |        |
|--------------------------------|-------------|--------|-------------|--------|
|                                | N.º Est.    | %      | N.º Est.    | %      |
| Arcos do Jardim                | 36          | 34,6   | 46          | 8,0    |
| Ladeira do Seminário           | 12          | 11,5   | 29          | 5,0    |
| Corpo de Deus                  | 8           | 7,7    |             |        |
| Antero de Quental              |             |        | 89          | 15,6   |
| Dias da Silva                  |             |        | 40          | 7,0    |
| Alexandre Herculano            |             |        | 30          | 5,3    |
| Celas                          |             |        | 27          | 4,7    |
| Montarroio                     |             |        | 26          | 4,6    |
| Tomar                          |             |        | 24          | 4,2    |
| Penedo da Saudade              |             |        | 22          | 3,9    |
| <i>Total</i>                   | 56          | 53,8%  | 333         | 58,3%  |
| Restantes Locais               | 48          | 46,2%  | 238         | 41,7%  |
| <i>TOTAL GERAL</i>             | 104         | 100,0% | 571         | 100,0% |

Tanto em 1880 como em 1914, a zona dos Arcos do Jardim, certamente devido à proximidade que se encontra da Universidade, continua a ser um local bastante procurado. Porém, em 1914, a rua que regista maior confluência de alunos é a Antero de Quental. Embora de extensão considerável e não longe da Universidade, a preferência que os estudantes lhe deram deve procurar-se, também, nas melhores condições de habitabilidade que as suas construções ofereciam, porque mais recentes. Referindo-se a estas questões, em 1910, já Hipólito Raposo escrevia: "O caloiro de hoje nunca passa pelos Palácios Confusos no seu desdem pelo antigo: habita nos bairros novos, em claros e ricos apartamentos..."<sup>(216)</sup>.

<sup>(216)</sup> - Hipólito Raposo, *Coimbra Doutora*, Coimbra, F. França Amado, 1910, p. 121.

## 6. PROVENIÊNCIA GEOGRÁFICA DOS ESTUDANTES

Uma questão interessante é a de saber qual a proveniência geográfica dos estudantes que demandavam a Universidade de Coimbra.

De uma maneira geral, podemos afirmar que, embora em proporções diferentes conforme as zonas, a juventude que estudava na Universidade de Coimbra era oriunda um pouco de todo o continente, alguns das Ilhas (Açores e Madeira) e outros ainda do Ultramar. Contavam-se também cidadãos estrangeiros, nomeadamente brasileiros, um ou outro italiano, norte-americano, francês e espanhol<sup>(217)</sup>.

Porque esta matéria é passível de quantificação, fizemos o seu levantamento, para os anos lectivos de 1880-81, 1914-15 e 1925-26, que nos servem de amostra<sup>(218)</sup>.

Para o ano lectivo de 1880-81, os seis distritos com maior peso percentual são os seguintes:

|         |   |       |
|---------|---|-------|
| Porto   | - | 14,0% |
| Coimbra | - | 12,2% |
| Viseu   | - | 9,0%  |
| Braga   | - | 8,4%  |
| Guarda  | - | 6,6%  |
| Aveiro  | - | 6,5%  |

Nota curiosa e importante nesta distribuição é o facto de todos estes distritos se situarem a Norte do Mondego. A maioria dos estudantes provinha da região da Beira (Alta e Litoral), enquanto vastas regiões do país não têm expressão significativa. É o caso, por exemplo, de Lisboa que, para além de incluir o distrito de Setúbal<sup>(219)</sup>, o quantitativo de alunos não ultrapassa os 26, isto é, 4,5%, apesar de ter sido a região do país onde, a partir de 1864, a distribuição irregular da população mais se acentuou<sup>(220)</sup>.

<sup>(217)</sup> - Embora o tempo do nosso estudo seja outro, não queremos deixar de referir, relativamente aos estudantes brasileiros, a obra de Francisco de Moraes, *Estudantes brasileiros na Universidade de Coimbra (1772-1872)*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1948.

<sup>(218)</sup> - Cfr. Manuel Alberto Carvalho Prata, *ob. cit.*, vol. II, pp. 77-79.

<sup>(219)</sup> - O distrito de Setúbal só foi criado em 1926 (A. H. Oliveira Marques, *História da 1.ª República. As estruturas de base cit.*, p. 2).

<sup>(220)</sup> - Cfr. Miriam Halpern Pereira, *Livre câmbio e desenvolvimento económico cit.*, pp. 17 e ss.

Para o ano lectivo de 1914-15, os distritos mais representativos são os seguintes:

|         |         |
|---------|---------|
| Coimbra | - 14,6% |
| Viseu   | - 10,6% |
| Porto   | - 8,5%  |
| Guarda  | - 7,9%  |
| Aveiro  | - 7,3%  |
| Braga   | - 6,8%  |

A tendência é, de certa maneira, análoga. Mantêm-se os mesmos distritos, embora em posições diferentes. O distrito do Porto é agora ultrapassado por Coimbra e por Viseu, enquanto o de Braga perde em favor da Guarda e de Aveiro. Estas alterações são compreensíveis, uma vez que com a implantação da República a Universidade de Coimbra perde o monopólio do ensino superior universitário. Este passa, a partir de então, a ser repartido por Lisboa e Porto. Começamos a assistir assim a um reforço do fenómeno de regionalização em torno dos centros universitários. Muitas regiões do país continuam sem expressão digna de realce.

Para o ano de 1925-26, os distritos com maior representatividade de alunos são:

|                |         |
|----------------|---------|
| Coimbra        | - 15,3% |
| Guarda         | - 11,8% |
| Aveiro         | - 9,3%  |
| Viseu          | - 8,6%  |
| Porto          | - 6,5%  |
| Castelo Branco | - 5,7%  |

O fenómeno da regionalização acentua-se. Continua a ser a região das Beiras, agora com a inclusão do distrito de Castelo Branco, aquela que maior número de estudantes fornece a Coimbra, enquanto o Porto vai perdendo influência.

No geral, a proveniência da população feminina também não foge a este esboço. São os distritos das Beiras juntamente com o de Bragança que mais alunas enviam para Coimbra. As regiões do Sul continuam sem expressão digna de realce.

Em toda esta realidade existe um fenómeno de tendência que é possível definir. Tendo em consideração o levantamento dos diversos

distritos do continente, aparecem-nos, em esquema, caracterizados do seguinte modo:

| GRAU DE EXPRESSÃO    | CRESCENTES                | DECRESCENTES         | REGULARES                  | OSCILANTES     |
|----------------------|---------------------------|----------------------|----------------------------|----------------|
| Mais Significativos  | Guarda                    | Porto<br>Braga       | Coimbra                    |                |
| Significativos       | Aveiro                    | Vila Real<br>Viseu   | Bragança                   |                |
| Menos Significativos | Santarém<br>Beja<br>Évora | Lisboa<br>Portalegre | C. Branco<br>V. do Castelo | Leiria<br>Faro |

## 7. SOCIOLOGIA ESTUDANTIL

Ao longo da história, não encontramos sociedades desprovidas de hierarquia. Intimamente ligado com as hierarquias está a estratificação social<sup>(221)</sup>.

Este conceito é importante, para a compreensão de qualquer sistema social, porque permite não só compreender as suas grandes linhas de força, mas também identificar as causas da sua estabilidade e coesão e os motivos das suas tensões internas.

É costume considerar a estratificação sob duas perspectivas: a estática e a dinâmica<sup>(222)</sup>. Esta divisão é, porém, artificial, uma vez que as duas dimensões são inseparáveis.

No entanto, estas duas dimensões não deixaram de sensibilizar os sociólogos, tornando-os mais ou menos adeptos de um ou de outro daqueles aspectos, conforme as suas ideologias. Daí que as teorias acerca da

<sup>(221)</sup> - Pitirim Sorokin definiu estratificação social como "uma desigual distribuição dos direitos e privilégios, deveres e responsabilidades, gratificações e privações, poder social e influências entre os membros de uma sociedade". Por sua vez, Talcott Parsons diz que "a estratificação social é a classificação diferencial dos indivíduos que compõem um dado sistema e a sua qualificação de superiores ou inferiores uns em relação aos outros, de acordo com valores importantes para a sociedade" (*Dicionário de Sociologia*, direcção de Jean Cazeneuve e David Victoroff, Lisboa, Ed. Verbo, 1982, p. 278).

<sup>(222)</sup> - Jean Cazeneuve, *Dez grandes noções de sociologia*, Lisboa, Moraes Editores, 1978, p. 122.



estratificação se encontrem divididas, fundamentalmente, em dois grandes grupos: as teorias do conflito e as da integração ou funcionalistas<sup>(223)</sup>.

As primeiras inspiram-se na ideologia marxista e são de tendência radical. Os seus defensores insistem nas tensões que são provocadas pelas desigualdades. A distribuição desigual dos bens provoca desequilíbrios entre os que não possuem as riquezas e aqueles que as detêm. Este desequilíbrio gera lutas, que conduzem a transformações sociais. A desigualdade é, assim, para estes autores um elemento e um factor de conflito pela posse dos bens, do poder e dos privilégios.

Para os funcionalistas, a desigualdade é indispensável ao bom funcionamento da sociedade. A estratificação apresenta-se como o resultado de uma especialização de funções, pois as sociedades têm que distribuir os indivíduos por diversas posições sociais e levá-los a realizar tarefas ligadas a essas mesmas posições. Mas, porque estas posições não são iguais e há necessidade de que todas as situações sejam ocupadas, as sociedades dispõem de mecanismos de recompensas, que actuam como incentivos, e de normas reguladoras. O sistema social aparece, assim, como um modelo em equilíbrio permanente.

No sentido de uma superação destas posições, Gerhard Lenski procurou uma tentativa de síntese. Para além da necessidade que há em rever determinados termos e conceitos, Lenski entende que a nova síntese deve ser "analítica", baseada em estudos empíricos. A estratificação social deve ser estudada, simultaneamente, em relação ao sistema funcional e em relação ao dinamismo que provoca modificações.

Uma outra questão, também polémica, é a que se prende com a dimensão da estratificação<sup>(224)</sup>. Enquanto Marx baseava, essencialmente, a sua estratificação nas relações de produção, relegando para segundo plano outros factores de distinção social, Max Weber propõe uma forma tridimensional de estratificação social: segundo o poder (baseado no poder político), segundo o estatuto (no prestígio) e segundo a classe (distinções económicas).

---

(223) - *Idem*, pp. 124-34. Acerca das teorias funcionalistas veja-se também João Ferreira de Almeida, "Temas e conceitos nas teorias da estratificação social", *Análise Social*, vol. XX, n.ºs 81-82, Lisboa, 1984, pp. 175-77.

(224) - Jean Cazeneuve, *ob. cit.*, pp. 138-47; *Tratado de Sociologia*, dir. de Georges Gurvitch, vol. I, Barcelos, 1977, pp. 276 e ss.

Pitirim Sorokin distingue três tipos: uma económica, uma política e outra baseada na profissão.

Bernard Barber precisa, de maneira diferente e mais ampla, as dimensões da estratificação social, quando chama a atenção para a intervenção de outros factores: o poder, o prestígio profissional, o rendimento, a educação e a instrução, a pureza religiosa, a situação familiar e étnica e o estatuto na comunidade local, lembrando sempre a necessidade de estudar, em cada caso particular, a correlação existente entre as diversas hierarquias.

Apesar de serem conceitos diferentes, também a noção de classe está ligada à de estratificação e à de hierarquização. Os sociólogos não estão de acordo quanto à definição e delimitação do conceito de classe. Dada a complexidade da matéria, às concepções "realistas" e "nominalistas", a sociologia moderna tem privilegiado os estudos empíricos.

Coloca-se o problema de saber qual o critério ou critérios a utilizar no sentido de se estabelecer a diferenciação entre os diversos grupos sociais. À semelhança de muitos autores e tendo em conta o tipo de documentação utilizada – *certidões de idade* – dos alunos que frequentaram a Universidade, nos anos que nos serviram de amostra, o critério seguido foi o da profissão.

### 7.1. Metodologia adoptada

1. Partindo do princípio de que toda a classificação se caracteriza pela sua relatividade e ainda que devem ter-se em conta as realidades observadas, seguiu-se o critério da profissão, por nos parecer o mais adequado. Também não dispunhamos de outra fonte que não fosse a ocupação profissional dos pais declarada no registo de nascimento. Rejeitamos, por isso, outros modelos como, por exemplo, a divisão em sectores;

2. Dada a natureza das fontes, teve-se em conta a profissão e o agrupamento de profissões. Admitimos que nos grupos a homogeneidade não possa ser total, mas também não deixam de existir traços de união e de identidade<sup>(225)</sup>;

(225) - Cfr. Manuel Alberto Carvalho Prata, *ob. cit.*, vol. II, pp. 80-90.

3. Não se devendo correr o risco de os números perderem representatividade, em virtude do alargamento excessivo do número de categorias profissionais, optou-se por reduzir a sete o número dessas categorias;

4. Os grupos aqui propostos não são classes, mas aproximam-se mais do conteúdo dos estratos;

5. A natureza das fontes levou-nos a ter que introduzir uma rubrica com o título de "origem social ignorada".

## 7.2. Origem social dos alunos

Ao contrário do que acontece em outros países, não são abundantes, entre nós, os estudos sobre a temática em epígrafe<sup>(226)</sup>.

No século XVII, a maioria dos alunos que frequentavam a Universidade seriam "... filhos segundos e terceiros da nobreza do Reino, que, por instituição dos morgados e seus avós, ficaram sem herança e procuraram alcançar a sua pelas letras, ou são filhos dos homens honrados e ricos dele, que os podem sustentar com comodidade nos estudos, ou religiosos escolhidos nas suas províncias, por de mais habilidade e confiança para as letras"<sup>(227)</sup>.

Com o andar dos tempos, e graças sobretudo à reforma pombalina e depois às transformações verificadas com o triunfo da Revolução Liberal, o panorama social sofre alterações<sup>(228)</sup>.

A partir de 1880, a população académica é oriunda, praticamente, de todas as camadas sociais, embora em proporções muito variáveis.

---

<sup>(226)</sup> - *Situação e opinião dos universitários. Inquérito promovido pelas Direcções Gerais da Juventude Universitária Católica*, Lisboa, Codes, 1967, pp. 196-204; Rui Machete, "A origem social dos estudantes portugueses", *Análise Social*, vol. VI, n.ºs 20-21, Lisboa, 1968, pp. 213-47; Virgínia Ferreira, "Universidade de Coimbra - 1964-1983. Que mudanças?", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.ºs 27/28, Junho de 1989, pp. 211-32; Rui Cascão e Maria Manuel Almeida, "Origens sociais dos alunos matriculados na Universidade de Coimbra...", *Universidade(s). História. Memória cit.*

<sup>(227)</sup> - Francisco Rodrigues Lobo, *Côrte na aldeia e noites de Inverno*, Pref. e notas de Afonso Lopes Vieira, Lisboa, Ed. Sá da Costa, 1945, p. 320. Os religiosos de que Rodrigues Lobo nos fala tanto podiam ser filhos da nobreza como podiam ser filhos do povo miúdo, em geral analfabeto.

<sup>(228)</sup> - Cfr. Luís Reis Torgal, "Universidade, conservadorismo e dinâmica de mudança nos primórdios do liberalismo em Portugal", *Revista de História das Ideias*, vol. 12, Coimbra, 1990, p. 172.

Excluindo a percentagem de 27% que corresponde à "origem social ignorada", o grupo profissional mais representativo é o do funcionalismo e profissões liberais com 31%. Segue-se-lhe o dos proprietários com 23,2%. É, portanto, dos quadros do funcionalismo, das profissões liberais e dos proprietários que sai a maioria dos estudantes universitários – 54,2%.

Dos restantes grupos sociais é o dos negociantes/comerciantes aquele que tem mais representatividade com 7,9%. Lavradores, artesãos e operários contam com 4% e 4,1%, respectivamente. Os outros grupos têm valores praticamente sem significado<sup>(229)</sup>.

### Funcionalismo

Grupo muito heterogéneo, está representado na Universidade de Coimbra sobretudo por funcionários ligados à carreira das armas (32%), à administração judicial (22,5%), ao corpo do professorado (19,3%) e a trabalhadores da Fazenda (5,3%). Os restantes sectores do funcionalismo têm valores relativamente modestos, alguns mesmo meramente simbólico.

No que toca às forças militares e militarizadas, uma nota curiosa a assinalar é o facto de, tanto em 1914-15 como em 1925-26, quase todos os escalões da hierarquia (do general ao simples guarda) têm filhos a estudar em Coimbra, ao contrário do que se verifica em 1880, onde apenas um número reduzido de filhos de oficiais frequenta a Universidade.

A administração judicial faz a sua afirmação, essencialmente, através dos filhos de juízes (33,7%) e delegados (39,7%), portanto, indivíduos com cursos superiores, perpetuando assim uma certa tradição de família.

Muito mais baixas são as quotas reservadas aos filhos dos professores. É interessante verificar que, dos valores claramente disponíveis na documentação e indo somente aos mais representativos, 19 são filhos de professores universitários, 10 de professores do liceu e 52 de professores primários. Durante a primeira república, a percentagem maior vai para os filhos dos professores primários (45%), enquanto os filhos dos professores universitários não vão além dos 12,4%. Este facto justifica-se, por um lado, pelo maior número de professores

<sup>(229)</sup> - Cfr. Manuel Alberto Carvalho Prata, *ob. cit.*, p. 80. Sobre esta matéria, todos os valores indicados no texto podem ser confirmados nas pp. 80 e ss.

primários e, pelo outro, por terem sido estes professores quem, de entre o funcionalismo, mais viram aumentar os seus salários<sup>(230)</sup>.

Relativamente a outros sectores do funcionalismo nada há a dizer em especial.

### *Profissões Liberais*

Os componentes das profissões liberais são maioritariamente médicos (21,4%), farmacêuticos (11,5%) e advogados (11,4%), que certamente orientam os seus filhos para a mesma profissão, continuando assim uma herança familiar profissional

Embora a documentação não ofereça dados relativos à vida de cada um destes grupos, não será difícil admitir a hipótese de que se trata de pessoas com uma vida económica relativamente desafogada, permitindo, por vezes, manter mais que um filho na Universidade. Possuidores de graus académicos, valorizam os títulos universitários e com "frequência contam abrir-lhes o caminho profissional uma vez concluídos seus estudos, graças às suas relações e influências"<sup>(231)</sup>.

Os restantes grupos não têm representatividade significativa.

### *Proprietários*

Como já referimos, uma percentagem apreciável (23,2%) dos alunos que frequentam a Universidade de Coimbra eram filhos de proprietários.

Os proprietários formam um grupo cujo traço comum reside no facto de, à partida, não se encontrarem ligados a qualquer actividade produtiva.

---

<sup>(230)</sup> - Em 1909, os ordenados dos professores primários situavam-se entre os mais baixos da função pública, variando entre um mínimo de 9\$000 réis e um máximo de 19\$583 réis por mês. Em 1919, entre 35\$00 e 61\$70, para, em 1925, serem de 644\$00 e 707\$50 (António Nóvoa, *Le temps des professeurs. Analyse socio-historique de la profession enseignante au Portugal (XVIII-XX siècle)*, vol. II, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1987, pp. 619, 624 e 625).

<sup>(231)</sup> - F. Sanz Diaz, *El alumnado de la Universidad de Valladolid en el siglo XIX*, Valladolid, 1979, p. 161.

Embora a sua actividade económica seja concentrada, essencialmente, na terra, que não exploram directamente, vivem, fundamentalmente, de rendas agrícolas ou capitais mobiliários.

A natureza das fontes não nos permite fazer a distinção entre grandes, médios e pequenos proprietários<sup>(232)</sup>. Atendendo, no entanto, a que a maioria dos alunos que estudavam na Universidade de Coimbra eram originários de regiões a Norte do Mondego, onde o tipo de propriedade é, essencialmente, de pequena e média dimensão, não custará muito a admitir a hipótese de que a maior parte dos estudantes fossem filhos de pequenos e, sobretudo, médios proprietários.

#### *Negociantes/Comerciantes*

Os filhos das pessoas ligadas às actividades comerciais constituem a terceira força mais representada na Universidade com 7,9%.

Também aqui as fontes ditaram as suas leis. De uma maneira geral, a documentação limita-se, pura e simplesmente, a referenciar as pessoas como "negociante" ou "comerciante". Este laconismo não nos permite extrair qualquer conclusão quanto ao tipo de negócio exercido.

Dá que a distinção entre negociantes por grosso e retalhistas, por exemplo, não tenha sido efectuada. A maior parte destas pessoas viviam em cidades e vilas.

#### *Lavradores*

O termo lavrador é de uma maneira geral utilizado para designar aqueles indivíduos que possuem uma junta de bois e cultivam, por sua conta, a terra

---

<sup>(232)</sup> - Segundo Lima Bastos, em Portugal, os pequenos proprietários eram cerca de 532 124 e representavam 39,9% do número total dos contribuintes e o rendimento colectável oscilava entre 11\$00 e 300\$00. Os médios proprietários andariam à volta de 27 561 e o seu rendimento colectável variava entre 301\$00 e 2 000\$00. O rendimento colectável dos grandes proprietários situava-se entre 2 e 20 contos e seriam à volta de 4 000 (Apud *Nova História de Portugal* cit., pp. 199, 202-203).

directamente. Embora possuidores de pequenas parcelas de terra, muitas vezes, para alargarem a sua área de cultivo, fazem arrendamentos de terras a proprietários a quem pagam uma renda, geralmente, agrícola. Com os bois, podem, também, trabalhar por conta de outrem.

Embora as fontes utilizadas não nos possibilitem grandes conclusões, devemos, no entanto, estar prevenidos para o facto de o termo lavrador poder, também, reflectir certos hábitos que têm mais em conta uma situação de alfabetização e situação social que propriamente uma situação económica real. Além do mais, não excluimos a hipótese de alguns lavradores se tornarem, com o tempo, em pequenos ou até médios proprietários. Não esqueçamos que a nossa documentação identifica a categoria profissional no acto do nascimento de um filho. O espaço de tempo que medeia entre o nascimento ou baptismo e a entrada na Universidade é suficiente para poder operar essa mudança.

Seja como for, este grupo social tem uma representação relativamente modesta na Universidade, com apenas 4,0%.

### *Artesãos e Operários*

À primeira vista, associar artesãos e operários é, sem dúvida, contestável. No verdadeiro sentido do termo, é claro que existe uma profunda diferença entre um artesão e um operário. Todavia, na prática, nem sempre é possível estabelecer essa distinção. Quando as fontes referem a profissão de "carpinteiro", por exemplo, tanto pode designar um mestre de carpintaria como um simples assalariado.

Oriundos especialmente do distrito de Coimbra, contam com uma percentagem de 4,1%. De referir ainda que, dentro deste grupo, cabe aos alfaiates a maior percentagem (16,7%), seguindo-se-lhes os carpinteiros e os serralheiros, com 13,9% e 8,9%, respectivamente.

### *Trabalhadores e Serviços*

Dentro deste grupo englobamos os indivíduos que as fontes referenciam como "Trabalhadores", "Jornaleiros" e "Criadas de Servir". Se tivermos em conta os fracos recursos económicos desta gente e ainda a despesa que a

manutenção de um filho a estudar em Coimbra acarreta, podemos, à primeira vista, ficar um pouco surpreendidos com a presença de alunos oriundos deste grupo social, apesar de a sua percentagem se reduzir a 2,3%. Porém, vistas as coisas mais de perto, a grande maioria destes estudantes era natural de Coimbra, onde viviam, situação que, certamente, ajuda a compreender e explicar a sua presença na Universidade, sem grandes gastos. Quanto aos outros, poderemos admitir uma mudança de meios económicos.

A frequência feminina não foge a esta tendência.

Ao longo da sua história multissecular, a Universidade de Coimbra nunca foi frequentada apenas por alunos provenientes da classe dominante. Foi sempre uma instituição interclassista, onde os filhos de nobres, os filhos da burguesia e os filhos do povo miúdo estudaram, conviveram e prepararam o seu futuro. Para muitos desses estudantes, a Universidade de Coimbra foi o caminho e o instrumento da sua promoção social.

Desde a sua origem até hoje, a Universidade de Coimbra contou entre os seus alunos muitos filhos de analfabetos.

Limitando-nos ao período histórico que vai de 1880 a 1926, digamos que um número muito significativo dos alunos da Universidade (com especial incidência os da Faculdade de Direito e, posteriormente, também os da Faculdade de Letras) eram antigos seminaristas. Ora, a esmagadora maioria dos alunos dos Seminários eram, naquela época, filhos de pequenos agricultores. Lembremos, o mero título de exemplo, que José Ferreira Marnoco e Sousa, Francisco José Caeiro, António de Oliveira Salazar, Ferrand Pimentel de Almeida, Manuel Rodrigues Júnior, João Maria Porto, Mário de Figueiredo, Adolfo Correia da Rocha (Miguel Torga) foram seminaristas. E, como estes, milhares de outros.

Lembremos ainda que, nas últimas décadas do século XIX, frequentavam a Universidade de Coimbra orfãos da Santa Casa da Misericórdia de Coimbra<sup>(233)</sup>, como, a partir dos anos quarenta do nosso século a frequentaram alguns jovens internados nas "Casas do Gaiato" do P.<sup>e</sup> Américo e como, hoje, a frequentam muitos filhos de emigrantes.

---

<sup>(233)</sup> - AUC - Universidade de Coimbra. *Reitoria da Universidade. Correspondência - Offícios (1890-1892)*, fls. 131v-32v; Joaquim Ferreira Gomes, *A Universidade de Coimbra durante a primeira república cit.*, pp. 190-92.



## CAPÍTULO II

### O REAL E O IMAGINÁRIO

#### 1. PARA UMA HISTÓRIA DO IMAGINÁRIO: BREVES CONSIDERAÇÕES

Apesar das dificuldades e das críticas<sup>(1)</sup>, a história das mentalidades tem conhecido uma grande difusão. Este seu êxito deve procurar-se sobretudo nos elementos de reflexão que fornece e nas respostas que proporciona a todo um conjunto de problemas que sempre inquietaram o homem como, por exemplo, a morte, a religião, o sexo, o amor, a afectividade, a vida privada, o imaginário, etc.

Sendo o imaginário um dos campos por excelência da história das mentalidades, a historiadora Evelyne Patlagean caracteriza-o do seguinte modo: "Le domaine de l'imaginaire est constitué par l'ensemble des représentations qui débordent la limite posée par les constats de l'expérience et les enchaînements déductifs que ceux-ci autorisent. C'est dire que chaque culture, donc chaque société voire chaque niveau d'une société complexe a son imaginaire. En d'autres termes, la limite entre le réel et l'imaginaire se révèle variable, alors même que le territoire traversé par elle demeure au contraire toujours et partout identique, puisqu'il n'est autre que le champ entier de l'expérience humaine, du plus collectivement sociale au plus intimement personnel"<sup>(2)</sup>.

---

(1) - Cfr. Luís Miguel Duarte, "História das mentalidades (algumas sugestões de leitura)", *Cadernos de Ciências Sociais*, n.º 4, Porto, 1986, p. 114; José Manuel Sobral, "Mentalidade, acção, racionalidade-uma leitura crítica da história das mentalidades", *Análise Social*, n.º 95, terceira série, vol. XXIII, Lisboa, 1987, pp. 37-57.

(2) - Evelyne Patlagean, "L'Histoire de l'imaginaire", *La Nouvelle Histoire*, dir. Jacques Le Goff, Roger Chartier e Jacques Revel, Paris, Retz, 1978, p. 249.

Pesem embora os trabalhos pioneiros de Michelet (*Histoire de France*), James Frazer (*Le Rameau d'or*) e Franz Cumont (*Les religions orientales dans le paganisme romain*), a problemática do imaginário só recentemente se constituiu em objecto da história, dada a extraordinária dificuldade em se traçarem os limites entre o real e o imaginário<sup>(3)</sup>.

Os primeiros estudos no domínio da história do imaginário devem-se aos homens dos *Annales*, nomeadamente a Marc Bloch e Lucien Febvre. Daí em diante, a historiografia europeia tem vindo a tratar, embora de maneira bastante desigual, as várias épocas da história<sup>(4)</sup>.

No que toca ao século XX, a história e as ciências sociais, sobretudo a antropologia, a sociologia e a etnologia, disputam o estudo de temas antigos, isto é, que já vinham do passado (ex: a cultura popular campesina) e acotovelam-se em novas temáticas nascidas da urbanização industrial. O imaginário urbano e "l'histoire immédiate", para se usar a expressão de Jean Lacouture, começam a ser campos de pesquisa e investigação<sup>(5)</sup>.

O incremento que o mito e a história do imaginário têm nos nossos dias deve-se a um conjunto de factores que, na opinião de Gilbert Durand<sup>(6)</sup>, se traduzem numa afirmação progressiva de remitologia. Segundo este pensador, a civilização europeia entrou naquilo a que se pode chamar "uma zona de alta pressão imaginária"<sup>(7)</sup>, que, iniciada no século XIX com o movimento romântico, se arrasta, nos dias que correm, com o desenvolvimento e utilização cada vez maior dos meios audio-

---

(3) - Cfr. Maurice Godelier, "La Part "Idéelle" du Réel et le problème des fondements de la dominance des structures non économiques", *L'arc*, n.º 72, Aix-en-Provence, pp. 49-56; Georges Duby, *O Ano Mil*, Lisboa, Ed. 70, 1986.

(4) - Cfr. Evelyne Patlagean, *ob. cit.*, pp. 250-67; Luís Miguel Duarte, *ob. cit.*, pp. 106-112.

(5) - Foi o próprio Jean Lacouture que criou, em Paris, uma colecção de história intitulada mesmo "L'Histoire Immédiate", onde as crónicas de guerra têm um lugar especial. Sobre a história imediata, veja-se o artigo de Jean Lacouture, "L'Histoire immédiate", *La Nouvelle Histoire cit.*, pp. 270-93. Sobre o imaginário urbano, por exemplo, veja-se a obra de Edgar Morin, *Le Cinéma, ou l'homme imaginaire. Essai d'anthropologie sociologique*, Paris, Ed. Minuit, 1956; Michèle Lagny, *De l'histoire du cinema. Méthode historique et histoire du cinema*, Paris, Armand Colin, 1992; Francisco Rui Cádima, "Cinema, História, Vídeo", *Expresso*, n.º 1 034, de 22 a 28 de Agosto de 1992.

(6) - Gilbert Durand, *Mito, símbolo e mitodologia*, Porto, Ed. Presença, 1982, pp. 15-35.

(7) - *Idem*, p. 15.

-visuais, quer ao nível das instituições escolares, quer no quotidiano de cada um, através da televisão, fotografia a cores e alta fidelidade.

Que factores poderão ajudar a explicar a criação deste clima de imaginário? O pensamento ocidental fez, ao longo dos tempos, uma desvalorização da imagem, em virtude de os seus alicerces assentarem, essencialmente, num racionalismo clássico caracterizado pela experiência perceptiva e pelo raciocínio de tipo silogístico e matemático. Como resposta a uma certa saturação que vinha sendo feita dos preceitos e progressos materiais, fruto do desenvolvimento técnico-científico e da revolução industrial, consubstanciados e defendidos pelo positivismo<sup>(8)</sup>, assistimos, nos finais do século XIX, a uma certa ressurgência do mito nas correntes literárias. O mito de Paris é aqui um bom exemplo ao anunciar os estranhos poderes da literatura<sup>(9)</sup>.

Um segundo factor explicativo pode encontrar-se quando Einstein e Planck interrogaram e depois puseram em causa a física e a geometria clássicas. Em termos reais e práticos, esta atitude mais não significou que o esboroamento da ciência clássica. A este propósito, diz Gilbert Durand

---

<sup>(8)</sup> - Segundo Auguste Comte o "estado positivista" seria um estado de felicidade para a humanidade. Esta felicidade seria conseguida através do progresso tecnológico. Gilbert Durand comentando esta perspectiva diz-nos que "...esta concepção positivista apresenta-se à maneira de um mito e observa-se um paradoxo... é que o mito dos três estados, o mito progressista dos três estados, que se quis destruidor dos mitos, é ele próprio um mito". (*Idem*, p. 20).

<sup>(9)</sup> - Fruto da industrialização, por meados do século XIX, surge uma nova concepção de cidade que traz consigo um carácter profundamente mítico. Este carácter mítico vai reflectir-se a dois níveis: por um lado, uma evolução do herói e, pelo outro, uma revisão dos valores românticos. Roger Caillois, ao referir-se ao mito de Paris e aos seus reflexos no campo da literatura, escreve: "A tentativa de Balzac e Baudelaire é precisamente oposta e tende a *integrar na vida* os postulados que os românticos se resignavam a satisfazer só no plano artístico e de que alimentavam a sua poesia. Deste modo, este empreendimento tem muitas relações com o mito, *que significa sempre um desenvolvimento do papel da imaginação na vida* enquanto susceptível, por natureza, de levar ao acto. Em oposição, uma literatura de evasão e de refúgio permanece propriamente literária porque serve para encontrar *as mais ideais, as mais inofensivas das satisfações de substituição* e determina, conseqüentemente, um recuo da imaginação no domínio das exigências práticas. Daqui advém o facto de o romantismo de cunho antigo ser, por essência, radicalmente incapaz de mitos". (Roger Caillois, *O mito e o homem*, Lisboa, Ed. 70, 1980, p. 126. Sobre o mito de Paris, vejam-se as pp. 113-27).

"...havia dois poderes, um forte e outro fraco, o forte é o da ciência clássica, o fraco é o do imaginário – ora, bem entendido que se a ciência clássica se esboroa, se perde, se afunda, o imaginário encontra-se automaticamente reforçado por uma espécie de efeito de vasos comunicantes"<sup>(10)</sup>.

Outro elemento contributivo para a criação de um clima de imaginário pode encontrar-se na própria subversão que o marxismo foi sofrendo. Durante o século XIX, alguns intelectuais aceitavam, quase como dogma, que a base económica, a infra-estrutura, condicionava e prevalecia sobre a superestrutura, isto é, sobre as ideologias. Com o tempo, esta maneira de pensar foi posta em causa mesmo por alguns marxistas, como Gramsci e, depois, pela escola de Franckfurt, que se aperceberam do poder que as estruturas míticas exerciam sobre as infra-estruturas. Verificou-se assim, também, a queda de um pensamento tido como dogmático com a conseqüente abertura a uma maior liberalização, importante para a criação de imaginário<sup>(11)</sup>.

Também os progressos que se verificaram ao nível da antropologia não deixaram de ter nesta matéria os seus efeitos. Os antropólogos passaram a estudar temas mais relacionados com o mundo exótico e com a problemática religiosa, assuntos que os colocam bem mais perto do mundo mítico, como demonstram os trabalhos de Mircea Eliade<sup>(12)</sup>.

Finalmente, assistimos, na expressão de Gilbert Durand, à "subversão mitológica da história", isto é, historiadores como Dumézil, Pierre Solé e Jean Pierre Sironneau, para citar apenas alguns, passaram a dar preferência aos movimentos míticos do pensamento humano, em detrimento dos

---

<sup>(10)</sup> - Gilbert Durand, *ob. cit.*, p. 24.

<sup>(11)</sup> - Deixando de lado a validade da filosofia do marxismo, poderíamos dizer que o comunismo marxista constituiu, até há bem pouco tempo, um dos mitos do nosso mundo moderno, uma vez que, na formulação da sua teoria, Marx retomou e prolongou os grandes mitos escatológicos do mundo asiático-mediterrânico. O mito da Idade de Ouro verificou-se com a afirmação da sociedade sem classes e com o fim de todas as tensões históricas: o papel libertador atribuído ao proletariado, com a vitória final do Bem sobre o Mal, mais não seria que o prolongamento da ideologia messiânica de origem judaico-cristã com o triunfo do Cristo sobre o Anti-Cristo. (Mircea Eliade, *Mythes, réves et mystères*, Paris, Gallimard, 1957, p. 24).

<sup>(12)</sup> - De entre as muitas obras deste investigador, destacamos o *Tratado de Historia de las Religiones. Morfologia y dialéctica de lo sagrado*, 2.ª ed., Madrid, Ed. Cristiandad, 1981.

movimentos positivos. Daí que Reis Torgal nos diga que: "os mitos fazem parte da história e temos de viver com eles"<sup>(13)</sup>.

Retomando o pensamento da historiadora Evelyne Patlagean, diremos que a história do imaginário se constrói sobre o problema da relação "entre réalité sociale et système de représentations"<sup>(14)</sup>.

Ao abordar o problema da representação ao nível do imaginário, Gilbert Dubois distingue entre aquilo que chama "imaginaire spéculaire" e "imaginaire symbolique"<sup>(15)</sup>. O primeiro relaciona-se com o processo mimético (que consiste numa reprodução duma outra produção primeira, isto é, o real ou o modelo). Esta perspectiva pode, por isso, ser designada de realista; o imaginário simbólico caracteriza-se, no essencial, pela impossibilidade de acesso ao real, havendo, no entanto, a possibilidade de estabelecer um modo de significação, isto é, "les objets n'ont rien d'objectif, ils ne vivent que par leur sens, leur situation dans un univers de signes"<sup>(16)</sup>. O facto de o modelo estar ausente permite diferentes leituras, o que dá origem a uma certa ambiguidade, característica do imaginário simbólico.

Como sabemos, toda a cultura se caracteriza por um imenso campo de significação. Daí a existência, nas comunidades culturais, de imensos sistemas simbólicos que resultam, por um lado, da interacção social e, pelo outro, da manipulação cultural. De uma maneira geral, os sistemas simbólicos só ganham e têm significado dentro das unidades culturais a que pertencem. Em Coimbra, por exemplo, o toque da "cabra", ao cair da tarde, só tem importância e significado para a comunidade estudantil, porque a convida ao recolhimento e ao estudo.

Muitas destas representações têm a sua origem num conjunto de mitos que se criaram e foram depois transmitidos de geração em geração.

---

<sup>(13)</sup> - Luís Reis Torgal, "Da(s) crise(s) e do(s) mito(s) da(s) Universidade(s)". *Revista de História das Ideias...*, vol. 12, p. 14. A este propósito, também o Prof. Ferreira Gomes nos diz: "... que toda a história tem (e sempre terá) uma componente "mitológica", que é mesmo o que ela tem de mais belo". (Joaquim Ferreira Gomes, *Estudos para a História da Universidade de Coimbra...*, p. 122).

<sup>(14)</sup> - *Ob. cit.*, p. 258.

<sup>(15)</sup> - Claude Gilbert Dubois, *L'Imaginaire de la Renaissance*, Paris, P.U.F., 1985, pp. 18-19.

<sup>(16)</sup> - *Idem*, p. 18.

Como já referimos, enquanto o século XIX via o mito numa perspectiva de fábula e de invenção, o nosso tempo, ao tentar a sua compreensão, encarava-o como um elemento altamente precioso e indispensável, porque capaz de traduzir comportamentos humanos, conferindo-lhes valor e significado<sup>(17)</sup>. A este propósito, Mircea Eliade, ao abordar a problemática do mito no mundo moderno, diz mesmo que: "...la compréhension du mythe compta un jour parmi les plus utiles découvertes du XX siècle"<sup>(18)</sup>. Através do mito podemos mais facilmente explicar e, simultaneamente, justificar um facto primordial do passado ou do presente<sup>(19)</sup>. Os mitos respondem, no fundo, a necessidades humanas, porque não são mais "une création puérile et aberrante de l'humanité "primitive", mais l'expression d'une mode d'être dans le monde"<sup>(20)</sup>.

Sempre que se fala no mito como categoria do imaginário somos tentados a fazer um desvio para a literatura. Embora a obra literária seja, na maioria dos casos, uma obra individual, é através da literatura que ao historiador lhe é possível descortinar linhas de força, de sensibilidade, aceitações, repugnâncias, numa palavra, mentalidades que marcam e caracterizam uma época. Entra-se assim na atitude e obra colectiva.

---

(17) - Cfr. Mircea Eliade, *Aspectos do mito*, Lisboa, Ed. 70, 1963, pp. 9-10. Este mesmo autor, citando Malinowski, diz-nos que: "o mito é, pois, um elemento essencial da civilização humana; longe de ser uma vã fabulação, é, pelo contrário, uma realidade viva, à qual constantemente se recorre". (*Idem*, p. 24). Também Lévi-Strauss refere a este propósito: "O que é importante é que principiamos a interessar-nos cada vez mais por este aspecto qualitativo e que a ciência, que tinha uma mera perspectiva quantitativa desde o século XVII até ao século XIX, começa a integrar agora também os aspectos qualitativos da realidade. Esta tendência habilitar-nos-á, indubitavelmente, a entender uma grande quantidade de coisas presentes no pensamento mitológico e que no passado nos apressávamos a pôr de parte como coisa carecida de significado e absurda. E o desenvolvimento desta linha levar-nos-á a ver que entre a vida e o pensamento não há aquele fosso absoluto que foi tomado como uma realidade concreta pelo dualismo filosófico do século XVII". (Claude Lévi-Strauss, *Mito e significado*, Lisboa, Ed. 70, 1987, p. 38).

(18) - Mircea Eliade, *Mythes, rêves et mystères...*, p. 38.

(19) - Segundo o Prof. Mesquitela Lima, que dá como exemplo o sebastianismo português, o mito "pode ser ainda um *projecto*, elemento aglutinador das forças sociais tendo em vista um objectivo que se apresenta como desejável para todos ou quase todos os membros dessa sociedade". (Augusto Mesquitela Lima, Benito Martinez e João Lopes Filho, *Introdução à Antropologia Cultural*, Porto, Ed. Presença, 1980, p. 138).

(20) - Mircea Eliade, *ob. cit.*, p. 23.

Em íntima união com os mitos, encontram-se os ritos e todo o conjunto de cerimónias a eles ligados – os rituais. Um dos pensadores que mais procurou relacionar os mitos e os ritos foi G. Dumézil que, na obra *Ouranos - Varuna*, escreveu: "A verdade é que os mitos nascem e desenvolvem-se em condições obscuras, mas quase sempre solidárias com os ritos: mitos de "bandos de monstros" têm grandes hipóteses de surgir com ritos de disfarce, um mito de castração com castrações rituais"<sup>(21)</sup>. É também neste sentido que Roger Caillois nos recorda que: "separado do rito, o mito perde, se não a sua razão de ser, pelo menos o melhor da sua força de exaltação: a capacidade de ser vivido"<sup>(22)</sup>.

Os ritos têm uma função extraordinariamente importante, pois é graças a eles que as culturas se conservam mais ou menos integradas, porque os ritos, fazendo reviver os acontecimentos, conseguem estabelecer uma ligação entre o hoje e o ontem, entre o presente e o passado. Um bom exemplo, de entre vários, do que vimos afirmando é o que se passa na Academia de Coimbra com a comemoração da Tomada da Bastilha<sup>(23)</sup>. Questões destas remetem-nos para a problemática *memória e história*.

## 2. MEMÓRIA E HISTÓRIA

Apesar das profundas transformações que o andar dos tempos e o surto do progresso vão operando, a Academia de Coimbra, juntamente com a igreja, a aldeia e a família, por exemplo, são, no bom sentido da palavra, sociedades fortemente tradicionalistas, porque encerram em si um forte sentido de memória. É muito frequente, nas celebrações de actos litúrgicos, ouvir-se a expressão: "Fazei isto em minha memória". De igual modo, também a Academia de Coimbra vive, hoje, da sua memória, dos seus mitos, das heranças de antanho, ou, para citarmos Carminé Nobre, "duma tradição que lhe criaram os seus poetas, os seus cantores e as travessuras de tantos outros"<sup>(24)</sup>.

(21) - Cit. por Roger Caillois, *ob. cit.*, p. 25, nota 15.

(22) - *Idem*, p. 25.

(23) - Cfr. Joaquim Ferreira Gomes, *ob. cit.*, pp. 117-22.

(24) - Carminé Nobre, *Coimbra de capa e batina*, 1.º vol., 2.ª ed., Coimbra, Atlântida, 1946, p. 11.

Intimamente relacionados com a história do imaginário, campo de investigação relativamente recente da história, estão os conceitos de *memória* e *memória colectiva*, sobretudo quando o assunto em estudo diz respeito a uma colectividade tradicional, a uma sociedade de memórias, como é o caso da comunidade estudantil coimbrã.

Não é nosso propósito produzir, nas linhas que se seguem, profundas reflexões de ordem teórica sobre a evolução que os conceitos de *memória* e *história* tiveram ao longo dos tempos. Sobre estas matérias há uma abundante literatura<sup>(25)</sup>.

Além do mais, as nossas questões são de outra ordem. A memória transmite-se de geração em geração, através de diferentes e variadas vias. Também a Academia de Coimbra teve (e tem) os seus cantores, os seus poetas e romancistas. Foram (e continuam a ser) muitos os estudantes que, anos depois de abandonarem a cidade de Coimbra, escreveram coisas sobre o tempo em que lá estiveram. São precisamente estas "memórias" escritas por estudantes juntamente com estudos sobre a comunidade estudantil e a história da Universidade que serviram de base à elaboração do presente capítulo. Porque realidades distintas, que relações se estabelecem, hoje, entre *história* e *memória*? Como abordar, numa perspectiva de rigor e ciência

---

(25) - Quanto à problemática da memória na história, vejam-se, entre outros, os seguintes trabalhos: Jacques le Goff, "Memória", *Enciclopédia. I - Memória-História*, ed. portuguesa, Lisboa, Ennaudi-Imprensa Nacional, 1984, pp. 11-50; Fernando José de Almeida Catroga, *A militância laica e a descristianização da morte em Portugal, 1865-1911*, 2.º vol., Coimbra, 1983, esp. as pp. 891-953; *O Céu da Memória. Cemitério romântico e culto cívico dos mortos*, Coimbra, Minerva, 1999; André Leroi-Gourhan, *O gesto e a palavra. 2 - Memória e ritmos*, Porto, Ed. 70, 1987; Rui Bebiano, "O 1.º Centenário Pombalino (1882). Contributo para a sua compreensão histórica", *Revista de História das Ideias*, n.º 4, tomo II, Coimbra, 1982-1983, pp. 381-428; Luís Reis Torgal, *História e Ideologia*, Coimbra, 1989; Pierre Nora, "Entre Mémoire et Histoire - La problématique des lieux", *Les lieux de Mémoire*, vol. I, *La République*, Paris, Gallimard, 1984, pp. XVIII-XLII; "Mémoire Collective", *La Nouvelle Histoire cit.*, pp. 398-401; Frances A. Yates, *L'Art de la Mémoire*, traduit de l'anglais par Daniel Arasse, Paris, Gallimard, 1975; Mona Ozouf, *La Fête révolutionnaire*, Paris, Gallimard, 1976; V. M. Godinho, "Sobre teoria da história e historiografia", *Ensaio*, III, Lisboa, Sá da Costa, 1971; José Mattoso, "Breves reflexões sobre o individual e o colectivo em História", *Vértice*, II Série, n.º 4, Julho de 1988, pp. 7-67; Paul Veyne, *Como se escreve a História*, Lisboa, Ed. 70, 1983; José Maria Amado Mendes, *A História como Ciência*, Coimbra, Coimbra Editora, 1987.



histórica, fontes tão frágeis e, simultaneamente, tão ricas em sensações e climas, como são essas "memórias" redigidas por estudantes?

Nunca como hoje, a memória, sobretudo a memória colectiva, teve tanta importância. Se, nas sociedades sem escrita, a memória colectiva se centrava, essencialmente, nos mitos de origem e no prestígio das grandes famílias dominantes, neste mundo de fim de século, com uma rápida evolução e mutações constantes, a memória, ao dilatar-se e democratizar-se, passa a fazer parte, não só das grandes questões do nosso tempo, mas também do quotidiano de cada um de nós. Para além de um poderoso instrumento de poder (estamos a recordar a importância dos arquivos, da rádio e da televisão, sob a vigilância e tutela dos governos), a memória é também um elemento essencial daquilo a que se costuma chamar identidade, seja ela a nível individual ou colectivo. A memória do estudante é um símbolo de identidade.

É vulgar, por vezes, sobretudo nas sociedades com forte sentido de memória, ouvir-se dizer que estamos a assistir a uma crise de identidade. É bem possível que assim seja, se entendermos a memória como um sistema fechado. Embora o problema tenha a ver com outras dimensões, poderá ser neste sentido que se fala de uma crise no nosso mundo rural. Para onde foram os jogos tradicionais que, nas nossas aldeias, em tardes soalheiras de domingo, no adro da igreja ou na praça principal, eram alegremente disputados?<sup>(26)</sup> Que dizer, no domínio do religioso, do ostracismo a que foram votados os cânticos populares para "encomendar" as almas, no tempo da Quaresma? E onde estão, ao cair da noite, os três toques do sino, para anunciarem a oração, em família, à Santíssima Trindade?

Mas, dada a evolução do mundo moderno, não estará esta perda de memória tradicional a traduzir-se também numa busca da própria identidade? Como justificar o interesse que a história local, embora feita muitas vezes por curiosos, está a despertar nos nossos dias? Como explicar a formação de associações e a criação de pequenos museus, nos lugares mais recônditos,

---

(26) - "Os Jogos Tradicionais, na acepção em que hoje são tidos, foram instrumentos de identificação do meio rural, ou dos rurais atraídos ao meio urbano". (Mirandela da Costa, "Os Dois Jogos Tradicionais", *Actas das Jornadas de Reflexão - "Os Jogos Tradicionais em Portugal"*, Guarda, IPG e DGD, 1990, p. 8).

se não para defesa de um património que é colectivo?<sup>(27)</sup>. E, no caso da Academia de Coimbra, quais as razões que podem ajudar a compreender o restabelecimento da praxe académica, nos anos de 1980, quando a mesma havia sido abolida numa assembleia magna, extraordinariamente concorrida, em 1969, aquando da crise académica então vivida?<sup>(28)</sup>. A resposta a estas e a outras questões do mesmo género pode ser aquela que Pierre Nora nos dá, quando escreve: "Moins la mémoire est vécue de l'intérieur, plus elle a besoin de supports extérieurs et de repères tangibles d'une existence qui ne vit plus qu'à travers eux"<sup>(29)</sup>.

Mas, na verdade, a memória é também um sistema aberto. Apesar de a grande maioria das sociedades considerar o passado como modelo do presente, existem, no entanto, aberturas e fendas através das quais a inovação e a mudança operam, acabando, também, por se instalarem. Foi o que se passou, em Coimbra, com a revolução toponímica. Aqui, o século XIX e, mais tarde, as obras de reconstrução da cidade universitária eliminaram, não só o nome dos terreiros, das portas e das calçadas, mas também os dos santos e dos adros, para os substituírem pelos nomes de personalidades ou acontecimentos memoráveis. Estão neste caso, de entre outras, a Rua Ferreira Borges (antiga Rua da Calçada)<sup>(30)</sup> e a Rua Sá de

---

(27) - "É inegável que existe hoje em Portugal uma grande preocupação pela recolha e divulgação dos jogos tradicionais. À acção das associações – que dia a dia vão surgindo um pouco por todo o lado – junta-se o labor de investigadores, interessados na pesquisa e caracterização dessas formas tradicionais de actividade corporal". (Mário Cameira Serra, "Materiais e jogo. Recolha e registo. Responsabilidade e metodologia", *Actas das jornadas de reflexão...*, p. 41). Na cidade da Guarda, por exemplo, existe a Associação Distrital de Jogos Tradicionais e do Lazer do Distrito da Guarda, fundada em 29 de Agosto de 1979 e que tem como finalidades "dirigir e incentivar a prática de jogos tradicionais e outras actividades culturais de âmbito tradicional" (*Diário da República*, III Série, n.º 230, de 30-10-79, p. 798). Também "A Comissão de Jovens de Ramalde, associação que tem protagonizado alguns dos movimentos de opinião que tentam recuperar Ramalde para uma noção de património a proteger..." (Nuno Corvacho, "Ramalde à procura de espaço para a cultura", *Público*, Ano 3, n.º 852, de 4 de Julho de 1992, p. 42).

(28) - Maria Eduarda Cruzeiro, *ob. cit.*, p. 5, nota 1.

(29) - Pierre Nora, "Entre Mémoire et Histoire - La problématique des lieux", *Les lieux de Mémoire...*, p. XXVI.

(30) - Cfr. José Pinto Loureiro, *Toponímia de Coimbra*, Tomo I, Coimbra, Ed. Câmara Municipal, 1960, p. 362.

Miranda (antiga Rua de S. João)<sup>(31)</sup>. Segundo Pinto Loureiro, "assim se substituiu à toponímia de geração espontânea, criada pelo povo, uma toponímia de artifício, oficialmente imposta"<sup>(32)</sup>, porque "a toponímia (leia-se, também, *memória*) se cola aos movimentos da vida, para com ela se transformar e evoluir"<sup>(33)</sup>.

Embora o conceito de memória seja de certa maneira ambíguo, diremos que a memória consiste na capacidade de conservar vivências, de reconhecer hábitos, de evocar situações e acontecimentos, de actualizar o passado, de criar e recriar novos espaços. Reconheça-se, igualmente, que esta memória é viva, aberta, dotada de grandes estádios de latência, capaz de evolução permanente, mas também vulnerável a todas as utilizações e manipulações, porque grandemente sujeita às influências das pressões ideológicas. Daqui uma estreita relação entre memória e ideologia, entendendo-se por esta todo "...um sistema de representações - ideias, imagens, mitos, valores, práticas - que se procura impor, "convencendo", e assim alcançar um espaço hegemónico, se não mesmo totalizador"<sup>(34)</sup>.

A memória, porque instrumento de pedagogia e estratégia de poder, é, muitas vezes, utilizada e manipulada pelas ideologias. Evoca-se e procura-se rentabilizar o passado, para servir um ideal partidário, perpetuar ou derrubar um sistema, fazer passar mais facilmente uma mensagem ou ainda defender uma nova concepção de vida. Em França, com a Revolução Francesa, assistimos a um retorno da memória dos mortos. A revolução, ao apropriar-se da memória dos grandes homens, vai colocá-la ao serviço do seu ideal<sup>(35)</sup>. Porém, desde cedo aparece a sua manipulação. Jacques Le Goff diz-nos a este propósito: "Depois do 9 Termidor é-se sensível aos massacres e às execuções do Terror, decidindo-se subtrair à memória colectiva "a

---

(31) - *Idem*, p. XIII.

(32) - *Idem*, p. XIV. Contra este procedimento insurgiu-se A. C. Borges de Figueiredo ao escrever: "Esta mania de mudar os nomes às ruas, praças e largos, que actualmente se tornou epidémica, é muito extravagante... Para que ir alterar designações que conservam antigas memórias, e que tão úteis são muitas vezes para averiguação das coisas que passaram" (*Coimbra antiga e moderna* .., p. 119).

(33) - *Idem*, p. XVI.

(34) - Luís Reis Torgal, *ob. cit.*, p. 21.

(35) - Fernando José de Almeida Catroga, *ob. cit.*, pp. 892 e ss.

multiplicidade das vítimas" e "nas festas comemorativas, a censura irá pois disputá-la, à memória"<sup>(36)</sup>.

Porque "todos os povos têm interesse em se afirmarem..., em sagrarem o seu direito à existência, à civilização, invocando as suas grandes personalidades"<sup>(37)</sup>, este movimento de evocação de grandes figuras do passado rapidamente se difundiu por outros países da Europa. Em Portugal, sob o impulso de Teófilo Braga e de Ramalho Ortigão, evocou-se o passado na figura de Luís de Camões, em 1880. O projecto inicial, de sentido eminentemente nacional (tenhamos em conta as forças sociais que o apoiaram, inclusivamente o governo, que aderiu mais tarde, e a praça pública onde decorreu o cerimonial), "não impediu, porém, que os frutos do seu sucesso tenham sido colhidos, essencialmente, pelo republicanismo"<sup>(38)</sup>, que adoptou uma pedagogia de "estímulo para o renascimento"<sup>(39)</sup>, em virtude da fase crítica porque passava a monarquia constitucional.

Embora menos consensual que o de Camões, porque mais polémica a figura e mais inserido na evolução da questão religiosa<sup>(40)</sup>, o Centenário do Marquês de Pombal, em 1882, serviu também aos republicanos para denunciarem, face ao crescimento do movimento católico, um certo perigo de ultramontanismo e de absolutismo e, ao mesmo tempo, avançarem com as suas propostas laicizadoras. A própria colocação da estátua do Marquês

---

<sup>(36)</sup> - Jacques Le Goff, "Memória", *Enciclopédia cit.*, p. 37.

<sup>(37)</sup> - Maria Letizia de Rute (Madame Rattazzi), "O centenário de Camões", *O Camões*, I anno, número 1, Porto, 10 de Agosto de 1880, p. 3.

<sup>(38)</sup> - Fernando José de Almeida Catroga, *ob. cit.*, p. 906.

<sup>(39)</sup> - Teófilo Braga, *História das Ideias Republicanas em Portugal*, Lisboa, Vega, 1983, p. 163.

<sup>(40)</sup> - "Entre os factos que se deram por ocasião das solenizações com que a memória do grande Marquês de Pombal acaba de ser festejada, nenhum impressiona tanto como a opposição tenaz que uma grande parte do clero católico português desenvolveu contra estas solenizações. E dissemos - opposição - e mencionamos - clero - pondo de parte os retraimentos de alguns nobres e populares; visto como estes, além de se apresentarem em limitado número fizeram com o clero causa comum a ponto de em verdade podermos dizer - que obedeceram à influência deste, e que foi ele o fautor de todas as demonstrações hostis ao centenário pombalino" (Francisco Gomes do Rego Feio, "O Centenário Pombalino e os seus Inimigos", *O Centenário do Marquez de Pombal (Jornal comemorativo publicado pela Comissão dos Estudantes de Coimbra)*, número único, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1882, p. 13). Veja-se também Fernando Catroga, *ob. cit.*, pp. 921 e ss.

de Pombal, no topo da Avenida da Liberdade, em Lisboa, cuja primeira pedra foi lançada em 1882, obedeceu a "uma estratégia apostada em corporizar um culto revivificador de uma dada memória colectiva"<sup>(41)</sup>. É a memória ao serviço da ideologia.

A memória, como organismo vivo que é, nasce, cresce, vive e morre. Alimenta-se de recordações, refugia-se nos hábitos, nos gestos, nos costumes e nas ideias. Quando cristalizam ou se repetem, acabam por constituir a tradição, a memória colectiva, que Pierre Nora define como "...ce qui reste du passé dans le vécu des groupes, ou ce que ces groupes font du passé"<sup>(42)</sup>.

O conceito de história é, hoje, um conceito ambíguo, em virtude da renovação epistemológica que a história tem vindo a viver desde a segunda metade do nosso século. É precisamente esta dialéctica do valor relativo do conhecimento que explica o estado de expansão da história e, simultaneamente, a crise do mundo dos historiadores.

Apesar de Jacques Le Goff dizer que "estamos quase todos convencidos de que a história não é uma ciência como as outras"<sup>(43)</sup> e de alguns autores a considerarem acima de tudo como uma arte<sup>(44)</sup>, a nosso ver, a história é uma ciência, sobretudo, quando feita "por um corpo especializado de técnicos, a ordem dos historiadores"<sup>(45)</sup>. Além disso, a dignidade de ciência é-lhe também conferida pela necessidade que a história tem de técnicas e pela actualização dos seus métodos. Amado Mendes refere mesmo que, na metodologia actual, se continua a usar: "o rigor da crítica, a exactidão das referências, a fidelidade na transcrição de textos e a indicação precisa das fontes"<sup>(46)</sup>.

Relacionada com este problema, coloca-se, muitas vezes, a questão da objectividade ou da verdade em história. Todos sabemos que o historiador está sujeito às ideologias. Aliás, ele próprio tem a sua ideologia. Nesta perspectiva, Reis Torgal aconselha que "...o historiador deve opor-se ao "relativismo" e ao "subjectivismo", afastar-se da "história-ética", da "história

(41) - Fernando Catroga, *ob. cit.*, p. 932.

(42) - Pierre Nora, "Mémoire Collective", *La Nouvelle Histoire...*, p. 398.

(43) - Jacques Le Goff, "História", *Enciclopédia...*, p. 158.

(44) - Cfr. G. Duby e G. Lardreau, *Dialogues*, Paris, Flammarion, 1980, p. 50.

(45) - H.I. Marrou, *Do conhecimento histórico*, 3.ª ed., Tradução de Ruy Belo, Lisboa, Aster, 1974, p. 25.

(46) - José Maria Amado Mendes, *A História como Ciência...*, p. 71.

mestra da vida", da "história-tribunal", repelir a "história ideológica", ou, talvez melhor, a "ideologia historiográfica", deve procurar que a sua ciência seja válida em todo o mundo e em todos os quadrantes culturais"<sup>(47)</sup>.

Porque não há saber constituído, mas constituínte, a objectividade em história vai-se construindo, pouco a pouco, através de um processo dinâmico de sucessivas revisões e aproximações críticas<sup>(48)</sup>.

Assim, entendemos a história, não somente como uma ciência "tout court", mas em toda a sua complexidade, no seu sentido mais lato e polimorfo. A história é uma ciência viva e actuante, e não relíquia do passado. Na moderna tendência historiográfica, o passado depende, em grande parte, do presente. A história torna-se contemporânea, uma vez que o passado, ao ser apreendido no presente, responde aos seus problemas, anseios, preocupações e interesses. Porque todo o conhecimento é relativo, não há respostas exactas nem conclusões definitivas. Situamo-nos assim no contexto de uma História-Problema.

Como vemos, ao contrário da memória, o mundo da história é totalmente diferente. A história é sempre uma reconstrução incompleta e problemática do passado; porque operação intelectual, a história pressupõe o espírito de análise e o discurso crítico; pertence a todos, mas não é de ninguém, o que lhe confere um carácter universal e, finalmente, apresenta-se sempre como um conhecimento relativo. A história afasta-se assim da memória, embora esta lhe sirva de objecto<sup>(49)</sup>.

Com efeito, até às primeiras décadas do nosso século, falar de história era falar de memória, uma vez que história e memória se confundiam<sup>(50)</sup>. Desde os cronistas da Idade Média até aos homens da história nova, a história desenvolveu-se, essencialmente, segundo o modelo da rememoração, da anamnese e da memorização. Ia-se da história para a memória. Era o tempo da história-memória.

---

<sup>(47)</sup> - Luís Reis Torgal, *ob. cit.*, p. 27.

<sup>(48)</sup> - Cfr. Paul Ricoeur, *Histoire et vérité*, Paris, Seuil, 1955, pp. 24-25.

<sup>(49)</sup> - Cfr. Pierre Nora, "Entre Mémoire et Histoire - La problématique des lieux", *Les lieux de Mémoire...*, pp. XIX-XX.

<sup>(50)</sup> - Cfr. Pierre Nora, "Mémoire Collective", *La Nouvelle Histoire...*, pp. 398-400. Vejamo-nos as diferenças que este autor estabelece entre memória histórica e memória colectiva.

Com o movimento dos *Annales*, nos anos 30, a história sofre um grande impulso e uma grande renovação, quer ao nível dos conceitos quer ao nível metodológico. Para além de uma interdisciplinaridade, a escola dos *Annales* reivindica também uma história global, civilizacional e, portanto, de dimensão social. Como consequência directa deste corolário, à noção de "Estado-Nação" sobrepõe-se, agora, a noção de "Estado-Sociedade". Esta mudança veio, sobretudo em França, país com uma forte tradição de memória, pôr fim à história-memória e, conseqüentemente, multiplicar as memórias particulares. É ainda o mesmo Nora que, ao referir-se a esta matéria, diz que: "La nation-mémoire aura été la dernière incarnation de l'histoire-mémoire"<sup>(51)</sup>, para, seguidamente, concluir: "Moins la mémoire est vécue collectivement plus elle a besoin d'hommes particuliers qui se font eux-mêmes des hommes-mémoire"<sup>(52)</sup>.

Esta mudança não deixou de vir a ter os seus reflexos sobretudo ao nível das instituições de ensino e, aqui, de um modo muito particular, no processo ensino-aprendizagem. Em França, a publicação do "relatório Girault", em 1983, é bem a prova disso. Cerca de 2/3 dos estudantes, que foram inquiridos, desconheciam os nomes de muitas personalidades, não faziam ideia de muitos acontecimentos e da sua localização no espaço e no tempo, para não se falar já de um conhecimento fraccionado da realidade<sup>(53)</sup>.

Portugal é, à semelhança da pátria francesa, um país com um forte sentido de memória. Fruto de uma ideologia reinante, não se operaram, entre nós, as mudanças que se verificaram em França, nos anos subsequentes à década de 30<sup>(54)</sup>. No nosso país, não houve rupturas, mas uma certa

---

<sup>(51)</sup> - Pierre Nora, "Entre Mémoire et Histoire - La problématique des lieux", *Les lieux de Mémoire...*, p. XXIII.

<sup>(52)</sup> - *Idem*, p. XXX.

<sup>(53)</sup> - Cfr: Luís Reis Torgal, "História... Que História? Algumas reflexões introdutórias à temática da história local e regional", *Revista de História das Ideias*, vol. 9.º, tomo III, Coimbra, 1987, p. 849.

<sup>(54)</sup> - Não se pense com isto que Portugal foi alheio a uma certa renovação historiográfica. Mesmo antes de 1930, na transição do século XIX para o XX, Portugal conhece um movimento de renovação. Nomes como Oliveira Martins, Luz Soriano, Teófilo Braga, Gama Barros, Lúcio de Azevedo e Fidelino de Figueiredo, entre outros, ilustram bem o dinamismo que nesta matéria se operou entre nós. Fidelino de Figueiredo cita Henri Berr e a *Revue de Synthèse Historique* e opõe-se a uma história factual. Sobre este assunto veja-se Luís Reis Torgal, *ob. cit.*, pp. 850-51.

continuidade com uma ou outra ligeira inovação, sobretudo em concepções pedagógico-didáticas<sup>(55)</sup>.

Assim, antes dos anos 60, a influência da história nova é, na casa lusitana, muitíssimo tímida, se não mesmo francamente limitada. Apesar de a reforma do ensino liceal de 1947- 48<sup>(56)</sup> apresentar, relativamente à "exactidão nas doutrinas" de 1932<sup>(57)</sup>, novas directrizes para os programas de história, no sentido do "...estudo das transmutações sofridas pela sociedade e pelo homem, que dêem a conhecer ao aluno a génese e as características do mundo contemporâneo e os valores que dominam o seu espírito e a sua estrutura"<sup>(58)</sup>, no fundo tudo se saldou por uma renovação das concepções positivistas.

Com efeito, ao contrário da França, "...a nossa História viu-se pouco mais que confinada ao seu espaço "oficial" que, no âmbito universitário e não universitário, é marcado pela presença quase exclusiva do "positivismo" ou/e do "nacionalismo"<sup>(59)</sup>. Daí que em Portugal não haja, à semelhança do que aconteceu em França, crises de memória e de história. Memória e História continuam, entre nós, de mãos dadas. Só a partir da crise do Estado

---

<sup>(55)</sup> - "Acrece que há disciplinas cujo ensino simultâneo é sem dúvida vantajoso, pelas relações de umas com as outras, como sucede, por exemplo, com o Português e o Francês, o Desenho e a Geometria, a Literatura e a História. O ensino sucessivo de disciplinas isoladas não se amolda a um dos objectivos normais do curso geral dos liceus, que é o desenvolvimento não por parcelas, mas global, de todas as faculdades e tendências do espírito". Reconhece-se também que não é correcto "exceder os limites da capacidade dos alunos". (Decreto-Lei n.º 36 507, *Diário do Governo*, I Série, n.º 216, de 17 de Setembro de 1947, pp. 881 e 882).

<sup>(56)</sup> - *Idem*.

<sup>(57)</sup> - No preâmbulo do Decreto n.º 21 103, de 15 de Abril de 1932, lê-se: "A História de Portugal visa, além dos conhecimentos gerais que ministra, dentro da sua categoria, a formar portugueses; por isso a sua acção tem de ser eminentemente nacionalizadora". A formação dos portugueses deve assentar, conforme refere o Art.º 3.º, nos valores da Família e da Fé, nos Princípios da autoridade, Firmeza do Governo e Respeito da hierarquia e, finalmente, na Cultura literária e científica. E o Art.º 4.º, conclui: "Tudo quanto, pelo contrário, tem sido elemento de dissolução nacional, de enfraquecimento da confiança no futuro, falta de gratidão para com os esforços dos antepassados, deve ser objecto de censura". (*Diário do Governo*, I Série, n.º 89, de 15 de Abril de 1932, pp. 481-82).

<sup>(58)</sup> - Decreto n.º 37 112, *Diário do Governo*, I Série, n.º 247, de 22 de Outubro de 1948, p. 116.

<sup>(59)</sup> - Luís Reis Torgal, *ob. cit.*, p. 852. Veja-se também *História e Ideologia...*, p. 140.



Novo, nos anos 60, a situação começa a sofrer modificações, que se acentuam e evidenciam depois do movimento de Abril de 1974<sup>(60)</sup>.

Hoje, a memória, sobretudo a memória colectiva, é encarada como uma realidade sociológica extraordinariamente importante. A comprová-lo estão, por exemplo, os acontecimentos que se desenrolam nos países do leste europeu, cada um na procura da sua identidade, cada um na tentativa de recuperação do seu próprio passado. A testemunhá-lo está também a Academia de Coimbra que, para além do uso da capa e batina, um dos símbolos da sua identidade, vem celebrando, há uns anos a esta parte, as suas festas académicas - latadas, Tomada da Bastilha e Queima das Fitas – lugares simbólicos do seu passado e tradição. É que, para além das rápidas convulsões e rupturas dos sistemas de vida tradicional, o mundo dos nossos dias caracteriza-se também pelos fenómenos da democratização, da massificação e da autonomização. Se a esta metamorfose do mundo contemporâneo acrescentarmos a rápida difusão da notícia e os efeitos da história imediata (sobretudo ao nível dos media), facilmente se entenderá que existe uma certa necessidade de ir ao encontro de uma tradição que corre o risco de se perder. À medida que a memória tradicional vai desaparecendo, sentimos como que uma obrigação em acumular e arquivar vestígios. Daqui uma certa proliferação de memórias, individuais e colectivas, como única resposta para a recuperação e manutenção dum passado, face às mutações e ao desenraizamento que a sociedade moderna vem provocando. Dois bons exemplos referentes a Coimbra, e que se inscrevem no âmbito do nosso estudo, são as Actas sobre o 1.º Encontro da Alta de Coimbra<sup>(61)</sup> e o Álbum Comemorativo das Bodas de Prata da Associação dos Antigos Estudantes<sup>(62)</sup>.

---

<sup>(60)</sup> - *Idem*, pp. 852-54.

<sup>(61)</sup> - *Alta de Coimbra. História - Arte - Tradição. Actas.*, Coimbra, Gráfica de Coimbra, 1988.

<sup>(62)</sup> - *A Velha Alta ... Desaparecida. Álbum Comemorativo das Bodas de Prata da Associação dos Antigos Estudantes de Coimbra*, 2.ª edição, Coimbra, Gráfica de Coimbra, 1991.

Um outro exemplo de memória colectiva é a construção de um grande monumento, no Porto, em honra do empresário português nortenho. Da autoria do escultor José Rodrigues, este monumento "é, para além de tudo, um símbolo da vontade do Norte de restabelecer um equilíbrio perdido". (Carlos Romero. "Um monumento "grandioso e chocante". *Público*, Ano 3, n.º 852, de 4 de Julho de 1992. p. 44). (O itálico é nosso).

Para além de tudo isto, também a reflexão que a história vem fazendo sobre si própria, veio provocar uma revolução na memória. A história, porque história-problema e não história-narrativa, pressupõe, para um diagnóstico mais eficaz sobre as questões que hoje se lhe colocam, uma reviravolta nas suas relações com a memória.

Estas novas relações terão que passar, em primeiro lugar, pela perfilhação de uma problemática abertamente contemporânea, e não, como acontecia no positivismo, por uma dimensão simplesmente retrospectiva. Só na perspectiva da contemporaneidade, as hipóteses formuladas podem responder às necessidades e exigências dos diferentes grupos; o abandono de um tempo linear, em favor de novas posições e perspectivas: etnológica, sociológica e antropológica, em virtude do papel importante que as ciências sociais desempenham na interdisciplinaridade e, finalmente, a preferência pelo período moderno (que se cola directamente à nossa sociedade)<sup>(63)</sup>, em detrimento dos períodos e das épocas consagradas, como a Antiguidade e a Idade Média.

A história faz-se, hoje, sobre a pressão das memórias colectivas<sup>(64)</sup>. Ao historiador cabe-lhe a tarefa, partindo dos lugares de memória, sejam eles topográficos, simbólicos ou funcionais, de explicitar o que permanece implícito, uma vez que não há memória espontânea.

Vejamos, a nossa segunda questão, ou seja, como abordar, numa perspectiva de rigor histórico, fontes tão frágeis e movediças, como são as "memórias" escritas por estudantes?

De uma maneira geral, as "memórias" que muitos estudantes escreveram – largos anos depois da sua passagem por Coimbra, numa atitude de "recordação" –, são livros extraordinariamente bem escritos e constituem uma literatura plena de factos e episódios do quotidiano académico. Se, na

<sup>(63)</sup> - A título de mera curiosidade informativa, não resistimos à tentação de reproduzir uma notícia ouvida na Rádio Renascença. Mais ou menos por estas palavras, dizia um locutor o seguinte: Que no dia 20 de Julho de 1992, na Rádio Renascença, ia realizar-se o Primeiro Jogo da Memória. Destinava-se a jornalistas e versava sobre acontecimentos dos últimos três anos. A proliferação de memórias individuais é também digna de registo. A título de exemplo, referimos a de Andrei Sakharov, *Memórias*, tradução de Manuel Cordeiro, Lisboa, Círculo de Leitores, 1992.

<sup>(64)</sup> - Cfr. Pierre Nora, "Mémoire Collective", *La Nouvelle Histoire...*, p. 400.

maior parte destas memórias, se pode colher um fundo de verdade, em muitas, a fantasia, a vivacidade, o picaresco, o quimérico e o anedótico sobrepõem-se e substituem, inclusivamente, o rigor e a análise dos acontecimentos, o que, por vezes, pode levantar problemas de ordem heurística<sup>(65)</sup>. Louzã Henriques, estudioso e conhecedor profundo da vida académica coimbrã, não deixa dúvidas nesta matéria quando afirma: "Já vi descrever situações muito dramáticas da vida individual de amigos meus, até de períodos particularmente violentos da nossa vida política ou académica, em que não se falava do que estava em causa nem dos riscos que se corriam, mas em que se podia falar de uma rapariga mais gorducha que não conseguia fugir e, quando levava com um cassetete no rabo, chamava ao polícia *filho de mulher solteira*"<sup>(66)</sup>.

Estas "memórias", por vezes, pecam por erros, omissões ou excessos<sup>(67)</sup>. Não há que estranhar (mas que acautelar) estas ocorrências, se recordarmos as circunstâncias em que muitas delas foram redigidas: "...com as migalhas que ficaram apegadas às paredes do entendimento..."<sup>(68)</sup> ou deixando "a pena correr... ao sabor das nossas recordações, fixando-as sem outra ordem, sem outro nexos, além da simultaneidade com que nos forem surgindo no cérebro, sob o impulso da memória accionada pela associação espontânea das ideias e ajudada pelos evocadores papéis que for sacando da minha velha pasta, sarcófago destas lembranças"<sup>(69)</sup> ou quando a idade dos seus autores é já avançada, não permitindo, por isso, reproduzir com fidelidade muitas

---

<sup>(65)</sup> - António Nóvoa, "A Sociedade do Raio na Coimbra Académica de 1861-1863", *Universidade(s). História. Memória. Perspectivas ...*, vol. 3.º, p. 278.

<sup>(66)</sup> - Manuel Louzã Henriques, "Considerações sobre a boémia estudantil no séc. XIX", *Idem*, vol. 3.º, p. 346, nota 2.

<sup>(67)</sup> - Em carta do Dr. Paulo Merêa, anexa às *Memórias* de Cabral de Moncada, pode ler-se: "Para avaliáres da sinceridade com que escrevo estas linhas dir-te-ei que há uma parte do capítulo relativo aos tempos de Coimbra, em que a tua visão, geralmente tão certa, me pareceu ter sofrido uma certa distorção". Mais adiante, Paulo Merêa faz algumas correcções a afirmações produzidas pelo autor das *Memórias*. (Luís Cabral de Moncada, *ob. cit.*, pp. 262-65).

<sup>(68)</sup> - Costa Pimpão, "Ontem e Hoje", *Via Latina*, Ano I, n.º 4, Coimbra, 15 de Maio de 1941, p. 1.

<sup>(69)</sup> - Francisco de Athayde Machado de Faria e Maia, *A minha velha pasta (Tempos de Coimbra e gente do meu tempo) 1896-1901*, Ponta Delgada, Tipografia Diário dos Açores, 1937, p. 12.

situações<sup>(70)</sup>, ou ainda quando se utilizam alguns relatos e testemunhos em segunda mão, como refere Carminé Nobre: "Fui testemunha de alguns factos que aqui relato. Outros foram-me contados por amigos, que na recordação dos seus tempos de Coimbra, encontraram, além de saudades, alguns sorrisos de juventude"<sup>(71)</sup>.

As "memórias" também não são uniformes na descrição que fazem da comunidade estudantil. Há uma grande diversidade no tipo e na qualidade da informação que cada autor transmite. Ao lado da clarividência de Trindade Coelho e Alberto Costa, outros autores revelam contradições em muitos factos<sup>(72)</sup>, para já não falar de uma certa cópia de uns em relação a outros<sup>(73)</sup> e ainda das pesadas críticas feitas a alguns, acusados de relatarem acontecimentos que não correspondem à maneira como se passaram, o que levou João Falcato

---

<sup>(70)</sup> - Um dos bons exemplos são as já citadas *Memórias* de Cabral de Moncada. Este professor de Direito nasceu, em 1888, em Lisboa. Segundo nos informa o seu filho, Pedro Cabral de Moncada, o pai começou a escrever as suas *Memórias* no ano de 1972, isto é, quando contava já 84 anos de idade. (Cfr. Luís Cabral de Moncada, *ob. cit.*, p. VII).

Sobre este assunto, também o Dr. António José Soares, profundo conhecedor das coisas de Coimbra, em carta que nos dirigiu em 26 de Janeiro de 1992, nos alertava para: "...um ou outro livro de *Memórias* que por serem escritos muito tempo depois dos acontecimentos, quase sempre denotam falta de... *Memória*".

<sup>(71)</sup> - Carminé Nobre, *Coimbra de capa e batina*, vol. II, Coimbra, Atlântida Editora, 1945, p. 25.

<sup>(72)</sup> - É o caso do roubo do badalo de um dos sinos da Torre da Universidade. Segundo a narrativa de Trindade Coelho, os estudantes, Adolfo Paiva Pereira Capon, Eduardo Segurado e Eduardo Montufar Barreiros, na mira de um feriado para a Academia, fizeram a proeza de, certa noite, roubarem o badalo da Cabra. (Cfr. Trindade Coelho, *ob. cit.*, pp. 158-62). A descrição que sobre este mesmo assunto nos faz Antão de Vasconcelos é já bem diferente. Diz: "Foi então que se fez o roubo do badalo do *cabrão* - e não da *cabra*, como diz Trindade Coelho..." (Antão de Vasconcelos, *Memórias do Mata-Carochas*, Porto, Companhia Portuguesa Editora, 1920, p. 80).

<sup>(73)</sup> - É o caso de *Tempos de Coimbra* em relação ao *In Illo Tempore*. É António Cabral que nos diz: "...vários elementos forneci ao falecido escritor [Trindade Coelho]". (António Cabral, *Tempos de Coimbra. Memórias de estudante - anedotas e casos, figuras e typos*, Coimbra, Coimbra Editora, 1925, p. 137). António A. Pinto Machado, referindo-se à bibliografia sobre a vida académica de Coimbra, nomeadamente ao livro de Hipólito Raposo, *Coimbra Doutora*, escreveu: "...vastíssima, é impossível de se conhecer integralmente, pecando apenas pela falta de originalidade por natural saturação do assunto, já de si não excluindo referências e pormenores comuns a todos". (António A. Pinto Machado, "Coimbra Doutora", *Via Latina*, Ano XII, n.ºs 60-61, Coimbra, 30 de Junho de 1952, p. 2).

a responder, dizendo: "Se não tivesse ouvido já, a respeito dum meu livro de Coimbra, as objecções: "isto não foi assim", "isto não se passou nesta altura", etc., não me passaria pela cabeça que tal coisa pudesse pôr-se"<sup>(74)</sup>.

Não menos importante nas "memórias" é o discurso que elas apresentam. Este discurso é múltiplo, fragmentário e timbrado com a postura ideológica de cada autor. Para além de uma certa anarquia em Alberto Costa<sup>(75)</sup>, a defesa dos valores monárquicos em António Cabral<sup>(76)</sup>, o republicanismo de Trindade Coelho<sup>(77)</sup>, a grande maioria dos autores pauta-se por um certo conformismo político.

Este tipo de documentação caracteriza-se também por um forte grau de subjectividade, que é necessário ultrapassar. Ao descreverem a cidade, a Universidade, os mestres, o sistema de ensino, a vida de boémia, cada autor está a transmitir-nos uma imagem que é a sua. Muitas destas imagens dão-nos, por vezes, vivências positivas ou negativas de determinadas situações e factos. Este posicionamento tem muito a ver com a própria maneira de ser, sentir e estar no mundo de cada um dos autores.

Como facilmente se constata, a memória é assim um elemento frágil, sobretudo quando o historiador pretende fazer história. Como procurar o objectivo no subjectivo? E como é que a subjectividade se pode tornar sustentáculo de um conhecimento científico?

Responder a estas questões implica, à semelhança de Franco Ferraroti<sup>(78)</sup>, não considerar os autores das memórias como personalidades individuais e isoladas, mas como sínteses de elementos sociais. Porque todos os autores das memórias pertenceram à mesma comunidade estudantil, "cada biografia aparece como síntese de uma história social e, paralelamente, cada comportamento

---

<sup>(74)</sup> - João Falcato, *Palácios Confusos*, s.l., Empresa Nacional de Publicidade, s.d., p. 14.

<sup>(75)</sup> - De entre muitos passos ilustrativos, seleccionamos o seguinte: "... e eu fundara com rápida adesão de valiosos elementos, o partido *oportunisto-histórico*, onde cabiam sem conflito liberrimamente, todas as convicções, todas as crenças, teorias e tendências". (Alberto Costa, *ob. cit.*, p. 39).

<sup>(76)</sup> - "Na tarde em que devia realizar-se a assembleia geral da academia, convocada pelos vermelhos de ideias avançadas, nós, os que não comungavamos em tais ideias..." (*Tempos de Coimbra ...*, p. 140).

<sup>(77)</sup> - *Ob. cit.*, pp. 58-70.

<sup>(78)</sup> - Cfr. Franco Ferraroti, *Histoire et Histoires de Vie. La méthode biographie dans les sciences sociales*, Paris, Librairie des Méridiens, 1983, p. 65.

ou acto individual aparece como síntese de uma estrutura social, há sempre lugar a um movimento de vaivém, da biografia ao sistema social, do sistema social à biografia. Ou seja, o sistema social – na medida em que não existe fora dos indivíduos – manifesta-se sempre na vida individual de tal forma que pode ser apreendido a partir da especificidade das práticas individuais<sup>(79)</sup>.

Mas, porque o que está também em causa é o sentido e o pensar colectivo, este pode obter-se, no dizer de Menéndez Pidal, na "acción continua e ininterrumpida de las variantes"<sup>(80)</sup>, isto é, nos elementos comuns, nas abrangências, uma vez que as múltiplas interpretações não põem em causa a tradicionalidade que acaba por se fixar num arquitecto ou num mito. As grandes instituições como a Universidade de Coimbra e a sua Academia vivem "...em grande parte, do sangue das suas tradições e do culto respeitoso dos seus símbolos"<sup>(81)</sup>. É, pois, a tradição que, seguidamente, vamos questionar.

### 3. A ACADEMIA DE COIMBRA: BREVES CONSIDERAÇÕES

Se a perspectiva etno-antropológica da sociedade tradicional académica coimbrã já foi estudada<sup>(82)</sup>, para que se possam compreender melhor os posicionamentos e as atitudes mentais do estudante de Coimbra relativamente a determinados paradigmas (adiante enumerados), no sentido de um contributo para uma história do imaginário estudantil coimbrão, necessário se torna, desde já, tecer algumas considerações sobre a própria comunidade estudantil.

Ontem como hoje, é vulgar dizer-se que a Academia de Coimbra é uma academia "sui generis", porque os seus estudantes são diferentes de todos os outros. É verdade que quase todos os "memorialistas" da vida académica coimbrã são unânimes no reconhecimento desta afirmação. Foi, porém, Trindade Coelho aquele que melhor evidenciou este sentido de diferença, ao relatar: "...o estudante de Coimbra não se confunde: e estou agora a

<sup>(79)</sup> - José Machado Pais, "Fontes documentais em sociologia da vida quotidiana". *Análise Social*, terceira série, vol. XX, n.º 83, Lisboa, 1984, pp. 509-10.

<sup>(80)</sup> - R. Menéndez Pidal, *Romancero hispánico*, vol. I, Madrid, 1968, p. 45.

<sup>(81)</sup> - Luís Cabral de Moncada, *ob. cit.*, p. 207.

<sup>(82)</sup> - António Rodrigues Lopes, *ob. cit.*, pp. 174 e ss.

lembrar-me de que fazendo eu uma vez uma viagem com José Leite de Vasconcelos, que estudava Medicina no Porto, eu Direito em Coimbra, o surpreendi, numa ocasião que estávamos a merendar à borda de uma ribeira, debaixo de uns choupos, a olhar muito para mim em vez de comer: – Que diabo estás tu a olhar? perguntei-lhe eu. – Cá uma coisa. Estou a ver que diabo têm vocês, os estudantes de Coimbra, que se não parecem com os das outras escolas, mesmo no tipo!... O fenómeno dá-se, com efeito”<sup>(83)</sup>.

Decorrido um século sobre este episódio, o comentário de Trindade Coelho é, quanto a nós, ainda hoje exacto. À semelhança da sua Universidade, qual mito que conta com mais de setecentos anos de existência<sup>(84)</sup>, também a Academia de Coimbra viveu e continua a viver dos seus mitos, das suas lendas e das suas tradições, que se perdem nos tempos longínquos do passado.

Apesar das modificações que o tempo foi operando e, para além dos imensos lugares comuns que a própria mitologia coimbrã criou, o estudante de Coimbra nunca deixou de afirmar a sua singularidade. Esta singularidade, ao mesmo tempo real e mítica, exerceu sempre um certo fascínio sobre muitos estudantes<sup>(85)</sup>. Esta afirmação de diferença relativamente a outras comunidades estudantis, que sempre tentaram imitá-la, é essencialmente visível no tipo de traje que o estudante de Coimbra enverga. Pesem embora as modificações que no correr dos tempos se foram introduzindo<sup>(86)</sup>, a capa e a batina foram

---

<sup>(83)</sup> - Trindade Coelho, *ob. cit.*, p. 172.

<sup>(84)</sup> - Cfr. Luís Reis Torgal, “Da(s) crise(s) e do(s) mito(s) da(s) Universidade(s)”, *Revista de História das Ideias...*, pp. 7-17.

<sup>(85)</sup> - Veja-se, no Cap. I, nota 18. Este fascínio era, muitas vezes, colhido na leitura de livros e jornais que relatavam episódios sobre Coimbra. Obras como a *Desaffronta* de António José de Almeida, o *Só de António Nobre* e o *In Illo Tempore* eram avidamente lidas por estudantes pré-universitários. (Cfr. Fernando Correia, *ob. cit.*, pp. 12-13); outras vezes, eram os pais, antigos estudantes de Coimbra, que contavam aos filhos histórias e mil e uma peripécias passadas em Coimbra, acabando por os influenciar inclusivamente a “seguirem a carreira dos pais, desde que não houvesse outra vocação bem definida em contrário”. (Luís Cabral de Moncada, *ob. cit.*, p. 55); certamente também organismos como a Tuna e o Orfeão, nas muitas digressões que faziam pelo país, exerceram a sua influência. Apesar da concorrência e das mudanças operadas na sociedade, ainda em 1990 se ouvem afirmações como esta, de Joaquim Reis: “Nos meus tempos de liceu nunca pensei em tirar um curso. O que eu queria era ser estudante de Coimbra”. (*Tal & Qual*, de 16 de Fevereiro de 1990, p. 14).

<sup>(86)</sup> - Sobre a evolução do traje académico vejam-se os artigos (alguns acompanhados

e continuam a ser o símbolo de igualdade "que varre para bem longe as diferenças de fortuna"<sup>(87)</sup>, permitindo assim que tanto "o fidalgo e o plebeu, o rico e o pobre, igualmente uniformizados, entrem na comunhão da vida académica, com o mesmo direito, com a mesma alegria, com o mesmo sentimento de posse, com que no mundo vegetal e animal os seres entram na partilha do sol, do espaço e do solo"<sup>(88)</sup>; como micro-sociedade que é, tem um tipo de linguagem que lhe é muito própria, a "gíria académica", para se distinguir do calão<sup>(89)</sup>; na piada e humor, que nunca faltam, seja para se fazer a afirmação de um "status" e então "o humor é também um traje ou uma farda"<sup>(90)</sup>, seja uma postura crítica tendo em vista a ridicularização dos políticos, dos mestres, a pretensa superioridade cultural de alguns colegas ou o diletantismo de outros<sup>(91)</sup>, seja nas brincadeiras de rua, subvertendo os nomes destas, para motivos de risada<sup>(92)</sup>; nas travessuras e actos de transgressão que nunca deixou de praticar<sup>(93)</sup>; na rebeldia com que muitas vezes se afirma, face

---

de gravuras) de António Correia, "Subsídio para o estudo do traje dos estudantes de Coimbra I ... VI", *Rua Larga*, n.º 2, Coimbra, 1 de Julho de 1957, pp. 11-14, n.º 5, de 16 de Outubro, pp. 130-34; n.º 6, de 1 de Novembro, pp. 159-63, n.º 8, de 8 de Dezembro, pp. 234-36; n.º 9, de 20 de Janeiro de 1958, pp. 259-63 e n.º 10, de 28 de Fevereiro, pp. 291-93; António Manuel Martins Nunes, "Subsídio para o estudo genético - evolutivo do hábito talar na Universidade de Coimbra", *Universidade(s). História. Memória. Perspectivas. Actas do Congresso "História da Universidade" (No 7.º Centenário da sua Fundação)*, vol. 3.º, Coimbra, 1991, pp. 399-419.

(87) - Antão de Vasconcellos, *ob. cit.*, p. 11.

(88) - *Idem*.

(89) - Cfr. Amílcar Ferreira de Castro, *A gíria dos estudantes de Coimbra*, Coimbra, Faculdade de Letras, 1947; Liberata Maria Henriques, "A "gíria" académica", *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, t. II, n.º 2, Lisboa, 1935, pp. 342-51.

(90) - Paulo Archer de Carvalho, "IN MEMORIAM. Notas para a tipologia mental da comunidade estudantil de Coimbra (1870-1945)", *Revista de História das Ideias*, vol. 12, Coimbra, 1990, p. 362.

(91) - Cfr. Alberto Costa, *ob. cit.*, pp. 41-42; pp. 245 e ss., onde o autor apresenta um rico anedotário relativo aos professores e ainda (p. 106), onde se critica um companheiro em virtude da sua "megalomania e descarados snobismos de toda a espécie".

(92) - Exemplos do que vimos dizendo encontram-se em "(AR)CU DO BISPO" e "COURAÇA DOS (APÓS)TOLOS". (Cfr. Paulo Archer de Carvalho, *ob. cit.*, p. 363).

(93) - Um bom exemplo, citado por vários memorialistas, foi o roubo das setas da imagem de S. Sebastião, nos Arcos do Jardim, e a colocação do letreiro "Basta de tanto Sofrer!". (Cfr. Antão de Vasconcellos, *ob. cit.*, pp. 314-15).



aos códigos e posturas impostas<sup>(94)</sup>; no espírito de classe, que raramente está ausente, seja em actos de cumplicidade, de silêncio, ou nas grandes questões que lhe dizem respeito<sup>(95)</sup>, mas também na sua entrega generosa aos grandes combates e desafios da história. Referindo-se a Coimbra e aos seus estudantes, o ilustre professor de Direito disse, relativamente a este último aspecto, o seguinte: "Não admira assim que os mais importantes movimentos transformadores da vida nacional, no campo da cultura, se produzissem ou atingissem nela, a breve trecho, o posto culminante de todas as grandes crises ou modificações operadas na sua consciência política ou intelectual. A aclamação de D. João I nas Cortes em 1385, o apoio ao miguelismo de 1828, a Questão Coimbrã dos tempos do Eça e do Antero em 1865, a galvanização das ideias republicanas, desde 1880 até à greve académica de 1907, o Integralismo Lusitano de Sardenha... até Salazar e o chamado Estado Novo, tudo teve em Coimbra, se não o seu centro imediato, pelo menos um dos seus focos mais potentes de irradiação"<sup>(96)</sup>.

Todo este misto indefinível de singularidade é o produto de uma educação e, sobretudo, de um "modus vivendi" que só os pequenos meios de forte tradição universitária podem proporcionar. A pequenez de Coimbra que, no dizer do cronista Herlander Ribeiro, "não é cidade para variadas e interessantes crónicas"<sup>(97)</sup>, a concentração dos estudantes num espaço limitado (recordamos que a grande maioria da massa estudantil universitária vivia, pelo menos até 1926, no bairro alto da cidade)<sup>(98)</sup>, a existência de aulas nos dias de sábado (ao contrário do que hoje se verifica, com a institucionalização do fim de semana às sextas ou mesmo às quintas-feiras) e ainda o facto de muitos estudantes não se ausentarem da cidade em tempo de férias de Natal e Páscoa possibilitam, não só um largo conhecimento entre todos, mas também um forte sentido de convívio e solidariedade, que António Cabral expressou assim: "Ofender um estudante, era fazer ofensa a todos os seus camaradas: obsequiá-

---

<sup>(94)</sup> - Cfr. Antão de Vasconcellos, *ob. cit.*, pp. 132-35.

<sup>(95)</sup> - O espírito de classe aflora em muitas manifestações. Desde o Centenário de Camões, ao Centenário da Sebenta, Niveleida, Enterro do Grau e Queima das Fitas.

<sup>(96)</sup> - Luís Cabral de Moncada, *ob. cit.*, pp. 237-38.

<sup>(97)</sup> - Herlander Ribeiro, "Chronica de Coimbra", *Alma Portuguesa*, Ano I, n.º I, Lisboa, 19 de Fevereiro de 1905, p. 3.

<sup>(98)</sup> - Veja-se Cap. I.

-lo e servi-lo, era lisonjejar a academia inteira"<sup>(99)</sup>. Toda esta camaradagem se desenvolvia e cultivava, diariamente e depois das aulas, no Largo da Feira, nas muitas repúblicas ou no Clube e Teatro Académico<sup>(100)</sup>. Em vésperas de feriado e aos sábados, à noite, a confraternização intensificava-se. Muitos demandavam a tasca das tias Camelas, o botequim da Delfina, o Julião das Iscas ou o Magrinho, enquanto outros davam longos passeios pela Estrada da Beira, Tentugal, Condeixa e Buçaco contemplando, muitas vezes, a "ressurreição do astro-rei"<sup>(101)</sup>.

Porém, com o andar dos tempos, este sentido de convívio, de solidariedade e de espírito de classe foram-se perdendo. Se, para Hipólito Raposo, a luz do gás e o caminho de ferro foram factores dissipadores<sup>(102)</sup>, outros factores houve que foram contribuindo para que assim fosse. O progresso e o alargamento da urbe<sup>(103)</sup>, com a zona da Baixa a tornar-se cada vez mais o centro da vida cidadina, faz com que o estudante vá perdendo a sua fisionomia característica; também as repúblicas, verdadeiros bastiões contra a dispersão operada pelo meio, não vão resistindo à concorrência que as pensões e o aluguer de quartos lhes fazem<sup>(104)</sup>; o cinema e o desporto passam a constituir novos motivos de atracção e distracção<sup>(105)</sup>; também a proliferação e a concorrência dos cafés, quais novos

---

<sup>(99)</sup> - António Cabral, *ob. cit.*, p. 23.

<sup>(100)</sup> - Para além de muitos outros, estes eram lugares de sociabilidade por excelência. Porém, "os governos monárquicos, assustados com o progresso das ideias republicanas que agitaram a geração de 1891, temendo a sua propaganda, na academia, procuraram impedir tudo quanto facilitasse a união académica... E como o mais forte núcleo dessa união era o Teatro Académico, arrazaram-no [em 1889] sob o pretexto de edificar-se um novo teatro que nunca se erigiu. A academia, privada desse forte laço de coesão, começou a viver dispersa e o espírito de solidariedade académica... enfraqueceu-se..." (Francisco de Athayde, *ob. cit.*, p. 50; António Cabral, *ob. cit.*, p. 73).

<sup>(101)</sup> - Alberto Costa, *ob. cit.*, p. 36.

<sup>(102)</sup> - Hippolyto Raposo, *Coimbra Doutora*, Coimbra, F. França Amado, 1910, p. 120.

<sup>(103)</sup> - Cfr. *O Conimbricense*, n.ºs 4 322, de 29 de Janeiro de 1888; 4 380, 4 382 e 4 411 de 24, 31 de Agosto e 10 de Dezembro de 1889 e ainda 5 887, 5 901 e 5 931 de 26 de Abril, 14 de Junho e 4 de Outubro de 1904; João Lourenço Roque, "Coimbra na 2.ª metade do século XIX. Estudantes e sociabilidade urbana (alguns aspectos)", *Universidade(s). História. Memória. Perspectivas...*, vol. 3.º, pp. 257 e ss.

<sup>(104)</sup> - Veja-se, no Cap. I, nota 19.

<sup>(105)</sup> - Se no tempo de Trindade Coelho havia três teatros: o Académico, D. Luís e o Circo, mas "quase sempre fechados" e duas sociedades: a do Arco de Almedina, onde "eram admitidos os estudantes ricos" e o Clube dos Lentes, "pavorosa estância de que todos fugiam",

cenáculos para conversar, roubam estudantes aos velhos espaços de sociabilidade<sup>(106)</sup>. Se a figura do boémio caracterizou o estudante dos finais do século XIX e primeiros anos do XX<sup>(107)</sup>, estes e outros factores impulsionaram a mudança que se foi operando. A acção da polícia, que passou a vigiar os cantares depois da meia-noite e a aplicar multas aos estudantes mais noctívagos<sup>(108)</sup>, e a concorrência que, a nível dos estudos, se foi verificando entre os estudantes<sup>(109)</sup>

---

só em Janeiro de 1908, segundo notícia de António José Soares "no edifício da antiga Igreja da Trindade nas Escadas para a Coureira de Lisboa, foi inaugurado o cinematógrafo "Pathé", com fitas de muito agrado para a Academia". Também, em Abril de 1912, e segundo o mesmo autor, "no Teatro Avenida foram passadas algumas fitas pornográficas em sessões de cinema que despertaram grande interesse entre os estudantes". (Veja-se Trindade Coelho, *ob. cit.*, p. 127 e António José Soares, *Saudades de Coimbra...*, vol. I, as páginas referentes a Janeiro de 1908 e Abril de 1912).

A mentalidade do estudante vai-se, assim, modificando. A este propósito, Carminé Nobre escreveu: "A influência do cinema, criando o tipo de rapazinho cinéfilo e amaneirado, também se fez sentir no seio da Academia de Coimbra, onde outrora estas coisas eram impossíveis, porque o espírito e a mentalidade que serviu esse passado, eram bem diferentes dos que hoje existem" (Carminé Nobre, *ob. cit.*, vol. I, p. 14).

Relativamente à prática desportiva, já em Novembro de 1901 a Associação Académica mostra interesse em criar, na Quinta de Santa Cruz, um campo de jogos. Em Dezembro de 1905, funda-se uma Sociedade de Esgrima e Ginástica. (Cfr. António José Soares, *ob. cit.*). É, porém, em 1914, que o Senado solicita à Câmara Municipal a cedência de "um espaço mais vasto onde, além do Ténis, todos os alunos sócios da Associação Académica pudessem realizar outros jogos e exercícios; e lembrou que, para esse fim, se pedisse à Câmara Municipal todo o terreno a poente do Parque de Santa Cruz", (Manuel Augusto Rodrigues, *A Universidade de Coimbra no século XX. Actas do Senado* vol. I, (1911-1916), Coimbra, 1989, pp. 100 e 159).

<sup>(106)</sup> - É célebre a concorrência entre o "Pirata" e o "Jasuita". "Durante alguns anos, viveram frente a frente, uma guerra surda de piadinhas e intrigas intencionais... roendo mutuamente os fígados... e a posição comercial". (Carminé Nobre, *ob. cit.*, vol. II, p. 141).

<sup>(107)</sup> - Cfr. Manuel Louzã Henriques, *ob. cit.*, pp. 345-54.

<sup>(108)</sup> - Cfr. Carminé Nobre, *ob. cit.*, vol. I, pp. 12-13. Relativamente às multas aplicadas aos estudantes veja-se o comunicado contra o Comissário da Polícia de Coimbra inserido no jornal *Gente Nova*, n.º 4, Coimbra, 10 de Dezembro de 1912. Na 1.ª página, com a cancatura de Horácio Menano pode ler-se a seguinte legenda: "Por andarem em arruaça altas horas da noite foram presos e autoados em 500 réis cada - Elísio Vaz Gomes, Mariano da Costa, Sebastião Espadinha, João Trigoso Ramos, José da Costa, António Costa, Virgílio Costa, Horácio Menano, José Serra e Henrique de Barros Lima".

<sup>(109)</sup> - Cfr. Carminé Nobre, *ob. cit.*, pp. 8-10. Sobre este assunto, Costa Pimpão, em 1941, escrevia: "A população académica devido principalmente à multiplicação dos estabelecimentos de ensino secundário aumentou desmedidamente; o estudante que ainda no meu tempo

fizeram com que o Joaquim Pirata, um dia, exclamasse: "Como isto está mudado: Antigamente vendia almudes e almudes de vinho. Estes estudantes de hoje parece que são todos doentes..."<sup>(110)</sup>.

Ao mesmo tempo, ao lado de uma singularidade que lhe é muito própria, a Academia de Coimbra é também diversa e múltipla. Apesar da saída de alguns, aqueles que vão terminando os seus cursos, todos os anos, pelo mês de Outubro, com a chegada de novos alunos, vindos de todas as partes do país<sup>(111)</sup>, há uma renovação constante na Academia. Esta comunidade, porque tecido heterogéneo, é também contraditória. Daí as diferentes posições e vivências. Nem todos estão de acordo com os rituais praxísticos ou com o hábito talar. Serrão de Faria, por exemplo, nunca colaborou em praxes, pois foi "sempre partidário de aos caloiros se fazer recepção simpática"<sup>(112)</sup> ou José de Arruela que, em 1905, abriu "à caloirada uma nova era de Paz, de Justiça e de Amor"<sup>(113)</sup> ao criar um grupo académico de recepção aos novatos, que devia preparar um conjunto de realizações e festejos para receber os novos alunos<sup>(114)</sup>. Já em campo oposto se situou, entre muitos, João Franco que, segundo se contava em Coimbra, "trazia sempre umas tesoiras, para cortar o cabelo aos caloiros, e uma palmatória, para lhes dar palmatoadas"<sup>(115)</sup>.

Embora o traje por excelência do estudante fosse a capa e a batina, símbolo de uma identidade, já no tempo de Trindade Coelho esta indumentária era contestada por aqueles que frequentavam o café Lusitano. Estes, com ar de superioridade intelectual, depois das aulas, já "se vestiam à futrica... calçavam luvas côr de palha e punham monóculo"<sup>(116)</sup>, enquanto

---

[anos 20] e de uma maneira geral, fazia o seu curso sem grandes apreensões quanto às possibilidades de colocação na vida começou a sentir-se dominado pela lei da concorrência. O boémio deixou de existir como expressão da vida ambiente e passou a circular como atitude cada vez mais rara". (Costa Pimpão, "Ontem e Hoje", *Via Latina...*, pp. 1-2).

130

(10) - Apud Carminé Nobre, *ob. cit.*, vol. I, p. 15.

(11) - Cfr. Cap. I.

(12) - Serrão de Faria, *À Porta Férrea. Coimbra dos estudantes e amores*, Lisboa, Portugalia Editora, 1946, p. 276.

(13) - Alberto Costa, *ob. cit.*, p. 33.

(14) - Cfr. *O Conimbricense*, n.ºs 6 019 e 6 020, de 8 e 12 de Agosto de 1905 e ainda o n.º 6 044, de 4 de Novembro do mesmo ano.

(15) - António Cabral, *ob. cit.*, p. 63.

(16) - Trindade Coelho, *ob. cit.*, p. 73.

outros, para irem ao Clube dos Lentes, no Largo da Sé Velha, se vestiam de pagem e casaca<sup>(117)</sup>.

Foi, porém, nos primeiros anos do nosso século que o tradicional traje académico se ajanotou e modificou completamente. Foram os estudantes alfacinhas José Aires, D. Tomás de Noronha e José Bruno, entre outros, que viviam numa república, na Ladeira do Seminário, que começaram a aparecer vestidos com "coletes de fantasia, a calça com cordão de sêda nas bainhas do lado externo, polainas, plastrons, etc."<sup>(118)</sup>, levando assim ao desaparecimento completo do gôrró e ao não mais abotoamento da batina<sup>(119)</sup>. Finalmente, por decreto de 23 de Outubro de 1910, foi tornado facultativo o uso da capa e batina<sup>(120)</sup>, vindo, em 1924, através do Decreto-Lei n.º 10 290, a tornar-se extensivo aos estudantes de ambos os sexos, liceus e escolas superiores<sup>(121)</sup>.

A diversidade de pensamentos, atitudes e vivências da Academia é bem patente, nos movimentos científicos, literários e filosóficos, bem como nas filiações partidárias e nas lutas políticas. Se a grande maioria da juventude universitária era indiferente "pensando apenas em divertir-se e arrumar o mais depressa possível e com o menor esforço possível, na memória, a bagagem

---

<sup>(117)</sup> - *Idem*, p. 127 e ss. O facto de se usar casaca, quando o uso normal era andar de capa e batina, deu origem a um poema cómico "A Casaqueida" da autoria de Pinto Rocha, estudante brasileiro.

<sup>(118)</sup> - Octaviano Sá, *Nas domínios de Minerva. Aspectos e episódios da vida coimbrã*, 2ª ed., Coimbra, Arménio Amado, 1941, p. 48.

<sup>(119)</sup> - *Idem*. Já em 1884, na Congregação da Faculdade de Medicina se fazia uma proposta de abolir a capa e batina para os alunos e professores desta Faculdade. (*Actas da Congregação da Faculdade de Medicina*, vol. 11, 1884-1896, fls. 127-27v). O uso e o rigor da capa e batina foram, um dia, postos a ridículo numa aula do Doutor Calisto, lente que sempre defendeu as grandes tradições. Consta-se que o Doutor Calisto respondeu a um aluno que lhe apareceu na aula com sapatos amarelos: "O Senhor está indigno de entrar em qualquer reles casa de pasto, quanto mais no primeiro estabelecimento científico do País!". (Apud. Maximino Correia, "Capa e Batina", *Via Latina*, Ano IV, n.º 17, 5 de Fevereiro de 1944, p. 1).

Sobre o uso da capa e batina também António Cabral refere: "Vi alguns estudantes, de capa e batina, calçando botas amarelas, tão destoantes da negndão do traje!". (*Ob. cit.*, p. 13). Sobre este assunto, veja-se, ao nível da instituição universitária, a documentação apresentada por Joaquim Ferreira Gomes, *A Universidade de Coimbra durante a primeira república...*, p. 13.

<sup>(120)</sup> - Joaquim Ferreira Gomes, *ob. cit.*, p. 54

<sup>(121)</sup> - Cfr. António Manuel Martins Nunes, *ob. cit.*, p. 412.

científica que a Universidade lhes fornecia..."<sup>(122)</sup>, alguns, os mais intelectuais, iam lendo Michelet e Quinet sobre a renovação da ciência histórica, Proudhon sobre a justiça social, Taine sobre os novos processos da crítica e ainda Hegel, Baudelaire, Goethe e Darwin<sup>(123)</sup>. Alguns formaram grupos de tendências puramente literárias, como os esotéricos, no sentido de alertar a grande massa amorfa e conformista criticando os costumes académicos<sup>(124)</sup>, enquanto outros, mais activistas, militavam nas ideologias monárquica, republicana e anarquista. Se António Cabral, António Caetano de Abreu Egas Moniz, António Peixoto Correia e José Aureliano de Paiva Pinheiro que, em sua casa, uma vez por semana, oferecia aos seus correligionários "um excelente *cognac*, velho, muito claro e macio..."<sup>(125)</sup>, eram defensores das hostes do rei, outros, como Levy Marques da Costa, António Claro, Lomelino de Freitas, Mira Fernandes, Eduardo Pires de Lima e Ramada Curto, preferiam já as ideias republicanas, porque "viam na república a salvação da terra amada, da pátria querida, que eles reputavam em via de perdição"<sup>(126)</sup>, enquanto Campos Lima era "anarquista e propagandista incansável da destruição do Existente"<sup>(127)</sup>.

Porque o cientismo, o positivismo e o materialismo alemão iam criando, na óptica dos católicos, a convicção de que a fé religiosa era já um estádio ultrapassado da evolução da humanidade, e ainda como resposta aos ídolos republicanos e anarquistas e porque em Coimbra "as ideias conservadoras eram de tal modo esmagadas pelo meio universitário, que os jornais

---

<sup>(122)</sup> - Fernando Correia, *ob. cit.*, pp. 66-67.

<sup>(123)</sup> - Eça de Queiroz, *Notas Contemporâneas*, 3.ª ed., Lisboa, Livros do Brasil, s.d., p. 254.

<sup>(124)</sup> - Formavam o grupo dos esotéricos, entre outros, os seguintes estudantes: António Sardinha, Hipólito Raposo, Alberto Monsaraz, Paulo Merêa, Eugénio Massa, Simeão Pinto de Mesquita, Veiga Simões, Eça de Aguiar, Cabral de Moncada, Luís Filipe Rodrigues, Virgílio Correia e Lebre e Lima. (Cfr. Luís Cabral de Moncada, *ob. cit.*, p. 78). Este grupo publicou uma revista onde criticava os costumes académicos da altura. Aqui pode ler-se: "...pois por nos verem com trajos todos de cor, muito vivos, todos seus moradores vinham à janela para nos verem passar... Só não fomos servidos de ver os seus mestres ou lentes, senão no dito pulpito, enquanto era hora de aula, por nos dizerem ao depois que estavam sempre recolhidos em suas moradas, escrevendo um livro excellentíssimo, que chamam sebentas..." (*Treiskaidekopeia*, n.º 1, 15 de Março de 1910, p. 5).

<sup>(125)</sup> - Alberto Costa, *ob. cit.*, p. 41.

<sup>(126)</sup> - António Cabral, *ob. cit.*, pp. 138-39.

<sup>(127)</sup> - Alberto Costa, *ob. cit.*, p. 215.

católicos se não vendiam em Coimbra"<sup>(128)</sup>, a Academia de Coimbra vai conhecer, nos primeiros anos do nosso século, mais um movimento - o movimento católico - congregado à volta do Centro Académico da Democracia Cristã, então criado<sup>(129)</sup>. Aqui militaram, entre muitos outros, Oliveira Salazar e Gonçalves Cerejeira.

Em 1914, e para procurar responder à incapacidade e desvarios dos governos republicanos, aparece, entre os estudantes de Coimbra, um novo movimento político - o integralismo lusitano - que defende o regresso às origens, aos valores da tradição, da terra e da raça<sup>(130)</sup>. São paladinos deste movimento António Sardinha, Hipólito Raposo, Alberto de Monsaraz e Pequeto Rebelo, entre outros.

A mesma diversidade e multiplicidade de posturas identificam-se, também, nos comportamentos e relacionamentos amorosos, no estudo e na boémia, numa palavra, na projecção de imaginários.

Se a amada é menina da sociedade, há que definir estratégias para um bom relacionamento e cativação. Oferecer um álbum de memórias é uma maneira que possibilita mais que uma visita por dia, nem que para isso seja necessário solicitar a ajuda da "Academia letrada-versos, música, desenhos, qualquer coisa"<sup>(131)</sup>; se o relacionamento se estabelecia com mulher de estrato social inferior, geralmente uma tricana ou uma vizinha, tinha por fim a passagem de um pouco de tempo e a fruição de prazer. Daí a sua transitoriedade<sup>(132)</sup>.

Enquanto o Pad-Zé tinha a "consoladora certeza da esterilidade da ciência universitária"<sup>(133)</sup> e Serrão de Faria "se alargava por todos os

---

<sup>(128)</sup> - Diogo Pacheco d'Amorim, *A Nova Geração*, Coimbra, França e Armenio, 1918, p. 40.

<sup>(129)</sup> - Cfr. Alberto Dinis da Fonseca, *A pré-história da CADC - 1901-1905*, Guarda, Outeiro de S. Miguel, 1951; M. d'Almeida Trindade, *O Padre Luís Lopes de Melo e a sua época (1885-1951)*, Coimbra, Casa do Castelo - Editora, 1958.

<sup>(130)</sup> - Cfr. *Patria Nova*, Ano IV, n.º 60, Coimbra, 7 de Maio de 1914.

<sup>(131)</sup> - Trindade Coelho, *ob. cit.*, p. 27.

<sup>(132)</sup> - "Mas, já que falaste de namôro: Em que altura vai o teu com a vizinha *Catatúo?*... No ano passado, nas férias grandes, não lhe escrevi, julgando que ficava livre dela... O resultado é que à volta tive de a aguentar outra vez, em quartos de sentinela à janela do Peneira... Mas agora, positivamente, tenho de acabar: Basta de estopadas..." (Fernando Correia, *ob. cit.*, pp. 126-27).

<sup>(133)</sup> - Alberto Costa, *ob. cit.*, p. 36.

restaurantes, tascas e vielas da Baixa"<sup>(134)</sup>, muitos outros recolhiam a casa, sempre às seis horas da tarde, acendiam o candeeiro, fosse de três bicos ou a petróleo, e ia "de estudar as lições"<sup>(135)</sup>.

A Academia de Coimbra é, não só um pouco de tudo isto, mas certamente muito mais: um estado de espírito sentido, porque vivido, nos lugares próprios, por todos aqueles que passam por Coimbra. É este misto de diferentes e iguais, esta súpula de particularismo, todos os anos renovados, à mistura com os acontecimentos que marcam o mundo (a afirmação da 2.ª revolução industrial; a revolução comunista na Rússia; o primeiro conflito mundial e a instauração do fascismo na Itália, para se citarem apenas alguns) e a vida portuguesa, (o ultimatum inglês, a revolta de 31 de Janeiro, a greve académica de 1907 e a implantação da República, por exemplo), em comunhão diária com outras culturas – uma cultura científica e universitária, uma cultura cidadina de "futricas" e "filhotes" e uma cultura popular trazida por cada um dos estudantes – que fazem da comunidade estudantil de Coimbra uma academia rica e profunda, quer quando analisada na perspectiva diacrónica da mudança, quer quando estudada nos códigos das resistências e permanências.

#### 4. O REAL E O IMAGINÁRIO DO ESTUDANTE DE COIMBRA

##### 4.1. A cidade

Vestida de efémeras e dispersas lendas que lhe advêm da sua tradição e riqueza históricas<sup>(136)</sup>, com uma paisagem circundante verdadeiramente singular, a que os seus arredores, o calmo e travesso Mondego "orlado de

<sup>(134)</sup> - *Idem.*, p. 129.

<sup>(135)</sup> - Luís Cabral de Moncada, *ob. cit.*, p. 59.

<sup>(136)</sup> - Cfr. Falcão Machado, *Coimbra terra de lendas – lendas de Coimbra e contos de estudantes*, Edição comemorativa das festas do sexto centenário da Rainha Santa Isabel, Lisboa, s.d.; Nuno Beja, *Coimbra da poesia e da lenda*, Edição da Sociedade de Defesa e Propaganda de Coimbra, 1937; Kurt Saalfeld, *Lenda de Coimbra*, Coimbra, Alves e Mourão, 1944; Antonio Moniz Barreto Corte-Real, *Bellezas de Coimbra*, Parte Primeira, Coimbra, Real Imprensa da Universidade, 1831; José Lobo d'Avila Lima, "Meio século de vida coimbrã", *Ilustração Portuguesa*, II Série, 23 de Julho de 1906, pp. 685-95; CH, Diehl, "Impressões de Coimbra", *O Instituto*, vol. 72, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1925, pp. 223-43.



verdejantes salgueiros, pendentes chorões, erectas faias e altaneiros choupos docemente brisados"<sup>(137)</sup> conferem uma beleza encantadora e ímpar, Coimbra é, na pena dos seus memorialistas, uma terra de estudantes, professores e clérigos, mas também de profissões outras, múltiplas e variadas – proprietários, profissões liberais, funcionários, comerciantes, artífices, serventes, mendigos e vadios –, uma cidade de estudo e de trabalho, de sonho e fantasia, qual centro de um mundo, umas vezes real, tantas outras quimérico, que suscita reacções, emoções e sentimentos vários: "de curiosidades, ansiedade, boas resoluções de estudar e sobretudo medo"<sup>(138)</sup>, de encanto e desilusão, porque sonhando encontrar mulheres bonitas, "...durante toda a manhã não viu uma única tricana..."<sup>(139)</sup>, mas que Alberto Costa se esforçou por viver; afastando-se "desse outro, positivo e rude, que me cercava, e no qual – sabia-o bem – forçosamente havia de ir tombar, no dia em que pela derradeira vez despisse a capa e lançasse no fundo duma mala a... esfrangalhada pasta de quintanista"<sup>(140)</sup>.

Inspiradora de poetas, artistas e narrativas sublimes, Coimbra foi, desde finais do século XIX até 1926, uma pequena e bucólica cidade de província, mas que o surto de progresso ia transformando à medida que se caminhava no tempo<sup>(141)</sup>.

---

<sup>(137)</sup> - B. M. Costa e Silva, *Estudantes de Coimbra. Episódios burlescos costumes populares nãocães*. Porto, Tipografia A. F. Vasconcelos, 1903, p. 5.

<sup>(138)</sup> - Luís Cabral de Moncada, *ob. cit.*, p. 55.

<sup>(139)</sup> - Fernando Correia, *ob. cit.*, p. 33.

<sup>(140)</sup> - *Ob. cit.*, p. 240.

<sup>(141)</sup> - Em 1888, Martins de Carvalho escrevia no seu jornal: "...a tendência, porém, mais pronunciada para edificações está sendo a estrada nova da Beira. É extraordinário o movimento de edificações que se observa naquele belo e saudável sitio. Cada vez se vê a estrada bordada de mais edifícios; na maior parte muito cômodos e elegantes. Igualmente ali acontece o mesmo que nas outras edificações próximas da cidade - são prontamente arrendados". (*O Conimbricense*, n.º 4 322, de 29 de Janeiro de 1888). Relativamente à construção do novo bairro de Santa Cruz, veja-se ainda *O Conimbricense*, n.ºs 4 380, 4 382 e 4 411, de 24 e 31 de Agosto e 10 de Dezembro de 1889. Sobre a iluminação pública, *O Conimbricense*, n.ºs 5 887, 5 901 e 5 931 de 26 de Abril, 14 de Junho e 4 de Outubro de 1904. Pesem embora os esforços desenvolvidos, em 1907, o mesmo Martins de Carvalho lamentava-se, escrevendo: "...infelizmente, ainda não se pncipiou sequer a tentar fazer uma cidade nova, com ar, com luz, com asseio, com estética, onde existia, e onde existe ainda hoje para nossa maior vergonha exactamente o contrário!" (*O Conimbricense*, n.º 6 177, de 23 de Fevereiro de 1907). Mas, passados alguns anos, já "A Avenida Navarro – representava o centro hoteleiro da cidade..." (Raul Fernandes Martins, *ob. cit.*, p. 114).

Se, em 1900, a população de Coimbra se cifrava em 18 424 habitantes (não se incluindo Santa Clara e Santo António dos Olivais, na altura, arrabaldes da cidade)<sup>(142)</sup>, Lisboa e o Porto contavam já com 357 000 e 172 421, respectivamente<sup>(143)</sup>, em 1930, Coimbra atingia as 27 333 almas<sup>(144)</sup>. Mesmo assim e não olvidando o arranque industrial que a partir de 1915 se começou a fazer sentir, Coimbra continua a ser uma cidade onde a vida decorria com total normalidade e tranquilidade (excluindo um ou outro incidente entre estudantes e futricas), numa certa monotonia até, o que chegava a irritar uma certa senhora, já de alguma idade, levando-a a dizer que as distrações, em Coimbra, se resumiam a "novenas, sermões e conferências"<sup>(145)</sup>.

Apesar das transformações e melhoramentos materiais que, a partir de 1880, a cidade vai conhecendo com a construção de novos bairros, a abertura de artérias e ruas novas, a urbanização de novos espaços - Penedo da Saudade, Cumeada e Montes Claros -, mas que a sensibilidade dos que cantam Coimbra, atentos às mudanças, acusam, às vezes, de "pouca estética"<sup>(146)</sup>, a introdução da energia eléctrica e a substituição dos velhos carros americanos pelos eléctricos, em 1911, o retrato físico que a grande maioria dos memorialistas nos dá é, essencialmente, o da velha urbe em mudança que com o tempo "...aformoseou-se, cresceu, engrandeceu-se"<sup>(147)</sup>.

Cidade de feição antiga, com o seu casario, geralmente branco, a estender-se desde o sopé, circundando a colina, que Jorge de Castro chamou de "sagrada"<sup>(148)</sup>, até ao alto onde, no dizer de muitos, pontifica, soberano e altivo, "o primeiro estabelecimento científico do país".

Cidade dual na organização do espaço e distribuição de tarefas: a Alta, onde residiam, essencialmente, professores, clérigos e estudantes, constituía

---

<sup>(142)</sup> - *Censo da População do Reino de Portugal no 1.º de Dezembro de 1900 (Quarto recenseamento geral da população) – Resultados Provisórios. População de facto, com distinção de sexos, por districtos, concelhos e freguesias*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1901, p. 111.

<sup>(143)</sup> - *Idem*, p. 111.

<sup>(144)</sup> - Cfr. A. H. Oliveira Marques, *História da 1.ª República Portuguesa. As Estruturas de Base...*, p. 20.

<sup>(145)</sup> - Luís Cabral de Moncada, *ob. cit.*, p. 169.

<sup>(146)</sup> - Manuel Ribeiro, *A Colina Sagrada*, p. 32.

<sup>(147)</sup> - António Cabral, *ob. cit.*, p. 15.

<sup>(148)</sup> - Manuel Ribeiro, *ob. cit.*, p. 44.

o meio académico e universitário, a cidade do estudo, que um memorialista apelidou, em 1899, de "meramente, puramente, escolástico"<sup>(149)</sup>, e a Baixa, a outra face e dimensão do trabalho, onde "estão estabelecidos o comércio e a indústria na sua maior força e escala..."<sup>(150)</sup>, representam o espaço urbano por excelência. A separá-las a existência do Arco de Almedina<sup>(151)</sup>. Mas, outros pairros havia: o de Montarroio, Santa Clara e a povoação de Celas, de quem Martins de Carvalho, em 1889, já dizia que: "...o lugar de Celas há-de dentro em poucos anos ficar ligado a Coimbra"<sup>(152)</sup>.

Cidade com fronteiras sim (nem sempre reais), que o tempo e as ideias foram desmontando, mas também com importantes pontos de convergência: no arraial do Espírito Santo e nas fogueiras do S. João, onde, sem convencionalismos de qualquer espécie, "Todos – estudantes, *futricas*, *tricanas*, *sopeiras* – podiam... livremente dançar e cantar..."<sup>(153)</sup>; em actos de filantropia em prol dos pobres da cidade ou das crianças desvalidas<sup>(154)</sup>; no apoio incondicional ao povo de Coimbra, contra as autoridades, aquando da revolta do Grelo<sup>(155)</sup>; na defesa da Universidade, sempre que esta foi ameaçada<sup>(156)</sup>; sempre que

<sup>(149)</sup> - Alfredo de Pratt, *Bohemia de Coimbra (Epizodios da vida academica)*, Coimbra, Imprensa Academica, 1899, p. 15.

<sup>(150)</sup> - *Idem*, p. 227.

<sup>(151)</sup> - Em artigo de João do Amaral, "Vida de Coimbra", *Ilustração Portuguesa*, II Série, n.º 421, Lisboa, 16 de Março de 1914, p. 347 encontra-se uma fotografia do Arco de Almedina com a seguinte legenda: "o antigo Arco de Almedina que limita a Alta da Baixa e consequentemente o campo dos estudantes e futricas".

<sup>(152)</sup> - *O Canimbricense*, n.º 4 364, de 27 de Junho de 1889.

<sup>(153)</sup> - Diamantino Calisto, *Costumes académicos de antanho*, Porto, Imprensa Moderna, 1950, p. 170.

<sup>(154)</sup> - Cfr. Antão de Vasconcellos, *ob. cit.*, pp. 93 e ss; João Lourenço Roque, "Coimbra na 2.ª metade do século XIX...", *ob. cit.*, p. 267, nota 17; Octaviano Sá, *ob. cit.*, p. 188.

<sup>(155)</sup> - Em notícia extraída da imprensa da época, pode ler-se: "A Academia acaba de resolver em assembleia geral conservar-se em Coimbra [A Universidade havia sido encerrada e os estudantes que não tivessem familiares em Coimbra teriam de a abandonar no prazo de 24 horas], ordeira e pacificamente, concorrendo assim com o óbulo individualmente insignificante, mas colectivamente enorme, que diariamente aqui deixa para salvar da miséria parte do povo de Coimbra. Os operários distribuíram um protesto contra a ordem que manda encerrar a Universidade, declarando colocarem-se com o mais ardente entusiasmo ao lado de todos os académicos". (*O Canimbricense*, n.º 5 770).

<sup>(156)</sup> - Cfr. Luís Cabral de Moncada, *ob. cit.*, p. 123.

um estudante está em dificuldades, a boa gente do sítio aponta "...outras rotas, outros desvios, para despistar a polícia e acudir..."<sup>(157)</sup>; na confraternização que as festas académicas proporcionam e mesmo quando um estudante estava doente "toda a rua partilhava do seu sofrimento, o visitava e o ajudava"<sup>(158)</sup>.

No seu interior, o espaço físico da cidade desenvolve-se num autêntico labirinto, num retalho de ruas "estreitíssimas, antiquíssimas, empina-díssimas"<sup>(159)</sup>, mas que, por isso mesmo, a poesia não quis deixar de consagrar. Fê-lo, por exemplo, assim:

"E que direi das ruas? Tal mal postas  
Que quem debaixo acima se encaminha,  
Traz as coxas das pernas descompostas,  
E vem capaz de um caldo de galinha:  
Pois uma, que lhe chamam Quebra-costas.  
Juro, que sempre foi tentação minha;  
Porque já uma vez êste meu lombo  
Deu nas suas escadas um bom tombo"<sup>(160)</sup>.

Mas também muitos becos, vielas, betesgas e passadiços, mas "tudo mal calçado, tosco e desasseiado"<sup>(161)</sup>.

---

<sup>(157)</sup> - D. Thomaz de Noronha, *De Capa e Batina. O Pad-Zé, ditos e partidas do grande boêmio. Historiêtas e tipos daquêles tempos de Coimbra. As mais eminentes figuras da monarquia e da república surpreendidas sob a capa de estudante*, Lisboa, J. Rodrigues e C.ª, 1928, p. 241.

<sup>(158)</sup> - Raúl Fernandes Martins, *ob. cit.*, p. 117.

<sup>(159)</sup> - Alfredo de Pratt, *ob. cit.*, p. 235.

<sup>(160)</sup> - *Palito Métrica e correlativa Macarrônea Latino-Portuguesa. Nova Edição de harmonia com a quarta, de 1792, classificada pelo seu editor como apontada de versos macarrônicos latino-portugueses, que alguns poetas de bom humor destilaram do alambique da cachimônia para destêrro da melancolia*, Coimbra, Coimbra Editora, 1942, p. 247. Outros celebraram assim: "Escadas do Quebra-Costas! / Teus degraus subi primeiro, / Deslumbrado e de mãos postas, / Qual penitente romeiro..." (Alberto d'Oliveira, *Coimbra Amada (últimos versos)*, Porto, Edição de Maranus, 1930, p. 62). São frequentes as alusões à Rua do Quebra-Costas. Borges de Figueiredo refere-se a ela, dizendo: "Esta rua de Coimbra é muito falada; a sua inclinação de quarenta e cinco graus pelo menos a torna uma perfeita fábrica de quedas". (A. C. Borges de Figueiredo, *ob. cit.*, p. 118). Ainda no nosso tempo, era ideia muito divulgada, sobretudo entre os caloiros, que quem não caísse no Quebra-Costas não concluía o curso.

<sup>(161)</sup> - Antão de Vasconcellos, *ob. cit.*, p. 27.

Ainda a existência, no interior do espaço urbano, de pequenas hortas onde se cultivavam géneros agrícolas de primeira necessidade, separadas umas das outras por pequenos tapumes, "muros de quintais e saguões"<sup>(162)</sup>, criação de animais e capoeiras tantas, rodeada de campos cultivados, casais, quintas, ínsuas, olivedos extensos e esplêndidos laranjais conferiam a Coimbra uma certa ruralidade física e mental. Imagem de ruralidade que é reforçada ainda com a população rural dos subúrbios, as lavadeiras, no Mondego, das meninas que chegam das aldeias da Beira, para servirem em tabernas, botequins ou pensões e nas aguadeiras que, com os cântaros à cabeça, faziam o transporte de água, a troco de "uma diminuta retribuição"<sup>(163)</sup>.

Porém, aos olhos dos memorialistas, estas imagens da cidade vão desaparecendo com o tempo, o que alguns lamentam<sup>(164)</sup>, e alteram-se totalmente quando Coimbra é vista de outro ângulo, de longe, dos lados de Santa Clara. Daqui "...é de um aspecto encantador, com o seu poético Mondego a banhar-lhe os pés, sobressaindo no tope a Universidade sobranceira a tudo..."<sup>(165)</sup>.

Possuindo "...jeux d'une lumière inimitable..."<sup>(166)</sup>, a cidade é conotada com elementos cósmicos, afirmando-se, agora, na pujança da sua beleza, encanto e esplendor. Se é dia, a imagem é de uma "Coimbra, branca, iluminada pelos reflexos do sol poente, levantando-se para o céu pálido e azul, como uma cidade de miragem que os olhos... encantados tinham medo de ver desaparecer"<sup>(167)</sup>; ao pôr-do-sol é "a distância o além que... impressionava"<sup>(168)</sup> e, quando a noite cai, é a "paisagem lunar que é a mais doce da terra"<sup>(169)</sup>, é a rusga a "debandar pelas noites estreladas"<sup>(170)</sup>, cantando ao som de uma guitarra a letra de um fado.

<sup>(162)</sup> - Alberto Costa, *ob. cit.*, p. 117.

<sup>(163)</sup> - A. C. Borges de Figueiredo, *ob. cit.*, p. 82.

<sup>(164)</sup> - É o caso de António Cabral ao escrever: "...mas a dos meus tempos de estudante era mais pitoresca e mais gentil". (*Ob. cit.*, p. 15).

<sup>(165)</sup> - Antão de Vasconcellos, *ob. cit.*, p. 27.

<sup>(166)</sup> - Pierre Hourcade, *L'Esprit de Coimbra*, Coimbra, Coimbra Editora, 1937, p. 7.

<sup>(167)</sup> - Rafael Salinas Calado, *Memórias de um estudante de direito*, 2.<sup>a</sup> ed., Coimbra, Coimbra Editora, 1961, p. 49.

<sup>(168)</sup> - António Nobre, *Só*, Porto, Livraria Tavares Martins, 1974, p. 61.

<sup>(169)</sup> - *Idem*, p. 62.

<sup>(170)</sup> - Mario Monteiro (Fortunato), *Coimbra*, Coimbra, França Amado, 1902, p. 18.

"Lusa-Atenas", símbolo do modelo clássico da sabedoria, "terra dos doutores", Coimbra, ontem como hoje, afirma-se, essencialmente, pela sua dimensão universitária. Nas ruas, professores e estudantes envergando o traje negro fazem a sua afirmação de diferença relativamente aos outros elementos da sociedade, pelo menos até à implantação da República<sup>(171)</sup>. Isto mesmo levou um memorialista a escrever: "Nem Coimbra seria o que é se não fora esse grande edifício que se chama a Universidade"<sup>(172)</sup>.

Mas, porque Coimbra é a Universidade, à volta da qual a vida gira e dela emana, Coimbra é, nesta perspectiva, um espaço e um tempo de formação ou, melhor dizendo, de formações: uma formação académica e uma formação para a vida.

Formação académica de que o futuro bacharel necessita para ganhar, mais facilmente, um "lugar ao Sol" na sociedade e que se consubstancia fundamentalmente na maçada que é, depois do toque da cabra<sup>(173)</sup>, ter que

---

<sup>(171)</sup> - Relativamente aos professores, em 1910, (antes da proclamação da República), escrevia Hipólito Raposo: "Nas ruas, já os professores aboliram o traje clerical que lhes ocultava a plástica e raro é hoje o decano que atravessa a rua para ir a conselho de capa e gorro, por hábito antigo". (*Ob. cit.*, p. 122). Quando, em 1919, o Professor Cabral de Moncada se apresentou a doutoramento, ainda os professores, nos actos grandes, se apresentavam à futrica: "Quando em 1919 me apresentei a defender a minha tese perante o júri da Faculdade, Salazar já fazia parte dela como professor. Vestia à futrica como os restantes colegas... Não tinham ainda ressuscitado os hábitos talares nos actos grandes, abolidos pela República em 1911..." (Luís Cabral de Moncada, *ob. cit.*, p. 127).

<sup>(172)</sup> - Alfredo de Pratt, *ob. cit.*, p. 12.

<sup>(173)</sup> - Como já referimos, muitas das praxes académicas, com a implantação da República, foram abandonadas. O toque da cabra foi uma delas, com o funeral que a Academia lhe fez, em 17 de Novembro de 1910. (Cfr. *A Cabra*, n.º único, Novembro de 1910 (Este jornal contém o programa do funeral da cabra). Em 1918, um jornal da época, referindo-se à morte de António Brardo, o antigo cabreiro, escrevia, em tom de crítica: "Uma ocasião a liberdade triunfante [República] agarrou no camartelo derruidor e zas... deu morte logo às significativas praxes académicas, percorrendo então a cidade um cortejo "o enterro da cabra" que foi sim o enterrar sinistro, grotesco e dolorido da lendária graça coimbrã, morta então numa sensaboria" (*Imparcial*, n.º 292, Coimbra, 10 de Janeiro de 1918).

Na sequência de solicitações que vinham sendo feitas pela Academia ao Reitor da Universidade, esta e outras tradições vieram a ser reabilitadas, mais tarde, depois da visita que o Presidente da República, Sidónio Pais, em 1918, fez à Universidade. (Cfr. Joaquim Ferreira Gomes, *A Universidade de Coimbra durante a primeira república ...*, pp. 286-87 e 314-16). Segundo informação colhida em António José Soares, a cabra voltou a tocar, pela primeira vez, desde 1910, "no domingo de Pascoela [Abril de 1919], véspera do

ir para casa estudar as sebentas, na assistência, nem sempre pacífica, às aulas<sup>(174)</sup>, nas "chamadas" que os lentes, depois da prelecção, faziam e que tanto aborreciam e incomodavam o estudante, obrigando-o muitas vezes a "meter farpa", na realização dos exames, no pedido e concessão do grau<sup>(175)</sup>; formação académica que se reflecte também quando passa pelo cadinho da crítica estudantil, seja em jornais, revistas, opúsculos ou festas académicas: no Centenário da Sebenta, a Universidade vai representada por "estudantes em *travestis*"<sup>(176)</sup>, símbolo da inversão de valores; é o "fado dos lentes" a troçar os professores de Direito<sup>(177)</sup>, são os métodos e conteúdos de ensino, quais "...longas parlapatices, / Sublime colecção de asneiras e tolices..."<sup>(178)</sup>, a serem parodiadas em récitas de quintanistas, é o baile dos "cábulas", por oposição ao baile dos "ursos".

Formação para a vida, qual outra universidade de experiências vividas ao longo do percurso universitário de cada um, e que se traduzem em apropriações diferentes e vivências várias do tempo. O tempo, em Coimbra, é propenso a actividades múltiplas. Para além da leitura das sebentas, é tempo de empenhamento cultural a leitura de autores diversos (H. Spencer; Haeckel, Max Nordam, Gabriel Palante, S. Reinach, Victor Hugo, Lamartine, Tolstoi, Gorki, Marx, etc.)<sup>(179)</sup>, a feitura de livros, a criação de jornais e revistas muitas, a entrega aos prazeres da música sempre que havia ensaios do Orfeão e da Tuna ou a discussão de temas vários (literatura, ciência, arte, política, religião, desporto, etc.), passeando na Calçada, à porta do França Amado e do Moura Marques ou, entre um jogo de bilhar, no Marques Pinto ou Lusitano, entre uma isca de

primeiro dia de aulas após as férias...". (*Saudades de Coimbra, 1917-1933*, Coimbra, Livraria Almedina, 1985, Abril de 1919).

<sup>(174)</sup> - Veja-se no Cap. I, notas 25 e 26.

<sup>(175)</sup> - Veja-se Ramada Curto, "Quid Petis? As caricaturas de J. Valerio", *Ilustração Portuguesa*, n.º 220, 9 de Maio de 1910, pp. 635-37.

<sup>(176)</sup> - Alberto Costa, *ob. cit.*, p. 97.

<sup>(177)</sup> - Cfr. António Cabral, *ob. cit.*, pp. 168-70.

<sup>(178)</sup> - José Bruno, *Uma véspera de fenado. Peça de costumes de Coimbra*, 3.ª ed., ilustrada, Coimbra, Coimbra Editora, 1929, p. 7. Numa récita de quintanistas, o Dr. José Gabriel Pinto Coelho, professor de Direito Comercial, foi assim parodiado: "O Comercial / Faz mal ao coração / Porque o Beirão / Em dias de maçada, / Um livro fez / Que é mesmo uma estopada". (Apud. Rafael Salinas Calado, *ob. cit.*, p. 115).

<sup>(179)</sup> - Cfr. Luís Cabral de Moncada, *ob. cit.*, pp. 68-69; Fernando Correia, *ob. cit.*, p. 67.

bacalhau cru, no Anda à Roda. Este tempo é, muitas vezes, necessário à sobrevivência: para arranjar alguns tostões, o Pad-Zé teve que fazer a sua "Sebenta do Natal"<sup>(180)</sup>, enquanto Trindade Coelho, a quem o pai, por ter reprovado, retirou a mesada, vê-se obrigado a copiar as lições para o curso, dar explicações, editar um livro e colaborar em jornais e revistas<sup>(181)</sup>; tempo para o jogo, a boémia, a rebeldia, a transgressão de valores e estúrdias mais, mas simultaneamente tempo para o convívio e solidariedade que acabam em longos passeios ou em qualquer tasca, numa valente ceia, onde se conversava e discutia "...de tudo quanto pode interessar à mocidade inquieta, que vibra e palpita, na sua larga e quase infantil imaginação"<sup>(182)</sup>; tempo também para episódios sentimentais e amorosos, onde a guitarra e o fado têm lugar relevante; tempo ainda para a iniciação e a aprendizagem política, conforme o credo de cada um<sup>(183)</sup>, mas igualmente tempo para manter vivas as tradições através da prática de ritos iniciáticos junto dos mais novos. Longe dos pais e das famílias, Coimbra é, para a grande maioria da sua juventude universitária, um tempo e um espaço de emancipação que muitos saúdam mesmo "com vivas e hurrahs"<sup>(184)</sup>.

Cidade de estudo e de trabalho, Coimbra, nas páginas dos memorialistas, apresenta-se também como um largo espaço de convívio e sociabilidade dentro e fora dos seus muros<sup>(185)</sup>.

---

<sup>(180)</sup> - Alberto Costa, *ob. cit.*, pp. 191 e ss.

<sup>(181)</sup> - Trindade Coelho, *ob. cit.*, pp. 137-38.

<sup>(182)</sup> - D. Correia da Cunha, A "Malta". *Reportagens da vida académica de Coimbra*. Coimbra, Livraria Gonçalves, 1933, p. 46.

<sup>(183)</sup> - A título de exemplo, é do Dr. Marques Guedes a seguinte confissão: "A minha vida política começou em Coimbra, quando ainda *calouro* de direito, assinei com pouco mais de 100 rapazes, o meu primeiro manifesto republicano ... No Centro Académico Republicano, onde me inscrevi, quando era pengoso ante os senhores lentes, afirmar desassombadamente, convicções políticas liberais, preponderavam António Granjo, Joaquim de Oliveira, Carlos Amaro, Carlos Olavo, Bissaia Barreto, Ramada Curto, Pestana Júnior, Tamagnini da Encarnação, José Montez e outros, que a vida política trouxe depois à notoriedade". (Apud D. Correia da Cunha, *ob. cit.*, pp. 83-84).

<sup>(184)</sup> - Alberto Costa, *ob. cit.*, p. 34.

<sup>(185)</sup> - Sobre este assunto, vejam-se: João Lourenço Roque, "Coimbra na 2.ª metade do século XIX. Estudantes e sociabilidade urbana (alguns aspectos)", *ob. cit.*, pp. 257-75; "Coimbra de meados do séc. XIX a inícios do séc. XX. Imagens de sociabilidade urbana", *Revista de História das Ideias*, vol. 12, Coimbra, 1990, pp. 301-37.



Fazendo parte da comunidade cidadina (com as reservas inerentes), os estudantes participavam em alguns sectores da sociabilidade geral da cidade: para além dos festejos carnavalescos, era nas fogueiras do S. João, de fortes tradições, mas que o tempo foi modernizando<sup>(186)</sup> e que se espalhavam um pouco por todos os lados da cidade<sup>(187)</sup>. Porém, aquelas que os estudantes preferiam eram as do Largo do Castelo, para as quais davam o seu contributo, quer cotizando-se entre si, quer ajudando nos enfeites da rua, por ficarem mais perto das suas residências, mas sobretudo porque aí "...concorriam os boémios, as tricanas e todas as criadinhas de servir..."<sup>(188)</sup> e de futricas "só apareciam os da Alta... e esses mesmos com muito respeito"<sup>(189)</sup>. Aqui se cantavam e dançavam as cantigas que académicos haviam composto e imortalizado em seus versos<sup>(190)</sup>.

Noite de folia e bailado, ao amanhecer rumava-se para a fonte do Castanheiro, onde, antes de nascer o sol, se faziam libações com a água santa do S. João; nas noites de S. Pedro, a repetição da festa "que em alguns anos levariam a palma às do Santo precursor"<sup>(191)</sup>; em Santo António dos Olivais,

<sup>(186)</sup> - "A antiga fogueira tão bela pela sua simplicidade, apenas com os seus arcos de murta assentes sobre a terra, os tocadores ao centro, alumiada pela discreta luz do azeite, foi substituída, na sua maior parte, por palanquins vistosos onde aqui ou além por sobre festões de verdura aparece de quando em quando irritantemente a falsa luz do gaz". (Vicente Arnoso, "O S. João de Coimbra", *Ilustração Portuguesa*, n.º 75, de 29 de Julho de 1907, p. 130. Este artigo está profusamente ilustrado). Também Diamantino Calisto, referindo-se ao assunto, escreveu: "Num alto palanque (o *Pavilhão*), expressamente construído e ornamentado, onde só tinham entrada a orquestra e os pares dançantes, desde há semanas persistentemente ensaiados nos seus cantares e passos de dança, é que se exhibia o *Rancho*, na sua indumentária mais ou menos imaginosa e fantasística". (*Ob. cit.*, p. 171).

<sup>(187)</sup> - As fogueiras mais importantes eram: a do Largo do Castelo, da Couraça de Lisboa, do Terreiro da Erva, da Praça de S. Bartolomeu, da Portagem, de Santa Clara e da Arregaça. (Cfr. Antão de Vasconcellos, *ob. cit.*, p. 399 e Vicente Arnoso, *ob. cit.*, p. 133).

<sup>(188)</sup> - Antão de Vasconcellos, *ob. cit.*, p. 399.

<sup>(189)</sup> - *Idem*, p. 406.

<sup>(190)</sup> - Muitos foram os escolares que compuseram versos para as fogueiras do S. João. Apontamos alguns: António Nobre, Augusto Gil, Afonso Lopes Vieira, Sanches da Gama, Octávio de Sá, Veiga Simões, Gonçalves de Oliveira, Casimiro dos Santos, António Macieira, etc. Cfr. *Cantigas para o fado e para as "fogueiras" do San João, por estudantes de Coimbra*. Coimbra, França Amado, 1899.

<sup>(191)</sup> - João Lourenço Roque, "Coimbra de meados do séc. XIX a inícios do séc. XX...": *ob. cit.*, p. 311.

na concorridíssima romaria do Espírito Santo, célebre pelos seus bailaricos, merendas e muita venda de louça de barro (os estudantes compravam campainhas de barro que depois ofereciam às raparigas), onde "...desde o "roubar" do par gracioso e desempenado na dança de roda, do "beijo" furtivo nalgum garrafão abandonado à vigilância..."<sup>(192)</sup> até ao conflito com algum futrica mais atrevido, consequências certamente dos efeitos do vinho, de ciúmes ou de rivalidades sociais; povo e estudantes misturados também para assistirem à passagem da procissão, no Largo da Portagem, aquando das festas da Rainha Santa, onde estudante mais atrevido procurava, no meio da confusão, disfrutar de rapariga menos avisada ou mal protegida<sup>(193)</sup>.

A par desta sociabilidade, os estudantes criaram também as suas próprias formas. Para além das aulas, convívios múltiplos nos mais diferentes e variados locais: nas ruas, cafés, tascas, repúblicas, livrarias, passeios pela cidade e arredores, praxes e festas académicas, associações, etc.<sup>(194)</sup>.

No bairro alto, a Rua dos Loios e a Rua Larga eram locais muito frequentados, assim como o bilhar do Marques, no Largo da Sé Velha. Era, porém, o Largo da Feira, fórum académico por excelência, o sítio mais privilegiado. Era aqui que se tratavam questões importantes, que tinham lugar muitas praxes, que se faziam horas, passeando em amena cavaqueira, até que o jantar estivesse pronto. Aos sábados à tarde, em vésperas de feriado e dias santos, era quando o largo se animava mais. Ali decorria o entretém da "bicha", isto é, da "reunião de cem estudantes e mais, tudo de capas traçadas e em forma de cordão, a um de fundo, cada qual segurando com unhas e dentes a parte pendente da capa do parceiro. Operando grandes elos... dando voltas sucessivas e lestras e fazendo evoluções variadas e continuas... abrange todo o largo... que tem por fim *cotrafilar as tricanas* e

<sup>(192)</sup> - Octaviano Sá, *Nos domínios de Minerva* ..., p. 212; D. Thomaz de Noronha, *ob. cit.*, p. 234; Mesquita de Figueiredo, "A romaria do Espírito Santo em Santo Antonio dos Olivares", *Ilustração Portuguesa*, n.º 329, de 10 de Junho de 1912, pp. 743-44 (Artigo ilustrado com fotografias).

<sup>(193)</sup> - Cfr. Albino Rodrigues de Souza, *Estudante Bargante*, Lisboa, Edições Pro Domo, 1945, pp. 187-89.

<sup>(194)</sup> - Como referimos, muita da sociabilidade estudantil passava pelas tascas, repúblicas, associações, praxe e festas académicas. Como estas rubricas são desenvolvidas mais adiante, deixamos aqui apenas uma referência.

as sopeiras, que se atrevam a passar pelo largo"<sup>(195)</sup>; troçando de algum lente, "urso", colega menos afeito ou rapariguinha da Alta, entre risadas e boa disposição, bebiam-se uns copos no botequim do Cebola, da Delfina ou no Manel Jacob.

Depois de jantar, se alguns se ficavam pelas repúblicas a beber, conversar, discutir matérias várias, jogar, ouvir música, outros, na descida até à Baixa, passavam revista às livrarias do Pires e do Cabral, no Largo da Sé Velha, para terminarem no França Amado, ponto de encontro de "lentes" e "ursos" ou, então, no Clube dos Lentes; muitos fixavam-se nos botequins e cafés jogando bilhar ou, então, conversando amenamente, calçada abaixo e acima, enquanto outros empreendiam longos passeios pela Estrada da Beira, Ladeira do Seminário, Penedo da Saudade, Santo António dos Olivais e Penedo da Meditação ou, então, para os lados de Santa Clara e Choupal, preparando assim uma boa noite de estudo ou divertimento que, regra geral, terminava numa ceia em qualquer tasca ou restaurante da Baixa. Noite dentro é tempo de "liberdade na noite ruidosa"<sup>(196)</sup> com o espírito de boémia a afirmar-se em brincadeiras várias, é a invasão das tascas, tempo de iniciações, procura do prazer nas visitas às casas das meretrizes, tempo de conflitualidade com elementos outros<sup>(197)</sup>, numa palavra, tempo de conspiração e cumplicidade na transgressão dos valores estabelecidos.

Aos olhos dos memorialistas, Coimbra apresenta-se ainda como um espaço e um tempo de eternidade nem que seja meramente simbólico, mas com a sensação de que "os homens e o progresso têm-se deitado a ela com ganas de a matar"<sup>(198)</sup>. Este sentido de eternidade passa, naturalmente e em primeiro lugar, por aquilo que hoje consideramos os lugares de memória. É o Penedo da Saudade, local de amores, sentimentos e vidas tantas, cuja beleza muitos poetas imortalizaram, ao longo dos tempos, em seus versos e onde "todos os anos se juntam... vindos de todo o País, antigos

---

<sup>(195)</sup> - Alfredo de Pratt, *ob. cit.*, p. 251.

<sup>(196)</sup> - Alberto Costa, *ob. cit.*, p. 35.

<sup>(197)</sup> - Cfr. Margarida Rosa Custódio Mota Coimbra, "Subsídios para o estudo da delinquência estudantil em Coimbra, 1871-1886", *Universidade(s). História. Memória. Perspectivas. Actas do Congresso "História da Universidade" (No 7.º Centenário da sua Fundação)*, vol. 3.º, Coimbra, 1991, pp. 321-30.

<sup>(198)</sup> - Carminé Nobre, *ob. cit.*, vol. II, p. 12.

alunos, festejando várias datas das suas formaturas"<sup>(199)</sup>; é o Penedo da Meditação que sempre foi um "lugar de poetas, de tristes, de nostálgicos..."<sup>(200)</sup>; é a Lapa dos Esteios com Castilho a cantar as festas da Primavera e Maio e onde se registam "dolorosos versos... gravados na rocha..."<sup>(201)</sup>; é a Quinta das Lágrimas a recordar que "...o amor, a mais nobre das paixões, foi punido como um crime"<sup>(202)</sup>; é o Choupal "com a sua linda alameda de faias e salgueiros, e que os rapazes procuram para os longos passeios..."<sup>(203)</sup> e o Parque de Santa Cruz para onde muitos iam "todos os dias estudar"<sup>(204)</sup>.

Sentido de eternidade que passa também pela grandeza da alma de muitos que por lá passaram e que Carminé Nobre definiu assim: "Antero do Quental a improvisar nas escadas da Sé Nova; Teófilo Braga a passar fome na sua mansarda; João de Deus a pôr no "prego" as setas prateadas de S. Sebastião dos Arcos do Jardim; António Nobre a torturar-se no Anto; Hilário a cantar baladas de amor; Guerra Junqueiro a escrever estrofes no Magrinho, e uma juventude a fabricar a República para lá da Porta Férrea"<sup>(205)</sup>.

Mas, também tempo de passagem que a poesia consagrou:

"E deixar tudo isto! E nunca mais voltar!  
Antes ceguinho ir, pr'os olhos cá deixar"<sup>(206)</sup>.

(199) - Rafael Salinas Calado, *ob. cit.*, p. 27.

(200) - *Idem*, p. 32.

(201) - B. M. Costa e Silva, *ob. cit.*, p. 10.

(202) - António Moniz Barreto Corte-Real, *ob. cit.*, p. 30.

(203) - Rafael Salinas Calado, *ob. cit.*, p. 21. Embora os memorialistas não o refiram, foi no Choupal que teve origem o movimento da Renascença Portuguesa. Segundo testemunha Jaime Cortesão foi aí que, em 27 de Agosto de 1911, reuniu com alguns companheiros (Teixeira de Pascoais, Leonardo Coimbra, Álvaro Pinto e Augusto Casimiro) e onde "se lançaram as bases da nova organização, que se propunha dois fins essenciais: restituir Portugal à consciência dos seus valores espirituais próprios; e promover em todo o país... uma profunda acção cultural, junto de todas as camadas sociais". (Jaime Cortesão, "No 40.º Aniversário da Renascença Portuguesa", *Primeiro de Janeiro*, de 28 de Dezembro de 1951).

(204) - *Idem*, p. 19; Raul Fernandes Martins, *ob. cit.*, p. 117.

(205) - *Ob. cit.*, vol. II, pp. 12-13.

(206) - Francisco Pinheiro Torres, "Adeus, Senhor Doutor" (*coisas de Coimbra*), 2.ª edição, Coimbra, Coimbra Editora Ld.ª, 1923, p. 21.

É tempo de passagem: nos estudos (geralmente com a duração de 5 anos), mas que são marcados pela dependência e sujeição às normas da instituição: é o juramento no acto de matrícula<sup>(207)</sup>; é o não dever ultrapassar o número de faltas<sup>(208)</sup>; é ter que estudar e fazer exames; tempo de passagem também nos rituais praxísticos, sejam eles de agregação, probação ou de consagração, na linguagem de Arnold Van Gennep<sup>(209)</sup>. Porém, estes tempos são igualmente tempos de submissão, porque é necessário observar as normas instituídas, "condição fundamental para a manutenção e equilíbrio de uma sociedade bem organizada", no dizer do Pad-Zé<sup>(210)</sup>. Neste tempo de passagem, existe ainda um tempo de juventude, tempo de liberdade, que se afirma nas muitas manifestações de irreverência e sonhos.

Na leitura dos biógrafos da comunidade estudantil, Coimbra aparece, finalmente, como um espaço e um tempo de saudade e veneração que aumentam com o decorrer dos anos. Recordando a Estrada da Beira, é António Nobre quem, em Paris, no ano de 1891, presta tributo à saudade, em termos emocionalmente ascendentes, quando enumera:

"Dobra em meu coração o sino da Saudade.  
Aqui, no meio desta fria soledade.  
Evoco Coimbra triste, em seu aspecto moiro:

.....  
Vejo o teu Lar e a ti, tão pura, tão singela,

.....  
Vejo o meu quarto de dormir, todo caiado,

.....  
Mais vejo o Emílio, indo a tactear, quase sem vista"<sup>(211)</sup>.

---

<sup>207</sup> - Cfr Joaquim Ferreira Gomes, *A Universidade de Coimbra durante a primeira república*, p. 11.

<sup>208</sup> - Cfr., Cap. I, nota 25.

<sup>209</sup> - *Los ritos de paso*, versión castellana de Juan Aranzadi. Madrid, Taurus ediciones, 1986.

<sup>210</sup> - *Ob. cit.*, p. 34. A propósito da submissão do estudante, leia-se *O Denominado Fóro Académico e os métodos de ensino da Universidade de Coimbra*. Coimbra, Imprensa Literaria, 1882.

<sup>211</sup> - *Ob. cit.*, p. 179. (Os itálicos são nossos).

Se, em 1910, Coimbra é já, no dizer de um paladino do integralismo, "um cemitério de saudades"<sup>(212)</sup>, em 1925, apesar das transformações que a cidade e o espírito académico sofreram, Coimbra continua a afirmar-se, no dizer do biógrafo, como "...uma coisa que deixa saudades. Coimbra sem isso... não é Coimbra"<sup>(213)</sup>. Porém, as imagens da saudade que os memorialistas nos dão desenvolvem-se numa concepção de tempo que não é linear. Há, isso sim, um tempo circular, por ciclos, em patamares e gradações que muito tem a ver com atitudes praxísticas e posicionamentos curriculares. Quantos estudantes não houve como Baltazar Adriano de Freitas Brito que, não gostando, inicialmente, de Coimbra, quando "...um dia se apanhou formado, entrou com ele a nostalgia de Coimbra..."<sup>(214)</sup>; e que dizer também de um tal Aníbal Teles que, apelidando Coimbra de "espelunca medieval", quando saiu, saiu "cheio de saudades"<sup>(215)</sup>.

Embora com influências de Santo Agostinho, a arquitectura do tempo circular corresponde fundamentalmente às concepções e leituras que o tempo tinha nas culturas judaico-cristãs, isto é, na existência de um ciclo inicial, uma idade de ouro de sentido prospectivo e, por fim, uma outra idade perspectivada no devir<sup>(216)</sup>.

A saudade começa naturalmente, no tempo inicial:

".....  
 Recordo agora o dia da chegada  
 Os estudantes fazendo assuada  
 ....."<sup>(217)</sup>;

<sup>(212)</sup> - Hipólito Raposo, *ob. cit.*, p. 122.

<sup>(213)</sup> - Manuel Ribeiro, *ob. cit.*, p. 49.

<sup>(214)</sup> - Trindade Coelho, *ob. cit.*, p. 47.

<sup>(215)</sup> - Fernando Correia, *ob. cit.*, p. 258.

<sup>(216)</sup> - Santo Agostinho interrogando-se sobre o que é o tempo, responde: "Se ninguém mo perguntar, eu sei; se o quiser explicar a quem me fizer a pergunta, já não sei"... "Mas talvez fosse próprio dizer: os tempos são três: presente das coisas passadas, presente das presentes, presente das futuras.

Existem, pois, estes três tempos na minha mente que não vejo em outra parte: lembrança presente das coisas passadas, visão presente das coisas presentes e esperança presente das coisas futuras". (*Confissões*, 10.<sup>a</sup> edição, Porto, Livraria Apostolado da Imprensa, 1981, pp. 304 e 309).

<sup>(217)</sup> - Francisco Pinheiro Torres, *ob. cit.*, p. 21.

passa depois pela revivescência da idade dos sonhos, para terminar, na maior parte dos casos, em lamentações, porque o tempo fluiu e não volta mais:

"Partir, partir e nunca mais voltar!  
Que bom era tornar a começar!"<sup>(218)</sup>.

Aliás, aos olhos dos memorialistas há uma certa dificuldade na compreensão da mobilidade do tempo, que eles pretendem imóvel, porque certos de não repetirem o ciclo. É Eugénio de Castro quem clama:

"Pára, Mondego! Pára, não prossigas,  
Prateado rio, não caminhaes para o mar;  
Ouve da minha bôca as palavras amigas,  
Que te podem salvar!

.....  
Pára, meu doce, meu prateado amigo,  
Não corras para o mar!"<sup>(219)</sup>.

Pode-se e vai-se a Coimbra, revisitam-se os lugares santos, mas tudo é já de maneira diferente, porque inacabado: "pode-se percorrer o mesmo caminho, mas já não é o mesmo percurso"<sup>(220)</sup>. A saudade afirma-se, assim, num desejo ardente. Porque impossível realizar os ritos de outrora, memorialistas como António Cabral, Trindade Coelho, Fernando Correia e Salinas Calado fazem a defesa dos "tempos passados". É nesta perspectiva que António Cabral escreve:

"Para traz, para traz, para os tempos remotos,  
Tão cheios de canções, tão cheios de embriaguez,  
Porque, ai! a juventude é como a flor de lotus,  
Que em cem annos floresce apenas uma vez"<sup>(221)</sup>.

<sup>(218)</sup> - *Idem*, p. 49.

<sup>(219)</sup> - Apud Afonso Lopes Vieira, *Cancioneiro de Coimbra em que se contém poesias portuguesas, & nos saudosos campos inspiradas, desde o século XV até aos nossos tempos, com uma sylvia de romances & cantigas tradicionais*, Coimbra, França Amado, 1918, pp. 110 e 112.

<sup>(220)</sup> - Paulo Archer de Carvalho, "In Memoriam...", *ob. cit.*, p. 368.

<sup>(221)</sup> - *Ob. cit.*, p. 19.

Perspectiva diferente já em Serrão de Faria e Carminé Nobre que fazem a apologia da geração, particularizando assim as marcas da diferença. É Carminé Nobre quem afirma: "Foram assim quase todos os rapazes da sua geração e aquelas que se seguiram não escaparam ao contágio do mesmo espírito boémio, que morreu na geração actual, conformado com todas as exigências da época e do progresso"<sup>(222)</sup>.

De uma maneira ou de outra, Coimbra é vista como um local de passagem de personalidades, as quais retêm em si as marcas do seu trajecto, mas em todas uma consciência do forte peso da tradição, dum romantismo e da singular vida académica que é preciso manter: Nesta matéria, alguns chegam mesmo a pedir a protecção da divindade e a apelarem ao amor de todos os que por Coimbra passaram<sup>(223)</sup>.

Mas, a saudade passa também pela deterioração de espaços. Em tom de ódio, um memorialista insurge-se contra os barbarismos de que o Penedo da Saudade foi vítima: "Pois estragaram o Penedo da Saudade do meu tempo. Assaltaram-no os vândalos: dando-lhe luz a jorros, amesquinham-no; fazendo-o atravessar por eléctricos chiantes e telintantes, profanaram-no; e enchendo-o de versos em placas, tiraram-lhe a poesia..."<sup>(224)</sup>; também João Falcato, embora mais tarde, reage contra a destruição da Alta: "Oh minha velha Universidade, porque não podem os meus braços cingir-te fazendo roda para te livrar do crescer destes monstruosos caixotes elevados à categoria de monumentos, deste super-realismo do estilo caixa de fósforos entronizado!"<sup>(225)</sup>.

---

<sup>(222)</sup> - *Ob. cit.*, vol. 1.º, p. 12.

<sup>(223)</sup> - "Por isso, eu te saúdo, enternecidamente, pedindo a Deus que te proteja [a Coimbra] e nunca te afaste do cuidado, do apreço e do amor de todos os portugueses, e que os teus estudantes te honrem e nobilem e que, pelo menos, te fiquem com tanto amor e reconhecimento como aquele que eu te tenho". (Rafael Salinas Calado. *ob. cit.*, p. 17).

<sup>(224)</sup> - Albino Rodrigues de Souza. *Estudante Bargante...*, pp. 19-20. No mesmo sentido se pronunciou Salinas Calado ao escrever: "Assim, como as inscriçõeszinhas, muitas, cada vez mais, em tom de relação de nomes de vítimas de uma guerra cruenta, meu pobre Penedo da Saudade, não convidas a uma visita demorada, porque destruíram a beleza inegalável da tua paisagem sorridente e aliciante". O mesmo autor convida depois a que "Arranquem esses calhaus torpes, incaracterísticos e cada vez mais numerosos, e tu voltarás a ser, com supremacia e clara verdade, o morro luminoso e belo...". (*Ob. cit.*, p. 29).

<sup>(225)</sup> - João Falcato, *Coimbra dos Doutores*. Coimbra, Editora Limitada, 1957, pp. 64-65.



Se, na leitura dos diversos biógrafos, a saudade tem pontos comuns, ela apresenta-se também em atitudes desencontradas. São os casos de António Nobre e Eugénio Sanches da Gama. Embora, por algum tempo, colegas no curso de Direito (António Nobre, após duas reprovações consecutivas, parte para Paris) e os dois ligados à revista *Bohemia Nova* (1889), Sanches da Gama, sob o pseudónimo de Estephano Rimbó, não deixou de criticar, no ano de 1892, em *Nós Todos*<sup>(226)</sup>, certos excessos julgados desnecessários em alguns poemas de António Nobre, na primeira edição, de o Só, bem como outros cultores do nefelibatismo. A saudade individualista, doentia, melancólica e plena de tristeza de Anto, opõe Sanches da Gama a sátira humorística, a boémia e a sagração da festa:

"Rapaz dos meus, assombra-me o teu gesto,  
Ó candeia d'Azeite ao meu balcão!  
Ó meu Ignez de Castro prompto e lesto  
Vem à Thebaida do Sr. João" [João das Iscas]<sup>(227)</sup>.

Graças ao movimento saudosista lançado por Teixeira de Pascoais e outros homens da Renascença Portuguesa, em 1912, assistimos a um esforço de teonização da saudade. Lutando contra o cientismo, responsabilizando o pensamento estrangeiro, nomeadamente o francês, culpando os jesuítas, a inquisição e o centralismo monárquico pelo nosso atraso, a saudade afirma-se, aos olhos de Teixeira de Pascoais, como uma ideia força, um sentimento de ordem espiritual, qual "Verbo Incarnado" nos arautos da nacionalidade, como a via capaz de responder às aspirações e aos anseios dos portugueses<sup>(228)</sup>.

<sup>(226)</sup> - Sanches da Gama, *Nós Todos e outros versos*, Prefácio de Campos de Figueiredo, Coimbra, 1959, pp. VIII-IX, 13 e 27. Veja-se também *Coimbra e António Nobre. Homenagem ao poeta*, Coimbra, Edição da Biblioteca Municipal, 1940, pp. XIV-XVI.

<sup>(227)</sup> - Sanches da Gama, *ob. cit.*, p. 19.

<sup>(228)</sup> - Teixeira de Pascoais, *O Espírito Lusitano ou o Saudosismo*. Porto, 1912; *Arte de Ser Português*, introdução de Miguel Esteves Cardoso, Lisboa, Assírio & Alvim, 1991. Veja-se "Panorama Geral das Ideologias, 1910-1925", *História Ilustrada das Grandes Literaturas*, VIII, *Literatura Portuguesa*, 2.º volume, Lisboa, Estudos Cor, s.d., pp. 448 e ss; Fernando Farelo Lopes, "António Sérgio na "Renascença Portuguesa", *Revista de História das Ideias*, vol. 5.º, tomo 1.º, Coimbra, 1983, pp. 403-25.

Com o assento tónico na tradição, este esforço teórico irá servir de base ao movimento integralista de António Sardinha, em 1914. Daí que a saudade, nos escritos dos memorialistas, se apresente também como um referencial ideológico que vai dividir a academia. Foi o caso, em Maio de 1924, quando, a convite de Eugénio de Castro, então director da Faculdade de Letras, Carlos Malheiro Dias se preparava para fazer uma conferência, que não chegou a realizar-se, porque foi impedida por estudantes republicanos<sup>(229)</sup>.

Com a Academia dividida ou em unísono, Coimbra, enquanto terra de estudantes, há-de ser sempre, como diz Lopes Vieira, "...uma das tão poucas cidades do mundo onde o sonho persiste, por mais que os homens cerrem os olhos à sua magia ou usem mascarar-lhe o semblante"<sup>(230)</sup>.

#### 4.2. Os coimbricenses

Como já referimos anteriormente, Coimbra, aos olhos dos memorialistas, afirma-se, essencialmente, como uma cidade dual, mas de dimensão universitária por excelência, onde a comunidade estudantil ocupa um lugar muito especial, porque, no contexto citadino, se afirma plenamente como uma micro-sociedade, isto é, tem uma organização própria, vivências singulares, é coesa, os seus princípios são transmitidos aos vindouros, dá corpo e voz à sua irrequietude e apresenta-se com uma propensão, embora não excessiva, para um certo fechamento, mecanismo de auto-defesa<sup>(231)</sup>,

---

<sup>(229)</sup> - "Em 1924 chegou a Coimbra a célebre questão "Sebástica". A Academia sempre pronta a defender ou a atacar, sempre ansiosa por um motivo que lhe desse margem a manifestar a sua grande vitalidade, pronunciou-se sobre o facto. Os estudantes republicanos apoiavam António Sérgio. Os integralistas batiam-se pelas palavras de António Sardinha". (Carminé Nobre, *ob. cit.*, vol. II, pp. 51-52). Veja-se também o artigo de Olga de Freitas da Cunha Ferreira, "António Sérgio e os Integralistas", *Revista de História das Ideias*, vol. 5.º, tomo 1.º, Coimbra, 1983, pp. 427-69.

<sup>(230)</sup> - Afonso Lopes Vieira, *Cancioneiro de Coimbra...*, p. 8.

<sup>(231)</sup> - Estes mecanismos de auto-defesa são particularmente visíveis ao nível da linguagem e encontram-se, essencialmente, em grupos minoritários e marginais ou em comunidades extremamente fechadas. A comunidade estudantil coimbrã não apresenta qualquer carácter secreto, pelo que o seu fechamento não é excessivo. Todavia, sempre que pequenos grupos se constituem, adoptam, por vezes, nomes secretos. É o caso do grupo dos esotéricos onde havia "...alguma coisa de fechado, de maçónico, tomado de empréstimo

para além de dispor, pelo menos até 1926, de um espaço físico residencial também próprio.

Na sua vivência diária, esta comunidade estudantil estabelece e desenvolve um conjunto de relações bilaterais que se afirmam a dois níveis: por um lado, em relação à Universidade e seus professores de quem recebem uma cultura científica e com quem compartilham todo um conjunto de praxes que são exclusivas da comunidade universitária; pelo outro, em relação à sociedade civil, também denominada, em linguagem académica, de *futrica*, porque “assim se chamam todos os que não pertenciam à Academia”<sup>(232)</sup>, mas com quem tem que viver e encontrar os apoios necessários.

Entre os *futricas* havia, naturalmente, diferenças que a linguagem académica assinala: enquanto o “filhote” é o *futrica* natural de Coimbra<sup>(233)</sup>, por “vacão” designa-se o habitante dos arredores da cidade<sup>(234)</sup> e por “japonês/japonesa” aquele ou aquela que vem de outra terra a Coimbra, acidentalmente<sup>(235)</sup>. Uma outra diferença que as memórias estudantis registam é a que se estabelece entre os *futricas* da Alta e da Baixa: “O *futrica* da Alta, ao contrário do da Baixa, não só por que está mais em contacto

---

nós costumes e hábitos de que se revestiam: reuniões necessariamente clandestinas, ou a fingir rapaziadas vulgares, símbolos ostensivos, etc.” Os elementos deste grupo adoptaram mesmo nomes supostos. A título de exemplo aqui ficam alguns: *César Bórgia* (António Sardinha); *Tácito* (Hípólito Raposo); *Rabelais* (Paulo Merêa); *Divino Platão* (Cabral de Moncada), etc. (Luís Cabral de Moncada, *ob. cit.*, pp. 77-78). Processo idêntico verifica-se na Sociedade do Raio. (Cfr. António Nóvoa, “A Sociedade do Raio...”, *ob. cit.*, pp. 277-320)

<sup>(232)</sup> - António Cabral, *ob. cit.*, p. 47. Embora não pertencendo à comunidade estudantil universitária nem à sociedade civil (restrito senso), estudantes havia de outros ramos de ensino a quem a Academia atribuiu nomes pejorativos. Assim, ao estudante do Seminário chamou-lhe “*fórmigão*”, certamente porque quando se dirigiam do Seminário para a Sé Nova vinham vestidos de preto e em bicha, à semelhança do que acontece com um carreiro de *fórmigas*; aos do liceu, “*bichos*” por serem de condição inferior e terem de se esconder das *trupes*, à semelhança dos bichos quando avistam alguém e aos da Escola Agrícola “*charruas ou esterqueiros*” pela razão de lidarem com instrumentos agrícolas e estrumes, à semelhança do que acontece na lavoura. (Cfr. Diamantino Calisto, *ob. cit.*, p. 26 e ainda Amílcar Ferreira de Castro, *ob. cit.*, pp. 50 e 74-75).

<sup>(233)</sup> - Trindade Coelho, *ob. cit.*, p. 123.

<sup>(234)</sup> - Antão de Vasconcelos, *ob. cit.*, p. 380.

<sup>(235)</sup> - Serrão de Faria, *ob. cit.*, p. 175.

com toda a *brioza*, mas ainda por outros motivos que o levam a não refilar por dá cá aquela palha com os diabos da capa e batina, faz crêr que se a estes o não liga amizade nenhuma, também não é seu inimigo"<sup>(236)</sup>. De entre os futricas da Alta há ainda que referir a existência dos "gaiulos ou salatinas", isto é, os serventes e os garotos que também eles próprios "se consideravam superiores aos da Baixa"<sup>(237)</sup>. Existem ainda os "cagas", "indivíduos... que dão sorte ou afinam com certas piadas de sabor académico"<sup>(238)</sup>, a "cagona", mulher requintada que estonteava o estudante "com seus trajares, com suas elegâncias, suas pinturas, seus perfumes, suas linhas esbeltas, donairosas..."<sup>(239)</sup> e que, ao contrário da simples tricana, é "calculista, deseja, quere um amparo para o dia de amanhã"<sup>(240)</sup> e os "moela", "futrica que acompanhava estudantes"<sup>(241)</sup>.

De uma maneira geral, a representação que os diferentes memorialistas nos transmitem do futrica é uma imagem de ambivalência, mas com fortes relações de dependência em relação ao estudante. Assim, por um lado, o futrica é visto como um indivíduo submisso e prestável que acolhe, serve e atura o estudante o melhor que sabe e pode: nas repúblicas, são as inúmeras serventes que, para além de trabalharem até à velhice, ali aturam as bebedeiras e as

---

<sup>(236)</sup> - Alfredo de Pratt, *ob. cit.*, p. 231

<sup>(237)</sup> - João Eloy, *Boémia Coimbrã. A vida académica de Coimbra nos fins do século passado*, Vila Nova de Famalicão, 1938, p. 92.

<sup>(238)</sup> - *Via Latina*, Coimbra, 13 de Fevereiro de 1942. São vários os exemplos de indivíduos que afinavam com o humor académico. A título de exemplo, citamos apenas dois casos: o de Martins de Carvalho, director de *O Conimbricense*, que um dia publicou três artigos intitulados "Anarquia" onde toda a Academia era censurada. Daí que a estudantada, quando passava junto à redacção do jornal, gritasse: "Ó Martins de Carvalho, dá cá a Anarquia!", "Ó Martins de Carvalho, larga a Anarquia!" ou ainda "Alho, alho, alho, / Martins de Carvalho!". Outro é o alfaiate Sá, que morava na Rua dos Loios e, um dia, "vazou com um pau o olho dum cão". Isto deu origem a que a rapaziada dissesse: "Ó Sá, dá cá o olho" (Trindade Coelho, *ob. cit.*, pp. 155 e 157). Mário Monteiro dá-nos uma lista com os mais conhecidos. (Cfr. Mário Monteiro, "Typos de Coimbra", *Ilustração Portuguesa*, n.º 49, Lisboa, 28 de Janeiro de 1907, pp. 114-27). Ver também Alberto Sousa Lamy, *A Academia de Coimbra, 1537-1990. História, Praxe, Boémia e Estudo, Partidas e Piadas: Organismos Académicos*, Lisboa, Rei dos Livros, 1990, pp. 691-92; *Correio de Coimbra*, ano 1.º, n.º 11, Coimbra, 10 de Janeiro de 1907; Octaviano de Sá, *ob. cit.*, pp. 221-22.

<sup>(239)</sup> - Albino Rodrigues de Souza, *ob. cit.*, p. 177.

<sup>(240)</sup> - *Idem*, p. 179.

<sup>(241)</sup> - Alberto Sousa Lamy, *ob. cit.*, p. 688.

discussões<sup>(242)</sup>; é o Manuel das Barbas a litografar a sebenta, para a Maria Marrafa, "portadora de sebatas"<sup>(243)</sup>, as entregar a tempo e horas, pela módica quantia de 300 réis mensais de cada estudante<sup>(244)</sup>; é o almirante Rato que leva os estudantes até à Lapa dos Esteios e lhes faz boas caldeiradas<sup>(245)</sup> e tantos outros como o Joaquim Pirata que "servia o que lhes pediam, dizia o preço e do resto desinteressava-se"<sup>(246)</sup>; tolerante e cooperante, pois nem sempre se zanga face às muitas partidas de que é vítima e está sempre pronto a colaborar: é o alfaiate Sá que, mesmo quando incomodado com o dito "Ó Sá, dá cá o olho!"<sup>(247)</sup>, continua a vestir de hábito talar e outras indumentárias o estudante ou, como no Centenário da Sebenta, "verem-se pacatos burgueses com o casaco vestido do avesso"<sup>(248)</sup>; simpático e sentimental, porque com o tempo ganhou um certo amor ao estudante, que cumprimenta e chora na hora da despedida: quando o Pad-Zé foi obrigado a deixar Coimbra lá estavam "os cumprimentos de credores amáveis que *sentiam o... desgosto, apesar de tudo*, e os adeuses de lenços que tremiam no ar..."<sup>(249)</sup>.

Mas existe também o reverso da imagem. Aqui, o futrica é visto como um inimigo, sempre pronto para a agressão e conflito: um estudante dizia que os seus maiores inimigos eram: "os futricas, os caloiros, os professores e os gatos"<sup>(250)</sup>; oportunista e sempre que pode usurário: é célebre o Bolson,

<sup>(242)</sup> - Cfr. António Rodrigues Lopes, *ob. cit.*, pp. 88-89.

<sup>(243)</sup> - Mario Monteiro, "Typos de Coimbra", *ob. cit.*, p. 124. A Marrafa "... lá no intimo amiga dos que usam capa e batina, interessa-se por eles todos e já me constou, não sei se com fundamento, que não raras vezes lhes vale em dinheiro nos momentos críticos, nas suas aflições". (*Idem*, p. 124).

<sup>(244)</sup> - Diamantino Calisto, *ob. cit.*, pp. 30-31.

<sup>(245)</sup> - Cfr. Trindade Coelho, *ob. cit.*, p. 99, nota 4.

<sup>(246)</sup> - Raul Fernandes Martins, *ob. cit.*, p. 106. Tinha um livro onde os estudantes apontavam a despesa feita, para pagarem quando lhes fosse possível. Conta-se que muitos estudantes saíam de Coimbra sem pagarem ao Joaquim Pirata. Este, para reaver o "calote", descobriu um estratagemma que consistia no seguinte: passou a assinar o Diário do Governo, para, através dele, saber onde os antigos doutores haviam sido colocados. Logo que identificados, o Pirata escrevia-lhes e, assim, muitos acabaram por saldar a dívida.

<sup>(247)</sup> - Trindade Coelho, *ob. cit.*, p. 155.

<sup>(248)</sup> - Diamantino Calisto, *ob. cit.*, p. 70.

<sup>(249)</sup> - Alberto Costa, *ob. cit.*, p. 118.

<sup>(250)</sup> - A. Cabral, *Alexandre Cabral Memórias Políacas. Homem e Factos do Meu Tempo*, Lisboa, J. Rodrigues, 1923, p. 39.

do tempo de Trindade Coelho, que tinha, na Calçada, uma loja onde vendia de tudo, inclusivamente santos, "mas o negócio principal... consistia em dar dinheiro a juros aos estudantes... e rezava a fama que lhes levava couro e cabelo nos juros..."<sup>(251)</sup>; a mesma prática tinha-a, no tempo da República, o prestamista Pombar que, apesar da sua esperteza e oportunismo, não deixou, uma vez, de ser vítima da finura de um estudante, em atitude de moeda de troca<sup>(252)</sup>; antipático, provocador e cheio de ódio, o que levou a conflitos vários, alguns dos quais de consequências bem nefastas como foi o caso da Tomarada, em 1854<sup>(253)</sup>, e que, na opinião de alguns, muito veio a contribuir para um duradouro acicatar de rancores entre as duas comunidades<sup>(254)</sup>;

---

<sup>(251)</sup> - Trindade Coelho, *ob. cit.*, p. 163. Conta-se mesmo que quando o Bolson começou a vender santos, um académico, José Pinto Da Mesquita Gouveia, não resistiu à tentação de o brindar com os seguintes versos, para divertimento:

"À porta inf'ri do Bolson  
Está chorando uma pintura:  
Dizem que é a Virgem pura,  
Dizem que é a mãe do Cristo,  
Mas eu cá não creio nisto:

- É uma vítima da usura!" (*Idem*, p. 167).

<sup>(252)</sup> - Cfr. Rafael Salinas Calado, *ob. cit.*, p. 192 e ss.

<sup>(253)</sup> - Cfr. Joaquim Martins de Carvalho, *Apontamentos para a Historia Contemporanea*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1868, pp. 241 e ss. Porque um conflito deste género deixa sempre cicatrizes profundas, alguns estudantes, para evitarem novos conflitos, fundaram uma sociedade, a Liga Académica. Com carácter secreto, chegou a ter 120 sócios, sendo seu presidente o quartanista de Direito, Manuel Joaquim da Fonseca. Esta sociedade durou pouco tempo, uma vez que, em Outubro do mesmo ano, desfez-se. (*Idem*, pp. 246-48). Também Ramalho Ortigão nos informa da existência de conflitos entre estudantes e futricas. Em crónica de Abril de 1878, refere que a alguns estudantes foram movidos processos académicos por jogarem "o pugilato com um ou mais futricas nas ruas de Coimbra". (*As Farpas O País e a Sociedade Portuguesa*, tomo VIII, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1944, p. 205). Com o objectivo de acabar com as lutas entre estudantes e futricas, em Novembro de 1902, o estudante Fausto Quadro fundou a Loja "Pátria" que veio a ser extinta em 1909. Porque as lojas maçónicas foram escolas de formação cívica, serviram "de instância integradora na vida cívica da cidade de algumas minorias activistas de origem estudantil". (Fernando Catroga, *Mações Liberais e Republicanas em Coimbra (Década de 70 do século XIX)*, Sep, do Arquivo Coimbrão, Coimbra, 1990, p. 57). Cfr. ainda Alberto de Sousa Lamy, *ob. cit.*, p. 690. Sobre a Tomarada veja-se Augusto d'Oliveira Cardoso Fonseca, *Outros tempos ou velharias de Coimbra - 1850 a 1880*, Lisboa, Livraria Tabuense, 1911, pp. 91-96; Eduardo de Noronha, *À Porta da Havanesa - Da Thomarada à Republica*, Porto, Magalhães e Moniz, Ld.<sup>a</sup>, 1911.

<sup>(254)</sup> - Cfr. Antão de Vasconcellos, *ob. cit.*, p. 61 e António Correia, "O roubo do boné",

finalmente, a comunidade académica considera ainda o futrica como um estrato inferior da sociedade, revelando assim atitudes aristocráticas, no dizer de Mana Eduarda Cruzeiro<sup>(255)</sup>.

Os procedimentos mais frequentes desta gente, nomeadamente dos futricas da Alta, aqueles que mais conviviam e mais em contacto estavam com os estudantes, eram de aceitação, de submissão, de tolerância resignada, porque necessárias à sua sobrevivência, em virtude das fortes carências económicas. Vivendo dos dividendos que quebravam pelo seu trabalho e serviços prestados, sempre que os estudantes se ausentavam, sobretudo no tempo de férias grandes, a miséria instalava-se. É Antão de Vasconcelos quem constata: "...tudo em Coimbra vive do estudante... quando vinham as férias, a miséria alastrava-se e só era vencida na reabertura das aulas. Poder-se-ia dizer com muita propriedade: - As vacas magras vinham devorar as gordas"<sup>(256)</sup>.

E que pensa o futrica do estudante? Que tipo de imagem ou de imagens concebe? Aos seus olhos, os estudantes, "sacos de carvão" como lhes chamam, são pessoas com grande propensão para a boémia e vadiagem. São preguiçosos, porque passam o seu tempo a dormir e a jogar; gastadores, porque esbanjam e arruinam as famílias com despesas que podiam ser evitadas; perigosos, dadas as práticas que desenvolvem, mas também elementos nocivos e imorais nos exemplos que transmitem<sup>(257)</sup>. Todavia, reconhecem-lhe uma certa superioridade, que está bem expressa, por exemplo, nas formas de tratamento: todos os estudantes (incluindo os caloiros) são tratados e considerados "Doutores", mesmo logo, na estação.

---

Rua Larga, n.º 1, Coimbra. 10 de Junho de 1957, p. 16. Segundo Alfredo de Pratt, a desarmonia que há "entre futricas e estudantes... parece ser de todos os tempos, provém em grande parte, se não por completo, das partidas sem número que estes fazem aqueles, quer roubando-lhes formosas *tricanas*... quer pregando-lhes toda a sorte de peças...". (Ob. cit., p. 120) Já Borges de Figueiredo nos diz que "... as discórdias, filhas em geral da travessura natural ao verdor dos anos e da falta de prudência de parte a parte, mas algumas vezes promovidas por futeis e ridículas rivalidades, e ainda em certas ocasiões por motivos mais graves, desgraçadas empresas de discólos", (Coimbra Antiga e Moderna..., p. 205).

(255) - Cfr. *Action Symbolique et Formation Scolaire* ..., pp. 216-19.

(256) - Ob. cit., p. 76.

(257) - Não esqueçamos que a feição de boémio que caracteriza o estudante de Coimbra data dos finais do século passado. Para este aspecto muito contribuíram as ideologias

à saída do comboio<sup>(258)</sup>. Esta superioridade advém-lhes, por tradição, do próprio facto de serem estudantes da Universidade, a qual, desde sempre, exerceu uma certa influência sobre a cidade e suas gentes, contribuindo assim para um clima de reprodução de relações sociais de dependência, da formação de "castas", de dominantes e dominados<sup>(259)</sup>. Era a ciência "a converter-se em um poder social"<sup>(260)</sup>.

Embora o liberalismo tenha retirado muitos privilégios à Universidade<sup>(261)</sup>, esta não deixou de continuar a exercer a sua influência e a imagem de reprodução de relações a subsistir. Aliás, esta ideia é-nos testemunhada por Eça de Queirós: "A primeira vantagem da Universidade, como instituição social, é a separação que se forma naturalmente entre *estudantes* e *futricas*, entre os que apenas vivem de revolver ideias ou teorias e aqueles que vivem do trabalho. Assim, o estudante fica para sempre penetrado desta grande ideia social: que há duas classes - uma que sabe,

---

românticas com o culto do herói, da generosidade e grandeza de alma, valores estes que se enquadravam perfeitamente no tempo em que se é jovem.

<sup>(258)</sup> - Cfr. Fernando Correia, *ob. cit.*, p. 26 e Diamantino Calisto, *ob. cit.*, p. 29. A propósito de, em Coimbra, se chamar "Doutor" a toda a gente, conta-se que, certo dia, D. Pedro V, no fim de ter dado esmola a uma pobrezinha, esta virou-se para o rei e disse: "Muito obrigada, senhor doutor". (Apud A. C. Borges de Figueiredo, *ob. cit.*, p. 3).

<sup>(259)</sup> - A influência da Universidade sobre o exterior projectava-se de muitas formas: até 1834, houve sempre um representante da instituição no Conselho Municipal; alguns dos seus professores como, por exemplo, Marnoco e Sousa, Sidónio Pais e Costa Simões foram presidentes da Câmara; muitos outros eram eleitos deputados nas listas dos diferentes partidos políticos. Embora o foro privativo fosse um privilégio medieval, aos olhos do mundo civil era um símbolo de poder e grandeza; também a existência de uma policia própria é afirmação de poder; de uma maneira indirecta, pelos privilégios que os seus alunos detinham. (Cfr. Theophilo Braga, *Historia da Universidade de Coimbra ...*, tomo I, Lisboa, 1892, pp. 81-84, 107 e 111-14; António de Vasconcelos, *Origem e evolução do fóro académico privativo da antiga Universidade portuguesa. Breves apontamentos históricos*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1917; *O Denominado Fóro Académico...*, J. Pinto Loureiro, "Coimbra e a Universidade", *O Instituto*, vol. 92, Coimbra, 1937, pp. 192-354; Maria Eduarda Cruzeiro, *ob. cit.*, p. 211, nota 2; António dos Santos Pereira, "A Universidade do período dos descobrimentos: Aspectos do quotidiano no Bairro dos Escolares em Lisboa de finais de quatrocentos e primórdios de quinhentos", *Universidade(s). História, Perspectivas. Actas do Congresso "História da Universidade" (No 7.º Centenário da sua Fundação)*, vol. 3, Coimbra, 1991, pp. 217-31).

<sup>(260)</sup> - Theophilo Braga, *ob. cit.*, p. 107.

<sup>(261)</sup> - Cfr. Theophilo Braga, *Historia da Universidade de Coimbra...*, tomo IV, Lisboa, 1902, pp. 424-25.



outra que produz. A primeira, naturalmente, sendo o cérebro, governa; a segunda, sendo a mão, opera, e veste, calça, nutre e paga a primeira.

Dois mundos – como diz o nosso poeta Gavião – que se não podem confundir e que, vivendo à parte, com fins diferentes, caminham paralelamente na civilização, um com o título egrégio de Bacharel, outro com o nome emblemático de Futrica<sup>(262)</sup>.

Contra esta situação aristocratizante do nosso ensino revoltou-se, em 16 de Outubro de 1904, o Professor Bernardino Machado, quando proferiu, na sala dos Capelos, a célebre oração de sapiência "A Universidade e a Nação", com que se fazia a abertura do ano lectivo.

Começando por criticar duramente os governos pelo modo ditatorial como levaram a cabo as diferentes reformas no sistema de ensino, nomeadamente na Universidade, "sem consulta sequer do seu magistério"<sup>(263)</sup>, Bernardino Machado denuncia, seguidamente, alguns dos males de que o sistema educativo enfermava. Em sua opinião, toda a escola deve procurar formar cidadãos livres, honestos, conscientes, com grandeza de alma e carácter, numa palavra, emancipar homens, para poderem servir dignamente a pátria. Segundo aquele Professor de Antropologia, "uma Universidade deve ser escola de tudo, mas sobretudo de liberdade"<sup>(264)</sup>. Daí que o orador não comungue do modelo aristocratizante de instrução, do esquema de "pontífice" e "catecúmeno", que ataca e repudia, porque subordinativo, divisionista e não emancipador. Aos seus olhos, há que fazer, não só a revolução do ensino, mas de tudo. Alertando os alunos e chamando a atenção para os responsáveis, nesta mudança, há que caminhar no sentido de "identificar o estudo com o trabalho, de tal modo que a sociedade se não divida em duas castas, uma que só estuda e quase nada produz, outra que só trabalha e quase nada consome"<sup>(265)</sup>.

Sociedade estudantil e comunidade de futricas coexistem ambas, embora nem sempre pacificamente. Para além de meras escaramuças provocadas muitas vezes por ressentimentos recalcados, ciúmes ou efeitos do

<sup>(262)</sup> - *O Conde d'Abranhos* ..., pp. 57-58.

<sup>(263)</sup> - *Anuário da Universidade de Coimbra. Anno lectivo de 1904-1905*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1904, p. XXIX.

<sup>(264)</sup> - *Idem*, p. XXXI.

<sup>(265)</sup> - *Idem*, p. XXXIII.

álcool<sup>(266)</sup>, sobretudo na altura das festas dos santos populares, Rainha Santa ou romarias, os biógrafos da sociedade estudantil, no período concernente ao nosso estudo, não registam grandes conflitos. Alguns houve, sendo os mais significativos os ocorridos nos anos de: 1913, no mês de Maio, e que ficou conhecido na história da Academia pelo "Roubo do Boné" ou "Olha o Boné"<sup>(267)</sup>; em 1914, meses de Maio e Junho, "sendo talvez uma revivescência do anterior"<sup>(268)</sup>, porque se comemorou o aniversário do "Roubo do Boné" e, finalmente, em 1924, dias 27, 28 e 29 de Maio, pela interferência abusiva de elementos populares no Cortejo da Queima das Fitas, por causa do mal entendido a respeito do cartaz: "*Convite para um chá em parte incerta*"<sup>(269)</sup> e de que resultaram "...alguns ferimentos de certa gravidade, sobretudo em relação a um estudante do 5.º ano de Medicina[\*], que se encontra hospitalizado nos Hospitais desta Universidade..."<sup>(270)</sup> e "...mais dois estudantes, feridos também, sendo um deles oficial do exército"<sup>(271)</sup>.

<sup>(266)</sup> - Cfr. Trindade Coelho, *ob. cit.*, p. 125., nota 2.

<sup>(267)</sup> - Este conflito começou, no Teatro Avenida, por uma simples ocorrência entre estudantes e polícia. Porque os estudantes não gostavam do então comissário da polícia, Floro Henriques, resolveram vir até à Baixa contestar e pedir a demissão do mesmo comissário. É nesta manifestação que entra o elemento popular quando toma partido ao lado da polícia. É, então, que o conflito se alarga e degenera. (Cfr. Amílcar Ribeiro, *Olha o boné... Narrativa dos últimos acontecimentos em Coimbra*, Porto, 1913; António Correia, "O roubo do boné", *Rua Larga...*, pp. 16-20; A. Monteiro da Fonseca, *Album de Retratos*, Guarda, Tipografia Véntas, 1974, pp. 11-15 (O autor canta em versos os acontecimentos); Joaquim Ferreira Gomes, *A Universidade de Coimbra durante a primeira república...*, pp. 224 e ss.; Alberto de Sousa Lamy, *ob. cit.*, pp. 196-201).

<sup>(268)</sup> - Teixeira Bastos, *A vida do estudante de Coimbra (Antiga e Moderna). (Duas conferências na Associação Cristã de Estudantes, nos dias 29 e 30 de Abril de 1920)*. Coimbra. Imprensa da Universidade, 1920, p. 47. Uma das razões do conflito residiu no facto de o estudante Salinas Calado ter sido atingido com um tiro, numa desordem, no Café Montanha, e ter corrido a notícia de que o mesmo havia falecido. Neste conflito desempenhou um papel altamente meritório o então Rector da Universidade, Dr. Guilherme Alves Moreira que, mandando encerrar a Universidade, evitou uma greve e suas consequências. (Cfr. Joaquim Ferreira Gomes, *ob. cit.*, p. 246).

<sup>(269)</sup> - Cfr. Joaquim Ferreira Gomes, *ob. cit.*, p. 410, nota 5.

\* - Trata-se do estudante Albino Rodrigues de Sousa que, mais tarde, viria a publicar o livro *Estudante Bargante*. (Cfr. Raul Fernandes Martins, *ob. cit.*, p. 92).

<sup>(270)</sup> - AUC - *Reitoria da Universidade. Correspondência. Ofícios (1923-1924)*, fl. 129.

<sup>(271)</sup> - *Idem*, fl. 129. O Prof. Ferreira Gomes dá a conhecer a documentação que a Reitoria

Se estes motins podem ser interpretados como processos de violência, mas no sentido de repor e reafirmar uma demarcação de áreas e esferas de acção<sup>(272)</sup>, regra geral, o relacionamento entre as duas comunidades não era bom nem mau. Havia uma certa tolerância de parte a parte, embora as circunstâncias e a força da tradição ditassem

---

da Universidade enviou ao Ministro da Instrução sobre este conflito. Segundo as autoridades académicas, os grandes responsáveis pelos motins foram, essencialmente, as forças policiais, que não agiram correctamente, e os populares: "Houve excessos lamentáveis, resultantes do mau serviço feito pelos agentes da autoridade, violências praticadas sobre os estudantes, que nada justificam. Tenho a honra de informar V. Ex.<sup>a</sup> que a provocação se deu da parte do elemento popular, por gritos de abaixo a Academia! e depois a agressão pessoal". (Ob. cit., p. 411).

<sup>(272)</sup> - Se, ao "Roubo do Boné" se pode, no que respeita à intervenção popular, aplicar esta interpretação, em nossa opinião, o problema aqui é de outra ordem. Não esqueçamos que este conflito começou com a polícia e que a Academia veio para a rua pedir a demissão do seu comissário, Floro Henniques. É que, foi Floro Henriques quem, em 1912, criou as multas limitando assim a liberdade de movimento a muitos académicos. Daí que a Academia não simpatizasse com o Comissário e reivindicasse, politicamente, a sua demissão, sendo este o momento oportuno para tal. Já em 1912, num manifesto da Academia, se podia ler: "...Sua Ex.<sup>a</sup> é muito novo no ofício de comissariar e decerto não é lido nas crónicas do seu antepassado que dava pelo nome de Ferrão como também não conhece, de certo, o que têm feito outros comissários, de mais propício génio e melhor entendimento.

Estes últimos têm conseguido viver na melhor harmonia com a Academia e com o público em geral pela simples razão de não serem *endireitas* da laia de S.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup>...

Cantaram-lhe aos ouvidos a balada estafada do *meta isto nos eixos* e S.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> ouviu, inchou e resolveu com a autoridade dos seus galões e força dos seus polícias... *meter isto nos eixos*; prende, autôa, multa, incha e rebenta qualquer dia.

Sim, S.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> tem que rebentar; nós sentimos o conflito iminente e já daqui começamos a rezar o cantochão... *Estoire S.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup>, estoire por favor; S.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> vai descansar e nós com jubilo nos veremos livres de si...* (*Gente Nova*, n.º 4, Coimbra, 10 de Dezembro de 1912, p. 2).

Aliás, na "Canção do Boné", versos que a Academia inventou, na altura do conflito, a figura mais ridicularizada é, propositadamente, o Comissário Floro:

"Ó Floro, ó Comissário  
Não sejas tão inclemente  
Entrega o boné roubado  
Ao desgraçado do tenente"

(António Correia, "O roubo do boné", *ob. cit.*, p. 20). Ao carácter político e reivindicativo da luta contra a autoridade, junta-se ainda o aspecto académico que, em virtude das medidas tomadas pelo governo relativamente aos alunos da Faculdade de Direito, levaram o Reitor, Dr. Mendes dos Remédios, a pedir a sua demissão. (Cfr. Joaquim Ferreira Gomes, *ob. cit.*, pp. 225-28).

algum sentido de submissão, mais consentido que imposto, por parte dos futricas.

Se esta é a regra geral de convivência, a nosso ver, é possível detectar algumas "nuances" nas formas de relacionamento, conforme os diversos tipos de futricas, embora com o tempo fossem desaparecendo.

Aliás, estas diferenças são bem visíveis até no seio da comunidade futrica. Não será certamente por mero acaso que os próprios garotos da Alta se consideram eles próprios "superiores" aos da Baixa<sup>(273)</sup>.

Mas também o posicionamento da sociedade estudantil é diferente, conforme se trata de visita de alguma "japonesa" e em relação aos futricas da Alta e da Baixa.

Quando uma "japonesa" espalhafatosa aparecia por Coimbra, assistimos, por parte dos estudantes, a uma certa cortesia, um galanteio, traduzidos, muitas vezes, numa versalhada, que vinha do "caleidoscópio feminil", à porta do café Lusitano:

"Eu, que gosto de andar sem pretensões,  
E natural, honesto na passada,  
Não desgostei d'ouvir os seus tacões  
Batendo no granito da calçada

Automaticamente a fui seguindo,  
Sem me preocupar o seu destino,  
Debaixo da impressão de estar ouvindo  
As arcadas febris dum violino"<sup>(274)</sup>.

Quando os futricas eram da Baixa, as coisas passavam-se de maneira diferente. Aqui, o relacionamento entre estudantes e futricas já não é o mesmo. Embora com alguma tolerância, a convivência fazia-se com muito mais dificuldade e mesmo as escaramuças e os conflitos eram muito mais frequentes. Frequentada, no dizer de um memorialista, pela "escoria da baixa classe, os ladrões, os faias, os assassinos..."<sup>(275)</sup>, era na Baixa que se situavam

(273) - Ver nota 237.

(274) - Apud Serrão de Faria, *ob. cit.*, p. 175.

(275) - Antão de Vasconcellos, *ob. cit.*, p. 376.

muitas tabernas, algumas delas bastante perigosas (a Rocha Negra, a tia Pôncia, as Azeiteiras, o Calabrez, a Rocha Galinheira e, acima de todas, a tia Barreta), casas de jogo (Sotto Mayor e Lacerda Carago) e de meretrizes (a da Maria do Carmo, a da Ana dos Ossos, a da Henriqueta e a da Matilde, além de outras certamente disfarçadas em casas de pasto e jogos), locais estes que, na opinião de Hanlon, são propícios ao aparecimento de grupos rivais<sup>(276)</sup>. Porque com ambiente favorável, as casas de jogo, em Coimbra, propagavam-se com relativa facilidade<sup>(277)</sup>, de tal modo que, em 1899, por exemplo, o Reitor da Universidade, preocupado com a situação, solicita ao Governador Civil que "...se proceda com rigor e solicitude contra algumas casas de jogo proibido, que existem nesta cidade, frequentadas principalmente por estudantes, dignando-se V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> enviar-me os nomes dos que, em flagrante, alí forem surpreendidos..."<sup>(278)</sup>. Contudo, a autoridade académica não se ficava por aqui. No mesmo ofício, roga ainda que, futuramente, "...as licenças sejam concedidas com as devidas restrições e respectiva fiscalização policial"<sup>(279)</sup>. Ambientes como estes levam à existência de motins, quer contra pessoas, quer violando o direito de propriedade, vindo inclusivamente alguns deles a ser julgados em tribunal. Nos processos judiciais, o juízo de valor que as testemunhas fazem sobre os estudantes envolvidos podem ter leituras e interpretações diferentes: quando as

---

(276) - Gregory Hanlon, "Les rituels de l'agression en Aquitaine au XVII<sup>e</sup> émé siècle", *Annales E.S.C.*, Paris, (2), 1985, p. 250.

(277) - Cfr. *O Conimbricense*, n.<sup>os</sup> 3 455 e 3 476, de 14 de Setembro e 27 de Novembro de 1880 e n.<sup>o</sup> 6 049, de 21 de Novembro de 1905. Em 1918, um jornal de Coimbra escrevia sobre este assunto o seguinte: "É absolutamente censurável o tremendo florescer das casas do jogo em Coimbra e nós sabemos bem da existência de várias baiucas desta espécie pela baixa". (*Imparcial*, n.<sup>o</sup> 300, de 23 de Março de 1918).

Sobre o jogo em Coimbra, vejam-se, por exemplo: *Patria Nova*, Ano IV, n.<sup>o</sup> 61, Coimbra, 14 de Maio de 1914; *Imparcial*, n.<sup>os</sup> 301 e 307, de 30 de Março e 11 de Maio de 1918 e ainda *A Revolta*, Ano I.<sup>o</sup>, n.<sup>o</sup> 5, Coimbra, 26 de Janeiro de 1923.

(278) - AUC, - *Universidade de Coimbra. Reitoria da Universidade. Correspondência - Offícios (1898-1899)*, fl. 166 v. Também neste mesmo ofício, o Reitor chama a atenção para um baile de máscaras que é costume, por alturas do Carnaval, haver no Largo da Sé Velha, para onde "... são chamadas mulheres de má vida..." (*Idem*).

(279) - *Idem*, fl. 166v. Atitude idêntica é tomada pelo ofício n.<sup>o</sup> 80, em 22 de Abril de 1910. (Cfr. *Universidade de Coimbra. Reitoria da Universidade. Correspondência - Offícios (1910)*, fl. 42v).

testemunhas declaram que os estudantes são "sujeitos que são tidos e havidos como muito dezordeiros"<sup>(280)</sup>, poderá ser possível detectar uma certa antipatia ou má vontade contra a classe; quando as testemunhas se limitam a afirmar que "ouviu dizer", "sabe ser publico"<sup>(281)</sup>, poderá também querer significar uma certa solidariedade ou alguma simpatia. Seja como for, o que parece não haver dúvidas é que a convivência e o relacionamento entre as duas comunidades era, aqui, bem mais difícil de estabelecer, embora com o tempo se fosse atenuando. Não seria por simples capricho que muitos estudantes quando desciam à Baixa "...iam vestidos à futrica ou em grupo capaz de resistir a qualquer assalto e sempre bem armados"<sup>(282)</sup>.

Sendo a Baixa a zona comercial por excelência, era aqui que os estudantes faziam muitas das suas compras, sendo, algumas vezes, vítimas de comerciantes menos escrupulosos, o que, naturalmente, provocava alguns ressentimentos, que se detectam na chacota, na troça ou na chalaça com que estes "filhotes" eram tratados por parte dos académicos.

Porém, com o andar dos tempos, as coisas vão-se modificando. Se o progresso tornou o académico mais humano, se os cafés e a iluminação eléctrica fizeram com que o estudante passasse a vir com mais frequência à Baixa, também a prática do desporto, nomeadamente do futebol<sup>(283)</sup>, contribuiu para que as relações com os conimbricenses se tornassem mais benéficas.

A estas causas devemos acrescentar ainda a imagem de poder que a Universidade perdeu com a implantação da República: o monopólio do ensino universitário, o policiamento próprio e o carácter sagrado, porque eclesiástico, que até então detinha. Também o uso facultativo da capa e batina levou a que muitos estudantes passassem a andar mais vestidos à futrica, tomando-se assim cidadãos mais comuns e anónimos.

Igualmente, o comerciante vai deixando de depender tanto do estudante, vai-se ajanotando, vai adquirindo uma nova psicologia, pelo que

<sup>(280)</sup> - Apud Margarida Rosa Custódio Mota Coimbra, "Subsídios para o estudo da delinquência...", *ob. cit.*, p. 329.

<sup>(281)</sup> - *Idem*, p. 329.

<sup>(282)</sup> - Antão de Vasconcelos, *ob. cit.*, p. 61.

<sup>(283)</sup> - Cfr. "Os primeiros jogos de futebol no campo de Santa Cruz", *Rua Larga*, n.º 6, Coimbra, 1 de Novembro de 1957, p. 182.

as barreiras culturais e geográfica se vão esbatendo e daí que as relações de subalternidade vão desaparecendo.

Quanto aos futricas da Alta e sempre que o equilíbrio entre as duas sociedades não estava afectado, a convivência era de certa maneira pacífica. Se algum mal entendido havia, era sol de pouca dura:

"Os filhotes? Bôas gentes,  
Inimigos d'estudante?  
Qual história! Seus repentes,  
Mas amigos como d'antes"<sup>(284)</sup>.

A população da Alta, à excepção de alguns usurários, que muitas vezes eram também ludibriados por académicos mais espertos, estimava e apoiava os estudantes o melhor que podia e sabia. No fundo, era, essencialmente, esta gente da Alta que mais lhe servia de apoio, que vivia e convivia mais de perto com a massa estudantil, que conhecia melhor os lentes e, portanto, mais preparada estava para aceitar relações de dependência recíprocas, mas a quem as circunstâncias atrás enunciadas não deixaram também de influenciar. Daí que um memorialista tenha dito: "Graça, folia, cabulice, é claro que são coisas que não acabam nunca; mas o período heróico das rapaziadas, o reinado da moca e da palmatória, a zaragata crónica e a desavença clássica do académico e do *futrica*, tudo isso passa à categoria de lenda"<sup>(285)</sup>.

#### 4.3. As tascas

Na pena dos memorialistas, o estudante de Coimbra tem, se assim nos podemos expressar, duas vidas completamente distintas: uma, a escolar propriamente dita, onde, por mais que custe, há obrigações a cumprir: ir às aulas, estudar as lições e preparar os exames; a outra, a extra-escolar que, para além de constituir uma fuga ao aborrecido e monótono quotidiano dos livros e sebatas, se apresenta também como recreação do espírito, tempo irreverente de juventude, e é vivida sob as mais diferentes formas e feitios.

<sup>(284)</sup> - Sérgio de Castro, *Coimbra terra de encantos...*, Lisboa, 1925, p. 27.

<sup>(285)</sup> - Manuel Ribeiro, *ob. cit.*, p. 48.

Excluindo os "ursos" e os "cábulas", a grande maioria dos estudantes eram pessoas sensatas, responsáveis e cumpridoras, "erguendo-se pacatamente para as suas aulas, jantando infalivelmente às 4 horas, fazendo a sua volta do Penedo, e logo regressando a casa, para que quando a *cabra* badalasse, viesse encontrá-los já sobre a sebenta, decorando religiosamente os preceitos duma ciência estéril e estiolante"<sup>(286)</sup>.

Esta rotina, porém, era substancialmente alterada em dias de sábado e vésperas de feriado. A maior parte das repúblicas e casas da Alta ficavam então sem ninguém, porque, por volta das 10 horas da noite, ia-se cear "bacalhau com batatas e grelos", "iscas com elas", "peixe frito", ou iguarias outras, mas tudo regado com bom vinho, numa tasca ou restaurante, prolongando-se depois a folia pela noite dentro. É Teixeira de Pascoais quem relembra: "As horas verdadeiras eram as vésperas de feriado, quando a Boémia, essa deusa louca e desgrenhada, percorria os becos e as vielas, a cantar e a bailar! E as noites no Julião ou na Tia Joaquina, duas tabernas, em pleno Olimpo? Lá dentro, o Fausto e o Gil, coroados pelas Muzas, à luz duma candeia fumarenta"<sup>(287)</sup>. Atitudes deste género constituíam, no dizer de um memorialista, "um dos passatempos mais queridos e mais frequentes dos estudantes de Coimbra"<sup>(288)</sup>.

As tascas de Coimbra fizeram assim parte integrante da vida do estudante, pelo menos enquanto a ceia não se transformou numa refeição "acidental ou secundária", como o eram o almoço e o jantar, no tempo do Pad-Zé<sup>(289)</sup>.

Se, em 1906, as ceias eram, a avaliar pelo testemunho de Paulo Merêa<sup>(290)</sup>, uma prática muito frequente no seio da comunidade estudantil,

<sup>(286)</sup> - Alberto Costa, *ob. cit.*, p. 241.

<sup>(287)</sup> - Teixeira de Pascoaes, *Livros de Memórias*, Coimbra, Atlântida, 1927, p. 35.

<sup>(288)</sup> - António Cabral, *O talento e os desvarios de Guerra Junqueiro*, Lisboa, 1942, p. 47.

<sup>(289)</sup> - Apud José Bruno, *ob. cit.*, p. 51.

<sup>(290)</sup> - Manuel Paulo Merêa matriculou-se na Universidade, no 1.º ano da Faculdade de Direito, em 1906. (Cfr. *Anuário da Universidade de Coimbra. Anno lectivo de 1906-1907*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1906, pp. 104, 110 e 115). Recordando a sua vida académica, em 1967, escreveu: "No *Château Rose*, em geral, estudava-se. O tipo académico que lá prevalecia era o do "mítico afinado". Pelas nove horas da noite a Maria Marrafa trazia as folhas da sebenta e daí a pouco reinava o silêncio... Mas o nosso *modus vivendi* sofria radical transformação nas vésperas de feriado. O castelo ficava deserto e a folia prolongava-se pela noite adiante com visita ao Magrinho ou à Cardoso". (Paulo Merêa, "Coimbra do nosso tempo: Um capítulo das minhas recordações. (O "Château Rose", *Boletim da Associação dos Antigos Estudantes de Coimbra*, n.º 7, Março, Coimbra, 1967, p. 23).



o mesmo já não diremos, sobretudo a partir da implantação do regime republicano. Naturalmente, não queremos com isto significar que as ceias e as tascas tenham acabado, porque não foi isso que na verdade se verificou. Cotejando a documentação, sobretudo as memórias relativas ao tempo da República e comparando-as com as do tempo anterior, a impressão com que realmente ficamos é que houve alterações significativas. Se, no tempo de Serrão de Faria<sup>(291)</sup>, tudo era pretexto e motivo para uma ceia entre estudantes amigos<sup>(292)</sup>, se até 1906, a maioria dos memorialistas dedicam nas suas obras algumas páginas, plenas de entusiasmo e vivacidade, ao tempo e acções que o estudante passava e desenvolvia nas tascas, o mesmo já não acontece no tempo subsequente. Se Octaviano Sá (1910-1915), *Nos Domínios de Minerva*, ainda guarda páginas para a tasca da "Tia Joaquina", onde era costume o académico, no fim do seu curso, "fazer a ceia de despedida"<sup>(293)</sup>, já Fernando Correia (1908-1917) resume em duas linhas as idas de Luís Augusto às ceias, mas, agora, "pacatas no Magrinho"<sup>(294)</sup>, para Jorge de Seabra (1913-1918) referir que, se no tempo de Eça de Queirós e Antero de Quental, se comiam sardinhas assadas nas tias Camelas, "no meu [Jorge de Seabra] comiam-se as ditas... enlatadas a um canto da mercearia do Sérgio"<sup>(295)</sup> e, na noite da récita de despedida, era "a ceia oferecida por cada quintanista aos seus familiares e amigos mais íntimos"<sup>(296)</sup> e Elísio de Melo Coelho (1916-1921) se limitar à simples notícia de uma ceia, tomada em

---

<sup>(291)</sup> - José Serrão de Faria Pereira Junior foi caloiro na Faculdade de Direito em 1900. (Cfr. *Anuário da Universidade de Coimbra. Anno lectivo de 1900-1901*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1901, p. 58).

<sup>(292)</sup> - "1640 [Alcunha do estudante David da Restauração e Silva] promovia uma ceia de leitão assado e arroz de lampreia, não para festejar o 1.º de Dezembro da Restauração de Portugal, mas para dar a sensação da sua homenagem admirativa ao ex-esfomeado comilão Sande Mannho, em plena forma de comer e beber". (Serrão de Faria, *ob. cit.*, p. 72).

<sup>(293)</sup> - *Ob. cit.*, p. 206.

<sup>(294)</sup> - Fernando Correia, *ob. cit.*, p. 231. (O itálico é nosso).

<sup>(295)</sup> - Jorge de Seabra, *A Coimbra académica do meu tempo. 1913-18*, Porto, Livraria Távares Martins, 1948, p. 19.

<sup>(296)</sup> - *Idem*, p. 82. Este mesmo autor acrescenta mesmo: "O José Moreira, rapaz amável e expedito, resolve, a fim de evitar delongas, oferecê-la num camanm do próprio teatro" (*Idem*, p. 82).

local não identificado, mas que acabou por fazer mal ao estômago de um estudante<sup>(297)</sup>.

Assim, tendo em conta a documentação, diremos que, pelo menos aos sábados e em vésperas de feriado, as ceias e a consequente invasão das tascas vão deixando de ser atitudes espontâneas, actos colectivos e sistemáticos de estudantes que habitavam na mesma república ou casas particulares. As ceias continuam a existir, em melhores restaurantes, mas a um ritmo diferente, com um cariz mais restrito, porque mais familiar e mais íntimo<sup>(298)</sup> e, sobretudo, sem aquela estúrdia dos tempos de João Penha e Guerra Junqueiro<sup>(299)</sup>. Agora, as ceias, pelo menos no Magrinho, são "pacatas"<sup>(300)</sup> e na Tia Joaquina só "às vezes subia uma voz em ar de batalha nalguma discussão sobre literatura, sobre os mestres, as aulas, ou acerca do que por aí acontecia, ou algum mais audacioso soltava madrigais às criadas..."<sup>(301)</sup>.

A interligação de factores vários ajudam-nos a compreender as mudanças que se foram operando. Assim, para além do progresso que se vai fazendo sentir um pouco por toda a urbe, também o aparecimento e a concorrência, cada vez maior, de leitarias, cafés e pastelarias, onde se comiam "desde os biscoitos amanteigados aos clássicos pasteis de nata... carne, vitela e camarão..."<sup>(302)</sup>, o cinema, a ocupar mais o tempo, e ainda o facto de muitos estudantes deixarem de comer em repúblicas, perdendo-se assim muito do antigo sentido de sociabilidade e camaradagem, para se instalarem em pensões e restaurantes, alguns mesmo de elevada qualidade<sup>(303)</sup>, terão

---

<sup>(297)</sup> - Elísio de Melo Coelho, *O meu tempo de Coimbra (1916-1921)*, Porto, Oficina de S. José, 1971, p. 45.

<sup>(298)</sup> - Diz Jorge de Seabra: "Quando, em 1917, fiz acto do 4.º ano de Direito e, pela respectiva aprovação, me vi guindado a quintanista... assaltou-me a ideia... de oferecer lauta ceia a 3 grandes e inesquecíveis amigos". (*Ob. cit.*, p. 37-38).

<sup>(299)</sup> - Cfr. António Cabral, *Tempos de Coimbra* ..., pp. 249 e ss.

<sup>(300)</sup> - Veja-se a nota n.º 294.

<sup>(301)</sup> - Octaviano Sá, *Nos domínios e Minerva* ..., p. 205.

<sup>(302)</sup> - Jorge de Seabra, *ob. cit.*, pp. 92-93.

<sup>(303)</sup> - Rafael Salinas Calado (1911-1916) diz-nos mesmo que "...um número apreciável comia nos variadíssimos restaurantes da Alta..." (*Ob. cit.*, p. 75). Por esta altura, um dos melhores restaurantes, em Coimbra, era o Restaurante dos Caçadores, onde comiam vários estudantes, nomeadamente o próprio Salinas Calado. A respeito do restaurante, diz-nos Salinas Calado: "A comida era muito bem feita, a casa limpiíssima... Ao almoço três pratos, peixe,

certamente contribuído, de maneira bastante decisiva, para uma nova postura, outra mentalidade e vivências diferentes.

Segundo Vicente Amoso (Vicente Miguel de Paula Pinheiro de Melo), estudante na Faculdade de Direito, de 1901 a 1906<sup>(304)</sup>, a partir do momento em que a rapaziada começou "a envelhecer numa apagada e vil tristeza, procurando ver Coimbra apenas pelo lado da *Aula*, a *Bola*, o *Lente* – que para nós [refere-se ao seu tempo] foram apenas um fútil motivo de troça e de riso..."<sup>(305)</sup>, a metamorfose era inevitável.

As velhas tascas não ficaram imunes a estes ventos da mudança. Ainda segundo o mesmo autor, de entre todas as tascas célebres do seu tempo, "só duas conseguiram conservar, refractárias à civilização, toda a estranha poesia do passado: o *João de Brito de Santa Clara* e a *Joaquina Cardoso do Paço do Conde*"<sup>(306)</sup>.

Mas, seja como for, muitas foram as tascas e restaurantes que os estudantes de Coimbra frequentaram e que ficaram célebres nos anais da Academia. Deixando de lado as tascas onde o jogo e a promiscuidade tinham corte montada (a Rocha Negra, a tia Pôncia, as Azeiteiras, o Calabrez, a tia Barreta, etc.), outras havia. Em primeiro lugar, a das tias Camelas<sup>(307)</sup>, na Rua Larga, com ramo de loureiro a assinalar a porta principal e única, distinguia-se pelos enormes alguidares de barro cheios de sardinha frita. No seu interior, um mobiliário muito simples: nas paredes, de um e outro lado, candeias fumarentas de um só bico à mistura com imagens de santos; para a clientela usufruir comodamente o paladar das boas sardinhas fritas, mesas cobertas

---

um guisado, o clássico bife com ovos e café com leite... Ao jantar, sopa, uma entrada, um guisado e um assado com o seu acompanhamento, fruta, e um mau café". (*Idem*, p. 76).

<sup>(304)</sup> - Cfr. *Anuario da Universidade de Coimbra. Anno lectivo de 1901-1902*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1901, p. 23 e *Anuario da Universidade de Coimbra. Anno lectivo de 1906-1907*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1906, p. 157.

<sup>(305)</sup> - Vicente Amoso, "As tascas de Coimbra", *Ilustração Portuguesa*, n.º 101, Lisboa, 1908, p. 128.

<sup>(306)</sup> - *Idem*, p. 125.

<sup>(307)</sup> - Segundo informação recolhida em diversos memorialistas, a última das tias Camelas faleceu em Fevereiro de 1880. António Nobre recorda-as com saudade: "Para mim era um sonho, o céu cheio de estrelas / Nossa Senhora a dar de cear aos estudantes / Por ó e S! Mas ah! foi-se a virgem dantes / Tia Camela ... só ficou a camelice". (António Nobre, *ob. cit.*, p. 62).

com toalhas de estopa, bancos de três pés, mas tudo em madeira de pinho já carcomida pelo tempo e remendada pelos homens. Porque as contas eram honestas<sup>(308)</sup>, "a comida... irrepreensível quanto à manipulação e limpeza"<sup>(309)</sup>, aos sábados à noite, havia enchente pela certa na tia Maria Camela. Muito frequentada pela sociedade académica, ali pontificaram João Penha, Guerra Junqueiro, Gonçalves Crespo e tantos outros; o João Godinho, também conhecido pelo João das Iscas, tinha a sua tasca, estabelecimento muito estreito, na Praça de S. Bartolomeu. Sempre pronto a abrir a porta "a qualquer hora da madrugada"<sup>(310)</sup>, afirmou-se na gastronomia coimbrã pelas "canoas preparadas de peixe por sua mão"<sup>(311)</sup>; a tia Alexandrina, também perto da Igreja de S. Bartolomeu, com a cozinha a servir ao mesmo tempo de sala de jantar, era esta tasca muito frequentada pela "rapaziada mística, académicos, militares e futricas"<sup>(312)</sup>, certamente em virtude de alí pontificar a simpatia da jovem Marocas, sobrinha da tia Alexandrina; o João de Brito, perto do velho Mosteiro de Santa Clara, com "uma latada, quatro mesas de pinho, uma nora gemente, ao fundo o rio sereno e doce..."<sup>(313)</sup>, constituía um local bastante aprazível e acolhedor. Por aqui passaram tardes e noites estudantes como Eugénio de Castro, Manuel da Silva Gaio, Afonso Lopes Vieira, Guedes Teixeira, D. Tomás de Noronha e tantos outros<sup>(314)</sup>; no Paço do Conde, a simpática Joaquina Cardosa que, à porta da cozinha, com um sorriso nos lábios, esperava os académicos para os cumprimentar e, depois, auxiliada pela sua criada, a Maria da Piedade, que Afonso Lopes Vieira eternizou em versos de inspiração momentânea<sup>(315)</sup>, lhes preparavam e serviam bons manjares. Porque regadas com o vinho tirado, na altura, das "pipas enfileiradas por detrás do balcão"<sup>(316)</sup>,

---

(308) - "– Ó tia Maria, quanto é que eu devo aí?" – "Filho, tu é que sabes; eu sei lá quando comeste, nem quanto gastaste? Olha, dá para aí aquilo que entenderes que deves". (Antão de Vasconcellos, *ob. cit.*, p. 289).

(309) - *Idem*, p. 290.

(310) - B. M. Costa e Silva. *ob. cit.*, p. 27.

(311) - *Idem*, p. 28.

(312) - *Idem*, p. 29.

(313) - Vicente Arnoso, "As tascas de Coimbra", *Ilustração Portuguesa* ..., p. 125.

(314) - *Idem*, p. 126.

(315) - "Maria da Piedade / Que nome te foram pôr. / Tu que não tens piedade / De mim que te tenho amôr". (Apud. Vicente Arnoso, "As tascas de Coimbra", *Ilustração Portuguesa*..., p. 127).

(316) - Octaviano Sá. *ob. cit.*, p. 205.

ficaram muitas saudades das sardinhas fritas da tia Joaquina Cardoso; a Mabília, na Couraça de Lisboa, e com "um salão de batota no segundo andar"<sup>(317)</sup>; a Laurinha do Escabeche, "cubículo, onde só cabia uma mesa, com bancos sem costas, em toda a volta"<sup>(318)</sup>; na Sé Velha, o restaurante do Zé Guilherme com ótimas "costeletas panadas"<sup>(319)</sup>, para além de muitas outras sobejamente conhecidas como: o João Magrinho, onde se ceava à luz de um candeeiro de três bicos, a Mariquinhas do Leite Morno, o Manel do Buraco, o Jacob dos Arcos, o Manel do Seminário, o Zé Sem Nariz, o António Ladrão e, depois, as leitarias do Jesuíta e do Joaquim Pirata de quem Fernando Namora diz ser: "um cubículo de dois palmos, com algumas mesas desconjuntadas, onde os estudantes iam tomar à pressa o pequeno-almoço, minutos antes das aulas. Como o espaço fosse acanhado, nas horas de maior movimento, aos clientes era consentido servirem-se por suas mãos, levando para a rua as garrafas e tudo o mais que desejassem"<sup>(320)</sup>.

Porque a vida do escolar em Coimbra era bastante monótona, porque os locais de convívio na cidade, sobretudo depois da demolição do teatro académico, não eram abundantes, a par das repúblicas, as tabernas e restaurantes, como mais tarde os cafés e as pastelarias, desempenharam um papel extraordinariamente importante, porque locais geradores de sociabilidade.

Aos olhos dos memorialistas, para a grande maioria da juventude académica, a tasca e o botequim, para além de pontos de apoio gastronómico, apresentam-se, essencialmente, como espaços de fuga e libertação, terreno de encontros entre amigos<sup>(321)</sup>, locais de divertimento, paródia e boémia,

(317) - Serrão de Faria, *ob. cit.*, p. 165.

(318) - Raul Fernandes Martins, *ob. cit.*, p. 111.

(319) - Serrão de Faria, *ob. cit.*, p. 127.

(320) - Fernando Namora, *Fogo na noite escura Romance*, Amadora, Livraria Bertrand, 1975, pp. 16-17. Sobre as tascas de Coimbra. Veja-se o artigo de Gonçalo José Soares dos Reis Torgal, "Onde se conta de umas "Velhas" contadas e se fala de lugares de comer da Alta que havia e já não há", *Alta de Coimbra. História - Arte - Tradição. 1.º Encontro sobre a Alta de Coimbra. Actas*, Coimbra, 1988, pp. 67-68.

(321) - Chegaram-se mesmo a formar grupos de amigos para, sempre que fosse sábado ou véspera de feriado, se juntarem em determinada tasca a fim de aí cearem e se divertirem. É o caso da Sociedade do Laço de Amizade criada por quatro estudantes e que se reunia na tasca do Amâncio do Dá-Fundo. (Cfr. B. M. Costa e Silva, *ob. cit.*, pp. 33 e ss.). Uma outra sociedade foi a associação "Amicitia", fundada por 13 estudantes, tinha como objectivo

por vezes conflituosa (quando o outro elemento se chama futrica), mas também poderosos centros de criação e aprendizagem, qual alargamento da própria Universidade, também ela apelidada de "Tasca", e que Maurice Cubelier qualifica "d'éducation mutuelle, sans maîtres, mais non sans usages"<sup>(322)</sup>.

Longe do meio familiar, é nas tascas, sem qualquer protocolo, que o adolescente universitário alarga o campo da sua experiência social, quer colhendo e desenvolvendo novas relações, quer afirmando a sua liberdade de gestos, de palavras e projecção de imaginários<sup>(323)</sup>. Em contraste com a instituição universitária, a tasca afirma-se assim como uma escola, não de submissão, mas de autonomia e liberdade para a vida. É João Penha quem refere a este propósito:

"Nos mestos papyros da sciencia moderna  
A droga se encontra que ao somno convida;  
Queimêmo-los todos, que só na taberna  
Os livros se encontram da sciencia da vida"<sup>(324)</sup>.

De uma maneira geral, a tasca coimbrã, sobretudo quando eleita por uma trupe de académicos, afirma-se como um verdadeiro centro intelectual. Se a ceia em si corresponde à manifestação da vitalidade do grupo, é depois desta, entre uns copos de maduro tinto, uma caneca de verdasco ou uma aguardente a servir de digestivo, que as vozes se exaltam ao passarem em revista os acontecimentos do mundo e da vida. Política, arte, literatura e

---

fundamental promover uma certa união entre a camada estudantil que ao tempo se encontrava em crise, em virtude de divergências políticas. À noite, em vésperas de fenado, os seus membros reuniam-se numa casa, na Rua do Corpo de Deus. Neste cenáculo, o tempo era preenchido "por leituras de versos e trabalhos literários dos associados, por conferências sobre assuntos sociais, religiosos, históricos, conforme as tendências de cada um... Estas noites de sessões acabavam, quase sempre, por irmos ceiar todos à Tia Joaquina..." (Francisco de Athayde Machado de Faria e Maia, *ob. cit.*, p. 53).

<sup>(322)</sup> - *L'enfant et la jeunesse dans la société française 1800-1950*, Paris, A. Colin, 1979, p. 57.

<sup>(323)</sup> - É o Pad-Zé quem sonha com o João das Iscas "e muitas tabernas onde pela noite haveria estudantes bêbedos com meigas tricanas também bêbedas!" (Alberto Costa, *ob. cit.*, p. 29).

<sup>(324)</sup> - João Penha, *Rimas. Vinho e Fei. Violão Nocturno-Onofre. Lyra de Pangloss*, Braga, Cruz e C.ª Editores, 1905, p. 65. Afonso Lopes Vieira, *Cancioneiro de Coimbra...*, p. 98.

filosofia são assuntos predilectos e questionados com fervor e paixão, levando mesmo algum espírito mais exaltado a bater com os punhos nas mesas de pinho para fazer valer a sua dialéctica ou impor a sua opinião. De quando em quando, a polémica, mais de palavras que de outra coisa, instala-se como foi o caso de João Penha com Guerra Junqueiro, na taberna do Homem do Gaz<sup>(325)</sup>, para outras vezes, porque chegado o momento de inspiração, um poeta responder a outro<sup>(326)</sup>. É no Marques Pinto que Gomes da Silva, Manuel Pessanha, Raul Aboim, Pad-Zé e Serrão de Faria fazem "...poesia, teatro, literatura, tudo em colaboração, discutindo a rima, o metro, e a... ideia genial!"<sup>(327)</sup>.

As tascas afirmam-se também como locais de maledicência. As conversas derivam muitas vezes para a crítica aos mestres e às aulas<sup>(328)</sup>, embora nunca se fale dos prazeres intelectuais do estudo, negação momentânea da ordem escolar.

A tasca é também local de catequização e conspiração. É o estudante que, vestido à futrica, frequenta uma taberna, na Rua da Sofia, onde trava conversas e discussões, mas "dando sempre razão ao mais fraco, acudindo com argumentos ao que ia ser vencido, defendendo sempre todos da ganância do taberneiro, que, vendo-os com os vapores do álcool, se aproveitava disso para uma sobretaxa nas contas"<sup>(329)</sup>.

A filosofia da tasca é essencialmente a sagração da festa, o convívio, a fuga à monotonia do quotidiano escolar, a recuperação de energias perdidas, mas também a afirmação de rupturas e distanciamento em relação aos valores estabelecidos. Porque tempo de fuga e libertação, mesmo quando não há dinheiro, vai-se igualmente à taberna. Então, ou se "ferra o calote" ou, a troco de uma ceia fiada, o poeta immortaliza o local onde comeu e se divertiu. Assim fez Afonso Lopes Vieira, no Julião das Iscas:

<sup>(325)</sup> - Cfr. António Cabral, *Tempos de Coimbra...*, pp. 249 e ss.

<sup>(326)</sup> - É o caso de Sanches da Gama a António Nobre em *Nós Todos e outros versos cit.*

<sup>(327)</sup> - Serrão de Faria, *ob. cit.*, p. 257.

<sup>(328)</sup> - Porque nas ceias havia sempre muito barulho, numa récita de despedida (que documenta uma ceia), pela boca do Pad-Zé faz-se uma crítica aos professores nestes termos: "Na minha aula admito todo o barulho, contanto que me não falem ao respeito!". (Apud José Bruno, *ob. cit.*, p. 113).

<sup>(329)</sup> - Fernando Correia, *ob. cit.*, p. 69.

"Ó lampreia divina, ó divino arroz,  
Comidos, noite velha, em casa do Julião!...  
Sem ter ceias assim o que ha de ser de nós?  
Sofre, meu paladar! Chora, meu coração!"<sup>(330)</sup>,

#### 4.4. A Universidade

São muitos e variados os assuntos que os diferentes autores de "memórias" abordam nos escritos que nos legaram. Porque estudantes, para além de episódios de estúrdias e boémias, próprios de uma juventude irrequieta e em tempo de sonhos, dois temas ocupam, neste tipo de literatura, um lugar muito especial: Coimbra e a Universidade. Porém, à semelhança de Oxford e Cambridge, na maior parte das vezes, a cidade e a instituição identificam-se, isto é, a ideia de Coimbra é quase e sempre sinónimo de Universidade. Assim o disse, entre outros, Alfredo de Pratt: "Tão uma são ambas, tão unidas se encontram, a rainha do Mondego e a casa de Minerva, que até por sinónimo de cursar a Universidade passa entre nós a expressão vulgaríssima de "andar em Coimbra"<sup>(331)</sup>.

Implantada, definitivamente, no Paço das Escolas, a Universidade passou a dominar geográfica, social, económica e simbolicamente a cidade. Com um espaço territorial próprio, a Universidade afirma-se, até 1910, como um pequeno Estado. É nos limites materiais correspondentes à zona da Alta<sup>(332)</sup> que a Universidade exerce uma certa autoridade e jurisdição<sup>(333)</sup>. Situada no alto da colina, fisicamente, impõe-se aos olhos de todos; detentora do monopólio do alto saber, pelo menos até à implantação da República, todos

<sup>(330)</sup> - Apud Vicente Amoso, "As tascas de Coimbra", *ob. cit.*, p. 128.

<sup>(331)</sup> - *Ob. cit.*, p. 12.

<sup>(332)</sup> - Veja-se, no Capítulo I, a nota 201.

<sup>(333)</sup> - Para além do poder exercido nos Gerais, a Universidade tinha ainda uma palavra na "inspecção sobre teatros e espectáculos públicos, sobre as casas de bilhar ou de qualquer outro jogo permitido, sobre as hospedarias, casas de pasto ou botequins, e a que respeita às mulheres prostitutas, deve ser exercida, do Arco de Almedina para cima, pelas autoridades administrativas, de perfeito acordo com o Reitor da Universidade". Art.º 22 do Regulamento da Polícia Académica. (*Anuário da Universidade de Coimbra. Anno lectivo de 1896-1897*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1896, p. 354).



a reconhecem como "o primeiro estabelecimento científico do país"; possuidora de alto poder, todos a veneram e, simultaneamente, a contestam. Mas, também, porque a Universidade é "o centro colectivo e de acção mais importante do burgo"<sup>(334)</sup>, na pena dos memorialistas, ela aparece-nos como um universo concentracionário, ou seja, é à sua volta e sob a sua influência que a vida, em Coimbra, se condensa e desenvolve. Daí que, em tom de certa maneira irónico, António Nobre tenha versegado desta maneira:

".....  
Numa cidade assim, cheirando, essa indecente,  
Por toda a parte, desde a Alta à Baixa, a lente!"<sup>(335)</sup>,

Porque os autores das diferentes "memórias" foram jovens e estudantes, as posições que assumem e as imagens que nos transmitem sobre a Universidade são, em grande parte, o reflexo duma relação estabelecida. De múltiplas e variadas dimensões, essas imagens e posturas caracterizam-se, fundamentalmente, pela coexistência de sentimentos antagónicos, mas a que não falta, também, uma certa onda de espírito crítico, de índole negativista, pelo menos até 1910. Apesar de a Universidade ser, na pena de muitos memorialistas, uma instituição "bafienta de sornice, com tectos acachapados, feia e triste"<sup>(336)</sup>, a grande maioria dos estudantes, - numa profunda *ambivalência* de sentimentos -, por um lado, desejam-na, amam-na, veneram-na, nutrem-lhe simpatia e manifestam-lhe gratidão, mas, por outro lado, expressam por ela repulsa, ódio, ressentimentos e antipatia. Conhecida por muitos como "o tasco", identificada, a maior parte das vezes, com a Faculdade de Direito<sup>(337)</sup>, a Universidade aparece-nos, em primeiro lugar,

<sup>(334)</sup> - Henrique de Vilhena, *ob. cit.*, p. 167.

<sup>(335)</sup> - *Ob. cit.*, p. 60.

<sup>(336)</sup> - Serrão de Faria, *ob. cit.*, p. 27.

<sup>(337)</sup> - A Faculdade de Direito é, em relação a todas as outras, a Faculdade maior, o símbolo da própria Universidade. A sua supremacia advem-lhe, por um lado, do facto de ser a escola que maior número de alunos tem e, pelo outro, de ser a detentora, pelo menos até à República, do monopólio do ensino da jurisprudência em Portugal, para além da sua própria história e tradição. Considerada a escola da elite do país, foi ela quem, ao longo da segunda metade do século XIX, lutou com os governos para que em Lisboa não fosse criado qualquer tipo de ensino universitário, apesar de reclamado. A sua superioridade reside ainda

como um tempo e um espaço de aprendizagem necessário e importante para a vida. É através da Universidade que vem o contributo informativo que, traduzido num grau de bacharel, mesmo que "arrancado pela astúcia, pela empenhoca, pela sujeição à sebenta"<sup>(338)</sup>, possibilita construir uma carreira, alcançar posição e poder, é, enfim, um trampolim para um ascendente social de que o futuro doutor quer e deseja usufruir. O sonho de muitos, à semelhança de Alípio Abranhos, por exemplo, era "entrar um dia na vida pública, onde logicamente o chamavam o seu talento e os seus estudos"<sup>(339)</sup>. Mas, se a carta de bacharel era conferida pela Faculdade de Direito, qual "máquina de fazer funcionários públicos e agentes eleitorais"<sup>(340)</sup>, esta constituía ainda um melhor passaporte para um óptimo casamento, um lugar de deputado ou mesmo de ministro; amor e veneração que, traduzidos numa pasta e fitas de quintanista, levam o poeta a escrever:

"Hei-de guardá-la com mimo e com amor  
E se algum filho estudar p'ra doutor,  
A pasta do Avô há-de trazer"<sup>(341)</sup>;

---

no facto de, ao longo de muitos anos, os seus professores serem os mais bem pagos da corporação universitária: os reitores e os vice-reitores foram sempre, até 1868 (altura em que o Visconde de Villa-Maior, formado em Matemática, foi nomeado Reitor), oriundos da Faculdade de Direito ou dos bancos da Teologia e ainda de os seus professores, no fim de um certo número de anos de serviço, serem equiparados aos juizes dos tribunais superiores.

Ontem como hoje, também ao nível da massa estudantil, a superioridade do estudante de Direito é evidente. Os alunos de Direito eram sempre os primeiros a terminarem as aulas, no fim de Maio, fazendo depois a Festa das Latas, onde troçavam dos "estudantes das outras Faculdades, que ainda têm aulas no dia seguinte". (Trindade Coelho, *In Illo Tempore...*, p. 14). Nos nossos dias, num cortejo académico realizado em Coimbra, num cartaz, lia-se: "Direito é um curso, o resto é recurso". Foram todas estas razões que, no dizer de Maria Eduarda Cruzeiro, professores e alunos "imposaient un "style", des manières, des "façons" qui, constituant ce qu'on appelle "l'esprit de Coimbra", faisaient bénéficier tous les étudiants ou maîtres des autres facultés du prestige du label "de Coimbra" dont la valeur fut longtemps une "valeur sûre". (Maria Eduarda Cruzeiro, *Action Symbolique et Formation Scolaire...* pp. 97-98).

<sup>(338)</sup> - Eça de Queiroz, *Notas Contemporâneas...*, p. 258.

<sup>(339)</sup> - Eça de Queiroz, *O Conde d'Abranhos...*, pp. 138-39.

<sup>(340)</sup> - Alfredo de Freitas Leal, *Coimbra nos Noventa e outras impressões*, Funchal, Tipografia Esperança, 1931, p. 125.

<sup>(341)</sup> - Francisco Pinheiro Torres, *ob. cit.*, p. 39.

mas também, porque tempo e espaço de formação e emancipação para a vida, os memorialistas tributam-lhe o devido apreço, a sua simpatia e muita gratidão. É o caso de Rafael Salinas que desabafou assim: "Somente te saúdo, minha velha e sugestiva Universidade, onde formei o carácter, um dia, saí diplomado e apto para começar a vida, num enternecido preito de gratidão pelos teus professores, pela tua instituição científica e, porque não dizê-lo, tão carinhosa e acolhedora para todos os estudantes"<sup>(342)</sup>. Por outro lado, detestam-na e criticam-na duramente, porque a Universidade é, como instituição em si mesma, um poderoso centro de poder<sup>(343)</sup>. Na literatura dos memorialistas, a Universidade é encarada como símbolo de hierarquia e autoridade. Impondo normas, limitando acções e coartando a irreverência de um tempo de juventude, é vista como um tempo e um espaço de submissão. Enquanto, lá fora, na Alemanha, em 1809, Wilhelm von Humboldt criava, em moldes modernos, a Universidade de Berlim, onde se conferia "une importance capitale à la philosophie et à la science, à la recherche, à l'enseignement supérieur, à la liberté des professeurs et des étudiants"<sup>(344)</sup>, entre nós, passados cem anos sobre aquele acontecimento, ainda a nossa *Alma Mater* continuava a ser uma Universidade clássica, de Antigo Regime, isto é, uma escola portadora de dogmas, de princípios majestáticos e clericais

---

<sup>(342)</sup> - *Ob. cit.*, p. 17. Exemplo vivo é o caso de António José de Almeida. Defendendo, no período anterior a 1910, que a Universidade devia ser demolida pedra a pedra, mais tarde, quando Presidente da República, disse: "Certos incidentes da minha vida de estudante levaram muita gente a concluir que eu era adversário da Universidade de Coimbra. Nunca o fui, e mais de uma vez se me tem proporcionado o ensejo de solenemente afirmar que tenho sempre sido amigo dela... Quando a Revolução de 1910 me elevou ao Poder, onde tive a honra de ser Ministro do Interior do Governo Provisório, reformei largamente a instrução pública e, na sequência da minha orientação reformadora, várias vezes, e por diversos títulos, manifestei a minha predilecção pela Universidade de Coimbra". (Alocução do Presidente da República Portuguesa, Dr. António José de Almeida na Sala dos Capelos da Universidade de Coimbra em 1 de Dezembro de 1919, *Anuário da Universidade de Coimbra. Ano lectivo de 1919-1920*, Coimbra, Imprensa Académica, 1920, p. 15).

<sup>(343)</sup> - Muito deste poder era distribuído por todos aqueles que nela concluíam os seus cursos. Um memorialista, referindo-se à Faculdade de Direito, diz-nos que ela era "um organismo político-eleitoral pelo prático processo de arrebatar os papás influentes e os filhos, futuros influentes, para ganharem as eleições". (Alfredo de Freitas Leal, *ob. cit.*, p. 126).

<sup>(344)</sup> - Clark Kerr, *Metamorphose de l'Université*, traduit de l'américain par J. L. Alliez, Paris, 1967, p. 20.

fundamentados na ideologia da Contra-Reforma<sup>(345)</sup>. É a Universidade quem define e impõe as regras de estar e agir, numa palavra, comportamentos. Exemplos claros são, entre outros, as obrigações de carácter religioso impostas a professores e alunos: é o juramento a que os lentes são obrigados, na Real Capela, no dia da abertura solene das aulas, em 16 de Outubro de cada ano<sup>(346)</sup>; é o juramento que todos os alunos, católicos ou não, que se matriculam pela primeira vez, têm que prestar "...perante o nada piedoso secretário... de joelhos... e com a mão nos Evangelhos, a jurar defender toda a vida o dogma da Imaculada Conceição"<sup>(347)</sup>; invocando o auxílio da divindade, são ainda as preces a que cada aluno tem que se submeter na altura dos actos<sup>(348)</sup>. Já fora das imposições de carácter

---

<sup>(345)</sup> - Apesar da reforma de 1901, aliás muito contestada na imprensa coimbrã, a Universidade não foi capaz de se libertar do velho espírito e de criar um "espaço de liberdade", à semelhança do que se verificou na de Berlim, "condição essencial para ser um espaço onde se cultivasse a ciência". (Joaquim Ferreira Gomes, "Os vários Estatutos por que se regeu a Universidade Portuguesa...", *Revista Portuguesa de Pedagogia*, Nova Série, Ano XX, 1986, p. 50). Sobre a contestação feita à reforma de 1901, veja-se *O Conimbricense*, n.ºs 5 640 a 5 646, de Dezembro de 1901.

<sup>(346)</sup> - Cfr. *Estatutos da Universidade de Coimbra (1653)*, Edição Fac-Similada, Por ordem da Universidade, 1987, Lib. I, Tit. XIII, & I e Lib. IV, Tit. XIV.

<sup>(347)</sup> - Luís Cabral de Moncada, *ob. cit.*, p. 58. O texto do juramento que os alunos faziam perante o Secretário, quando vinham frequentar pela primeira vez a Universidade, rezava assim: "Eu N. juro, aos Santos Evangelhos, que serei obediente ao Reitor desta Universidade e a seus sucessores, *in licitis et honestis*, e, nos negócios e coisas da Universidade, darei conselho fiel, ajuda e favor; e contra ela ou seus Estatutos nunca aconselharei, nem ajudarei pessoa alguma, sem primeiro lhe pedir para isso licença. E, todas as vezes que me mandar chamar, irei, enquanto na dita Universidade estiver" (Apud Joaquim Ferreira Gomes, *Idem*, p. 50, nota 4).

Já no séc. XV, a Universidade de Paris professava a doutrina da Imaculada Conceição. Esta mesma Universidade não conferia grau de espécie alguma sem que, primeiramente, o candidato jurasse aceitar e defender aquela doutrina. Esta prática estendeu-se depois a outras Universidades europeias. Entre nós, apesar de um parecer desfavorável da Universidade, em 9 de Junho de 1645, D. João IV, por carta régia de 17 de Janeiro de 1646, ordenou que toda a Universidade prestasse juramento ao dogma da Imaculada Conceição e que, futuramente, a Universidade não conferia qualquer grau sem que, primeiramente, o candidato prestasse o referido juramento. (Cfr. António Garcia Ribeiro de Vasconcellos, *A Doutrina da Imaculada Conceição e a Universidade de Coimbra - Discurso pronunciado na Real Capella da Universidade na festa da Imaculada Conceição a 8 de Dezembro de 1894*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1895).

<sup>(348)</sup> - Antes de iniciar os actos, o aluno invocava a divindade nos seguintes termos:

religioso, é ainda a vigilância apertada que a instituição exerce sobre os estudantes quanto à maneira e modo de vestir<sup>(349)</sup> e quanto às horas a que os alunos têm que se recolher<sup>(350)</sup>.

Mas, aos olhos dos memorialistas, o poder da Universidade não é um poder qualquer. Exercido pelo Reitor, Vice-Reitor, conselho de dekanos, lentes, professores, responsáveis pelos diferentes estabelecimentos, guarda-mor e archeiros, é extensivo, não só ao interior, mas também ao exterior da própria instituição<sup>(351)</sup>. Assumindo feições e contornos vários, este poder caracteriza e define a instituição em várias dimensões. Na maior parte das vezes, a

---

"Depois de tantos e tão grandes trabalhos, chegou enfim o dia, no qual junto de vós sou obrigado a prestar contas dos meus estudos. Mas, antes de começar, venha em meu auxílio a Santíssima e Indivisível Trindade, o Incrariado Pai, o Unigénito Filho e Divino Amor que provém de ambos e a Bem-Aventurada Sempre Virgem Maria, protectora desta Universidade. Em seguida, concedei-me a graça de dizer: Illustrissimo Presidente, Sapientíssimos Mestres, Queridíssimos Condiscipulos, e toda a restante Assembleia brilhantíssima" (Esta tradução foi feita a partir do texto latino inserido em Diamantino Calisto, *Costumes Académicos de Antanho...* p. 76). Um dos alunos que se negou a fazer esta oração foi Homem Cristo Filho, que disse: "Não rezo, porque não sou católico. Em face disto, o Dr. Calisto não consentiu, em nome dos Estatutos Universitários, que ele fizesse o acto e mandou-o retirar". (*Idem*, p. 90).

<sup>(349)</sup> - "A capa e batina e o modo de a usar, desde que se transpõe a Porta Férrea ou a Porta Minerva, se entra ao Museu ou ao Jardim Botânico, é uma questão de vida e de morte para a Universidade. Há archeiros zelosos encarregados da compostura da nossa toilette e que nos podem levar à reitoria, como renitentes no desleixo da vestimenta". (Campos Lima, *A Questão da Universidade (Depoimento d'un estudante expulso)*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1907, p. 32).

<sup>(350)</sup> - "Nenhum estudante poderia, pois, sair desde as 18 ou 19 horas até ao outro dia às 7 e meia da manhã ... O estudante que fosse encontrado, desobedecendo aos Estatutos, era preso e metido na cadeia da Universidade ... Como os Estatutos, que se seguiram aqueles, acabaram com aquela prisão..., os estudantes daquele tempo resolveram castigar os que viessem de novo ... Os novatos ou "caloiros" teriam de recolher às 18 ou 19 horas, ao toque da "Cabra" (Diamantino Calisto, *ob.cit.*, p. 28).

<sup>(351)</sup> - Cfr. Art.º 5.º do Regulamento da Polícia Académica, *Anuario da Universidade de Coimbra Anno lectivo de 1896-1897...*, pp. 344-45.

Referindo-se à questão académica de 1892, Joaquim Martins de Carvalho escreve: "Na terça feira o Sr. Conselheiro, Reitor da Universidade, mandou para a casa de detenção académica, por três dias, um estudante que havia transgredido as disposições policiaes, e tinha sido preso pelo Sr. Guarda-Mór. Esta resolução causou grande estranheza em parte da academia, por há muitos anos não estarem acostumados a serem obrigados a cumprir, como devem, o Regimento de policia académica..." (*O Conimbricense*, n.º 4 661, de 7 de Maio de 1892)

Universidade é identificada como uma instituição desfasada do mundo, anacrónica no tempo e de cariz eminentemente conservador. Se os dogmas institucionalizados, a perenidade dos símbolos e a prática dos rituais na velha escola lhe deram nome e muito prestígio<sup>(352)</sup>, eles são, agora, contestados, criticados e ridicularizados: quer o "Centenário da Sebenta", em Abril de 1899<sup>(353)</sup>, quer "o Enterro do Grau", em Maio de 1905<sup>(354)</sup>, quer a paródia que o Pad-Zé e outros colegas, certa noite, acompanhados de "um cortejo de garotos e até de polícias"<sup>(355)</sup> (leia-se, por analogia, cortejo de lentes), fazem, pelas ruas da cidade, ao passearem, depois de "aspergidas de aguardente nas tabernas, adoradas e beijadas pelas borboletas noctívagas"<sup>(356)</sup>, as comendas do Doutor Francisco Martins, lente de Teologia, quer ainda na invasão da Universidade, logo a seguir à revolução republicana de 1910, onde os estudantes (Falange Demagógica) lavraram o seu protesto com "a demolição das cátedras nas aulas, rasgando no vestiário dos lentes os capelos e as borlas, despedaçando tudo o que pudesse recordar o velho cerimonial escolar"<sup>(357)</sup>, são disso provas evidentes.

Porque "o laicismo não podia consentir que a igreja mantivesse o quase monopólio da simbolização do tempo"<sup>(358)</sup> e ainda porque a imposição de

---

(352) - Num artigo sobre a Universidade e a Comunidade Económica Europeia, pode ler-se: "Parmi les institutions qui existaient dans le monde occidental en 1520, seules quatre vingt-cinq subsistent aujourd'hui sous une forme encore reconnaissable... Unis, tout au long du Moyen Age, par une culture et une langue-le latin-communes, brassant étudiants et savants sans souci des frontières, elle a "précédé de près de cinq siècles l'Europe économique et politique". Dans le même temps, pourtant, de la Sorbonne à Oxford, de Louvain à Bologne, de Heidelberg à Coimbra ou de Delft à Prague, elle a fait naître des institutions depuis longtemps emblématiques de traditions, de langues, de sensibilités nationales". (Le Monde, de 17 de Septembre de 1992, p. 20).

(353) - Diamantino Calisto, *ob. cit.*, pp. 35 e ss.

(354) - *Idem*, pp. 176 e ss.

(355) - Alberto Costa, *ob. cit.*, p. 58.

(356) - *Idem*, p. 58.

(357) - "Uma revolução na Universidade", *Ilustração Portuguesa*, n.º 245, de 31 de Outubro de 1910, p. 552. (Este artigo está profusamente ilustrado com fotografias que documentam bem o estado em que tudo ficou). Sobre este assunto veja-se, ainda Joaquim Ferreira Gomes, *A Universidade de Coimbra durante a primeira república...*, pp. 47 e ss., e a revista *O Ocidente*, n.º 1149, vol. XXXIII, 33.º Ano, Lisboa, 1910, pp. 267-70.

(358) - Fernando Catroga, *A Militância Laica...*, vol. I, p. 556.

símbolos e rituais ia contra a liberdade e a consciência de cada um, é do mundo estudantil, sobretudo das fileiras republicanas e anarquistas, que estas atitudes de crítica e contestação partem com maior frequência e vigor<sup>(359)</sup>.

Também alguns professores, das Faculdades Naturais (sobretudo Filosofia e Matemática), têm consciência de que a permanência das velhas estruturas, que já não tinham razão de ser, faziam da instituição uma escola velha e caduca. Tanto Bernardino Machado, da Faculdade de Filosofia, como Sidónio Pais, da Faculdade de Matemática, em dias de abertura solene, denunciaram e responsabilizaram, em oposição ao venerando Doutor Calisto, da Faculdade de Direito<sup>(360)</sup>, os princípios dogmáticos como a causa primeira da decadência da Universidade. À semelhança da "mulher de César, que devia não só ser honesta, mas parecê-lo, a Universidade não deve só ser moderna, mas é preciso que não pareça velha"<sup>(361)</sup>. Para isso, no entender de Sidónio Pais, é necessário que desapareçam, para sempre, "as velhas fórmulas da sua primitiva estrutura religiosa e clerical"<sup>(362)</sup>.

---

<sup>(359)</sup> - As críticas à Universidade são extraordinariamente contundentes em Trindade Coelho, António José de Almeida, Alberto Costa, Ramada Curto, Alberto Xavier e Campos Lima. A este propósito, Campos Lima, ao referir-se ao Prof. Bernardino Machado, diz que este mestre o "classificou de injusto por dirigir os...ataques contra a Universidade". (Campos Lima, *A Questão da Universidade...*, p. 180).

<sup>(360)</sup> - Quando, em 1904, o Doutor Bernardino Machado terminou a sua oração de sapiência, onde denunciava alguns dos males de que a Universidade enfermava, o Doutor Avelino César Augusto Maria Calisto, que presidia à cerimónia da abertura solene das aulas, tomou a palavra "para rectificar alguns factos e mostrar a inoportunidade das considerações que os acompanhavam..." (Apud *Anuario da Universidade de Coimbra. Anno lectivo de 1904-1905...*, p. XLVI). Estas duas dimensões culturais inserem-se naquilo a que se chama "o conflito de Faculdades". De um lado, as Faculdades Naturais muito mais abertas à inovação e à mudança; do outro, a Faculdade de Direito a querer manter as velhas estruturas e pensamentos. Sobre este assunto vejam-se: Immanuel Kant, *O Conflito das Faculdades*, trad. de Artur Morão, Lisboa, Ed. 70, 1993; Luís Reis Torgal, "Conflitos sociais e ideológicos na Universidade nos primórdios do liberalismo português", *Educação e Tecnologia*, Instituto Politécnico da Guarda, n.º 1, Julho de 1987, pp. 13-20 e ainda *L'Université dans la première période libérale portugaise (1820-1851)*, Paris, 1988.

<sup>(361)</sup> - Apud *Anuario da Universidade de Coimbra. Anno lectivo de 1908-1909*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1909, p. XLVII (Oração de Sapiência recitada na sala grande dos actos da Universidade, no dia 16 de Outubro de 1908, pelo Dr. Sidónio Bernardino Cardoso da Silva Pais).

<sup>(362)</sup> - *Idem*, p. XLV.

Aos olhos dos memorialistas, a Universidade está igualmente presente num tempo, que não é um tempo qualquer, mas um tempo mensurado<sup>(363)</sup>. Se, para o interior da instituição, o calendário "eclesiástico e académico" definia, até 1910, o tempo para o "serviço de Deus" e para o "serviço de Minerva", fora dos Gerais, esse tempo era igualmente um tempo repetitivo, ritualizado e de controlo, o que muito irritava e aborrecia os estudantes, sobretudo "quando a cabra, aquela cabra repenicada de sons agudos, estridentes e antipáticos lembrava de véspera as aulas..."<sup>(364)</sup>, porque obrigava os alunos a recolherem-se e a estudarem; tempo mensurado, também, nas quarenta e oito horas de "oratório", isto é, no tempo que mediava entre o "tirar o ponto" e o acto de exame final, durante o qual "era perigoso os estudantes saírem de casa, muito principalmente se fossem vistos pelos Mestres"<sup>(365)</sup>.

Outras vezes, a Universidade reconhece-se e identifica-se num rigoroso e arbitrário poder disciplinar, a que "o foro académico largo e vasto"<sup>(366)</sup> dá cobertura e legitimidade. A confirmá-lo, para além de muitos processos, os dos estudantes que foram castigados, aquando da greve académica, em 1907, porque os poderes públicos e académicos não viram ou não quiseram ver nos acontecimentos mais que uma questão de disciplina, quando, na

---

(363) - Cfr. Ana Cristina Bartolomeu de Araújo, "As horas e os dias da Universidade", *Universidade(s). História. Memória. Perspectivas. Actas do Congresso "História da Universidade" (No 7.º Centenário da sua fundação)*, vol. 3.º, Coimbra, 1991, pp. 365-82.

(364) - Serrão de Faria, *ob. cit.*, p. 17.

(365) - Diamantino Calisto, *ob. cit.*, p. 76.

(366) - Alberto Costa, *ob. cit.*, p. 115. Sempre o foro académico foi objecto de contestação por parte dos estudantes. Em 1892, em relatório enviado ao presidente do governo, por causa dos distúrbios verificados na Universidade, a Academia de Coimbra afirmava: "Pretendia-se, por este meio, frisar a camaradagem e solidariedade académica, protestar contra o fôro académico, já por tantas gerações combatido, sobretudo no que respeita à forma sumária do seu processo" (Apud Abel Andrade, *A Parede e as minhas responsabilidades*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1892, p.V). Contra o foro académico protestou, também, a Associação dos Advogados. Em 1907, lê-se num jornal de Coimbra: "...numa reunião da Associação dos Advogados foi apresentada uma proposta pelo sócio Sr. Dr. Azevedo e Silva para que a Associação convide todos os seus sócios que tenham lugar na Câmara dos Deputados a renovarem a iniciativa do projecto de lei apresentado no Parlamento em Fevereiro de 1883, extinguindo o foro académico". (*O Conimbricense*, n.º 6 183, de 16 de Março de 1907).



realidade, o problema era muito mais profundo<sup>(367)</sup>. Também a Alberto Costa, a quem, pelo facto de, um dia, fora do recinto universitário, dirigir "conceituosas e ligeiras considerações nas mimosas faces e aos próprios ouvidos..."<sup>(368)</sup> de um lente de Filosofia, o Doutor Teixeira Bastos, foi movido um processo académico, tendo, depois, sido expulso da Universidade por um período de dois anos<sup>(369)</sup>.

A instituição e o seu poder estão igualmente presentes no processo de ensino-aprendizagem. Tanto no campo científico como no pedagógico, a Universidade, aos olhos dos memorialistas, deixava muito a desejar. Fruto das suas teorias e métodos, a Universidade estava bem longe de ser aquele laboratório com que sonhava Bernardino Machado, isto é, um espaço e um tempo onde mestres e discípulos, em comunhão de objectivos, deviam procurar produzir e não consumir ideias<sup>(370)</sup>. Nesta matéria, as imagens que os diferentes memorialistas nos transmitem da Universidade são, não só a de uma escola onde o peso do autoritarismo científico é enorme, quer impondo um "...literalismo, representado na horrenda sebenta, na exigência do *ipsis verbis*..."<sup>(371)</sup>, quer suprimindo "toda a originalidade, todo o espírito de iniciativa e de independência"<sup>(372)</sup>, mas também, no entender de alguns mais críticos, por um grande desajustamento dos conteúdos programáticos à realidade da vida, pois que havia "muito bacharel formado que nunca ouviu falar em Darwin mas é capaz de papaguear, aprendida na aula de História(!) a pataralha de Adão e Eva"<sup>(373)</sup>.

---

<sup>(367)</sup> - Cfr. Alberto Xavier, *História da greve académica de 1907*, Coimbra, Coimbra Editora, 1962; Natália Correia, *A questão académica de 1907*, Prefácio de Mário Braga, Lisboa, Editorial Minotauro Ld.ª, 1962.

<sup>(368)</sup> - Alberto Costa, *ob. cit.*, p. 115.

<sup>(369)</sup> - *Idem.*, p. 114. De todos os seus professores, apenas "a voz de Abel de Andrade se ouviu, no momento da minha expulsão, protestando desassombadamente contra a infâmia que eu sofria..." (*Idem.*, p. 119).

<sup>(370)</sup> - *Anuario da Universidade de Coimbra. Anno lectivo de 1904-1905...*, p. XXXIV.

<sup>(371)</sup> - Eça de Queiroz, *Notas Contemporâneas...*, p. 257.

<sup>(372)</sup> - Amadeu de Vasconcellos (Mariotte), *A Universidade antagonica do espírito moderno*, Porto, Livraria Portuense, 1908, p. 16.

<sup>(373)</sup> - Campos Lima, *ob. cit.*, p. 40. Embora muitas das modificações propostas pela reforma de 1901 não tenham tido concretização prática, em virtude das condições deficitárias do Tesouro, mas a avaliar pelos textos oficiais relativos à mesma reforma, julgamos que este depoimento de Campos Lima é exagerado. No texto do Relatório da reforma de 1901, em

No plano pedagógico, são muito criticados os métodos e os processos de ensino. Para além de um certo feudalismo escolar, isto é, a recomendação que era habitual fazer, no primeiro ano, dos alunos aos professores<sup>(374)</sup>, e da obrigatoriedade de os estudantes marcarem presença nas aulas<sup>(375)</sup>, o sistema pedagógico reinante assentava, essencialmente, na prelecção erudita e contínua, que o lente fazia da lição, durante cerca de 1 hora, para, depois, no restante tempo da aula, proceder a interrogatórios sobre as matérias das lições anteriores. Este processo de aprendizagem era completado com uma dissertação, trabalho escrito sobre determinado assunto, e com o "tirar o ponto" para o exame final. Este sistema obrigava o aluno, para triunfar, a um estudo diário que, aliado às outras dimensões já enunciadas, colocam o estudante numa situação de dependência e subordinação, quer em relação ao professor, quer à instituição em si mesma. Por isso, na literatura memorialista, a vida universitária é retratada como uma vida monótona, plena de tédio e a convidar constantemente para a boémia: "Fora das aulas uma delícia... mas da Universidade para dentro, um horror!", diz-nos Trindade Coelho<sup>(376)</sup>. António Nobre não é menos explícito nesta matéria, ao lamentar-se:

---

termos de concepções ideológicas e, no que se refere à Faculdade de Direito, existe a consciência perfeita de que a nova concepção do direito passa pelas "doutrinas positivas de Augusto Comte, das teorias transformistas de Darwin e do evolucionismo crítico de Herbert Spencer..." (Apud *Anuario da Universidade de Coimbra. Anno lectivo de 1902-1903*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1902, Secção III, p. 13). Veja-se ainda Mário Júlio de Almeida Costa, *O Ensino do Direito em Portugal no século XX (Notas sobre as reformas de 1901 e de 1911)*, Coimbra, Coimbra Editora, 1964. Embora muitos sejam unânimes, à semelhança do Pad-Zé, em reconhecer a "esterilidade da ciência universitária" (*ob. cit.*, p. 36), o que é certo, é que, a Universidade não estava de todo arredada, pelo menos da parte de alguns professores, dos modernos conhecimentos científicos. Relativamente ao estudo das doutrinas positivistas, há mesmo quem critique, em 1883, o Dr. Manuel Emídio Garcia porque nas aulas do 1.º e 2.º anos jurídicos, "apenas explica positivismo aos seus discípulos..." (Júlio Sampaio, *As infâmias universitárias em Coimbra*, Porto, 1883, p. 16).

<sup>(374)</sup> - Luís Cabral de Moncada, entre outros, refere: "Depois, feita a visita à Universidade, fomos aos lentes". (*Ob. cit.*, p. 57).

<sup>(375)</sup> - Relativamente às críticas feitas pela imprensa de Coimbra à reforma de 1901 e no que respeita ao regime de faltas, lê-se num jornal: "É muito característico do nosso ensino superior o regime mesquinho de apontar faltas... Se o professor dá dezenas de faltas, o aluno presume-se habilitadíssimo. Se o aluno dá 5 ou 6 faltas, presume-se ignorantíssimo". (*O Conimbricense*, n.º 5 640, de 10 de Dezembro de 1901).

<sup>(376)</sup> - *Autobiografia e cartas*, Lisboa, 1910, p. 17.

"Hoje, mais nada tenho que esta  
Vida clausttral, bacharelática, funesta"<sup>(377)</sup>.

Porque dogmática, clerical, autoritária, com praxes antiquadas, numa palavra, conservadora, na pena dos memorialistas, a Universidade afirmasse e identifica-se ainda como um espaço de contestação e rebelião, um tempo de aprendizagem revolucionária, pelo menos para alguns. Foi-o, para se citarem apenas alguns exemplos, no tempo de Antero e Eça de Queirós<sup>(378)</sup>, foi-o em 1907, quando "os estudantes protestam contra os regulamentos e métodos obsoletos de ensino universitário, contra o "espírito universitário", contra a sobrevivência de uma organização fradesca e de uma pedagogia dogmática..."<sup>(379)</sup>, voltou a sê-lo, em 1910, aquando do assalto aos Capelos<sup>(380)</sup>, e sê-lo-á sempre, enquanto houver "um desejo que quer libertar-se da realidade e ganhar um mundo ilimitado, luminoso e dócil a toda a fantasia"<sup>(381)</sup>.

Com a implantação do regime republicano, em 5 de Outubro de 1910, a Universidade de Coimbra vai sofrer, num curto espaço de tempo, profundas alterações na sua estrutura. É que, para além de haver a consciência plena de que a Universidade existente não servia e, por isso, era preciso, no dizer de António José de Almeida, "arrasá-la, *demolila pedra a pedra*"<sup>(382)</sup>, a maioria dos homens que, então, constituíam o Governo Provisório, porque haviam sido professores e alunos da Universidade, também "sabiam, por experiência própria, que a ideologia oficial da Universidade de Coimbra se não coadunava com a ideologia do novo Regime"<sup>(383)</sup>. Além do mais, porque estes novos governantes também não desconheciam "que o ambiente na Academia coimbrã era potencialmente

<sup>(377)</sup> - *Só...*, p. 60.

<sup>(378)</sup> - Cfr. *Notas Contemporâneas...*, p. 258. Carlos Reis, "Eça de Queirós e a Universidade de Coimbra", *Universidade(s). História. Memória. Perspectivas. Actas do Congresso "História da Universidade"*, vol. 3.º, Coimbra, 1991, pp. 439-53.

<sup>(379)</sup> - Apud Alberto Xavier, *ob. cit.*, p. 97.

<sup>(380)</sup> - Vide nota 357.

<sup>(381)</sup> - A. José Saraiva, *As ideias de Eça de Queirós*, Amadora, Bertrand, 1982, p. 65.

<sup>(382)</sup> - Apud *Vida Livre*, n.º 2, Coimbra, 2 de Março de 1911, p. 3.

<sup>(383)</sup> - Joaquim Ferreira Gomes, *A Universidade de Coimbra durante a primeira república...*, p. 43.

explosivo"<sup>(384)</sup>, cedo meteram mãos à obra, no sentido de modificarem o rumo das coisas.

Porque os tempos e as vontades eram de mudança, tanto no plano "ideológico", como nos campos pedagógico e científico, a nova reforma rompeu com o passado. Muitos dos valores ancestrais – dogmas, símbolos, rituais e praxes –, que anteriormente haviam feito a grandeza da instituição, porque banidos pela revolução, deixaram de existir. De igual modo, tentou-se introduzir uma "Pedagogia nova: menos verbalista, menos dogmática, menos teórica, menos livresca e mais "dialogante", mais centrada no aluno e sobretudo mais centrada na realidade"<sup>(385)</sup> e fez-se "grande e constante insistência na necessidade de os professores fazerem investigação científica e de iniciarem os seus alunos nessa mesma investigação"<sup>(386)</sup>.

Com uma Universidade diferente, menos poderosa, mais tolerante e democrática<sup>(387)</sup>, é natural que as relações estabelecidas sejam também diferentes. Por isso, as imagens e posições dos estudantes memorialistas são, quando comparadas com as do período precedente, de outra índole, forma e sentido. Assim, se Serrão de Faria, nos princípios do século, nos apresenta a Universidade como uma instituição "bafienta de sornice... feia e triste"<sup>(388)</sup>, agora, já Jorge de Seabra (1913-1918) nos fala, com um certo orgulho, "da douta e mundialmente conhecida Universidade de Coimbra"<sup>(389)</sup>. De igual modo, a caricatura negativista que Carlos Babo, em 1906, nos dá da Faculdade de Direito e seus mestres<sup>(390)</sup>, entra também em choque com aquela outra que Luís Cabral de Moncada nos referencia da escola onde foi professor. Diz-nos Moncada: "...a Faculdade de Direito era então também uma Escola Superior de incontestável prestígio, apesar do ódio que lhe votavam os seus numerosos

(384) - *Idem*, p. 44.

(385) - *Idem*, p. 167.

(386) - *Idem*.

(387) - Com a Nova Constituição Universitária, para além de outras disposições, não só o Reitor passou a ser eleito, como também os alunos passaram a ter representação, quer no Senado, quer na Assembleia Geral da Universidade. (Veja-se Joaquim Ferreira Gomes, *ob. cit.*, pp. 140 e ss.).

(388) - Veja-se a nota 336.

(389) - *A Coimbra Académica do meu tempo...*, p. 46.

(390) - Carlos dos Santos Babo, *Os mestres de Direito ou os Assizes da Universidade (Carta feita de verdades amargas)*, Coimbra, J. Moura Marques, 1906.

detractores de todos os tempos. Esse prestígio devia-o ela a certos dos seus professores mais ilustres..."<sup>(391)</sup>. Nesta matéria, mesmo Armando Cândido, que se viu obrigado a ter que ir concluir o seu curso de Direito a Lisboa, em virtude, certamente, de alguma desavença com o Dr. Mário de Figueiredo, confessa, referindo-se a este professor, o seguinte: "Do mestre guardo a certeza da competência pedagógica, que um raciocínio brilhante pautava sempre"<sup>(392)</sup>.

Porque a Universidade mudou, porque os mestres deixaram de ser "aquele tipo de lente empertigado e altivo"<sup>(393)</sup>, nas "memórias" dos estudantes, ao contrário do que se verifica no tempo da monarquia, não afloram aqueles sentimentos de revolta e antipatia contra a instituição universitária. Passados que foram os primeiros tempos, em muitos deles, "o ódio ao passado converteu-se em admiração"<sup>(394)</sup>. Evocando muitas vezes o tempo antigo, os memorialistas do tempo da República saúdam e congratulam-se com o ressurgimento, em 1919, das velhas praxes, dos símbolos e dos cerimoniais, os quais, em 1910, compreensivelmente, em nome da liberdade, haviam sido destronados e enterrados. Excluindo uma certa onda de indisciplina académica contra alguns professores, nos anos de 1924 e seguintes, por parte de alguns alunos reprovados<sup>(395)</sup>, se alguns ressentimentos existem, no sector estudantil, eles são pertença de uma pequena minoria anarquista, mas mais por motivos ideológicos, pessoais e políticos, que por razões de carácter académico<sup>(396)</sup>. Continuando a folhear a maior parte da literatura memorialista da República, em vão se procura aquela imagem queirosiana da Universidade como a

---

<sup>(391)</sup> - *Ob. cit.*, p. 134.

<sup>(392)</sup> - *Coimbra do meu tempo...*, p. XVI.

<sup>(393)</sup> - Luís Cabral de Moncada, *ob. cit.*, p. 121.

<sup>(394)</sup> - Armando Cândido, *Coimbra do meu tempo...*, p. 132. A veneração pelo passado, entre outros exemplos, pode ver-se no que respeita ao uso da capa e batina. Jorge de Seabra escreveu a este propósito: "E depois, não me venham cá dizer, como desculpa de mau pagador, que a tradicional vestimenta tresanda a velharia, a sacristia. Em épocas passadas, talvez. Mas, presentemente, com as modificações operadas pela moda, a batina em especial, - essa não passa duma autêntica *sobrecasaca*, com bandas de seda e tudo o mais a recomendá-la como traje atraente e fino". (*Ob. cit.*, p. 20).

<sup>(395)</sup> - Cfr. Luís Cabral de Moncada, *ob. cit.*, pp. 142-44.

<sup>(396)</sup> - "Ao tempo, na oposição, os republicanos sentiam, viam claramente o resultado da cultura universitária numa educação atrasada, sobremodo reacionária ... Implantada a república, fiados nas promessas, vêmo-nos enganados, ludibriados... Quando esperavamos uma reforma séria, profunda na velhusta Universidade, a república, a remodeladora república, faz

"madrasta amarga, carrancuda, rabugenta, de quem todo o espírito digno se desejava libertar..."<sup>(397)</sup>, Reconhecendo as mudanças operadas, as imagens que agora prevalecem são a da esperança e a da confiança na instituição. É neste sentido que o autor de *A Colina Sagrada* escreve: "Lá em cima, na Universidade, o morrão da candeia esperta, vai tornar-se clarão. Minerva transfigura-se"<sup>(398)</sup>. E, mais adiante, acrescenta: "Tenho esperança na Universidade, no esforço inovador dos académicos e dos mestres"<sup>(399)</sup>.

Finalmente, porque todos os memorialistas recordam com nostalgia o seu tempo de estudante, a Universidade apresenta-se como sinónimo de um tempo de saudade, que aumenta com o decorrer dos anos. António Cabral confessou-se desta maneira: "Que doidas saudades tenho da Universidade em que me formei"<sup>(400)</sup>. Da mesma maneira, Salinas Calado: "Paro-me na velha Universidade, imponente aglomerado de estilos, que todos nós recordamos com saudade que aumenta à medida que os anos passam implacavelmente"<sup>(401)</sup>.

#### 4.5. As aulas

A par da irreverência e da boémia, a temática escolar é um daqueles assuntos que os diferentes memorialistas mais privilegiam nos seus escritos.

---

novas promessas ... e conserva, teima em conservar a mesma gente, a tal lentilhada, viciada, profundamente viciada, incurável". (*Vida Livre*, n.º 2, Coimbra, 2 de Março de 1911, p. 3).

Já fora das fileiras da Academia, muitos ódios e ressentimentos houve contra a Universidade e seus professores. Para além de Leonardo Coimbra procurar acabar com a Faculdade de Letras, também os processos, por motivos eminentemente políticos e pessoais, que foram levantados aos professores Fezas Vital, Magalhães Colaço, Salazar e Pacheco de Amorim são disso provas evidentes. Vejam-se Luís Cabral de Moncada, *ob. cit.*, pp. 122 e ss; Joaquim Ferreira Gomes, *ob. cit.*, pp. 318 e ss. e ainda António Pedro Vicente, "Conflitos académicos durante a 1.ª República – Professores acusados de ofensas às instituições democráticas. 1919", *Universidade(s). História. Memória. Perspectivas. Actas do Congresso "História da Universidade" (No 7.º Centenário da sua Fundação)*, vol. 5.º, Coimbra, 1991, pp. 337-400.

<sup>(397)</sup> - *Notas Contemporâneas...*, p. 258.

<sup>(398)</sup> - Manuel Ribeiro, *A Colina Sagrada...*, p. 49.

<sup>(399)</sup> - *Idem*, p. 55.

<sup>(400)</sup> - *Tempos de Coimbra...*, p. 36.

<sup>(401)</sup> - *Ob. cit.*, p. 16.

Neste contexto, as aulas e os professores ocupam um lugar de proeminência. Se, em alguns autores, as informações relativas a estas matérias andam, por vezes, dispersas e misturadas com o relato de outros acontecimentos, autores há, também, que chegam mesmo a dedicar capítulos inteiros às aulas deste ou daquele professor, geralmente aos mais "praxistas" ou às figuras que, por este ou por aquele motivo, mais se evidenciam<sup>(402)</sup>.

Através das descrições que os memorialistas nos fazem das aulas, é possível reconstruir, não só o espaço material onde as mesmas decorriam, a sua estrutura, mas também detectar o tipo de ensino ministrado, as metodologias seguidas no processo de ensino-aprendizagem e ainda inferir das relações que se estabeleciam entre mestres e discípulos, elementos importantes para a análise e compreensão da imagem dupla de "rigorismo" e de "laxismo" que caracterizam o funcionamento do sistema pedagógico então em vigor.

Com tempo de duração diferente de Faculdade para Faculdade<sup>(403)</sup>, as aulas eram, até à criação dos cursos livres com a República, de presença obrigatória<sup>(404)</sup> e decorriam, em todas as Faculdades, na sua grande maioria, da parte da manhã, em horários diversos, que começavam por volta das 8 horas e iam até às 3 da tarde. Na Faculdade de Direito, por exemplo, no tempo em que Trindade Coelho ali foi aluno, "as aulas... começavam todas às dez e um quarto e acabavam à uma hora da tarde... Nas quintas-feiras não havia aulas... salvo nas *semanas machas*, isto é, que metiam pelo meio algum dia santo ou algum dia de feriado oficial"<sup>(405)</sup>. Porém, com o andar dos tempos e o consequente

---

<sup>(402)</sup> - É o caso, entre outros, de Trindade Coelho que, no *In Illo Tempore*, descreve, com algum pormenor, as aulas de alguns mestres como, por exemplo, as do Dr. Manuel de Oliveira Chaves e Castro, que "era o praxista-mor da Faculdade" (p. 112) e a do Dr. Jardim, lente do 3.º ano, e "uma das figuras mais originais, mais pitorescas e mais simpáticas do professorado da Universidade!" (p. 115), para além de referências muito específicas a outros.

<sup>(403)</sup> - Com a reforma de 1901, as aulas teóricas passaram a ter, em todas as Faculdades, a mesma duração - 90 minutos. (Cfr. Art.º 25.º do Decreto n.º 4, de 24 de Dezembro de 1901. Apud Manuel Augusto Rodrigues, *A Universidade nos seus Estatutos...*, p. 99). No que se refere à Faculdade de Direito, a reforma de 18 de Abril de 1911, determinou que "haverá, em todas as cadeiras e em todos os cursos da Faculdade, três lições semanais da duração de uma hora". (Cfr. Art.º 22.º do Decreto com força de lei de 18 de Abril de 1911, *Diano do Governo*, n.º 91, de 20 de Abril).

<sup>(404)</sup> - Ver, no Cap. I, a nota 25.

<sup>(405)</sup> - *In Illo Tempore...*, p. 159, nota 1.

aumento do número de alunos nesta escola, as aulas passaram a terminar "às três horas porque os cursos estão desdobrados em turmas"<sup>(406)</sup>. Uma vez que nos *Anuários da Universidade* se encontram publicados os horários das diferentes escolas e cursos, através deles podemos constatar que o tempo institucionalmente consagrado às aulas não era excessivo. Continuando a tomar como exemplo a Faculdade de Direito, e para o período de tempo que o nosso estudo abrange, podemos dizer que, em termos globais, o número de horas lectivas semanais se situava entre as 12 e as 18.

Mais difícil de avaliar é o tempo que os estudantes dedicavam ao estudo. Se Trindade Coelho refere que, após o toque da cabra, às seis horas em ponto, "alguns não faziam caso dela... e deixavam-na badalar como se fosse no vácuo; mas a maioria, ainda assim, os ursos principalmente, recolhia-se logo; e aceso à banca de pinho o candeeiro clássico... começavam as *tristes* (assim chamadas as horas de estudo), que iam às vezes por essa noite fora!"<sup>(407)</sup>, já Pacheco de Amorim nos revela que "Nas Faculdades de Matemática e Medicina, estudavam-se as lições todos os dias. Nas restantes, Teologia, Direito e Filosofia, só os ursos e poucos mais tinham esse cuidado"<sup>(408)</sup>, para Diamantino Calisto testemunhar 3 horas por dia<sup>(409)</sup>, o que dá uma média de 20 horas por semana.

Na Faculdade de Direito, as aulas decorriam em salas "muito compridas, com duas bancadas laterais, separadas por um espaço denominado *coxia*, – por onde se entrava e saía. Na frente rasgavam-se duas grandes janelas, entre as quais estava a tribuna do lente, à altura de um púlpito de igreja, aproximadamente. Apesar de estar o lente no escuro e nós outros recebendo em cheio a luz que coava pelas janelas, não chegava até ao fim da aula, onde havia um escuro relativo; o lente pouco enxergava para além"<sup>(410)</sup>. A existência ainda de tribunas que, "situadas ao alto das aulas, quase a roçarem com o tecto"<sup>(411)</sup>, serviam para o reitor, sem ser visto,

<sup>(406)</sup> - *Idem*.

<sup>(407)</sup> - *Idem*, p. 159.

<sup>(408)</sup> - "Outros Tempos", *Via Latina*, Ano I, n.º 5, Coimbra, 27 de Maio de 1941, p. 1.

<sup>(409)</sup> - "Eu distribuía bem as 24 horas do dia, pois tinha 3 horas para estudar, 3 para as refeições, 3 para as aulas e as restantes... para o resto". (*Ob. cit.*, p. 100).

<sup>(410)</sup> - Antão de Vasconcellos, *ob. cit.*, p. 276.

<sup>(411)</sup> - Jorge de Seabra, *ob. cit.*, p. 48.



observar o andamento escolar. No tempo de Trindade Coelho, como elemento decorativo e a simbolizar a ciência, uma estátua da deusa Minerva "que fica mesmo por cima da cátedra, num nicho, e que é de pedra e tem na mão uma bola de pedra"<sup>(412)</sup>.

Com o andar dos tempos, esta estrutura da sala de aula vai-se alterando. Se, na década de 1880-90, as arquibancadas, com a numeração dos lugares, a começarem de baixo para cima, são ainda uma realidade e os alunos, quando chamados à lição, ainda respondiam do seu lugar, em pé, já o mesmo se não verifica quando chegamos ao ano de 1902, a avaliar pelo testemunho de Trindade Coelho<sup>(413)</sup>. Embora nas cátedras não tivesse havido alterações, as arquibancadas desapareceram, substituídas que foram por bancos corridos, uns atrás dos outros, muito à semelhança do que acontecia nas tabernas. Daí o nome depreciativo de "taberna" que a gíria académica consagrou para identificar as salas de aula<sup>(414)</sup>. De igual modo, também os alunos deixaram, quando interrogados sobre as lições, de responderem do seu lugar, para passarem a fazê-lo, sentados, no "burrinho", nome que os estudantes davam a uma mesa de quatro pernas colocada, em baixo, junto à cátedra, do lado direito<sup>(415)</sup>. No fundo da parede, a existência de um "grande quadro de ardósia, aonde se explicavam e escreviam coisas apontadas com um pampilho..."<sup>(416)</sup>.

Embora, a partir de 1910, as "memórias" sejam bastante lacónicas nestas matérias, sabemos, contudo, face às exigências pedagógicas e científicas que a nova reforma propõe<sup>(417)</sup>, que são as próprias escolas a solicitarem

---

<sup>(412)</sup> - *In Illo Tempore...*, p. 114.

<sup>(413)</sup> - *Idem*, p. 102, nota 7. Octaviano de Sá refere a existência de "bancos longos, hirtos, aparafuzados ao chão, para maior incómodo das costas e partes terminais..." (*Nos Domínios de Minerva...*, p. 20).

<sup>(414)</sup> - Cfr. Amílcar Ferreira de Castro, *ob. cit.*, p. 104.

<sup>(415)</sup> - *Idem*, p. 53 e Trindade Coelho, *ob. cit.*, p. 102, nota 7. Cabral de Moncada, referindo-se a uma "chamada" na aula do Dr. Calisto, escreve: "Levantei-me do meu lugar, um pouco trémulo, e sentei-me numa cadeira junto ao alto púlpito da cátedra, e versei, a convite do lente, precisamente o mesmo tema que na véspera estudara com enlevo". (*Ob. cit.*, p. 60).

<sup>(416)</sup> - Serrão de Faria, *ob. cit.*, p. 21.

<sup>(417)</sup> - Cfr. Joaquim Ferreira Gomes, *A Universidade de Coimbra durante a primeira república...*, pp. 156-58.

alterações, quer ao nível da estrutura da sala de aula, quer ao nível do próprio equipamento. O Conselho da Faculdade de Direito, em reunião de 27 de Junho de 1911, sob proposta de Machado Vilela, toma consciência do problema. Assim, porque a maneira de ensinar não podia continuar a ser a que era dantes, havia que fazer adaptações e proceder a mudanças. Reconhecendo a inadequação do espaço, era urgente transformá-lo "em salas cómodas e próprias para o trabalho dos alunos, como base material do ensino"<sup>(418)</sup>. Também a caducidade e o desajustamento dos antigos "bancos de pinho", que não permitiam "consultar um livro, tomar notas, escrever um exercício"<sup>(419)</sup>, as novas exigências, impunham a sua substituição por um "mobiliário adequado... mesas de trabalho..."<sup>(420)</sup>, onde os estudantes se sentissem bem, porque mais cómodas, e pudessem escrever à vontade.

Uma vez que, como acto pedagógico, a nova reforma banuiu por completo com as antigas "chamadas", é natural, porque desnecessário, que igual sorte tenha tido o célebre e, para muitos, inesquecível "burrinho". Aliás, é em vão que nas "memórias" desta época se procura qualquer referência a este tipo de objecto.

Fruto do clima de liberdade que a República introduziu na Universidade, também a própria disposição dos alunos na sala de aula sofre alterações, ou seja, enquanto a frequência foi obrigatória, todo o aluno tinha um espaço próprio, um lugar marcado, o que, a partir de 1910, deixou de se verificar, porque "cada bico se sentava no lugar que melhor lhe convinha"<sup>(421)</sup>.

Até à implantação da República, as aulas, sobretudo na Faculdade de Direito, decorriam de um modo muito simples, mas, ao mesmo tempo, também muito especial. Fruto certamente do poder que esta escola encarnava, da sua história e tradição, para além da observação de convenções sociais e normas de cortesia, um conjunto de atitudes simbólicas eram postas em prática. Dai que, na pena dos memorialistas, as aulas se identifiquem com um tempo e um espaço convencionais, de formalismos, de ritualismos e de rigorismos praxísticos: a obrigatoriedade, tanto para mestres como para discípulos, do uso da capa e batina que, quando não trajada a rigor, obrigava o Doutor Calisto

<sup>(418)</sup> - *Idem*, p. 81.

<sup>(419)</sup> - *Idem*, p. 82.

<sup>(420)</sup> - *Idem*, p. 82.

<sup>(421)</sup> - Jorge de Seabra, *A Coimbra académica do meu tempo...*, p. 60.

a dizer: "O Senhor está indigno de entrar em qualquer reles casa de pasto, quanto mais no primeiro estabelecimento científico do País!"<sup>(422)</sup>; são os estudantes que aguardam, à porta da sala, a vinda do professor que, acompanhado pelo bedel, chegava, rigorosamente, um quarto de hora depois da hora marcada no horário, observando-se assim a tradição do quarto de hora académico<sup>(423)</sup>; com aspecto reservado e austero, é à porta, antes de entrar na sala, que o mestre recebe os cumprimentos dos seus alunos<sup>(424)</sup>; já no interior da sala de aula, a observância das mesmas praxes e dos mesmos preceitos: só depois de todos os alunos estarem nos seus lugares e de pé, o professor faz a sua entrada na sala, dirigindo-se, de imediato, para a cátedra, onde se senta<sup>(425)</sup>; terminada que foi a chamada por parte do bedel, a lição começa e, à primeira palavra do mestre, "o curso todo levanta-se a meio, cortejando de novo o oráculo que vai falar"<sup>(426)</sup>; rigorismo e formalismo também no fim da aula: anunciado pelo bedel que "Deu a hora"<sup>(427)</sup>, a aula terminou. Então, o professor coloca-se junto à porta e aí recebe a última veneração dos seus discípulos.

Mas o interior da aula não é um espaço e um tempo qualquer. Múltiplo e variado, para além de fórmulas e rituais, a marca do sagrado advém-lhe, à semelhança do que acontece no templo, onde o oficiante dispõe de lugar reservado e palavra própria<sup>(428)</sup>, da cátedra "como a marcar a distância insuperável entre o lente e o estudante..."<sup>(429)</sup> e de o professor ser o mestre

<sup>(422)</sup> - Vide nota 119.

<sup>(423)</sup> - Cfr. João Eloy, *Boémia Coimbrã. A vida académica nos fins do século passado*, Vila Nova de Famalicão, Oficinas Gráficas Minerva, 1938 p. 32. Também Trindade Coelho refere a este propósito: "Ao bater o quarto, ele [o Dr. Chaves], que nunca dera uma falta... entrava nos Gerais pontualmente, como se tivesse dormido na secretaria". (*Ob. cit.*, p. 112).

<sup>(424)</sup> - Cfr. Alfredo de Freitas Leal, *Coimbra nos Noventas...*, pp. 76-77 e João Eloy, *ob. cit.*, p. 32.

<sup>(425)</sup> - Trindade Coelho, *ob. cit.*, p. 112.

<sup>(426)</sup> - Luís de Magalhães, "As últimas proezas judiciárias do Conselho de Decanos da Faculdade de Direito", citado por Alberto Xavier, *História da greve académica de 1907...*, p. 375.

<sup>(427)</sup> - Antão de Vasconcellos, *ob. cit.*, p. 207 e Diamantino Calisto, *ob. cit.*, p. 161.

<sup>(428)</sup> - *Sancta Sanctorum* - em muitos templos ainda existe uma separação entre o espaço reservado aos assistentes e o lugar do oficiante. Esta separação começou a desaparecer ou a atenuar-se, a partir do Concílio do Vaticano II.

<sup>(429)</sup> - Campos Lima, *A Questão da Universidade...*, p. 54.

da palavra e da iniciativa. A reforçar a ideia de espaço e tempo sagrados, ainda o silêncio que se faz sentir, bem como o dogmatismo, qual linguagem de luz e certeza que todos escutam<sup>(430)</sup>.

Com excepção para o "dia do cavaco"<sup>(431)</sup>, começada a lição, o professor "durante três quartos de hora, nem mais minuto nem menos minuto, preleccionava, preleccionava, preleccionava – preleccionava sem despegar um segundo!"<sup>(432)</sup>. A aula é, aos olhos dos memorialistas, para além de aprendizagem científica<sup>(433)</sup>, um tempo e um espaço de irreverência, de laxismo, de transgressão de valores instituídos, nas mais diferentes matizes: na projecção de imaginários, pois sempre que o mestre é intransigente em questões de disciplina "quase todos se conservam atentos, com os olhos fixos no prelector e o espírito a devanear em mil coisas, a pensar em tudo, menos na prelecção"<sup>(434)</sup>; de lazer e

---

<sup>(430)</sup> - "Cumprir dizer que o Dr. Afonso Costa, ... , era de todos o único professor a quem os cursos atentamente ouviam as brilhantíssimas preleções". (Alberto Costa, *ob. cit.*, p. 45, nota 1).

<sup>(431)</sup> - "Primeiro dia de aula, em que o lente faz conhecimento com o curso que lhe chega de novo" (Antão de Vasconcellos, *ob. cit.*, p. 356 e ainda Amílcar Ferreira de Castro, *ob. cit.*, p. 60).

<sup>(432)</sup> - Trindade Coelho, *ob. cit.*, p. 112. Bem diferente era a maneira de ensinar na Faculdade de Matemática. Segundo Pacheco de Amorim, "havia grande diversidade de processos de ensino. Havia professores que, antes da chamada, explicavam a lição para a aula seguinte; outros que explicavam esse mesmo assunto durante diversas aulas e só depois chamavam sobre essa matéria. Outros havia que não explicavam só chamavam" ("Outros tempos", *Via Latina*, Ano I, n.º 5, Coimbra, 27 de Maio de 1941, p. 1).

Quanto ao ensino prático na Faculdade de Medicina, Costa Simões escreveu: "Diante dos seus professores o aluno de Coimbra tira indicações, formula o receituário e opera por sua mão, sem que haja risco de aplicações inconvenientes em moléstias internas, nem de golpes mal dirigidos em clínica cirúrgica. A vigilância do professor corrige nas indicações a inconveniência que por ventura se dê: e, nas operações cirúrgicas, acode com desvelo e a tempo, se a mão inexperiente do aluno carece, no momento, de algum auxílio" (A. A. da Costa Simões, "O ensino practico na Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra" *O Instituto*, vol. XXIX, 2.ª Série, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1882, p. 26). Anos depois, Campos Lima expressa opinião bem contrária: "...e em Medicina estudarem-se as operações cirúrgicas por compêndios, tendo de reproduzir quase textualmente páginas e páginas de livros que foram escritos apenas para servir de guia a uma aula prática de operatoria e não para se decorar imbecilmente" (Campos Lima, *A Questão da Universidade...*, p. 36).

<sup>(433)</sup> - Na maior parte das aulas, os alunos não prestavam atenção à prelecção do professor. Apenas os "ursos" e o "sebenteiro" (que muitas vezes era um bom aluno) o faziam.

<sup>(434)</sup> - Francisco de Athayde, *ob. cit.*, p. 111.

divertimento, sempre que o professor é mais complacente: era a risada nas bancadas quando apareciam os bilhetes "em prosa ou em verso, levando em cima o "Passe" do estilo, ou "Leia e passe"<sup>(435)</sup>, enquanto outros se entretinham jogando às damas, ao rapa e até à lotaria "com cautelas litografadas"<sup>(436)</sup>; transgressão de valores quando, os mais atrevidos, "perturbavam as aulas, quer conversando, quer atirando bolas de papel à cátedra..., quer atirando ao ar as próprias botas cambadas"<sup>(437)</sup>; tempo e espaço ainda de imaginação e criação poética: em verso, foi na aula do Doutor Chaves que o célebre "Pássaro" "rasgando uma folha em branco da Novíssima Reforma Judiciária, fez no 4.º ano o programa das latas"<sup>(438)</sup>, para outros, inspirando-se no nicho existente sobre a cátedra, versejarem assim:

"Minerva, faz-nos a esmola,  
Se o pai dos deuses consente:  
Deixa cair essa bola  
Sobre a cabeça do lente!"<sup>(439)</sup>;

mas também tempo e espaço de descanso, sobretudo para os boémios, quando as noites eram passadas em claro, como muitas vezes acontecia ao Pad-Zé que, então, "dormia"<sup>(440)</sup>.

Terminada a prelecção, o lente procedia, de seguida, às célebres "chamadas", sensivelmente durante um quarto de hora. Com excepção para os "ursos", todos os alunos, mesmo os mais regulares<sup>(441)</sup>, tinham receio de dar uma má lição, um estenderete, em linguagem académica<sup>(442)</sup>. Daí um tempo de "cólicas"<sup>(443)</sup>, de mortificação, uma vez que o estudante

<sup>(435)</sup> - Trindade Coelho, *ob. cit.*, p. 14.

<sup>(436)</sup> - Diamantino Calisto, *ob. cit.*, pp. 159-61.

<sup>(437)</sup> - Alberto Costa, *ob. cit.*, p. 45.

<sup>(438)</sup> - Trindade Coelho, *ob. cit.*, pp. 14 e 17-19.

<sup>(439)</sup> - *Idem*, p. 114.

<sup>(440)</sup> - Alberto Costa, *ob. cit.*, p. 45.

<sup>(441)</sup> - Na gíria académica, estes alunos eram conhecidos por "músicos afinados" por oposição aos "desafinados", também conhecidos por "cábulas". (Cfr. Diamantino Calisto, *ob. cit.*, p. 27 e Trindade Coelho, *ob. cit.*, p. 119).

<sup>(442)</sup> - Amílcar Ferreira de Castro, *ob. cit.*, p. 70.

<sup>(443)</sup> - Cfr. Trindade Coelho, *ob. cit.*, p. 175. Este tempo de "cólicas" é profundamente criticado por Freitas Leal quando escreve: "Este facto é muito triste e lamentável, sobretudo

chamado devia "recitar" "tudo o que o lente monologou na véspera, *ipsis verbis*, e que fora fielmente reproduzido na sebenta..."<sup>(444)</sup>. Mas, simultaneamente, um tempo de resistência, que passa e se afirma nas mais diversas e variadas estratégias: se o aluno responde do seu lugar e não estudou bem a lição, socorre-se da sebenta que, propositadamente, foi introduzida dentro de algum livro ou, então, coloca-a, segura com um alfinete, nas costas do companheiro da frente, o "estante", que era logo avisado de "não te movas"<sup>(445)</sup>; se o professor chama a "olho", isto é, passando um olhar de relance pela assistência, então, os menos estudiosos procuram ocupar os últimos lugares da sala, porque menos vistos. Chama-se a esta prática ir para a "coelheira" ou "galinheiro"<sup>(446)</sup>. Aqui usava-se, por vezes, a técnica do "mergulho", que consistia, quando um aluno era chamado, em se deixar escorregar do banco "e vai de mergulho por baixo dos bancos para longe e para além de coelheira, porque o lente ao sair, sabe o lugar, olha e bispá-lo-ia"<sup>(447)</sup>; sempre que possível, a táctica modifica-se e, então, fazia-se o "jogar de porta", isto é, o "curso entrava com o bedel, quando o bedel ia marcar as faltas, e saía atrás do bedel"<sup>(448)</sup>; se o professor utilizava o método de "chamar à bola"<sup>(449)</sup> ou pela caderneta (processo mais habitual), então, o aluno precavia-se: antecipadamente, à entrada da aula, o aluno escrevia o bilhete, que entregava ao professor, pedindo dispensa da lição. Era a prática de "meter farpa"<sup>(450)</sup>.

---

em rapazes na flor da idade, mas era o efeito da tirânica forma de ensino naquela e só naquela Faculdade [Direito]". (Alfredo de Freitas Leal, *Coimbra nos noventas...*, p. 82).

<sup>(444)</sup> - Luís de Magalhães, *ob. cit.*, p. 375.

<sup>(445)</sup> - Cfr. Antão de Vasconcellos, *ob. cit.*, p. 279.

<sup>(446)</sup> - "Como o coelho mora no escuro, em tocas ou furnas, daí o nome de *Coelheira* e de *coelhos* aos moradores. Qual a vantagem? Não ser visto; o lente não via o tipo, não se lembrava de chamá-lo" (Antão de Vasconcellos, *ob. cit.*, p. 277 e Trindade Coelho, *ob. cit.*, p. 102, nota 7).

<sup>(447)</sup> - Antão de Vasconcellos, *ob. cit.*, p. 283.

<sup>(448)</sup> - Trindade Coelho, *ob. cit.*, p. 118, nota 5 e Antão de Vasconcellos, *ob. cit.*, p. 282.

<sup>(449)</sup> - "O bedel Perdigão pronunciava o nome dos que faltavam às aulas e o professor depois chamava à lição quem muito bem queria, fazendo-o geralmente à sorte, isto é, uma sorte a fingir, extraindo a bola com batota, de um saco com números que o mesmo bedel simulava agitar honestamente" (Luís Cabral de Moncada, *ob. cit.*, p. 59).

<sup>(450)</sup> - Cfr. Trindade Coelho, *ob. cit.*, p. 119. Um exemplo desses bilhetes pode ver-se na p. 187.

Caso o aluno não pedisse dispensa e viesse a ser chamado, socorria-se, muitas vezes, do slogan: "Sr. Dr. tenho estado doente..."<sup>(451)</sup>.

Como actos pedagógicos e provas de avaliação, para além dos interrogatórios nas aulas e dos exames finais, havia ainda as dissertações e as sabatinas. Embora preceituadas nos Estatutos de 1772<sup>(452)</sup>, com o tempo foram deixando de ter importância, acabando quase por cair em desuso<sup>(453)</sup>.

Embora tempo de formação académica e de emancipação para a vida, aos olhos da grande maioria, as aulas afirmam-se, em contraste com a vida de boémia, como um tempo detestável, nada simpático, porque de submissão: para além de obrigatórias, é a obediência rigorosa às normas instituídas, é o ter que aturar os lentes que "eram, de uma maneira geral, simplesmente insuportáveis, na distância a que se colocavam de nós, escolares, no seu endeusamento, pose e filúcia intelectual"<sup>(454)</sup>, é ainda o ter que estudar para, quando interrogado, "recitar" a lição que o mestre explicou na véspera. Daí o regozijo com que todos saúdam o seu encerramento, nos fins de Maio. Se Trindade Coelho nos fala de um dia "de supremo, supino e desenfreado júbilo"<sup>(455)</sup>, também Freitas Leal recorda as delícias daqueles "lindos dois meses de Junho e Julho em Coimbra"<sup>(456)</sup>, porque com as aulas terminadas "o último gesto oficial que tínhamos de praticar, era o de assinar o *Ponto*"<sup>(457)</sup>.

Reflexos de uma nova legislação, mas também de uma progressiva democratização que foi alterando conceitos e hábitos, a partir de 1910, aos

---

<sup>(451)</sup> - Alberto Costa, *ob. cit.*, p. 46.

<sup>(452)</sup> - Cfr. *Estatutos da Universidade de Coimbra (1772)*. Livro I, Coimbra, Por ordem da Universidade, 1972, pp. 151 e ss.

<sup>(453)</sup> - Segundo nos informa António Garcia Ribeiro de Vasconcelos, as "dissertações não passavam duma fantasmagoria inútil; os lentes não lhes ligavam importância, e muitos, e muitos nem sequer as liam por não saberem se haviam sido feitas pelos alunos que as assinavam". Quanto às sabatinas "ou discussões entre estudantes sob a presidência do professor, em presença de todo o curso, eram exercícios úteis...na Faculdade de Direito, haviam passado de moda, não se faziam, a não ser nalguma rara cadeira, de anos a anos, por estravagância do respectivo professor". (Apud Octaviano Sá, *Nos domínios de Minerva...*, pp. 57-58).

<sup>(454)</sup> - Luís Cabral de Moncada, *ob. cit.*, p. 61.

<sup>(455)</sup> - *In Illo Tempore...*, p. 15.

<sup>(456)</sup> - *Coimbra nos noventas...*, p. 95.

<sup>(457)</sup> - *Idem*, p. 95.

olhos e na pena dos memorialistas, as imagens das aulas são já bem outras das que eram anteriormente. Neste sentido, podemos falar de uma ruptura com o passado e a vários níveis: a contrastar com as longas, hirtas e incómodas bancadas, a existência de carteiras<sup>(458)</sup>; por oposição a um lugar obrigatório na sala, porque numerado, os alunos passam a sentar-se onde desejam; às leis da obrigatoriedade presencial e aos interrogatórios orais, a institucionalização dos cursos livres; aos formalismos e ritualismos, uma certa democraticidade e uma vida mais simples e os lentes já não trajam a rigor, mas com "elegância e sobriedade"<sup>(459)</sup>. Para além de uma ou outra "chinesices com foros de "máximas" inabaláveis"<sup>(460)</sup>, raramente se encontram nas "memórias" dos estudantes desta época, ao contrário do que acontecia nos tempos anteriores, alusões a picardias ou irreverências cometidas nas aulas. As aulas passam a identificar-se, essencialmente, como um tempo e um espaço de aprendizagem científica. De um modo geral, as lições são escutadas atentamente. Em oposição aos tempos idos, professores há mesmo em que as suas lições são, porque "duma clareza inexcelável, ouvidas sempre com agrado pelo vasto auditório académico, apesar de se viver, nesse tempo, em regime de "cursos livres"<sup>(461)</sup>.

Mas, também uma certa continuidade, embora em mudança: se professores existem ainda a exigirem que os seus alunos saibam as lições decoradas<sup>(462)</sup>, se a prelecção, com a mesma duração de 45 minutos, continua a ser a metodologia mais seguida para se transmitirem os conhecimentos científicos aos alunos, a distância entre o professor e os estudantes vai-se esbatendo. Embora a maior parte dos mestres prelecionassem sentados, alguns havia já, como Marnoco e Sousa, que o faziam, mas "de pé e muito perto das primeiras carteiras"<sup>(463)</sup>, enquanto outros se dirigiam para o fundo da sala "a fim de ilustrar a prelecção com os elementos de um grande quadro pendurado na parede"<sup>(464)</sup>.

(458) - Ver a nota 463.

(459) - Jorge de Seabra, *A Coimbra académica do meu tempo...*, p. 58.

(460) - *Idem*, p. 47.

(461) - *Ibidem*.

(462) - Cfr. Raul Fernandes Martins, *Coimbra. Recordações de um estudante...*, p. 32 e Rafael Salinas Calado, *ob. cit.*, p. 115.

(463) - Jorge de Seabra, *ob. cit.*, pp. 46-47.

(464) - Luís Cyrne de Castro, *Tempos idos...*, p. 54.



#### 4.6. Os professores

Como já referimos anteriormente, o falar dos professores constitui uma das temáticas mais queridas e predilectas de todos os memorialistas. Não admira que assim seja, visto que, para além de os professores serem as figuras mais preponderantes da Universidade, é com eles que, de uma maneira directa (presença nas aulas) ou indirecta (através do estudo das suas lições), os estudantes compartilham uma boa parte do seu enfadonho e monótono quotidiano escolar, ao longo de alguns anos.

São múltiplas, em tonalidades diversas e com características várias, as imagens que os diferentes autores de "memórias" nos transmitem dos (seus) mestres. No contexto escolar, se Lopes de Oliveira, criticando posturas da Academia, denuncia, relativamente à cátedra, um certo oportunismo estudantil traduzido numa "vassalagem imposta pelas conveniências"<sup>(465)</sup>, já António José de Almeida<sup>(466)</sup>, Carlos Babo<sup>(467)</sup> e Campos Lima<sup>(468)</sup>, entre outros, põem o acento tónico na crítica impiedosa aos mestres, ao mesmo tempo que não escondem as suas desilusões, antipatias e ressentimentos. António José de Almeida, por exemplo, acusa mesmo alguns dos seus mestres de sectarismo e perseguição política. Em sua opinião, a guerra que lhe moveram, no 4.º ano de Medicina, foi pelo simples facto de "ser republicano"<sup>(469)</sup>. Excluindo, aqui ou além, um ou outro sentimento de radicalismo, motivado muitas vezes por questões de ordem meramente pessoal<sup>(470)</sup>, na pena da grande maioria dos memorialistas, as imagens que estes nos transmitem dos seus professores, apesar de críticas e irónicas, sobretudo até 1910, caracterizam-se por um forte sentido de ambivalência: enquanto estudantes, porque o professor se apresenta revestido de uma

---

<sup>(465)</sup> - José Lopes d'Oliveira, *De cara erguida. A academia e a reforma universitária*. Coimbra, 1901, p. 5.

<sup>(466)</sup> - *Desaffronta (Historia d'uma perseguição)*, 2.ª ed., Coimbra, Livraria Moderna de A. d'Oliveira, 1896.

<sup>(467)</sup> - *Ob. cit.*

<sup>(468)</sup> - *A Questão da Universidade...*

<sup>(469)</sup> - *Desaffronta...*, p. IX.

<sup>(470)</sup> - É o caso, por exemplo, do Pad-Zé, entre outros, no conflito que teve com o professor Teixeira Bastos. É o próprio Alberto Costa que diz tratar-se de "uma mera questão particular entre um estudante e um lente". (Alberto Costa, *ob. cit.*, p. 115).

determinada forma de poder, a correspondente ao conteúdo das funções escolares, aos olhos do memorialista, "o lente era o terror... era o papão, o monstro horrendo, o fantasma aterrorizador"<sup>(471)</sup>; mais tarde, passados anos, reconhece-se a "quanta injustiça se abrigava nesse rancor, em que os rapazes envolviam os professores"<sup>(472)</sup>, enquanto outros, cheios de saudades, vão mais longe e não conseguem esconder o "enternecido preito de gratidão"<sup>(473)</sup> que é devido aos mestres.

Excluindo, por momentos, o contexto escolar, ao nível do tecido social da urbe coimbrã, o facto de alguém ser professor da Universidade, ser lente, implicava, não só ser pessoa muito conhecida e conhecer toda a gente<sup>(474)</sup>, ocupar o mais alto grau da carreira académica, mas também disfrutar de um determinado prestígio pessoal e, sobretudo, usufruir de um estatuto de legítima superioridade social. Embora se reconheça que esta superioridade social é comum a todos os que pertencem à Universidade<sup>(475)</sup>, no que se refere aos lentes já não é uma distinção qualquer, quando comparada com a dos estudantes. Enquanto a dos alunos, que são em maior número, é, por questões de necessidade, mais consentida que imposta, e passa, fundamentalmente, por uma força de carácter económico que alimenta todo um corpo de pessoal de serviços<sup>(476)</sup>, a dos professores projecta-se a outros níveis, porque alicerçada em outras formas diferentes e reconhecidas de poder. Se, como diz Eduarda Cruzeiro, as práticas desencadeadas pelos lentes os levavam a considerarem-se "a si próprios como elite"<sup>(477)</sup>, também o dispõem de um capital intelectual e de um poder académico, embora

---

<sup>(471)</sup> - António Cabral, *Tempos de Coimbra...*, p. 166.

<sup>(472)</sup> - *Idem*, p. 166.

<sup>(473)</sup> - Rafael Salinas Calado, *ob. cit.*, p. 17.

<sup>(474)</sup> - Cfr. Trindade Coelho, *In Illo Tempore...*, p. 185.

<sup>(475)</sup> - Esta ideia está bem patente nas diferentes "memórias" e projecta-se, sobretudo, nas formas de tratamento. Recordamos apenas que até os "caloiros" são chamados de "doutores" mesmo logo à saída da estação.

<sup>(476)</sup> - Veja-se o que a este propósito escrevemos, quando se abordou a problemática do relacionamento entre estudantes e fútricas. A dependência económica do corpo de serviços relativamente ao estudante está bem evidente no exemplo que Trindade Coelho nos apresenta sobre os gastos mensais que certo académico enviou ao pai, para justificar o dinheiro solicitado. (Cfr. Trindade Coelho, *In Illo Tempore...*, p. 139).

<sup>(477)</sup> - Mana Eduarda Cruzeiro, "Os professores da Universidade de Coimbra na segunda metade do século XIX", *Análise Social*, n.ºs 116-117, quarta série, vol. XXVII, Lisboa, 1992, p. 531.

ambivalente, lhes possibilita afirmarem-se como uma fracção da elite intelectual do país<sup>(478)</sup>. Aos olhos da gente de Coimbra, é a sabedoria intelectual juntamente com o poder académico que, mesmo quando simbólico, levam a que os lentes sejam, em termos sociais, iguados ao que de "melhor" há na cidade. Daí que, em Coimbra, o professor da Universidade ocupe a posição mais elevada na hierarquia social. Assim o refere e testemunha o memorialista, ao escrever: "Ser professor universitário ou "lente", que era a designação tradicional, não representava só atingir-se o nível mais alto na escala da hierarquia docente da Universidade: era também a conquista da mais destacada posição social em Coimbra"<sup>(479)</sup>.

Esta ideia sai reforçada e ganha até uma tonalidade de certo modo sagrada, porque pouco vistos, quando pensamos no tipo de vida que a maior parte dos lentes levava. Empenhados no estudo<sup>(480)</sup>, metidos consigo mesmos, isolados da restante vida cultural do país, constituíam uma sociedade de certa maneira fechada, uma vez que a sua convivência com o resto da sociedade era bastante limitada. O mesmo sentido de afastamento se passava relativamente aos alunos, apesar de, todos os dias, frequentarem o mesmo espaço<sup>(481)</sup>. Se, no tempo em que Trindade Coelho era escolar de Leis, lentes havia que, ao nível da cidade, faziam, de alguns locais, espaços e momentos de sociabilidade<sup>(482)</sup>, a maioria "passam o ano

---

<sup>(478)</sup> - *Idem*, p. 530-32.

<sup>(479)</sup> - Raul Fernandes Martins, *ob. cit.*, p. 23.

<sup>(480)</sup> - É o caso, entre tantos outros, do Professor Marnoco e Sousa que todos os memorialistas referem como tratando-se de um "Trabalhador incansável, abusando desmedidamente de drogas, a fim de se poder aguentar, até noite velha, agarrado ao verbo..." (Jorge de Seabra, *A Coimbra académica do meu tempo...*, p. 47).

<sup>(481)</sup> - "É das boas, das mais antigas, das mais arreigadas tradições da Faculdade o lente sequestrar-se por completo do elemento académico. O corpo docente constitui uma casta à parte, aristocrática, privilegiada, quase sagrada, entre a qual e o corpo discente a cátedra cavou todo um abismo insondável". (Francisco de Athayde Machado de Faria e Maia, *A minha velha pasta...*, p. 120, nota 1).

<sup>(482)</sup> - Para além do Clube dos Lentes, locais havia onde estes gostavam de passar um pouco de tempo, em amena cavaqueira. Assim, enquanto os de Direto montavam arraiais nas livrarias do Cabral, na Calçada, e do Pires, à Sé Velha, "onde nunca entrou sombra de estudante", já os de Medicina se quedavam pela Farmácia do Ferraz, junto ao Castelo, e os de Teologia, pela Rua dos Coutinhos, na botica da Misericórdia. (Cfr. Trindade Coelho, *In Illa Tempore...*, pp. 164 e 177).

de casa para a Universidade e da Universidade para casa"<sup>(483)</sup>, já no tempo em que Cabral de Moncada foi estudante, "raramente se via um lente na rua"<sup>(484)</sup>. Com o decorrer dos anos, esta prática de vida foi-se acentuando, o que levou o mesmo autor a afirmar que: "Fora da Universidade e das aulas, os mais antigos raramente saíam de casa. Nem eles nem os mais novos apareciam nos cafés, nos passeios, no cinema. Era muito raro ver aí algum lente. Não se visitavam uns aos outros, não conviviam... Fora dos doutoramentos solenes..., os enterros eram realmente as únicas ocasiões e locais onde os lentes quase exclusivamente se encontravam"<sup>(485)</sup>.

Apenas na férias do Verão, alguns iam até à Figueira da Foz, para retemperar forças, voltando de imediato para Coimbra, enquanto outros "chegam à terra... e... entretêm-se a ver as hortas; a dar o seu passeio com o administrador; aparecem pela botica ou por casa do padre..."<sup>(486)</sup>. Reservados, distantes no relacionamento e essencialmente conservadores nos hábitos, deixam-nos a imagem de uma intensa e profunda ligação à cidade e à instituição a que pertencem. Mas, também, porque ciosos do seu prestígio, não deixam os seus créditos por mãos alheias. Não podendo assumir posições que ponham em causa a sua importância e imagem social, preferem movimentar-se em ambientes conhecidos. Daí certamente a razão, entre outras, porque raramente empreendem viagens pelo país e muito menos pelo estrangeiro<sup>(487)</sup>. Em matéria de preservação de imagem,

---

<sup>(483)</sup> - *Idem*, p. 185.

<sup>(484)</sup> - Luís Cabral de Moncada. *ob. cit.*, p. 62.

<sup>(485)</sup> - *Idem*, pp. 154-55.

<sup>(486)</sup> - Trindade Coelho, *ob. cit.*, p. 185.

<sup>(487)</sup> - Para além de uma certa mentalidade, é possível que a magreza dos vencimentos dos professores possa constituir motivo para que não se fizessem deslocações ao estrangeiro. Contra os baixos ordenados da classe insurgiu-se, entre outros, Eusébio Tamagnini, em 1909, na Sala dos Capelos, na oração de sapiência que proferiu. Diz o catedrático de Filosofia, em determinado passo: "... um professor da Universidade não pode dar-se ao luxo asiático de passear pelo estrangeiro sem comprometer irremediavelmente o seu orçamento..." (*Anuário da Universidade de Coimbra. Anno lectivo de 1909-1910*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1910, p. XXXV). Só quando a lei consignou que parte das receitas da Universidade deviam reverter em prol da ciência (Cfr. Decreto de 19 de Agosto de 1907. *Diário do Governo*, n.º 188, de 24 de Agosto de 1907), é que as diversas Faculdades mandaram professores ao estrangeiro, em missões científicas. (Cfr. Joaquim Ferreira Gomes, *A Universidade de Coimbra durante a primeira república...*, pp. 21-24).

também a própria Universidade os protegia. Assim aconteceu na celebração do Centenário da Sebenta, quando o Vice-Reitor, Avelino Calisto, solicitou à comissão encarregada dos festejos para que "evitassem alusões aos Lentes"<sup>(488)</sup>.

Não deixando a sua reputação por mãos alheias, poder-se-á, então, perguntar qual a imagem que o lente cultiva de si próprio? Embora os escritos dos diferentes memorialistas nos esclareçam de um ou outro auto-retrato, é, essencialmente, nos discursos oficiais produzidos, aquando da abertura solene das aulas, que melhor se colhem as auto-imagens dos professores. Sendo filhos devotos da Universidade e, sendo esta uma instituição cujas raízes mergulham nos tempos da Idade Média, é aqui que os lentes vão, ufanamente, buscar as suas origens. Ao intitularem-se, em passagens várias, de "sacerdotes" e "guerreiros" das "pugnas científicas" mais não fazem que identificarem-se com o que de melhor e mais prestigiado havia nos tempos góticos. Daí que o memorialista nos afirme que possuir borla e capelo era adquirir uma certa nobreza<sup>(489)</sup>.

Aproveitando as circunstâncias, a glória e o prestígio da instituição, o lente não deixa de fazer, também, a apologia da sua própria imagem. Sempre que nas orações de sapiência se afirma serem os lentes "astros de primeira grandeza"<sup>(490)</sup> ou "fervorosos apóstolos do progredimento científico"<sup>(491)</sup>, estas expressões mais não significam que uma efectiva auto-consagração. Primeiros entre os primeiros, os lentes, à semelhança dos astros, estão acima de todos e afirmam-se como os detentores da luz que a todos ilumina.

Este conceito de primeiros entre os primeiros eleva-se, por vezes, ao mais alto grau, sobretudo quando se quer fazer a ideia de pertencer a uma elite. É o caso de um lente de Direito, que, num acto de doutoramento, dirigindo-se ao candidato, afirma: "O Senhor... que se senta aí nesse lugar e nós que nos sentamos aqui nos doutorais não somos toda a gente!"<sup>(492)</sup>.

<sup>(488)</sup> - Diamantino Calisto, *ob. cit.*, p. 36.

<sup>(489)</sup> - Luís Cabral de Moncada, *ob. cit.*, p. 62.

<sup>(490)</sup> - *Anuario da Universidade de Coimbra. Anno lectivo de 1900-1901*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1901, p. XXI.

<sup>(491)</sup> - *Anuario da Universidade de Coimbra. Anno lectivo de 1901-1902*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1901, p. XXIV.

<sup>(492)</sup> - Apud Campos Lima, *ob. cit.*, p. 102.

O culto da imagem passa também pela pose na maneira de vestir e andar: se Machado Vilela vestia "irrepreensivelmente de azul, grande colarinho engomado, de ida e volta, chapéu de coco e luvas amarelas na mão direita, andando ligeiro e risonho"<sup>(493)</sup>, já Sidónio Pais usava "bengala de cana da Índia.. caminhava rápido, direito, absorvido, como que afastado por pensamentos diferentes, da vida que o rodeava"<sup>(494)</sup>, e Salazar trajava "de escuro, com longo sobretudo até bastante abaixo dos joelhos, chapéu preto de feltro com abas mais largas do que o comum, bengala também preta de castão de prata, e movia-se vagarosamente, com certo ar pausado e solene"<sup>(495)</sup>.

Mas, aos olhos dos memorialistas, ser lente não é sinónimo, unicamente, de estudo, aulas, Universidade e vida solitária. Vestir borla e capelo significava, para além de um certo estatuto de condição social superior, disfrutar ainda dos requisitos necessários, não para a ciência, mas para a obtenção de reais vantagens políticas. Alguns, embora não muitos, a avaliar pelo testemunho de Trindade Coelho<sup>(496)</sup>, mas certamente os mais vocacionados ou ambiciosos, com o nome de lente no passaporte, qual carta de recomendação, partiam para Lisboa, na mira de virem a ser deputados, par do Reino ou ministros<sup>(497)</sup>.

Em matéria de ideias políticas, ao lado de alguns professores republicanos – Manuel Emídio Garcia, José Bruno Cabedo, Filomeno da Câmara,

---

<sup>(493)</sup> - Rafael Salinas Calado, *ob. cit.*, pp. 131-32.

<sup>(494)</sup> - *Idem*, p. 102.

<sup>(495)</sup> - Luís Cabral de Moncada, *ob. cit.*, p. 126.

<sup>(496)</sup> - "Lá aparece um outro que, logo que se apanha doutorado e a reger cadeira, diz aos livros que passem por lá muito bem; que para maçada basta a que lhe deram; que "isto de ser lente é uma pioheira sem futuro" e que Lisboa é que é terra e o mais são lérias!" (*In Illo Tempore...*, p. 185). É, possivelmente, neste contexto que Tamagnini, ao referir-se aos baixos ordenados dos professores, diz que alguns "tratam de adquirir por outros meios aquilo que não podem obter no exercício da sua profissão" (*Apud Anuario da Universidade de Coimbra. Anno lectivo de 1909-1910...*, p. XLIII).

<sup>(497)</sup> - Foram os casos de João Arroio, António Aires de Gouveia, Júlio Marques de Vilhena e outros. Muitos professores "só se lembram que são lentes quando ouvem dizer, no Parlamento, ou lêem nos jornais, que na Faculdade de Direito estão fechadas tantas cadeiras por falta de professores; que na Medicina acontece o mesmo; na Teologia a mesma coisa; outro tanto na de Matemática; e o mesmo, sem tirar nem pôr, na de Filosofia!" (Trindade Coelho, *ob. cit.*, p. 185). Nesta matéria, e segundo o testemunho de Cabral de Moncada, João Arroio chegou mesmo "a comparar a Faculdade de Direito a uma fábrica de louça que servia para exportar as boas peças... e ficar depois com o refugo; as defeituosas e os cacos" (Luís Cabral de Moncada, *ob. cit.*, p. 62).

Guilherme Alves Moreira, Bernardino Machado e Afonso Costa<sup>(498)</sup> e alguns monárquicos confessos – Carneiro Pacheco, Fezas Vital e Magalhães Colaço<sup>(499)</sup> –, a grande maioria dos lentes da Universidade de Coimbra era uma "massa politicamente amorfa... se bem que na sua maior parte de cariz fortemente conservador, quando não de tendência solidamente reaccionária"<sup>(500)</sup>.

Apesar de posturas ideológicas diferentes, havia entre os professores um certo espírito corporativo. Isto mesmo se depreende nas "memórias" dos diversos autores bem como em outro tipo de documentação. Que dizer, por exemplo, da atitude e do acto assumido pela Congregação da Faculdade de Medicina, em 30 de Julho de 1894, quando, sob proposta de três professores, se compromete "formal e expressamente de impedir a entrada para o magistério da Medicina do estudante António José de Almeida quaisquer que sejam as classificações que hajam de lhe ser conferidas quer agora, quer no quinto ano ou depois"<sup>(501)</sup>; e como analisar o teor das intervenções proferidas pelos diferentes professores, aquando da célebre questão "Quintanilha", no Senado?<sup>(502)</sup>.

---

<sup>(498)</sup> - Pelo facto de manifestarem em público as suas ideias, alguns destes professores foram incomodados. A pedido do Governo, em Fevereiro de 1895, foi-lhes enviado pelo Reitor da Universidade, a seguinte nota informativa: "Encarrega-me Sua Excelência o Senhor Ministro do Reino de lembrar a V. Ex.ª, para os devidos efeitos, que não é lícito aos professores dos Institutos Oficiais de ensino tomar parte em manifestações ou demonstrações públicas e ostensivas de aberta hostilidade e de propaganda contra as instituições fundamentais do País, às quais os mesmos professores prestaram fidelidade, quando aceitaram os seus empregos..." (AUC - Universidade de Coimbra. Reitoria da Universidade. Correspondência-Ofícios (1894-1895), fl. 110-110v), Relativamente a Bernardino Machado, veja-se o ofício n.º 67, de 30 de Março de 1907 (AUC - Universidade de Coimbra. Reitoria da Universidade. Correspondência-Ofícios (1906-1907), fl. 39-39v).

O Doutor Guilherme Moreira "com o advento, ou aproximação da república, fez-se conservador e monárquico, porque, inteligente e lógico como era, compreendeu e pressentiu a hecatombe da plutocracia feita à custa do dinheiro do povo, que ia mandar e tem mandado sob a máscara de Patriotismo!" (Alfredo de Freitas Leal, *Coimbra nos Noventas...*, pp 72-72).

<sup>(499)</sup> - Cfr. Joaquim Ferreira Gomes, *A Universidade de Coimbra durante a primeira república...*, pp. 318 e ss; Luís Cabral de Moncada, *ob. cit.*, pp. 122 e ss. e António Pedro Vicente, "Conflitos académicos durante a 1.ª República...", *Universidade(s). História. Memória. Perspectivas...*, vol. 5.º, pp. 337-400.

<sup>(500)</sup> - Luís Cabral de Moncada, *ob. cit.*, p. 122.

<sup>(501)</sup> - António José d'Almeida, *Desaffronta...*, pp. 3-5.

<sup>(502)</sup> - Cfr. Nídia Gregório, Álvaro Garrido e Pedro Santos Lopes, *Ideologia, Cultura e Mentalidade no Estado Novo. Ensaios sobre a Universidade de Coimbra*, Coordenação, Prefácio

Mas, se, ao nível da sociedade civil coimbrã, os lentes eram, como já referimos, equiparados ao que de melhor havia na cidade e gozavam de elevada consideração, já o mesmo não se passa, pelo menos com a mesma amplitude, quando vistos pela Academia, para além da Porta Férrea, até 1910. Embora todos os memorialistas reconheçam serem os lentes uma classe altamente privilegiada<sup>(503)</sup>, no contexto escolar, para além de imensas críticas, porque a maioria é "autoritária, dogmática, ronceira, inculta, retrógrada"<sup>(504)</sup>, são inúmeros e deprimentes os ditames, sobretudo quando os professores são lentes da Faculdade de Direito: "crassos e crúzios"<sup>(505)</sup>; "animais inferiores e... irracionais"<sup>(506)</sup>; "bonzos"<sup>(507)</sup>; "solípedes, pelados e escanzelados"<sup>(508)</sup> e "filhos mamões de Minerva"<sup>(509)</sup>. Esta linguagem que, passada pelo cadinho da ironia, procura subverter posicionamentos e valores, contrasta com a posição dos estudantes que, sendo "os únicos animais superiores"<sup>(510)</sup>, encontram-se desprotegidos e têm que roer "as côdeas do pão sebáceo, arrumando no bestunto os parágrafos e artigos dos códigos, com material de citações suficiente para dizer os títulos pelas lombadas dos livros que ninguém leu"<sup>(511)</sup>.

Se Eça de Queirós pode ser apontado como um dos responsáveis por esta visão pouco simpática dos lentes de Coimbra, reconheça-se, desde já, que as críticas que são movidas aos lentes, bem como alguma inimizade que aqui ou além possa existir (do mesmo modo que sentimentos de amizade), são muito antigas<sup>(512)</sup>. Não enfeitando a óptica de alguns, ao afirmarem que "a indisposição contra o lente é apenas uma forma de materializar

---

e Introdução de Luís Reis Torgal, Coimbra, Faculdade de Letras, 1992, pp. 70-74.

<sup>(503)</sup> - Vide nota 481.

<sup>(504)</sup> - Alberto Costa, *ob. cit.*, p. 13.

<sup>(505)</sup> - Eça de Queiroz, *Notas Contemporâneas...*, p. 257.

<sup>(506)</sup> - Eça de Queiroz, "Bilhetes de Paris", *Obras de Eça de Queiroz*, vol. II, Porto, Lello e Irmão, 1966, p. 1347.

<sup>(507)</sup> - Trindade Coelho, *In Illo Tempore...*, p. 149.

<sup>(508)</sup> - Alberto Costa, *ob. cit.*, p. 44.

<sup>(509)</sup> - Serrão de Faria, *ob. cit.*, p. 65.

<sup>(510)</sup> - Eça de Queiroz, "Bilhetes de Paris", *Obras de Eça de Queiroz*, vol. II..., p. 1347.

<sup>(511)</sup> - Serrão de Faria, *ob. cit.*, p. 65.

<sup>(512)</sup> - Cfr. Hippolyto Raposo, *Coimbra Doutora...*, pp. 128 e ss e Joaquim Martins Teixeira de Carvalho, *Bric-à-Brac. Notas históricas e arqueológicas*, Porto, Livraria Fernando Machado, 1926, pp. 65 e ss.



grosseiramente a revolta contra o regime universitário<sup>(513)</sup>, somos também de opinião que o problema tem a ver, não só com formas de poder (sobretudo quando mal exercido)<sup>(514)</sup>, mas, essencialmente, com comportamentos e modos de actuação<sup>(515)</sup>.

Embora nas "memórias" se evidencie uma perspectiva acentuadamente negativista e crítica, a que não falta, muitas vezes, um certo tom de boa ironia, sobretudo no anedotário<sup>(516)</sup>, as imagens que os diferentes memorialistas nos transmitem caracterizam-se, como já dissemos, por um certo sentido de ambivalência.

Se, nos Gerais, a maioria dos lentes se identifica com uma certa superioridade olímpica, bem expressa na rigidez quase hierática com que se apresentam, no difícil relacionamento que sustentam, na enorme distância a que se colocam dos discípulos e na altivez com que lêem da cátedra, o que levou os memorialistas a apelidá-los de "empertigado[s] e altivo[s]"<sup>(517)</sup> e "omnipotente[s] e ponderoso[s]"<sup>(518)</sup>, alguns há, contudo, que, nas suas aulas e exames, não deixam de colaborar num processo de adaptação e desenvolvimento cultural, quer proporcionando desafios, quer mesmo provocando este ou aquele aluno com alguma pergunta mais bizarra, mas sempre no sentido de espertarem a agudeza de espírito e de avaliarem da cultura geral e capacidade de resposta de cada um<sup>(519)</sup>. Quando as

---

<sup>(513)</sup> - Campos Lima, *ob. cit.*, p. 184. Veja-se também António Cerqueira e António de Noronha, *A Reforma da Universidade e a Faculdade de Direito*, Bastorá, Typ. Rangel, 1904, onde os autores dão uma visão sobre a organização do ensino universitário e o espírito de reacção por parte da Academia.

<sup>(514)</sup> - Vide nota 469.

<sup>(515)</sup> - Exemplo do que acabamos de dizer são as atitudes de contraste que os estudantes têm relativamente à grande maioria dos lentes, por quem nutrem uma fria indiferença, e os elogios que rasgam às posturas e simpatias de Bernardino Machado, Daniel de Matos e outros.

<sup>(516)</sup> - Alberto Costa, *ob. cit.*, pp. 245 e ss.

<sup>(517)</sup> - Luís Cabral de Moncada, *ob. cit.*, p. 121.

<sup>(518)</sup> - Vicente Pinheiro de Mello, *ob. cit.*, p. 11.

<sup>(519)</sup> - Era o que se passava com um lente de Botânica que gostava muito de "caçar com a tropa". "Com a tropa, é como quem diz, com os rapazes! Nas prelecções que o tal lente fazia, as piadas ferviam umas atrás das outras... O próprio gesto servia ao doutor como meio de arreliar os rapazes!" (Trindade Coelho, *In Illo Tempore...*, p. 169). Entre outros, conta-se Avelino Calisto que "procurava descobrir nos rapazes... o grau do seu desenvolvimento intelectual, as suas faculdades de assimilação, de dedução e generalização.

respostas se pautam por uma certa ironia, mas sem haver perda do respeito hierárquico, também o próprio lente entra na risada que é geral. Esta atitude e comportamento do professor levam, não só à quebra do aspecto de austeridade e rigidez, que definem e caracterizam a classe, mas também a uma aproximação do professor à sua condição de estudante, o que torna mais fácil o estreitamento de relações entre as partes. O mesmo sentido de colaboração, embora forçada, por vezes, no acolhimento que dispensam às caricaturas e imitações irónicas de que são alvo, sobretudo em récitas de quintanistas, para onde "eram todos convidados"<sup>(520)</sup>.

Ambivalência também na oposição evidente entre o professor, encarado simplesmente como homem e indivíduo, com o seu carácter e a sua alma, e o mestre, que tem de ter uma imagem, um tipo, ou seja, uma síntese de convenções e exigências. Se mestres havia que, nas aulas, eram extraordinariamente exigentes, severos e autoritários, não só em matéria curricular, mas também "em matéria de uniforme e disciplina"<sup>(521)</sup> e, por isso mesmo, vistos com alguma reserva por parte dos alunos, fora dos muros da Universidade, estes mesmos professores identificam-se, através das práticas que desenvolvem, como grandes "amigos" dos estudantes: é o caso do professor Guilherme Moreira que, na Universidade, tinha fama de fera, qual gigante Adamastor difícil de ultrapassar, mas que, cá fora, segundo rezam as crónicas, tudo fazia para ajudar quem necessitava, "protegendo muito académico pobre, numa filantropia generosa"<sup>(522)</sup>. Daí o nome de "Pai Guilherme", na geração de Salinas Calado<sup>(523)</sup>; o mesmo sentimento de bem-fazer em Avelino Calisto, que, conhecendo as dificuldades de muitos estudantes, não se coibia de utilizar estratégias várias "para proteger tanto quanto possível, sem ... fazer sentir"<sup>(524)</sup>.

---

a prontidão do seu raciocínio..." (Francisco de Athayde Machado de Faria e Maia, *ob. cit.*, p.44).

<sup>(520)</sup> - Trindade Coelho, *ob. cit.*, p. 142. Às vezes, nem todos os lentes acertavam o convite.

Aconteceu com o Doutor Pita que, quando um estudante lhe entregava o convite, o lente retorquiu-lhe: "não costumo ir a festas onde me são desagradáveis" (Apud D. Thomaz de Noronha, *ob. cit.*, p. 200).

<sup>(521)</sup> - Luís Cabral de Moncada, *ob. cit.*, p. 62.

<sup>(522)</sup> - Rafael Salinas Calado, *ob. cit.*, p. 106. Foi este mesmo professor que, quando o Pad-Zé se viu em apuros por causa do roubo das comendas do Padre Martins, se apresentou junto do boémio para "saber o que havia, com todo o interesse de me ser agradável" (Alberto Costa, *ob. cit.*, p. 60).

<sup>(523)</sup> - *Ob. cit.*, p. 106.

<sup>(524)</sup> - Apud Diamantino Calisto, *ob. cit.*, p. 81.

Encarnando valores estabelecidos, a maior parte dos lentes aparece como símbolo de garantia e Ideia Conservadora, da disciplina e da ordem. Praxistas, mesmo na maneira como tratam os alunos<sup>(525)</sup>, amantes da tradição e ostensivamente ritualistas, porque enfeudados ao legado clerical, são muitas vezes satirizados, no modo como se apresentam e vestem:

"Porque vós par'ceis, doutores,  
Nos vossos trajes selectos  
Rebanhos de galos pretos  
Com cristas multicolores"<sup>(526)</sup>.

Em matéria de ensino, são profundamente disciplinados e disciplinadores: raramente dão um feriado e só a muito custo admitem dispensas da lição<sup>(527)</sup>; identificados com um tempo ritualizado, à hora exacta fazem a sua entrada nos Gerais e, amantes excessivos da dignidade pessoal e institucional, vão dar as suas aulas, mas apresentando-se de maneira grave, solene e imponente: "solenissimamente, o relógio da torre deixava cair um quarto por sobre as nossas cabeças; e à porta do fundo, junto à via Latina, o Calisto surgia na pompa da linha dum Cônsul romano dominando a plebe"<sup>(528)</sup>.

Aos olhos dos memorialistas, o lente ama a cátedra e identifica-se com ela. A cátedra é a sua "sedis", isto é, o seu lugar próprio. Sendo a cátedra o símbolo do saber e do poder, o lente, através dela, assume uma dupla função: a de ensinar e a de avaliar:

---

<sup>(525)</sup> - Avelino Calisto tinha fama de ser o terror dos caloiros. "Para os novatos, tinha frases como esta que frequentemente resmungava à porta da sua aula, na ocasião em que os alunos entravam: - Caloiros para o curro!". Aos do 2.º ano, dizia-lhes: "Nada de sustos! Olhe que já é segundanista! Já é gente!... No quinto ano, não raro, ao ser procurado por um discípulo, tratava-o por "caro colega". (Francisco de Athayde, *ob. cit.*, p. 43).

<sup>(526)</sup> - Eugénio Sanches da Gama, *Nós todos e outros versos...*, p. 46.

<sup>(527)</sup> - "Alguns só admitiam dispensas dessas em número limitado, assim como "faltas"; inclusivamente, o Calisto nem isso admitia" (Luís Cabral de Moncada, *ob. cit.*, p. 62). Sobre as múltiplas formas de os estudantes procurarem o feriado, Trindade Coelho refere: "Só os expedientes para arranjar feriados davam um livro! No meu tempo, por exemplo, o António Lagoaça...chegou a aparafusar de noite um barroto na porta do José Brás; e quando de manhã o lente quis sair de casa... viu-se entaipado, porque dormia em casa sozinho, e quando deu pela partida era já tarde!" (*In Illo Tempore...*, p. 160, nota 2).

<sup>(528)</sup> - Veiga Simões, *Elegia da Lenda. Livro das Saudades*. Porto, 1912, p. 303.

Em matéria de ensino, o lente identifica-se, essencialmente, com o discurso que profere da cátedra. Daí que o memorialista, em atitude de crítica ao processo pedagógico reinante na instituição, afirme que: "o métier do lente resume-se em fazer prelecções"<sup>(529)</sup>. Mas, se bons professores havia que leccionavam "lúcida e inteligentemente"<sup>(530)</sup>, já a grande maioria se revê em prelecções plenas de erudição, só para impressionar. É o caso, entre outros, de Avelino Calisto que, apesar de homem inteligente, era "de tal cabulice na ciência que professava, sempre imprevisível, eloquente e palavroso, à moda da época"<sup>(531)</sup>.

Mas a imagem do lente passa e caracteriza-se também pela qualidade dos conteúdos programáticos que transmite. A maior parte passa "um ano inteiro a repisar banalidades que já o eram em séculos passados..., uns nomes estrangeiros, vazios de sentido e pouco mais nada"<sup>(532)</sup>. Daí a acusação que diferentes autores fazem à ciência universitária, apelidando-a de "estéril e estiolante"<sup>(533)</sup>.

Outras vezes, é o lente que se afasta do programa que devia ensinar e, então, confunde e baralha toda a gente. Por isso, João Penha fez crítica a um professor de Direito que, em vez de Filosofia do Direito, preleccionava réplicas de filosofia transcendental:

"Eis que te partes para além do espaço,  
Envolvido na estola do infinito.  
Que Deus te leve em paz, amigo Brito:  
Nós ficamos por medo do cansaço"<sup>(534)</sup>.

Mas, se o lente é ainda pessoa nova, então gosta de afirmar o seu saber enciclopédico, quer levando para casa "rumas e rumas de livros da

<sup>(529)</sup> - Francisco Athayde, *ob. cit.*, p. 122.

<sup>(530)</sup> - Alfredo de Freitas Leal, *ob. cit.*, p. 72.

<sup>(531)</sup> - Luís Cabral de Moncada, *ob. cit.*, p. 63. Mesmo o Doutor Afonso Costa que era "o mais novo e o mais democrático de todos ... era eclesiasticamente ortodoxo e dogmático na sua forma de reger as suas cadeiras, tal qual como o velho e inquisitorial Bernardo de Albuquerque!" (Alfredo de Freitas Leal, *ob. cit.*, p. 80).

<sup>(532)</sup> - Campos Lima, *ob. cit.*, p. 68.

<sup>(533)</sup> - Alberto Costa, *ob. cit.*, p. 241.

<sup>(534)</sup> - Apud António Cabral, *Tempos de Coimbra...*, p. 246.

biblioteca da Universidade"<sup>(535)</sup>, para poder fazer "um curso com discussões acaloradas em que a propósito duma simples definição se alinham, flamantes, em fila longa, escolas, teorias, sistemas, numa baralhada perturbante"<sup>(536)</sup>, quer julgando-se apto a substituir "qualquer das... cadeiras com proficiência"<sup>(537)</sup>; se o lente já é antigo na regência da disciplina, então afirma o seu dogmatismo na repetição que faz, ano após ano, da ciência feita. Porque eram muito poucos aqueles que iam escrevendo alguma coisa<sup>(538)</sup>, o lente, aos olhos dos memorialistas, identifica-se ainda no autoritarismo da sebenta que fez ou ajudou a fazer e depois exige "ipsis verbis". O rotineirismo do ensino e a cristalização dos conteúdos fazem, inclusivamente, com que estudantes houvesse que "apareciam [em Coimbra] com a sebenta do pai!"<sup>(539)</sup>. Daqui as inúmeras críticas com que todos os memorialistas brindam a maioria dos professores, apelidando-os de "retrógrados e dogmáticos". Repetindo ciência feita e defendendo valores tradicionais, na pena dos memorialistas, os professores afirmam-se mais como homens de memória do que como profetas a quem incumbe preparar o futuro.

Imagens igualmente críticas, quando passamos em revista a função avaliadora do professor. Se o momento de avaliar, pelo menos até 1910, não é totalmente independente do de ensinar, pois raras eram as aulas em que os alunos não estavam sujeitos a interrogatórios orais sobre os conteúdos preleccionados em lições anteriores, ele completa-se, numa fase posterior, no fim do ano, com a tiragem "do ponto". Só quando os cursos se tornaram livres, a avaliação passou a constituir um momento relativamente autónomo do processo de aprendizagem, porque realizada, no fim do ano, em exames finais. Profundamente subjectiva, a avaliação varia de professor para professor. No entanto, ao longo das "memórias" é possível detectar algumas variantes: se alunos há que atribuem as suas reprovações à intolerância e agressividade

<sup>(535)</sup> - Francisco de Athayde, *ob. cit.*, p. 121.

<sup>(536)</sup> - Campos Lima, *ob. cit.*, p. 68.

<sup>(537)</sup> - Francisco de Athayde, *ob. cit.*, p. 121.

<sup>(538)</sup> - "Fez um livro [António Jardim] - coisa que não deixa de ser muito rara em lentes da Universidade: e dizia ele que o livro não seria grande coisa, mas que "quem viesse de trás que o fizesse melhor". Era um livro de Finanças, nebuloso, escrito num português apocalíptico..." (Trindade Coelho, *In Illo Tempore...*, p. 115).

<sup>(539)</sup> - *Idem*, p. 96.

do professor, pelo facto de o estudante "não se escovar todos os dias, não usar botas de polimento, trazer a capa cossada, a batina rota e a barba por escanhoar"<sup>(540)</sup>, já outros olhavam "mais à inteligência do aluno e à maneira como ele se exprimia do que propriamente à reprodução da "Sebenta"<sup>(541)</sup>, enquanto para alguns "ainda valem por vezes as protecções"<sup>(542)</sup>.

Se professor havia que "não exigia dos rapazes grande aplicação"<sup>(543)</sup>, a maioria, à semelhança de Assis Teixeira, obrigavam à descrição fiel dos conteúdos preleccionados, qual "cavalo-de-batalha das suas lições"<sup>(544)</sup>. Por isso, a imagem que os autores nos transmitem é a do professor sentencioso e imperativo que anula todo o tipo de liberdade e resistência moral.

Apesar de particularizado, um outro elemento importante ainda para a compreensão das imagens dos lentes são as alcunhas. Se é certo que este tipo de nomes são bem mais habituais em comunidades rurais<sup>(545)</sup> e entre gentes de nível cultural baixo, elas existem, também, no seio da comunidade académica coimbrã, pelo menos num plano de ordem afectiva<sup>(546)</sup>. Muito utilizadas entre estudantes, as alcunhas estendem-se também aos professores. Uma vez é o aspecto físico que o observador atento e crítico pretende evidenciar. É o caso do professor Guilherme Moreira que, por causa do seu "tenebroso aspecto, era conhecido, pelos rapazes, pelo cognome horrível de Cromagnon"<sup>(547)</sup>. Segundo rezam os anais da Academia, para além de mestre eminente e autoridade indiscutível em matéria de Direito Civil, era uma pessoa de extraordinária bondade e de excelente carácter. Em nítido contraste com a sua personalidade, é muito possível que a fama de ser bastante exigente esteja ligada ao modo como se apresenta: "vozeirão cavo,

---

<sup>(540)</sup> - Campos Lima, *ob. cit.*, p. 33.

<sup>(541)</sup> - Diamantino Calisto, *ob. cit.*, pp. 79-80.

<sup>(542)</sup> - *Idem*, p. 87.

<sup>(543)</sup> - Trindade Coelho, *In Illo Tempore...*, p. 22.

<sup>(544)</sup> - *Idem*, p. 115.

<sup>(545)</sup> - A comunidade rural é, de um modo geral, pequena; as pessoas identificam melhor as características umas das outras; o "nós" é mais evidente que o "eu"; as relações são mais informais; os locais de encontro são mais reduzidos e existe um maior conhecimento entre todos.

<sup>(546)</sup> - Cfr. Maria Filomena Brito, "(Con)vivências em Coimbra. A alcunha no meio académico tradicional", *Universidade(s). História. Memórias. Perspectivas...*, vol. 3.º, pp. 338 e ss.

<sup>(547)</sup> - Rafael Salinas Calado, *ob. cit.*, p. 105.

gestos largos..., um dedo ciclópico, com unha revirada..., tudo confirmava a existência do homem das cavernas, medonho e feio (548); também a figura de António Lopes Guimarães Pedrosa que, apesar de ser um ótimo professor, não se livrou de lhe chamarem "Petiz", por ser, em termos de estatura física, o homem mais pequeno da Faculdade de Direito, no seu tempo. Denotando uma certa afectividade e reconhecimento do seu valor científico, alguém o parodiou nos seguintes versos:

"E olhe que foram  
Pequenos, e bem,  
Os homens mais finos,  
Que a ciência tem.  
.....  
Por isso, sorria,  
Mostre-se feliz  
Quando os outros lentes  
Lhe chamem petiz"(549).

Apesar de ser das "figuras mais originais, mais pitorescas e mais simpáticas do professorado da Universidade"(550), de "velho" chamavam os estudantes o lente António Jardim, em virtude de ter "cara rosada e clara, a sua careca muito luzidia, a sua barba branca"(551).

Outras vezes, é um episódio caricato que se passou numa aula a servir de motivo para um outro nome: por "Patagónia" ficou conhecido o Padre Simões por "ter indicado uma vez todo o mapa da América, de alto a baixo, para mostrar onde ficava a Patagónia: "Fica por aqui!"(552). Caracterização humorística, talvez, porque o aluno tivesse encontrado graça à palavra "Patagónia", que pode ser para ele uma novidade; igualmente, poderá querer significar uma certa ignorância, por analogia com "patego".

---

(548) - *Idem*, p. 105.

(549) - Apud Diamantino Calisto, *ob. cit.*, p. 106.

(550) - Trindade Coelho, *ob. cit.*, p. 115.

(551) - *Idem*, p. 115.

(552) - *Idem*, pp. 167-68, nota.

Também a maneira de ser e actuar, à semelhança da de andar, de vestir ou de comer, constitui motivação para uma outra alcunha. Assim aconteceu ao professor Dias da Silva que "pelo seu ar rebarbativo e resmungão, dando-nos a ideia de um instrutor de recrutas agreste e rabugento, era, por isso, conhecido...de *Padre Capitão*"<sup>(553)</sup>; já o Doutor Pita era conhecido pelo "fósforo ardido" por ter perdido, com o avançar da idade, o fôlego, o talento e o génio de outros tempos<sup>(554)</sup>.

Estas e outras figuras, apesar de individualizadas, não deixam de estar numa certa sintonia com a imagem global do professor. Se, na visão estudantil, o lente se identifica e caracteriza pelo medo e terror que infunde, pela altivez com que se apresenta, pela impertinência com que incomoda e pela ignorância e falta de capacidade que mostra, poder-se-ão reconhecer nas alcunhas de "Cromagnon", "Padre-Capitão", "Patagónia" e "fósforo ardido" algumas partes do todo.

Contudo, todas as imagens que temos vindo a esboçar contrastam, no fim, com a gratidão, a simpatia, a veneração e muitos agradecimentos, porque foram esses mesmos mestres que ajudaram a formar e a emancipar os homens. Raro é o memorialista que não lhes presta a sua homenagem. Daqui a sua ambivalência.

Com o triunfo do novo regime político, em 1910, as imagens negativistas dos lentes tendem a alterar-se. Fruto da força democratizadora da revolução, a perda de poderes por parte da Universidade e o assumir de um outro espírito fizeram com que os professores se tornassem mais humanos e mais acessíveis. A alteração de comportamentos está bem expressa nas palavras que o Agostinho, funcionário da Secretaria da Universidade, disse a Octaviano de Sá quando, em 1910, fazia a sua matrícula na Faculdade de Direito: "Os Senhores agora são muito felizes... Já não têm o Waldeck, nem o Sr. Dr. Pedro Penedo... Isto está tudo muito modificado"<sup>(555)</sup>. Percorrendo as "memórias" desta época, as alusões depreciativas aos lentes como que desapareceram. Excluindo um ou outro caso esporádico provocado por alguma reprovação, a imagem que os memorialistas nos transmitem são a de homens pontuais, cumpridores das suas obrigações, mas sobretudo votados à ciência e ao saber.

<sup>(553)</sup> - Diamantino Calisto, *ob. cit.*, p. 129.

<sup>(554)</sup> - Alberto Costa, *ob. cit.*, p. 64.

<sup>(555)</sup> - Apud Octaviano Sá, *Nos Domínios de Minerva...*, p. 19.



#### 4.7. Os colegas

A comunidade estudantil coimbrã é, de facto, uma realidade bastante complexa e *sui generis*. Para além dos imensos lugares comuns que a mitologia coimbrã foi criando, esta sociedade sempre afirmou a sua singularidade, não só num traje que veste, numa linguagem que lhe é muito própria, num humor exclusivo, numa troça mais irreverente, numa hierarquia específica, no respeito pelos mais antigos dos seus membros, mas também na entrega, sempre generosa, aos mais nobres ideais.

A par deste conjunto de particularismos, a sociedade estudantil coimbrã é também múltipla e variada. Constituída, essencialmente, por jovens do sexo masculino, todos os anos se renova com a entrada de novos companheiros. Oriundos de quase todas as regiões do país e, alguns, mesmo do estrangeiro, são social e culturalmente diferentes uns dos outros. A sua diversidade geográfica, social e cultural, aliada às diferenças que, por vezes, se verificam no leque de idades dos alunos<sup>(556)</sup>, idades essas que implicam maturação física e psicológica diferentes, fazem com que a sociedade académica coimbrã se afirme, igualmente, como um corpo profundamente heterogéneo e contraditório e, por isso mesmo, rico de tendências e vivências múltiplas: são, por exemplo, as posturas diferentes no modo como as praxes são vistas, entendidas e vividas; são os posicionamentos distantes quando há que tomar opções políticas ou defender posições partidárias; afastamentos também nas atitudes culturais e nas questões filosóficas e divergências ainda nos comportamentos e relacionamentos, sejam eles com tricanas, na boémia, no estudo, entre colegas, numa palavra, na própria projecção de imaginários.

Apesar da sua enorme diversidade, a maioria da juventude académica caracteriza-se, na opinião dos memorialistas, por serem pessoas discretas,

---

<sup>(556)</sup> - Entre muitos casos, o de Rafael Correia, a quem, no tempo de Trindade Coelho, chamavam o "Avô do Curso e também o *Pater Anchises* e o *Homem Terciário* ou *Pré-Histórico*, porque nos apareceu no 1.º ano quase um velho e já meio trôpego" (*In Illo Tempore...*, p. 150). Outro exemplo é o do célebre Chico Pedro, "estudante crónico que levava cerca de 15 anos para se formar; mas boa figura, já passados os 40 anos, verdadeiro *dux veteranorum*, de cabelo e bigode já grisalhos, estes últimos à *Kaiser*, e gozando na Academia do grande prestígio que lhe provinha já da idade, já da figura, já da feição jovial e boémia do seu espírito" (Luís Cabral de Moncada, *ob. cit.*, p. 58).

sensatas e cumpridoras das suas obrigações. Através da leitura das diferentes "memórias", é possível constatar a existência de fortes laços de amizade, de solidariedade e de camaradagem entre todos os elementos da sociedade estudantil. Autores como Trindade Coelho, Serrão de Faria, Salinas Calado e Jorge de Seabra, para se citarem apenas alguns, dedicam páginas e capítulos inteiros às boas relações de amizade e de convívio entre colegas. Serrão de Faria, por exemplo, fazendo questão numa homenagem sentida à pessoa de Alberto Costa e ao boémio Pad-Zé, diz mesmo: "Para ele irão as minhas palavras repassadas de recordações, lembradoras de amizades e confidências"<sup>(557)</sup>, apesar do pouco tempo que privaram um com o outro.

Consentâneo com este tipo de relações, a existência ainda na comunidade estudantil de um espírito de classe, bem patente na leitura das "memórias" e que se evidencia nas mais diversas manifestações: desde as récitas de quintanistas, onde, nas palavras do memorialista, se confunde, "num amálgama de bota abaixo, o sagrado com o profano"<sup>(558)</sup>, ao Centenário de Camões e ao Centenário da Sebenta, para os quais toda a Academia trabalhou "afanosamente noite e dia"<sup>(559)</sup>, das inúmeras "paredes" à greve de 1907, do enterro do grau à queima das fitas, do combate aos futricas à defesa dos interesses da cidade. Embora estas expressões públicas e colectivas sejam geradoras de um tipo de mentalidade, porque criam mecanismos de integração, o espírito de classe passa, essencialmente, pela sociabilidade desenvolvida nos grupos, nas "repúblicas", nas tertúlias e nas trupes, os quais "sob o ponto de vista estruturante se caracterizam na partilha da cumplicidade, do compromisso e, até, do silêncio"<sup>(560)</sup>.

Este espírito de unidade não deixa, contudo, de sofrer algumas mazelas com as posições políticas e ideológicas, aquando da greve de 1907, que levou a Academia a dividir-se em dois grupos: os transigentes e os intransigentes. Também os discursos sobre a praxe dividem a Academia em praxistas e anti-praxistas<sup>(561)</sup>.

<sup>(557)</sup> - À *Porta Férrea...*, p. 295.

<sup>(558)</sup> - Jorge de Seabra, *ob. cit.*, p. 80.

<sup>(559)</sup> - Diamantino Calisto, *ob. cit.*, p. 42.

<sup>(560)</sup> - Paulo Archer de Carvalho, "In Memoriam. Notas para a tipologia mental da comunidade estudantil...", *ob. cit.*, p. 360.

<sup>(561)</sup> - Em contraste com João Franco, que era praxista de primeira linha. Trindade Coelho, a propósito das trupes, diz-nos: "A brincadeira das trupes é muito estúpida, e eu

Apesar destes traços comuns, não podemos, face à manifesta heterogeneidade da comunidade estudantil, pensar num comportamento social uniforme para todos os estudantes. Em oposição ao espírito de classe e concorrendo com ele, através das "memórias" descortina-se, também, a existência de uma certa afirmação de individualidade, pelo menos em alguns estudantes. Cultivar imagens singulares parece corresponder a uma necessidade de reconhecimento e de identidade. O facto de muitos estudantes se encontrarem desenraizados do meio ambiente, libertos do poder paternal ou familiar poderão ser motivos que, aliados à sua origem social, formas de educação, cultura e personalidade, podem ajudar a explicar uma necessidade de afirmação. Esta ideia poderá encontrar ainda algum reforço quando pensamos que a Academia de Coimbra é um terreno bastante propício, não só à criação e projecção de imaginários, mas também à encarnação do culto do herói, porque profundamente mitificada em protagonistas de outros tempos<sup>(562)</sup>. Um exemplo claro da necessidade de afirmação, para defender a sua origem social, poderá encontrar-se, entre outros, no estudante Fernando Pinto Ferrão de Mendonça de Tavares e Távora que "tinha a mania das fidalguias, dizendo-se o último representante da família dos marqueses de Távora, cujo título ambicionava"<sup>(563)</sup>. Cultivar a imagem física, do revolucionário, do pensador, do boémio, do artista e do humorista parece ser, como já referimos, uma necessidade de afirmação de identidade. É também a forma como os memorialistas caracterizam e definem muitos dos seus colegas.

O culto da imagem física parece ser uma das tónicas mais frequentes entre estudantes universitários. Numa academia essencialmente masculina, fazer demonstrações de valentia e praticar actos arrojados poderá ser uma

---

em poucas entrei. A mim cortou-me uma o cabelo à Porta de Minerva... Raça de pulhas! Quartanistas que fazem trupes em vez de proteger!" (*In Illo Tempore...*, p. 94, nota 1).

<sup>(562)</sup> - À semelhança de muitos, Luís Augusto, por exemplo, nunca tinha ido a Coimbra, mas "conhecia fotografias, muitas vezes miradas e remiradas, de todos os sítios célebres da cidade; conhecia minúcias históricas do velho *Guia* do Dr. Simões de Castro. Sabia de cor nomes de estudantes de Coimbra, que depois foram célebres. Sá de Miranda, Luís de Camões, "o Trinca Fortes"..., Castilho..., Antero... Os lugares lendários eram para ele como santuários, que, de longe, sem nunca os ter visitado, admirava e venerava mesmo" (Fernando Correia, *Vida Errada...*, p. 17).

<sup>(563)</sup> - Francisco de Athayde Machado de Faria e Maia, *ob. cit.*, p. 96.

maneira de dar provas de superioridade, impondo assim aos outros a sua forma de reconhecimento. Assim acontecia, no tempo de António Cabral e Trindade Coelho, com Mendo Ornellas, "conhecido pela sua força hercúlea"<sup>(564)</sup> e Silvestre António Saraiva, o célebre "Saraiva das Forças", admirado por todos, pois é "o estudante de mais força que anda em Coimbra"<sup>(565)</sup>, porque, no Clube Académico, metendo-se, de joelhos, debaixo de um pesadíssimo bilhar, "levanta-o a peso com o costado"<sup>(566)</sup> e, quando desafiado, faz fugir, às sete partidas, os seus adversários. Impondo-se aos olhos de todos pela sua enorme força, por vezes, é solicitado para ajudar a resolver conflitos entre facções da academia<sup>(567)</sup>.

Mas cultivar a imagem física pode permitir outras leituras. Se Baltazar Adriano de Freitas Brito era alcunhado de o "Menino Jesus", "porque nos apareceu no 1.º ano um fedelhote e formou-se não tendo ainda na cara sinais de barba"<sup>(568)</sup>, já não cortar a barba, nos princípios do século (o mesmo se passa ainda hoje, em meios culturalmente atrasados), poderá querer significar também, numa leitura política, o símbolo do homem revolucionário que luta pela mudança da sociedade e põe em causa os valores estabelecidos. Campos Lima que era "anti-clerical, anti-militarista, revolucionário..., anarquista..."<sup>(569)</sup>, porque um dia resolveu rapar a cara, foi tomado por sacerdote.

O culto da imagem física passa, outras vezes, pela maneira de vestir, qual forma de exibicionismo pessoal, de demarcar um *status* ou protagonizar um posicionamento distante em relação aos valores e normas instituídas. Se Fernando Pinto Ferrão, em atitude de ostentação da sua pessoa e de demarcação do seu *status*, se apresentava com "refinada elegância, vestindo sempre pelo último figurino"<sup>(570)</sup>, já António Nobre, quando chegou a Coimbra, querendo marcar a sua excentricidade, apresenta-se "bizarramente fantasiado", com "gorro muito comprido, forrado interiormente de cetim

(564) - António Cabral, *Tempos de Coimbra...*, p. 77.

(565) - Trindade Coelho, *In Illo Tempore...*, p. 29.

(566) - *Idem*, p. 30.

(567) - Cfr. *Idem*, p. 59-60 e António Cabral, *Tempos de Coimbra...*, pp. 140-46.

(568) - Trindade Coelho, *In Illo Tempore...*, p. 47.

(569) - Alberto Costa, *ob. cit.*, p. 215.

(570) - Francisco de Athayde Machado de Faria e Maia, *ob. cit.*, p. 95. Fernando Ferrão foi ridicularizado na *Revista do Civil*, em 1899, pelo Pad-Zé, em virtude da sua "ostensiva megalomania e descarados snobismos de toda a espécie" (Alberto Costa, *ob. cit.*, p. 106).

vermelho e a capa largamente bandada de seda preta"<sup>(571)</sup>, o que levou o Guarda-Mor da Universidade a intervir, "intimando o novato inovador a sujeitar-se aos cânones rigorosos do traje escolar da época"<sup>(572)</sup>, enquanto os "ladeiras" (estudantes que habitavam numa república, na Ladeira do Seminário), para ridicularizarem o traje académico, vestiam-se com "bota de verniz, coletes em seda de cores berrantes"<sup>(573)</sup>.

A par com a maneira de vestir, a imagem física pode reter-se ainda na pose e no modo de andar. Ao contrário de Sidónio Pais, que caminhava "rápido, direito, absorvido"<sup>(574)</sup>, Salazar distinguia-se pelo seu andar "aprumado e calmo"<sup>(575)</sup>.

Ligada ainda à imagem física, a existência de alguma particularidade que motivava uma ou outra alcunha. No tempo de Trindade Coelho, estudava Direito um rapaz que foi alcunhado de "Pássaro", porque "além de ser alegre como um pintassilgo e vivo como um pardal, usava o cabelo não sei de que modo, que parecia que lhe punha duas asas atrás das orelhas, e que a cabeça lhe ia a voar"<sup>(576)</sup>.

Colegas havia também que, vestidos de maneira diferente, "à futrica... luvas cor de palha e... monóculo"<sup>(577)</sup>, cultivavam a imagem do diletante. Rivalizando com o "Anda a Roda", era no café Lusitano que, ao lado de literatos de elevada cotação, "reuniam-se outros que se diziam também literatos, mas que ainda hoje se conservam inéditos"<sup>(578)</sup>. Singularmente, a pessoa de António Cerqueira que, "sob o pretexto vago de se formar numa indeterminada faculdade"<sup>(579)</sup>, era senhor de uma boa casa, amplas comodidades e muitos livros. Daí que a sua mansão rapidamente se transformasse numa "espécie de *rendez-vous* de quase tudo o que em Coimbra literateava, ou pretendia fazer uma vida alegre e espiritual"<sup>(580)</sup>.

---

<sup>(571)</sup> - Eugénio Sanches da Gama, *Nós todos e outros versos...*, p. XVII.

<sup>(572)</sup> - *Idem*, p. XVII.

<sup>(573)</sup> - Herlander Ribeiro, *Cartas de uma tricana*, Lisboa, 1936, p. 7.

<sup>(574)</sup> - Rafael Salinas Calado, *ob. cit.*, p. 102.

<sup>(575)</sup> - *Idem*, p. 136.

<sup>(576)</sup> - *In Illo Tempore...*, p. 13.

<sup>(577)</sup> - *Idem*, p. 73.

<sup>(578)</sup> - *Idem*, p. 72.

<sup>(579)</sup> - Alberto Costa, *ob. cit.*, p. 180.

<sup>(580)</sup> - *Idem*, p. 181.

Pensadores igualmente comprometidos com as letras e as artes, concorrendo e provocando a maioria da Academia que, em sua opinião, era "amorfa, sempre conformista"<sup>(581)</sup>, outros colegas afirmam a sua identidade, não só no modo bastante singular como se apresentam, com "a folha triangular da árvore do ponto... na boutonnière"<sup>(582)</sup>, mas também no ar de superioridade intelectual que revelam, o qual está bem expresso nos pseudónimos que usam, todos tirados "da galeria dos grandes nomes da história antiga e moderna"<sup>(583)</sup>. É o grupo dos esotéricos. Em número de 13, dele fizeram parte, entre outros, António Sardinha, Hipólito Raposo, Alberto Monsaraz, Paulo Merêa, Eugénio Massa, Simeão Pinto de Mesquita, Veiga Simões e Cabral de Moncada. Como amantes das letras e das artes, publicaram uma revista – *Treiskaidkopeia* –, de que saiu apenas o primeiro número. Conhecidos na Academia por "talassas", eram monárquicos, católicos e conservadores<sup>(584)</sup>. Depois de 1910, alguns deles tornaram-se mesmo chefes de fila do movimento integralista.

Fazendo parte do quotidiano da comunidade estudantil, está o debate ideológico e o combate político, quando não o acto conspiratório. Se Álvaro Inácio, membro da República Transatlântica, discute com os seus colegas as ideias bebidas em Tolstoi, Gorki, Marx e Kropotkine e, depois, propaga a ideia "as mais dedicadas e entusiásticas ideias de igualdade por toda a parte"<sup>(585)</sup>, sendo tido como um teórico do socialismo, já a ida do Pad-Zé ao Porto, para "agitar a opinião, e proclamar a república"<sup>(586)</sup>, poderá ser sinal de republicanismo. Mas leitura política ainda em atitudes e actos de conspiração. Se, após a dissolução da Sociedade do Raio, alguns estudantes, "os mais esturrados"<sup>(587)</sup>, intentavam fundar, em Celas, a pretexto de uma república de estudantes, uma certa loja maçónica, também a ida a Lisboa de António Lagoaça, Duarte Praia e António Horta, intitulado-se, abusivamente, representantes da Academia, para assistirem aos funerais do Rei D. Fernando, pode ser interpretada como sinal de um certo apoio à política vigente. Esta atitude veio, depois, a provocar algumas

(581) - Luís Cabral de Moncada, *ob. cit.*, p. 77.

(582) - *Idem*, p. 78.

(583) - *Idem*, p. 78.

(584) - Anote-se, contudo, que António Sardinha só aderiu aos ideais da monarquia em 1912.

(585) - Fernando Correia, *Vida Errada...*, p. 69.

(586) - Alberto Costa, *ob. cit.*, p. 157.

(587) - Trindade Coelho, *In Illo Tempore...*, p. 52.

desinteligências entre académicos, na célebre "campanha do nível", que António Cabral parodiou no poema "A Niveleida", ao qual respondeu, segundo Trindade Coelho, o estudante republicano Ângelo Ferreira, com "A Bolha"<sup>(588)</sup>.

Na literatura memorialista, colegas há ainda que se identificam, não tanto pela sua imagem física, literata ou política, mas sobretudo pela de boémia e artista bem humorado. É o caso, entre muitos, do Pad-Zé, talvez o maior boémio de Coimbra, porque "sebentas, nunca as abria. Amava-as platonicamente, de longe, não fossem as suas mãos indelicadas profanar esses templos de ciência"<sup>(589)</sup>. As suas preferências eram de outra ordem. Sempre que, "de noite, se não havia pelas repúblicas abertura de pipo a que presidisse... errava largas horas pela cidade, Choupal, Santa Clara e outros aprazíveis lugares... e... recolhia hora alta à *Mansarda*"<sup>(590)</sup>. "*Conceituado boémio*", segundo as suas próprias palavras, um dia, vendo-se em apuros financeiros, não hesita em fazer a "Sebenta do Natal"<sup>(591)</sup> e propor aos "seus numerosos amigos e admiradores... e mocidade académica em geral"<sup>(592)</sup> a reprodução da sua imagem de boémio, segundo as melhores técnicas, que vendia a preços vários, conforme as dedicatórias escolhidas, mas "isentos de imposto de selo"<sup>(593)</sup>.

Boémios e artistas outros que, em noites de luar, tangiam suas guitarras e cantavam o fado. Se, pelos anos noventa, é a voz de Augusto Hilário, "esse boémio de capa negra, adejante, guitarra sempre junto ao peito, mortalha e ataúde"<sup>(594)</sup>, que canta:

"Quero que o meu caixão  
Tenha uma forma bizarra...  
A forma dum coração,  
A forma duma guitarra"<sup>(595)</sup>,

(588) - *Idem*, pp. 58-70.

(589) - Alberto Costa, *ob. cit.*, p. 103.

(590) - *Idem*, p. 53.

(591) - *Idem*, pp. 191 e ss.

(592) - *Idem*, p. 236.

(593) - *Idem*, p. 237.

(594) - Octaviano Sá, *Nos Domínios de Minerva...*, p. 61.

(595) - In, *Idem*, p. 61. Veja-se também J. Ribeiro de Moraes, *Fados e canções de Coimbra*, Porto, 1982.

já na década de vinte, se salientam Menano, Edmundo Bettencourt e Paradela de Oliveira, que "obteve *carta de alforria* por cantar com perfeição e sentimento a canção de Coimbra"<sup>(596)</sup>.

Artistas, também, na arte de galanteio, em prosa ou verso, mas na pessoa de poetas que "não podem deixar de ser de água doce"<sup>(597)</sup>, nas palavras de Alberto Costa. Todas as tardes, à porta do "Lusitano", o Duarte Lima, "de monóculo sempre fixe no olho, era artista das plásticas belas ou feias, novas ou velhas que lhe passassem à beira, balbuciando sempre entre dentes um madrigal mavioso ou comentário de prosa azeda"<sup>(598)</sup>.

Mas este sentido de humor não é uniforme. Frequentemente associado à chalaça, à troça e à chacota passa, algumas vezes, pela destruição da própria imagem. É ainda o exemplo do Pad-Zé que, embora passeando-se com a sua pasta de quintanista, não deixava, contudo, de transportar, na outra mão, "um vaso de noite"<sup>(599)</sup>.

Também a rivalidade entre poetas é motivo para um certo humor. António Feijó, referindo-se a um rival, versejou:

"O Santos da musa rara,  
De estro potente e rico,  
Lavou há dias a cara  
- Que frescura!... num penico!"<sup>(600)</sup>.

Em sintonia com a boémia e o humor, também a identificação de colegas numa certa marginalidade, seja nas idas às capoeiras, no roubo dos cisnes, na Avenida Sá da Bandeira, ou nas setas de S. Sebastião. Perdendo a faceta humorística, a marginalidade pode, contudo, assumir contornos qualificados, pelos quais os estudantes têm que responder<sup>(601)</sup>.

<sup>(596)</sup> - Alberto Sousa Lamy, *ob. cit.*, p. 735.

<sup>(597)</sup> - Alberto Costa, *ob. cit.*, p. 73.

<sup>(598)</sup> - Serrão de Faria, *ob. cit.*, p. 174.

<sup>(599)</sup> - Alberto Costa, *ob. cit.*, p. 169.

<sup>(600)</sup> - Apud *In Illo Tempore...*, p. 80, nota.

<sup>(601)</sup> - Augusto d'Oliveira Cardoso Fonseca, *Outros tempos ou velharias de Coimbra*. Lisboa, Livraria Tabuense, 1911, pp. 31 e ss. Vejam-se também as notas 280 e 281.



Raramente, na pena dos memorialistas, são abordadas relações de trabalho e estudo. Se as "memórias" identificam um ou outro estudante "urso", a maior parte dos autores centra-se nas facetas que acabamos de apontar. Seja como for, apesar de todos estes sintomas de particularismos, a camaradagem e a solidariedade continuam a ser traves mestras que ligam os estudantes de Coimbra.

#### 4.8. A *sebenta*

Na pena dos memorialistas, a *sebenta* aparece como uma verdadeira instituição pedagógica, cuja origem se perde na noite dos tempos. É bem possível que a *sebenta* seja tão antiga como as próprias Universidades. Dadas as enormes dificuldades que, nos séculos XII e XIII, havia na obtenção e consulta de livros manuscritos, os estudantes viam-se na necessidade de, nas aulas, ter que escrever, não só o ditado que os professores faziam dos livros, mas também os comentários e opiniões que os mesmos mestres iam tecendo sobre os diferentes assuntos em estudo. Daqui, o aparecimento das célebres *postillas* ou *apostillas*.

Apesar da invenção da imprensa ter facilitado a divulgação do livro, as *postillas* continuaram em uso. Entre nós, tiveram mesmo muita voga, pelo menos até à reforma pombalina<sup>(602)</sup>.

Com a reforma da Universidade, em 1772, o Marquês de Pombal obrigava, por imposição estatutária, que todos os professores redigissem compêndios, para uso das suas aulas, acabando assim, pelo menos em termos legais e teóricos, com o uso que vinha sendo feito das *postillas*, "para se não consumir prejudicialmente em tão prolixas escrituras o tempo, que mais útil, e suavemente se deve empregar na explicação das lições"<sup>(603)</sup>.

<sup>(602)</sup> - Era a própria Universidade que alimentava o uso das *postillas*. Para além de ser costume ancestral, e, porque a indisciplina académica era imensa, para obrigarem os alunos a ir às aulas, por alvará de 18 de Julho de 1727, D. João V determina "que à falta de assistência nos Gerais aplicarão alguns Reitores o remédio de os não admitirem a provar os cursos sem mostrarem as *Postillas* rubricadas por seus mestres" (Apud Theophilo Braga, *Historia da Universidade de Coimbra...*, Tomo IV..., p. 499).

<sup>(603)</sup> - *Estatutos da Universidade de Coimbra (1772)*..., Livro I, Tit. III, Cap. I, § 80.

Contudo, circunstâncias de vária ordem fizeram com que os lentes de Coimbra não tivessem cumprido a disposição dos Estatutos que os impelia à feitura dos referidos compêndios<sup>(604)</sup>. Mesmo adoptando alguns compêndios estrangeiros<sup>(605)</sup>, o velho hábito de os alunos escreverem o que o professor ia dizendo, manteve-se. Quando, em 1786, o Principal Castro toma conta do governo da Universidade, uma das suas primeiras medidas pedagógicas, no sentido de recuperar a reforma pombalina, foi precisamente a de proibir o uso das *postillas*. Assim, por edital de 1786, e depois de apontar os malefícios que o uso de tal prática acarretava, determinava: "que de agora e para sempre se desterre e proscreva desta Universidade o pernicioso costume de escrever nas aulas, e que os mestres mais não consentam que os seus discípulos debaixo de qualquer pretexto que seja o continuem a praticar"<sup>(606)</sup>. Ainda segundo o mesmo edital, quem violasse esta norma era severamente punido. As sanções a aplicar podiam ir desde a simples multa até à perda do ano<sup>(607)</sup>. Porque a grande maioria dos professores não fizeram os seus compêndios, apesar das insistências e recomendações da própria Rainha, em avisos régios de 26 de Setembro e 14 de Outubro de 1786<sup>(608)</sup>, os alunos, embora servindo-se de

---

<sup>(604)</sup> - Cfr. Manuel Alberto Carvalho Prata, *Ciência e Sociedade...*, Cap. III e IV.

<sup>(605)</sup> - Cfr. Francisco de Lemos, *Relação Geral do Estado da Universidade (1777)*..., pp. 22-24; 56-58; 69-70; 82-83 e 103. Sobre este assunto, veja-se ainda Rómulo de Carvalho, *Sobre os compêndios universitários exigidos pela reforma pombalina*, Figueira da Foz, 1963.

<sup>(606)</sup> - Apud Theophilo Braga, *Historia da Universidade de Coimbra...*, tomo III..., p. 701. É pertinente a crítica que Pereira Forjaz faz, em 1853, ao uso da sebenta: (Cfr. Adrião Pereira Forjaz, "O 1.º d'Outubro", *O Instituto*, vol. 1.º, 1.ª ed., Coimbra, Imprensa da Universidade, 1853, p. 202).

<sup>(607)</sup> - *Idem*, p. 701.

<sup>(608)</sup> - *Idem*, pp. 703-704. M. Lopes d'Almeida, *Documentos da Reforma Pombalina*, vol. II (1783-1792), Coimbra, Por ordem da Universidade de Coimbra, 1979, pp. 97-98 e 102-103. A falta de produção científica dos lentes pombalinos, sobretudo no que diz respeito à feitura de compêndios, é ridicularizada na "Ode a Fileno", nos seguintes termos: "Do Estatuto o preceito / De ordenarem compêndios, isso é pulha / Nem um só se tem feito / /o preceito del'rei mete-se à bulha". (Apud Isabel Nobre Vargues, "A Ode a Fileno e a reforma da Universidade de 1772", *Revista de História das Ideias*, vol. IV, tomo II, Universidade de Coimbra, 1982-1983, p. 274). Também o lente Francisco Trigoso de Aragão confessa a apatia dos professores em matéria de produção científica. Em sua opinião, o facto de os professores de Coimbra não escreverem, faz com que a Universidade de Coimbra seja pouco conhecida no estrangeiro. (Cfr. *Memórias de Francisco Manuel Trigoso de Aragão Morato começadas a escrever por êle mesmo em princípios de Janeiro de 1824*. Revistas e coordenadas por Ernesto de Campos de Andrada, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1933, p. 42).

compêndios de autores estrangeiros, continuaram, certamente, a escrever o que os mestres diziam. Também alguns professores não deixaram de *apostilar* nas suas aulas<sup>(609)</sup>.

A invenção da litografia por Snefelder, em 1796, veio permitir que os apontamentos coligidos nas aulas passassem a ser litografados. Como o lubrificante mais utilizado nessa operação era o sebo, esses mesmos apontamentos foram baptizados de *sebenta*<sup>(610)</sup>. Costa e Silva já justifica de maneira diferente o nome que a Academia dava à *sebenta*. Em sua opinião, o nome de *sebenta* vem do facto de haver necessidade de consultar, repetidas vezes, os mesmos apontamentos, pelo que, depois de muito folheados, ficavam *sebentos* e, daí, a designação de *sebenta*<sup>(611)</sup>.

De uma questão de primeira necessidade, a *sebenta* tornou-se, com o andar dos tempos, numa verdadeira instituição e a vários níveis: do corpo docente da Universidade, porque, aos olhos dos memorialistas, a existência da *sebenta* mais não representa que uma certa incapacidade dos lentes para escreverem. Trindade Coelho é peremptório, quando recorda os seus tempos de estudante: "é que nem livros havia, porque os lentes não os faziam, e era esta a razão da *sebenta*"<sup>(612)</sup>. Fruto do próprio sistema de ensino, a *sebenta* encontra no corpo docente, em

---

<sup>(609)</sup> - Em 1816, o Doutor Félix de Avelar Brotero referindo-se, ao seu colega, António José das Neves e Melo, diz a respeito do ensino da Botânica e da Agricultura: "proibiu [o Dr. Neves] contudo no uso das lições da sua aula toda a sorte de compêndios respectivos à inteligência do dito Sistema [de Lineu], dizendo aos seus discipulos, no seu costumado tom enciclopédico... que não precisam de ler, que a lição dos autores botânicos os confundirá, que estes pouco, ou nada têm de bom, e que basta que sigam o que ele lhes dita de viva voz" ("Representação que fez no anno de 1816 o Dr. Félix de Avelar Brotero ao Reformador Reitor da Universidade de Coimbra, sobre o estado em que se achava o ensino da Botânica e Agricultura, e do Jardim Botânico da Faculdade Philosophica". *O Conimbricense*, n.º 2 574, de 26 de Março de 1872).

<sup>(610)</sup> - Porque a *sebenta* era uma instituição, foi no Centenário da *Sebenta*, em 1899, e para paródia entre académicos, que a Comissão do Centenário instituiu um concurso, para saber qual a origem e a génese da *sebenta*. Uma das questões que se colocava era a de conseguir saber "se a *sebenta* vem do cebo (sebo) ou se o cebo é que vem da *sebenta*" (*In Illo Tempore...*, p. 107). Enigmas assim deram aso à imaginação e criações poéticas (Cfr. Diamantino Calisto, *ob. cit.*, p. 33).

<sup>(611)</sup> - B. M. Costa e Silva, *Estudantes de Coimbra...*, p. 64, nota 1. Para Diamantino Calisto, por ser "litografada em papel ordinário" (*Ob. cit.*, p. 30).

<sup>(612)</sup> - *In Illo Tempore...*, p. 95.

estratégias diversificadas, um certo apoio e estímulo. Professores havia que, não só as consentiam, como também as apadrinhavam, quer indicando o sebenteiro, fazendo uma ou outra correcção no trabalho inicial, completando um ou outro ponto ou ainda introduzindo alguns comentários julgados úteis e necessários. Assim acontecia, por exemplo, no tempo do Mata-Carochas, quando o sebenteiro, Manuel de Oliveira Chaves, as mandava "ao lente, que sobre elas fazia correctivos ou escrevia as considerações que entendia"<sup>(613)</sup>. Outras vezes, eram os próprios lentes que forneciam os seus apontamentos ao sebenteiro, "para serem copiados e litografados textualmente. Eram as chamadas *sebentas oficiais*"<sup>(614)</sup>. Mas a institucionalização e a defesa da sebenta ao nível do corpo docente não se ficava por aqui, pois passa por outro tipo de comportamentos: enquanto uns, para lhe encobrirem a sua protecção, preferem chamar-lhe "os meus apontamentos litografados"<sup>(615)</sup>, mas, com "o guindaste da sua fama na litografia do Marco da Feira e o espírito cristalizado nas páginas das sebentas publicadas"<sup>(616)</sup>, já outros vão mais longe, quando assumem formas de resistência a tudo o que possa pôr em causa a pureza e a originalidade da sebenta. Porque estas eram sempre litografadas, pelo menos até 1896<sup>(617)</sup>, não admitiam outro tipo e forma de apresentação. Foi na década de 80 que Barbosa de Magalhães, estudante prestigiado da Faculdade de Direito, tentou fazer sebentas impressas. Esta sua iniciativa foi prontamente repudiada pelo próprio professor que, não só o proibiu

---

<sup>(613)</sup> - Antão de Vasconcellos, *Memorias do Mata-Carochas...*, p. 278.

<sup>(614)</sup> - Francisco de Athayde Machado de Faria e Maia, *ob. cit.*, p. 123, nota 1. A par com as "sebentas oficiais" existiam também as sebentas das "empresas particulares". Enquanto aquelas eram essencialmente da responsabilidade dos lentes novos, porque ainda se lembravam "das dificuldades de organizar as lições", as particulares eram já da competência exclusiva do sebenteiro (*Idem*).

<sup>(615)</sup> - António José d'Almeida, *Desaffronta...*, p. 25.

<sup>(616)</sup> - *Idem*, p. 26.

<sup>(617)</sup> - Segundo nos informa Alfredo de Freitas Leal, foi "em 1896..., sob a sábia direcção do Dr. Francisco Laranjo "que a sebenta passou a ser impressa, mas só na aula de Direito Público", passando o seu inventor a chamar-lhe, "muito dignamente: "O Livro" (*Coimbra nos noventas...*, p. 60). Também "as primeiras lições que os lentes imprimiram, saíram da Livraria França Amado, sendo seus autores os ilustres mestres da Faculdade de Direito, Drs. Francisco Fernandes, Marnoco e Sousa e Álvaro Vilela" (*Nos domínios de Minerva...*, p. 199, nota 1).

"à porta da aula de continuar"<sup>(618)</sup>, mas também, no dia seguinte, o repreendeu "desabridamente diante do curso"<sup>(619)</sup>. Levado o caso ao Conselho da Faculdade, este resolveu, por unanimidade, "proibir a sebenta impressa"<sup>(620)</sup>. Se a prática destas atitudes representam, indubitavelmente, um certo apoio à sebenta, nem todos os professores as compartilhavam. À semelhança do Dr. Manuel Nunes Geraldês que "não colaborava na sebenta nem a ela se referia; era um facto que só interessava o aluno"<sup>(621)</sup>, outros assumiam posições idênticas, quando, nas aulas, afirmavam: "os apontamentos litografados (expressão preferida por professores a quem o próprio termo sebenta repugnava) pertencem a uma empresa particular, com a qual eu nada tenho. Os senhores têm obrigação de tomar apontamentos e organizar as lições"<sup>(622)</sup>; institucionalização da sebenta também ao nível do corpo discente, mas aqui com a predominância de uma dimensão fortemente negativista e crítica<sup>(623)</sup>. Mais enraizada na Faculdade de Direito e na Faculdade de Teologia<sup>(624)</sup>, porque escolas com mais tradições e de ensino mais teórico, a sebenta é, para a grande maioria dos alunos, o principal, quando não o único instrumento pedagógico de trabalho. Na pena dos memorialistas, a sebenta, quando bem feita, é um reportório fiel ou quase fiel das palavras do professor. Representando o dogma, o infalibilismo do mestre, aos olhos do estudante, a sebenta afirma-se como um tipo de produto suficiente e necessário. Suficiente, porque o aluno não desconhecia, dado o tipo de

---

(618) - *In Illo Tempore...*, p. 96.

(619) - *Idem*, p. 96.

(620) - *Ibidem*.

(621) - Alfredo de Freitas Leal, *Coimbra nos noventas...*, p. 77.

(622) - Apud Francisco de Athayde Machado de Faria e Maia, *ob. cit.*, p. 115.

(623) - Embora em tons humorísticos, é extraordinariamente interessante a "oração" de consagração que Mário Monteiro fez à sebenta: "Sebenta nossa, que estais no Inferno; maldito seja o vosso nome; longe de nós o vosso reino; caiam por terra as vossas doutrinas, assim na Universidade como no Inferno; as doze páginas do costume não nos dai hoje; perdoai-nos as nossas dívidas à *Sebentaria*, assim como nós perdoamos aos nossos credores; não nos deixeis dar estenderete, mas livrai-nos no Acto. Amen" (Apud Diamantino Calisto, *ob. cit.*, p. 33).

(624) - Um memorialista, referindo-se a este assunto, escreveu: "A Sebenta é a alma da Faculdade de Direito na Universidade de Coimbra e o corpo é...o Corpo Docente" (Alfredo de Freitas Leal, *ob. cit.*, p. 60).

ensino e formas de avaliação, que saber bem a sebenta era ter a certeza de dar uma boa lição e obter aprovação escolar. Nesta perspectiva, é, não só tolerada e aceite, mas também benéfica e ditosa, porque o aluno não necessitava de estudar mais<sup>(625)</sup>. Raros eram os estudantes que completavam o estudo das suas lições com outro tipo de leituras. Quando algum o fazia, seria mais por uma questão de gosto que por exigência dos mestres<sup>(626)</sup>. Daí que alguns a saúdem como uma "instituição bendita e misericordiosa"<sup>(627)</sup>. Certamente por isso, no tempo de Trindade Coelho, "ainda a sebenta era acatada, e ninguém se lembrava... de lhe fazer troça"<sup>(628)</sup>. Necessária, porque na sebenta estão os princípios fundamentais mínimos, não só em ordem à aprendizagem de conteúdos julgados imprescindíveis à mestria e desempenho correcto de uma profissão<sup>(629)</sup>, mas também à formação de um espírito disciplinado conforme a ordem e os valores estabelecidos<sup>(630)</sup>. Todavia, a natureza e o uso que dela se

---

(625) - Esta posição era reforçada, muitas vezes, pelos próprios professores que chegavam a aconselhar as famílias dos estudantes, que lhes haviam sido recomendados, de que não era preciso estudar mais que as matérias versadas na sebenta. (Cfr. Theophilo Braga, *A sebenta*, Lisboa, Typ. da Empresa de História de Portugal, 1899, p. 28).

(626) - Quando o estudante fazia o estudo das suas lições sem ser pela sebenta, dizia-se, em Coimbra, "estudar por fora", isto é, "não decorar a sebenta e ir beber a lição nos expositores respectivos" (Alfredo de Pratt, *Bohemia de Coimbra...*, p. 181). Um dos estudantes que fazia leituras por fora foi Cabral de Moncada, porque "as "sebentas" com uma redacção pouco aliciante...parecia-me coisa demasiado abstracta para o espírito de um jovem até aí alheio a toda a linguagem e conceituação jurídicas. Não sei se por isso, não tardei em comprar, pouco tempo depois de matriculado, na Livraria do França Amado, um livro que me enchia as medidas: a *Filosofia del Diritto* do positivista Icilio Vanni" (Luís Cabral de Moncada, *ob. cit.*, p. 59).

(627) - Antão de Vasconcellos, *ob. cit.*, p. 277.

(628) - *In Illo Tempore...*, p. 95.

(629) - "Sebenta, essa velha instituição universitária, teta ubérrima donde manava toda a catedrática e infalível ciência infusa, precisa para a conquista da almejada carta de bacharel!" (Diamantino Calisto, *ob. cit.*, p. 35).

(630) - Neste sentido, a sebenta afirma-se como um ideal e garantia da Ideia Conservadora. Porque reprodutora de relações, na opinião de Alípio Abranhos, a sebenta é "a mais admirável disciplina para os espíritos moços. O estudante, habituando-se, durante cinco anos, a decorar todas as noites, palavra por palavra, parágrafos que há quarenta anos permanecem imutáveis, sem os criticar, sem os comentar, ganha o hábito salutar de aceitar sem discussão e com obediência as ideias preconcebidas, os princípios adoptados, os dogmas provados, as instituições reconhecidas" (Eça de Queiroz, *O Conde d'Abranhos...*, p. 59).

faz não deixam de ser deficitários. Neste sentido, aos olhos dos memorialistas, é profundamente censurada e rejeitada, porque espelho vivo de matérias antiquadas, sem interesse nem utilidade. Identificada com o carácter rotineiro, formal e autoritário da maioria dos lentes, caracteriza-se como um livro fechado e dogmático e, por isso mesmo, como um instrumento limitativo da liberdade do aluno. Reforçando os laços de dependência do estudante em relação aos mestres, causadora de atrofia mental, a *sebenta*, em vez de emancipar, afirma-se como um meio de submissão com consequências desastrosas para a vida: "o nosso estudante é materialmente um repetidor de ideias de outros, sem impulso próprio, nem independência e sai das escolas sem hábitos de trabalho, esperando sempre o auxílio duma *sebenta* reguladora e salvadora para todos os actos da sua vida, incapaz já de laborar por si próprio seja o que for"<sup>(631)</sup>; finalmente, a *sebenta* encontra ainda a sua institucionalização ao nível do negócio. Porque a maior parte da Academia a compra, ela afirma-se como um produto de venda garantida. Se, no tempo do Mata-Carochas, uma *sebenta* custava, mensalmente, 300 réis<sup>(632)</sup>, no de Trindade Coelho, o preço era já de 700 réis<sup>(633)</sup>. A exploração que se verificava no negócio, que era certo, contribuiu para a sua manutenção e serviu de motivo para uma certa *blague*, aquando do Centenário, em 1899. A este propósito, Constâncio de Carvalho rimou assim:

"Segundo o Sebenteiro - fabricante,  
A "Sebenta" é uma bela propriedade,  
Que, em se explorando, dá bem à vontade  
Prós charutos, teatros e até p'ra amante"<sup>(634)</sup>.

Redigidas pelo sebenteiro, que, regra geral, era um estudante com fracos recursos económicos, mas dos mais aplicados do curso ou com pretensões a "*urso magno*"<sup>(635)</sup>, a *sebenta*, em formato 8.º, compunha-se,

(631) - Campos Lima, *A Questão da Universidade...*, p. 70.

(632) - Antão de Vasconcellos, *ob. cit.*, p. 278.

(633) - *In Illo Tempore...*, p. 94.

(634) - Apud Diamantino Calisto, *ob. cit.*, p. 32.

(635) - Alfredo de Pratt, *ob. cit.*, p. 162.

nos finais do século, normalmente, de "oito páginas...mas, se o lente se tinha alargado na prelecção, ou o sebenteiro era maçador, às tais oito páginas acresciam outras - e a esse suplemento, que era sempre amaldiçoado, chamava-se o resto"<sup>(636)</sup>, para, nos primeiros anos do século XX, se apresentar já com doze a dezasseis páginas<sup>(637)</sup>.

Compiladas no intervalo que ia desde o final das aulas até às 6 horas da tarde, altura em que deviam dar entrada na litografia, este espaço de tempo nem sempre era suficiente para o sebenteiro apresentar obra digna. Se sebenteiros havia, à semelhança de Manuel Chaves, que era um "magnífico taquígrafo...com letra clara e bem legível"<sup>(638)</sup>, já outros usavam uma "letra miudinha, em linhas apertadíssimas"<sup>(639)</sup>, a que não faltavam, por vezes, borrões e falhas técnicas, tornando assim a sebenta de leitura bastante difícil. Além do mais, quando as sebatas eram de "empresas particulares", isto é, fugiam à tutela do lente ou este as ignorava, o sebenteiro, para complemento da lição do professor, recorria, muitas vezes, a sebatas de anos anteriores e a livros que o lente não havia citado<sup>(640)</sup>. Dado o pouco tempo que o sebenteiro tinha para coordenar tudo isto, acontecia, algumas vezes, aparecerem períodos e discursos ininteligíveis, quando não contraditórios, o que acabava por causar sérios embaraços aos estudantes no seu estudo<sup>(641)</sup>. Daí a definição pouco simpática de sebenta como "um amontoado de definições, de teorias, escolas, citações, expostas sem nexos, sem ordem, sem um princípio a que se subordine toda a matéria, sem uma vista de conjunto, sem unidade - um pêle-mêle monstruoso, um caos"<sup>(642)</sup>. Porque mal feita, a sebenta, aos olhos dos

<sup>(636)</sup> - *In Illo Tempore...*, p. 95.

<sup>(637)</sup> - Vide nota 623 e ainda Octaviano Sá, *Nos domínios de Minerva...*, p. 200.

<sup>(638)</sup> - *Memórias do Mata-Carochas...*, p. 278.

<sup>(639)</sup> - Apud Francisco de Athayde, *ob. cit.*, p. 112.

<sup>(640)</sup> - *Idem*, p. 111.

<sup>(641)</sup> - Fazendo fé no testemunho do memorialista, um bom exemplo de confusão é um extracto da lição n.º 33, da disciplina de Direito Civil, no ano de 1898-1899. Transcreve-se: "É necessário distinguir os advogados dos procuradores, os quais se, (vírgula) exercem direitos delegados e são mandatários e caminham para o mesmo fim seguem caminhos que partindo de diversos pontos tendem a um mesmo fim e nele se encontram afinal" (*Idem*, p. 113).

<sup>(642)</sup> - *Idem*, p. 117. Acontecia, por vezes, que o sebenteiro, certamente para amenizar um pouco a tarefa do estudo, introduzia piadas, versos, fazia caricaturas e até "anúncios, para trupes aos caloiros, ou outras pândegas" (*In Illo Tempore...*, p. 94).



memorialistas, identifica-se ainda como um instrumento de trabalho bastante defeituoso e demasiadamente frágil.

Logo que ultimadas pelo sebenteiro, eram entregues nas litografias, fosse na do Marco da Feira, do Manuel das Barbas, na Rua das Cozinhas, onde um tal Pacheco tinha também oficina, ou na Havanesa Académica, à Rua Larga, e propriedade de Joaquim Correia Cardoso que, por último, já as fazia "mais limpas de tinta, em bom papel, e a horas próprias para o estudo"<sup>(643)</sup>, procedendo-se, depois, à sua distribuição, por volta das 8 horas. Caso houvesse "resto", tinha lugar uma segunda distribuição, às 10 horas. Daí os dizeres da quadra:

"Quando nasceu a "sebenta"  
Não saiu só duma vez:  
Nasceu às oito e quarenta  
E o resto saiu às dez"<sup>(644)</sup>.

Se, inicialmente, eram procuradas nas próprias litografias pelos estudantes<sup>(645)</sup>, ainda antes de 1899, era a Maria Marrafa, percorrendo toda a Alta, quem fazia a sua distribuição, pelo preço de 300 réis mensais de cada assinante<sup>(646)</sup>, tarefa que foi deixando de fazer à medida que foram sendo impressas e os lentes foram publicando as suas lições.

Mas, logo que nas mãos dos destinatários, a sebenta, na pena dos memorialistas, identifica-se ainda como um tempo de tédio e solidão: são "as tristes", como lhes chamam os estudantes, as horas que passam a estudá-la. A este propósito, cantava-se no "Centenário da Sebenta":

---

<sup>(643)</sup> - *Nos domínios de Minerva...*, p. 199. Segundo Octaviano de Sá nos informa, foi Joaquim Cardoso quem, em termos técnicos, lançou a ideia de fazer as sebentas impressas. À sua ideia "vieram depois as várias tipografias a aproveitar-se dessa autêntica rebeldia à velha tradição académica, principalmente uma casa editora desta cidade, de grande fama livresca e compadrio com os lentes, que passou a fazer as várias "sebentas" com emprego exclusivo do chumbo dos caixotins" (*Idem*, p. 200).

<sup>(644)</sup> - Diamantino Calisto, *ob. cit.*, p. 31. Deixou de haver distribuição à medida que foram sendo impressas.

<sup>(645)</sup> - Cfr. Antão de Vasconcellos, *ob. cit.*, p. 278 e Trindade Coelho, *In Illo Tempore...*, p. 95.

<sup>(646)</sup> - Diamantino Calisto, *ob. cit.*, p. 31, nota 1.

"Rapazes lede a Sebenta  
Que lá vem a viração  
A *cabra* toca que toca,  
Que maçada de lição"<sup>(647)</sup>.

Finalmente, e em contraste com a monótona vida de estudo, a sebenta é também tempo para humor, crítica e paródia. Na sequência dos diversos centenários, também a Academia de Coimbra resolveu, em Abril de 1899, fazer o "Centenário da Sebenta", que inspirou poetas, prosadores e artistas, numa verdadeira sátira à sebenta, em particular, e à vida universitária em geral<sup>(648)</sup>.

#### 4.9. As mulheres

Apesar de a Universidade de Coimbra ter sido frequentada, a partir de 1891, por mulheres, é em vão que, nas diferentes "memórias", se procura qualquer alusão à presença feminina na vida estudantil. Se a matrícula da primeira mulher na Universidade pode ser considerado um facto importante na vida da instituição, no contexto da vida académica nenhum memorialista refere o nome de Domitila Miranda de Carvalho. A mesma mudez também para Regina da Glória Quintanilha, primeira caloira da Faculdade de Direito. Atitude semelhante para com Maria da Conceição do Sameiro Ferro da Silva, quando foi eleita representante dos estudantes de Medicina à Assembleia Geral da Universidade. Quererá todo este silêncio significar uma presença discreta? Será sinónimo de uma atitude pouco significativa, dada a fraca representatividade que o elemento feminino tinha no seio da comunidade estudantil? Corresponderá a um certo sentimento de receio, por a mulher ser ainda encarada, pelo menos nos sectores mais conservadores, como uma espécie de tabu?<sup>(649)</sup>

<sup>(647)</sup> - *Idem*, p. 50.

<sup>(648)</sup> - *Idem*, pp. 30-70 e também Trindade Coelho, *In Illa Tempore...*, pp. 96-111.

<sup>(649)</sup> - A título de exemplo, muita gente pensava como o Dr. Calisto que "tinha, entre outras convicções inabaláveis, a certeza absoluta de que a Mulher era incapaz de fazer ou produzir qualquer trabalho ou obra intelectual. A Mulher, na opinião do Dr. Calisto, era um ser que servia única e exclusivamente para a missão de esposa e mãe" (Alfredo de Freitas Leal, *Coimbra nos noventas...*, p. 71).

Porque colegas, podemos, talvez, admitir tratar-se de uma atitude de respeito e de preservação da imagem, na medida em que, segundo o memorialista, a ideia dominante no seio da Academia acerca da mulher era a de que esta não passava de "um simples ente de carne e osso, de mísera e inferior condição"<sup>(650)</sup>. Esta hipótese ganha uma certa consistência quando recordamos a admiração e o apreço que os jovens académicos nutriam pelas suas colegas. É Afonso Lopes Vieira quem o testemunha, nas referências elogiosas que faz a Domitila de Carvalho. Diz-nos o poeta: "essa rapariga modesta, de uma formosura simpática e de uma gravidade risonha, que atravessava sozinha os nossos grupos, guardada pelo nosso respeito e pela sua alma, me fazia entender, perante a desordem actual do feminismo, o que aí há de verdadeiro e de proporcionado"<sup>(651)</sup>.

Todavia, este silêncio que se verifica relativamente às colegas não é sinónimo de que a temática feminina esteja de todo ausente nas "memórias". Embora com intensidades diferentes de memorialista para memorialista, é sobretudo no campo do relacionamento amoroso e da sexualidade que o registo mais permanece<sup>(652)</sup>.

Pesem embora os muitos conselhos que os pais davam aos filhos, alertando-os de que, para além da necessidade que havia em estudar, "era preciso ter muito cuidado... com vinho, jogo e *mulheres*"<sup>(653)</sup>, nunca a Academia de Coimbra gozou de muita boa fama em matéria de mulheres<sup>(654)</sup>. Se é certo que as atitudes do Rancho da Carqueja podem

---

<sup>(650)</sup> - Francisco de Athayde, *ob. cit.*, p. 48.

<sup>(651)</sup> - Apud Joaquim Ferreira Gomes, *Estudos para a história da Universidade de Coimbra...*, p. 53.

<sup>(652)</sup> - Um autor, numa atitude de prevenção, logo no início das suas "memórias", aconselha uma senhora, dizendo: "Não escrevi pois para vós. Não sejais portanto curiosa, ponde o livro de lado. E sobretudo, não deixeis vossa filha saber que, em Coimbra, há tanta garotice" (Albino Rodrigues de Souza, *Estudante Bargante...*, p. 16).

<sup>(653)</sup> - Luís Cabral de Moncada, *ob. cit.*, p. 56. (O itálico é nosso).

<sup>(654)</sup> - Ao referir-se ao Rancho da Carqueja, Teófilo Braga diz-nos: "Desgraçado daquele pai de família a quem a sorte havia dado alguma filha galante e fermosa! imediatamente se empreendia uma sedução por algum dos da Sociedade; quando não utilizava a sedução, empregava-se a força: a inocente donzela era roubada... A sua imprudência e desmoralização chegou a tal ponto que ousarão infrutuosamente lançar uma escada a uma janela para roubarem a sobrinha do próprio Rector..." (*História da Universidade de Coimbra...*, tomo III..., p. 159). A ideia que a população anónima tem do estudante é que "deita à perdição as pobres moças coimbrãs" (Alfredo de Pratt, *ob. cit.*, p. 120); B. M. Costa e Silva, *ob. cit.*, p. 16.

não servir de exemplo para ninguém, porque identificadas com um certo sentido de violência, já o relacionamento amoroso, a sexualidade e as práticas de excesso, a avaliar pela leitura das diferentes "memórias", eram formas e comportamentos de certa maneira correntes entre a juventude académica. Daí que um memorialista, recordando os seus tempos de jovem e os deleites da vida estudantil coimbrã, tenha afirmado: "Beber toda a volúpia embriagadora da Atenas do Mondego, é ter arreliado futricas, ter sacudido caloiros, ter embalado tricanas"<sup>(655)</sup>.

Na pena dos memorialistas, o relacionamento amoroso nasce e afirma-se nas mais diversas formas. Quando a interlocutora é uma menina da sociedade ou uma "turista japonesa"<sup>(656)</sup>, de uma maneira geral, estamos perante um acto de seriedade, cujo desenvolvimento passa, não só pela demonstração de respeito, simpatia e afectividade, mas também pela elaboração de um plano, a que não são alheias manifestações sociais e um certo reconhecimento de territorialidade. Se frequentar, em casas particulares, "alegres e deliciosas festas"<sup>(657)</sup> podem ser momentos de encontros desejados, é também tempo e espaço de afirmação e reconhecimento, como oferecer um álbum de memórias e de arte podia constituir, para além de uma atitude de simpatia e afecto, uma estratégia de aproximação, uma vez que permitiria fazer várias visitas: "Das relações da família, ia muito lá a casa..., principalmente às vésperas de feriado. Mas gostava, para as intermitências, de arranjar o seu pé de por lá aparecer um dia por outro. Arranjou-lhe um álbum...e cada coisa que arranjava, eram duas visitas..."<sup>(658)</sup>. No interior do percurso são palavras e práticas de galanteio: é a presença, aos domingos, na missa do meio-dia, no Colégio Novo ou a ida às Ursulinas, sempre que havia novena<sup>(659)</sup>; os passeios pelo Jardim

<sup>(655)</sup> - Albino Rodrigues de Souza, *ob. cit.*, p. 16. (O itálico é nosso).

<sup>(656)</sup> - Alfredo de Freitas Leal, *ob. cit.*, p. 50.

<sup>(657)</sup> - *Idem*, p. 110.

<sup>(658)</sup> - Trindade Coelho, *In Illo Tempore...*, p. 27.

<sup>(659)</sup> - Cfr. António Cabral, *Tempos de Coimbra...*, pp. 30-31. A este propósito, também o poeta da Torre de Anto versejou:

"Teresinhas! Ursulinas!  
Tardes de novena, adeus!  
Os corações às batinas  
Que diriam? Sabe-o Deus..." (António Nobre, *Só...*, p. 55).

Botânico, Penedo da Saudade ou Parque de Santa Cruz, mas também as serenatas, onde "o amor-madrigal, o amor-paixão nascente, ou o amor-desespero eram o motivo principal da canção"<sup>(660)</sup>. Sinais de identificação e individualização passam igualmente pela reafirmação de um amor-eterno. Em palavras simples, mas plenas de ternura, cantava-se:

"Dizem que ela envelheceu  
Mas, p'ra mim é sempre linda,  
Há astros, mortos no céu  
E a gente, vê-os ainda"<sup>(661)</sup>.

Esta relação amorosa passa, muitas vezes, por atitudes de solidariedade, camaradagem e criação poética. Depois de oferecido o álbum, era costume solicitar à "Academia letrada-versos, música, desenhos, qualquer coisa"<sup>(662)</sup>; outras vezes, é o próprio interessado, em altura de crise sentimental, a poetizar e a enviar à sua amada os seguintes versos:

"Vivo num mundo à parte a minha vida:  
Só ficou neste um espectro doutro Eu  
Cuja existência há muito feneceu,  
Mas que não foi de todo inda esquecida"<sup>(663)</sup>.

Mas, em contraste nítido com este tipo de relacionamento amoroso, que se pretende sério, durável e útil, porque com vista ao casamento, outros há que passam por atitudes bem diferentes e mui diversas. Quando a interlocutora é de condição social inferior, geralmente uma tricana, as relações amorosas estabelecem-se, regra geral, na base da transitoriedade e têm como objectivo fundamental a simples fruição do prazer. De entre muitos casos, é Serrão de Faria "nos braços cariciosos duma das suas amantes de algumas horas ou de uma semana quando muito"<sup>(664)</sup>.

<sup>(660)</sup> - Rafael Salinas Calado, *ob. cit.*, p. 68.

<sup>(661)</sup> - *Idem*, p. 69.

<sup>(662)</sup> - *In Illo Tempore...*, p. 27.

<sup>(663)</sup> - Fernando Correia, *Vida Errada...*, p. 264.

<sup>(664)</sup> - Alberto Costa, *ob. cit.*, p. 130.

De uma maneira geral, estes relacionamentos nascem de pontos de encontro: é a convivência diária nas proximidades da habitação<sup>(665)</sup>, é a sociabilidade que se desenvolve nos vários arraiais, na romaria do Espírito Santo e nas fogueiras dos santos populares, onde, muitas vezes, é pomo de discórdia entre estudantes e futricas.

Este relacionamento amoroso estabelece-se, essencialmente, com as tricanas que, vivendo na sombra da Universidade, vão "amando o estudante com o amor meio carnal e meio místico"<sup>(666)</sup>. Reais e míticas, as tricanas são a pedra de toque deste tipo de relacionamento que é profundamente diversificado. Uma vez, passa por uma certa inquietude, sobretudo quando o desfrutar do prazer devora a própria tricana que, louca e sequioza de amores, percorre todas as ruas e becos da Alta na busca do seu doutor, porque chegadas que foram as horas não apareceu<sup>(667)</sup>. Outras vezes, é a tricana que está por conta de outro sujeito<sup>(668)</sup>, mas que tudo engendra, para se subtrair ao seu cuidado e vigilância, porque também ela é protegida por um estudante. É o Pad-Zé que partilha amores com "a lourinha do 1.º andar, que dava tratos à imaginação na descoberta de pretextos que a furtassem à zelosa vigilância do protector – um capitalista a 30% à hora, morador nos Arcos do Jardim, velho e obeso, que nós chamávamos o Conselheiro"<sup>(669)</sup>. Mesmo protegidas, muitas vezes o relacionamento não ia além de um mero acto de posse, porque "não serves nem para morder e dar coices, nem tão pouco para montar sem almatricha e cabresto"<sup>(670)</sup>, dizia um estudante a uma das suas amantes. Estes relacionamentos e práticas

---

<sup>(665)</sup> - Solano de Abreu era um dos primeiros estudantes a chegar à mercearia do "Anda a Roda", porque "tinha na vizinhança um dos seus numerosos namoros" (*In Illo Tempore...*, p. 73). Também Luís Augusto "namorou uma vizinha, com quem falava à noite até altas horas..." (Fernando Correia, *ob. cit.*, p. 64).

<sup>(666)</sup> - Annibal Soares, "As Tricanas de Coimbra", *Ilustração Portuguesa*, II Série, n.º 11, de 7 de Maio de 1906, p. 147.

<sup>(667)</sup> - "Quando, depois da meia noite, não aparecia na Anarda, era certa fanática peregrinação até me encontrar" (Serrão de Faria, *ob. cit.*, p. 99).

<sup>(668)</sup> - São várias as alusões a boticários, lentes e capitalistas. Diz-nos Alberto Costa: "Para mais, eu era o preferido de uma apetitosa tricaninha do Bêco dos Militares, a quem um lente de Direito fazia bem, e que me cozia a capa e a batina nas ausências recatadas do catedrático" (*O Livro do Doutor Assis...*, p. 35).

<sup>(669)</sup> - *Idem*, p. 52.

<sup>(670)</sup> - Serrão de Faria, *ob. cit.*, p. 121.

sexuais afirmam-se, algumas vezes, como experiências bizarras, porque formas de iniciação, sobretudo quando o interlocutor é um novato<sup>(671)</sup>. A Maria Marrafa, por exemplo, acarinhava sempre os caloiros, "levando-lhe a sebenta fora de horas... por esquecimento desculpável"<sup>(672)</sup>.

Neste tipo de relacionamento, muito raramente se levantam questões de lealdade e fidelidade. Quando aparece, a infidelidade é, muitas vezes, motivo para uma afirmação individual e inspiração poética. Assim aconteceu, no tempo de Trindade Coelho: "José Botelho, que fez por junto uns versos memorandos com o título de *Eterno Feminino*, que foi tudo quanto em cinco anos de conúbio parturejou a sua Musa, e isso, diz-se, porque a sua Musa lhe foi *infiel*"<sup>(673)</sup>. Fidelidade e infidelidade podem ser, algumas vezes, uma questão de dinheiro: "a minha fidelidade, meu cão, não era para ti! Era dever do meu amor na obrigação do dinheiro que me davas"<sup>(674)</sup>.

Não muito duráveis, estes relacionamentos, como já referimos, visavam, fundamentalmente, a fruição do prazer, não só porque a interlocutora não era, no dizer do memorialista, "espinho santeiro que picasse o... coração"<sup>(675)</sup>, mas também porque estudantes havia que tinham deixado na terra natal ou nas redondezas uma noiva que era "um bom partido para depois de formado"<sup>(676)</sup>. Além disso, é possível também que as diferenças culturais tenham, de alguma maneira, obstruído o estabelecimento de relações profundas.

Todavia, isto não significa que, nestes relacionamentos, não se produzisse um tipo de discurso com alguma afectividade, porque mulheres havia bastante fiéis e até muito dedicadas. Sande Marinho, por exemplo, tinha amores "que auferia em recato com a engomadeira Cândida... a de Ferro...

---

(671) - "Ou de dia ou de noite é levado nos primeiros dias de Coimbra aos lupanares, quando não acontece vir encontrar, na "república" onde caíu, duas ou três mulheres trazidas para ali para satisfazer os apetites carniais duma dúzia ou mais de académicos; e então, são levados na corrente ainda mesmo os que não conhecem o prazer...para conseguirem pervertê-lo, vai até ao ponto de lhe invadirem o quarto, para onde entra toda a "república", levando consigo uma mulher que ali deixam, e aguardam do lado de fora o tempo bastante para que o acto se consuma" (William Edward Clode, *O problema sexual no meio académico* (Tese de Doutoramento), Coimbra, Imprensa Académica, 1925, pp. 56-57).

(672) - Serrão de Faria, *ob. cit.*, p. 58.

(673) - *In Illo Tempore...*, p. 72.

(674) - Serrão de Faria, *ob. cit.*, p. 102.

(675) - *Idem*, p. 100.

(676) - Carminé Nobre, *Coimbra de capa e batina*, 1.º volume..., p. 125.

(que)... não dava confiança aos caloiros... (e) ...a sua casa era sagrada, ninguém lá entrava... e os engomados eram entregues à porta"<sup>(677)</sup>; também muita dedicação e estima, porque, quando Sande Marinho esteve doente, era ainda a mesma Cândida quem "às escondidas... pelas horas matutinas... trazia-lhe gemadas com canela"<sup>(678)</sup>. Mesmo assim, só muito raramente estes comportamentos e práticas de afectividade produziam alguma alteração nas opções e nos compromissos assumidos pelo estudante. Daí que muitas rapariguinhas, julgando-se possuidoras de um verdadeiro amor, mas que na verdade não passava de uma atitude romântica, logo que desiludidas, tentassem o suicídio com o chá de fósforo<sup>(679)</sup> ou, à semelhança da Rosa Espanhola, demandassem um convento<sup>(680)</sup>. Apesar de Serrão de Faria referir a existência de "casais amigos"<sup>(681)</sup>, este tipo de relacionamento, normalmente, não levava a ligações de facto, mesmo quando havia filhos<sup>(682)</sup>.

Através das "memórias", é ainda possível descortinar, embora em informações muito mais restritas, outros tipos de comportamentos. É o caso de um baile de máscaras que Serrão de Faria deu, "para consagração da... despedida de conceituado estudante coimbrão"<sup>(683)</sup>. Com tudo devidamente planeado e preparado, nem sequer faltou quem, à entrada, inspeccionasse,

---

<sup>(677)</sup> - Serrão de Faria, *ob. cit.*, p. 57-58.

<sup>(678)</sup> - *Idem*, p. 61.

<sup>(679)</sup> - "Sabes de quem ela é filha? - Do doutor Lopes, lente de Medicina. Foi o final dum romance do seu tempo de estudante, em que a heroína foi uma irmã da D. Glória. - A minha Arminda, que Deus haja, coitadinha, que se matou no dia em que ele casou, com uma data de fósforos que enguliu" (Fernando Correia, *ob. cit.*, pp. 80-81).

<sup>(680)</sup> - Annibal Soares, "As tricanas de Coimbra", *ob. cit.*, pp. 147-49.

<sup>(681)</sup> - *Ob. cit.*, pp. 97-98. "Alguns, porém, para equilibrarem a sua sensualidade sentem necessidade duma companhia certa, e vivem amancebados durante o resto da vida académica..." (William Clode, *ob. cit.*, p. 21). Certamente, também, que alguns contraíram mesmo casamento. É que, pela primeira vez e por influências do processo liberal e do movimento romântico, o casamento passa a ser feito em função dos sentimentos de cada um e não por interesses de famílias. O casamento, sobretudo entre os estudantes liberais, assume-se assim como um "dever revolucionário" (Cfr. Manuel Louzã Henriques, "Considerações sobre a boémia estudantil no séc. XIX", *ob. cit.*, p. 350).

<sup>(682)</sup> - "Ó Conceição Pulquena! - quem é este? ... Este é o Eduardito, filho do sr. dr. x... conservador em Beja. E esta, ó Conceição, qual é?... - Esta é a Madalena, filha do sr. dr. v... tabelião em Braga. E mais esta, ó Conceição? - esta é Vitorina, filha do sr. dr. y... juiz da Relação" (Annibal Soares, *ob. cit.*, pp. 148-49).

<sup>(683)</sup> - *Ob. cit.*, p. 135.



"sem esgares nem trejeitos lúbrios, a primordial diferença existente nos dois sexos para se constituir o alicerce do *crecei e multiplicai-vos*"<sup>(684)</sup>; práticas de excesso também na Mansarda do Pad-Zé. Presididas pela Arnalda, em sessões nocturnas, "reconstituíam-se cuidadosamente épocas passadas, levando-se o consciencioso rigor de investigação até ao remoto paraíso de Adão, mesmo sem parra"<sup>(685)</sup>.

Fazendo parte integrante da vida do estudante de Coimbra que, por isso mesmo, as cantaram e mitificaram<sup>(686)</sup>, a mulher e a tricana afirmam-se, aos olhos dos memorialistas, em múltiplas e variadas imagens: Costa e Silva e Pinheiro Chagas retiveram-nas como "lavadeiras dispersas pelo areal do rio batendo roupa e cantando idílios aos estudantes, que, debruçados do cais, ou da ponte de Santa Clara, às provocam"<sup>(687)</sup>; em António Nobre, um sentido de amor carnal, porque "são morangos os teus beijos"<sup>(688)</sup>; Trindade Coelho imortalizou-as na sua indumentária: "chininha de biqueira... meia branca... saia de chita, das cores mais claras... aventalinho muito pequenino... chambre de chita clara... e o xaile de barras"<sup>(689)</sup>; para Serrão de Faria é a mulher fútil e cantadeira que "com a guitarra concertada, novamente à gandaia pelas alfurjas da alta, tascas da baixa, cantando..."<sup>(690)</sup>; Salinas Calado guarda a graciosidade da imagem física num "rosto de delicado contorno... olhos grandes sonhadores e espirituosos, narizinho às vezes arrebitado, boca de maravilha"<sup>(691)</sup>; finalmente, em Raul Fernandes Martins, um sentimento romântico acompanhado de evolução cultural, "porque liam romances"<sup>(692)</sup>. Em todos, a constatação de uma imagem de

---

<sup>(684)</sup> - *Idem*, p. 130.

<sup>(685)</sup> - Alberto Costa, *ob. cit.*, p. 52.

<sup>(686)</sup> - Veja-se a numerosa bibliografia apontada por Octaviano de Sá, *A tricana no folclore coimbrão*, Coimbra, Ed. da Comissão Municipal de Turismo, 1942. Sobre o aspecto lendário da tricana, veja-se João José Cardoso, "Amores d'estudante", *Via Latina*, Revista da A.A.C., Coimbra, 1987.

<sup>(687)</sup> - B. M. Costa e Silva, *Estudantes de Coimbra...*, p. 7; Octaviano de Sá, *A tricana no folclore coimbrão...*, p. 5.

<sup>(688)</sup> - Sá..., p. 55.

<sup>(689)</sup> - *In Illo Tempore...*, p. 121.

<sup>(690)</sup> - *Ob. cit.*, p. 116.

<sup>(691)</sup> - *Ob. cit.*, p. 33.

<sup>(692)</sup> - *Ob. cit.*, p. 110.

elegância no andar e no vestir, de um forte amor-paixão, de muita sensibilidade e de uma vivência onde o prazer e o riso confraternizam, diária e simultaneamente, com a dor e a amargura. A existência ainda de uma certa admiração e saudade por estas mulheres que, não só os aturaram, como os serviram, o melhor que souberam e puderam. Admiração e saudade que é recíproca, porque muitas delas, mesmo já em idades avançadas, nunca deixaram de guardar, penduradas nas paredes de seus quartos, as lembranças de gerações de estudantes<sup>(693)</sup>.

Mas, na pena dos memorialistas, à medida que os anos vão passando e o progresso avança, tudo se vai transformando, quando não morrendo lenta e dolorosamente. Se, em 1910, Hipólito Raposo assinala ventos de mudança que levam ao aburguesamento da tricana<sup>(694)</sup>, já na década de 20, Fernandes Martins testemunha que foram "poucas (as) que conheci"<sup>(695)</sup>, porque ser tricana não passava de uma "atitude mental".

Já fora das complexas relações entre estudantes e tricanas, a permanência daqueles em casas de meretrizes é um facto. Talvez por vergonha ou pudor, nesta matéria, os memorialistas são bastante reservados. Apenas umas ligeiras referências a alguns nomes e lugares: Ana dos Ossos, Arminda, Gracinda, Maria Ferreira, Rosa Regimenta, Terreiro da Erva e Rua das Figueirinhas.

Por último, mas em contraste com o silêncio que é votado às colegas de curso, a existência ainda de um certo entusiasmo pelas atrizes de teatro, que são recebidas com grandes manifestações, a quem são prestadas homenagens e ovações delirantes sendo algumas até convidadas para ceiar lampreia, no Paço do Conde. Estas atitudes poderão encontrar a sua justificação, não só numa admiração pela beleza feminina, mas também na afirmação de um acto de cultura e arte de bem representar, como foi o caso de Adelina Abranches<sup>(696)</sup>.

---

<sup>(693)</sup> - Jorge de Seabra, referindo-se a Maria Marrafa, informa-nos que ela vivia "para a nossa santa Religião e para os retratos daqueles bacharéis que tenho além espalhados pelas paredes, e que fizeram o favor de mos oferecer com dedicatórias muito lindas, muito chocantes ao deixarem, com os olhos rasos de lágrimas, esta bendita terra de nosso Senhor" (*Coimbra académica do meu tempo...*, p. 26).

<sup>(694)</sup> - *Coimbra doutora...*, p. 121; Octaviano Sá, *Nos domínios de Minerva...*, pp. 197-98.

<sup>(695)</sup> - *Ob. cit.*, p. 110.

<sup>(696)</sup> - *Cfr. Ilustração Portuguesa*, II volume, Lisboa, 20 de Agosto de 1906, p. 88.

#### 4.10. Habitação: As Repúblicas

Ao contrário do que se possa pensar, a questão do alojamento dos estudantes universitários em Coimbra não é um problema só dos nossos dias. Muito antigo, remonta aos princípios do século XIV, altura em que o Estudo Geral é transferido de Lisboa para Coimbra<sup>(697)</sup>. Mas, dadas as sucessivas transferências da Universidade, só a partir de 1537, com a instalação definitiva da Universidade em Coimbra, é que este problema se põe com maior acuidade, em virtude do desfasamento entre o elevado número de população que a Universidade atrai e o número de habitações existentes. Devido ao número de casas ser insuficiente, rapidamente se fez sentir a necessidade de ter que se aumentar a construção. Com a Universidade instalada nos Paços de Alcáçova e a servir de estímulo ao desenvolvimento urbanístico, é na colina da Alta que, até então, estava "quase abandonada em favor da parte baixa da cidade vai agora proliferar a habitação, verificando-se um aumento da compacidade, principalmente na área virada a Sul"<sup>(698)</sup>.

Dada a afluência de escolares, em breve, o bairro de Almedina se tornou insuficiente, o que levou alguns estudantes a procurarem casa na zona da Baixa.

---

<sup>(697)</sup> - A transferência da Universidade de Lisboa para Coimbra, em 1307, colocou à cidade do Mondego muitos e vários problemas, sobretudo de ordem habitacional. Por carta régia de 25 de Maio de 1312, ficamos a saber "que havia poucas casas na Almedina, muitos pardieiros e casas derrubadas". Este mesmo documento não só ordenava que as casas fossem reconstruídas, mas também impunha ao alcaide e alvazis "para obrigarem todos os donos de casas de aluguer, da porta de Almedina para cima, a arrendá-las aos estudantes antes que a qualquer outra pessoa, e que tomassem e entregassem aos escolares, isentas do pagamento de renda durante um ano, aquelas moradas cujos proprietários recorressem a subterfúgios para se esquivarem ao cumprimento da ordem real" (Theophilo Braga, *Historia da Universidade de Coimbra nas suas relações com a instrução publica portugueza*, tomo I (1289 e 1555), Lisboa, Por ordem e na typographia da Academia Real das Sciencias, 1892, p. 113 e Mário Brandão e M. Lopes de Almeida, *A Universidade de Coimbra - esboço da sua história*, Coimbra, Por ordem da Universidade, 1937, p. 78).

<sup>(698)</sup> - Ana Paula Margarido e Margarida Vilar Queirós, "A Universidade de Coimbra e as alterações na malha urbana da Alta", *Universidade(s). História. Memória. Perspectivas. Actas do Congresso "História da Universidade" (No 7.º Centenário da sua Fundação)*, vol. 2.º, Coimbra, 1991, p. 360. Veja-se também de Ana Paula Margarido, "A morfologia urbana da Alta de Coimbra - suas condicionantes", *Alta de Coimbra. História-Arte-Tradição*, Actas, Coimbra, 1988, pp. 79-100.

Não foi preciso muito tempo para que a presença da juventude académica nesta zona da cidade se tornasse indesejável. Assim o demonstra um acordão de 1579, do município de Coimbra, porque, para além de os estudantes procurarem impor os seus direitos, também "era grande devassidão nas casas dos homens casados por nelas morarem pupilos"<sup>(699)</sup>. Como consequência e para atalhar os males, são os moradores da Baixa proibidos de continuarem a alugar casas a estudantes, o que faz com que estes regressem à Alta.

Com a instalação definitiva da Universidade em Coimbra e fazendo parte do projecto da reforma dos estudos, assiste-se, sobretudo por parte das diversas ordens religiosas, à criação de numerosos colégios universitários<sup>(700)</sup>. Estas instituições albergam, não só os alunos das respectivas ordens, mas também outros, embora estes em número reduzido<sup>(701)</sup>. Estes colégios são destituídos das suas funções em 1834 com a extinção das Ordens Religiosas, o que não deixou de causar alguns problemas, sobretudo aos alunos clérigos que vinham frequentar a Faculdade de Teologia, porque tiveram de passar a procurar "casa onde pudessem hospedar-se ou reuniam-se em grupos, de mistura com alunos de outras faculdades"<sup>(702)</sup>.

O problema habitacional preocupava, não só os estudantes, que tinham que encontrar um alojamento para si próprios, como também as próprias autoridades académicas. Se, em 1726, o então Reitor da Universidade, Francisco Carneiro de Figueiroa, se lamentava da falta de casas<sup>(703)</sup>, também Luís António Verney, em 1729, optava pela frequência da Universidade de Évora, porque, para além de fundada para eclesiásticos, foi-lhe mais fácil encontrar alojamento na cidade alentejana do que em Coimbra<sup>(704)</sup>.

---

<sup>(699)</sup> - Apud João Vasco Pina de Moraes, "Alguns aspectos da tradição e vida das Repúblicas Académicas de Coimbra", *Via Latina*, Ano XIII, n.ºs 66 e 67, Coimbra, 22 de Maio de 1953, p. 1.

<sup>(700)</sup> - Cfr. António de Vasconcelos, "Os colégios universitários de Coimbra (Fundados de 1539 a 1779)", *Biblos*, vol. XV, Coimbra, 1939, pp. 1-170. Este estudo foi reimpresso em *Escritos vários*, vol. I, Coimbra, 1987, pp. 155-295.

<sup>(701)</sup> - Cfr. Fernando Taveira da Fonseca, *A Universidade de Coimbra (1700-1771). Estudo social e económico*, vol. I, Coimbra, 1992, p. 300, nota 4.

<sup>(702)</sup> - M. d'Almeida Trindade, *A Faculdade de Teologia e o incidente com o Senhor Bispo-Conde...*, p.p. 5-6.

<sup>(703)</sup> - Fernando Taveira da Fonseca, *ob. cit.*, pp. 300-304.

<sup>(704)</sup> - António Alberto de Andrade, *Verney e a cultura do seu tempo*, Coimbra, Por ordem da Universidade, 1965, pp. 29-30.

A escassez de casas e a falta de condições das mesmas são denunciadas por Ribeiro Sanches. Comparando Coimbra com Salamanca, o iluminista não esconde as grandes dificuldades que qualquer estudante tem em encontrar não só casa, mas até um simples quarto mobilado<sup>(705)</sup>. A insuficiência de habitação foi, na opinião do Reitor Figueiroa, uma das razões que fez com que muitos estudantes, "por as não acharem se auzentarão"<sup>(706)</sup>. Os que permaneciam em Coimbra "viviam aos dois e aos três... Servia-os uma ama e dois ou mais criados, conforme os estatutos permitiam à condição de cada um"<sup>(707)</sup>.

A falta de casas para estudantes devia-se, segundo Carneiro de Figueiroa, não só ao tabelamento dos preços a que estes arrendamentos estavam sujeitos por lei, mas também aos enormes prejuízos que muitos académicos causavam nas próprias habitações e que depois não pagavam. A estas causas haverá que juntar ainda uma certa conjuntura de baixa que, a seguir a 1762, se verifica no mercado habitacional, fruto de uma redução do número de alunos, o que vem desencorajar o investimento<sup>(708)</sup>. Como solução para estes males, o Reitor advogava que, para além de uma actualização das rendas, única forma de os senhorios se sentirem compensados pelos investimentos feitos, os estudantes fossem obrigados a pagar os danos causados<sup>(709)</sup>.

Com a reforma pombalina da Universidade, o problema da habitação deixa de se colocar, pelo menos com a ênfase e a pertinência com que vinha sendo posto. D. Francisco de Lemos, em 1777, no balanço que faz da reforma, não refere dificuldades por parte dos estudantes em encontrarem alojamentos. O Reformador - Reitor diz-nos que "os estudantes não vivem em colégios; mas que estão dispersos pela cidade em casas particulares que alugam"<sup>(710)</sup>. Admitimos que as dificuldades de outros tempos tenham sido atenuadas ou até ultrapassadas, não só com o possível equilíbrio que houve entre a oferta e a procura, por quanto a nova reforma trouxe consigo uma diminuição significativa no número de alunos<sup>(711)</sup>, mas também porque os

---

<sup>(705)</sup> - António Nunes Ribeiro Sanches, *Obras*, vol. I, Coimbra, Por ordem da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1959, p. 118.

<sup>(706)</sup> - Apud Fernando Taveira da Fonseca, *ob. cit.*, p. 309, nota 24.

<sup>(707)</sup> - Hippolyto Raposo, *Coimbra doutora...*, pp. 85-86.

<sup>(708)</sup> - Cfr. Fernando Taveira da Fonseca, *ob. cit.*, pp. 303 e ss.

<sup>(709)</sup> - *Idem*, p. 302.

<sup>(710)</sup> - *Relação Geral...*, p. 210.

<sup>(711)</sup> - "Tinham concorrido à Universidade muitos estudantes a assistir à abertura dos Novos

"*Novos Estatutos*", ao contrário dos "*Velhos*"<sup>(712)</sup>, não consignavam qualquer tipo de tabelamento nas rendas das casas que os estudantes viessem a alugar. Revogando-se assim a lei antiga, quebrou-se e acabou-se, possivelmente, com alguma resistência ou com algum subterfúgio que certos senhorios pudessem ter para não arrendarem as suas casas.

Como já referimos, o facto de o regime liberal ter acabado, em 1834, com os colégios universitários, poderia ter trazido algumas dificuldades em matéria habitacional. Esta questão parece-nos, todavia, insignificante, uma vez que quem mais habitava nesses estabelecimentos eram alunos teólogos, que eram em número bastante reduzido.

Nas "*memórias*" de estudantes, não constatamos a existência de problemas de maior, quando se trata de encontrar uma casa para arrendamento. Se algum obstáculo existia nesta matéria, não é por carência de habitações, mas deve entender-se mais como uma atitude mental e de reserva por parte do senhorio, porque receoso de não lhe pagarem, em devido tempo, a renda combinada ou de vir a ter problemas de relacionamento, sobretudo quando as casas eram contíguas<sup>(713)</sup>. Isto acontecia, normalmente, quando o senhorio sabia ou desconfiava que a sua casa iria ser uma "*república*". Todavia, esta dificuldade vencia-se "*geralmente... com um discurso ao senhorio e o pagamento de dois ou três meses adiantados, com promessa de pontualidade nos meses seguintes*"<sup>(714)</sup>.

Se é certo que, a partir dos primeiros anos da década de 80, se começa a verificar um aumento do número de alunos na Universidade, também é verdade que é a partir de 1880 que a cidade de Coimbra vai arrancando para um surto de crescimento com a integração de novos espaços na sua malha urbana. A construção do Bairro de Santa Cruz, os novos edifícios na Estrada da Beira e o alargamento da área de construção para a Cumeada e zona de Celas fazem com que, pelos primeiros anos do século XX, sejam

---

Estudos; mas logo que virão a diferença notável, que havia entre os diferentes métodos de ensinar Antigo e Moderno, logo que conheceram a necessidade de residirem e de observarem a Disciplina das Aulas; que os sujeitava a dar conta das Lições, a fazer Dissertações e Sabatinas; todos os que eram ignorantes, e faltos de princípios desemparraram a Universidade, ficando só os escolhidos entre eles, e que seriamente procuravam saber" (*Relação Geral...*, p. 208).

(712) - *Estatutos da Universidade de Coimbra (1653)*..., Liv. II, Tit. XXXI.

(713) - Cfr. Alberto Costa, *O Livro do Doutor Assis...*, pp. 143-44.

(714) - Carminé Nobre, *Coimbra de capa e batina...*, vol. I, p. 124.

já bem menos os caloiros que passam pelos Palácios Confusos, porque preferem as construções dos bairros novos<sup>(715)</sup>. Além do mais, outras estruturas foram aparecendo e que muito ajudavam os estudantes na resolução do seu problema habitacional. Foi o caso, por exemplo, do Centro Académico de Democracia Cristã que, para este e outros efeitos, oferecia, através de anúncios na imprensa, os seus serviços e préstimos<sup>(716)</sup>.

Através da leitura das diferentes "memórias", é possível detectar quais os tipos de alojamento em que o estudante de Coimbra vivia. Excluindo os estudantes que eram naturais de Coimbra ou cujos pais ali viviam, o tipo de alojamento escolhido tem, em princípio, muito a ver com os recursos económicos de cada um. Se o estudante é filho de famílias ricas<sup>(717)</sup> ou dispõe de património próprio pode instalar-se, não só em hotel ou pensão, mas também, à semelhança de António Cerqueira, "numa espécie de palacete... com um estadão de criadas e um groom"<sup>(718)</sup>; quando os recursos eram escassos, optavam, como fez Salazar, pelo aluguer de "um quarto muito modesto"<sup>(719)</sup>; se o estudante tinha familiares na cidade, é muito provável que desfrutasse das conveniências e inconveniências desse meio familiar. Foi o caso de Raul Fernandes Martins: "Foi sempre com família que vivi em Coimbra"<sup>(720)</sup>; finalmente, porque a grande maioria, no dizer de Trindade Coelho, eram filhos de "remediados"<sup>(721)</sup>, instalavam-se, ou em casas particulares, onde compartilhavam a convivência dos proprietários, mas que tinham "cama, mesa, roupa lavada e criada para todo o serviço"<sup>(722)</sup> ou então,

---

(715) - Cfr. Capítulo I, nota 216.

(716) - Cfr. Capítulo I, nota 20.

(717) - No tempo de Trindade Coelho, os estudantes consideravam ricos aqueles que "recebiam de mesada trinta mil réis e daí para cima". (*In Illo Tempore...*, p. 134).

(718) - Alberto Costa, *ob. cit.*, p. 180.

(719) - Franco Nogueira, *Salazar...*, Vol. I, p. 66.

(720) - *Coimbra. Recordações de um estudante...*, p. 12.

(721) - *In Illo Tempore...*, p. 134.

(722) - Serrão de Faria, *À Porta Férrea...*, p. 36. "A melhor de Coimbra, a mais honrada na recomendação de lentes, seria a do Bento Penetra, adido da afamada Biblioteca poeirenta, de barroca fachada..." (*Idem*, p. 36). Ao contrário da do Bento Penetra, a casa das senhoras Teixeiras era má. Aqui esteve hospedado, embora por muito pouco tempo, o Pad-Zé que nos refere serem as donas de "uma avareza insólita", porque "o alimento era revoltantemente cerceado, sobretudo nos dias feriados, nos quais o almoço se reduzia a dois ovos mexidos e um cafezito imputável" (Alberto Costa, *ob. cit.*, p. 34).

"arranchavam... em repúblicas, em qualquer rua do Bairro Alto... e eles e uma criada, em geral "já de certa idade", lá se arranjavam de portas adentro"<sup>(723)</sup>.

Diferentes de todos os tipos de alojamento, as repúblicas afirmam-se como instituições bastante *sui generis*. Na gíria académica, "república" significa "casa onde vivem estudantes, por conta própria"<sup>(724)</sup>, isto é, sem interferência de terceiros. Instituições tipicamente académicas e coimbrãs, as suas raízes mergulham nos tempos remotos do passado, onde a prática de viver em comum aparece como uma tentativa de resposta e solução às dificuldades com que os estudantes se debatiam para encontrarem alojamento e residirem em Coimbra, a custos mínimos. Ribeiro Sanches, por exemplo, na descrição que nos faz da vida do estudante de Coimbra, embora não empregando ainda o termo "república", não deixou de anotar que, na mesma casa, viviam vários estudantes que eram servidos por uma ama<sup>(725)</sup>. A palavra "república" e a expressão "Real República" aparecem no século XIX, situando-se, por volta de 1836, as primeiras referências a "uma associação criminosa que se denominava a República do Carmo"<sup>(726)</sup>. Autênticas pátrias académicas, nelas viviam os mais variados ideais<sup>(727)</sup>. Embora não negando as suas funções iniciais, mas sob a influência do movimento das ideias que, após 1860, se começou a fazer sentir, algumas repúblicas começam a assumir, pelo menos camufladamente, a defesa de determinados valores e ideologias, aos quais não são alheios um certo espírito de contestação à ordem vigente, por influência das práticas das sociedades secretas. Se, após a dissolução da Sociedade do Raio, estudantes houve, "os mais esturrados", no dizer de

---

<sup>(723)</sup> - *In Illo Tempore...*, p. 134.

<sup>(724)</sup> - Amílcar Ferreira de Castro, *ob. cit.*, p. 99.

<sup>(725)</sup> - "Cada dois ou três estudantes tem uma ama, um e às vezes três criados; se é cavaleiro tem seu cozinheiro, um criado, e um pagem, ou pelo menos um negro" (*Ob. cit.*, p. 119).

<sup>(726)</sup> - Cfr. Theophilo Braga, *Historia da Universidade de Coimbra...*, tomo IV, p. 445.

<sup>(727)</sup> - "Republicanos ou monárquicos, comunistas ou integralistas, socialistas, anarquistas, salazaristas, crentes ou ateus, vivem debaixo das mesmas telhas, sofrem as mesmas privações do meio do mês - a mensalidade chega geralmente no fim - ajudam-se mutuamente no café, no bilhar, no cinema, no futebol, no prego, na Alta, na Baixa, em casa e na rua, pondo, acima de tudo aquilo que os possa dividir e incompatibilizar, o verdadeiro espírito académico, que foi sempre de camaradagem, união, simpatia e amizade" (Carminé Nobre, *Coimbra de capa e botina...*, vol. I, pp. 116-17).



Trindade Coelho<sup>(728)</sup>, que tendo "tomado a embocadura" àquele pagode de conspiradores, e resolveram muitos continuá-lo<sup>(729)</sup>, para o que alguns, a pretexto de fundarem uma república, "alugaram uma casa no bairro de Celas"<sup>(730)</sup>, foi na república "Albergaria dos Nove" que, algumas vezes, se reuniram os membros da loja maçónica Reforma, que era formada exclusivamente por estudantes<sup>(731)</sup>. Do mesmo modo que as ideias republicanas iam ganhando adeptos, também os ideais socialistas iam conquistando alguns corações<sup>(732)</sup>.

A defesa da ideologia passa também pelo combate em favor dos valores católicos que, nos finais do século, se encontram ameaçados. É na "república" da Quinta do Cidral que, em 1901, se vai constituir o Centro Académico de Democracia Cristã, cujos objectivos eram: "que os estudantes genuinamente católicos... respondessem aos sectários das lojas com uma propaganda a favor das ordens [religiosas] feita entre toda a Academia... e de alguma forma dessem decidido apoio moral à imprensa católica"<sup>(733)</sup>.

Símbolos de liberdade e igualdade, as designações de "República" e de "Real República" para casas de estudantes poderão querer significar uma "forma de contestarem ironicamente o poder estabelecido ou, segundo alguns, de iludirem a sua natureza política contestatária"<sup>(734)</sup>. Tomando como base a sua orgânica interna, isto é, a distribuição das tarefas, em regime de rotatividade, por todos os seus membros, levou a que Amílcar Ferreira de

---

<sup>(728)</sup> - In *Illo Tempore...*, p. 52.

<sup>(729)</sup> - *Idem*, p. 52.

<sup>(730)</sup> - *Idem*, p. 52.

<sup>(731)</sup> - Cfr. João Jardim de Vilhena, "A República Coimbrã. Albergaria dos Nove", *Gazeta de Coimbra*, n.º 5 085, de 6 de Fevereiro de 1947, p. 3; Fernando Catroga, *Mações, liberais e republicanos em Coimbra...*, p. 57.

<sup>(732)</sup> - D. Correia da Cunha referindo-se à República dos Grilos diz: "A Malta que forma esta família "republicana" - é a que se apresenta na rua com mais "linha" (*A Malta...*, p. 7). Nos ideais socialistas comungava, entre outros, Álvaro Inácio, na República Transatlântica, em 1908 (Cfr. Fernando Correia, *Vida Errada...*, pp. 67 e ss.).

<sup>(733)</sup> - Apud Manuel Braga da Cruz, *As origens da democracia cristã e o salazarismo*, Lisboa, Editorial Presença, 1980, p. 157.

<sup>(734)</sup> - Nuno Ferreira, "Coimbra: o crepúsculo das Repúblicas", *Expresso*, de 13 de Fevereiro de 1988.

Castro dissesse que "a designação dada a estes agrupamentos de estudantes deve provir do facto de o governo das repúblicas ser semelhante ao dos estados republicanos"<sup>(735)</sup>.

Foram em número apreciável as repúblicas que, ao longo dos tempos, existiram em Coimbra<sup>(736)</sup>. Se, "no começo, as repúblicas eram conhecidas pelo nome do estudante mais antigo que delas fizesse parte"<sup>(737)</sup>, com o tempo foram adoptando designações bastante diversas e até originais. Enquanto para algumas poderá ser um pouco difícil encontrar uma explicação para o nome que utilizaram, em virtude da sua originalidade<sup>(738)</sup>, já outros nomes parecem não deixar dúvidas, porque se identificam com o nome do próprio local onde as mesmas se instalaram: Palácios Confusos, Matemática, Couraça da Estrela, Couraça de Lisboa, Cozinhas, S. Jerónimo, S. Salvador e outras correspondem precisamente aos largos e ruas com o mesmo nome; algumas perfilharam o nome da zona da cidade onde se situaram: Quinta do Cidral, Cumeada e Celas; outras reflectem um certo regionalismo, que é motivado pela zona geográfica do país de onde os "repúblicos" eram naturais: Beira-Baixa, Flor Transmontana, Algarve, Estrela do Norte e Funchal, entre outras; o nome de outras poder-se-á deduzir do número dos seus habitantes: Albergaria dos Nove, porque, possivelmente, nessa casa da Couraça de Lisboa, eram nove os estudantes seus moradores; também o tipo, o formato e a cor da casa onde os estudantes se instalavam podiam ser motivos para nome de baptismo de uma república: é possível que o "Château Rose", casa apalaçada, se apresentasse pintada de cor-de-rosa e daí o nome; finalmente, posturas mentais mais ou menos reservadas, para o caso da República dos Esotéricos.

Situando-se uma boa parte delas no Bairro Alto, muitas, à semelhança da "Transatlântica", eram constituídas por rapazes de várias Faculdades e de

<sup>(735)</sup> - *Ob. cit.*, p. 100.

<sup>(736)</sup> - Cfr. Alberto Sousa Lamy, *ob. cit.*, pp. 491-513; Carminé Nobre, *ob. cit.*, vol. I, pp. 115-26 e 145-204.

<sup>(737)</sup> - João Vasco Pina de Moraes, "Alguns aspectos da tradição e vida das Repúblicas...", *Via Latina*, Ano XIII, n.º 66 e 67, Coimbra, 22 de Maio de 1953, p. 2.

<sup>(738)</sup> - Admitimos que alguns dos nomes possam ter surgido e tomados por consenso em reunião de todos os "repúblicos"; que algum nome tenha caído em graça e, sem dificuldade, fosse adoptado; também acontecimentos de ordem política podem ajudar a explicar um ou outro nome (Ex: A República 5 de Outubro).

terras diversas<sup>(739)</sup>, já outras eram formadas por estudantes da mesma região<sup>(740)</sup> ou, então, com algumas afinidades entre si<sup>(741)</sup>.

De uma maneira geral, todas estas casas eram bastante modestas. Quando a casa dispunha de mais que um andar, o que normalmente acontecia, porque numa república viviam entre 6 a 12 estudantes, o 2.º andar era totalmente reservado para quartos, que costumavam ser ocupados pelos mais antigos, situando-se no 1.º a cozinha e a sala de jantar e ainda alguns quartos<sup>(742)</sup>. Se os equipamentos para a cozinha e sala de jantar eram, às vezes, fornecidos pelas serventes, a prática mais comum era serem adquiridos entre todos<sup>(743)</sup>. A sala de jantar, compartimento mais espaçoso da casa, apresentava-se com mobílias muito sóbrias, mas pitorescamente decorada. Se a mesa rectangular e os bancos compridos à sua volta constituíam o mobiliário fundamental, eram sobretudo as cenas pintadas nas paredes e os dizeres que as acompanham que mais cativam os olhares do visitante. Os motivos dessas pinturas andavam, normalmente, à volta da vida académica e da boémia, que é "deliciosa e tentadora"<sup>(744)</sup>. Para além das alusões à praxe representadas numa trupe com moca e tesoura, também as insígnias dos "doutores" em cartolas e pastas de quintanistas; igualmente a guitarra a acompanhar um galanteio à figura feminina. Mas, para que tudo tivesse o sentido de alegria, não faltavam as alusões à religião de Dionísio.

---

<sup>(739)</sup> - Cfr. Fernando Correia. *ob. cit.*, p. 37.

<sup>(740)</sup> - "Num tempo que já vai muito longe, havia lá em Coimbra uma república de transmontanos, tudo rapaziada alegre: o padre José Luís Alves Feijó...; os dois Guerras, de Freixo de Espada à Cinta...; o Gomes Lajes, que era também de Freixo; o Bernardo Teixeira Lerte Velho, de Mogadouro... e então o José Bernardino Teixeira de Abreu, que morreu, com perto de oitenta anos, a advogar em Mogadouro" (Trindade Coelho, *In Illa Tempore...*, p. 34).

<sup>(741)</sup> - Todos os membros da República da Quinta do Cidral, em 1901, eram estudantes de Teologia (Cfr. Diogo Pacheco de Amorim, "O Prof. Doutor Francisco José de Sousa Gomes", *Revista da Faculdade de Ciências de Coimbra*, vol. XXX, Coimbra, 1961, p. LVI).

<sup>(742)</sup> - Serrão de Faria, *À Porta Férrea...*, p. 282.

<sup>(743)</sup> - Francisco de Athayde Machado de Faria e Maia, *A minha velha pasta...*, p. 40. Algumas repúblicas mandavam mesmo fazer louça por encomenda. Quando isso acontecia, a louça sustentava o nome e o emblema da república. No Museu Académico existe, em ótimo estado de conservação, um exemplar de um prato da República do Sete Estrelo.

<sup>(744)</sup> - D. Correia da Cunha, *ob. cit.*, p. VII.

Simplezes eram também as mobílias dos seus habitantes. Cada estudante mobilava o seu quarto. Para um estudante com algumas posses, o quarto era um pouco diferente do da maioria, porque com um certo requinte<sup>(745)</sup>. Para um estudante remediado, o estritamente necessário e que se resumia, em 1896, nas palavras de Francisco de Ataíde, ao seguinte: "cama de ferro, pintada a branco, com bolas metálicas na cabeceira e aos pés; duma secretária encimada por uma ligeira estante, com grades, duma outra estante maior, de pinho, pintada a preto, duma cómoda, dum lavatório de ferro e dum candeeiro de petróleo, tendo já, nesta época, passado à categoria de antiguidade ornamental as elegantes lâmpadas de metal, de largo bojo, ramificando-se em três ou quatro bicos curvos, donde saía a chama azulada"<sup>(746)</sup>; nos primeiros anos do nosso século, praticamente a mesma coisa, embora com ligeiras alterações. Dispondo já de cama de ferro, que sua avó lhe havia oferecido, Cabral de Moncada comprava, em 1906, junto ao Arco de Almedina, na casa de João Crisóstomo dos Santos, uma simples secretária em madeira de cerejeira, uma mesinha de cabeceira, duas cadeiras, um lavatório "com bacia de válvula, balde e jarro respectivos", um "clássico candeeiro de petróleo, de metal amarelo e *abat-jour* verde, e ainda a palmatória metálica"<sup>(747)</sup>. Dispondo destes simples trastes, Cabral de Moncada dizia: "estava armado o meu digno quarto de cama, sem nada me faltar"<sup>(748)</sup>. Em 1916, as mesmas camas de ferro ou de madeira, cadeiras e mesas de pinho pintadas, porque "guarda-fatos era luxo que se supria com cómodas de cerejeira envernizada e com mala da roupa"<sup>(749)</sup>.

---

<sup>(745)</sup> - Quando o estudante tinha posses, o seu quarto podia fugir à vulgaridade. É o caso de Aníbal Teles, na República Transatlântica. Filho de família distinta, o seu quarto era bem diferente do de todos os outros: "As paredes...tinham sido mandadas forrar a papel, um papel carmezim, a imitar damasco. Um biombo com desenhos japoneses, dividia o quarto em dois compartimentos: um, destinado à cama, de madeira, com colchão de arame e coberta com um *édredon* de cretone; o outro, armado em escritório, com uma bela secretária de carvalho, enquerada, três poltronas estofadas e um sofá" (Fernando Correia, *ob. cit.*, pp. 51-52).

<sup>(746)</sup> - Francisco de Athayde Machado de Faria e Maia, *A minha velha pasta...*, p. 39.

<sup>(747)</sup> - Luís Cabral de Moncada, *ob. cit.*, p. 56.

<sup>(748)</sup> - *Idem*, p. 56.

<sup>(749)</sup> - Rafael Salinas Calado, *ob. cit.*, pp. 149-50.

Como complemento a estas mobílias e no sentido de dar um tom mais alegre e agradável ao quarto, a existência ainda de uma certa decoração sobre as paredes. Reflectindo a psicologia, os gestos e os interesses de cada um, os motivos da decoração eram os mais diversos: caricaturas e retratos de colegas, bilhetes postais, figuras predilectas da literatura, da arte, da história, da ciência, da política ou da música, cartazes, paisagens, figuras femininas, guitarras, colheres de pau, estatuetas, figuras de barro da romaria do Espírito Santo e recordações da terra longínqua<sup>(750)</sup>. Estudantes havia que procuravam decorações bastante originais. Se João de Deus fazia questão em ter os retratos de todos os seus amigos pintados nas paredes<sup>(751)</sup>, já Serrão de Faria "desdobrando pacotes de algodão em rama, que suspendi do tecto para ter a impressão de nuvens, e, nas paredes caiadas a azul, reproduzindo o céu, para ter a sensação do Infinito"<sup>(752)</sup>.

Mas, quando o estudante era boémio ou gastava em excesso, nem sempre o quarto conservava aquelas simples e modestas mobílias. Dobrada que era a quinzena, havia móveis que iam saindo para as mãos do Favas ou do Fonseca, preguiistas da Alta. O Pad-Zé, quando em dificuldades financeiras, depositava fielmente no seu amigo Favas: "hoje... uma cómoda, amanhã uma *toilette*, uma poltrona mais dispensável..."<sup>(753)</sup>.

Disponham as repúblicas de uma estrutura muito própria. Logo que constituída, procedia-se à distribuição dos diferentes cargos. Se a presidência era ocupada, geralmente, pelo aluno mais velho ou mais antigo, já o cargo de "ministro dos negócios exteriores" recaía sobre o indivíduo que tinha mais "*linha e lata*", no dizer de Carminé Nobre<sup>(754)</sup>, porque fundamental e necessária, não só para lidar com o senhorio, quando as rendas andavam em atraso, mas também para demover e convencer os credores a esperarem

---

<sup>(750)</sup> - Cfr. José Lobo d'Avila Lima, "Meio século de vida coimbrã", *Ilustração Portuguesa*, II série, Lisboa, 23 de Julho de 1906, pp. 692-95. Como bom ribatejano, Serrão de Faria tinha no seu quarto "os chocalhos rebolões da lezíria, de sons cavos, que os cabrestos usam na condução do gado bravo e nas praças de toiros para os encurralar" (Serrão de Faria, *À Porta Férrea...*, p. 282).

<sup>(751)</sup> - Antão de Vasconcellos, *Memórias do Mata-Carochas...*, p. 114.

<sup>(752)</sup> - Serrão de Faria, *ob. cit.*, p. 282.

<sup>(753)</sup> - *O Livro do Doutor Assis...*, p. 135.

<sup>(754)</sup> - *Coimbra de capa e batina...*, vol. I, p. 124.

mais algum tempo pelo dinheiro que se lhes devia, para o lugar de "tesoureiro", "bolsa" ou "ministro da fazenda" ser desempenhado por todos, em regime de rotatividade mensal. Este cargo era bastante importante, uma vez que do "engenho e arte" do "ministro" dependia o bom ou mau sucesso da governação. No tempo de Trindade Coelho, "todas as noites, depois do chá, a criada segue-o ao seu quarto, e aí... desdobra-se o mapa das despesas, com tantas casas quantos os dias do mês, e a indicação, na margem esquerda, dos géneros de consumo normal - e a ladainha começa: - Pão... Responde a criada: - Tanto. - Azeite... - Tanto. - Carne... - Tanto... Soma-se depois a despesa, deduz-se do dinheiro entregue na véspera, dá-se mais para o dia seguinte, e... "Boa noite, Sr. Doutor, estimo que passe bem a noite!"<sup>(755)</sup>.

De uma maneira geral, quando bem governadas, comia-se bem nas repúblicas. Com "seis a oito mil réis por mês, cada um"<sup>(756)</sup>, Trindade Coelho e os seus colegas podiam usufruir: de manhã, café com leite, pão e boa manteiga; o almoço era "sempre de garfo, metendo os seus ovos e o seu bife", enquanto para o jantar, normalmente, havia "a bela sopa, o belo do cozido, os seus croquetes ou coisa parecida"<sup>(757)</sup>. As sobremesas constavam de fruta, queijo e café, porque "doce, só de presente"<sup>(758)</sup>. A tudo presidia o imortal líquido de Baco, bom apetite e muita alegria.

Porém, aos olhos e na pena dos memorialistas, as repúblicas são muito mais do que tudo isto. Elas afirmam-se e identificam-se como um grande estado de espírito e de sã camaradagem, porque um enorme espaço de convívio e confraternização, não só entre os "repúblicos" em si, mas também para todos os amigos e académicos que a desejassem frequentar, porque as portas, à excepção do senhorio e dos credores, nunca se fechavam a ninguém<sup>(759)</sup>. Uma vez que os locais de diversão e sociabilidade eram poucos, sobretudo depois da destruição do Teatro Académico, era, essencialmente, nas repúblicas que os utentes da noite se reuniam, na procura de formas possibilitadoras de prazer e de sociabilidade. Para além da reconstituição

---

<sup>(755)</sup> - *In Illo Tempore...*, pp. 134 - 35.

<sup>(756)</sup> - *Idem*, p. 134.

<sup>(757)</sup> - *Ibidem*.

<sup>(758)</sup> - Rafael Salinas Calado, *ob. cit.*, p. 151.

<sup>(759)</sup> - "Mais ou menos, era de todos, e a toda a hora! Basta dizer que a porta de uma república nunca por lá se fechou de dia ou de noite" (*In Illo Tempore...*, p. 35).

de cenas históricas, bebia-se, discutia-se, ouvia-se música, cantava-se o fado, divagava-se, jogavam-se cartas e trocavam-se opiniões sobre questões de política, filosofia, arte e literatura. Nesta perspectiva, as repúblicas constituem, não só espaços geradores de sociabilidade e muita camaradagem, mas também um tempo de enriquecimento cultural, de diversão e de lazer. Era Afonso Lopes Vieira quem, na mansarda do Pad-Zé, propunha que "se lesse a Bíblia e o Camões, se representasse o Hamlet, se escrevesse e discutisse, adorando a Arte, e rendendo também culto à vida em festins nocturnos"<sup>(760)</sup>.

A par com o espírito de boémia, as repúblicas são também centros de estudo. Por muitas delas passaram estudantes que, depois, foram lentes: Bernardino Machado esteve hospedado na república da Couraça da Estrela; Mário de Figueiredo, na Cumeada e Paulo Merêa no Château Rose. Com excepção dos sábados e vésperas de feriado, no Château Rose, estudava-se todos os dias. Paulo Merêa, recordando a sua vida de estudante, escreveu: "No Château Rose, em geral, estudava-se... Pelas nove horas da noite a Maria Marrafa trazia as folhas da sebenta e daí a pouco reinava o silêncio"<sup>(761)</sup>.

Devido ao facto de as repúblicas serem casas de estudantes com uma psicologia muito própria e de, durante décadas, terem sido o principal garante da praxe académica, aos olhos dos memorialistas, assumem-se como um instrumento e uma força integradora do estudante, sobretudo do novato, na vida académica. Vindos das mais longínquas terras e sem terem qualquer conhecimento em Coimbra, é, por intermédio de um outro "repúblico", geralmente algum familiar, parente afastado, rapaz amigo ou da mesma terra, que um "caloiro" encontra alojamento numa república. Em 1908, Luís Augusto foi viver para a Transatlântica, porque já lá tinha um primo. Graças à camaradagem estabelecida, "por intermédio dos companheiros de casa

---

<sup>(760)</sup> - Alberto Costa, *O livro do Doutor Assis...*, p. 48. A República dos Sete Telhados, na Rua Garrett, n.º 6 primava pelo tipo de festas que dava: "a pretexto de aniversários, jantares de despedida, comemorações, abertura do pipo, aberturas de caça, perdas de donzélia de alguns mais novos, etc., etc. Tais festas culminavam geralmente por bailanicos improvisados... aos quais acorria o sopeirame fino da vizinhança..." (Jorge Horta e Valle, "Lembranças e Recordações", *Rua Larga*, n.º 13, Coimbra, 14 de Maio de 1958, p. 384).

<sup>(761)</sup> - Paulo Merêa, "Coimbra do nosso tempo: Um capítulo das minhas recordações (O "Château Rose")", *Boletim da Associação dos Antigos Estudantes de Coimbra*, n.º 7, Março, Coimbra, 1967, p. 23.

relacionara-se com todos os literatos da Academia... acompanhara o *Passarinho* em serenatas... metera o nariz num ensaio da Tuna... inscrevera-se no Orfeon do Joyce... escrevera crónicas para um jornal da terra, contando, com exageros românticos, as partidas de Coimbra"<sup>(762)</sup>. O mesmo com o Pad-Zé. Instalado na república do José Maria da Silva, "depois do natal, tais provas havia dado de meus méritos e virtudes, como caloiro, que me foi solenemente concedida, nos *Generais* a carta de alforria...,"<sup>(763)</sup>.

Na pena dos memorialistas, as repúblicas são ainda uma escola de vida. Assentando a sua orgânica na mais pura democracia directa, as repúblicas identificam-se como escolas de liberdade e de auto-responsabilidade. Longe das famílias, colhe-se "o fértil ensinamento da experiência própria"<sup>(764)</sup>. Se a república é mal governada, muitas vezes, têm que se conhecer os caminhos de "andar à lebre"; é o encontrar de soluções para o pagamento da renda que o senhorio já tantas vezes clamou<sup>(765)</sup> e são os problemas com os credores que não deixam de bater à porta, porque já lá vão sete meses e ainda se não pagou a conta na mercearia<sup>(766)</sup>.

Também nas discussões internas e sempre que há posições extremadas, porque interesses em jogo, alguém ensina a ser-se tolerante, a respeitar os outros, a conciliar posições, a compartilhar alegrias e tristezas, derrotas e vitórias. Nesta perspectiva, as repúblicas afirmam-se ainda como autênticas escolas de formação cívica<sup>(767)</sup>.

A par com as "repúblicas" de rapazes, existiram também em Coimbra residências independentes para raparigas. A primeira surgiu em 20 de Janeiro de 1920, nos Palácios Confusos, n.º 28, por iniciativa de três universitárias: Dionísia Camões, Maria Teresa Cabral da Silva Basto e Maria Virgínia de

(762) - Fernando Correia, *Vida Errada...*, pp. 64-65.

(763) - *O Livro do Doutor Assis...*, p. 35.

(764) - José Lobo d'Avila Lima, "Meio século de vida coimbrã", *ob. cit.*, p. 690.

(765) - Conta-se que um estudante não tendo com que pagar a renda da casa e vendo-se incomodado pelo senhorio, resolveu colocar na porta o seguinte leiteiro: "Vende-se esta casa, trata-se aqui" (*Idem*, p. 690).

(766) - Um credor dirigindo-se a uma república diz: "Pois, como deve supor, eu vinha cá por causa da contazita lá da mercearia ... Pois a necessidade obriga-me. Estamos em Março e há sete meses que V.ª Ex.ª se não digna" (José Bruno, *Uma véspera de feriado...*, pp. 61-62).

(767) - Cfr. Salgado Lobo, "Da "República" ao "Conselho de Repúblicas", *Via Latina*, Ano XII, n.º 59, Coimbra, 22 de Maio de 1952.



Abreu Ferreira de Almeida. Em 10 de Fevereiro, veio juntar-se-lhes Elisa Augusta Vilares.

Esta experiência de vida em comum entre raparigas parece ter entusiasmado outras universitárias que bem depressa pretenderam aderir ao projecto. Porém, como o espaço nos Palácios Confusos era diminuto (apenas três divisões e um anexo para arrumações), o Círculo Académico Feminino Católico criou, em 1925, na Couraça de Lisboa, n.º 22, uma segunda "república", onde se instalaram cerca de 17 ou 18 alunas, segundo Dionísia Camões.

A característica fundamental destas "repúblicas", como Dionísia Camões lhes chama, é que eram independentes, isto é, eram governadas, à semelhança das dos rapazes, pelas próprias alunas. Por decisão superior, a partir de 1933, passaram estas casas a estar sob as ordens e autoridade da Directora do Colégio da Rainha Santa Isabel, o que fez com que perdessem o seu carácter de "república", passando as suas utentes a serem consideradas como meras comensais<sup>(768)</sup>.

#### 4.1.1. A praxe

Ao longo dos tempos, a questão da praxe na Academia de Coimbra tem sido motivo, não só de protestos e escritos vários, mas também de acesas e conturbadas polémicas entre aqueles que a defendem e os que a atacam. Se, no século XVIII, já Luís António Verney e Ribeiro Sanches se manifestavam contra certos costumes dos estudantes de Coimbra<sup>(769)</sup>, em 1873, devido à

---

<sup>(768)</sup> - Sobre este assunto veja-se Dionysia Camões de Mendonça, "Residências Independentes para Universitárias. 1920-1974", *Boletim da Associação dos Antigos Estudantes de Coimbra*, n.º 14, Coimbra, Junho de 1984, pp. 55-63. Sobre o Círculo Académico Feminino Católico vejam-se de Dionysia Camões, "O aniversário da fundação do CAFCC", *Estudos*, Ano III, n.ºs 31 e 32, Novembro e Dezembro de 1924, pp. 395-404; "O CAFCC de Coimbra", *Estudos*, Ano IV, Fevereiro de 1926, pp. 606-14, de Maria Adelaide Aleixo, "Um Aniversário", *Estudos*, Ano IV, n.ºs 38 e 39, Junho e Julho de 1925, pp. 140-44; Joaquim Ferreira Gomes, *A mulher na Universidade de Coimbra...*, pp. 85-88.

<sup>(769)</sup> - Verney preconizava castigos bastante duros para todos os estudantes que fizessem "investidas". Em seu entender, "seria bom que, nessa sua Universidade, se desse um rigoroso castigo, ainda de morte, aos que injustamente acometem os *novatos* e fazem outras insolências. A brandura com que se tem procedido neste particular, talvez foi causa do que ao depois se fez e ainda se faz. Nesse particular seria eu inexorável" (Luís António

morte de António de Barros Coelho de Campos, aluno do 2.º ano de Direito, um grupo de 33 estudantes distribuía, em 7 de Maio do mesmo ano, um comunicado contra o uso da praxe, nomeadamente as trupes e certas troças<sup>(770)</sup>; em 1902, Gustavo Martins de Carvalho escrevia: "A praxe académica é uma sobrevivência de costumes de gerações que a História já de há muito arrecadou, numa vala comum, fria e insugestiva. É uma tradição em guerra aberta com o progresso, uma espécie de hereditariedade doentia e revelar-se numa triste promiscuidade de sintomas"<sup>(771)</sup>; em 1905, contra o que era costume, José de Arruela e outros companheiros procuram receber com simpatia e afabilidade os novos estudantes<sup>(772)</sup>; em 1910, em nome da liberdade, a praxe é praticamente abolida<sup>(773)</sup>, para ressuscitar em 1919<sup>(774)</sup>. Envolvendo algumas personalidades, o último debate sobre a questão data de 1957<sup>(775)</sup>. Se os praxistas atacam os seus adversários por estes não entenderem a praxe e dela terem um conceito impreciso, já os anti-praxistas se escudam no que de bárbaro e humilhante a mesma comporta para a dignidade da pessoa humana. Este radicalismo de posições baseia-se, a maior parte das vezes, não

---

Verney, *Verdadeiro Método de Estudar*, ed. organizada pelo Prof. António Salgado Júnior; vol. I, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1949, p. 179). Também Ribeiro Sanches, no *Método para aprender e estudar a medicina* faz uma crítica bastante dura aos costumes dos estudantes: "Não havia defesa daquelas bárbaras e indecentes investidas, feitas com violência e desacatos, armados os agressores como para assaltar um castelo..." (*Obras...*, vol. I, p. 144).

<sup>(770)</sup> - Este protesto encontra-se integralmente transcrito no jornal *O Conimbricense*, n.º 5 946, de 22 de Novembro de 1904. Neste mesmo jornal lê-se também a seguinte notícia: "Um grupo de estudantes fez ontem afixar à porta da Universidade um apelo a todos os académicos anti-praxistas, convidando-os a enviarem os seus nomes para a *Casa Transmontana*, da Couraça dos Apóstolos, a fim de se promoverem os meios para a extinção da velha praxe académica de fazer trupes. Ouvimos que, pelas adesões recebidas, se reconhece que a grande maioria de académicos é anti-praxista, e que portanto não tem razão alguma de subsistir aquele bárbaro uso" (*Idem*).

<sup>(771)</sup> - Gustavo Martins de Carvalho, *A praxe académica. Apello*, Coimbra, 1902, p. 5.

<sup>(772)</sup> - "Em 1905, o nosso bondoso condiscipulo José de Arruela ... quis substituir as velhas, bolorentas e selváticas praxes, por outras mais consentâneas com o sentir da mocidade, que foi e será sempre generosa. Em lugar do pontapé, das pastadas, dos cortes de cabelo e tantas outras maldades, pretendeu que se deitassem flores, se fizessem sessões e festas pomposas na recepção aos novatos" (Diamantino Calisto, *ob. cit.*, pp. 124 e ss.).

<sup>(773)</sup> - Veja-se a nota 173.

<sup>(774)</sup> - Cfr. Armando Cândido, *Coimbra do meu tempo...*, pp. 129 e ss.

<sup>(775)</sup> - As diversas intervenções desta polémica foram publicadas no *Diário de Lisboa*, entre fins de Novembro de 1957 e finais de Janeiro de 1958.

só em razões emotivas de cariz mais ou menos saudosista, mas também em atitudes pessoais e posições ideológicas<sup>(776)</sup>, mais do que propriamente numa análise objectiva do problema. Referindo-se à última polémica sobre o assunto, Flávio Vara, antigo estudante de Coimbra, escreve: "O debate no "*Diário de Lisboa*" começou e terminou sem se ficar a saber o que era a *praxe* de Coimbra. Joga-se com esta palavra tendo dela conceitos imprecisos ou contraditórios ou até sem nenhum conceito. Alguns dos articulistas não a definiram, porque nem se lembraram de que era preciso fazê-lo: outros porque não quiseram, pois assim convinha aos seus intentos"<sup>(777)</sup>.

Através da leitura das diferentes "memórias", fica-se com a ideia de que, em Coimbra, a *praxe* envolvia, não só os relacionamentos que se estabeleciam entre os "caloiros" e os "doutores"<sup>(778)</sup>, mas também tudo o que dizia respeito à vida académica em geral. Alfredo de Freitas Leal, por exemplo, ao descrever a entrada para uma aula, diz-nos: "Segundo as *praxes* universitárias, os lentes ficavam de pé à porta da aula, até os discípulos terem entrado"<sup>(779)</sup>. Ao referir-se à reabilitação dos doutoramentos solenes na sua Faculdade, também Cabral de Moncada afirmava: "Ao reatar-se hoje o fio dessa tradição, que não é apenas sua mas é universitária e coimbrã, a Faculdade de Direito experimenta assim também, de um modo particularmente vivo, o grande prazer que para ela existe em se sentir solidária das outras Faculdades suas irmãs na reintegração das tradições e *praxes* académicas"<sup>(780)</sup>. Nesta perspectiva, podemos falar de *praxe* em sentido lato.

Mas, quando tomamos por base as codificações existentes sobre a *praxe*<sup>(781)</sup>, a impressão com que se fica é a de que a *praxe*, na sua essência,

---

<sup>(776)</sup> - Entre outros, um bom exemplo é o manifesto anti-praxista dos estudantes republicanos de 31 de Outubro de 1928 (Cfr. Carminé Nobre, *ob. cit.*, vol. II, pp. 76-80).

<sup>(777)</sup> - Flávio Vara, *O Espantalho da "Praxe" Coimbrã*, Lisboa, 1958, p. 17.

<sup>(778)</sup> - Nas diversas "memórias", são várias as alusões às relações do "caloiro" com o "doutor". Se as recomendações que o pai do "caloiro" fazia ao "veterano" da República, para ir vendo e protegendo o seu filho, a maior parte das vezes não funcionavam, já o mesmo não se pode dizer da passagem do "caloiro" à Porta Férrea, onde "só os "quintanistas" poderiam proteger... de apanharem o "canelão" (Diamantino Calisto, *ob. cit.*, p. 28).

<sup>(779)</sup> - *Coimbra nos noventas...*, pp. 76-77. (O *itálico* é nosso).

<sup>(780)</sup> - Apud Armando Cândido, *ob. cit.*, p. 134. (O *itálico* é nosso).

<sup>(781)</sup> - As codificações existentes sobre a *praxe* são as seguintes: Barbosa de Carvalho, *Leis Extravagantes da Academia de Coimbra ou Código das Muitas Partidas*, Coimbra, Livraria Cunha Editora, 1916; Dinis de Carvalho, Pereira da Mota e Sousa

se identifica mais com o conjunto de relações e procedimentos que se estabelecem entre os "caloiros" e os "doutores" do que com qualquer outro aspecto da vida académica. É neste sentido que vulgarmente ela é entendida, apesar de o código de 1957 a definir, no seu artigo 1.º, num sentido muito mais amplo, como sendo "o conjunto de usos e costumes tradicionalmente existentes entre os estudantes da cidade de Coimbra e os que forem decretados pelo Conselho de Veteranos"<sup>(782)</sup>.

Maria Eduarda Cruzeiro, ao abordar a problemática da praxe no meio académico coimbrão, chama a atenção para a necessidade que há em procurar definir um conceito exacto da praxe. Partindo do sentido etimológico da palavra e articulando a caracterização das formas e a especificação das funções, em seu entender, as praxes "são práticas institucionais especiais, cujas funções básicas de conservação de uma originalidade fundada na tradição tendem, no desenrolar da sua história, a cristalizá-las em formas quase rituais"<sup>(783)</sup>.

Partindo da definição apresentada e constatando que o termo "praxe" só aparece, pela primeira vez, numa obra editada em 1863<sup>(784)</sup>, a mesma autora questiona-se sobre dois problemas: em primeiro lugar, saber se a praxe sempre existiu ou se, pelo contrário, é um produto de condições históricas particulares relacionadas com a vida da instituição académica?; o segundo, aferir das razões, porque é que a praxe centra as suas práticas, fundamentalmente, em volta dos caloiros?

Apoiando-se em documentos vários dos séculos XVIII e XIX e tomando por base os diferentes termos neles utilizados (*feição, investidas, caçoada, troça* e *praxe*), Maria Eduarda Cruzeiro faz, não só uma análise detalhada da evolução dos usos e costumes estudantis, mas também das alterações que

---

Ribeiro, *As Praxes Académicas de Coimbra*, Coimbra, 1925 e o último de Mário Saraiva de Andrade e Victor Dias Barros, *Código da Praxe Académica de Coimbra*, Coimbra, Coimbra Editora, 1957.

<sup>(782)</sup> - *Código da Praxe Académica de Coimbra...*, p. 1. Apesar da amplitude da definição, a grande maioria dos seus artigos está relacionada com os caloiros.

<sup>(783)</sup> - Maria Eduarda Cruzeiro, "Costumes estudantis de Coimbra no século XIX: tradição e conservação institucional", *Análise Social*, n.º 60, 2.ª série, vol. XV, Lisboa, 1979, p. 802.

<sup>(784)</sup> - "Em casos tais é costume herdado de longos tempos e, como tal, lei académica para os que ainda se prezam de seguir *praxes velhas*" (Rodrigo Veloso, *Folhas ao Vento...* p.4).

se foram verificando ao nível dos comportamentos vivenciais dos estudantes, de que são exemplos o conseqüente desaparecimento do estudante "cábula" e o aparecimento progressivo do estudante "boémio", para concluir que muitos dos costumes se mantiveram, embora com outra terminologia, mas em diferentes modelos de vida académica.

Se a utilização do termo *investidas*, para identificar todo um conjunto de perseguições que os veteranos moviam contra os caloiros<sup>(785)</sup>, data dos inícios do século XVIII, para com o tempo ir caindo em desuso, já na primeira metade do século XIX e prolongando-se para lá de 1850 nos aparecem *caçoada* e *troça* como designações que se aplicam às práticas que os estudantes mais avançados têm com os que entram pela primeira vez na Universidade. Em 1867, diz-nos um memorialista: "É a tirania dos estudantes antigos, para com os inocentes e inermes que chegam. Chamam-lhe *cassoar os caloiros*"<sup>(786)</sup>. Se, por variações internas à evolução da língua, "*investida*, *caçoada* e *troça* identificavam uma prática no seu conteúdo descritivo"<sup>(787)</sup>, já a aplicação do termo *praxe* aos costumes estudantis pressupõe modificações que vão bem mais longe, embora a palavra *praxe* seja "ao nível da mera descrição dos actos... uma outra maneira de designar o mesmo objecto"<sup>(788)</sup>.

A institucionalização dos usos e costumes em *praxe* tem também a ver com as alterações que se vão produzindo no seio da vida e comunidade estudantil. Quando Rodrigo Veloso lamenta o aspecto burguês em que alguns académicos viviam, deixa igualmente transparecer um certo sentimento de nostalgia por coisas e costumes do passado, quando afirma que a verdadeira vida é a daqueles que "ainda prezam as gloriosas tradições legadas por vinte gerações de académicos", porque "conservam puros os hábitos e costumes antigos"<sup>(789)</sup>.

A própria Universidade tem igualmente uma palavra a dizer nesta matéria. Como já referimos anteriormente, após a instauração do regime liberal, em

---

<sup>(785)</sup> - "Depois que desta sorte o tem logrado. / Lhe começa a dispor uma *investida*, / Em que seja o Novato maltratado, / Como nunca se viu em sua vida: / Para isto convoca disfarçado / A turba dos Mangantes escolhida, / Que chegando-se a unir, de qualquer modo / É capaz de mangar no mundo todo" (*Palito Métrico* ..., p. 318). (O itálico é nosso).

<sup>(786)</sup> - Francisco Soares Franco Junior, *Memórias da Mocidade* ..., p. 45.

<sup>(787)</sup> - Maria Eduarda Cruzeiro, "Costumes estudantis de Coimbra...", *ob. cit.*, p. 809.

<sup>(788)</sup> - *Idem*, p. 809.

<sup>(789)</sup> - *Folhas ao Vento*..., p. 27.

1834, a Universidade de Coimbra sentiu-se ameaçada nos seus poderes e privilégios. Ciosa dos seus pergaminhos e receosa de perder o monopólio do seu ensino, não só não via com bons olhos a criação de novos estabelecimentos de ensino em Lisboa e no Porto, como também oferecia resistência a todo o tipo de inovação e mudança. Invocando muitas vezes o seu prestígio de séculos e o facto de solicitar ao governo, em 1858, autorização para que os seus lentes e reitor pudessem usar, em qualquer acto público solene fora da Universidade, as insígnias doutorais<sup>(790)</sup>, a Universidade, com este procedimento, mais não tencionava que dar uma imagem do seu poder que então estava um pouco ameaçado. Mostrando no exterior o seu poder, este funcionava como a melhor estratégia de garantia contra qualquer ingerência externa.

Quando estudantes e mestres, olhando para o passado, evocam tradições e procuram manter os usos e costumes que outras gerações praticaram, estão criadas as condições para que do costume, qualquer que ele seja, se faça praxe ou, como diz Eduarda Cruzeiro, o conceito de praxe justifica-se, "a partir do momento em que a consciência, explícita ou implícita, das transformações que, em maior ou menor grau, se vão impondo na vida estudantil determina a formação de uma posição ideológica prática de conservação dos valores e costumes tradicionais da instituição académica"<sup>(791)</sup>. Este momento parece poder situar-se nos primeiros anos da segunda metade de oitocentos.

A praxe centra-se, essencialmente, à volta do "caloiro" por duas razões fundamentais e de carácter funcional: a primeira, porque sendo a relação "caloiro/doutor" muito antiga é aquela que melhor pode contribuir para fazer a afirmação dos valores tradicionais; a segunda, porque se os valores tradicionais são a afirmação de uma certa originalidade, uma das funções da praxe é precisamente preservar essa identidade.

Deixando de lado as polémicas existentes entre praxistas e anti-praxistas, já Maria Eduarda Cruzeiro, partindo dos conceitos que, em 1909, Arnold Van Gennep introduziu no campo da etnologia, sobretudo com os estudos sobre os ritos de passagem<sup>(792)</sup> e tendo em conta ainda as reflexões

<sup>(790)</sup> - Cfr. Theophilo Braga, *Historia da Universidade de Coimbra*, tomo IV, p. 469, nota; Maria Eduarda Cruzeiro, "Costumes estudantis de Coimbra...", *ob. cit.*, p. 834.

<sup>(791)</sup> - *Idem*, p. 836.

<sup>(792)</sup> - Arnold Van Gennep, *ob. cit.* e ainda *Manuel de Folklore français contemporain*, Paris, Picard, 1943.

que Pierre Bourdieu produziu sobre o significado dos ritos de instituição<sup>(793)</sup>, chamou a atenção, com as devidas precauções, para as semelhanças existentes entre certos ritos que se observam em formações sociais e os verificados no conjunto de práticas que a Academia de Coimbra assume relativamente aos estudantes mais novos<sup>(794)</sup>.

Aos olhos dos memorialistas, a comunidade estudantil afirma-se e assume-se como uma sociedade muito particular. Comunidade de certa maneira fechada, sociedade diferente, dispõe de ritos e formas muito próprias. Em sociedades deste género, a prática de determinados rituais envolve uma estratégia de valorização dessa mesma sociedade, que se pode traduzir pela dificuldade das provas que qualquer indivíduo tem que prestar, para que possa fazer parte dela. Se para ser estudante da Universidade bastava apresentar os certificados dos exames preparatórios, obter autorização do Reitor, proceder à matrícula e, até 1910, prestar o juramento prescrito nos Estatutos, já para se ser estudante de Coimbra estes requisitos não chegavam. Para além do cumprimento das formalidades referidas, os estudantes mais novos haviam que se submeter ainda ao poder dos mais velhos e servi-los, visto que, segundo as normas da praxe, "Servidão é um cargo imposto ao *caloiro*... em proveito ou serviço do *veterano*"<sup>(795)</sup>. Neste sentido, a praxe poder-se-á identificar como uma forma propedêutica de agregação do estudante à comunidade académica.

Eram muitas e diversificadas as práticas e as formas de que os "doutores" dispunham para, no âmbito da praxe, se relacionarem com os "novatos" ou os "caloiros"<sup>(796)</sup>. Ao longo das diversas "memórias", são frequentes as

---

(793) - Cfr. Pierre Bourdieu, "Les rites d'institution", *Actes de la recherche en sciences sociales*, n.º 43, Juin, 1982, pp. 58-63; Maria Eduarda Cruzeiro, *Action Symbolique et Formation Scolaire*..., tome I, pp. 126-28.

(794) - Maria Eduarda Cruzeiro, *Action Symbolique*..., p. 118.

(795) - *Leis Extravagantes da Academia de Coimbra*..., p. 24.

(796) - Em 1899, "novato é o estudante do primeiro ano de qualquer faculdade, à excepção da de medicina, por que o primeiranista desta faculdade já tem cursado antes os respectivos preparatórios, que são matemática e filosofia. *Caloiro* é o estudante do liceu em vésperas de entrar para a Universidade ou, seja, no último ano" (Alfredo de Pratt, *ob. cit.*, p. 42). Por volta de 1905, os termos "novato" e "caloiro" como que se identificam, a julgar pelo depoimento de Diamantino Calisto que refere: "Assim, no 1.º ano, se não é "repetente", isto é, se não perdeu o ano, é "novato" ou "caloiro" (*Costumes académicos de antanho*..., p. 26). Com o andar dos tempos, o termo "novato" foi desaparecendo: "Agora, chamam caloiros àqueles a quem nós dávamos o nome de novatos" (Fernando Correia, *ob. cit.*, p. 45).

alusões ao "canelão" à Porta Férrea<sup>(797)</sup>. Considerando-se a Porta Férrea como o espaço que separa o mundo sagrado (a Universidade) do mundo profano (o exterior), em termos de praxe, o cerimonial que ali se desenvolvia pode identificar-se e caracterizar-se como um rito de passagem<sup>(798)</sup>. Desde a porta até ao pátio interior, formavam-se duas filas de estudantes, geralmente do 2.º ano, para receberem os caloiros. Se estes não tivessem protecção<sup>(799)</sup>, recebiam, não só pontapés nas canelas, mas também com as pastas dos "doutores" na cabeça. Era a chamada "pastada".

Se o "canelão" pode ser identificado com um rito de passagem, as "troças", nos Gerais, correspondiam mais a um tempo de probação, a um rito de margem. Porém, em termos de praxe, tanto uma prática como a outra identificam-se com um tempo de duplo significado: no que respeita aos "caloiros", o tempo é de preocupação, de ansiedade e de muita apreensão, porque se não têm protecção para passarem a Porta Férrea, há que procurá-la ou, então, sujeitarem-se às violências físicas, para depois, nos Gerais, terem que improvisar um discurso, inventar e declamar um poema sobre os temas mais aberrantes e absurdos; tempo de bom humor e de divertimento, não só para os estudantes mais velhos, mas também para alguns professores mais tradicionalistas. Avelino Calisto, por exemplo,

---

<sup>(797)</sup> - A prática do "canelão" à Porta Férrea foi entrando em desuso logo nos primeiros anos do nosso século. Se, em 1902, "ainda havia por vezes à Porta Férrea o estúpido canelão" (Serrão de Faria, *ob. cit.*, p. 282), em 1908, já o mesmo e a "pastada" não faziam parte das praxes estudantis. Assim o revela um estudante que, nesta data, entrou para a Universidade: "já se não usava a "canelada" e a "pastada" nos caloiros, ao entrar a Porta Férrea, mas não se lhes perdoava a troça nos Gerais" (António Durães, "Coimbra do nosso tempo - Meras recordações da mocidade", *Boletim da Associação dos Antigos Estudantes de Coimbra*, n.º 12, Coimbra, Julho de 1973, pp. 23-24). A este facto não deve ter sido alheia a campanha que, em 1905, José de Arruela fez contra a praxe (Cfr. Fernando Correia, *ob. cit.*, p. 45).

<sup>(798)</sup> - É também à Porta Férrea que o ritual inverso tem lugar. Quando um estudante adquire o grau de bacharel faz o seu rito de saída.

<sup>(799)</sup> - De uma maneira geral, todos os caloiros procuravam protecção para passarem à Porta Férrea. Esta protecção só podia ser dada pelos alunos quintanistas. No tempo de Trindade Coelho, chamam "Barca..." ao quintanista que passa muitos novatos à Porta Férrea" (*In Illo Tempore...*, p. 47, nota 1). Isento de canelão ficava também o caleiro que transportasse às costas um aluno do 2.º ano (Cfr. João Eloy, *Boémia Coimbrã...*, pp. 29-30). O "canelão" e a "pastada" não se aplicavam aos estudantes militares e padres (Cfr. Alfredo de Pratt, *ob. cit.*, p. 77).



da varanda que dá para a Sala dos Capelos, "apreciava e quase comandava"<sup>(800)</sup>.

Mas, as "troças" tinham igualmente lugar nas ruas, nos cafés e, sobretudo, nas repúblicas, para onde os "caloiros" eram mobilizados, sendo muitas vezes sujeitos a julgamentos. Tempo de probação que comportava, para além de uma certa prestação de serviços<sup>(801)</sup>, alguma violência física e moral, quando não tratamentos insultuosos<sup>(802)</sup>.

As trupes constituíam uma outra parte importante da praxe. Formadas por "um grupo de estudantes, embuçados nas capas para não serem conhecidos, composto ordinariamente por "semiputos", "pés de banco" e "veteranos" que, à noite, depois do toque da "Cabra", andavam a ver se algum "caloiro" ou "bicho" aparecia pelas ruas, castigando aqueles que apanhavam sem protecção, com uma colher de pau... e com o corte do cabelo"<sup>(803)</sup> tinham como funções vigiar e controlar. Neste contexto, as trupes, aos olhos de muitos, assumem-se como o garante das normas e regulamentos praxísticos, enquanto que, para outros, não passam de órgãos repressivos, porque limitadores das liberdades individuais.

Dado que o "caloiro" era considerado, face às normas da praxe, um ser inferior, porque "só o Doutor é susceptível de direitos"<sup>(804)</sup>, as relações que se estabeleciam entre as partes estavam muito longe de apresentarem aspectos de equidade. De total dependência, elas desenvolvem-se na plataforma e na qualidade de um ser superior, o "veterano", que é todo

---

<sup>(800)</sup> - Octaviano Sá, *Nos domínios de Minerva...*, p. 7.

<sup>(801)</sup> - Nas repúblicas, o caloiro servia à mesa, limpava os sapatos e fazia outros trabalhos domésticos (Cfr. João Eloy, *ob. cit.*, pp. 58-59).

<sup>(802)</sup> - De uma maneira geral, nas ruas e nos cafés, as troças "consistiam em meter o caloiro no meio de uma roda, fazê-lo cantar, dançar e afinal tosquiá-lhe a gaforina, só de um lado. Se o sujeito já tinha barba, cortava-se em diagonal; o cabelo de um lado e a barba do outro" (Antão de Vasconcelos, *ob. cit.*, p. 53). Os julgamentos nas repúblicas eram troças muito mais violentas, porque "da compostura do caloiro dependia o rigor das provas físicas e morais... Se ele se humilhava... limitava-se o grau a perguntas chocarreiras, cujas respostas dependiam da inteligência do caloiro. Se era burro, cortavam-lhe o cabelo... Se o caloiro se mantinha atrevidaço sofria horrores e em vez do grau apanhava uma grande sova de descascar-lhe o lombo" (*Idem*, p. 52). Vejam-se também João Falcato, *Coimbra dos Doutores...*, p. 149 e B. M. Costa e Silva, *ob. cit.*, p. 264.

<sup>(803)</sup> - Diamantino Calisto, *Costumes académicos de antanho...*, p. 71.

<sup>(804)</sup> - *Leis Extravagantes da Academia de Coimbra...*, p. 19.

poderoso, um verdadeiro senhor, que sabe de tudo, que tem cultura, que é civilizado, que é corajoso e muito viril, para um outro, que é inferior, o "caloiro", que não passa de um animal, um escravo, um ignorante, uma besta e um efeminado<sup>(805)</sup>. Nesta perspectiva, na pena dos memorialistas, que raramente questionam a ética dos factos praticados<sup>(806)</sup>, a praxe identifica-se, não só como um tempo de submissão e restrição, mas também como um acto relacional de dependência e de obediência, o que, em linguagem de ciência etnológica, poderá querer significar tempo de probação, tempo de margem, ciclo de iniciação<sup>(807)</sup>. Se a prática da "patente" já estava fora de moda<sup>(808)</sup>, no tempo do Pad-Zé ainda o "caloiro" "começava na estação a carregar a mala do veterano, fazia o seu ano lectivo sob o domínio feroz e implacável do estudante mais adiantado da república, recolhia às 6 horas

---

<sup>(805)</sup> - Cfr. Maria Eduarda Cruzeiro, *Action Symbolique...*, p. 201. É importante salientar que, ao nível das relações pessoais, as situações são totalmente diferentes. O veterano, não só protegia o caloiro, mas também lhe dava conselhos e "explicava-lhe a lição, quando era preciso, e acompanhava-o de noite às vésperas de feriado – para que lhe não cortassem o cabelo, ou, como se diz em Coimbra, para que o não esmonassem" (Trindade Coelho, *In Illo Tempore...*, p. 172).

<sup>(806)</sup> - Embora alguns memorialistas façam uma ligeira crítica à maneira como as trupes actuavam, a grande maioria mantém um certo silêncio sobre estas matérias. Não são muitos aqueles que, à semelhança de Diamantino Calisto e Serrão de Faria, se declaram anti-praxistas. Diz-nos o primeiro: "Fui anti-praxista "in partibus", pois repugnava à minha consciência de moço as violências que, em nome da praxe, se praticavam nos camaradas que pela primeira vez se matriculavam no primeiro ano de qualquer Faculdade. Eram pastadas e canelões à Porta Férrea, e depois do toque da Cabra se apanhados sem protecção ou sem companhia de qualquer pessoa de responsabilidade, cortavam-lhe o cabelo, com uma colher de pau davam-lhe com ela nas mãos" (Diamantino Calisto, "Praxes Académicas", *Rua Larga*, n.º 17, Coimbra, 30 de Setembro de 1958, p. 506). Veja-se também Serrão de Faria, à *Porta Férrea...*, p. 282.

<sup>(807)</sup> - Embora diferentes, os ritos de margem misturam-se, muitas vezes, com os ritos de separação. Isto deve-se à reversibilidade do próprio rito que leva a que, numa mesma sequência, possa haver uma coexistência de ritos diferentes. Daí que a distinção não seja clara "ni quant aux formes, ni quant aux moments, dans la mesure où il n'y a pas d'ordre de préséance marquée entre eux" (Maria Eduarda Cruzeiro, *Action Symbolique...*, p. 176. Vejam-se também as pp. 120 e 126).

<sup>(808)</sup> - A "patente" consistia num lauto jantar que o caloiro devia pagar a alguns estudantes e onde ele se limitava a comer os restos, atestando assim a sua condição de ser inferior. Esta prática foi muito criticada e, por isso, veio a ser proibida por edital de 25 de Setembro de 1848 (Cfr. Maria Eduarda Cruzeiro, *ob. cit.*, p. 178, nota 1).

da tarde, levava, durante o dia, rijo pontapé à *porta férrea* e palmatoada brava pela noite, se seus vacilantes passos não demandavam o domicílio antes do toque da *cabra*"<sup>(809)</sup>. Esta submissão e dependência é, na maior parte das vezes, acompanhada por um certo sentimento de repulsa pelos mais velhos, por uma ideia de terror, quando não pelo abandono da própria Universidade<sup>(810)</sup>. Se, em 1895, Jerónimo Valverde, por exemplo, demonstra uma grande revolta contra os estudantes mais velhos, chamando-lhes "estúpidos", "bestas", "bandidos e salteadores"<sup>(811)</sup>, em 1906, apesar de as praxes terem sofrido algum abrandamento, também Cabral de Moncada não esconde uma certa perturbação e inquietação no seu estado de espírito ao escrever: "a praxe, as troças..., a *Porta Férrea*, as *troupes* aterrava-me"<sup>(812)</sup>.

Todavia, este tipo de relacionamentos e atitudes, à semelhança dos ritos iniciáticos, são passageiros, uma vez que, no fim do ano, com as *Latadas* e, mais tarde, com a *Queima das Fitas*, quais ritos de agregação, os *caloiros* acabavam por alcançar a sua emancipação. Nesta perspectiva, a praxe apresenta-se como um tempo provisório, um período de probação. Mas, quando a "carta de alforria" era conquistada antes do tempo regular, num momento inesperado, porque o "caloiro" deu uma piada bem humorada ao "veterano" que o troçava ou, porque fez um discurso brilhante, então a praxe pode ser identificada com uma fórmula mágica, visto que permite, num instante, que o "caloiro" não volte mais a ser incomodado. Assim aconteceu com Serrão de Faria, depois de um pomposo discurso no café Marques Pinto: "recebi carta de alforria nas vésperas das férias do Natal de 1900, em sessão plenária de veteranos no café Marques Pinto, com o tema dado pelo então segundanista de medicina Eurico Lisboa: influência do carneiro na política universitária portuguesa"<sup>(813)</sup>.

A contrastar com o carácter provisório, a praxe não deixa de representar também, simultaneamente, algo de permanente. Da mesma maneira que a sabedoria e a autoridade do lente são o garante do exercício da instituição

(809) - Alberto Costa, *O Livro do Doutor Assis...*, p. 33.

(810) - Cfr. Maria Eduarda Cruzeiro, *ob. cit.*, p. 175, nota 2.

(811) - Henrique de Vilhena, *ob. cit.*, pp. 18-19.

(812) - *Ob. cit.*, p. 57.

(813) - Serrão de Faria, *À Porta Férrea...*, p. 12.

universitária, igual função desempenha o "veterano" em termos de estrutura e funcionamento da praxe. Embora João de Deus, segundo rezam as crónicas, nunca tivesse feito mal a qualquer "novato", no entanto, jamais deixou de exercer a sua sabedoria e autoridade de "veterano". Fazendo-se zangado e com ar de pessoa muito severa, "somente por causa da praxe", quando conversava com os "novatos", costumava dizer-lhes: "Eu já fui o que tu és; tu serás o que eu sou hoje"<sup>(814)</sup>. Mais se realça o sentido de permanência quando "os estudantes do quinto ano lembram aos do quarto, que avisassem os do terceiro, que mandassem aos do segundo caçar os do primeiro"<sup>(815)</sup>.

A praxe não é só tempo de submissão e dependência. Ela aparece e identifica-se também como uma grande força integradora do "caloiro" na sociedade académica. Neste sentido, a praxe é um acto de aprendizagem, um processo de aculturação, a que não falta, por vezes, uma certa dimensão pedagógica. Passado que foi algum tempo da sua iniciação em Coimbra, Jerónimo Valverde, à semelhança de muitos outros colegas, vai modificando a sua maneira inicial de pensar e de entender as coisas. A este propósito, o memorialista esclarece: "Entretanto a vida académica de Coimbra ia-se-lhe mostrando, ao Jerónimo, mais agradável e pitoresca. Atenuou-lhe um pouco o rigor de sua impressão por aquelas troças, implicações e violências, vexatórias e odiosas no seu imediato entender, dos antigos ou dos menos novos para com os novos; e foi vendo nos estudantes outros aspectos, alguns de todo o interesse"<sup>(816)</sup>. A dimensão pedagógica da praxe poderá encontrar-se, não só nas potencialidades que cada modalidade de prática oferece, mas também nos objectivos e intenções com que são efectuadas. Se cortar o cabelo a um "caloiro" poderá não passar de um mesquinho acto de molestação física ou de uma certa irreverência juvenil, já a "troça", quando bem conduzida, porque a exigir mais diálogo, se pode apresentar como uma forma de sociabilidade e comunicação. Segundo Diamantino Calisto, "a troça" "era muito necessária para aqueles estudantes vindos dos liceus perfeitos "bichos de mato" a fim de os fazer despertar e de os tornar sociáveis"<sup>(817)</sup>. A perspectiva de aprendizagem e a dimensão pedagógica da praxe estão igualmente presentes quando esta

(814) - Apud Alfredo de Pratt, *ob. cit.*, p. 211.

(815) - A. C. Borges de Figueiredo, *Coimbra antiga e moderna...*, p. 195.

(816) - Henrique de Vilhena, *ob. cit.*, p. 163.

(817) - Diamantino Calisto, "Praxes Académicas", *Rua Larga...*, n.º 17, p. 506.

se identifica com um ritual de iniciação, uma vez que a aceitação e a eficácia do poder simbólico permitem fazer, não só a separação entre os que pertencem ao grupo e os que estão fora dele, mas também contribuir para a valorização social do próprio grupo.

Finalmente, se a praxe, no seu conjunto, se pode identificar com o grande ciclo ritual da instituição, aos olhos dos memorialistas, ela aparece como uma lógica funcional, muito antiga, que se transmite de geração em geração e, por isso mesmo, com capacidade de auto-reprodução. É o "novato" quem, tendo sofrido imensas torturas, promete vingar-se. Nicolau Tolentino testemunha-o assim:

"Sofri continua tortura  
Sofri injúrias e acintes  
Lancei tudo em escritura  
E nos novatos seguintes  
Fiquei pago e com usura"<sup>(818)</sup>.

#### 4.1.2. A festa

Em todos os tempos, a festa mereceu uma atenção muito especial. Funcionando como uma válvula de escape para a alegria de viver, já na Grécia Antiga se interrompiam as hostilidades, para que os festejos olímpicos se pudessem realizar. Foi, porém, com a história das mentalidades que as temáticas relativas à festa se foram tornando objecto de estudo por parte de historiadores<sup>(819)</sup>. Como síntese de comportamentos, Michel Vovelle

---

<sup>(818)</sup> - Apud Hippolyto Raposo, *Coimbra doutada...*, p. 85; *O Conimbricense*, n.º 6 023, de 22 de Agosto de 1905.

<sup>(819)</sup> - São inúmeros os trabalhos que sobre esta matéria foram dados à estampa. Citamos apenas alguns: Mona Ozouf, *La fête révolutionnaire, 1789-1799*, Paris, Gallimard, 1976; E. Le Roy Ladurie, *Le Carnaval des Romains*, Paris, Gallimard, 1979; Jacques Heers, *Fêtes des Fous et Carnaval*, Paris, Fayard, 1983; Pierre Sanchis, *Arraial. Festa de um povo. As romarias portuguesas*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1983; Michel Vovelle, *Ideologias e mentalidades*, São Paulo, Brasiliense, 1987; Sob a direcção de Uwe Schultz, *La Fiesta. Uma historia cultural desde la Antigüedad hasta nuestros días*, versión española de José Luís Gil-Aristu, Madrid, Alianza Editorial, 1993. Em Portugal, a Sociedade Portuguesa de Estudos do século XVIII levou a cabo

define festa como sendo um momento "em que um grupo ou uma colectividade projecta simbolicamente sua representação do mundo, e até filtra metaforicamente todas as suas tensões"<sup>(820)</sup>. À semelhança de outras comunidades, também a Academia de Coimbra teve (e tem) as suas festas. Para além das "récitas de despedida" levadas a cabo pelos quintanistas, ontem como hoje, são célebres as "Latadas" e a "Queima das Fitas".

Tanto as récitas de quintanistas como o teatro universitário que hoje se pratica em Coimbra mergulham as suas raízes, no entender de A. da Rocha Brito, numa certa tradição teatral académica que remonta ao século XVI<sup>(821)</sup>. Aos olhos dos humanistas, a arte de representar apresentava-se, não só como um bom instrumento pedagógico para os alunos, mas também como um agente de edificação moral dos ouvintes, para além de ser ainda um excelente meio de difusão de cultura<sup>(822)</sup>. Certamente influenciado pelo que nesta matéria se passava em escolas de além-fronteiras, D. João III, por alvará de 16 de Outubro de 1546, determinava que "o Regente da Regra mais alta do Colégio de S. Jerónimo seja daqui em diante obrigado a fazer e representar uma comédia em cada um ano nas Escolas"<sup>(823)</sup>. Igual encargo era imposto aos lentes da Terceira e Quarta Regras de Latinidade<sup>(824)</sup>. Como suporte para levar à prática esta determinação, o monarca concedia uma verba de "quinze cruzados em cada um ano para ajuda da despesa da comédia"<sup>(825)</sup>.

---

um congresso internacional sobre a festa. Coordenadas por Maria Helena Carvalho dos Santos, as comunicações apresentadas encontram-se publicadas com o título genérico de *A Festa*, 2 vols., Lisboa, Universidade Editora, 1992.

<sup>(820)</sup> - *Ideologias e mentalidades...*, pp. 246-47.

<sup>(821)</sup> - Apud A. Carneiro da Silva, *As récitas do V ano*, Prefácio do Prof. A. da Rocha Brito, Coimbra, Coimbra Editora, 1955, pp. VII e ss.

<sup>(822)</sup> - José Sebastião da Silva Dias, *A política cultural da época de D. João III*, vol. 1.º, tomo II, Universidade de Coimbra, 1969, pp. 525-27.

<sup>(823)</sup> - Apud A. Carneiro da Silva, *ob. cit.*, p. VIII.

<sup>(824)</sup> - Segundo José de Oliveira Barata, esta obrigatoriedade visava um duplo objectivo: "por um lado, procurava institucionalizar, em âmbito académico, a regularidade das representações de tragédias latinas, introduzidas pelo humanista Jorge Buchanan, e com a chancela, no plano pedagógico, do recém chegado André de Gouveia. Porém, por outro lado, é de prever que a esta decisão não tenha sido alheia a vontade de preservar a intocabilidade do reduto académico face à "imoralidade" de espectáculos goliárdicos que muito agradavam aos académicos e à população da cidade" (José de Oliveira Barata, "O Teatro e a Universidade de Coimbra", *Revista de História das Ideias*, vol. 12, Coimbra, 1990, p. 380).

<sup>(825)</sup> - Apud A. Carneiro da Silva, *ob. cit.*, p. IX.

Também os jesuítas, no Colégio das Artes, tiveram uma produção dramática regular.

A coabitar com o teatro escolar, mas em nítida separação e, por vezes, em confronto com este, a existência, em Coimbra, ao longo dos séculos XVII, XVIII e primeira metade do XIX, não só de grupos de académicos que, em teatros improvisados, nos pátios e casas particulares, procediam a representações, mas também a passagem de companhias de teatro, sobretudo espanholas<sup>(826)</sup>.

Graças às qualidades inatas de alguns académicos na arte de representar, é, a partir de 1848, que, em Coimbra, se assiste a uma certa onda de representações teatrais que vão no sentido de homenagear alguns alunos quintanistas, sobretudo aqueles por quem os respectivos cursos nutriam uma certa admiração<sup>(827)</sup>. Uma das peças mais representada foi a *Fábia* de Francisco José Pereira Palha Faria de Lacerda<sup>(828)</sup>. Foi certamente este conjunto de representações que levaram Trindade Coelho a dizer, quando se refere às récitas dos quintanistas, que "a imortal *Fábia*... é a avó de todas as farras engraçadas que têm feito rir, há meio século, as plateias da Lusa Atenas"<sup>(829)</sup>.

No entanto, com o andar dos tempos, o sentido de homenagem individual foi desaparecendo, para dar lugar às manifestações colectivas. São todos os alunos do 5.º ano que, agora, passam a preparar as suas "récitas de despedida". A este propósito diz-nos Trindade Coelho: "Logo no arranjo da peça..., aproveitavam-se todas as vocações. Havia tal que tinha voz e gesto de imperador? Metia-se na peça um imperador; o mais barbaças e o mais tirano que fosse possível! Havia outro que era menor da marca? Estava na conta para um papel de anão! Aquele era namorado? Dava-se-lhe logo um papel de galã, ou distribuía-se-lhe um poeta lírico! Os que eram bonitos faziam de mulher..., os feiarrões faziam de conspiradores, os pimpões de arruaceiros, etc., etc., etc. De modo que todas as vocações eram aproveitadas, e todos os tipos"<sup>(830)</sup>. O sentido do colectivo e a testemunhar uma certa solidariedade

---

<sup>(826)</sup> - Cfr. José de Oliveira Barata, "O teatro e a Universidade de Coimbra", *Idem*, pp. 385 e ss.

<sup>(827)</sup> - A. Carneiro da Silva, *ob. cit.*, p. 5.

<sup>(828)</sup> - *Idem*, p. 4.

<sup>(829)</sup> - *In Illo Tempore...*, p. 140.

<sup>(830)</sup> - *Idem*, pp. 141-42. Segundo informa este mesmo memorialista, até os próprios

e unidade entre todos os colegas, a presença feminina fez-se também sentir. Se, em 1903-1904, Domitila de Carvalho, na altura quintanista de Medicina, contribuiu para o brilhantismo da festa dos seus companheiros escrevendo alguns sonetos para serem recitados<sup>(831)</sup>, já em 1918, duas senhoras - Teresa Machado e Célia Leite - integraram o elenco de figurantes na peça "Lux Moritura" da autoria de Luís Ibérico Nogueira<sup>(832)</sup>.

De uma maneira geral, com mais de um ano de antecedência, começavam os futuros finalistas, primeiramente só os de Direito e os de Teologia e, mais tarde, os das outras Faculdades, a preparar a sua récita<sup>(833)</sup>. Por eleição, escolhia-se aquele que devia coordenar todos os trabalhos. Esta distinção, regra geral, recaía, segundo a narrativa do autor de *In Illo Tempore*, no "mais reputado "piadista" do curso"<sup>(834)</sup>, porque era importante incorporar na peça a escrever os melhores "factos e episódios da vida de Coimbra"<sup>(835)</sup>. Eleito o coordenador ou uma comissão, para dirigirem os trabalhos, estes anexavam a si os poetas, os músicos, os literatos e os trocistas, para que, no Outubro seguinte, pudessem começar os ensaios que se arrastavam até finais de Abril ou Maio, altura em que as récitas tinham lugar.

Normalmente, a peça da récita, em prosa e verso, era escrita por um ou mais literatos do curso e constava de três actos. Feitas, como dizem os seus autores, "sem preocupações literárias, para viver o espaço duma noite, rabiscadas em mesas de café e durante as aulas, sobre o joelho, hoje uma cena, amanhã duas réplicas, agora um bocado de diálogo, logo outro..."<sup>(836)</sup>,

---

defeitos eram aproveitados. Um colega de nome Ferreira Guimarães tinha muita dificuldade em pronunciar os *cc* e, por isso, "fez-se-lhe um papel cheio de *cc* - e até esta quadra para ele cantar, num coro de conspiradores: A nossa conspiração / Debaixo destes arcanos / Parece uma decisão / Do conselho de decanos" (*Idem*, p. 142, nota).

<sup>(831)</sup> - A. Carneiro da Silva, *As récitas do V ano...*, p. 95.

<sup>(832)</sup> - *Idem*, p. 120.

<sup>(833)</sup> - Juntando-se aos alunos de Direito e de Teologia, foi, em 1898-1899, que, pela primeira vez, entraram os estudantes de Medicina. Porém, reagindo contra a tradição, a primeira récita de estudantes médicos data de 1916-17. As récitas dos quintanistas de Ciências começam em 1926-27 (Cfr. *Idem*, pp. 73, 112 e 123). Veja-se também o artigo "Récitas de despedida dos cursos de Medicina", *Rua Larga*, n.º 11, Coimbra, 19 de Março de 1958, pp. 324-27.

<sup>(834)</sup> - *In Illo Tempore...*, p. 141.

<sup>(835)</sup> - *Idem*, p. 141.

<sup>(836)</sup> - José Bruno, *Uma vespera de feriado...*, p. XII.



apresentavam, no entanto, um cunho muito especial que se traduz no retrato do ambiente universitário e académico de Coimbra. As temáticas que os autores seleccionavam não eram muito variadas. Para além de sátiras bem humoradas à ciência, aos movimentos culturais, à vida política e a personalidades de Coimbra<sup>(837)</sup>, as mais preferidas eram as peripécias da vida estudantil, o mundo da Universidade e a imitação da pessoa dos lentes. *Esculápio em Cuecas* (nome da peça apresentada pelos estudantes de Medicina em 1925-26) "é como quem diz a vida do quintanista de Medicina de Coimbra vista por dentro, à vontade, em trajos menores; um pouco do Hospital, um pouco da Universidade, cenas íntimas do Paço das Escolas regadas de humor e de fantasia; um pouco dos nossos lentes, um pouco de nós mesmos, um pouco de tudo"<sup>(838)</sup>.

Como já referimos, os lentes, que haviam sido convidados e estavam presentes, eram, na maior parte das vezes, o "bode expiatório" destas peças. De entre muitos casos, Raul Fernandes Martins conta-nos que o Luís de Vasconcelos, porque "magro e de estatura aproximada da do Dr. Salazar, foi escolhido para desempenhar o seu papel na peça. Muito bem maquilhado fez logo um sucesso ao entrar em cena. Tinha uma vocação espantosa para imitar vozes. Quando disse a primeira frase a assistência, em peso, levantou-se em aplausos. No intervalo imediato o Luís foi chamado ao camarote onde estava o Dr. Salazar, para receber as suas felicitações"<sup>(839)</sup>. Se neste sentido, a elaboração da peça a representar, o modo como as diversas temáticas eram tratadas e o enquadramento que se fazia dos personagens podem ser considerados como um primado da imaginação, as récitas não deixam de ser igualmente, um símbolo de subversão. Da mesma maneira que a festa do Carnaval, na opinião de E. Le Roy Ladurie, se identifica com uma negação de valores, porque o espírito ascético do cristianismo dá lugar ao pecado, à gula e à lubricidade<sup>(840)</sup>, também a festa das récitas se apresenta como um espaço e um tempo de transgressão, na medida em que há uma subversão das hierarquias, da cultura e dos valores dominantes. Porém, toda

---

<sup>(837)</sup> - Cfr. *O Conimbricense*, n.º 4 868, de 12 de Maio de 1894.

<sup>(838)</sup> - Alberto Costa e Adriano Gonçalves, *Esculápio em Cuecas*, Coimbra, Casa Minerva, 1926, Explicação prévia.

<sup>(839)</sup> - Raul Fernandes Martins, *ob. cit.*, p. 91.

<sup>(840)</sup> - Cfr. *Le Carnaval des Romans...*, pp. 340-41.

esta transgressão, que é momentânea, poderá identificar-se com uma certa camaradagem, uma vez que tanto a rebeldia estudantil como a bonomia com que os mestres aceitavam o humor dos estudantes mais não são do que partes de um espírito unificador entre membros da comunidade universitária. No seu mito, não é a Universidade "uma corporação de mestres e estudantes"? E não era o professor de Direito, Avelino Calisto, quem, aos estudantes do 5.º ano, chamava "de colegas"?<sup>(841)</sup>.

Para além de muita poesia e música, das récitas faziam ainda parte as baladas de despedida. Normalmente, estas eram cantadas, em coro, no início do espectáculo, por todo o curso que trajava de capa e batina. Ficou célebre a de 1958, da autoria de Fernando Machado Soares:

"Coimbra tem mais encanto  
Na hora da despedida  
Que as lágrimas do meu pranto  
São a luz que lhe dá vida"<sup>(842)</sup>.

Nesta perspectiva, a festa é ambivalente. Por um lado, é tempo de alegria, na medida em que o fim do curso, a vitória final, está à vista; pelo outro, é tempo de tristeza porque vem ao de cima o sentimento de saudade dos tempos idos. Os estudantes, dentro em breve, "iam deixar a vida despreocupada..., para entrar na vida prática e trabalhosa"<sup>(843)</sup>.

Entre risos, gargalhadas e muitas lágrimas, estas festas de quintanistas terminavam com uma ceia, numa tasca ou restaurante da cidade, altas horas da madrugada.

De uma maneira geral, a peça da récita vinha a ter, passados dias, uma segunda representação. Segundo nos informa Trindade Coelho, a receita que então se conseguia era "sempre em benefício dos estudantes pobres"<sup>(844)</sup>. É a filantropia da festa que aqui é bem diferente das romarias portuguesas, onde a economia de troca é um valor essencial<sup>(845)</sup>.

(841) - Vide nota 525.

(842) - Apud Alberto Lamy, *ob. cit.*, p. 683.

(843) - António Cabral, *Tempos de Coimbra...*, p. 99.

(844) - *In Illo Tempore...*, p. 152.

(845) - Cfr. Pierre Sanchis, *ob. cit.*, pp. 83 e ss.

Uma outra festa académica tinha lugar em finais de Maio. Eram as "latadas". Segundo Teófilo Braga, estes festejos de fim de ano têm a sua origem nas "soiças" do século XVI<sup>(846)</sup>. O nome de "latadas" ou "festa das latas" deriva do facto de os "caloiros", sob a batuta dos "doutores", arrastarem, pelas ruas da cidade, "quantos objectos de lata podiam haver à mão, desde a avantajada banheira à pequena almotolia"<sup>(847)</sup>. Diferentes dos festejos dos quintanistas, porque partiam de uma comunidade mais alargada, estas festas eram organizadas pelos alunos de Direito e de Teologia, pelo menos até aos inícios do nosso século. A partir desta altura, passam a ser integradas nos festejos da Queima das Fitas, perdendo assim o seu carácter de parcialidade, para ganharem o sentido do colectivo. Como, até à reforma de 1901<sup>(848)</sup>, as aulas na Faculdade de Direito e na Faculdade de Teologia terminavam sempre mais cedo do que em Medicina, Matemática e Filosofia, aqueles estudantes celebravam com as "latadas" o seu dia de "ponto". É Francisco Pinheiro Torres quem, em verso, recorda:

"Dia de ponto. Aulas terminadas  
Logo à noitinha são as *latadas*"<sup>(849)</sup>.

Nesta perspectiva, a festa é sinónimo de interrupção da rotina, de ruptura do quotidiano, isto é, da vida monótona que a maioria dos estudantes levava todos os dias. Há muito desejada, era bem-vinda<sup>(850)</sup>, porque símbolo e tempo de libertação: para todos, porque se vêem livres de um trabalho penoso como

---

<sup>(846)</sup> - Por carta régia de 4 de Julho de 1541, as "soiças" foram proibidas. "Pela época da proibição se infere que a soiça seria o divertimento por ocasião do ponto, que ainda hoje se pratica, e a que se dá o nome de *tocar as latas*" (Theophilo Braga, *Historia da Universidade de Coimbra nas suas relações com a instrução publica portuguesa*, tomo I, 1289 a 1555, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1892, p. 478).

<sup>(847)</sup> - Octaviano Sá, *Nos domínios de Minerva...*, pp. 76-77.

<sup>(848)</sup> - Com a reforma de 1901, as aulas passaram a terminar, em todas as Faculdades, no dia 31 de Maio, excepto "se qualquer conselho académico reputar conveniente prolongar os trabalhos escolares da respectiva faculdade além do dia 31 de Maio, pode fazê-lo precedendo autorização do reitor" (Art.º 5.º, § único do Decreto n.º 4, de 24 de Dezembro de 1901, *Diário do Governo*, n.º 294, de 28 de Dezembro de 1901).

<sup>(849)</sup> - "Adeus, Senhor Doutor"..., p. 47.

<sup>(850)</sup> - Logo nos princípios de Maio, os estudantes faziam uma visita ao Jardim Botânico, para verem a árvore de ponto (Cfr. Antão de Vasconcellos, *Memorias do Mata-Carochas...*p.54).

era o de estudar e o de ter que ouvir as lições dos mestres. Daí os gritos sediciosos de: "Viva o ponto ! Abaixo os livros!"<sup>(851)</sup>; para os "caloiros", é o fim do tempo de margem, de probação, uma vez que, segundo a praxe, alcançavam a sua emancipação. Igualmente, tempo de mudança, porque ainda segundo as normas da praxe, o "caloiro" deixava de ser "animal", para passar a ser "homem".

A festa das "latadas" consistia, fundamentalmente, na realização de um cortejo alegórico que, partindo do Largo da Feira, percorria várias ruas da cidade<sup>(852)</sup>. Neste cortejo, pleno de barulho, porque a "música" vinha de canudos, buzinas, Zés Pereiras e das muitas latas que os "caloiros" arrastavam, a vida universitária e académica eram motivos para críticas, fantasia e muito humor. A imagem da festa é agora de comicidade e de riso. É o carro alegórico da Sebenta "em figura de mulher desgrehada e suja"<sup>(853)</sup>; é o carro do Cábula "fazendo figas ao Estudo e à Aplicação em forma de esqueletos mirrados"<sup>(854)</sup>.

Mas, a par desta "latada geral", havia também as "latadas parciais". Estas destinavam-se a incomodar todos os outros colegas de Medicina, de Matemática e de Filosofia que ainda continuavam em aulas. António Cabral diz-nos que as "latadas parciais" correspondiam a "grupos, que se prostravam às portas dos estudantes das outras Faculdades, e alí ficavam, horas e horas, a atormentar os desgraçados, que ainda tinham de estudar as lições para as aulas do dia seguinte! Estudantes havia... que, nessa noite de fragor e de estrépito, iam estudar para casa de algum amigo, onde os rapazes de Direito não suspeitavam que eles se acoitassem"<sup>(855)</sup>. A festa é assim um tempo de afirmação de diferenças, de troça e de irreverência.

Se a "Queima das Fitas" (contra-senso na expressão, porque o que se queima é o grelo e não as fitas) é hoje o festejo mais importante e significativo da Academia de Coimbra, o mesmo não se verificava há cerca de cem anos. Dada a escassez de informações, não é possível apontar uma data exacta para o início destes festejos académicos. Todavia, tudo nos leva a pensar que as suas origens mergulham nas festas de ponto, nos últimos anos do século XIX, para

(851) - *In Illo Tempore...*, p. 17.

(852) - Cfr. *In Illo Tempore...*, p. 19.

(853) - *Idem*, p. 16.

(854) - *Idem*, p. 17.

(855) - *Tempos de Coimbra...*, pp. 33-34.

se irem apresentando como uma transição das velhas latadas e se alicerçarem no "Centenário da Sebenta" e no "Enterro do Grau". Alfredo de Pratt<sup>(856)</sup>, ao escrever, em 1899, refere que todos os alunos do quarto ano de Direito, no último dia de aulas, saíam, em conjunto, dos Gerais e dirigiam-se para o Largo da Feira. Aqui, tinha, então, lugar a "função" que principiava por os quartanistas tirarem as fitas estreitas com que era costume atarem os livros, ligavam-nas uma às outras e com elas atadas, dispunham-se em círculo. Neste espaço, convencionalmente, redondo, à semelhança de uma praça de touros, era depois introduzido um "caloiro", para "em tão grande função servir de touro"<sup>(857)</sup>. Terminada esta tourada simbólica, procediam os quartanistas à queima das suas fitas, "acto pelo qual se condicionava a posse legítima da pasta de fitas largas de seda, que somente podia ser usada pelos estudantes do último ano do curso"<sup>(858)</sup>. Nesta perspectiva, para além de uma manifestação de alegria, a festa poder-se-á identificar como um acto de ascensão e de promoção. Imagem de triunfo, ela simboliza a entrada para o último ano do curso.

A cinza deixada pelas fitas era, depois, introduzida num gorro ou numa lata, que o "caloiro" havia de transportar até à Porta Férrea, à frente de um improvisado cortejo que os quartanistas formavam. À porta da Universidade, era ainda o "caloiro" quem tinha que abrir uma cova, para o mais novo ou o mais velho dos quartanistas enterrar as cinzas. Seguidamente, todo o curso urinava sobre as cinzas ali depositadas. Plena de humor, esta atitude tem, no entanto, um significado profundo. Expressão de triunfo e de derrota, de tempo ganho e de tempo perdido, de amor e de desprezo, ela representa o sentimento do estudante reconhecido que, resolvido a dizer o adeus à terra e à casa da promessa, não quer deixar sem, em troca, lhe depositar nas suas entranhas um pouco do seu ser, alguma coisa da sua existência, qual cordão umbilical simbólico para o resto da vida.

Se, para o século XIX, as informações sobre a festa da "Queima das Fitas" são relativamente diminutas, já para o nosso século estamos melhor documentados. Através da imprensa da época, é possível detectar que estes festejos, com o andar dos tempos, foram sofrendo profundas alterações.

---

(856) - Cfr. *Bohemia de Coimbra...*, pp. 219-23.

(857) - *Palito Métrico...*, p. 319.

(858) - A. J. Soares, "As festas da Queima das Fitas nos primeiros anos do século XX", *Rua Larga*, n.º 10, Coimbra, 28 de Fevereiro de 1958, p. 286.

Começando por ser propriedade exclusiva dos alunos do quarto ano de Direito, a partir de 1902, quartanistas de outras Faculdades fazem também as suas próprias festas<sup>(859)</sup>; as touradas abandonam o seu sentido simbólico, para passarem a ser reais e, como tal, têm lugar em arenas de verdade<sup>(860)</sup>; com alusões a personalidades e circunstâncias da vida universitária, os cortejos deixam de se circunscrever ao espaço físico da Alta, para ganharem mais vida e

---

<sup>(859)</sup> - "Realizou-se este ano [1902] a festa tradicional dos cursos do quarto ano das diversas faculdades... Coube a parte principal ao curso do 4.º ano médico, que foi com um grande cortejo extrair à porta férrea o ponto, que este ano houvera dificuldades a impôr à luz do dia" (*Resistência*, n.º 703, de 1 de Junho de 1902). As dificuldades a que a notícia faz referência têm a ver com os acontecimentos que se passaram em Coimbra por causa do Convénio. Estes acontecimentos levaram ao encerramento da Universidade, desde o dia 30 de Abril até ao dia 21 de Maio. (Cfr. *Resistência*, n.ºs 694 e 698, de 1 e 15 de Maio de 1902, onde se encontram publicados os editais de encerramento e de abertura da Universidade). Em virtude dos distúrbios verificados, da resistência do poder académico e do apelo que José de Arruela fazia para se acabar com a praxe, os alunos do quarto ano de Direito resolveram não fazer a sua festa, mas somente "queimar silenciosamente as fitas à porta férrea" (*Resistência*, n.º 702, de 29 de Maio de 1902). Até 1918, estas festas foram realizadas separadamente. Segundo António José Soares, só neste ano se deu "o primeiro passo para a generalização da festa da "Queima" a todos os quartanistas da Universidade" (A. J. Soares, "Queima das Fitas... tradições que nascem, que vivem, que morrem...", *Capa e Botina*, n.º 6, Maio de 1966). Apesar de o cortejo de 1918 se ter realizado em comum, já o banquete em Penacova se fez em separado, uma vez que cada curso confraternizou em lugares diferentes.

Ainda segundo o mesmo autor, "o ano de 1919 marca uma data em que se inicia uma estabilização de costumes que perduraria por quase trinta anos: festa generalizada aos quartanistas de todas as Faculdades o cortejo da "Queima" no dia 27 de Maio" (*Idem*). Sobre este assunto pode ler-se, para os anos posteriores a 1926, Francisco Pimentel, "Contribuição para a história das Festas dos Estudantes de Coimbra", *Rua Larga*, n.º 4, Coimbra, 21 de Setembro de 1957, pp. 97-99.

<sup>(860)</sup> - Já em 1901, os quartanistas de Direito tencionavam festejar o ponto "dando uma tourada de curiosos na praça da Mealhada" (*O Conimbricense*, n.º 5 582, de 18 de Maio de 1901). Em 1903, realizou-se uma grande garraizada na Figueira da Foz: "para assistir a esta há um louco entusiasmo, apesar de terem já sido distribuídos uns 4 000 bilhetes em Coimbra e uns 2 000 na Figueira" (*O Conimbricense*, n.º 5 795, de 9 de Junho de 1903). O mesmo se passou em 1904 (Cfr. *O Conimbricense*, n.ºs 5 897 e 5 898, de 31 de Maio e 4 de Junho, respectivamente). A garraizada, na opinião de António Rodrigues Lopes, data dos começos do século XX (Cfr. *A sociedade tradicional académica coimbrã...*, p. 112). Para António Nunes, os escolares de Direito e de Teologia já tinham a sua garraizada simbólica no último quartel do século XIX. (Cfr. António Nunes, "A história da garraizada da Queima das Fitas", *A Voz da Figueira*, de 8 de Fevereiro de 1990).

dimensão, uma vez que passam a contar com um número apreciável de carros enfeitados que percorrem as ruas da cidade<sup>(861)</sup>; para a Queima das Fitas, no Largo da Feira, ergue-se uma palanque em madeira<sup>(862)</sup>; ao anonimato do quartanista de outrora, sucede a caricatura acompanhada de versos que cantam a figura e a índole do caricaturado<sup>(863)</sup>. Ao cair da noite e, para remate dos festejos, tem lugar a "latada". Saindo do Largo da Feira, vai terminar no Largo da Portagem, onde, "agora, caloiros e "veteranos" fundem-se e confundem-se, o sacrifício remindo aqueles no abraço destes, a praxe concedendo indulto, dando carta de alforria a presos e servos"<sup>(864)</sup>. Com a participação de toda a Academia, a festa da "Queima das Fitas" assume-se como um tempo de renovação da comunidade estudantil. Se, os mais velhos, com a sua possível saída, podem representar uma certa simbologia do passado, também os "caloiros", ao ganharem a sua condição de estudantes, se identificam como um símbolo do futuro. Daí que a "Queima das Fitas" seja, simultaneamente, um ritual de separação e de agregação. Como rito de separação, em termos académicos, testemunha a condição efémera da qualidade de ser estudante; como rito de agregação, afirma a perenidade da sociedade estudantil.

---

<sup>(861)</sup> - Já em 1901, os alunos do quarto ano de Direito apresentaram "uns 21 carros, alguns enfeitados com verdura e flores... seguindo assim a dar uma volta pela cidade baixa" (*Resistência*, n.º 649, de 23 de Maio de 1901).

<sup>(862)</sup> - *Idem*.

<sup>(863)</sup> - Segundo António José Soares o álbum mais antigo de caricaturas data de 1903 (Cfr. A. J. Soares, "As festas da Queima das Fitas nos primeiros anos do século XX", *Rua Larga...*, p. 289). Na década de 20, para além de livros de versos, "se há condiscípulos amantes da arte do lápis, arriscam-se livros maiores com as caricaturas de todos..." (Armando Cândido, *Coimbra do meu tempo...*, p. 63).

<sup>(864)</sup> - Armando Cândido, *ob. cit.*, p. 70.

(Página deixada propositadamente em branco)



### CAPÍTULO III

#### A CULTURA NOS PERIÓDICOS DA ACADEMIA

Numa visão marxista, por cultura entende-se a instância situada acima do económico e do social, os quais constituem os dois primeiros níveis de uma construção que é o "todo social". Reconhecendo ao económico uma acção e um papel determinante e constituindo a cultura uma instância à parte, esta afirma-se como um campo identificado e, como tal, com limites definidos e reconhecíveis. Este conceito de cultura parece não ser já aceite.

Do mesmo modo, também não se comunga na ideia de que o conceito de cultura passa, simplesmente, pelo campo particular de práticas e de produções intelectuais e artísticas de uma determinada elite. Conceber a cultura nesta perspectiva seria ter do conceito de cultura uma visão demasiadamente restrita, porque essencialmente elitista.

O conceito de cultura é hoje um conceito amplo, uma vez que não exclui as noções de produção e reprodução cultural. Pensar a cultura é, naturalmente, reconhecer como é que todas as relações, incluindo aqui as económicas, as sociais e as políticas, se organizam em esquemas de percepção e de apreciação dos diferentes sujeitos sociais. Este sentido, porque mais abrangente, leva a que se conceba e entenda a cultura como um conjunto de significações que passam, não só pelas práticas, produções e reproduções, mas também pelos discursos e pelos procedimentos aparentemente menos culturais. Foi precisamente a este conceito de cultura que Geertz aderiu, quando escreveu: "the culture concept to which y adhere... denotes an historically transmitted pattern of meanings embodied in symbols, a system of inherited conceptions expressed in symbolic forms by means

of which men communicate, perpetuate, and develop their knowledge about and attitudes towards life"<sup>(1)</sup>.

## 1. PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO CULTURAL

### 1.1. Instrução Pública

O século XIX foi, em Portugal, um grande século de cultura. Na opinião de Joaquim de Carvalho, "depois do século XVI nenhum outro se lhe compara..., na pujança cultural, no culto de nobres ideais, na multiplicidade de realizações"<sup>(2)</sup>. No âmbito de uma história da cultura, o século XIX, porque tempo de divulgação e implantação de novos ideais, fez a sua afirmação com as noções de "Instrução Pública" e de "Instrução Popular". De igual modo, a par de uma "cultura burguesa", é ainda no século XIX que assistimos, sobretudo através do movimento romântico, à valorização de uma "cultura popular". O conceito alargado que hoje se tem de cultura, com as noções de produção e reprodução, é, portanto, em parte, um contributo daquele tempo.

Falar de "Instrução Pública" é, desde já, reconhecer tratar-se de uma questão complexa e de âmbito muito vasto. Para além dos domínios do ensino, ela envolve outras áreas e outros espaços, como, por exemplo, o mundo dos museus, das bibliotecas, das associações culturais e recreativas e, como refere Reis Torgal, "até o importante problema editorial, dado que é através dos livros, de revistas e jornais que se difunde a instrução, ou, se quisermos, a cultura"<sup>(3)</sup>.

### 1.2. A imprensa

Embora o século XIX, sobretudo na 2.<sup>a</sup> metade, tenha feito uma certa divulgação do livro, era, essencialmente, através da leitura dos jornais que

---

(1) - C. Geertz, *The Interpretation of Cultures*, Nova Iorque, Basic Books Inc, 1973, p. 89; Roger Chartier, *A história cultural entre práticas e representações*, tradução de Maria Manuela Galhardo, Lisboa, Difel, 1988.

(2) - Joaquim de Carvalho, *Obra Completa. v. História e crítica literárias. História da ciência*, vol. V, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1987, p. 41.

(3) - *História de Portugal*, Direcção de José Mattoso, quinto volume, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, p. 610.

o público ia tomando conhecimento dos principais acontecimentos, adquiria informações sobre as mais variadas matérias, ia conhecendo as disposições oficiais e se inteirava das notícias e propósitos das diversas forças políticas. Assumindo-se a imprensa como uma forma de produção e reprodução cultural, daí a sua importância no contexto de uma história da cultura.

Apesar de o primeiro jornal português ostentar a data de 1641<sup>(4)</sup>, foi só no século XIX, à semelhança do que se verificou na vizinha Espanha, que a imprensa se afirmou e desenvolveu. Daí o epíteto, bastante vulgarizado, de "século de periodismo" ou de "século dos jornais", para, neste domínio, se caracterizar o século de oitocentos. Relativamente à Espanha, afirmou-o Cruz Seoane nos seguintes termos: "El siglo XIX es, por excelencia, el siglo del periodismo. Por interesante que sea el periodismo anterior, es obvio que la libertad de imprenta y el nacimiento con ella de la prensa política, em 1808, inician en España una nueva era en que la importancia de la prensa va a ser incomparablemente mayor que la que hasta entonces habia tenido"<sup>(5)</sup>. Entre nós, em 1841, era António Feliciano de Castilho quem se congratulava com o jornalismo do século. Castilho reconhecia o valor da imprensa periódica, porque, em seu entender, seria mais através dos jornais e não dos livros que as ideias, a cultura e a ciência deviam chegar a todos, sobretudo às camadas populares. O poeta romântico dizia a este propósito: "Este século é tão destruidor como criador, matou a Livraria e pôs em seu lugar o Jornalismo. Assim devia ser, porque este século é popular. Os livros eram a muita ciência para poucos homens; os jornais são um pouco de ciência para todos"<sup>(6)</sup>.

No mesmo sentido vai também o pensamento de D. António da Costa. Apesar de reconhecer que, em Portugal, se lia muito pouco e que os jornais literários e profissionais não eram abundantes, D. António não deixa de evidenciar as vantagens que a força de uma boa imprensa pode trazer. Em sua opinião, a imprensa pode prestar um excelente serviço, não só à educação

---

<sup>(4)</sup> - O primeiro jornal tem o seguinte título – *Gazeta em Que se Relatam as Novas Todas Que Houve Nesta Corte e Que Vieram de Várias Partes no Mês de Novembro de 1641* (José Tengarrinha, *História da Imprensa Periódica Portuguesa*, 2.ª edição, Lisboa, Editorial Caminho, 1989, pp. 35-36).

<sup>(5)</sup> - Maria Cruz Seoane, *História del periodismo en España. 2. El siglo XIX*, Madrid, Alianza, 1983, p. 11.

<sup>(6)</sup> - Apud Luís Reis Torgal e Isabel Vargues, "Produção e reprodução cultural", *Ob. cit.*, p. 693.

popular, porque por ela "se difunde um número imenso de ideias proveitosas"<sup>(7)</sup>, mas também na consciencialização cívica dos cidadãos, já que a existência de liberdade "chama os cidadãos, todos a tomar parte na vida social"<sup>(8)</sup>.

Em 1902, António Mourato Grave, estudante do primeiro ano de Direito, escrevendo num jornal académico, reconhecia que "é bela a instituição da imprensa, grandiosa e sublimada a missão do jornal... porque o povo ignorante que colhe um jornal para densedentar uma ou outra vez a sede da sua curiosidade, encontrará o melhor alimento que ao seu espírito pode ser ministrado, como educação e instrução"<sup>(9)</sup>.

Em Portugal, foram muitos e variados os periódicos que, durante e depois do liberalismo, se foram publicando um pouco por toda a parte. A prová-lo, para além das estatísticas que José Tengarrinha nos apresenta<sup>(10)</sup>, estão os catálogos que sobre esta matéria Silva Pereira publicou em 1896 e 1897<sup>(11)</sup> e, no que respeita ao distrito de Coimbra, a preciosa obra de A. Carneiro da Silva<sup>(12)</sup>. Através dos catálogos de Silva Pereira, podemos referenciar, a título de exemplo, que se, em 1809, o número de jornais é de 22, em 1821, fundam-se 39 periódicos, contando-se 167 títulos, em 1880<sup>(13)</sup>. Com excepção para o período de miguelismo<sup>(14)</sup>, o aumento que, após 1820, se começou a verificar no número de jornais tem muito a ver com uma determinada liberdade de imprensa que a revolução trouxe

---

(7) - *História da Instrução Popular em Portugal desde a fundação da monarchia até aos nossos dias*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1871, p. 239.

(8) - *A Instrução Nacional...*, p. 8.

(9) - *Porta-Ferrea*, n.º 2, Coimbra, 26 de Fevereiro de 1902, p. 2.

(10) - *Ob. cit.*, pp. 183, 187-88, 232 e 248.

(11) - A. X. da Silva Pereira, *O jornalismo portuguez-Resenha chronologica de todos os periodicos portuguezes impressos e publicados no reino e no estrangeiro desde o meiado do século XVI até à morte do saudoso Rei Senhor D. Luíz I bem como dos jornaes em lingua estrangeira publicados em Portugal durante o mesmo tempo*, Lisboa, Antiga Casa Bertrand, 1896; *Os jornaes portuguezes. Sua filiação e metamorphoses*, Lisboa, Imprensa de Libanio da Silva, 1897.

(12) - A. Carneiro da Silva, *Jornais e Revistas do Distrito de Coimbra*, Prefácio de Fernando Pinto Loureiro, Coimbra, Edição da Biblioteca Municipal, 1947.

(13) - Cfr. A. X. da Silva Pereira, *O jornalismo portuguez...*, pp. 7-8, 13-15 e 151-58.

(14) - Segundo José Tengarrinha, com a Carta Constitucional há uma reanimação no movimento periodístico. Em 1826, "são fundadas 48 novas publicações, das quais 41, pelo menos, no 2.º semestre (após a data da promulgação); mas logo em 1829 e 1830, já sob o domínio de D. Miguel, baixam os periódicos novos, respectivamente, para 6 e 9" (José Tengarrinha, *ob. cit.*, p. 141).

consigo<sup>(15)</sup>. Porém, o grande movimento jornalístico vai verificar-se a partir de 1835<sup>(16)</sup>, em virtude da implantação definitiva da liberdade de imprensa, por lei de 22 de Dezembro de 1834<sup>(17)</sup>. Interrompido em 1850 com a célebre "Lei das Rolhas", o movimento jornalístico volta novamente à ribalta com a Regeneração<sup>(18)</sup>, para, no último quarto do século, entrar naquilo que Tengarrinha chama de "fase industrial da imprensa"<sup>(19)</sup>.

Mas se a liberdade de imprensa, apesar das vicissitudes por que passou, a pluralidade de posições ideológicas<sup>(20)</sup> e os progressos técnicos que se

---

(15) - A liberdade de imprensa na Constituição de 1822 não era total. No seu Artigo 8.º lê-se: "As Cortes nomearão um Tribunal Especial para proteger a liberdade da imprensa e coibir os delitos resultantes do seu abuso...fica salva aos Bispos a censura dos escritos publicados sobre dogma e moral, e o Governo auxiliará os mesmos Bispos para serem punidos os culpados. No Brasil haverá também um Tribunal Especial como o de Portugal" (*As Constituições Portuguesas (1822-1826-1838-1911-1933-1976)*, Organização e introdução de Jorge Miranda, Lisboa, Livraria Petrony, 1976, p. 5).

(16) - Em 1835, "apareceram 54 novas publicações; e em 1836...o número subiu ainda para 67; em 1837 apareceram a público 59 novos periódicos" (José Tengarrinha, *ob. cit.*, p. 152).

(17) - *Collecção de Leis e outros Documentos Officiaes publicados desde 15 de Agosto de 1834 até 31 de Dezembro de 1835*, Quarta Serie, Lisboa, Na Imprensa Nacional, 1837, pp. 47-51.

(18) - "A partir da revogação da "Lei das Rolhas", o jornalismo português tomou... progressivo desenvolvimento: no decénio de 1850 a 1859 foi de 35 a média aproximada do movimento anual da criação de periódicos; no decénio de 1860 a 1869 a média foi de 67; de 1870 a 1879 foi de 90; e de 1880 a 1889 a média anual chega a alcançar o número prodigioso de 184" (José Tengarrinha, *ob. cit.*, p. 184).

(19) - É o grande tempo de transformação dos jornais. Para além de uma melhoria na qualidade gráfica, em virtude das novas técnicas, há todo um sistema de trabalho e de conceitos que se vão alterando. As notícias passam a ser colhidas em agências noticiosas; o jornal passa a ser encarado como uma mercadoria; os velhos balcões de venda passam a dar lugar a ágeis arduas e a publicidade passa a ser uma fonte de receita para o jornal. Datam desta época jornais como o *Diário de Notícias* (1865) que se vende a 10 réis; o *Diário Popular* (1866); o *Primeiro de Janeiro* (1868); o *Século* (1881) e o *Jornal de Notícias* (1888). (José Tengarrinha, *ob. cit.*, pp. 213 e ss). Vejam-se ainda Magalhães Lima, *Episódios da minha vida – Memórias documentadas*, Lisboa, Livraria Universal, 1927, pp. 133 e ss; Fernando de Sousa, *Jornal de Notícias. A memória de um século (1888-1988)*, Porto, Empresa do Jornal de Notícias, 1988.

(20) - Se o jornalismo legitimista tem o seu órgão em *A Nação* (Lisboa, 1847); o partido progressista conta com o *Diário Popular* (Lisboa, 1866) e o movimento católico com *A Palavra* (Porto, 1872), já os republicanos tinham uma série de jornais, dos quais destacamos, entre outros, os seguintes: *A República Federal* (Lisboa, 1869); o *Republicano* (Lisboa, 1869);

verificaram nos finais do século XIX podem, de algum modo, explicar este surto de jornalismo, outras razões existiram. Já antes de 1820, existia um jornalismo paraliberal de emigração que, apesar do reduzido número de assinantes que tinha em Portugal<sup>(21)</sup>, muito se lhe deve, em termos de formação de uma opinião pública e de uma certa abertura cultural. Embora uma das características predominantes deste tipo de jornalismo tenha sido a defesa e a divulgação dos ideais políticos de exilados, como é o caso de Hipólito da Costa que, no *Correio Braziliense*, advoga reformas e repele as teorias teológicas do poder régio<sup>(22)</sup>, periódicos houve que recusaram emiscuir-se em questões de natureza política e religiosa, optando por difundirem conhecimentos científicos e literários, mas de utilidade prática para a vida. Estão neste caso *O Investigador Português em Inglaterra* (1811-1819) e os *Annaes das Sciencias, das Artes e das Letras* (1818-1822)<sup>(23)</sup>.

---

A República (Lisboa, 1870); *Gazeta Democrática* (Porto, 1870); *Diário da Tarde* (Porto, 1871); *O Trabalho* (Coimbra, 1870); *A República Portuguesa* (Coimbra, 1873) e *O Século* (Lisboa, 1881).

(21) - Tomando como exemplo os *Annaes das Sciencias, das Artes e das Letras*, podemos dizer que, em território português, tinha 680 assinantes, distribuídos do seguinte modo: no Brasil - 200; em Lisboa - 207; no Porto - 99; em Coimbra - 86; nas ilhas dos Açores e Madeira - 47 e espalhados pela província - 41 (Francisco Fortunato Queirós, *Annaes das Sciencias, das Artes e das Letras* (Paris, 1818-1822), 1.ª Parte, Porto, Edição do Centro de História da Universidade do Porto, 1983, pp. 25-26).

(22) - Em 1810, Hipólito da Costa escrevia no *Correio Braziliense*: "... a indústria prospera num país livre à sombra da protecção da liberdade, e não vigora num país despótico, sendo iguais as outras circunstâncias, em consequência da opressão do despotismo" (*Correio Braziliense*, n.º 31, Dezembro de 1810, p. 615). Sobre esta problemática veja-se Graça e J. S. da Silva Dias, *Os Primórdios da Maçonaria em Portugal*, vol. I, tomo II, Lisboa, 1980, pp. 525-31 e 590-95; João Pedro Rosa Ferreira, "A proposta constitucional do *Correio Braziliense*", *Cultura, História e Filosofia*, vol. VI, Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, 1987, pp. 737-770.

O mesmo acontecia em *O Portuguez* que, em 1814, dizia: "Se damos preferência à democracia sobre o governo absoluto e despótico, contudo é forçoso confessar que nenhum apreço damos à democracia pura, quando a comparamos com um Governo misto, como o da Inglaterra" (*O Portuguez*, n.º 8, Dezembro de 1814, p. 111). Veja-se José Augusto dos Santos Alves, "O Portuguez e o Discurso do Saber/Poder", *Cultura, História e Filosofia*, vol. VI, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, 1987, pp. 699-723.

(23) - "De notícias políticas não tratamos, e muito pouco também diremos das ciências meramente abstractas, e nada de controvérsias religiosas" (*Annaes das Sciencias, das Artes e das Letras; Por huma sociedade de Portuguezes residentes em Paris*, tomo I, Paris, Impresso

Aos olhos dos liberais, a divulgação científica e literária tinha uma importância fundamental no contexto de uma abertura cultural. Para além dos periódicos já citados, este movimento de divulgação teve no *Jornal de Coimbra* (1812-1820) um bom exemplo. Era seu objectivo publicar e dar a conhecer "Observações, Memórias, Extractos, Notícias, etc. sobre todas as partes essenciais, ou acessórias da Arte de Curar - sobre Educação, assim física como moral - Agricultura - Economia pública e doméstica. Felizes os redactores se em seu trabalho derem algum passo para a perfeição e utilidade..."<sup>(24)</sup>.

Este tipo de jornalismo científico e literário vai ter uma certa voga ao longo de todo o século. Bastará, para tal, recordar o *Jornal da Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa*, *O Instituto*, *O Panorama* e a *Revista Universal Lisbonense*. Neste âmbito, em 1906, também um jornal do meio estudantil se propunha: "criar uma revista prática e popular onde o povo possa adquirir alguns conhecimentos úteis e, mais que tudo, possa ele próprio colaborar; senão por si, por alguém que lhe traduza o pensamento. Em resumo o nosso periódico franqueia as suas, por ora, modestas colunas a todos os agricultores, proprietários, industriais, professores, etc."<sup>(25)</sup>.

Para além deste tipo de jornalismo, a existência de um jornalismo político-partidário de que são exemplos o *Diário Popular* e *O Século*, de jornais informativos como o *Diário de Notícias* que deixa os acontecimentos à reflexão dos leitores<sup>(26)</sup>, de periódicos de música e teatro (*Teatro Dramático*, Lisboa, 1837; *Teatro Universal*, Lisboa, 1838 e *Recreio Teatral*, Lisboa, 1838), jornais de

---

por A. Bobée, impressor da Sociedade Real Académica das Ciências de Paris, 1818, p. 27). Veja-se Fátima Nunes, "Notas para o estudo do periodismo científico: "Annaes das Ciências das Artes e das Letras" (1818-1822)", *Cultura, História e Filosofia*, vol. VI, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, 1987, pp. 661-82.

<sup>(24)</sup> - *Jornal de Coimbra*, vol. I, Lisboa, Imprensa Regia, 1812, pp. I e II. Maria de Fátima Nunes, "A Universidade e a divulgação de conhecimentos científicos e úteis no *Jornal de Coimbra* (1812-1820)", *Universidade(s). História. Memória. Perspectivas. Actas do Congresso "História da Universidade" (No 7.º Centenário da sua fundação)*, vol. 4.º, Coimbra, 1991, pp. 127-33.

<sup>(25)</sup> - *Echos da Mocidade*, Anno I, n.º I, Coimbra, 10 de Fevereiro de 1906, p. 1.

<sup>(26)</sup> - "Eliminando o artigo de fundo, não discute política, nem sustenta polémica. Regista com a possível verdade todos os acontecimentos, deixando ao leitor, quaisquer que sejam os seus princípios e opiniões, o comentá-los a seu sabor" (*Diário de Notícias*, n.º I, Lisboa, 1 de Janeiro de 1865, p. 1).

caricaturas como *O António Maria*, Lisboa, 1879 e *A Paródia*, Lisboa, 1900, onde Rafael Bordalo Pinheiro ia ridicularizando a vida política portuguesa, jornais de anúncios e publicitários como *Livraria Neves*, Coimbra, 1915 e ainda de moda feminina de que é exemplo o *Correio das Damas*, Lisboa, 1836.

É precisamente toda esta variedade de assuntos que levam a que o jornal se afirme como um elemento importante de sociabilidade cultural.

## 2. CULTURA ESTUDANTIL

### 2.1. Fontes

Enquanto para a História da Universidade existe um acervo de documentação mais ou menos referenciado<sup>(27)</sup>, já o mesmo se não verifica quando a questão é do domínio da comunidade estudantil. Aqui, as dificuldades são bem maiores, não só porque as fontes são mais frágeis, mas também mais dispersas. Se é certo que alguns rapazes, enquanto estudantes, escreviam livros sobre assuntos vários (contos, romances, poesia, teatro, etc) e, anos mais tarde, as suas "memórias", outros houve que, para além disso, colaboravam com artigos em revistas e órgãos de informação. Disto mesmo nos dá conta uma certa imprensa estudantil, em 1889, ao escrever: "Hoje, em Coimbra, não há boémia literária, nem cenáculo, nem jornal, nem coisa nenhuma: há, pura e simplesmente, rapazes que escrevem e que publicam os seus escritos nos diversos jornais do país"<sup>(28)</sup>. É o caso, à semelhança de muitos, de António José de Almeida que, enquanto estudante, enviava artigos para os jornais republicanos como a *Resistência* e o *País*, entre outros<sup>(29)</sup>. Mais tarde, o mesmo acontecia com Cabral de Moncada que, no ano de 1909, abordava a temática do casamento no jornal *O Século*<sup>(30)</sup>.

Embora em todo este tipo de documentação se possam, aqui e além, respigar algumas informações, a melhor fonte para se captar a dimensão

<sup>(27)</sup> - Cfr. Luís Reis Torgal e Maria do Rosário Azenha, "A historiografia da Universidade em Portugal. Fontes, Bibliografia e Problemas", 1.º Encontro de História da Educação em Portugal, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1988, pp. 177-94.

<sup>(28)</sup> - *Bohemia Nova*, n.º 1, Coimbra, 1 de Fevereiro de 1889, p. 1.

<sup>(29)</sup> - Cfr. António José de Almeida, *Quarenta anos de vida literária e política*, vol. I, Lisboa, J. Rodrigues & C.ª, 1933, pp. 59 e ss.

<sup>(30)</sup> - Luís Cabral de Moncada, *Memórias...*, p. 84.



cultural da comunidade estudantil é, em nosso entender, a imprensa periódica da Academia e por várias razões. Em primeiro lugar, porque tanto os jornais como as revistas constituem lugares privilegiados de produção e divulgação de cultura. É através destes espaços que mais facilmente se captam as ideias, se referenciam as adesões e as críticas, se identificam as repulsas, se conhecem as tendências da arte, os movimentos científicos e literários, numa palavra, a cultura de uma comunidade;

Sendo a Academia um corpo bastante heterogéneo, pesem embora os lugares comuns que a mitologia lhe foi criando, parecem-nos ser os jornais e as revistas por ela produzidos, porque também diversificados, que melhor espelham o seu ser e o seu sentir.

Dada a natureza da criação e produção deste tipo de imprensa é ela que, de maneira mais marcante, reflecte a afirmação de identidade colectiva;

Finalmente, porque a imprensa é, não só uma fonte importante de informação histórica, mas também de formação, intervenção e animação, funções estas que não podem ser subestimadas num estudo de dimensão cultural.

Para além destas razões, outras, de ordem mais específica, poderão ser procuradas na própria essência dos jornais e das revistas. Sendo, em princípio, a revista um produto de vários colaboradores e tratando de diversos assuntos, permite-nos, quando comparada com o "livro", uma visão multifacetada e mais globalizante da mensagem transmitida.

O mesmo acontece com o jornal, mas este com algumas vantagens sobre a revista e muitas sobre o "livro". Com menores custos, torna-se acessível a um público mais vasto; porque a sua periodicidade é mais frequente, pode fazer com facilidade "de cada casa um templo, de cada homem um amigo, e de cada família um auditório de admiradores..."<sup>(31)</sup> e, porque geralmente datado, afirma-se "em cima do acontecimento", pelo que a sua informação é de extrema utilidade.

Aos olhos da juventude académica, o jornal era ainda o veículo ideal para se chegar a um público leitor que se pretendia numeroso e popular. Comparando o jornal com o "livro", um periódico estudantil comentava: "O jornal é república e o livro monarquia. Um poderá ser o catedrático da ciência, mas o outro é, com certeza, o apóstolo da instrução do povo"<sup>(32)</sup>,

---

<sup>(31)</sup> - *A Chrysalida*, n.º 1, Coimbra, 31 de Outubro de 1862, p. 1.

<sup>(32)</sup> - *O Amigo do Estudo*, n.º 1, p. 1.

O primeiro jornal a ser publicado, em Coimbra, foi o *Minerva Lusitana*, em 11 de Julho de 1808, com claros objectivos de defesa nacional, em virtude das ameaças provocadas pelas invasões francesas.

No que respeita à imprensa estudantil, segundo o catálogo de Carneiro da Silva, o jornal mais antigo é *O Cidadão Literato*. Publicado nos primeiros meses do ano de 1821, foram seus redactores José Pinto Rebelo de Carvalho, António Luís de Seabra e Manuel Ferreira Seabra da Mota Silva<sup>(33)</sup>. Outros se lhe seguiram como *O Amigo da Ordem* (1821), *Censor Provinciano* (1822), *Minerva Constitucional* (1823), etc.

De acordo com os nossos cálculos, de 1880 até ao final da 1.ª República, existiram, em Coimbra, 152 periódicos estudantis, o que dá uma média de 3-4 por ano<sup>(34)</sup>. Excluindo os anos de 1887, 1892 e 1895, em que não houve publicações novas, foi nos primeiros anos do nosso século que o volume de publicações mais se evidenciou, sendo o ano de 1902 o de maior produção, com 15 publicações<sup>(35)</sup>.

Diferentes umas das outras, com importância e peso variável estas publicações têm características que lhes são muito próprias e que, por isso, importa referenciar.

## 2.2. Características das publicações estudantis

Como já dissemos anteriormente, Coimbra é uma cidade que se caracteriza, fundamentalmente, pela sua dimensão universitária. A presença de uma forte tradição de vida académica tornou-se, só por si, um terreno bastante propício para o aparecimento de publicações periódicas. Daí a existência, não só de revistas da Universidade, mas também de publicações ligadas ao sector estudantil.

Porém, as publicações de estudantes são muito diferentes das publicações universitárias. Tomando como exemplos destas últimas a *Revista da Universidade de Coimbra*, cujo primeiro número data de 1912, o *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra* que se publicou, pela

(33) - A. Carneiro da Silva, *Jornais e revistas do distrito de Coimbra...*, p. 37.

(34) - Cfr. *A Academia de Coimbra cit.*, vol. II, pp. 95 e ss.

(35) - *Idem*, p. 144.

primeira vez, em Julho de 1914, e a revista *Biblos* que apareceu em 1925, para nos cingirmos a algumas que se situam no nosso tempo de estudo, poderemos dizer que por revistas universitárias entendemos todo o tipo de publicações que se encontram ligadas à Universidade, que são feitas, dirigidas e colaboradas, essencialmente, por académicos, isto é, por professores universitários.

Contrariamente a estas, as publicações estudantis, regra geral, pouco ou nada têm a ver com a Universidade. Lançadas por jovens, enquanto as universitárias o são através de uma escola, situam-se, na maior parte dos casos, em campos distintos e, por vezes, antagónicos. Normalmente, o periódico estudantil caracteriza-se por um certo distanciamento e por uma posição de irreverência em relação à Universidade e aos seus mestres. Reagindo contra certas prepotências, o *Correio da Universidade*, numa tentativa nítida de demarcação, escrevia: "A Academia foi mais uma vez vítima das cobardes naifas universitárias. A reacção é necessária e indispensável a bem da justiça, necessária e indispensável a bem do ensino, necessária e indispensável a bem da ciência. Vamos reagir com toda a energia..."<sup>(36)</sup>.

Este mesmo sentimento de antipatia, de distanciamento e de irreverência está igualmente presente nas muitas críticas que o sector estudantil dirige, não só à estrutura universitária em si mesma, mas também à esterilidade da sua ciência e, sobretudo, ao tipo de ensino que se professava na Faculdade de Direito<sup>(37)</sup>.

Contudo, isto não significa que não haja periódicos onde o elogio a alguns professores não se faça. Na revista *A Crítica* (1888), por exemplo, tecem-se alguns

---

<sup>(36)</sup> - *Correio da Universidade*, Ano II, n.º I, Coimbra, 12 de Novembro de 1887, p. 1.

<sup>(37)</sup> - São vários os artigos sobre estas questões. Manuel Duarte Larança Gomes Palma e J. F. Azevedo e Silva, estudantes da Faculdade de Direito, publicaram, no jornal *A Evolução*, dois artigos sobre o tipo de ensino que se professava naquela Faculdade. O primeiro, da autoria de Gomes Palma, tem o seguinte título: "Dr. António de Assis Teixeira de Magalhães"; da responsabilidade de Azevedo e Silva, o segundo artigo é dirigido contra o Professor Frederico Laranjo e intitula-se: "O Ensino do Direito Administrativo na Universidade de Coimbra" (Cfr. *A Evolução*, n.º 29, Coimbra, 22 de Julho de 1882, pp. 2-3). A violência e a irreverência destes artigos fizeram com que os seus autores viessem a ser expulsos da *Universidade*, sendo, mais tarde, readmitidos.

Sobre estas matérias, também Mário Monteiro, em artigo intitulado "A mordaza", faz uma violenta crítica à Universidade e aos mestres de Direito (Cfr. *A Troça*, n.º I, Coimbra, Novembro de 1906, pp. 5-9).

encómios ao Prof. António dos Santos Pereira Jardim. Lomelino de Freitas, referindo-se ao desaparecimento deste insigne professor, escrevia: "...sentimo-nos assaltados duma penetrante melancolia, e quase se nos figura verdadeiro aquele conceito popular - os bons vão e os maus ficam... Agora, que só resta a sua duradoira memória entre a classe académica, para quem foi amigo desinteressado e professor benévolo mas justo, cumpre-nos dizer verdades, ainda quando arremessadas contra o reduto arruinado do autoritarismo"<sup>(38)</sup>.

Mas, por vezes, o distanciamento e a crítica podem atingir foros de conflitualidade. Foi o que aconteceu entre o Reitor da Universidade, o Prof. Ângelo da Fonseca, e os alunos do 5.º ano médico. Estes, para esclarecerem acerca "do movimento académico que o grande público só conhece pelas *honestas* informações que certas boas almas querem fornecer-lhe para tudo baralhar e confundir"<sup>(39)</sup>, resolveram publicar *O Conflito* (1921).

Apesar de as publicações estudantis se situarem, normalmente, num campo oposto às universitárias, isto não significa que, por vezes, não se possa estabelecer um certo diálogo entre os dois tipos de publicações. Logo na apresentação que Mendes dos Remédios faz da *Revista da Universidade de Coimbra* se diz que a mesma está aberta ao "labor mental dos professores, assistentes e *estudantes* da Universidade de Coimbra..."<sup>(40)</sup>. Professores como Manuel Emídio Garcia, Correia Barata e Augusto Rocha foram colaboradores da *Revista Científica e Litteraria* (1880-81); já mais tarde, também à revista *Estudos* prestaram a sua colaboração, entre outros, Gonçalves Cerejeira, António de Vasconcelos, Manuel Paiva Boléo e Manuel Lopes de Almeida<sup>(41)</sup>.

---

(38) - *A Crítica*, n.º 2, Coimbra, Março de 1888, p. 1.

(39) - *O Conflito*, n.º 1, Coimbra, 6 de Maio de 1921, p. 1.

(40) - *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. 1.º, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1912, p. 4. (O *itálico* é nosso).

(41) - A propósito da colaboração de professores em revistas e jornais de estudantes, lê-se em *Estudos*: "A evolução, a modificação constante das coisas fez marchar os "Estudos" de singela revista de estudantes, para revista onde os mestres ensinam os estudantes, escrevendo par a par" (*Estudos*, Ano II, n.º 13, Coimbra, Maio de 1923, p. 2). Para além de motivos ideológicos, foi certamente uma atitude como esta que levou, em 1925, Vitorino Nemésio a pôr em causa o carácter académico da revista *Estudos*. Na apresentação que faz do jornal *Humanidade*, Nemésio escreve: "Os Estudos", também de duvidosa inspiração académica, o que é natural dada a organização que representa, não pode ser mais que o órgão duma associação de determinadas atitudes religiosas e quiza políticas, com normas especiais de existência e de acção" (*Humanidade*, n.º 1, Coimbra, 15 de Março de 1925, p.1).

Diferenças também ao nível dos próprios conteúdos. Enquanto as revistas universitárias se centram, normalmente, numa cultura de temas do passado<sup>(42)</sup>, as publicações estudantis apostam mais na divulgação de uma cultura de cariz mais prático e que perspectivam em termos de presente e de futuro. Reconhecendo o atraso do país, os rapazes da *Revista Scientifica e Litteraria* preocupavam-se "com o grande movimento social, que em volta de nós se opera; adquirir a consciência nítida do que somos, do que valemos e do que podemos valer; económica e politicamente; levantar as almas abatidas pela insuflação de uma ideia nobre; desbestializar o povo cretinizado por uma política exploradora e fetichista: eis algumas das resoluções heróicas, que, uma vez tomadas, poderão dar como alavancas enérgicas o primeiro impulso ao movimento que é preciso, que é indispensável suscitar no nosso país"<sup>(43)</sup>.

A comprovar ainda esta perspectiva de uma cultura para o futuro estão também os títulos e os objectivos de alguns periódicos, sobretudo os de tendência republicana, no período anterior à revolução do 5 de Outubro. Esta postura é perfeitamente compreensível se tivermos em conta a campanha de mudança em que estes jornais estavam apostados. É o caso, entre outros, do jornal *Voz do Parvir*. Se, só por si, este título poderá traduzir algo de sugestivo, as dúvidas convertem-se em certeza quando lemos que são propósitos dos seus redactores ensinarem "a todos a maneira de preparar o futuro, mas um futuro em que a honra não seja um mito, nem a moralidade objecto de escárnio; em que a economia não seja, como é hoje, sinónimo de desperdícios inúteis e funestos, nem o trabalho causa de desdén e vilezas"<sup>(44)</sup>.

O sentido de uma cultura virada para o futuro passa também pela crítica que se faz ao presente, sobretudo quando este toma como modelo

---

(42) - A título de exemplo, diremos apenas que o vol. II da revista *Biblos*, para além de uma colaboração do Instituto Alemão, trata, entre outros temas, os seguintes: da autoria de Mendes dos Remédios, "Os judeus portugueses sob o domínio dos Felipes"; de David Lopes, "A propósito do Infante - Santo em Fez" e de Ernesto Donato, "Os Reservados" da Biblioteca da Universidade de Coimbra - Subsídios para um catálogo" (Cfr. *Biblos*, vol. II, Coimbra, Coimbra Editora Ld.ª. 1926, pp. 1-63).

(43) - *Revista Scientifica e Litteraria*, n.º 1, Coimbra, Dezembro de 1880, pp. 1-2.

(44) - *Voz do Parvir*, n.º 1, Coimbra, 7 de Março de 1897, p. 1. Em sentido idêntico se pronunciava um outro periódico. Recusando ser um jornal político, *Gente Nova* diz-nos que "a sua acção será orientada pelas ideias desobstrutoras e progressivas, afirmando sempre um sentido patriótico em todas as suas campanhas e fortalecendo a fé nalguma coisa de *futuramente redentor*..." (*Gente Nova*, n.º 1, Coimbra, 8 de Novembro de 1912, p. 1). (O itálico é nosso).

o passado. Os autores de *Chronica Alegre* não o escondem, quando referem: "E nós continuaremos a rir do país e principalmente de vós - ó patriotas à antiga! - que pretendeis justificar o presente com umas vagas glórias dum momento de alucinado heroísmo da nossa história"<sup>(45)</sup>.

A defesa de uma cultura que respondesse aos problemas e às necessidades do povo está igualmente presente na divulgação que certos periódicos faziam de uma cultura de utilidade prática. É o caso, entre vários, de *Echos da Mocidade* na abordagem que fazia a temas como: "Observações sobre a aldeia"; "Higiene rural" e "Syndicatos agrícolas". Relativamente ao sindicalismo agrícola, para além de se aconselharem os agricultores a associarem-se, mostram-se as vantagens económicas que daí podiam resultar, uma vez que "o sindicato fornece ao lavrador utensílios e adubos que lhe permitem cultivar os seus terrenos segundo os processos mais aperfeiçoados e que lhe asseguram no mercado a venda pronta e vantajosa"<sup>(46)</sup>.

Ao contrário das universitárias, de um modo geral, as publicações estudantis tinham uma vida bastante efémera. Excluindo as revistas *Estudos Sociaes* (1905-1911) e *Estudos* (1922-1970) e o jornal *Imparcial* (1912-1919), porque ligadas ao Centro Académico de Democracia Cristã, a maior parte das outras publicações, normalmente, não foram além de 2-3 meses. Muitas houve que não passaram do primeiro número. A vida fugaz destas publicações era comentada por um periódico nos seguintes termos: "Os jornais de Coimbra são como os pirilampos – luminosos e rápidos. A luz que derramam não é tanta, que deslumbre; a rapidez com que desaparecem, essa sim, espanta... A sua existência, de curta que é, nem sequer deixa, como a estrela cadente, um rasto da luz por onde passa; por isso morrem sem epitáfio"<sup>(47)</sup>.

Desligadas de instituições, estas publicações dificilmente podiam sobreviver. Em termos financeiros, contavam apenas com algum dinheiro do seu director, das assinaturas, das vendas avulsas e de alguma publicidade, caso a houvesse<sup>(48)</sup>.

(45) - *Chronica Alegre*, n.º 1, Coimbra, Fevereiro de 1908, p. 6.

(46) - *Echos da Mocidade*, n.º 4, Coimbra, 25 de Abril de 1906, p. 1.

(47) - *A Academia*, n.º 1, Coimbra, 1 de Dezembro de 1866, p. 1.

(48) - Trindade Coelho referindo-se às dificuldades financeiras por que passou o jornal *Porta Férrea*, diz-nos: "O jornal seguiu, mas muito combatido financeiramente. Tínhamos ajustado cada 500 exemplares por 5 000 réis... Era adiantado o pagamento, está claro - medida preventiva, que não era só uma suspeição lançada às nossas magras bolsas de estudantes: era também

Além do mais, porque produzidas em grupo, estavam sujeitas, por motivos vários, à desagregação do próprio grupo, o que, em termos práticos, acabava, muitas vezes, por inviabilizar a continuidade da publicação<sup>(49)</sup>.

Uma outra diferença entre as publicações universitárias e as estudantis reside no tipo de público a que cada uma delas se destina. Se as universitárias, porque portadoras de uma cultura erudita, têm um público mais restrito, destinatários mais específicos como professores, investigadores e estudiosos, o público do sector estudantil era bem mais diversificado. Excluindo, por motivos óbvios, a revista *Estudos*, a prová-lo está o facto de *O Panorama Contemporaneo* ter correspondentes e vendas em mais de 30 localidades que, só no continente, iam desde o Porto e Bragança, passando pela Guarda e Vila Nova de Foz Côa, até Lisboa, Redondo e Serpa<sup>(50)</sup>.

Finalmente, um último aspecto importante é o que se prende com a composição e apresentação gráfica. Enquanto as publicações universitárias se apresentam com uma capa relativamente simples, em volume brochado, às vezes bastante volumoso (ex: *Biblos*), obedecem a regras de impressão e só muito raramente ostentam gravuras, as do sector estudantil já são

---

por parte do Correia de Almeida [Tipógrafo], uma imposição das necessidades dele... Chegavam os sábados e era preciso pôr o jornal na rua. Mas a respeito de dinheiro, nicles!... Vasculhada a gaveta da administração(!), apareciam apenas uns selos esfrangalhados de 2 réis e meio, e muitas aparas de estampilhas. Mais nada! De forma que eu... via-me frequentes vezes na necessidade - para não ficarmos inéditos - de abonar os 5 000 réis... Portanto, em certa altura tratei de me safar do jornal... O jornal começou, pois, a viver do crédito e da esperança no regresso do chapéu velho! [Refere-se a Solano de Abreu, director do jornal, que possuía algum dinheiro]. E foi vivendo! Até que Solano, como o chapéu não tornou a aparecer, declarou-se também falido!... Em ocasião tão má que estava no prelo o número especial... o José Correia... não deixou sair o número rico... E o número de gala desandou inédito para os caixotins da tipografia, de onde não tornou a sair a Porta Férrea!" (*In Illo Tempore...*, pp. 78-79).

<sup>(49)</sup> - O jornal *A Flecha* (1911-12), apesar de não ser um periódico de estudantes, mas onde alguns prestavam colaboração, não foi além do n.º 6. Em comunicado de 21 de Janeiro de 1912, a redacção explica a suspensão do jornal, em virtude de dois dos mais activos colaboradores terem saído "e nesta conjuntura do ano lectivo em que estão em vésperas de provas de frequência os alunos da Universidade que entram no corpo do jornal, era difícil e imprudente sobraçar uma situação de tal modo gravosa e, porventura, motivo de duplo prejuízo para a vida daqueles escolares e para o equilíbrio desta folha. Cõscios da situação criada, resolvemos pois suspender a tiragem do jornal" (*A Flecha*, n.º 6, Coimbra, 21 de Janeiro de 1912).

<sup>(50)</sup> - Veja-se, em *Academia de Coimbra cit.*, vol. II, pp. 124-25, a lista das localidades onde este periódico tinha correspondentes.

diferentes. Para além do número de páginas ser muito inferior ao das universitárias, algumas apresentam-se com bastantes ilustrações, o que lhes confere um certo aspecto provocatório, sobretudo nas de humor e sátira estudantil. Estão neste caso, entre outras, *O Alferce*, *O Pagode* e *A Troça* (1903). Além do mais, é de anotar ainda que algumas publicações estudantis se apresentam copiografadas e litografadas. Como exemplo de um periódico copiografado podemos apontar o n.º 1 de *A Alvorada* (1896). Dos litografados, entre outros, *O Alferce*, *O Pagode* e *A Moca*.

### 2.3. Tipologia das publicações estudantis

Dada a quantidade e a variedade de publicações e apontadas que foram as suas características gerais, importa, desde já, estabelecer uma classificação das mesmas. Deixando de lado o tipo de periodicidade e o tempo de duração das publicações, fixemo-nos na sua temática. Assim, tendo em conta a essência das matérias que cada uma insere, podemos dizer que, à partida, é possível assinalar três grupos distintos. Ao primeiro pertencem, exclusivamente, as revistas e os jornais de carácter humorístico ou, se quisermos, e por analogia com a literatura, os periódicos de escárnio e maldizer estudantil; no segundo, englobam-se os de carácter estritamente literário e, no terceiro, todas as publicações que não colhem as características específicas das anteriores.

Relativamente às primeiras, de uma maneira geral, apresentam-se bastante ilustradas, o que lhes confere um cariz mais ou menos provocatório. Para além das caricaturas, dos desenhos e das gravuras, caracterizam-se ainda, não só por um certo anonimato por parte dos seus autores<sup>(51)</sup>, mas também pela

<sup>(51)</sup> - Embora o anonimato não se verifique em todo este tipo de publicações - caso da *Revista do "Civil"* que é da autoria de Alberto Costa e de *O Pagode* que teve como directores Augusto do Santos Pinto e outros -, em virtude das críticas feitas, o anonimato é muitas vezes aconselhável para salvar o físico. O responsável por *Pavões* (1904) não o esconde, quando refere: "Este anonimato" em que o autor julga conveniente manter-se, durante algum tempo..., porque contando declarar-se mais tarde, talvez já não chegue, nessa data, a "auferir" a vigésima parte do xarope de marmeleiro que hoje ou amanhã lhe queiram dar" (*Pavões*, n.º 1, Coimbra, 15 de Novembro de 1904, p. 3). No anonimato ficaram também, entre outros, os autores de *Os Gatinhos* (1902) e de *O Alferce* (1902).



crítica irreverente e anedótica (no bom sentido), nos comentários que teciam à instituição universitária, a outras publicações (geralmente estudantis) e a colegas que, por este ou por aquele motivo, se procuravam evidenciar no seio da Academia. Pela pena de Alberto Costa, um dos propósitos da *Revista do "Civil"* era submeter à "inspecção semanal qualquer brioso colega mais mazelento, que urgentemente necessite dos nossos cuidados *clínico-críticos*"<sup>(52)</sup>,

Sem intuitos de ferir, pessoalmente, fosse quem fosse, este tipo de publicações visava, essencialmente, criticar um certo pedantismo que se vinha verificando na Academia. Daí a crítica mordaz, não só para rir e fazer rir<sup>(53)</sup>, mas também para procurar uma certa moralização, para ideais mais nobres que não fossem simplesmente os da intelectualidade. Este sentido moralizante está bem expresso nas palavras de apresentação de *A Moca*: "Torna-se necessário reagir contra isto tudo, contra essa lírico-mania que faz de cada fedelho um vate... Esta lírico-mania e este pedantismo científico vão-se apoderando pouco a pouco dos mais refractários fazendo com que aquela alegria e bom humor... se transforme naquele severo aspecto e pausada fala do sapiente Tópsius. Onde está essa febre de sonho e ideais alevantados que nos dão gosto à vida?"<sup>(54)</sup>.

Fazendo parte do segundo grupo estão as publicações que inserem, não só criação literária, seja em prosa ou em verso, mas também estudos críticos e trabalhos de análise literária. *Estrella Académica* (1902) afirma-se como uma revista "puramente literária"<sup>(55)</sup>. A par de uma certa criação poética, inclui um excerto em prosa do livro, ainda inédito, *Harpejos d'Alma* e um estudo crítico sobre "Camões e o seu poema". Para além de *Estrella Académica*, podemos citar, entre outros exemplos, as seguintes: *Os Novos* (1893); *Hoje* (1898); *Icaro* (1919) e *Bysancio* (1923).

Relativamente às publicações que não são exclusivamente humorísticas nem literárias, mas que também apresentam algumas características, sobretudo deste último género, podem dividir-se nos seguintes grupos: publicações culturais; de entretenimento e informação; políticas ou de opinião; letras e artes e de homenagem e comemoração.

---

(52) - Alberto Costa (Pad-Zé), *Revista do "Civil"*, Coimbra, 9 de Janeiro de 1903, p.1.

(53) - *Os Gatinhos*, jornal de sátira estudantil, tem mesmo como subtítulo "A rir... e para rir".

(54) - *A Moca*, jornal litografado, número único, Coimbra, 15 de Fevereiro de 1902.

(55) - *Estrella Académica*, n.º 1, Coimbra, 15 de Outubro de 1902, p. 1.

De um modo geral, as publicações culturais caracterizam-se pela inclusão de um leque de temas bastante grande e diversificado. Assuntos de literatura, de filosofia, de história e de religião, aspectos das artes e da política e matérias de carácter científico-natural são as temáticas mais abordadas. Um bom exemplo, pela variedade dos assuntos tratados, é *O Panorama Contemporaneo*. Para além deste periódico, podemos ainda citar os seguintes: *Zumbidos* (1880); *A Critica* (1888); *Argus* (1896); *Estudos Sociaes* (1905) e *Estudos* (1922). Aliás, esta última revista tem mesmo como subtítulo o seguinte: "Revista mensal de cultura e formação católica".

Muito diferentes são já as publicações de entretenimento e informação. De leitura mais simples que as anteriores, porque certamente destinadas a um público mais vasto, privilegiam a divulgação de notícias. O jornal *Alvorada* (1918), por exemplo, assume-se como um periódico de divulgação e informação. Ao fazerem a apresentação do jornal, os seus redactores afirmavam: "Só se não ama aquilo que se não conhece. O nosso país que tem direito de ser amado e propagandeado na divulgação e conhecimento das suas forças vivas, é o nosso objectivo primacial..."<sup>(56)</sup>.

A par da notícia, estas publicações apresentam ainda secções bastantes variadas. É muito frequente a existência de uma secção literária, a qual é preenchida, normalmente, por um folhetim, seja ele conto ou romance. Notas dominantes nestes periódicos são também as rubricas como: "Curiosidades"; "Charadas"; "Para rir"; "Enigmas"; "Horas de Recreio" e "Adivinhas". Para além de *Alvorada*, exemplos destas publicações são: *Correio da Universidade* (1886); *A Academia* (1897) e *Barcarola* (1900), entre muitas outras.

As revistas e os jornais políticos afirmam-se, fundamentalmente, como órgãos doutrinários de uma determinada tendência. Este facto leva, no entender de Clara Rocha, a um certo tipo de leitura que a mesma classifica "de solidariedade", isto é, através de um programa e movidos por um ideal, tanto os responsáveis pela publicação como os leitores sentem-se unidos entre si e formam grupos<sup>(57)</sup>. Ao congregar à sua volta estudantes republicanos, o jornal *Pátria* (1906), órgão do Centro Republicano Académico, é disso um bom exemplo. De igual modo, em 1914, os estudantes monárquicos, ao

<sup>(56)</sup> - *Alvorada*, n.º 1, Coimbra, 16 de Fevereiro de 1918, p. 1.

<sup>(57)</sup> - Clara Rocha, *Revistas Literárias do Século XX em Portugal*, Vila da Maia. Gráfica Maiadouro, 1985, p. 29.

lançarem *A Voz da Verdade*, acreditavam que iam “encontrar o maior número de adeptos, irmãos do mesmo ideal e irmãos de combate”<sup>(58)</sup>.

Apostando, essencialmente, numa literatura de combate, este tipo de publicações não exclui uma certa colaboração literária, a qual, no dizer ainda de Clara Rocha, poderá servir “como forma de “valorizar o produto” e, conseqüentemente, de alargar o espectro do leitor virtual: por outras palavras, de aliciar o público leitor”<sup>(59)</sup>. Exemplos destas publicações são, entre outros, os seguintes: *O Raio* (1894); *Portugal* (1896); *A Alvorada* (1896); *A Pátria* (1906); *A Voz da Verdade* (1914) e *Ressurreição* (1919).

Quanto às publicações de letras e artes, como o próprio nome indica, versam, fundamentalmente, temas literários e artísticos (arquitectura, pintura, teatro, música, etc.). *Arte & Vida* (1904) e *A Rajada* (1912) são dois exemplos a apontar.

As publicações de homenagem e comemoração são constituídas, normalmente, por números únicos, mas onde colaboravam vários estudantes e outras personalidades<sup>(60)</sup>. As figuras dos homenageados são retratadas, regra geral, em vários aspectos da sua vida. Se, na homenagem que a Academia prestou à actriz Adelina Abranches, em 1904, Carlos Amaro a admirou como figura feminina, chamando-a “cheia de graça e fresca como as rosas”<sup>(61)</sup>, já Manuel de Sousa Pinto lhe exaltou os seus dotes artísticos, a sua vocação, ao escrever: “Entre a população feminina dos palcos portugueses, Adelina Abranches é, sem dúvida, um dos mais belos exemplares da actriz de temperamento. Ela possui, na espontaneidade correcta da sua arte, essa força criadora e rara que, zombando dos aprendizados envergonha os conservatórios: a vocação”<sup>(62)</sup>. São vários os exemplos de publicações deste género: *O Centenário de Pombal* (1882) é uma homenagem ao homem e ao estadista; *Preito Académico* (1888) honra à figura de Joaquim Martins de Carvalho, na passagem do seu 66.º aniversário; *Hespanha e Portugal* (1902) é um tributo à vinda dos estudantes da Tuna de Valladolid a Coimbra e *Na Morte de Junqueiro* (1923) é o

<sup>(58)</sup> - *A Voz da Verdade*, n.º 1, Coimbra, 7 de Março de 1914, p. 2.

<sup>(59)</sup> - Clara Rocha, *ob. cit.*, p. 29.

<sup>(60)</sup> - Um bom exemplo é a publicação de 40 páginas, *Na morte de Junqueiro* (1923), que a Academia levou a efeito aquando da morte do poeta, e onde colaboraram 24 estudantes.

<sup>(61)</sup> - *Adelina Abranches*, número único, Coimbra, 19 de Maio de 1904, p. 9.

<sup>(62)</sup> - *Idem*, p. 4.

testemunho de reconhecimento por aquele que foi, nas palavras de Raul de Miranda, "o melhor intérprete do génio português"<sup>(63)</sup>.

### 3. SOCIOLOGIA DA CRIAÇÃO

Um pouco à semelhança do que se verifica com as revistas literárias, sobre as quais Clara Rocha e Fernando Guimarães desenvolveram importantes estudos<sup>(64)</sup>, também o aparecimento de jornais e revistas no seio da comunidade estudantil se pode explicar por duas ordens fundamentais de razões. A primeira está ligada ao fenómeno que Clara Rocha classifica de "sociologia da criação, e tem a ver com a afirmação dum grupo, geração, tendência ou vanguarda"<sup>(65)</sup>. A segunda "é o domínio da sociologia da recepção, e diz respeito ao preenchimento duma "lacuna", à satisfação duma necessidade cultural do público, ou ao desejo de criar um espaço de divulgação para os escritores inéditos ou esquecidos"<sup>(66)</sup>.

Em Coimbra, a imprensa estudantil tem muito a ver com uma certa tradição de vida académica. De facto, o aparecimento de jornais e revistas de estudantes é indissociável de um determinado tipo de vida associativa. É precisamente este convívio entre estudantes que, gerado nos mais diversos espaços como à Porta Férrea, na Via Latina, no Clube Académico, nas "tascas", nos cafés, nas "repúblicas" e em passeios até ao Choupal, vai possibilitar, não só uma troca de informações e um debate de ideias, mas também a divulgação das últimas novidades. É em ambientes deste género, propícios ao encontro, à formação de grupos e a uma certa cavaqueira cultural que a maior parte dos jornais e revistas de estudantes nascem. Entre outros, quem o refere é Trindade Coelho ao descrever a história do jornal *Porta Férrea* (1881). Diz o autor de *In Illo Tempore*: "o jornal surgiu, como em regra todos os jornais académicos de Coimbra, de uma conversa de rapazes"<sup>(67)</sup>.

<sup>(63)</sup> - *Na morte de Junqueiro. Homenagem dos estudantes de Coimbra*, número único, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1923, p. 5.

<sup>(64)</sup> - Clara Rocha, *ob. cit.*; Fernando Guimarães, *Simbolismo, Modernismo Vanguardas*. Porto, Lello & Irmão Editores, 1992.

<sup>(65)</sup> - Clara Rocha, *ob. cit.*, p. 33.

<sup>(66)</sup> - *Idem*, p. 33.

<sup>(67)</sup> - *In Illo Tempore...*, p. 78.

Jornais e revistas houve cujos títulos evocam mesmo alguns daqueles locais de sociabilidade cultural. Para além do já citado *Porta Ferrea*, é o caso de um outro, de nome idêntico, *A Porta Ferrea* (1902) de que foi director o estudante Mário Monteiro; o mesmo com as revistas *A Via Latina* (1889) e *Via Latina* (1924) de cujo corpo directivo e redactorial fez parte, para além de outros, Álvaro Júlio da Costa Pimpão.

De uma maneira geral, a maior parte das publicações estudantis surgiam de um modo ocasional e fortuito. Continuando a citar Trindade Coelho, elas eram o resultado de uma conversa, de "um rompante literário à mesa de qualquer café"<sup>(68)</sup>.

Por sua vez, outras apareciam espontaneamente, mas como reflexos de acontecimentos da vida nacional e académica. Com objectivos bem definidos e visando respostas críticas, inserem-se nesta perspectiva certas publicações de carácter político e de sátira estudantil. Um bom exemplo, pelo menos a avaliar pelo próprio título, é o jornal *O Ultimatum* (1890) no ataque que faz à monarquia, acusando-a de ser ela a responsável directa pelo Ultimatum que o governo inglês impôs a Portugal, em Janeiro de 1890<sup>(69)</sup>. Também *O Raio* (1894) é fruto deste mesmo acontecimento da vida portuguesa. Apesar de publicado em 1894, o seu director, António José de Almeida, informa-nos que este jornal "constitui-se espontaneamente em 11 de Janeiro de 90"<sup>(70)</sup>. Inserindo colaboração de vários estudantes e outras personalidades, também o aparecimento de *Anathema* (1890) se ficou a dever ao ultimato inglês<sup>(71)</sup>.

---

<sup>(68)</sup> - *Idem*.

<sup>(69)</sup> - Albertino de Pinho, em artigo intitulado "Fora os malandros!", diz-nos: "A vista das torpezas e indignidades, que, à sombra de uma monarquia corrupta está praticando o governo de Sua Majestade Britânica em Portugal, não deve haver um só português, que não grite com toda a força, com a maior energia: *abaixo os governos dissolutos! fora a malandragem que nos vende e traição torpemente!*" (*Ultimatum*, n.º 1, Coimbra, 23 de Março de 1890, p. 3). Veja-se, também, o artigo de António José de Almeida intitulado "Bragança, o último" (*Idem*, p. 1). Este mesmo artigo encontra-se reproduzido em *Quarenta Anos de Vida Literária e Política...*, pp. 35-40.

<sup>(70)</sup> - *O Raio*, n.º 1, Coimbra, 1894, p. 3.

<sup>(71)</sup> - A propósito do Ultimato, Joaquim Maria Sanromá, dirigindo-se aos estudantes de Coimbra, escrevia: "Ya erám grandes por vuestra história: ahora lo sois por vuestra heroica protesta, lo sois por esa reprobación universal que pesa sobre um azaña de piratas, lo sois por haber demostrado al mundo que posuis la mas alta cualidad de todo pueblo moderno: el espíritu público" (*Anathema*, Número único, Coimbra, 1890, p.13).

Ao nível da vida académica, Zé *Preira* (1881) aparece como a voz da Academia contra as prepotências de que esta foi vítima no conflito que teve com o então governador civil, José Pereira Pinto dos Santos<sup>(72)</sup>. *Nem Cá Nem Lá* (1889) surge como uma resposta à disputa literária que então se verificava entre a *Bohemia Nova* e os *Insubmissos*. O objectivo de *Nem Cá Nem Lá* era "dar pancada a torto e a direito tanto na *Bohemia Nova*, como nos *Insubmisso*"<sup>(73)</sup>. De igual modo, e como já referimos, também *O Conflito* (1921) nasce para esclarecer as desinteligências havidas entre o Prof. Ângelo da Fonseca e o 5.º ano médico.

Finalmente, outras publicações resultam já de um processo mais ou menos deliberado e assumido. *Revista Livre* (1902) afirma-se, não como um simples meio de passar o tempo, mas como "uma concentração de vontades e de corações num propósito de luta"<sup>(74)</sup>. O mesmo se passa com *A Tradição* (1920). Os seus responsáveis dizem que o aparecimento da publicação não é fruto de um mero acaso, porque "há bastante tempo que vínhamos pensando na necessidade de proporcionar aos nossos colegas a ocasião de manifestarem as suas aptidões literárias, trazendo a público o produto das suas inteligências..."<sup>(75)</sup>.

Seja como for, a imprensa estudantil é, fundamentalmente, produto de um trabalho de grupo. Importa, por isso, analisar as condições de afirmação e os mecanismos dessa produção.

### 3.1. A produção em grupo

De um maneira geral, os periódicos estudantis surgem como lugares de afirmação de grupos. Estes grupos podem constituir-se como geração, tendência ou vanguarda, embora nem sempre isso aconteça.

Lamentando o atraso cultural do país e a falta de publicações onde pudessem escrever e dar a conhecer as suas ideias, grupos houve que,

---

(72) - "O nosso programa é franco e claro: somos o órgão da Academia, de toda a Academia, podemos altivamente dizê-lo, e o nosso scopo é a desforra indispensável que exige o decoro académico conspurcado, e o castigo da autoridade que tão inepta e duramente nos desconsiderou"(Zé *Preira*, n.º 1, Coimbra, 12 de Março de 1881, p. 1).

(73) - *Nem Cá Nem Lá*, n.º 1, Coimbra, Fevereiro de 1889, p. 1.

(74) - *Revista Livre*, n.º 1, Coimbra, 15 de Novembro de 1902, p. 10.

(75) - *A Tradição*, Número especimen, Coimbra, 7 de Março de 1920, p. III.

tentando romper com o passado, procuraram afirmar-se como uma nova geração. Nos anos sessenta do século passado, fizeram-no, com certo êxito, Antero de Quental e os seus companheiros. Referindo-se a esta geração, anos mais tarde, um estudante de Coimbra, Alfredo Pimenta, classificava-a de "grande pela sua alma, gigante pela sua intelectualidade"<sup>(76)</sup>.

Embora sem a amplitude e a envergadura dos tempos de Antero e Teófilo Braga, atitudes e tentativas idênticas têm-se repetido no seio da comunidade estudantil. Em 1880, ao fazerem a apresentação da sua revista, os redactores da *Revista Scientifica e Litteraria* escreviam: "Depois da *Folha* as gerações académicas nunca mais tiveram um órgão de trabalho literário, regular e perdurável... Alargar indefinidamente o âmbito dos assuntos, abrir um campo de publicação não só às manifestações da Arte, mas também às da Ciência, eis o espírito da nossa Revista - cujas ambições não são tão vaidosas que a façam aspirar à regeneração do país, nem tão modestas que ela se não proponha a ser o órgão de todas as manifestações mentais da presente geração académica"<sup>(77)</sup>.

Outras vezes, o grupo procurava assumir-se como tendência ou vanguarda de um novo movimento. Era o caso, entre outros, dos rapazes da *Bohemia Nova*, quando afirmavam: "havemos de ver se conseguimos, por minuciosas crónicas do país e do estrangeiro, pôr os nossos leitores a par do importante movimento literário e científico que por toda a parte chama a atenção dos espíritos ilustrados"<sup>(78)</sup>.

Grupos há também que, rejeitando os sentidos de geração e de vanguardismo, procuravam alargar os seus espaços culturais a personagens que, no momento, melhor podiam servir a sua causa. Os redactores de *A Social* (1897), reconhecendo os males de que a sociedade portuguesa enfermava e sentindo-se incapazes de, só por si, encontrarem as devidas soluções, preferiam abrir as páginas da sua revista a outros que fossem "mais ilustrados, mais positivos e mais conhecedores"<sup>(79)</sup>.

Havia ainda o grupo dos iniciados, isto é, dos novos poetas e prosadores que, desconhecidos do público, procuravam um espaço para darem a conhecer

---

<sup>(76)</sup> - Alfredo Pimenta, *Os despeitos da Academia*, Coimbra, Typ. de Lima & Irmão, 1903, p. 4.

<sup>(77)</sup> - *Revista Scientifica e Litteraria*, n.º 1..., p. 3.

<sup>(78)</sup> - *Bohemia Nova*, n.º 1..., p. 1.

<sup>(79)</sup> - *A Social*, n.º 1, Coimbra, 9 de Janeiro de 1897, p. 2.

os seus trabalhos. Eram essencialmente as revistas de carácter literário que, mesmo a par de algum vanguardismo, davam preferência a estes "novos". *Bohemia Nova* é uma delas, ao referir: "procuraremos, no entanto, de preferência, a colaboração dos novos"<sup>(80)</sup>. No mesmo sentido se pronunciava também o grupo de *Arte & Vida*: "oferecemos desde já a nossa publicação a todos aqueles que lutam obscuramente e ignoradamente trabalham sem que tenham uma coluna exígua onde estampar os escritos"<sup>(81)</sup>.

Ao abrirem-se aos "novos", estas publicações afirmavam-se numa dupla perspectiva. Por um lado, como um espaço de lançamento e de promoção, porque dão a conhecer novos nomes, outras personalidades; pelo outro, como um local de revelação, na medida em que antecipam alguns trabalhos que, só mais tarde, vêm a ser publicados.

Outras vezes, uma publicação não ia além de um mero espaço de solidariedade entre os elementos de um grupo, o qual, posteriormente, em outra publicação, lançava um outro movimento. É o caso de *Treiskaidekopeia* (1910), jornal do grupo dos esotéricos, na medida em que reunia personalidades como António Sardinha, Hipólito Raposo e Simeão Pinto de Mesquita, os quais, mais tarde, vão colaborar no movimento nacionalista de que é órgão publicitário a *Nação Portuguesa* (1914).

Porém, muitas publicações afirmavam-se como espaços abertos a todos os que nelas quisessem colaborar. A revista *A Social*, recusando ser um produto híbrido, afirmava-se como "o lugar em que o maior reaccionário, o conservador puro de sangue, o republicano oportunista, o radical pedindo pólvora, o socialista impetrando justiça, e, o anarquista reclamando-a em nome da sociedade, têm lugar para fazer as suas reclamações; a todos, é permitido erguer a voz em favor dum princípio"<sup>(82)</sup>. Também o *Jornal dos Estudantes* desejava a colaboração de todos, independentemente dos credos políticos de cada um. Neste sentido, os redactores escreviam: "as colunas deste jornal ficam, de par em par, abertas à colaboração de todos os estudantes, sejam quais forem os seus ideais e os seus credos políticos em que comunguem"<sup>(83)</sup>.

(80) - *Bohemia Nova*, n.º 1..., p. 1.

(81) - *Arte & Vida*, n.º 1, Coimbra, Novembro de 1904, p. 4.

(82) - *A Social*, n.º 1..., p. 2.

(83) - *Jornal dos Estudantes*, n.º 1, Coimbra, 10 de Fevereiro de 1896, p. 1.



Ao criar-se um jornal ou revista, há quase sempre um grupo promotor e um grupo de convidados. Constituído, normalmente, à mesa de um café, o primeiro engloba todo o conjunto de pessoas, estudantes, que estão na base da sua criação, isto é, todos aqueles que pensaram e discutiram a publicação, escolheram o título, definiram o seu programa, integram o corpo directivo e redactorial e tratam do seu lançamento e administração. Trindade Coelho, que foi redactor do *Porta Férrea*, diz-nos: "Fui eu dessa vez o proponente, e, logo ali, o inventor do título para o jornal. Concordaram, e formámos quatro a redacção"<sup>(84)</sup>.

O grupo de convidados era formado, como o próprio nome indica, por um conjunto de pessoas, geralmente mais velhas, que recebiam do grupo promotor um convite para prestarem a sua colaboração. Este auxílio era bastante precioso, não só porque concedia uma certa autoridade à nova publicação, mas também maior credibilidade junto do público, ajudando a sua venda. A este propósito é ainda Trindade Coelho quem refere: "Literariamente, confiamos no talento e boa vontade dos escritores que nos auxiliam e que têm nome feito na literatura, uns, e nas academias como homens de ciência, outros"<sup>(85)</sup>.

Mas nem todas as publicações são obra de um grupo. Algumas surgem da ideia e iniciativa de uma única pessoa e por ela mesma é assegurada. Entre outros exemplos, citamos a *Revista do "Civil"* da autoria e responsabilidade do Pad-Zé.

Apesar de uma ou outra publicação se apresentar como criação individual, a generalidade dos jornais e revistas estudantis afirmam-se como obra de um grupo. Daí o serem espaços de identidade colectiva. Este sentido colectivo é mais ou menos evidente nos títulos que algumas dessas publicações sustentam. Sendo, por excelência, a praça pública o local de reunião dos cidadãos, do mesmo modo também o jornal republicano *A Praça Pública* (1897) era um espaço de encontro de estudantes republicanos, os quais se afirmavam, face à monarquia, como "um grupo de insubmissos e rebeldes"<sup>(86)</sup>, evocando a sua origem atlântica, em 1906, os estudantes dos Açores e da Madeira publicavam a revista *Atlantida*, para nela verterem "os trabalhos científicos, literários, artísticos, críticos, daqueles cujo berço foram as ilhas..."<sup>(87)</sup>.

---

(84) - *In Illo Tempore*..., p. 78.

(85) - *O Panorama Contemporâneo*, n.º 1, Coimbra, 1 de Novembro de 1883, p. 3.

(86) - *A Praça Pública*, Coimbra, Typographia Operaria, 1897, p. 3.

(87) - *Atlantida*, n.º 1, Junho de 1906, p. 1.

O sentido do colectivo pode passar ainda por declarações próprias do grupo. Em declaração proferida num jornal, um grupo de estudantes republicanos marca a sua distância relativamente a um outro de ideologia semelhante. Em o *Clarim das Ruas* (1897), continuador do semanário republicano *Portugal* (1897), pode ler-se: "Declaração: Saibam todos os que têm olhos para ver e cérebro para pensar que cá estamos, que este semanário, continuação do *Portugal* por nós redigido, nada tem de comum com o *Portugal* que foi órgão do Grupo Republicano Académico"<sup>(88)</sup>.

### 3.2. Estímulos externos à produção em grupo

Como já referimos, normalmente, os jornais e as revistas estudantis surgiam como lugares de afirmação de um grupo. Na maior parte das vezes, cada grupo é rival de um outro, pelo menos em termos literários. Trindade Coelho não o esconde ao referir que "as hostilidades eram vivas, sobretudo entre a facção literária do Lusitano... e a facção literária que se juntava mais abaixo, ao pé do Sanção, no interior da mercearia do Anda a Roda"<sup>(89)</sup>. Disputando a primazia da introdução, entre nós, das novidades poéticas francesas, oposição idêntica verificava-se também entre o grupo literário que se reunia à volta da revista *Bohemia Nova* e o grupo afecto à revista *Insubmissos*<sup>(90)</sup>.

De uma maneira geral, todas as publicações estudantis, bem como os autores que nelas colaboravam, estavam constantemente a ser julgados, quer pelo público, quer por outras publicações, quer ainda no seio dos próprios grupos. Os processos de produção em grupo estavam assim ligados, por um lado, a condições de ordem externa, as quais podiam servir ou não de impulso e estímulo aos criadores e, pelo outro, a factores internos, isto é, a mecanismos que se desenvolviam no interior do próprio grupo.

No primeiro caso, importa salientar que o público leitor pode, com a sua adesão, sancionar o merecimento de um jornal ou de um revista,

(88) - *Clarim das Ruas*, 1.º ano, n.º 4, Coimbra, 2 de Dezembro de 1897, p. 1.

(89) - *In Illo Tempore...*, p. 73.

(90) - Cfr. Fernando Guimarães, *ob. cit.*, p. 28 e nota 4. Veja-se também *Bohemia Nova*, pp. 17-19: 29-35 e 45-50.

animando assim os seus autores a continuarem e a fazerem mais e melhor. Forçada a interromper a sua publicação, em Julho de 1905, a redacção de *Arte & Vida* não deixava de constatar que até então “tem merecido a confiança do público ilustrado e culto”<sup>(91)</sup>. Entusiasmados com a aceitação que o público lhes tinha dispensado, propõem-se reaparecer “com a mesma modéstia, é certo, mas talvez com maior energia para prosseguir no seu destino”<sup>(92)</sup>.

Outras vezes, ao emitir a sua opinião sobre qualquer assunto, o público pode tornar-se um elemento de certa maneira importante no desenvolvimento e no enriquecimento de uma publicação. Convidando o público a pronunciar-se, o jornal *A Tradição* (1920) anunciava que: “está aberto na cidade um plebiscito para saber qual é o melhor jogador de Coimbra... Se o primeiro classificado fizer parte do *team* da Associação tencionamos fazer-lhe uma espécie de biografia em sua honra”<sup>(93)</sup>.

Aderindo aos objectivos de uma publicação, personalidades havia que, não só saudavam o seu aparecimento, como também prestavam a sua colaboração ao grupo promotor, enviando alguns artigos. Respondendo a um convite do director de *Coimbra em Falda* (1883), de Abrantes, J. Serras Conceição testemunhava o seu apreço pelo lançamento do novo periódico. Assustado, inicialmente, com o título, em virtude de o mesmo poder até “melindrar o pejo dos menos pudibundos”<sup>(94)</sup>, resolve tornar-se colaborador, porque, em seu entender, o jornal mais não pretendia que o desmascarar “da basófia burguesa, rindo das notabilidades oficiais, dando piparotes nas reputações consagradas, na falsa virtude, e na falsa ciência”<sup>(95)</sup>.

Acontecia ainda que, muitas vezes, um autor ao publicar um artigo podia vir a desencadear uma polémica com um outro que lhe respondia no número seguinte. Estas réplicas e tréplicas, porque sustentando pontos de vista diferentes, tornavam-se condições motivadoras de produção. Um exemplo do que acabamos de afirmar pode ver-se nos vários artigos que Eduardo Pires de Lima escreveu, na revista *A Academia de Coimbra* (1886),

---

<sup>(91)</sup> - *Arte & Vida*, n.º 9, Julho de 1905, p. 400.

<sup>(92)</sup> - *Idem*, p. 400.

<sup>(93)</sup> - *A Tradição*, Número especimen, Coimbra, 7 de Março de 1920, p. VIII.

<sup>(94)</sup> - *Coimbra em Falda*, n.º 1, Coimbra, 1 de Junho de 1883, p. 3.

<sup>(95)</sup> - *Idem*, p. 4.

sobre "O Christianismo não aboliu a escravidão", aos quais o seu condiscípulo, Pedro Nogueira, ia respondendo<sup>(96)</sup>.

Também a publicidade e a crítica favorável que uma publicação faz de outra podem, de algum modo, contribuir para incentivar os seus criadores. *Academia Portuguesa* (1914), na rubrica "Publicações", comentava o aparecimento da revista *Galera*, nos seguintes termos: "É um interessante repositório de valiosos artigos tanto no ramo da ciência como da arte. Iniciativas assim, nesta época em que a maior parte dos académicos parecem ter morrido para os grandes ideais, aplaudem-se incondicionalmente"<sup>(97)</sup>. De igual modo, a revista *Piparotes* tecia o seguinte comentário na apreciação que fazia a *Dyonisos*: "Pedimos desculpa ao leitor de sermos demasiado longos na apreciação a *Dyonisos*. Mas a revista merece-o e o leitor não perde nada com isso"<sup>(98)</sup>.

### 3. 3. Mecanismos internos da produção em grupo

Escrevendo sobre esta matéria, Clara Rocha diz-nos que "a convivência do criador com os seus companheiros de geração e a produção em grupo implicam mecanismos especiais de estímulo, censura e correcção, formação e "marcação" ideológica ou estética"<sup>(99)</sup>.

Como já dissemos, as publicações estudantis são inseparáveis de um certo tipo de sociabilidade que muito caracterizou e continua ainda a caracterizar a comunidade estudantil coimbrã. Daí que um dos processos de produção em grupo passe, fundamentalmente, pelo estímulo que os companheiros de grupo dão uns aos outros. Na maior parte dos casos, este incentivo começava nas conversas que os diferentes elementos do grupo tinham, nas "tascas", nos cafés, nas "repúblicas" ou em outros locais de sociabilidade. A testemunhá-lo estão, por exemplo, os redactores da *Revista Científica e Litteraria* que, depois de citarem João de Deus, Antero, Eça de

---

(96) - Estes artigos encontram-se publicados ao longo de vários números de *A Academia de Coimbra*.

(97) - *Academia Portuguesa*, n.º 4, Coimbra, 5 de Dezembro de 1914.

(98) - *Piparotes*, n.º 1, Coimbra, Maio de 1912, p. 10.

(99) - Clara Rocha, *ob. cit.*, p.40.

Queirós e outros, afirmavam: "Tudo quanto a literatura portuguesa tem produzido de notável... são produtos de espíritos educados nas grandes discussões de convívio académico"<sup>(100)</sup>. Era precisamente através deste tipo de convivência académica que os elementos do grupo se enriqueciam.

Segundo Clara Rocha, este estímulo recíproco "vai desde a troca de ideias, impressões e sugestões temáticas, até ao "empréstimo" de imagens e metáforas"<sup>(101)</sup>. Por isso, é normal que os membros de um grupo, ao fundarem uma revista ou um jornal, partilhem entre si os mesmos ideais e princípios dominantes. Na apresentação que fazem de *Zumbidos* (1880), os seus redactores são claros na afirmação dos valores que defendem: "o nosso critério é todo moderno, todo oposto ao carácter metafísico das ficções que nos regem"<sup>(102)</sup>.

Aliás, não admira que assim aconteça. É que, um dos factores mais importantes para a congregação de um grupo era precisamente a postura ideológica e doutrinária dos seus elementos. Não foi certamente por mero acaso que Trindade Coelho nos diz que os literatos do Lusitano afinavam "todos pelo último figurino-positivistas"<sup>(103)</sup>.

Contudo, isto não significa que, por vezes, não houvesse desentendimentos e abandonos entre os membros do mesmo grupo. Com a facilidade com que um grupo se formava, podia também dissolver-se. Se, para alguns rapazes, a conclusão do curso podia ser motivo para afastamento, a dissolução de um grupo, na maior parte dos casos, passava por razões de dissidência e por dificuldades financeiras. Trindade Coelho, ao abandonar a direcção de *O Panorama Contemporaneo*, não deixa dúvidas quanto aos motivos que o levaram a isso. O seu desacordo com os restantes elementos deve-se, não só a questões de ordem financeira, mas também ao facto de estes "estarem absolutamente descontentes com a parte literária da publicação"<sup>(104)</sup>. Em vez de uma colaboração seleccionada, como pretendia Trindade Coelho, os seus companheiros "desejavam literatura amena coisa

---

(100) - *Revista Scientifica e Litteraria*, n.º 1, p. 2.

(101) - *Ob. cit.*, p. 41.

(102) - *Zumbidos*, n.º 1, Coimbra, Março de 1880, p. 7.

(103) - *In Illo Tempore*, p. 73.

(104) - Veja-se a declaração redigida e assinada por Trindade Coelho, em 29 de Janeiro de 1884, e publicada em *O Panorama Contemporaneo*, n.º 9, Coimbra, 15 de Abril de 1884.

leve, nada de massadas"<sup>(105)</sup>, porque pensavam que assim poderiam vender muito mais.

Para além das ideias e princípios dominantes, os vários membros de um grupo partilhavam também imagens que se transmitem de geração em geração. A imagem que a geração de Eça de Queirós nos dá da Universidade, dos seus lentes e do seu tipo de ensino é comum a vários outros grupos. Em 1906, na revista *A Troça*, Mário Monteiro, ao defender a criação de uma escola de Direito, em Lisboa, não deixava de criticar a Universidade, o seu tipo de ensino e o autoritarismo da maioria dos seus mestres. Em sua opinião, o que se ensinava na Universidade de Coimbra, sobretudo na Faculdade de Direito, era de uma "absoluta inutilidade" e muitos dos seus professores não passavam de "senhores feudais cujas insígnias só têm um valor olímpico até à gare da estação do caminho de ferro pois que, daí para lá, ninguém os conhece, nem são capazes de inspirar terror"<sup>(106)</sup>.

Embora não tão contundente, certamente em virtude das reformas que a República foi introduzindo, esta mesma imagem de crítica é ainda visível em 1923, sobretudo no que se refere às relações professor-aluno. Um jornal académico constatava que "a velha Universidade nada tem progredido, no sentido de uma mais íntima harmonia entre o professor, gravíssimo na sua cátedra inacessível, e o aluno, submisso, pouco à vontade, guardado a distância, na carteira fria e agressiva"<sup>(107)</sup>.

Um outro exemplo da partilha de imagens e metáforas no seio de um grupo pode ver-se na revista *A Rajada*. Poetas como Afonso Duarte, Mário Beirão, Augusto Casimiro ou Marques dos Santos retomam temas, imagens e metáforas que eram muito do gosto dos poetas decadentistas do final do século. O gosto pelo sombrio (crepúsculo, noite, alvorecer), pelas cores (ouro, violeta, roxo), pelo maravilhoso (duendes, bruxas, magos), pela música (o ruído das ondas do mar) e pelas metáforas (um vitral a dar a ideia de Natureza; uma floresta a de um templo) são alguns dos motivos comuns a estes poetas. Afonso Duarte, no poema "Tragédia do Sol-posto", mostra-nos bem a sedução pelas cores do lusco-fusco e a figura do vitral:

---

<sup>(105)</sup> - *Idem*.

<sup>(106)</sup> - *A Troça*, n.º 1, Coimbra, Novembro de 1906, pp. 6-7.

<sup>(107)</sup> - *A Academia*, n.º 12, Coimbra, 20 de Maio de 1923, p. 1.

“Já às manchas de côr sobre os casaes  
O Sol, poente em praia, a tanta milha,  
- Oh que soberba e estranha maravilha -  
Deita as demãos aos últimos vitraes!”<sup>(108)</sup>.

Um outro estímulo para a produção em grupo pode passar pelo lançamento de inquéritos que algumas publicações promovem. Atendendo às divergências que, em 1912, se verificavam no seio da Academia quanto ao uso ou não da capa e batina, a revista *A Rajada* anunciava, junto dos “mais ilustres artistas e homens de letras”, um inquérito sobre os trajes académicos, propondo-se “inserir no seu 2.º número as opiniões...”<sup>(109)</sup>.

Outro dos mecanismos que a produção colectiva pressupõe são os fenómenos de “correção e censura”, os quais têm, normalmente, muito a ver com o tipo de formação ideológica dos autores e ainda com a doutrina que a publicação pretende divulgar. Estes fenómenos são evidentes nas recensões críticas que as publicações de tendência fazem dos livros. É interessante verificar que neste tipo de publicações, de uma maneira geral, só eram recenseadas obras de autores ideologicamente próximos. Um bom exemplo é o que se passa no jornal *Pátria*, órgão do Centro Republicano Académico. Nos seus 12 números, faz apenas a recensão crítica a duas obras: *O Fim da Monarchia* da autoria de Alfredo Pimenta e *Da Monarchia para a Republica* de Bernardino Machado<sup>(110)</sup>.

Finalmente, um último aspecto da produção em grupo é o que se relaciona com a “mútua formação ideológica e doutrinária”. A revista *Estudos* é bem o exemplo de uma publicação com um importante papel de formação e doutrinação. Orientada, segundo as palavras dos seus directores, para “trabalhar no campo católico, e só nele”<sup>(111)</sup>, procurava dar uma formação católica aos seus membros e leitores. Esta formação passava, não só por um certo tipo de catequese, bem evidente nos múltiplos artigos que a compõem, mas também por uma informação bibliográfica e um aconselhar de leituras devidamente seleccionadas. Abranches Martins, na rubrica “Das

---

<sup>(108)</sup> - *A Rajada*, Número especial, p. 20.

<sup>(109)</sup> - *A Rajada*, n.º 1, Coimbra, 1 de Março de 1912, p. 32.

<sup>(110)</sup> - *Patna*, n.ºs 4 e 5, Coimbra, 9 e 16 de Abril de 1906.

<sup>(111)</sup> - *Estudos*, Ano I, Número 1, Coimbra, Maio de 1922, p. 2.

ideias e dos Livros", ao referir-se ao livro de Gonçalves Cerejeira, *A Igreja e o pensamento Contemporâneo*, afirmava ser "um daqueles que têm direito a ocupar um dos primeiros lugares na estante do católico que precisa de saber a razão da sua fé"<sup>(112)</sup>.

#### 4. SOCIOLOGIA DA RECEPÇÃO

##### 4.1. A falta de cultura e o desinteresse do público

À partida, toda a publicação é um produto de consumo e, nesta qualidade, destina-se a entrar num circuito de comercialização onde, depois, o público vai exercer as suas preferências. Com uma ou outra excepção, as publicações periódicas estudantis não fogem a esta regra<sup>(113)</sup>. Assim, falar das condições de recepção mais não significa que tentar inquirir sobre o interesse ou desinteresse com que as publicações estudantis eram acolhidas pelo público.

A avaliar apenas pela variedade e pelo número de periódicos que a Academia de Coimbra editou, entre 1880 e os finais da 1.<sup>a</sup> República, poder-se-ia pensar que, em Portugal, o ambiente era propício ao lançamento de

---

<sup>(112)</sup> - *Estudos*, Ano III, n.ºs 27 e 28, Coimbra, Julho e Agosto, 1924, p. 226. Fazendo uma certa publicidade da revista italiana *Gregorianum* (Revista Trimestral sobre assuntos teológicos e filosóficos - Roma - Universidade Gregoriana), dizem-nos os *Estudos*: "Esta soberba revista italiana, que há meses começou a dar-nos a honra da sua visita, é verdadeiramente uma revista de mestres consumados no campo católico europeu, e nisto vai o seu melhor elogio... Chamamos a atenção dos sócios do CADC principalmente para a secção "Recensiones", e sobretudo para o "Conspectus bibliographici", escrito em francês, e onde se faz com mão de mestre, apreciação a muitas obras do máximo interesse para estudantes católicos" (*Estudos*, Ano IV, n.ºs 47 e 48, Coimbra, Março e Abril de 1926, pp. 1079-80).

<sup>(113)</sup> - De uma maneira geral, quase todas as publicações estudantis entravam no circuito do mercado. Apenas uma, *Vida Nova* (1922-23), Boletim da Associação Cristã dos Estudantes, era distribuída gratuitamente. Embora nem todas tivessem fixado o seu preço de venda ao público, como por exemplo *Preito Académico* (1888) e *Aldeia Portuguesa* (1919), poder-se-á admitir que eram vendidas pelo preço que cada comprador quisesse dar. No caso de *Preito Académico* sabemos, por uma notícia inserta na própria publicação, que "o produto líquido da venda... reverterá em favor dos pobres mais necessitados da Freguesia do Sr. Joaquim Martins de Carvalho" (*Preito Académico*, número único, Coimbra, 19 de Novembro de 1888).



jornais e revistas, apesar de a taxa de analfabetismo, em 1926, rondar ainda os 61%, na população com idade superior a 7 anos<sup>(114)</sup>.

A realidade é, porém, muito diferente, quando vistas as coisas mais de perto. Assim, se tivermos em conta os editoriais e as notas de apresentação dos diferentes periódicos, a conclusão que se extrai é a de que, no nosso país, o terreno não era nada convidativo ao lançamento de publicações. Embora a maior parte das publicações estudantis não façam grandes referências às dificuldades que as leis da censura, vigentes nos finais do século XIX e princípios do XX, impunham à vida dos periódicos<sup>(115)</sup>, é interessante anotar, desde já, que, logo à partida, os autores das próprias publicações tinham plena consciência da pouca receptividade e até de alguma hostilidade que as mesmas iriam ter junto do público. São inúmeros os exemplos a este respeito. Em 1911, o *Irreverente*, ao lançar a questão do seu acolhimento no público, diz-nos o seguinte: "Será bem recebido do público? Não o sabemos nem isso nos surpreende porque conhecemos regularmente a sociedade, agarrada aos seus ídolos, não encarando seriamente os problemas da vida social que mais os deviam preocupar sem o mínimo esforço de emancipação... O novo jornal terá amanhã de lutar contra as malquerenças dos que tudo querem inutilizar..."<sup>(116)</sup>.

Acentuando a indiferença que o público, inclusivé o académico, manifestava pelas questões da cultura, em 1925, esta mesma ideia era testemunhada por Vitorino Nemésio, no prólogo que então escreveu para a apresentação de *Humanidade*: "Nasce com boas esperanças e se morrer quase de certeza morrerá com elas... Não que a coragem nos falte em seguir um caminho, ou que a vontade se quebre ao menor choque... mas tão pouco risonha se nos apresenta a atmosfera académica, tão desfavorável à propaganda e estudo de qualquer coisa útil, que todos os pressentimentos, os mais desfavoráveis, são de aceitar... Neste nosso meio as questões não precisam, em geral, de luta para morrer, acabam de inanição, entre um encolher de ombros e um bocêjo"<sup>(117)</sup>.

---

<sup>(114)</sup> - Joaquim Ferreira Gomes, *Novos Estudos de História e de Pedagogia...*, p. 31.

<sup>(115)</sup> - Cfr. José Tengarrinha, *História da imprensa periódica portuguesa*, 2.<sup>a</sup> edição..., pp. 245-59.

<sup>(116)</sup> - *Irreverente*, número 1, Coimbra, 26 de Novembro de 1911, p. 1.

<sup>(117)</sup> - *Humanidade*, n.º 1, Coimbra, 15 de Março de 1925, pp. 1-2.

Embora cheios de entusiasmo, os estudantes também não desconheciam que o caminho que as suas publicações iam encontrar pela frente não era um trilho de fácil percurso. O pouco e fraco acolhimento que o público lhes dava, reflectia-se, não só a nível das dificuldades financeiras, mas também nos vaticínios pouco animadores que, à partida, a maior parte dos responsáveis pelas publicações faziam quanto à duração de um novo periódico. Nesta matéria, os rapazes de *Bohemia Nova* não escondiam as suas apreensões ao afirmarem: "É escusado dizer, por último, que contamos alongar a nossa vida um pouco além do trimestre fatídico"<sup>(118)</sup>. Este mesmo sentimento de vida efémera está igualmente presente no lançamento que Joaquim Gomes, Lopes de Oliveira e Marques dos Santos fazem da revista *Hoje*, quando escrevem: "Este o destino que breve, talvez, nos aguarda..."<sup>(119)</sup>.

Pese embora o facto de uma ou outra publicação ter tido um melhor acolhimento por parte do público como foi, por exemplo, o caso de *Zumbidos*<sup>(120)</sup>, de uma maneira geral, a grande maioria das publicações estudantis são unânimes em considerar que, em Portugal, não existiam condições de recepção favoráveis ao lançamento de jornais e revistas.

Estas mesmas publicações reconheciam, igualmente, que Portugal, em matéria de cultura, era um país bastante atrasado. *Echos da Mocidade*, por exemplo, não só certificava que "o número de analfabetos é grande", mas também que "de toda a parte, e agora mais que nunca, surgem protestos contra o estado de atraso do nosso povo"<sup>(121)</sup>. No sentido de ir colmatando esta realidade, à semelhança de outras, o aparecimento de *Estrella Académica*, segundo as palavras dos seus autores, mais não visava do que "romper o véu de obscuridade em que uma grande parte do núcleo social está mergulhado"<sup>(122)</sup>.

Na perspectiva estudantil, o facto de no nosso país não existirem condições para o lançamento de jornais e revistas deve-se, não só ao

<sup>(118)</sup> - *Bohemia Nova*, n.º 1, p. 1.

<sup>(119)</sup> - *Hoje*, n.º 1, Coimbra, Typ e Lit. Minerva Central, 1898, p. 1.

<sup>(120)</sup> - "Não queremos fechar este livrinho sem agradecermos a benévola acolhida com que foi recebido o primeiro número dos *Zumbidos*. Encontrámos no público uma animadora benignidade, e da parte da imprensa um recebimento cordial" (*Zumbidos*, n.º 2, Coimbra, Imprensa Litteraria, 1880, p. 79).

<sup>(121)</sup> - *Echos da Mocidade*, n.º 1, Coimbra, 10 de Fevereiro de 1906, p. 1.

<sup>(122)</sup> - *Estrella Académica*, n.º 1, Coimbra, 15 de Outubro de 1902, p. 1.

desinteresse que o público manifesta por estas questões, mas sobretudo à grande falta de informação e de cultura.

Esta questão remete-nos para uma outra, que é a de procurar saber qual o tipo de público leitor e de leituras das publicações estudantis. Infelizmente, apesar de alguns periódicos anunciarem que iriam publicar a lista dos seus assinantes, nenhum o fez, pelo que não dispomos de dados estatísticos que nos permitam fazer uma triagem e extrair conclusões credíveis. Por outro lado ainda, a grande maioria das publicações não indicam o número das suas tiragens<sup>(123)</sup>. Sabemos, isso sim, que a maior parte destas publicações se vendiam, essencialmente, em Coimbra, em locais determinados. Algumas, também, em Lisboa e no Porto e numa ou outra cidade de província.

Se tivermos em conta os locais de venda, e comparando os jornais com as revistas, de uma maneira geral, constatamos que aqueles eram vendidos em tabacarias, quiosques, cafés e papelarias, isto é, locais de consumo bastante populares<sup>(124)</sup>. O mesmo já não acontecia com revistas, sobretudo as de carácter literário, que se vendiam, essencialmente, em livrarias e outros locais mais reservados, pelo que o seu círculo de propagação era, fundamentalmente, o mundo e o meio literários<sup>(125)</sup>.

Dada a grande variedade de publicações, certamente nem todas usufruíam do mesmo tipo de público e de leitura. Parece não restarem dúvidas de que os periódicos de carácter literário e artístico eram aqueles que tinham um público mais reduzido. A comprová-lo, entre outras, está *Arte & Vida* quando refere: "Ao restrito público que, em Portugal, se interessa por coisas literárias e artísticas vimos anunciar o aparecimento

---

(123) - Conhecemos apenas a tiragem que duas revistas tiveram. São elas: *Pavões* (1904) com 1 000 exemplares e *A Troça* (1906) com 2 000. De salientar também que enquanto a primeira se vendia, exclusivamente, em Coimbra, a segunda era vendida, avulso, em Lisboa, Porto e Coimbra.

(124) - A título de mero exemplo diremos que *Coimbra em Falda* (1883) se vendia: em Lisboa, no Café Montanha; no Porto, na Papelaria de João Vieira Rebelo e em Coimbra, na Livraria Popular. O jornal *Patria* (1906) vendia-se: em Lisboa, na Tabacaria Mónaco; no Porto, no Kiosque da Praça D. Pedro; em Braga, no Kiosque Gonçalves e em Coimbra, na Tabacaria Transmontana.

(125) - *Arte & Vida*, por exemplo, vendia-se em Coimbra, na Livraria Académica. Os representantes de *Hoje* eram: em Lisboa, Alfredo Serrano, redactor da *Nação*; no Porto, Paulo Osório, director da *Alvorada* e, em Viana do Castelo, Júlio de Lemos, director da *Myosotis*.

de uma nova revista"<sup>(126)</sup>. A avaliar ainda por algumas publicações como *Gondola* (1897), *Hoje* (1898), *A Revista Litteraria* (1899) e *Icaro* (1919), para se citarem apenas algumas, este público, para além de Coimbra, centrava-se, fundamentalmente, em Lisboa e no Porto e só mais raramente em cidades de província como Viana do Castelo e Leiria. Tratava-se, certamente, de um público restrito e de gente ilustrada que fazia um tipo de leitura especializada. Segundo Robert Escarpit, este público seria constituído pelas "pessoas que receberam uma formação intelectual e uma educação estética suficientemente aperfeiçoada para lhes permitir um juízo literário pessoal, tendo tempo para ler e dispondo de recursos que permitam a compra de livros"<sup>(127)</sup>.

Com um público relativamente culto, mas possivelmente mais vasto e mais heterogéneo, estão as publicações doutrinárias e culturais. Citamos, a título de exemplo, *O Panorama Contemporaneo*, jornal de carácter cultural, que, como já referimos, tinha correspondentes e vendas em várias localidades do país. O tipo de leitura destas publicações era já diferente das anteriores. Se as publicações doutrinárias podiam ter um público de certa maneira culto e o seu tipo de leitura era uma "leitura de solidariedade", já as de índole cultural, porque, possivelmente, com público mais diversificado<sup>(128)</sup>, podiam ter, não só uma leitura especializada, mas também de serão ou de mesa de cabeceira. É Trindade Coelho quem o refere, ao escrever em *O Panorama Contemporaneo* "E inverno além, meu

---

<sup>(126)</sup> - *Arte & Vida*, n.º 1, Coimbra, Novembro de 1904, p. 3.

<sup>(127)</sup> - Robert Escarpit, *Sociologia da Literatura*, tradução portuguesa de Anabela Monteiro e Carlos Alberto Nunes, Lisboa, Arcádia, 1969, p. 125.

<sup>(128)</sup> - Uma das poucas referências que encontramos diz respeito à revista *Zumbidos*. Trata-se de uma carta que a redacção da revista recebeu, mas que não publicou por falta de espaço, de um tal Francisco Soares Moita, que se dizia sapateiro, e onde solicitava o envio de um exemplar da publicação. Atendendo ao tipo de publicação que é *Zumbidos*, uma revista de carácter cultural, parece-nos um pouco estranho que um simples artífice venha procurar um periódico deste género. Aliás, esta admiração é comentada pelos próprios autores de *Zumbidos*, em tom de ironia, nos seguintes termos: "Revela, porém, a carta uma compreensão científica tão nítida e tão segura do nosso momento histórico, e vem tão isenta de exaltados jacobinismos peculiares a todos os operários ainda os mais ilustrados, que hesitamos em acreditar que o Senhor Moita seja com efeito um sapateiro perfeitamente autêntico... Pedia-nos os *Zumbidos* o Senhor Moita. Já lhos enviamos. Folgamos muito em ter leitores inteligentes-ricos ou não" (*Zumbidos*, n.º 2..., pp. 79-80).

amigo, receberás com toda a regularidade a nossa visita quinzenal, ser-te-hão menos longas as noites e mais suportável o tédio da estação quando, com o nosso jornal entre mãos, bem comodamente recostado e entre as delícias de um *brevia*, tu nos leres *au coin du feu*, sentindo crepitar no fogão a lenha esbrazeada..."<sup>(129)</sup>.

Já muito diferente seria o público que lia as publicações de carácter exclusivamente humorístico. Dado o tipo de conteúdos (essencialmente universitários e estudantis), a própria linguagem utilizada (satírica e irreverente), os fins em vista (ridicularizar todo o mundo académico) e os locais de venda (essencialmente em Coimbra) é bem possível que estas publicações, porque "sui generis", fossem lidas quase e exclusivamente por estudantes e em Coimbra. A este propósito e apenas como testemunho documental, podemos referir que, em 1904, frequentavam a Universidade de Coimbra 920 estudantes e que, nesse mesmo ano, saiu a lume a revista *Pavões* que teve uma tiragem de 1 000 exemplares, pouco mais que o número de alunos. Este tipo de leitura seria mais uma leitura de recreação, de divertimento, uma maneira de ajudar a passar o tempo.

Relativamente às publicações de homenagem e comemoração, porque produtos do mesmo meio, é natural que a situação não fosse muito diferente da que acabamos de descrever.

Parece-nos ser possível concluir que, se certas publicações, porque tratando de assuntos mais variados, podiam atrair um público mais diversificado, com leituras diferenciadas, já outras disfrutavam de uma audiência bastante mais específica e com leituras mais próprias. Porém, quase todas elas estão de acordo num ponto - em considerar que as condições de recepção não são as mais favoráveis, em virtude do desinteresse do público. Por isso, algumas, cheias de fé, apelavam à sua benevolência, ao seu bom senso e à sua colaboração. De entre vários, citamos os dizeres de *Album de Coimbra*, quando escrevia: "Vamos para o nosso meio confiados na benevolência daqueles que sabendo sentir, poderão facilmente aquilatar do fim que nos propusemos..."<sup>(130)</sup>.

---

(129) - *O Panorama Contemporanea*, n.º 1, Coimbra, 1 de Novembro de 1883, pp. 3-4.

(130) - *Album de Coimbra*, n.º 1, Coimbra, 10 de Março de 1908, p. 1. Com espírito idêntico, em 1920, um outro periódico escrevia: "A Academia vai ter n' A Tradição o porta-

#### 4. 2. Preencher uma lacuna

A par da falta de cultura e do desinteresse do público, um outro aspecto relativo à sociologia da recepção e que a leitura dos editoriais e notas de apresentação de alguns periódicos nos revela é o de publicações virem preencher uma lacuna. Foi o caso de *Bohemia Nova*. Alberto de Oliveira, seu redactor principal, escrevia a este propósito: "Da *Bohemia Nova* pode dizer-se o que se diz em todas as apresentações de gazetas: vem a preencher uma lacuna. A razão é porque, no momento actual, não há em Coimbra um único jornal académico"<sup>(131)</sup>.

Também o *Jornal dos Estudantes* (1896) insistia na ideia de que era preciso preencher um vazio. Segundo as palavras dos seus redactores, este jornal era fundado, para "suprir uma enorme lacuna aberta na vida académica portuguesa"<sup>(132)</sup>. Constatando a crise moral em que a Pátria vivia e invocando o passado da Academia, o peso e o contributo da sua forte tradição cultural, os autores deste periódico reconheciam que, ao tempo, a vida intelectual dos estudantes de Coimbra era, não só bastante diminuta, mas sobretudo que em nada estava a contribuir para a reforma e elevação moral e cultural do país. Por isso, havia que dar outro rumo às coisa, já que "À Academia portuguesa cumpre, agora mais que nunca, o imperioso e sacratissimo dever de, novamente, vir ocupar o seu posto, pronta sempre e entranhadamente dedicar-se, pela imprensa..., em prol dessa árdua mas salubérrima transformação dos caracteres nacionais"<sup>(133)</sup>.

Já bem mais perto de nós, também o jornal *A Academia* (1923) se referia à falta de um periódico puramente académico, defensor dos interesses, da união e das tradições académicas. Convidando todos os estudantes a associarem-se a este projecto, o seu aparecimento justificava-se plenamente no propósito de "preencher esta lamentável lacuna"<sup>(134)</sup>,

---

-voz dos seus desejos e aspirações, e se conseguir dos nossos colegas, que assim o acolham e auxiliem com a sua colaboração inteligente, e conselhos eficazes e de rápida realização, teremos conseguido o nosso desideratum..." (*A Tradição*, Número especimen, Coimbra, 7 de Março de 1920, p. IV).

<sup>(131)</sup> - *Bohemia Nova*, n.º 1, p. 1.

<sup>(132)</sup> - *Jornal dos Estudantes*, n.º 1, Coimbra, 10 de Fevereiro de 1896, p. 1.

<sup>(133)</sup> - *Idem*, p. 1.

<sup>(134)</sup> - *A Academia*, n.º 1, Coimbra, 25 de Janeiro de 1923, p. 1.

Mas outras publicações não se ficavam por aqui. Atendendo ao marasmo cultural e ao estado de decadência intelectual em que o país e a Academia se encontravam, periódicos houve que, fazendo um apelo ao bom senso do público, acreditavam igualmente "preencher uma lacuna", ao romperem com essa situação de indiferença e de apatia. Eram estes os propósitos de *Risos Lisos* na crítica e no combate que faziam à cultura vigente. Segundo Joaquim Gomes, José Tomás da Fonseca e Lopes de Oliveira, esta cultura não servia, uma vez que não ia "além das verrinas um pouco mazorras, de sedições, das discussões políticas, onde o jornalista Pedro se ri do jornalista Paulo e vice-versa, e dos mútuos elogios com que alguns literatinhos de cá se mimoseiam, e onde os adjectivos pomposos andam sempre às cavaleiras dos substântivos..."<sup>(135)</sup>.

Defendendo o espírito crítico, os autores desta revista, aos "arquitectos de contos desconchavados, flanando na arte por diversão"<sup>(136)</sup>, preferiam as análises de Camilo e Júlio Dinis; aos novos poetas, porque a sua "poesia vagueia sem norte, em ternas endêchas de amor, espreguiçando-se na fofa poltrona da inutilidade..."<sup>(137)</sup>, antepõem o lirismo de João de Deus e a alma revolucionária de Guerra Junqueiro e, em história, simpatizavam mais com Oliveira Martins do que com Pinheiro Chagas.

O marasmo cultural e a indiferença do público são igualmente evidenciados na crítica que faziam à figura do burguês, que é conservador e tradicionalista, mas que pretendiam cativar como seu leitor. A este respeito, Lopes de Oliveira escrevia: "Ter uma ideia, pensar? ! Mas isso não é para este século em que tudo para ti trabalha, em que o operário, o oprimido, o escravo te trazem tudo quanto te é necessário. E não hei-de, dizes tu, ter quem pense em meu lugar? Não tenho eu o Almanach das Senhoras, o Tesouro dos Namorados, e a Vida de Santa Engrácia, essas obras primas no viver social, no amor, na religião? Não tenho estes pensamentos já prontos, limados, preparados, agalanteados? Para que pensar? Olha, dandy-burguês, não serves para nada, não, e seria indisciplpável que nesse teu cérebro brotasse uma ideia"<sup>(138)</sup>.

---

<sup>(135)</sup> - *Risos Lisos*, Coimbra, 17 de Maio de 1897, p. 1.

<sup>(136)</sup> - *Idem*, p. 5.

<sup>(137)</sup> - *Idem*, p. 6.

<sup>(138)</sup> - *Idem*, p. 17.

### 4.3. A crítica

Um outro aspecto importante e que muito tem a ver com as condições de recepção é o que se prende com a crítica que os diferentes grupos e publicações faziam uns aos outros.

Este facto não passava despercebido à maior parte dos periódicos que, logo nos seus prólogos de apresentação, previam imensas dificuldades, nomeadamente as que se relacionavam com a maledicência e animadversão, uma vez que a crítica podia reflectir-se, não só no acolhimento da própria publicação, mas também constituir entrave ou dificultar a própria criação. Um bom testemunho a propósito deste partidarismo pode ler-se em *A Crítica*, quando escreve: "Prevemos dificuldades em seguir..., mas não nos importamos que o caminho se encrespe de abrolhos... Não trepidamos em face de uma hidra-oposição ou de uma censura soez que não valha o *almasso* da réplica. E, para remoques malignos arrancados pela calúnia e pela inveja... temos sorrisos de sarcasmo"<sup>(139)</sup>.

Como já referimos anteriormente, os diversos grupos eram, muitas vezes, rivais uns dos outros. Daí que fosse normal, entre a comunidade estudantil, as publicações dizerem mal umas das outras. Para além de uma certa rivalidade literária, costumam-se apontar como factores responsáveis por esta crítica, não só a vocação satírica estudantil, mas também uma certa oposição partidária e ainda a dificuldade em admitir êxitos em casa alheia. Trindade Coelho, que pertencia à tertúlia que frequentava o *Anda a Roda*, é claro nesta matéria, quando nos conta a sátira que os rapazes do *Lusitano* faziam às publicações dos seus adversários, mesmo sem as terem lido<sup>(140)</sup>.

Também o *Jornal dos Estudantes*, por exemplo, era julgado por um outro periódico, seu rival, nos seguintes termos: "Um jornal que toma a liberdade de se dizer órgão da Academia Portuguesa, apesar de ser mais reles que

<sup>(139)</sup> - *A Crítica*, n.º 1, Coimbra, Janeiro de 1888, p. 1.

<sup>(140)</sup> - "Uma vez vínhamos uns poucos do *Anda a Roda*... e, ao passarmos pelo *Lusitano*, ouvimos, muito acesa, a voz esganiçada do José Botelho a dizer coisas! Parámos à escuta... Esfarrapava a dentadas de mordacidade um artigo do *Panorama*, quando se ouve uma voz dizer de lá: - Eu ainda o não li. E como se cada um dos outros fosse um fonógrafo, repetiram todos a mesma coisa: - Eu ainda o não li. Espanto do José Botelho, que dessa vez teve a sua graça: *Pois eu também não!*" (*In Illo Tempore*..., p. 75).



os jornais de copiógrafo em que eu escrevia aos 12 anos no colégio, tratou de pôr as barbas de molho desde que viu as do vizinho a arder... De resto, tirando-se-lhe o Fausto, o que fica dos colaboradores assíduos não merece escrúpulos a quem precisar de ir à necessária..."<sup>(141)</sup>.

De igual modo, a rivalidade literária, porque assente em concepções diferentes, levou *Risos Lisos* a parodiar *Gondola*, nos seguintes versos:

"Porque sossobrou a *Gondola*,  
D'asneira no vasto mar:  
Tendo ella por gondoleiro  
O Boa - ventura A - guiar?"<sup>(142)</sup>.

Outras publicações apareciam como uma contestação trocista a outras anteriormente editadas. Estão neste caso, entre outras, *Nem Cá Nem Lá* (1889) e *Tripticozinho* (1924). Se a primeira trazia na bagagem, como os seus autores referem, "o telescópio com que iremos devassar o céu azul das aspirações dos *Insubmissos*, e o escafandro com que desceremos a sondar o *mare magnum* da ciência da *Bohemia Nova*"<sup>(143)</sup>, já a segunda, com o seu nome marcado pelo diminutivo, ridicularizava *Triptico* (1924).

Mas a crítica vinha também do exterior e de esferas que nada tinham a ver com a Academia. O jornal católico *Ordem*, em 1883, comentava assim o aparecimento de *Coimbra em Falda*: "*Coimbra em Falda* – Tal é o título dum novo jornal que começou a publicar-se nesta cidade... O dito jornal começa por ser simplesmente obsceno: há períodos que a decência pede que não sejam aqui transcritos"<sup>(144)</sup>.

Reconhecendo os malefícios da crítica, periódicos houve que defendiam ideias contrárias, isto é, faziam apelos à tolerância, à cooperação e ao diálogo entre todos. É o caso de *A Social*, quando referia: "Em nome da Paz, respeitamos César, se ele não abrir brechas, não provocar atritos; em nome

<sup>(141)</sup> - *Bofetadas*, n.º 2, Coimbra, 1896, pp. 30-31.

<sup>(142)</sup> - *Risos Lisos*..., p. 45. Em outro passo, esta mesma revista comentava assim o desaparecimento de *Gondola*: "A *Gondola* sossobrou. Diz-se por aí que foi para as profundas do Inferno substituir a barca de Charonte arruinada já por demasiado uso. Acabou bem, e graças a Deus sem utilidade futura para nós" (*Idem*, p. 48).

<sup>(143)</sup> - *Nem Cá Nem Lá*, n.º 1, Coimbra, Fevereiro de 1889, p. 1.

<sup>(144)</sup> - Apud *Coimbra em Falda*, n.º 2, Coimbra, 15 de Junho de 1883, p. 6.

da Justiça, somos eco dos oprimidos; em nome do Amor pedimos a estes prudência, àqueles bom senso e Fraternidade"<sup>(145)</sup>.

Idêntico convite para a colaboração e diálogo era expresso em *Humanidade*: "Mesmo qualquer de nós que sinta no espírito a ponta de bolor do cepticismo passará uma filosofia amável sobre a parte atacada e há-de mostrar que está puro de desenganos, tão puro que pode receber todos quantos cheguem..."<sup>(146)</sup>.

Seja como for, mesmo apesar destes apelos, poderemos concluir que as condições de lançamento de jornais e revistas, em Portugal, nem sempre foram as melhores. Pensamos não errar demasiado se dissermos que, no Portugal de hoje, o terreno, apesar de melhorado, continua a não ser muito propício ao lançamento de iniciativas deste género, mesmo tendo em conta o alargamento do público leitor, a existência de uma escolaridade obrigatória e a democratização do consumo.

## 5. A PRODUÇÃO E O CONSUMO

### 5.1. O problema financeiro

A maior parte dos periódicos de estudantes queixavam-se do pouco interesse que o público lhes dispensava, bem como das críticas que lhes eram movidas, para se concluir que, entre nós, não havia grandes condições para o lançamento de publicações.

A par destes problemas, outros existiam e não de menor importância. Estamos a referir-nos às dificuldades que se relacionam com a produção e a venda.

À semelhança de todas as publicações, também as estudantis são um produto de consumo e, como tal, dirigem-se a um circuito de mercado. Aqui, vão encontrar dificuldades, as quais era necessário ultrapassar, para irem sobrevivendo. Importa, por isso, averiguar, não só o tipo de problemas com que estas publicações se defrontavam, mas também saber das formas e estratégias que os seus responsáveis procuravam pôr em

(145) - *A Social*, n.º 1, Coimbra, 9 de Janeiro de 1897, p. 4.

(146) - *Humanidade*, n.º 1, Coimbra, 15 de Março de 1925, p. 1.

prática, para superarem os obstáculos e, simultaneamente, valorizarem o produto.

Quando qualquer grupo pensa lançar uma publicação, a primeira e principal questão que se lhe coloca é a do seu financiamento. Para os periódicos estudantis, este problema agudiza-se, na medida em que são publicações que têm que sobreviver por elas próprias, porque, em princípio, não dispõem de ajudas financeiras de qualquer organismo ou instituição, ao contrário do que acontece com outras publicações, nomeadamente as universitárias. Normalmente, quem suportava os custos da produção eram os grupos promotores e, sobretudo, os seus directores. Eram estes quem, muitas vezes, tinham de proceder a pagamentos adiantados, para que o seu jornal ou revista saísse a público, porque os tipógrafos, receando o "calote", nem sequer esperavam pela efectivação das vendas como forma de realizar o dinheiro. Assim aconteceu com o jornal *Porta Férrea*, no tempo de Trindade Coelho<sup>(147)</sup>.

Já mais perto de nós, em 1924, o corpo redactorial de *Via Latina* não escondia este tipo de problemas, ao escrever: "A ideia desta revista nasceu da aspiração dum grupo restrito de rapazes. Esse grupo arrastou com dificuldades de ordem material, inevitáveis numa empresa desta natureza"<sup>(148)</sup>.

Referindo-se às inúmeras dificuldades por que estas publicações passavam, nomeadamente às de tipo financeiro e à má administração de que muitas eram vítimas, em 1889, um periódico estudantil comentava: "De toda a enorme quantidade de publicações literárias que têm existido em Coimbra, nestes dez anos últimos, a única que tinha as condições indispensáveis de vitalidade foi a *Evolução* - as outras morrem necessariamente à nascença, ou arrastam uma vida miserável até que as leva num último acesso, a epilepsia financeira da administração"<sup>(149)</sup>.

Por vezes, as dificuldades financeiras em alguns periódicos eram de tal ordem que estes chegavam mesmo a marcar dia, para receberem a importância das suas assinaturas. Assim aconteceu, por exemplo, com *A Academia*, em 1897. Tendo saído o seu primeiro número, em 14 de Janeiro,

<sup>(147)</sup> - Veja-se a nota n.º 48.

<sup>(148)</sup> - *Via Latina*, n.º 1, Maio de MCMXXIV, p. 1.

<sup>(149)</sup> - *Nem Có Nem Lá*, n.º 2, Coimbra, 18 de Março de 1889, p. 10.

os seus assinantes, para receberem o número seguinte, teriam que liquidar as suas assinaturas até ao dia 20 do mesmo mês<sup>(150)</sup>.

Outras vezes, este tipo de dificuldades reflectia-se no próprio grupo promotor que começava por se desmembrar. É ainda Trindade Coelho quem, relativamente ao *Porta Férrea*, nos conta que, algumas vezes, tendo ele de disponibilizar a verba necessária para a saída do jornal, a partir de certa altura, resolveu sair, porque "não podia com tanta glória por semelhante preço! Deixei, pois, a redacção efectiva, que implicava atrozmente com a minha bolsa, quando o jornal ia no seu número 11"<sup>(151)</sup>.

Como forma de fazer face às dificuldades económicas, muitos periódicos vieram a optar por inserir nas suas páginas alguma publicidade<sup>(152)</sup>. Assim, enquanto uns como *Alvorada* (1918), *A Academia* (1923) e *Bysancio* (1923) propagandeavam, indiferentemente, livrarias, companhias de seguro, tabacarias, mercearias, agências bancárias, drogarias, lojas de fazenda e casas de fotografias, já outras como *Azagaia* (1891) e *Irreverente* (1911) se ficavam por tipografias e papelarias, para *Arte & Vida* (1904) e *Piparotes* (1912) fazerem apenas publicidade de âmbito cultural a livros e livrarias.

Uma outra maneira de sustentar economicamente uma publicação era o recurso a assinaturas. Embora em formas variadas, de uma maneira geral, quase todas as publicações estudantis adoptaram este processo, juntamente com a possibilidade de a venda se fazer também avulso. Assim, se em muitas publicações o público leitor podia optar por um modelo de assinatura mensal, trimestral, semestral ou anual, já outras utilizavam estratégias diferentes. O jornal *A Evolução* (1881), por exemplo, podia ser assinado, em série de 15 números, pelo preço de 300 réis. O mesmo acontecia com *Pátria*

---

<sup>(150)</sup> - "Igualmente rogamos aos nossos prezados assinantes a fineza de nos satisfazerem a importância dos seus débitos até ao dia 20 do corrente, afim de não sofrerem interrupção na remessa da nossa revista" (*A Academia*, n.º 1, Coimbra, 14 de Janeiro de 1897, p. 4). No mesmo sentido ia o apelo de *A Miniatura*: "Pedimos o obséquio de pagarem o mais depressa possível, pois que, no caso contrário, não poderão continuar a receber..." (*A Miniatura*, n.º 11, Coimbra, 11 de Fevereiro de 1897, p. 16).

<sup>(151)</sup> - *In Illo Tempore...*, p. 79.

<sup>(152)</sup> - Logo no frontispício ao n.º 1, *O Panorama Contemporaneo* fazia saber que, em termos de publicidade, uma linha de cada anúncio custava 20 réis. Também o jornal *Humanidade* podia fazer publicidade, mas "mediante acordo particular" (*Humanidade*, n.º 1, Coimbra, 15 de Março de 1925, p. 1).

(1906) e a revista *Bysancio* que, por 200 réis e 7\$00, havia direito a uma série de 16 e 6 números, respectivamente.

Outras, à semelhança de *Revista Livre* (1902), faziam o envio à cobrança e consideravam como seus assinantes todas aquelas pessoas a quem fosse enviado o 1.º número e não o devolvessem<sup>(153)</sup>.

Como estratégias para uma melhor venda, para além da sua assinatura anual, a qual devia ser paga com a entrega do 1.º número, *O Panorama Contemporaneo* não só aceitava "correspondentes em todas as terras com a percentagem de 20% ou com um número grátis por cada cinco assinaturas pagas adiantadamente", como também "no fim de cada ano a empresa (distribuía) a cada assinante um frontispício impresso a cores e o respectivo índice do volume"<sup>(154)</sup>.

No entanto, publicações havia também que, em vez de assinaturas, preferiam somente a venda avulso. Estão neste caso, entre outras, *Zumbidos* (1880), *Insolências* (1894), *Pavões* (1904), *A Troça* (1906) e *Icaro* (1919). Embora muitas destas publicações tivessem mantido um preço fixo de venda, já outras o variavam de número para número. Foi o que aconteceu com *Icaro* que tendo vendido o 1.º e 2.º números a 250 réis cada, já o 3.º custava 300 réis, em virtude, segundo os seus autores, do número de páginas ser maior<sup>(155)</sup>.

## 5. 2. A repressão sobre a imprensa

Um outro obstáculo com que as publicações periódicas estudantis se podiam ter debatido, pelo menos até à implantação da República, era com as leis da imprensa que os sucessivos governos monárquicos foram decretando, entre 1880 e 1910. Sobre esta matéria, a grande maioria das

---

<sup>(153)</sup> - O mesmo acontecia com o jornal *A Crítica* que, na última página e na rubrica "Expediente" anunciava: "Todas as pessoas a quem enviamos o jornal são consideradas assinantes, desde que o não tenham devolvido até à publicação do segundo número" (*A Crítica*, n.º 1, Janeiro de 1888).

<sup>(154)</sup> - *O Panorama Contemporaneo*, frontispício ao n.º 1.

<sup>(155)</sup> - "Fomos obrigados a elevar o preço deste número por motivo do aumento de páginas" (*Icaro*, n.º 3, Coimbra, Janeiro de 1920, p. 89).

publicações estudantis não faz grandes referências, admitindo-se, portanto, que não teriam sido grandemente afectadas. Apenas os jornais ligados à área republicana, certamente por motivos de propaganda e luta política, se insurgem contra elas. Com o objectivo claro e expresso de atacar e criticar os estudantes monárquicos, a quem chamavam "os parasitas do estado, os percevejos do tesouro"<sup>(156)</sup>, em 1891, saía a público o jornal *Azagaia*. Esperando uma resposta daqueles estudantes, este mesmo jornal comentava: "Que venham: nós cá estamos. Eles têm a seu lado a lei das rolhas, a polícia, o governador civil e o Ferrão. Tudo isso é contra nós"<sup>(157)</sup>.

Reconhecendo a falta de ilustração e de cultura do povo português, em 1894, à boa maneira republicana, Sá Couto, em artigo intitulado "A maré sobe", diz-nos que era seu desejo "despertar o Povo, arrancá-lo ao sono apático em que há muito vive..."<sup>(158)</sup>. Porém, não o podia fazer através de uma escrita de fogo, como gostaria, porque as leis de imprensa vigentes não lho permitiam. Numa clara alusão à repressão que então se exercia sobre a imprensa, segundo as suas próprias palavras, os entraves vinham, não só do "cego furor do penteado e esguio João Franco", mas também das "patibulares fanfarronices dos *corregedores* e ainda, porque "acolá em baixo, junto à Igreja de Santa Cruz, uivam sinistramente, sinistramente ululam os *ferros de El-Rei*"<sup>(159)</sup>.

Em 1896, o jornal *Portugal*, órgão dos estudantes republicanos, protestava assim contra o decreto de 13 de Fevereiro do mesmo ano: "O último decreto que amordaçou a imprensa e lançou as bases de uma pavorosa, não devia surpreender ninguém; porque a orientação eminentemente reaccionária da política governamental filia-se no velho plano de restauração absolutista"<sup>(160)</sup>. Nesta matéria, este periódico republicano não se ficou por aqui. No seu n.º 9, por exemplo, em editorial intitulado "Lucta legal", denunciava, não só a acção negativa dos governos monárquicos, como também propagandeava o protesto que a imprensa de Lisboa havia distribuído ao país "contra as prepotências do rei e dos seus áulicos...", acabando por convidar o povo à

(156) - *Azagaia*, 1.º Fascículo, Coimbra, Dezembro de 1891, p. 8.

(157) - *Idem*, pp. 5-6. (O itálico é nosso).

(158) - *O Raio*, n.º 1, Coimbra, Typographia Operaria, 1894, p. 25.

(159) - *Idem*, p. 25.

(160) - *Portugal*, n.º 1, Coimbra, 14 de Abril de 1896, p. 3.

revolta, uma vez que "à ilegalidade do poder é preciso opor a legalidade da Revolução"<sup>(161)</sup>. Esta forte crítica ao regime teve como consequência a apreensão pelas autoridades deste número do jornal<sup>(162)</sup>.

Apesar dos protestos da imprensa, o governo continuou a decretar medidas contra a liberdade de imprensa. Em 17 de Abril de 1901, era o juiz Veiga quem alertava os jornais de que "à mais leve falta de respeito a Sua Santidade, bem como à religião do Estado"<sup>(163)</sup>, actuava. O decreto de 19 de Setembro de 1902<sup>(164)</sup> veio permitir que este mesmo magistrado exercesse uma acção persecutória sobre todos os jornais e em todo o país.

Dada a actuação do juiz Veiga, em 1906, também o periódico republicano *Pátria*, órgão do Centro Republicano Académico, lhe fazia uma forte crítica, chamando-o "espeque da monarquia portuguesa"<sup>(165)</sup>.

A título conclusivo, poderemos dizer que, se a grande maioria das publicações estudantis, dada a sua tipologia, não tiveram problemas com as malhas do poder, já outras, as de tendência republicana, encontraram aqui algumas dificuldades. A testemunhá-lo, para além da apreensão que foi feita ao jornal *Portugal*, o qual não viria a passar do seu número 10, está também a suspensão, logo ao primeiro número, de *O Ultimatum* (1890), em virtude de divulgar ideias contrárias ao poder instituído e não estar devidamente legalizado<sup>(166)</sup>.

---

<sup>(161)</sup> - *Portugal*, n.º 9, Coimbra, 27 de Junho de 1896, p. 1.

<sup>(162)</sup> - Logo no número seguinte, em letras gordas e a abranger toda a primeira página, denunciavam este acto: "A mais torpe e indigna das violências! Querelados e roubados! Às ordens da realza os malsins assalariados apreenderam-nos o n.º 9 do nosso jornal..." (*Portugal*, n.º 10, Coimbra, 7 de Julho de 1896, p. 1). Contra situações como esta, em 1897, manifestava-se, em Coimbra, Joaquim Martins de Carvalho ao escrever: "sem processo nem sentença apreende a polícia os periódicos e anula toda a liberdade da manifestação do pensamento. Por esta forma a imprensa não pode publicar senão o que fôr da vontade dos poderes públicos e dos seus agentes da polícia" (*O Conimbricense*, 20 de Julho de 1897).

<sup>(163)</sup> - Apud José Tengarrinha, *ob. cit.*, p. 254.

<sup>(164)</sup> - *Diário do Governo*, n.º 214, de 23 de Setembro de 1902.

<sup>(165)</sup> - *Pátria*, n.º 5, Coimbra, 16 de Abril de 1906, p. 3.

<sup>(166)</sup> - É na própria sentença que condenou António José de Almeida a 3 meses de prisão e Pedro Augusto Cardoso, proprietário e administrador da Tipografia Operária, local onde *O Ultimatum* foi impresso, a trinta dias de multa a duzentos réis por dia, que se declara a suspensão do periódico *O Ultimatum*, porque "até aquela data não tinha sido apresentada na Secretaria da Delegação da Procuradoria Régia nesta comarca a declaração do nome do editor do periódico - *Ultimatum* - acompanhada dos documentos necessários para a habilitação" (Apud António José de Almeida, *Quarenta anos de vida literária e política*, vol. I, ..., p. 43).

### 5.3. Formas de valorizar o produto

#### 5.3.1. Os títulos

Identificadas as dificuldades com que as publicações se debatiam, importa, agora, averiguar dos modos como essas mesmas publicações procuravam valorizar-se, para cativarem o público leitor. Nesta matéria, um dos aspectos que mais chama a atenção do público é o título com que uma publicação se apresenta. Esta questão é importante, na medida em que é por intermédio do título que a publicação se individualiza e o leitor começa por estabelecer relações com ela.

Pensando em termos de mercado, todo o título, para ser atraente, deve obedecer a algumas regras consideradas essenciais: ser motivador, económico e ter poder sugestivo.

Dizemos que um título tem motivação quando o mesmo consegue expressar uma relação, estabelecer uma analogia entre dois significados. *Icaro*, nome de uma revista literária lançada em 1919, é um título que motiva, sobretudo o público ligado ao mundo das letras, na medida em que o filho do Dédalo, ao voar muito alto, nos céus da Hélade, representa aqui a imagem de elevação espiritual, de uma libertação, na procura de novas formas e de novos ideais. Invocando sempre o mito clássico, esta analogia está bem explícita nas palavras que servem de apresentação à própria revista: "Sob o céu heleno, cheio de uma graça idílica e serena, o voo icário tinha uma harmonia escultural, e o seu ritmo – a aspiração das asas quiméricas – bemdizia a vida, ansiando para a sua beleza uma mor beleza. Cantado em versos de uma académica serenidade, nós seguimos as suas máximas e o nosso desejo de revelar, de anunciar novas formas de Sonho e de Beleza, continua a antiga ânsia imperfeita e humana. Como fantasmas de estrelas, dentro de nós erram as saudades de uma vida maior, esplêndida e heróica"<sup>(167)</sup>.

O título de *Pavões*, para identificar uma revista humorística saída em 1904, é igualmente um título com motivação. A imagem do pavão como sendo aquela ave, de plumagem lindíssima, mas que se distingue de todas

<sup>(167)</sup> - *Icaro*, n.º 1, Julho de 1919, p. 1.



as outras pelo desdobramento da cauda e maneira emproada de andar, pode constituir o elo de ligação subjacente à imagem da pessoa vaidosa. Foi precisamente esta base de motivação semântica que serviu ao autor, para justificar o título da revista: "Quem é que não viu ainda passar num andar composto, confeccionado pelo último figurino, à luz bruxuleante do gaz..., certas "aves", certas "galinhas", certos cabeças ocas, de lindas e vistosas cabeleiras, com um riso alvar a franzir-lhes os lábios e uma corte néscia que os segue babujando lisonjas num ritmo imbecil que irrita e mete nojo? Estes para mim é que são os *Pavões*"<sup>(168)</sup>.

Quanto ao aspecto económico, o título nunca deve ser extenso, mas breve e conciso, porque de mais fácil memorização. Cotejando os títulos das publicações estudantis verificamos que a grande maioria deles é formado por uma, no máximo duas palavras. Só muito raramente aparece um título mais longo, como por exemplo *À Memória de Joaquim Falcão de Magalhães*, mas explicável, porque tratando-se de um jornal de homenagem, à partida, terá de levar o nome de homenageado. Por vezes, a economia dos títulos passa até pela utilização de siglas. É o caso da publicação CADC (1909).

Relativamente ao poder sugestivo de um título, em princípio, ele depende da sua maior ou menor abertura, isto é, da sua polissemia. Os títulos metafóricos e emblemáticos são aqueles que melhor exercem a sua função, uma vez que podem ser interpretados mais amplamente.

Um título com bom poder sugestivo é aquele que, à partida, consegue provocar no público uma certa atracção. Como exemplo, podemos citar *Coimbra em Falda*. Embora à primeira vista escandaloso, este título foi classificado por J. Serras da Conceição como "deliciosamente apetitoso, soberbamente irreverente, e graciosamente moral"<sup>(169)</sup>.

Dada a enorme variedade de títulos que as publicações estudantis apresentam, é de toda a conveniência procurar-lhes uma classificação. Tomando em conta o grau de literariedade dos diferentes títulos e à semelhança do que Clara Rocha<sup>(170)</sup> fez para as revistas literárias do

---

(168) - *Pavões...*, n.º 1, Coimbra, 15 de Novembro de 1904, p. 4.

(169) - *Coimbra em Falda*, n.º 1, Coimbra, 1 de Junho de 1883, p. 3.

(170) - *Ob. cit.*, pp. 150-54.

século XX, podemos dizer que a maior parte dos títulos dos periódicos estudantis são títulos neutros, uma vez que o seu grau de literariedade é praticamente nulo. Assim, nesta perspectiva e nesta categoria consideramos:

1. Os geográficos, na medida em que situam a publicação num determinado espaço. Como exemplos, para além de outros, podemos apontar os seguintes: *Coimbra em Falda* (1883), *A Academia de Coimbra* (1886), *Revista Coimbrã* (1899), *Coimbra-Cómica* (1901), *Hespanha e Portugal* (1902), *Atlantida* (1906), *Album de Coimbra* (1908) e *Bairro dos Olivais* (1914).
2. Os de data, porque situam a publicação no tempo. Exemplificando, citamos: *O Centenário do Marquês de Pombal* (1882), *21 de Março* (1885), *O Ultimatum* (1890) e o *Centenário da Sebenta* (1902).
3. Os que designam movimentos ou tendências: *Bohemia Nova* (1889), *Insubmissos* (1889), *Revista Livre* (1902), *Arte & Vida* (1904), *Pátria* (1906), *A Voz da Verdade* (1914).
4. Os referenciais, na medida em que identificam casos concretos: *À Memória de Joaquim Falcão de Magalhães* (1902), *Adelina Abranches* (1904), *O Mesquita* (1910) e *O Conflito* (1921).

A par destas, temos ainda outras categorias:

1. Os metafóricos que se caracterizam pela sua polissemia. Como exemplos podemos apontar, entre outros, os seguintes: *Zumbidos* (1880), *O Raio* (1894), *Pavões* (1904), *Piparotes* (1912), *Alvorada* (1918) e *Ressurreição* (1919).

Da mesma maneira que o amanhecer nos conduz a um novo dia, a uma nova situação, o título *Alvorada*, por exemplo, pode ser interpretado como uma novidade, o anunciar de uma realidade diferente<sup>(171)</sup>.

---

(171) - "A guerra avassaladora, que ensanguenta os campos da Europa, tem-nos imposto sacrifícios pesadíssimos, mas tem-nos também encaminhado a passos largos para uma sociedade nova, onde o comunitarismo igualitário muito pouco tem a lucrar e onde o individualismo consciente tem o seu papel preponderante... Preparemo-nos para nos aproveitarmos dessa corrente, com sabedoria, com inteligência, saibamos o que somos e o que precisamos ser e esperemos então confiadamente no futuro" (*Alvorada*, n.º 1, Coimbra, 16 de Fevereiro de 1918, p. 1).

O mesmo sentido de novidade, de uma outra situação está subjacente ao título *Ressurreição*<sup>(172)</sup>.

2. Os emblemáticos que se apoiam num mito ou numa lenda: *Icaro* (1919) e *Bysancio* (1923)<sup>(173)</sup>.
3. *Intertextuais*, na medida em que vão buscar, no todo ou em parte, o nome de uma outra publicação que já existiu. Estão neste caso, por exemplo, *A Academia* (1897), *Porta Férrea* (1902), *A Careta* (1903), *Revista do "Civil"* (1903) e *A Academia* (1923)<sup>(174)</sup>.

### 5.3.2. Subtítulos, lemas e divisas

Ao contrário dos títulos, estes são, normalmente, mais extensos, na medida em que são coadjuvantes daqueles. Têm como funções fundamentais, não só explicitar os assuntos a tratar, mas também dar indicações sobre a origem, os propósitos e a finalidade da publicação.

À semelhança dos títulos e em função dos seus dizeres, os subtítulos podem ser agrupados, nas seguintes categorias:

1. De *proveniência* - indicam-nos a origem ou procedência da publicação. Como exemplos citamos os seguintes: "Publicado por uma numerosa comissão de terceiranistas amantes das glórias nacionais" (*Boletim da Sociedade do Nivel*, 1899); "Órgão do Centro Republicano Academico" (*Patria*, 1906); "Revista dos Ilheus" (*Atlantida*, 1906) e "Revista mensal do CADC de Coimbra" (*Estudos*, 1922);
2. De *finalidade* - indicam-nos quais os objectivos que a publicação teve em vista: "Numero unico commemorativo da festa final do curso do quinto anno juridico de 1884-85. Em beneficio dos cofres da Sociedade

---

<sup>(172)</sup> - "O Portugal que a gente nova ardentemente deseja é o Portugal da ordem e do trabalho, o Portugal da glória" (*Ressurreição*, n.º 1, Coimbra, 30 de Outubro de 1919, p.1).

<sup>(173)</sup> - "O mito clássico, vivendo intimamente no desejo humano, revelou-se em nós, nos que tentam, orgulhosos da rubra ansiedade da vida, ascender em Beleza, em Perfeição e Orgulho" (*Icaro*, n.º 1, p. 1).

<sup>(174)</sup> - "A Revista do "Civil", benemérita instituição fundada há quatro anos, foi na mesma ocasião obrigada a fechar as suas portas... Este útil estabelecimento entra hoje novamente no exercício do seu officio..." (*Revista do "Civil"*, Coimbra, 9 de Janeiro de 1903, p.1).

- Philantropico-Academica" (21 de Março, 1885); "Congratulação dos filhos de Minerva pelo faustoso 66.º anniversario natalicio do Grão Varão Joaquim Martins de Carvalho" (*Preito Academico*, 1888);
3. *De conteúdo* - ajudam a definir os assuntos e os temas tratados na publicação: "Sciencia, Litteratura e Critica" (*A Crítica*, 1888); "Publicação litteraria d'Arte & Critica Theatral e Bibliografia" (*Revista Litteraria*, 1899) "Revista de critica, arte e letras" (*A Rajada*, 1912);
  4. *De periodicidade* - definem o espaço de tempo que medeia entre a publicação de dois números: "Chronica Mensal" (*Zumbidos*, 1880); "Revista Bi-mensal" (*Album de Coimbra*, 1908); "Semnario Republicano Democratico" (*Bairro dos Olivais*, 1914);
  5. *De configuração material* - fornecem elementos sobre o aspecto da publicação: "Hebdomadario scientifico e litterario" (*Pyrilampo*, 1888); "Revista Dezenal Litteraria e Recreativa" (*Gondola*, 1897); "Revista d'Arte, Critica e Sciencia" (*Arte & Vida*, 1904).

Para além dos subtítulos, houve publicações que adoptaram lemas e divisas. É o caso do jornal *A Revolta* (1908) com a epígrafe de "Pela Patria e pela Republica". O mesmo aconteceu com *A Tradição* (1920), com a fórmula "Pró-Patria Pró-Raça". Normalmente, estes enunciados funcionavam como indicadores de uma ideologia.

### 5.3.3. Textos de apresentação

De uma maneira geral, quase todas as publicações, para o seu primeiro número, escreviam um texto especial, para lhes servir de cartão de apresentação. Chamavam-lhe "Primeiras palavras", "Nós", "Editorial", "Prólogo", "Preâmbulo" ou "Nota de apresentação".

Estes editoriais constituíam uma peça importante em qualquer periódico. Normalmente, era neles que a publicação justificava o seu aparecimento, anunciava os seus propósitos, expunha o seu programa e procurava traçar as linhas de rumo que pretendia seguir. Neste sentido, os editoriais afirmavam-se como textos-programáticos.

Para além de uma caracterização do produto, a sua importância reside, igualmente, no facto de, depois dos títulos e subtítulos, serem os textos de apresentação a via que leva o leitor a estabelecer o seu primeiro contacto

com a publicação, decidindo-se, por vezes, pela sua compra. Nesta perspectiva, e em termos de uma sociologia da leitura, os editoriais funcionavam, no dizer de Clara Rocha, como "captatio benevolentiae do leitor"<sup>(175)</sup>.

Porém, publicações há que rejeitam serem os seus editoriais textos programáticos. Recusando e criticando a apresentação de qualquer tipo de programa, procuram estas publicações a sua afirmação pela novidade e pela diferença. A título de exemplos citamos, entre outros, os periódicos *Arte & Vida* e *Livre Pensamento*. Dizem-nos os autores deste último: "Sistematicamente adversos a "programas", não iremos alargar-nos em miríficas promessas de grandes cometimentos. O leitor é suficientemente céptico para não deixar de sorrir impiedosamente de "programas", embora eles não sejam mais do que uma confissão de fé, ardente e viva, de rapazes"<sup>(176)</sup>.

Conscientes das inúmeras dificuldades que os esperavam, alguns editoriais preferiam dirigir uma palavra de simpatia para o público leitor, solicitando-lhes o seu auxílio e acolhimento. Foi o caso de *Folha Academica*: "Se é licito ao nascer pensar na morte, seja-nos desde já permitido declarar que ao encetarmos a publicação deste jornal, em nada nos falece o ânimo para o primeiro passo que aventuramos desassombadamente com o presente número: punge-nos simplesmente a supersticiosa ideia de termos de publicar o terceiro... Oxalá a Academia nos acolha condignamente, auxiliando-nos"<sup>(177)</sup>.

#### 5.3.4. Os sumários

Um outro aspecto importante e que muito tem a ver com a valorização de uma publicação são os sumários.

---

<sup>(175)</sup> - *Ob. cit.*, p. 158.

<sup>(176)</sup> - *Livre Pensamento*, n.º 1, Coimbra, 2 de Abril de 1905, p. 1. Sobre esta matéria, também os responsáveis de *Arte & Vida* nos dizem: "Não seguiremos a velha norma de anunciar secções nem colaboradores; não lavraremos pomposamente o programa habitual. Consideramos duma provadíssima inutilidade, comprometedora e entravante, o alarde costumado dum programa em arte" (*Arte & Vida*, n.º 1, p. 3).

<sup>(177)</sup> - *Folha Academica*, n.º 1, Coimbra, 6 de Fevereiro de 1886, p. 1.

De uma maneira geral, aparecem no princípio de cada número e destinam-se a indicar ao leitor quais os conteúdos que, ao longo das páginas, se vão seguir.

Embora nem todas as publicações tenham optado por esta estratégia de pacto com o leitor, a sua existência revela-se de bastante utilidade, uma vez que facilitam a procura dos textos em que o leitor tem mais empenho ou interesse.

São exemplos de periódicos com sumários, entre muitos, os seguintes: *A Critica* (1888), *Insolências* (1894), *Livre Pensamento* (1905), *Atlantida* (1906), *O Raio* (1914) e *Icaro* (1919).

### 5.3.5. O aspecto gráfico

Um bom aspecto gráfico é mais uma outra forma de ajudar a valorizar uma publicação.

Tratando-se de uma revista, este aspecto, na maior parte das vezes, revela-se logo na própria capa. A grande maioria das revistas estudantis aparecem com capas relativamente simples e modestas e sem qualquer ilustração. No entanto, algumas há que exibem capas ilustradas, procurando assim chamar mais a atenção do público. Como exemplos podemos citar as seguintes: *Coimbra em Falda* (1883), *Pavões* (1904), *A Troça* (1906), *Album de Coimbra* (1908) e *A Rajada* (1912).

Para além das capas, revistas existem que continuam a apresentar, no seu interior, desenhos e ilustrações, tornando a publicação mais atraente. Nesta matéria, *A Rajada* é certamente o melhor exemplo, dispondo, para o efeito, de um director artístico - Correia Dias.

O que se passa ao nível das revistas verifica-se, igualmente, com os jornais. A testemunhar a importância da ilustração, alguns periódicos ostentam mesmo a palavra "ilustrado". Era o caso de *O Cauterio* (1899) que, no seu cabeçalho, entre outros dizeres, afirmava-se como um "Semanao Illustrado"<sup>(178)</sup>.

---

<sup>(178)</sup> - A este propósito, os seus autores, na nota de apresentação, dizem mesmo: "O *Cauterio* não servirá os interesses dum partido e lançará mão da *caricatura*, como meio mais fácil do público fixar e compreender ideias, que devem estar no espírito de todos" (*O Cauterio*, n.º 1, Coimbra, 12 de Novembro de 1899). (O itálico é nosso).

Como exemplos de jornais profusamente ilustrados podemos apontar, de entre os litografados, os seguintes: *O Alferce* (1902) e *O Pagode* (1902); ao nível dos impressos, para além de *O Cauterio, Centenario da Sebenta* (1902) e *A Careta* (1903).

Ainda dentro do aspecto gráfico, para além da ilustração, há que ter em conta outros elementos materiais que em muito podem contribuir para a valorização de uma publicação. Estamos a referir-nos ao tipo de papel, ao formato e aos jogos tipográficos.

Quanto ao papel, apesar do estado de deteriorização em que algumas publicações se encontram, pensamos que a grande maioria dos periódicos estudantis teria feito uso de um papel normal. Uma referência especial, talvez, para *Anathema* que teria usado, assim nos pareceu, um papel de óptima qualidade, possivelmente em virtude das personalidades que nele colaboraram.

O formato invulgar de uma publicação, muito grande ou muito pequena, pode ser considerado como um atractivo e um reclame, para se obter uma melhor venda. Como o próprio nome indica, é bem possível que a revista *Miniatura* (1896) seja aqui um bom exemplo.

A mesma intenção terá certamente presidido aos jogos tipográficos. Ao contrário das outras revistas, os textos de *A Rajada* e *Bysancio* aparecem a duas colunas e encaixilhados (enquadrados por rectângulos).

### 5.3.6. As rubricas fixas e as rubricas com seguimento

Um aspecto importante a ter em conta em algumas publicações é a existência de secções permanentes. Esta maneira de procurar valorizar uma publicação pode ter uma certa vantagem, na medida em que, dando a conhecer, antecipadamente, ao leitor alguns dos assuntos que vão ser tratados, pode criar neles um certo apetite pela leitura.

Como exemplos de publicações com rubricas fixas podemos citar, para além de outras, as seguintes: *A Social* (1897) que apresenta uma parte científica e uma parte literária. Na primeira distingue-se uma "Secção Doutrinária", enquanto a segunda é reservada para a publicação de poesia e textos em prosa.

Também *Album de Coimbra* (1908) dispõe de uma rubrica fixa que apelida de "Chronica", onde o autor, em cada número, nos transmite as suas impressões sobre o ambiente coimbrão.

De igual modo, a revista *Estudos* apresenta rubricas fixas como: "Das ideias e dos livros" e "Vida do CADC", sendo esta última um documento de consulta obrigatória para quem desejar fazer uma história daquela instituição.

A par das rubricas fixas, existem também as rubricas com seguimento, isto é, as que "continuam no próximo número". De leitura sequencial, este tipo de rubricas aliciam o leitor para a compra do número seguinte. Estas rubricas são muito frequentes em periódicos que apresentam folhetins, contos, romances, peças de teatro e polémicas. São exemplos, para além de outros, *O Panorama Contemporaneo*, *A Academia de Coimbra* e jornais de tendência, sobretudo na sua parte literária.

### 5.3.7. A colaboração dos mais velhos

Com vista a uma maior valorização, uma estratégia que foi seguida por alguns periódicos estudantis foi a de incluírem a colaboração de autores consagrados.

Como já referimos, a colaboração dos mais velhos que, normalmente, faziam parte do grupo dos convidados, para além de conferir uma maior garantia à nova publicação, dava-lhes sobretudo prestígio e autoridade, contribuindo assim para uma melhor possibilidade de venda.

A colaboração dos mais velhos era, muitas vezes, anunciada logo nos editoriais. Assim o fizeram, entre outros, *O Panorama Contemporaneo* e *Livre Pensamento*. Na sua nota preambular, *Livre Pensamento* afirmava: "Publicaremos crónicas científicas, literárias, musicais. Contamos para isso com a promessa de alguns nomes feitos"<sup>(179)</sup>.

Outras vezes, publicam-se textos e poemas inéditos. *Arte & Vida*, por exemplo, "honra-se... publicando hoje um inédito de Teófilo Braga"<sup>(180)</sup>.

Do mesmo modo, *Livre Pensamento* publicava um poema de Camilo Castelo Branco<sup>(181)</sup>.

<sup>(179)</sup> - *Livre Pensamento*, n.º 1, p. 2.

<sup>(180)</sup> - *Arte & Vida*, n.º 8, Junho de 1905, p. 323.

<sup>(181)</sup> - *Livre Pensamento*, n.º 2, Coimbra, Maio de 1905, p. 45 e nota 1. Algures, esta mesma revista anunciava: "No próximo número publicar-se-á um inédito de Gonçalves Crespo, um artigo do Senhor Doutor Bernardino Machado e uma carta de Fialho de Almeida..." (*Idem*, p. 80).



### 5.3.8. A autopromoção

Outras formas de valorização passavam pela inclusão no próprio periódico de juízos críticos favoráveis e pela publicidade aos próximos números.

São alguns os periódicos que transcrevem as críticas que outras publicações lhes faziam. Citando, entre outros, *O Primeiro de Janeiro*, a revista *Flanando* (1896) testemunha-nos: "Hoje apareceu o primeiro número duma nova revista de chalaça académica. O título é "Flanando...". Contém dezoito páginas de remosques inofensivos, e em sua maioria muito espirituosos a estudantes e indivíduos da cidade"<sup>(182)</sup>.

Como chamariz para os próximos números, outros periódicos fazem logo o anúncio das matérias que irão ser tratadas. Logo a seguir ao sumário de cada número, *Arte & Vida* faz publicidade do que irá ser publicado nos números seguintes.

Outras vezes, anunciava-se um artigo especial para o próximo número. Assim procedia o jornal *Patria* que, na primeira página, em letras mais carregadas, chamava a atenção do público, para um artigo a publicar, no seu n.º 3, da autoria de António José de Almeida<sup>(183)</sup>.

## 6. DIMENSÃO DA CULTURA ESTUDANTIL

### 6.1. A perspectiva de novos horizontes

Comparado ao mundo de além - Pirenéus, Portugal era, nos finais do século passado, um país relativamente atrasado. É certo que, até 1850, os golpes e contragolpes políticos não possibilitaram o clima de estabilidade social e política indispensáveis a um desenvolvimento económico e cultural, apesar de o liberalismo fazer da cultura uma das suas pedras de toque.

Graças à reconciliação das classes possidentes, esta tarefa vai ser, em parte, obra de Regeneração. Excluindo o breve interregno de três meses, em 1870, altura em que Saldanha sobe novamente ao poder, através de um

---

<sup>(182)</sup> - Apud *Flanando...*, n.º 2, p. 9.

<sup>(183)</sup> - Cfr. *Patria*, n.º 2, Coimbra, 26 de Março de 1906, p. 1.

golpe militar, a paz política reina em Portugal até à grande crise de 1890. Foi durante estes quarenta anos que Portugal adquiriu, segundo as palavras de Villaverde Cabral, "uma estrutura social e económica que, se não pode ser definida como plenamente moderna, se apresenta em compensação marcada iniludivelmente com os traços do modo de produção capitalista"<sup>(184)</sup>.

Este desenvolvimento social e económico processou-se em duas fases bem distintas. A primeira, que vai até aos inícios de 1870, caracteriza-se por um relativo surto desenvolvimentista do sector agrícola e do capital bancário, razão pela qual Oliveira Martins disse que o Portugal de então não passava de "uma granja e um banco"<sup>(185)</sup>.

A segunda desenvolve-se de 1870 até sensivelmente 1890 e define-se pela introdução da "grande" indústria, quer ao nível quantitativo com um aumento das forças produtivas, quer ao nível qualitativo, isto é, numa maior difusão das novas relações sociais de produção<sup>(186)</sup>.

Mas a Regeneração não se ficou por aqui. Sob o impulso de Fontes Pereira de Melo, a Regeneração foi também a época das grandes obras públicas, as quais tiveram o seu corolário na abertura de estradas e no lançamento da rede ferroviária<sup>(187)</sup>.

Todavia, apesar das transformações técnicas operadas nos sectores da agricultura e da indústria, da revolução dos transportes, do crescimento demográfico que então se verificou e da emigração da população da província para os centros urbanos, nomeadamente Lisboa e Porto, Portugal continuava a ser um país essencialmente agrícola e de mentalidade rural. A

---

<sup>(184)</sup> - Manuel Villaverde Cabral, *Portugal na Alvorada do Século XX. Forças sociais, poder político e crescimento económico de 1890 a 1914*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1979, pp. 23-24.

<sup>(185)</sup> - Oliveira Martins, *Portugal Contemporâneo*, vol. II, Publicações Europa-América, n.º 318, Mem Martins, s. d., p. 303.

<sup>(186)</sup> - "Se considerarmos alguns indicadores-chave, constata-se efectivamente que o volume anual médio das importações de máquinas industriais duplicou em 1870-74 em relação à média do quinquénio anterior; voltou a duplicar em 1875-79, estagnando depois do quinquénio seguinte, mas aumentando de 50% em 1885-89... Na têxtil algodoeira, o número de teares mecânicos teria passado de 400 a 1 000 entre 1875 e 1880... As importações de máquinas agrícolas, se bem que partindo de um volume muito baixo, aumentaram ainda mais, cerca de sete vezes entre 1865 e 1890" (Manuel Villaverde Cabral, *ob. cit.*, p. 26).

<sup>(187)</sup> - *Idem*, pp. 28-29.

testemunhá-lo está o facto de, em 1911, a percentagem da população rural ser ainda de 82, 1%<sup>(188)</sup>,

Apesar desta realidade sociológica, isto não significa que um certo dinamismo cultural, nos principais centros urbanos, nomeadamente Lisboa<sup>(189)</sup>, não se tivesse feito sentir. Estas expressões culturais estão relacionadas com a vivência quotidiana das pessoas e vão evidenciar-se em fenómenos muito diversos. É o caso, por exemplo, do papel civilizacional que o passeio e os jardins públicos passaram a desempenhar, o mesmo acontecendo com os cafés e o teatro.

No campo da cultura, um bom exemplo foi o que se passou em Coimbra, na década de sessenta. Centro cultural urbano na província, Coimbra, em virtude da sua Universidade, era já um núcleo difusor de cultura. Porém, graças às ligações ferroviárias (em 1865, Coimbra fica ligada a Paris), o seu papel intensifica-se, na medida em que passou a integrar-se numa consciência cultural mais vasta e mais abrangente, porque mais em contacto com o que se passava além fronteiras. Referindo-se a este facto, Joaquim de Carvalho escreveu: "A facilidade de comunicações e a competição de novos livreiros, Orce! à frente, de mais rasgo e actividade que os seus predecessores timoratos, quando não vigiados, fizeram com que Coimbra abrisse de par em par as janelas da curiosidade pelo que se publicava além fronteiras e nos escaparates da Calçada se ostentassem os frontispícios mais atraentes da última hora"<sup>(190)</sup>,

Quebrado aquele aspecto de um mundo isolado em que o estudante vivia, o seu horizonte mental começava a alargar-se e a vida académica sofria alterações. Como consequências das novas ideias, a sociedade passava a ser encarada numa nova dimensão, isto é, numa perspectiva de totalidade

---

<sup>(188)</sup> - Joel Serrão, "De Eça de Queirós a Aquilino Ribeiro - uma sondagem histórica através do romance", *Temas Oitocentistas*, vol. II, Lisboa, Livros Horizonte, 1978, p. 89.

<sup>(189)</sup> - Cfr. José Augusto França, *O Romantismo em Portugal*, vol. 2.º, Lisboa, Livros Horizonte, 1974; *A Arte em Portugal no século XIX*; vol. I, Lisboa, Livraria Bertrand, 1967; Maria de Lourdes Lima dos Santos, *Para uma sociologia da cultura burguesa em Portugal no século XIX*, Lisboa, Editorial Presença, 1983; Raquel Henriques da Silva, "Do passeio público às avenidas novas - Percursos, imagens e factos da Lisboa oitocentista". *Revista de História Económica e Social*, n.º 23, Maio-Agosto de 1988, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1988.

<sup>(190)</sup> - Joaquim de Carvalho, *Estudos sobre a cultura portuguesa do século XIX*, vol. I, Coimbra, por ordem da Universidade, 1955, p. 52.

e auto-suficiência, cuja expressão se consubstancia na ideia de Humanidade<sup>(191)</sup>.

A filosofia da Ordem e da autoridade começava a ser posta em causa. A Academia começava, também, não só a questionar as tradições de arruaça, as quais, com o andar dos tempos, vão sendo cada vez mais contestadas<sup>(192)</sup>, mas sobretudo a acentuar a sua oposição face ao autoritarismo da Universidade e à ciência feita e absoluta dos seus lentes. Daí a imagem negativista e crítica que Eça de Queirós nos deu da Universidade e dos seus professores<sup>(193)</sup>.

Mas, se a geração de Antero foi a primeira a ser beneficiada com as leituras que fez de Michelet, Proudhon, Renan, Edgar Quinet, Vitor Hugo, Taine, Littré e outros, levando-a, por isso, à imortalidade no conflito que travou com a geração anterior<sup>(194)</sup>, também "as que se lhe seguiram deveram boa parte da sua formação cultural à rapidez com que o comboio transportava do estrangeiro as novidades literárias, filosóficas e políticas"<sup>(195)</sup>. Assim aconteceu com a geração de 1890. É Alberto de Oliveira quem, citado por Augusto da Costa Dias, nos

---

(191) - "Mas a nossa descoberta suprema foi a da Humanidade. Coimbra de repente teve a visão e a consciência adorável da Humanidade. Que encanto e que orgulho! Começámos logo a amar a Humanidade, como há pouco, no ultra-romantismo, se amara Elvira, vestida de cassa branca ao luar. Por todos os botequins de Coimbra não se celebrou mais senão essa rainha de força e graça, a Humanidade" (Eça de Queiros, *Notas Contemporâneas...*, p. 255).

(192) - Referindo-se às velhas praxes, nomeadamente ao canelão, em 1886, um periódico da Academia comentava: "Somos nós, que inspirados nas ideias da moderna civilização, possuídos dum sentimento perfeitamente humanitário e todo fraternal, achamos essa praxe absurda, injusta e inqualificável. Mas sejamos justos. Não é só a geração académica actual que partilha desta glória; dela partilham igualmente as gerações transactas que repugnando-lhes estas velharias foram lentamente de ano em ano desleixando e desprezando um pouco o seu uso. O tempo e a civilização é que fazem as reformas..." (*Correio da Universidade*, n.º 2, Coimbra, 24 de Outubro de 1886, p. 2).

(193) - *Ob. cit.*, pp. 257-58.

(194) - Cfr. Franc Paxêco, *A Escola de Coimbra e a dissolução do romantismo*, Lisboa, Livraria Editora, 1917 e ainda José Augusto França, *O Romantismo em Portugal...*, vol. 4.º, pp. 839 e ss. e *História Crítica da Literatura Portuguesa*, Direcção de Carlos Reis, vol. V, Lisboa, Editorial Verbo, 1993, pp. 277 e ss.

(195) - Joel Serrão, "Das consequências nacionais do advento dos comboios", *Temas Oitocentistas*, vol. II, p. 257.

refere: "*lamos à gare esperar os caixotes de Paris que nos traziam os livros novos*"<sup>(196)</sup>.

A par de uma cultura exclusivamente universitária e estudantil, os estudantes de Coimbra, conscientes de um certo espírito de missão, "em todas as gerações, sempre os melhores intuíram o espírito do tempo..."<sup>(197)</sup>, o qual foram vertendo, à sua maneira e sem desânimos, em periódico após periódico.

## 6.2. O impacto e a adesão à ideologia positivista

Ao contrário do Iluminismo que teve por berço a Inglaterra, o positivismo nasceu em França, entre 1830 e 1842, com Augusto Comte, numa tentativa de resposta às contradições e aos antagonismos sociais que se geraram na sociedade francesa, em virtude do desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais de produção em sentido capitalista.

O positivismo atribuía uma grande importância à racionalidade científica. Segundo Comte, a teologia e a metafísica, como formas de compreensão do mundo, estavam esgotadas e impediam o desenvolvimento do homem. Para Comte, a história era o processo em que se realizava o progresso da humanidade. Este progresso havia começado com a fase teológica, onde o homem, apesar de controlar a natureza, ficou ainda submetido ao domínio do divino, nas suas formas teocráticas.

O segundo estágio é o da metafísica. Crítico em relação à fase anterior, procurava destruí-la. É o período da afirmação do individualismo e das categorias abstractas da razão filosófica.

Tanto o estágio teológico como o metafísico tinham em comum o saber o *porquê* das coisas, isto é, as causas últimas da realidade.

A fase positiva era a das ciências modernas que, segundo Comte, renunciava ao *porquê*, para se preocupar com o *modo* como os fenómenos aconteciam. A ciência e a explicação científica seriam, agora, o novo remédio, na medida em que, ao prever, permitiam agir.

---

<sup>(196)</sup> - Apud Augusto da Costa Dias, *A crise da consciência pequeno-burguesa. O nacionalismo literário da geração de 90*, 3.ª edição, Lisboa, Editorial Estampa, 1977, p. 116.

<sup>(197)</sup> - Joaquim de Carvalho, *ob. cit.*, p. 51.

Aplicando à realidade social os mesmos processos das Ciências da Natureza, o positivismo procurava, através do cientismo, defender os interesses da grande burguesia. Para o efeito, as classes trabalhadoras seriam integradas no sistema capitalista.

A ciência seria o grande guião da Humanidade. A organização científica da sociedade devia realizar duas condições: a ordem e o progresso, que nos estádios anteriores eram inconciliáveis. Na perspectiva de Comte, esta tarefa caberia à sociologia que aparecia como a conselheira espiritual e ideológica da opinião pública na sociedade industrial.

Em termos políticos, Comte, para salvaguardar os interesses da classe, propunha um estado forte, centralizado e com uma ideologia uniformizada. Desta forma, evitar-se-iam, não só as querelas entre as camadas da burguesia, mas também as revoluções socialistas.

Entendendo a sociedade como uma realidade total, insistia na sua doutrinação, com vista a obter uma hegemonia consensual no seio da sociedade capitalista. Na óptica de Comte, a ideologia tinha assim um papel fundamental, na medida em que se apresenta como uma forma de unificar as contradições sociais. Preocupado com a regeneração da sociedade, dogmatiza uma nova religião - a Religião da Humanidade -, onde o sentimento se sobrepõe à razão e a moral à sociologia. Divinizando a Humanidade, os seus santos passam a ser as grandes figuras do passado e os seus ministros são os filósofos positivistas<sup>(198)</sup>.

Dado o crescimento relativamente lento das nossas forças produtivas, a entrada da sociologia positivista em Portugal foi bastante tardia. Embora Teófilo Braga nos diga que a filosofia positivista foi somente "professada pela primeira vez em Portugal em 1872"<sup>(199)</sup>, na verdade, o seu aparecimento fez-se na década de sessenta. Citando Franc Paxêco, Fernando Catroga informa-nos que o positivismo introduziu-se entre nós "sob o aspecto matemático, na Politécnica do Porto, com a Mecânica Racional de Freyeinet, discípulo de Comte, e na Politécnica de Lisboa, com a Geometria Descritiva,

---

<sup>(198)</sup> - Uma boa síntese sobre o positivismo pode ler-se em Fernando de Almeida Catroga, "Os inícios do positivismo em Portugal. O seu significado político-social", *Revista de História das Ideias*, vol. I, Universidade de Coimbra, 1977, pp. 287-394.

<sup>(199)</sup> - Teófilo Braga, *História das Ideias Republicanas em Portugal*, Lisboa, Vega, 1983, p. 148.

adoptada por Mariano de Carvalho. Depois disto é que (Teófilo) teve conferências com Joaquim Duarte Moreira de Sousa, professor de matemática no Liceu de Castelo Branco, entre 1865 e 1872<sup>(200)</sup>.

No ano lectivo de 1865-66, já Manuel Emídio Garcia, lente de Direito em Coimbra, explicava aos seus alunos o pensamento de Augusto Comte, nas aulas de Direito Administrativo<sup>(201)</sup>.

Segundo Joaquim de Carvalho, nos fins dos anos setenta, o ideário de Comte campeava e dominava em Portugal<sup>(202)</sup>.

Longe de perfilharem, exclusivamente, a ortodoxia do mestre, os positivistas portugueses seguiram, mais de perto, os ensinamentos de Littré<sup>(203)</sup>. Aderiram, também, ao organicismo evolucionista de Spencer, ao transformismo de Darwin, aos trabalhos de Huxley, Buchner e Haeckel, à fisiologia de Claude Bernard e às teses da Taine. Assim, segundo Fernando Catroga, "corporaliza-se, deste modo, um movimento que, a par dos trabalhos eruditos, saberá também traduzir-se numa corrente de opinião"<sup>(204)</sup>.

No que respeita à Academia de Coimbra, os enunciados do positivismo rapidamente cativaram os estudantes que, em periódicos sucessivos, foram vertendo um pouco do registo de suas vivências. Admiradores e simpatizantes da França revolucionária<sup>(205)</sup>, acreditavam que a melhor via

---

<sup>(200)</sup> - Apud Fernando Catroga, "Os inícios do positivismo em Portugal. O seu significado político-social", *ob. cit.*, p. 314.

<sup>(201)</sup> - *Idem*, p. 315, nota 1.

<sup>(202)</sup> - "Por volta de 1880, com efeito, o Positivismo dominava soberanamente em Portugal. Teófilo Braga, em Lisboa, Correia Barata e Emídio Garcia, em Coimbra, Julio de Matos, no Porto, foram os principais arautos e expositores das concepções comtianas, que eles consideravam a filosofia final e definitiva e Teixeira Bastos, nas *Vibrações do Século*, se esfalfava em ornar com a sedução da poesia" (Joaquim de Carvalho, *Estudos sobre a cultura portuguesa...*, p.163).

<sup>(203)</sup> - Fernando Catroga, "Os inícios do positivismo em Portugal...", *ob. cit.*, pp. 306-307.

<sup>(204)</sup> - *Idem*, p. 324.

<sup>(205)</sup> - "E se nos referirmos particularmente a Portugal ninguém hoje duvida que de termos seguido de mais a Inglaterra provém a maior parte dos nossos males. Quem estuda a lição profícua da história sabe que a França exerce, senão em toda a Europa, pelo menos na Europa latina, uma incontestável preponderância hegemónica. Em todas as manifestações da nossa vitalidade social se faz sentir esse predominio" (*A Evolução*, n.º 1, Coimbra, 27 de Novembro de 1881, p. 1).

para o aperfeiçoamento era a sociologia positivista. Aplicando as leis do racionalismo cientista aos fenómenos sociais, pensavam, era possível construir uma sociedade nova, mais justa, mais equilibrada e assente em princípios democráticos. Por isso, era grande o entusiasmo com que muitos recebiam as novas ideias, sobretudo no primeiro lustro da década de oitenta<sup>(206)</sup>. Aproveitando um momento de inspiração, alguns estudantes chegaram mesmo a poetisar sobre o novo pensamento. Em 1881, Xavier de Carvalho foi um deles com o poema "A voz do século":

"Com furia atroz, batida pelo vento  
Quase sossobra a nau da divindade  
E surge em vez do Eterno: - A Humanidade.  
Em vez da Igreja: - O Novo Pensamento!  
À vulcanica voz da liberdade  
Estremece do mundo o fundamento  
E começa a cair o monumento,  
Erguido pela mão da velha idade  
A revolução avança palpitante,  
Cheia de luz em marcha triunfante  
Vai ameaçando as grandes leis dos céus;  
Quem poderá suste seus firmes passos,  
Se até se extinguiu pelos espaços,  
A trovejante voz do velho Deus !"<sup>(207)</sup>

Acreditando piamente nas possibilidades da nova ciência, combatendo tudo o que cheirasse a metafísica e a religião, com o mesmo vigor e igual entusiasmo, também Henrique Pereira, no poema que, certamente com intenção, intitulou "Positivismo", prestava a sua vassalagem aos tempos que corriam:

---

<sup>(206)</sup> - Em 1886, um periódico estudantil, referindo-se às novas ideias, comentava: "...velhos prejuízos, oriundos de um passado anacrónico, esmagados há muito sob o peso da lógica revolucionária das doutrinas críticas, encontram hoje acolhimento na mocidade académica, completamente indiferente às tendências modernas que visam ao estabelecimento do regime científico sobre os destroços anárquicos do passado..." (*A Academia de Coimbra*, n.º 1, Coimbra, 3 de Março de 1886, p. 1).

<sup>(207)</sup> - Apud *A Evolução*, n.º 3, Coimbra, 12 de Dezembro de 1881, p. 3.



"A ciência cavou o abismo do passado  
Desentranhou da história as crenças primitivas  
e arrastando Jeová à luz, já verminando,  
cravou-lhe o bisturi nas carnes ainda vivas!  
O terrível senhor colérico e violento,  
que em chamas se mostrou nas fragas do Sinai,  
deixou-se espedaçar soltando o último alento,  
nem erguendo sequer uma blasfémia, um ai!  
Era velho de mais, aborreceu-lhe a idade  
Minava-o o reumatismo, a gota, o desalento  
e deixou-se morrer em nome da verdade  
E as cinzas que deixou levadas pelo vento  
perderam-se no ar; e o livre pensamento,  
criou um novo Deus: O amor da Humanidade"<sup>(208)</sup>.

A agitação intelectual que a Academia então vivia era de tal ordem que, mesmo em récitas de quintanistas, estas temáticas eram levadas ao palco. Assim aconteceu, no ano de 1881-82, com a peça "O casamento do Doutor Fausto", da autoria de Luís de Magalhães, quintanista de Direito. Representada no Teatro Académico, na noite de 17 de Maio, esta peça era uma caricatura à ciência e à política, mas com muitas referências ao positivismo, ao realismo, ao naturalismo e à metafísica<sup>(209)</sup>.

A juventude Académica apercebia-se de que estava a viver uma época decisiva. Por um lado, dava-se conta que nem a filosofia de inspiração kantiana, que servia de suporte ao liberalismo, nem a monarquia constitucional, porque assente num fundo individualista e jusdivinista, eram já capazes de resolver as contradições existentes na sociedade<sup>(210)</sup>; pelo outro, entendia-se que, de acordo com as novas teorias do positivismo e

---

<sup>(208)</sup> - Apud *A Evolução*, n.º 6, Coimbra, 1 de Janeiro de 1882, p. 3.

<sup>(209)</sup> - Cfr: *A Evolução*, n.º 25, Coimbra, 22 de Maio de 1882, pp. 1-2.

<sup>(210)</sup> - Citando o *Diário Popular*, um jornal de estudantes transcrevia: "Os estafados princípios do direito divino e hereditário já ninguém os pode encarar a sério... O governo representativo... vai cada vez mais perdendo terreno nas consciências. O povo português que tanto sacrifício tem feito pelas suas dinastias, vai-se convencendo da inutilidade dos seus serviços e da exploração de que tem sido objecto" (Apud *A Evolução*, n.º 1, p. 2).

do socialismo revolucionário, já não era mais possível que fosse um homem isolado a comandar os destinos do povo<sup>(211)</sup>.

Em termos políticos e ideológicos, isto significava pôr em causa, não somente a política liberal e a preponderância da alta burguesia, mas também a própria instituição monárquica. Fazendo uso dos exemplos da França republicana e da Espanha, em 1881, um jornal estudantil escrevia: "Impelidos na direcção que a França nos imprime, inspirados pelas mesmas ideias, solicitados pelos mesmos interesses, nós vemos aumentarem de dia para dia os obstáculos que se opõem à sustentação do regime monárquico e diminuir as dificuldades que encontra o estabelecimento do governo republicano"<sup>(212)</sup>.

Se a grande virtude da Revolução Francesa tinha sido a libertação do indivíduo, à nova revolução cabia-lhe, em nome da Humanidade, efectivar um projecto regenerador que englobasse os níveis cultural, moral, económico e político da sociedade. Este sentido da totalidade social era expresso, num outro jornal de estudantes, nos seguintes termos: "Até hoje a revolução pretendia tornar o indivíduo livre e independente, agora pretende criá-lo sócio"<sup>(213)</sup>.

Concretizar este objectivo era, no fundo, dar resposta ao principal problema do século - a questão social. Daí que a preocupação dos redactores da *Revista Científica e Litteraria* fosse trabalhar em ordem e para "o grande movimento social que em volta de nós se opera"<sup>(214)</sup>.

Mas, em consonância com o idealismo da época, o projecto regenerador devia passar, não por uma via revolucionária, a qual só viria, em termos políticos, a constituir opção a partir de 1890<sup>(215)</sup>, mas por uma reforma

---

(211) - "Os nossos políticos sabem que a realeza se tornou incompatível com as necessidades políticas dos povos" (*A Evolução*, n.º 18, Coimbra, 27 de Março de 1882, p. 1).

(212) - *A Evolução*, n.º 1, p. 1.

(213) - *Folha Académica*, n.º 3, Coimbra, 3 de Março de 1886, p. 12.

(214) - *Revista Científica e Litteraria*, n.º 1, Dezembro de 1880, pp. 1-2.

(215) - De acordo com a documentação consultada, durante a década de oitenta, os periódicos da Academia, mesmo os de índole republicana, não falam em mudar o regime político através de um acto revolucionário. Fazendo propaganda, de uma maneira geral, limitam-se a denunciar e a criticar os actos e as medidas da governação. Em 1880, a revista *Zumbidos* diz-nos: "Que as instituições se tranquilizem, que a Carta ressoe pacificamente, que a magistratura tome com sossego o seu rapé, que os grandes homens contemplem com desvanecimento plácido a sua justa celebridade. Nós... vamos simplesmente levar os *zumbidos* dumas pequenas ironias... que poderão ser impertinentes..., mas que nunca serão malévolas" (*Zumbidos*, n.º 1, Março de 1880, p. 6).

intelectual e moral da sociedade. Com o tempo, acreditavam, viriam as necessárias alterações políticas e económicas.

Mas, porque o progresso e a perfectibilidade não se apresentam como um facto milagroso, um dote, era necessário conquistá-los. Para o conseguir, havia que educar e instruir o povo<sup>(216)</sup>. Só assim, Portugal poderia fazer parte do leque das nações cultas e civilizadas da Europa.

Embora árdua, esta tarefa não foi rejeitada pela comunidade estudantil de Coimbra. Conscientes do dever que uma academia devia ter para com a sociedade, um jornal escrevia: "... não hesitamos um momento em cooperar de qualquer forma, a exemplo das gerações que nos precederam, e das mais respeitáveis academias da Europa, no movimento salutar que se dirigia a operar a sua transformação"<sup>(217)</sup>.

---

Acreditando num progresso, o constitucionalismo, por enquanto, é entendido como um regime de transição entre o absolutismo e a república: "Ora a função do constitucionalismo é segundo a opinião dos mais autorizados publicistas, preparar o povo que o absolutismo educou para a democracia que tem de lhe suceder. Vê-se, pois, que o constitucionalismo é de sua natureza transitório e está condenado a desaparecer como todo o órgão que não tem função" (*A Evolução*, n.º 2, Coimbra, 4 de Dezembro de 1881, p. 1).

Só depois do ultimatum é que nos aparecem algumas referências à revolução. Criticando o directório nacional do partido, os estudantes de Coimbra, em comunicado de 13 de Novembro de 1890, diziam: "... o partido republicano, se estivesse definitivamente organizado e prevenido, teria, decerto, o prestígio e a força necessária para fazer a Revolução. Se a não fez, foi porque não houve quem a soubesse dirigir" (Apud *A Republica Portuguesa*, n.º 77, Porto, 16 de Novembro de 1890, p. 2). A opção pela via revolucionária é assumida sem rodeios pelos estudantes republicanos de Coimbra, em 1896. Lê-se no seu jornal: "Pela Pátria queremos a República, pela República a revolução" (*Portugal*, n.º 1, Coimbra, 14 de Abril de 1896, p. 1).

Isto não significa, contudo, que em Portugal, mesmo antes da data de 1890, não houvesse quem no partido republicano não advogasse já a via armada para a implantação da República. Em 1888, defendia-a, no Porto, Felizardo de Lima, no jornal *O Radical* (Cfr. Amadeu Carvalho Homem, *A propaganda republicana (1870-1910)*, Coimbra, 1990, pp.37-38).

<sup>(216)</sup> - A este propósito, um periódico estudantil escrevia: "A ilustração é uma das condições indispensáveis para o progresso material dos povos; porque da inteligência esclarecida dos que os regem, depende a adopção das medidas sensatas que lhes proporcionem prosperidade" (*O Panorama Contemporâneo*, n.º 5, Coimbra, 1 de Fevereiro de 1884, p. 33).

<sup>(217)</sup> - *A Evolução*, n.º 3, Coimbra, 12 de Dezembro de 1881, p. 1. No mesmo sentido, um outro periódico dizia: "este trabalho rude, mas glorioso, compete aos novos, à mocidade..." (*Revista Científica e Litteraria*, n.º 1, p. 2).

### 6.2.1. Ciência e literatura

A crença em que a verdadeira transformação e reorganização da sociedade tinha de passar pelos axiomas da ciência não podia deixar de provocar algumas rupturas e evoluções no domínio da produção literária. A testemunhá-lo estão, no contexto da literatura portuguesa, as posições que Eça de Queirós assumiu, na conferência proferida em 1871, no Casino, intitulada "O realismo como nova expressão da Arte"<sup>(218)</sup>.

Sob diversas formas (comentários, artigos críticos, ensaios, poesia e contos), este mesmo sentimento de ruptura e de evolução está igualmente presente nos vários jornais e revistas que a comunidade estudantil publicou. Assim, em 1880, um periódico de estudantes reconhecia que a ideologia positivista "determinando que o verdadeiro método de saber e investigar, era a experiência e a observação, não fez só uma profunda revolução na esfera filosófica e científica, necessariamente modificou também a orientação estética do espírito moderno. Dado este estado necessário dos espíritos e acentuada a corrente positivista, o realismo apareceu"<sup>(219)</sup>.

Em sentido mais ou menos idêntico, uma outra revista pronunciava-se da mesma maneira, quando escrevia: "As duas grandes manifestações da inteligência humana - A Ciência e a Arte - são hoje inseparáveis. Toda a Arte deve ser científica, toda a Ciência deve ser artística"<sup>(220)</sup>.

Nesta matéria, ao longo de algumas páginas das publicações periódicas estudantis, assistimos a uma campanha em prol, não só das novas correntes literárias (realismo e naturalismo), mas também de uma arte socialmente empenhada em transformar mentalidades. Aos olhos dos novos prosélitos, estas posturas implicavam, logicamente, uma propaganda crítica relativamente à literatura romântica. Criticando Pinheiro Chagas por este ter escrito um artigo no *Atlântico*, onde acusava os novos escritores de "incoerentes" e de "imitação servil" de Eça de Queirós, de Ramalho Ortigão e de Guerra Junqueiro, os autores de *Zumbidos* afirmam-se como defensores da escola

(218) - Cfr. António José Saraiva, *História da Literatura Portuguesa*, vol. I, Lisboa, Editorial Estudos Cor, 1966, p. 212.

(219) - *Zumbidos*, n.º 2, Abril de 1880, p. 13.

(220) - *Revista Científica e Litteraria*, n.º 3, Fevereiro de 1881, p. 83.

realista. Embora reconhecendo alguns excessos na nova escola, os redactores desta revista dizem-nos que "o *realismo*, não é uma simples mania literária de alguns cérebros desvairados. O *realismo* é uma manifestação lógica do espírito das sociedades de hoje"<sup>(221)</sup>.

Como homens do seu tempo, estes jovens estudantes jornalistas recusavam-se a ver a criação literária como um acto de ordem puramente subjectiva ou, para citarmos as suas próprias palavras, como "um mero capricho duma imaginação fecunda"<sup>(222)</sup>. Acusando a influência de Taine, os autores de *Zumbidos* reconheciam que a produção literária estava dependente, não só de momentos temporais, isto é, de um tempo cultural, mas também da raça e do meio a que o escritor pertencia e das circunstâncias que o condicionavam<sup>(223)</sup>.

Ainda que em breves artigos, a questão da hereditariedade e das influências mesológicas levaram a que, em alguns periódicos, se fizesse uma reflexão sobre o problema do "livre arbítrio" e do "determinismo". Perfilhando os seus autores uma ideologia francamente positivista, nestas reflexões mais não se vislumbra que uma campanha contra as escolas metafísicas que acusam de "evangelizar uma liberdade absoluta, que é uma perigosa utopia, pela qual se cria arbitrariamente, um homem imaginário, sem realidade objectiva..."<sup>(224)</sup>.

Influenciados por Balzac, Flaubert, Daudet e, sobretudo, por Zola, que citam e louvam com frequência, os estudantes desta época entendiam ainda que a criação artística deveria adoptar métodos semelhantes aos das Ciências da Natureza. Foi certamente sob estas influências que Serras da

---

(221) - *Zumbidos*, n.º 2, p. 12.

(222) - *Idem*, p. 12.

(223) - "As ideias dominantes duma dada época, a sua filosofia, a sua constituição social, o seu modo de ser particular influem fatal e necessariamente em toda a produção literária" (*Idem*, p. 12). Referindo-se à importância do meio, um outro jornal escrevia: "É que a mesologia é a grande ciência das relações íntimas, necessárias, constantes, que ligam os seres aos respectivos meios em que existem, em que estão imersos, em que se desenvolvem. O número e extensão dessas relações aumenta à proporção que se sobe na escala dos seres, desde os inertes ou brutos até ao homem, o ser racional e livre" (*A Crítica*, n.º 1, p. 2).

(224) - *A Crítica*, n.º 1, p. 3. Veja-se também *Correio da Universidade*, Anno II, n.º 1, Coimbra, 12 de Novembro de 1887, p. 3 e n.º 3, Coimbra, 1 de Dezembro de 1887, p. 3.

Conceição definiu o naturalismo como sendo a única fórmula que se caracterizava "pela análise rigorosa dos factos, pelo estudo científico dos temperamentos, da fatalidade hereditária, e da influência do meio cósmico e social"<sup>(225)</sup>,

De acordo com a ideologia da época e na perspectiva destes periódicos, a escola realista apresentava imensas vantagens sobre a romântica. Para além do seu carácter crítico e moralizante, de se opor ao subjectivismo metafísico do romantismo<sup>(226)</sup>, o realismo era também metódico e científico, na medida em que, através do método de análise, podia chegar a grandes generalizações, que são um dos objectivos da ciência<sup>(227)</sup>,

Mas a crítica da metafísica ao realismo e ao cientismo é também de sublinhar. O grande argumento com que os escritores realistas se defrontam é o de as suas obras serem acusadas de imorais e corruptoras<sup>(228)</sup>. A esta questão respondem os realistas dizendo que os metafísicos são desonestos, porque apreciam uma obra apenas nos seus fragmentos. Segundo os redactores de *Zumbidos*, Pinheiro Chagas, ao acusar Zola de grande corruptor, limitou-se apenas a citar "uma cena da *Curée*"<sup>(229)</sup>, quando esta "faz parte duma série de romances, que no seu conjunto constituem um

---

<sup>(225)</sup> - *Coimbra em Falda*, n.º 3, Julho de 1883, p. 4.

<sup>(226)</sup> - "Além disto, reconhecendo a supremacia directora da Ciência e da Filosofia, o realismo prestou à Arte este serviço enorme: lavá-la do subjectivismo metafísico. O espírito romântico, indisciplinado, desorganizado pela influência do individualismo...; enervado pela concentração do sentimento humano no ego pessoal, insociável e selvagem; foi energicamente combatido por essa escola, que substituiu, na lógica literária, a indução paciente à dedução de um princípio abstracto pré-estabelecido, e na Moral ao ponto de vista do indivíduo, o ponto de vista da sociedade" (*Revista Scientifica e Litteraria*, n.º 3, pp. 81-82).

<sup>(227)</sup> - "O método literário... é idêntico ao método científico. Na literatura como na ciência a verdade alcança-se pela dupla função da análise e da síntese - esta precedida por aquela. O ideal da ciência é a criação de vastas generalizações - as leis... Do mesmo modo na literatura, o grande fim é a criação de tipos genéricos, abstractos, ideais, a que Taine chama os *personagens*" (*Idem*, p. 82).

<sup>(228)</sup> - "A grande arguição que os escritores realistas têm sofrido, é a da imoralidade. Vindo eles substituir, por condenáveis, os românticos, que com falsos e deletérios aspectos da vida deslumbravam e prevertiam as imaginações fracas e esterelizavam muitas energias aproveitáveis quando devidamente estimuladas, os seus adversários acusam-nos de ter produzido obras mais imorais e mais corruptoras do que as dos seus antecessores" (*Zumbidos*, n.º 2, p. 14).

<sup>(229)</sup> - *Idem*, p. 15.

estudo completo, inexorável, perfeitíssimo dum época"<sup>(230)</sup>. Na opinião dos defensores do realismo, "o alcance moral dum trabalho não está nos detalhes, está no conjunto, está na impressão geral que ele deixa no espírito de quem o lê"<sup>(231)</sup>.

Estas críticas não invalidaram que em alguns periódicos estudantis se desenvolvesse uma literatura crítica, actualizada e apostada em transformar mentalidades. Um bom exemplo é o texto intitulado "Os Pós d'Arroz", da autoria de Luís de Magalhães, publicado na *Revista Científica e Litteraria*<sup>(232)</sup>. Em estilo de conto, o autor denuncia o tipo de educação, de mentalidade e de vida retrógrada de Paulina, uma jovem burguesa. Roberto, seu primo, era um engenheiro que, formado em Inglaterra, resolve vir passar uns tempos a Portugal. Para além de uma educação extraordinariamente prática e disciplinada, tinha, também, uma vasta cultura.

Não foi preciso muito tempo de convivência entre os dois, para que Paulina comesse a ser fortemente influenciada pelo primo que, depois de lhe retirar algumas ideias da sua cabeça oca, a levou a ler os livros de Victor Hugo, Michelet, Balzac e Spencer, seus autores predilectos. Passado pouco tempo e graças à acção de Roberto, Paulina tinha alterado totalmente os seus hábitos e maneira de pensar. Paulina sentia-se agora, segundo as suas próprias palavras, "verdadeiramente mulher"<sup>(233)</sup>.

A nosso ver, o paradigma cientista é aqui bem evidente. A convivência diária que Roberto tinha com a prima poderá corresponder à valorização que os positivistas atribuem às condicionantes sociais (influências mesológicas), as quais permitiram e facilitaram a aprendizagem de Paulina. Do mesmo modo, a vida disciplinada de Roberto poderá identificar-se como sendo o triunfo da razão sobre o sentimento (é a vitória da racionalidade sobre a metafísica). Finalmente, a acção pedagógica e científica que Roberto desenvolveu com as leituras que recomendou poderá ser equiparada, à maneira de Zola, à do médico em relação às patologias orgânicas.

Usando a crítica como uma arma de combate, o empenhamento social deste tipo de literatura passava, igualmente, pela denúncia da vida burguesa, que,

---

<sup>(230)</sup> - *Idem*, p. 15.

<sup>(231)</sup> - *Idem*, p. 16.

<sup>(232)</sup> - *Revista Científica e Litteraria*, n.º 1, pp. 9-16; n.º 3, pp. 72-78.

<sup>(233)</sup> - *Idem*, n.º 3, p. 78.

aliás, era uma das suas pedras de toque. Alguns textos publicados na revista *Coimbra em Falda* revelam-nos isso mesmo. Citemos um exemplo: assinado por Padre Filho Espírito Santo e intitulado "Scenas Vulgares", o autor denuncia o bacharel burguês que, depois de formado, vai a Coimbra e fica instalado no hotel. Mas, não resistindo à tentação de se encontrar com a Emiliazinha, sua amante de outros tempos, "não se esquecia de lhe mandar um bilheteinho a casa, que estava cá, muito de fugida, que fosse vê-lo ao hotel, esperava-a à noite"<sup>(234)</sup>.

### 6.2.2. Ciências Sociais e Humanas

Para além da produção literária, a influência da ideologia positivista estendeu-se também a outras áreas do saber. É o caso das ciências sociais e humanas, onde se incluem a economia, o direito, a história, a antropologia e a etnografia.

Ao contrário do que se verifica com os domínios da literatura e da política, aos quais os periódicos estudantis dedicam largos espaços, aquelas matérias só muito vagamente são questionadas. A razão principal para este procedimento poderá residir, não só na complexidade dos assuntos em causa, mas também no seu fraco grau de desenvolvimento científico. Aliás, os próprios autores o reconheciam, quando afirmavam: "Este modo erróneo de ver as coisas..., manifesta-se com redobrada força em sociologia, onde os fenómenos são muito mais complicados, achando-se o seu estudo científico ainda muito pouco desenvolvido"<sup>(235)</sup>.

Tendo em conta esta realidade, deve, desde já, sublinhar-se que a abordagem que os diferentes periódicos fazem a estas matérias vai, essencialmente, no sentido de um levantar de questões e de uma sensibilização das mentes, para a necessidade que, no contexto ideológico da época, se fazia sentir em se aplicarem os axiomas científicos aos fenómenos sociais. No que respeita à economia, por exemplo, o próprio título do artigo, "Necessidade do estudo científico da função commercial", de António Pinto de Mesquita, publicado na *Revista Científica e Litteraria*, é bem a prova disso<sup>(236)</sup>.

<sup>(234)</sup> - *Coimbra em Falda*, n.º 1, p. 3.

<sup>(235)</sup> - *Revista Científica e Litteraria*, n.º 3, p. 68.

<sup>(236)</sup> - *Revista Científica e Litterana*, n.º 3, pp. 65-69.



Invocando a lei dos três estados e socorrendo-se do pensamento de Huxley de que o espírito humano se desenvolve pelo constante aumento de conhecimentos positivos, o autor limita-se praticamente a dizer que, sendo a ciência comercial um dos ramos da economia e da ciência social, "devem-lhe ser aplicados todos os métodos e processos de que esta usa, servindo-lhe ao mesmo tempo de base os princípios por ela estabelecidos"<sup>(237)</sup>, uma vez que a ciência "é a única via do futuro"<sup>(238)</sup>.

No entanto, Pinto de Mesquita não deixa de reconhecer que, se o estado teológico já está ultrapassado, existe ainda o perigo das escolas metafísicas, que é imperioso combater desde já, porque o tempo é ainda de transição.

Como não podia deixar de ser, a ideologia positivista questionou também o campo dos fenómenos jurídicos. Se Manuel Emídio Garcia havia já criticado o paradigma kantiano-krausista em que assentava a filosofia do direito de Vicente Ferrer Neto Paiva e Joaquim Maria Rodrigues de Brito tinha já publicado a sua *Filosofia de Direito* (1869), muitas questões continuavam em aberto, mesmo depois da polémica aberta por este último professor sobre a mutualidade de serviços.

Apesar deste debate, no decurso dos anos setenta, ter provocado algum entusiasmo na mocidade académica, levando alguns estudantes a apresentarem, por escrito, os seus pontos de vista<sup>(239)</sup>, o que é certo é que a imprensa estudantil da década de oitenta faz quase um silêncio absoluto sobre estas matérias. Apenas um periódico, *Folha Académica*, publica um artigo, "A Philosophia do Direito e a lucta entre as classes sociaes", da autoria de Lourenço de Almeida e Medeiros. Em pouco mais de coluna e meia, o autor limita-se a denunciar a relação existente entre os direitos absolutos do indivíduo e as relações sociais. Reconhecendo que quem estabelece as condições da existência humana é a Natureza, no entanto, era o direito quem determinava o que pertencia a um em relação aos outros. Em seu entender, a actual filosofia do direito não era correcta, por quanto

---

<sup>(237)</sup> - *Idem*, p. 66.

<sup>(238)</sup> - *Idem*, p. 69.

<sup>(239)</sup> - Sobre as publicações que alguns estudantes fizeram, veja-se Innocencio Francisco da Silva e Brito Aranha, *Diccionario Bibliographico Portuguez*, tomo XIX, Lisboa, Imprensa Nacional, 1908, p. 333.

"subordina as relações sociais aos direitos individuais, invertendo assim a ordem jurídica"<sup>(240)</sup>.

No que concerne ao campo da história, embora Comte reconhecesse que a sociologia era a única ciência social, ao socorrer-se do conceito biológico de vida e ao estendê-lo à realidade social, estava a afirmar a primazia da evolução sobre a estabilidade. Nesta perspectiva, a evolução é a categoria fundamental da sociologia. Sendo a história, na óptica comtiana, um saber auxiliar da sociologia, a lei da evolução conduzia a uma transformação da ideia de história.

Segundo um periódico estudantil, "para uma indução histórica ser completa é indispensável investigar a sucessão ininterrupta das coisas sociais, é mister encontrar os *consequentes* e os *antecedentes*"<sup>(241)</sup>. Aliado ao sentido de evolução, isto queria dizer que tendo a história que se preocupar com todos os factos, devia, fundamentalmente, captar o fio condutor que os unia, para depois apreender o movimento interior e natural que possibilitava às sociedades a passagem de um estado inferior para um superior. Abordando a situação em que se encontrava a história, Manuel Emídio Garcia, em artigo publicado na revista *Bohemia Nova*, escrevia: "A história tem hoje por elementos orgânicos da sua constituição somente aqueles que lhe fornece a realidade verificável dos factos, e por únicas formas aquelas que lhe vai ministrando a fenomenalidade evolutiva que traduz, na sua complexidade crescente, a vida progressiva das sociedades, e a civilização cada vez mais opulenta da humanidade no seio da natureza"<sup>(242)</sup>.

Ainda segundo o mesmo autor, esta tarefa tinha já sido, em parte, conseguida por Alexandre Herculano. Louvando o fundador da nossa historiografia moderna, por nos seus trabalhos se ter revelado um espírito crítico relativamente às imposições teológicas e às intervenções sobrenaturais na evolução histórica portuguesa, não deixava também de o criticar pelas concepções metafísicas que ainda manifestava.

De acordo com as cambiantes positivistas, a história, à semelhança das outras ciências, devia estabelecer as suas leis. Só assim se tornaria, pensavam os intelectuais positivistas, um conhecimento real e positivo. Por isso, em um outro periódico podia ler-se: "Não basta a descrição e análise dos factos

<sup>(240)</sup> - *Folha Académica*, n.º 3, Coimbra, 3 de Março de 1886, p. 12.

<sup>(241)</sup> - *A Crítica*, n.º 2, p. 5.

<sup>(242)</sup> - *Bohemia Nova*, n.º 1, Coimbra, 1 de Fevereiro de 1889, p. 8.

ou fenómenos de qualquer espécie: é mister também conhecer-lhes as leis, agrupando-os e achando-lhes as relações, porque, desta operação mais intelectual e dificultosa, vem um conhecimento real e positivo"<sup>(243)</sup>.

Neste contexto, Manuel Emídio Garcia recusava, não só o providencialismo fatalista de Bossuet e Chateaubriand, o ecletismo metafísico de Guizot, Thiers e Cantu, mas também a teoria do acaso professada por Oliveira Martins<sup>(244)</sup>.

Apesar dos trabalhos já desenvolvidos por Carlos Ribeiro, Pereira da Costa e Nery Delgado<sup>(245)</sup> e de Bernardino Machado ter introduzido, em 1885, o estudo da Antropologia na Universidade<sup>(246)</sup>, a imprensa estudantil desta época limita-se, pela pena de Luís Woodhouse, a divulgar e a comentar a 2.ª edição da obra de Oliveira Martins, *Elementos de Anthropologia*. Integrada na Biblioteca das Ciências Sociais, dirigia-se, essencialmente, a um público vasto. Por isso, Woodhouse felicitava o autor, uma vez que era importante fazer a divulgação deste tipo de conhecimentos. Considerando a obra globalmente positiva, reconhecia-lhe, no entanto, um defeito: "registando por um lado cuidadosamente os factos, os dados positivos, sentese [o autor] todavia inclinado a colocar de preferência o seu ponto de vista dentro da área da filosofia especulativa"<sup>(247)</sup>.

É ainda dentro do quadro cultural do positivismo que emerge a etnografia. Para além dos trabalhos de Teófilo Braga e Consiglieri Pedroso, a grande figura deste ramo do saber foi José Leite de Vasconcelos. Colaborador de *O Panorama Contemporâneo* com os estudos sobre "Onomatologia Portuguesa", aí sustentava a ideia de que era importante "aplicar ao estudo... o método científico, e deixarmo-nos de nos basear apenas em autoridades, porque as autoridades não são os eruditos pulverulentos do passado, são as leis que regulam os factos"<sup>(248)</sup>.

---

<sup>(243)</sup> - *A Crítica*, n.º 2, p. 5.

<sup>(244)</sup> - *Bohemia Nova*, n.º 1, pp. 7-8.

<sup>(245)</sup> - Cfr. Ana Leonor Pereira e João Rui Pita, "No século das explosões científicas", *História de Portugal*, Direcção de José Mattoso, vol. V, pp. 658 e ss.

<sup>(246)</sup> - A cadeira de Antropologia foi criada pelo decreto de 2 de Julho de 1885 e intitulava-se "Antropologia, Paleoantropologia Humana e Arqueologia Pré-Histórica" (Cfr. Alberto Xavier da Cunha, "A Antropologia física em Portugal até aos fins do séc. XIX", *História e Desenvolvimento da Ciência em Portugal*, vol. II, Lisboa, 1986, p. 1008).

<sup>(247)</sup> - *Revista Científica e Litteraria*, n.º 3, p. 94.

<sup>(248)</sup> - *O Panorama Contemporâneo*, n.º 1, Coimbra, 1 de Novembro de 1883, p. 8.

De igual modo, A. R. Gonçalves Viana, em artigo intitulado "Estudos de Língua Portuguesa", publicado na mesma revista, alertava para a necessidade que havia em recolher vocábulos, que de outro modo se perderiam, à semelhança do que outros estavam a fazer "com os provérbios, com a poesia, com a música, com os contos, com os jogos e brinquedos infantis, com as tradições enfim, com tudo o que constituía a vida íntima, a verdadeira, dos nossos antepassados..."<sup>(249)</sup>.

Embora modesto, mas com mais ou menos entusiasmo, a imprensa estudantil não deixou, assim, de prestar o seu contributo para o florescimento e divulgação das ciências sociais e humanas.

### 6.2.3. Ciência e Ilustração

De uma maneira geral, uma das principais linhas de força que os periódicos estudantis nos transmitem é a ideia de progresso. Embora mais evidente na década de oitenta, época em que a Academia se afirmava, fundamentalmente, como adepta das ideias positivistas<sup>(250)</sup>, a ideia de progresso prolonga-se para além de 1890<sup>(251)</sup>, apesar da crise de identidade que, após aquela data, se fazia sentir<sup>(252)</sup>.

Ligada à ideia de progresso estava a noção de cientismo, isto é, a concepção de que a ciência seria a forma terminal do conhecimento humano. O progresso só era possível desde que passado pelo cadinho da ciência. Daí o facto de um periódico afirmar: "A ciência é a lei do progresso e o progresso não tem limites"<sup>(253)</sup>.

Interligada com a noção de progresso e a ideia de ciência está a de instrução, como sendo "um dos primeiros elementos, para uma nação se

---

<sup>(249)</sup> - *O Panorama Contemporaneo*, n.º 4, Coimbra, 15 de Janeiro de 1884, p. 32.

<sup>(250)</sup> - Criticando o jornal católico, *A Ordem*, um periódico estudantil escrevia: "O vosso período passou... Agora é o nosso, o período positivo: é a vez da concepção filosófica, que o Dr. Garcia tão brilhantemente defende" (*Zumbidos*, n.º 1, Março de 1880, p. 54).

<sup>(251)</sup> - Em 1897, Patrício Judice escrevia em *Voz do Porvir*: "A ciência espalha por toda a parte os seus benéficos resultados, a civilização caminha e o progresso triunfante invade todas as manifestações da actividade humana" (*Voz do Porvir*, n.º 2, Coimbra, 14 de Março de 1897, p. 2).

<sup>(252)</sup> - Sobre este assunto veja-se Augusto da Costa Dias, *ob. cit.*, pp. 115 e ss.

<sup>(253)</sup> - *Echos da Mocidade*, n.º 5, Coimbra, 10 de Maio de 1906, p. 2.

poder engrandecer, progredir e finalmente para incutir a verdadeira força a todo o organismo social"<sup>(254)</sup>.

De acordo com o positivismo comtiano e o evolucionismo de Spencer, o conceito de instrução funciona aqui como um verdadeiro motor de promoção civilizacional.

Dentro dos cânones positivistas, o conceito de instrução tem, também, subjacente o aperfeiçoamento do espírito, nomeadamente a moral individual da pessoa, enquanto elemento da sociedade e por ela co-responsável. Por isso, um periódico dizia: "Instruir o povo é arrancá-lo ao império dos apetites brutais...; é elevá-lo à vida moral"<sup>(255)</sup>.

Comungando na ideia, vinda já do iluminismo e do primeiro romantismo, de que a cultura tinha uma função emancipadora e não desconhecendo que a grande maioria do povo português se achava distante do nível geral de cultura, os jovens estudantes jornalistas de Coimbra procuraram divulgar, nos seus vários periódicos, o maior número de temas e de questões, para ilustração do público.

Nesta perspectiva e interpretando o sentir dos tempos, a *Revista Científica e Litteraria* procurava "alargar indefinidamente o âmbito dos assuntos, abrir um campo de publicação não só às manifestações da Arte, mas também às da Ciência..."<sup>(256)</sup>. Por sua vez, *O Panorama Contemporâneo*, a par de alguma criação literária e poética, divulgava estudos sobre a Língua Portuguesa, História, Arte e assuntos vários do domínio das Ciências da Natureza. Questões científicas, de religião e de política foram igualmente abordadas pela revista *A Academia de Coimbra*. Também a *Folha Académica* se dispunha "a abranger todas as manifestações intelectuais, desde a crónica ligeira e fugidia, ao meditado artigo de ciência"<sup>(257)</sup>.

Em 1906, o jornal *Echos da Mocidade*, na sua nota de apresentação, testemunhava: "Diversos periódicos e revistas têm aparecido, alguns eminentemente populares e instrutivos, nos quais se confirma esta tendência reformadora. Mas o estado de atraso do nosso povo é tal que

---

<sup>(254)</sup> - *Correio da Universidade*, n.º 1, Coimbra, 16 de Outubro de 1886, p. 1.

<sup>(255)</sup> - *A Evolução*, n.º 9, Coimbra, 22 de Janeiro 1882, p. 2.

<sup>(256)</sup> - *Revista Científica e Litteraria*, n.º 1, p. 3.

<sup>(257)</sup> - *Folha Académica*, n.º 1, Coimbra, 6 de Fevereiro de 1886, p. 1.

todos os esforços que se empreguem tendentes a regenerá-lo, serão poucos"<sup>(258)</sup>.

Todavia, procurava-se que esta divulgação não fosse feita de uma maneira qualquer. Não esquecendo um certo sentido pedagógico, os responsáveis pelas diferentes publicações procuraram fazê-lo em linguagem simples e inteligível, sempre de acordo com o tipo de público a que se pretendiam dirigir. É que havia uma certa consciência de que "os vulgarizadores inábeis caem neste erro: expõem a ciência dum modo elevado para os que não sabem, e supérfluo para os que estudam. Desta forma a ciência não aproveita a ninguém. Por isso é preciso expungí-la, quanto possível, do arsenal técnico, do aparato severo que cinge a ideia na forma, da aridez nua sem prejuízo da verdade"<sup>(259)</sup>.

Assim, a par de espaços para divulgação de teorias científicas, como é o caso do artigo de Abílio de Lobão Soeiro sobre "Physiologia - Do cerebro como sede do pensamento"<sup>(260)</sup> e de assuntos de índole filosófica, de que é exemplo, entre outros, o de António Gonçalves com o título de "Notas"<sup>(261)</sup>, procuravam-se, também, ministrar conhecimentos práticos e úteis, a par de alguns conselhos.

Procurando divulgar as últimas conquistas da ciência, *O Panorama Contemporaneo*, por exemplo, publicava alguns artigos sob o título genérico de "As Bellezas da Sciencia"<sup>(262)</sup>.

Num deles, depois de umas breves considerações sobre o que eram lagos e pântanos, gelos e nuvens, Manuel Emídio Garcia, socorrendo-se do exemplo das "huertas de Valência", procurava chamar a atenção dos nossos agricultores, para as vantagens que estes poderiam vir a usufruir, se fizessem um melhor aproveitamento das águas, para regarem os seus campos. Em sua opinião, "nós temos muito rios, cujas águas, inúteis à navegação, podem ser aproveitadas com grande vantagem pela agricultura. O Zêzere, o Nabão, o Guadiana, o rio Ervedal, e muitas ribeiras suas tributárias, poderiam ser canalizados e derivados para as regas dos terrenos marginaes e circunjacentes. As águas fluviais, e as

(258) - *Echas da Mocidade*, n.º 1, Coimbra, 10 de Fevereiro de 1906, p. 1.

(259) - *O Panorama Contemporaneo*, n.º 6, Coimbra, 15 de Fevereiro de 1884, p. 47.

(260) - *Idem*, n.º 3, Coimbra, 1 de Janeiro de 1884, pp. 23-24.

(261) - *Livre Pensamento*, n.º 1, Coimbra, 2 de Abril de 1905, pp. 26-30.

(262) - *O Panorama Contemporaneo*, n.ºs 6, 7, 8 e 9, de Fevereiro, Março e Abril de 1884, pp. 46-48, 56, 64 e 68 e ss.

dos terrenos pantanosos, também se poderiam aproveitar, recolhendo-as em reservatórios, tais como albufeiras, represas e semelhantes<sup>(263)</sup>,

Em virtude de a filoxera estar a provocar enormes estragos nas vinhas, na região do Douro, um outro periódico, na sua secção de "Noticiário", aconselhava os agricultores a fazerem a cultura do tabaco, a qual exigia "terrenos substanciais, adubados e abrigados do norte"<sup>(264)</sup> e a "formar uma associação com estatutos e uma direcção encarregada de estudar as questões que importam a esta região agrícola e representar os seus interesses"<sup>(265)</sup>. No mesmo sentido, nos primeiros anos do nosso século, um outro jornal alertava novamente os agricultores, para os benefícios que poderiam ter, se procurassem associar-se em sindicatos agrícolas<sup>(266)</sup>, enquanto um outro periódico indicava que a "mergulhia da videira" era o melhor processo para combater a praga da filoxera<sup>(267)</sup>.

Na sua habitual "Chronica", o jornal *A Evolução*<sup>(268)</sup> recomendava a leitura do livro "Hygiene do Gabinete de Trabalho", recentemente publicado em Paris, porque continha um conjunto de normas e de princípios sobre a melhor maneira de, numa cidade, se estabelecer e montar um escritório.

Com a rubrica de "Higiene Rural", também *Echos da Mocidade*<sup>(269)</sup> procura sensibilizar os homens do mundo rural, para a necessidade que havia em procurar manter as nossas aldeias mais limpas, pelo que apontava algumas medidas a serem tomadas em consideração.

Com o título de "Sciencia para todos", um outro periódico esclarecia sobre alguns dos modos de se obter corrente eléctrica<sup>(270)</sup>, enquanto *O Clarão* aconselhava os operários a não frequentarem a taberna, porque esta era "o lodaçal do vício e a vereda do crime"<sup>(271)</sup>. À taberna opõem os estudantes-redactores a escola e a associação de classe como os melhores locais, não só para se instruírem, como também para se orientarem na

---

(263) - *Idem*, n.º 9, p. 72.

(264) - *A Evolução*, n.º 9, Coimbra, 22 de Janeiro de 1882, p. 3.

(265) - *Idem*.

(266) - *Echos da Mocidade*, n.º 4, Coimbra, 25 de Abril de 1906, p. 1.

(267) - *A Chronica*, n.º 3, Coimbra, 10-11-1908, p. 2.

(268) - *A Evolução*, n.º 5, Coimbra, 25 de Dezembro de 1881, p. 3.

(269) - *Echos da Mocidade*, n.º 5, Coimbra, 10 de Maio de 1906, p. 6.

(270) - *O Clarim*, n.º 3, Coimbra, 6 de Março de 1902, p. 2.

(271) - *O Clarão*, n.º 1, Coimbra, 16 de Fevereiro de 1910, p. 2.

defesa dos seus direitos. Neste sentido, era com bastante regozijo, segundo se depreende das palavras da notícia, que um dos redactores de *A Social* anunciava o facto de, no Instituto de Coimbra, irem já começar as aulas nocturnas para operários<sup>(272)</sup>.

Em outras colunas procurava-se instruir os leitores com temas de carácter literário. São os contos, os romances e os folhetins que a maior parte dos periódicos publicavam, mas onde não faltava a sátira e a crítica de costumes.

Também a poesia ocupava um lugar de relevo nos vários periódicos, sendo de assinalar os poemas de António Feijó, Manuel da Silva Gaio, Gomes Leal, Eugénio de Castro, Amélia Janny, Luís Osório, António Nobre, Silvestre Falcão, Eduardo de Araújo, Alexandre da Conceição e Rodrigues Braga, entre muitos outros. Fazendo a apologia da ciência e das novas ideias, são deste último os seguintes versos:

"E a bela Crença - nova, - a casta virgem - Mãe  
da exacta concepção do código do Bem -  
modesta como a paz, fria como um cutelo,  
debalde a tem chamado a língua do escapelo!  
Não se crê nem se afirma. A nossa consciência,  
dobra-se, como um vime, aos sopros da Ciência;  
perdeu a autonomia, a asa incoercível  
com que sabia alar-se aos mundos do Intangível"<sup>(273)</sup>.

Sublinhe-se ainda, nas várias publicações, a existência de secções e de artigos relativos à História de Portugal. Com incidência maior para a época dos descobrimentos<sup>(274)</sup> e com um relevo especial para as grandes figuras e factos da nossa história<sup>(275)</sup>, pretendia-se assim cultivar o orgulho de ser portugueses. Referindo-se à publicação do livro "El-Rei D. Manuel", da autoria de Manuel Bernardes Branco, um jornal de estudantes comentava assim o seu aparecimento: "É louvável e proveitoso que haja alguém a avivar, na

(272) - *A Social*, n.º 3, Coimbra, 8 de Fevereiro de 1897, p. 37.

(273) - Apud *Revista Científica e Litteraria*, n.º 3, p. 80.

(274) - Cfr. entre outros, *Folha Académica*, n.º 2, Coimbra, 17 de Fevereiro de 1886, p. 7.

(275) - Com título "Aljubarrota", canta-se, em verso, a figura de Nuno Álvares Pereira (Cfr. *A Chronica*, n.º 2, Coimbra, 30-10-1908, p. 2).



geração presente, a descorada reminiscência dos tempos de labor e de honra, que tão distante levaram a fama de nossos ascendentes"<sup>(276)</sup>.

No campo dos estudos morais, exalta-se a instituição familiar e defende-se uma educação própria para a mulher<sup>(277)</sup>. A mulher, que até aqui era vista, essencialmente, como um ser inferior e carnal, passa a ser encarada como um modelo potencial de virtudes. Disso mesmo nos dá conta a revista *Zumbidos* que não deixou de criticar a comissão que, no Porto, estava encarregada de organizar as comemorações do Centenário de Camões, por pretender levar à prática, no Palácio de Cristal, um concurso de beleza feminina, entre raparigas lavadeiras, instituindo para o efeito um conjunto de doze prémios. Para os redactores de *Zumbidos*, positivistas, esta atitude e maneira de pensar da comissão merecia-lhes todo o repúdio, uma vez que, em seu entender, "em lugar do prémio de beleza, os senhores comissários poderiam ter instituído com mais proveito o *prémio de virtude*... as premiadas ao saírem do Palácio talvez não fossem acolhidas pelo aplauso sensual.... mas ao contrário seria a simpatia comovida e respeitosa que seguiria com o olhar a passagem dessas esposas, mães, filhas e irmãs, às quais o fino critério de Suas Excelências concedesse a digna recompensa do seu valor moral, autorizando-as como exemplo e como modelo"<sup>(278)</sup>.

Como vemos, o conceito de moral identifica-se aqui com a virtude e o bom exemplo que todos deviam seguir. Recusando-se a ver na mulher somente o lado da beleza e da sensualidade, há mesmo quem aponte o nome da mãe de Jesus, para servir de exemplo a todas as mães de família e a toda a Humanidade. Fê-lo Maria Marin, em "Cronicas Femininas - La mujer y su educación", na revista *Livre Pensamento*<sup>(279)</sup>. São dela as seguintes palavras: "Maria, la bella y pura Maria de Nazaret, la amorosa madre de Jesús, es el modelo que debéis siempre poner de manifesto à vuestras hijas, en todas las épocas de su vida"<sup>(280)</sup>.

---

<sup>(276)</sup> - *A Crítica*, n.º 2, Março de 1888, p. 4.

<sup>(277)</sup> - "A família, tal como a compreende a filosofia moderna, impõe uma educação especial à mulher, para que ela, na cooperação dessa existência, a não faça desequilibrar pela sua parte" (*Zumbidos*, n.º 1, p. 73).

<sup>(278)</sup> - *Idem*, p. 74.

<sup>(279)</sup> - *Livre Pensamento*, n.º 1, Coimbra, 2 de Abril de 1905, pp. 22-25; n.º 2, Coimbra Maio de 1905, pp. 69-73.

<sup>(280)</sup> - *Idem*, n.º 2, p. 70.

No entanto, não se pense que o exemplo de Maria é aqui apontado como tendo alguma coisa a ver com dons divinos. De maneira nenhuma. Semelhantes a Maria foram Isabel de Castela e Joana d' Arc, porque também elas cultivaram o trabalho, a virtude, a bondade de coração, a ilustração e a obediência e, por isso, são igualmente citadas como exemplos a seguir<sup>(281)</sup>.

Relativamente à instrução, reconhecia-se que mesmo em outros países, a educação da mulher tinha sido bastante desprezada, em virtude do preconceito de que a mulher era uma criatura inferior. Mas, porque a moral era também sinónimo de educação e de ilustração, os vários periódicos desenvolvem uma campanha em prol da instrução feminina, a qual não se devia limitar a uma escolaridade mínima, mas abranger todos os níveis e graus de ensino. Nesta matéria, periódicos houve que chegaram mesmo a noticiar o número de mulheres que frequentavam e se haviam já formado, em algumas universidades estrangeiras<sup>(282)</sup>.

Reconhecia-se, igualmente, que à mulher "a natureza deu faculdades e funções, não inferiores, mas distintas"<sup>(283)</sup> das do homem. Por isso, a instrução que as escolas públicas lhes deviam oferecer não era uma instrução qualquer, mas apropriada.

Para as horas de lazer, defendia-se a criação de centros recreativos femininos, equipados com bibliotecas, onde as mulheres pudessem fazer leituras, salas de convívio, para conversarem umas com as outras e ouvirem música<sup>(284)</sup>.

---

<sup>(281)</sup> - "Maria, tipo de amor y dulzura, de resignación, de humildad..., no por favor de Dios, sino por su propio trabajo, por su mérito personal. Isabel de Castilla, es el deber mismo, la nobleza de corazón, la caridad; el apoteosis de la ilustración! Juana... es la virtud, la obediencia..." (*Idem*, p. 70).

<sup>(282)</sup> - Em 1897, o jornal *Portugal* dava a seguinte notícia: "A imprensa alemã relata nas faculdades de direito, medicina e letras da Universidade de Berlim se matricularam cerca de duzentas senhoras, no presente curso" (*Portugal*, 1.º ano, n.º 2, Coimbra, 14 de Novembro de 1897, p. 3). Em 1901, um outro jornal informava: "Foi na verdade o progresso, que rasgou à mulher novos horizontes e lhe proporcionou novas perspectivas... Foi à América que coube a glória de tomar a iniciativa na educação feminina, sendo, hoje, as suas Universidades largamente frequentadas por mulheres e algumas havendo exclusivas ao estudo daquele sexo. A Universidade de Massachussets formou num destes últimos anos, 825 médicas, tendo também nesta parte do mundo acesso à magistratura" (*O Pedante*, n.º 8, Coimbra, 28 de Abril de 1901, p. 3).

<sup>(283)</sup> - *A Evolução*, n.º 9, p. 3.

<sup>(284)</sup> - *Livre Pensamento*, n.º 2, p. 71.

Certamente no sentido de humanizar a função social da mulher, procurando inseri-la, mais facilmente, na vida civil, alguns periódicos faziam a defesa do divórcio. Entendendo que a família não devia ser uma instituição despótica, quando entre marido e mulher deixasse de reinar o amor e a paz e a esperança de reconciliação fosse impossível, então, "restitua-se-lhes neste caso a liberdade que disfrutavam antes, porque assim o exige o interesse da sociedade"<sup>(285)</sup>.

Com um tipo de educação e de instrução adequadas e com os seus direitos reconhecidos, as mulheres seriam diferentes: "para seus maridos dignas companheiras, dar a seus filhos uma boa educação, e espalhar por toda a parte uma salutar influência"<sup>(286)</sup>.

Citando Voltaire, os estudantes jornalistas eram adeptos de que: "l'instruction fait tout; c'est la source féconde de l'ordre, du repos e du bonheur"<sup>(287)</sup>. Por isso, a ilustração do povo passava, também, pela necessidade que havia em introduzir reformas na instrução pública. Na óptica destes jovens, para além da criação de novas escolas, cuja construção e equipamentos deviam obedecer a determinadas regras<sup>(288)</sup>, de uma revisão nos vencimentos dos professores<sup>(289)</sup>, a instrução primária devia tornar-se obrigatória e gratuita, para que "nenhuma criança, por causa da pobreza de seus pais, seja privada desta alimentação espiritual não menos necessária que o pão do corpo"<sup>(290)</sup>.

Os conteúdos e os métodos do ensino deviam ser igualmente alterados. Segundo Manuel Emídio Garcia, às crianças "em vez de lhes fazer decorar o catecismo religioso, que elas não compreendem, ensinemos-lhe o catecismo da natureza"<sup>(291)</sup>. Pugnavam-se assim por um tipo e uma visão secularizada da cultura.

No processo de ensino - aprendizagem deviam-se privilegiar as relações entre o meio natural e social e a escola: "Ensinar à infância e à mocidade o que é a família em cujo seio nasceram, a cidade ou aldeia onde vivem, o município ou concelho a que pertencem, o distrito ou a província e a nação

---

(285) - *Idem*, n.º 1, p. 16.

(286) - *A Evolução*, n.º 9, p. 3.

(287) - *Apud A Evolução*, n.º 12, Coimbra, 13 de Fevereiro de 1882, p. 3.

(288) - *Idem*, n.º 17, Coimbra, 20 de Março de 1882, p. 3.

(289) - *Cfr. A Evolução*, n.º 19, Coimbra, 4 de Abril de 1882, p. 3; *Correio da Universidade*, n.º 5, Coimbra, 14 de Novembro de 1886, p. 1.

(290) - *A Evolução*, n.º 9, p. 2.

(291) - *Revista Científica e Litteraria*, n.º 1, p. 6.

de que fazem parte; em que consiste a organização do respectivo estado social e as suas relações com os outros estados, levando-as assim, de grau em grau, até à concepção da humanidade"<sup>(292)</sup>.

Dado o desenvolvimento que se começava a fazer sentir na nossa indústria, defendia-se a criação de mais escolas profissionais, onde alguns operários poderiam fazer uma melhor formação<sup>(293)</sup>.

Uma vez que a moral é também sinónimo de evolução, bem-estar e progresso<sup>(294)</sup>, uma outra linha de força que os vários periódicos nos transmitem e que muito tem a ver com a ilustração e desenvolvimento do povo é a ideia de que o trabalho é indispensável para a conquista de melhores condições de vida. Em várias páginas de jornais e revistas, o trabalho era definido e conotado como sendo um dom e um bem próprio do homem<sup>(295)</sup>; como uma força reabilitadora na vitória da virtude sobre o vício, do bem sobre o mal<sup>(296)</sup>; como uma força moral<sup>(297)</sup>; aliado à ciência, era a supremacia do homem sobre a Natureza, era o triunfo do progresso, era sinal de ilustração<sup>(298)</sup> e, de mãos-dadas com a Razão, era a fórmula libertadora dos fracos e dos oprimidos<sup>(299)</sup>.

---

<sup>(292)</sup> - *Idem*, p. 6.

<sup>(293)</sup> - *A Evolução*, n.º 9, p. 2.

<sup>(294)</sup> - "Vimos com o peito pujante em amor, em procura dum ideal... que hoje se nos apresenta já próximo, espalhando a economia e aconselhando a moralidade, procurando o bem-estar dos povos e elevando as nacionalidades" (*Voz do Porvir*, n.º 1, p. 1).

<sup>(295)</sup> - "O trabalho é o verdadeiro património do homem" (*Correio da Universidade*, n.º 3, Coimbra, 31 de Outubro de 1886, p. 2).

<sup>(296)</sup> - "trabalhar é... evitar a ociosidade, serpe dos corações e origem de todo o vício; é procurar adquirir e manter a virtude, fonte do bem e base de toda a felicidade" (*Idem*, p. 2).

<sup>(297)</sup> - "A ideia e o preceito de que o Trabalho, honra, glória e esplendor da vida humana não pode ser o castigo de um suposto crime, mas sim uma necessidade orgânica, uma virtude moral..." (*Revista Científica e Litteraria*, n.º 1, p. 5).

<sup>(298)</sup> - "O Trabalho, esclarecido pela ciência e dirigido com método, quando tem por fim a produção dos objectos os mais necessários à conservação e desenvolvimento dos homens e da Humanidade, é o único gerador do equilíbrio e harmonia das sociedades" (*Idem*, p. 7). Na nota de apresentação, a redacção de um jornal escrevia: "Na bandeira que hasteamos, estão escritas simplesmente duas palavras: ciência e trabalho" (*Correio da Universidade*, n.º 1, p. 1).

<sup>(299)</sup> - "Arreda e deixa passar as mãos calosas mas divinas daquele que prepara há mil anos a seara exuberante e inesgotável que há-de acariciar e alimentar as gloriosas gerações do futuro... Arreda e à minha passagem curva essa caveira rancorosa e pestilenta porque eu sou O Trabalho" (*O Clarão*, n.º 1, p. 1).

#### 6.2.4. Ciência e Religião

Interligado com a ciência, um outro tema abordado foi o da religião. Cristo, cristianismo, religião católica e catolicismo eram expressões usadas com alguma frequência. Todavia, o sentido que lhes era atribuído estava muito longe da perspectiva com que o Concílio de Trento havia encarado estas questões. No entender destes jovens ideólogos, o fenómeno religioso, à semelhança do que se verificava com a produção literária, estava sujeito ao domínio da ciência. Sendo a ciência a lei que comandava o progresso, acreditavam que, mais tarde ou mais cedo, a religião seria substituída por uma moral mais sã, mais em sintonia com os novos tempos.

Em 1880, a questão religiosa não era um assunto novo em Portugal. Tinha já sido um problema que havia preocupado bastante os nossos primeiros liberais, dadas as aparentes contradições entre os direitos individuais que defendiam, nomeadamente a liberdade de pensamento que a Carta Constitucional consignava<sup>(300)</sup> e o catolicismo que a mesma, no seu artigo 6.º, impunha como sendo a religião de todo o Reino<sup>(301)</sup>.

Se as medidas tomadas pelo poder político, nomeadamente a extinção das ordens religiosas, e as críticas que os intelectuais liberais faziam à religião podem servir para que o liberalismo possa ser definido como um anticlericalismo ou, melhor dizendo, um anticongreganismo, o que é certo é que os liberais procuraram compatibilizar os interesses do liberalismo com os do catolicismo. Segundo Fernando Catroga, no fundo, os liberais e os românticos portugueses "eram antiultramontanos e defendiam um clero nacionalizado, que devia perfilhar os ideais liberais e exercer de um modo simples e pedagógico o seu múnus, numa comunhão de base com a vida das próprias populações"<sup>(302)</sup>.

Nas últimas décadas do século, certamente por influência das ideias positivistas de Comte, Littré e de Taine que, ultrapassando a teologia e a metafísica, se limitavam a observar os fenómenos e a determinar as leis,

---

<sup>(300)</sup> - O artigo 145.º, § 3.º, diz o seguinte: "Todos podem comunicar os seus pensamentos por palavras, escritos, e publicá-los pela Imprensa sem dependência de censura..." (Apud *As Constituições Portuguesas...*, organização e introdução de Jorge Miranda..., p. 114).

<sup>(301)</sup> - "A Religião Católica Apostólica Romana continuará a ser a Religião do Reino" (*Idem*, p. 81).

<sup>(302)</sup> - Fernando Catroga, "Cientismo, política e anticlericalismo". *História de Portugal*, direcção de José Mattoso, vol. V, p. 589.

reforçadas com o transformismo de Darwin e o evolucionismo de Spencer que, ameaçavam as posições da Igreja quanto à origem do homem, vai passar a apostar-se num projecto laico de cultura e de sociedade. Questionando a religião, acreditava-se que havia chegado o momento de exilar Deus e de se proclamar uma nova religião, o "Amor da Humanidade"<sup>(303)</sup>.

Responsabilizando os jesuítas e a inquisição pelo atraso cultural do país<sup>(304)</sup>, este anticlericalismo reforçava-se com a dogmatização do culto da Imaculada Conceição, da infalibilidade do Papa e com os ataques que Pio IX, na *Quanta Cura* e no *Sylabus* dirigia à ciência e à modernidade. Referindo-se a este assunto, um periódico de estudantes escrevia: "Os dogmas da Imaculada Conceição e da infalibilidade pontifícia, a célebre encíclica, e o *Sylabus*... são outros tantos desafios à civilização e à ciência, mas estolidos são eles, tão absurdos e tão risíveis, que mais parecem outras tantas enxadadas que a igreja quis dar na grande cova que há receber o seu cadáver"<sup>(305)</sup>.

Depois de fazerem a apologia da ciência e das modernas descobertas científicas, na pena dos estudantes jornalistas, uma reconciliação entre a ciência e a religião era impossível, uma vez que os métodos de uma e de outra eram absolutamente opostos<sup>(306)</sup>.

Reconhecendo a resistência que os defensores do "status quo" religioso ofereciam e ainda os erros que haviam sido cometidos no passado, nomeadamente a "excessiva condescendência... pelas instituições religiosas"<sup>(307)</sup>, segundo os jovens estudantes, porque tratando-se de um problema de educação, os melhores meios para se implantar o novo projecto de regeneração seriam desencadear uma campanha de ilustração, mas de carácter anticlerical, e apostar fortemente na educação da mulher<sup>(308)</sup>.

<sup>(303)</sup> - Veja-se a nota n.º 208.

<sup>(304)</sup> - Cfr. *O Panorama Contemporanea*, n.º 5, Coimbra, 1 de Fevereiro de 1884, pp. 35-36.

<sup>(305)</sup> - *Revista Científica e Litteraria*, n.º 3, pp. 90-91.

<sup>(306)</sup> - "A religião não estabelece doutrina senão fundada na inspiração e na fé. A ciência não admite verdades que não tenham por base a observação e a experiência. A religião tem como elemento principalíssimo o milagre, ainda que ele se oponha à fatalidade das leis naturais. A ciência repudia completamente tudo o que contraria estas leis... A religião fortifica-se na imutabilidade dos seus dogmas. A ciência nada considera imutável, e estabelece a evolução como a lei suprema tanto do mundo cósmico, como do mundo social" (*Idem*, p. 87).

<sup>(307)</sup> - *Revista Livre*, 2.ª edição, Coimbra, Typographia Operana, 1894, p. 3.

<sup>(308)</sup> - *Idem*, pp. 1-6.

A primeira impunha-se, uma vez que o clero constituía "a enorme muralha que é preciso derrubar porque para além dessa muralha é que está a vida livre, a terra fértil, a solidariedade dos corações e dos espíritos"<sup>(309)</sup>.

A segunda era importante, na medida em que era a mulher quem, através da educação dos filhos, desempenhava "uma influência decisiva na formação dos sentimentos"<sup>(310)</sup>.

Se, relativamente à educação da mulher, a questão já foi abordada<sup>(311)</sup>, é à luz de um ataque à ignorância e aos costumes do clero que alguns textos publicados nos diferentes periódicos devem ser entendidos. Escrevendo em poema, António Granjo caracterizava assim o perfil dos nossos abades:

"Lá comer e beber - dizia o nédio abade -  
É o primeiro dever de toda a cristandade  
Antes de ir para a missa é sempre de bom crente  
Um copito engulir religiosamente.  
O sacerdote tem por suma obrigação  
Beber, comer, dormir: rezar é devoção.  
Os problemas subtis, as teses transcendentas.  
Os mistérios do dogma, as leis dos contingentes.  
As atracções fatais dos mundos infinitos.  
Tudo isso e tudo o mais não vale uns ovos fritos"<sup>(312)</sup>.

Também em verso, A. Paçõ Vieira denunciava a condição celibatária de uma freira:

---

<sup>(309)</sup> - *Patria*, n.º 10, Coimbra, 22 de Maio de 1906, p. 4.

<sup>(310)</sup> - *Revista Livre*, p. 4. Criticando o ensino de carácter religioso que a criança recebia no meio familiar, porque "deprime o carácter e recalca as nobres aspirações", um periódico estudantil defendia a ideia de um ensino laico que "embora imperfeito entre nós, deixa em liberdade todas as energias criadoras do indivíduo" (*Patria*, n.º 1, Coimbra, 19 de Março de 1906, p. 2).

<sup>(311)</sup> - Sobre a educação da mulher vejam-se ainda *Estrela Académica*, n.º 1, Coimbra, 15 de Outubro de 1902, pp. 8-9 e *Album de Coimbra*, n.º 2, Coimbra, 31 de Março de 1908, pp. 42-45; n.º 3, de 12 de Maio, pp. 68-72; n.º 4, de 31 de Maio, pp. 93-95 e n.º 5, de 15 de Junho, pp. 112-20.

<sup>(312)</sup> - *Livre Pensamento*, n.º 2, p. 52.

"Na cela cor de fogo, a mística sultana  
- Madre Paula - dormita em flácida otomana

.....  
Tocava para o côro. A freira então desperta  
e vai, meia dormir, alucinada, incerta,

.....  
E, quando ia a sair, para cantar matinas,  
à Virgem suplicou, nas preces matutinas.  
que fizesse arraigar no amante estremeado  
o amor que lhe retalha o coração dorido...

.....  
Abriu-se de repente o largo reposteiro  
mostrando-lhe o perfil de esbelto cavaleiro  
Correm-lhe pelo corpo um lubrico veneno...  
- Entrava D. João V afável e sereno"<sup>(313)</sup>.

Os erros e os vícios do clero são igualmente denunciados em artigos como "Os Missionários"<sup>(314)</sup>, onde Manuel Joaquim Massa, em nome da liberdade, alertava o povo para os perigos que podiam vir do púlpito e do confessionário. Acusando o clero de pregar uma moral e eles próprios fazerem o contrário, lança-lhes uma campanha de descrédito, para reconhecer que homens assim não são necessários em Portugal. Por isso, aconselhava-os a irem para a Ásia e para África.

Do mesmo modo, Joaquim José de Oliveira, em "Influência social do clero"<sup>(315)</sup> procurava demonstrar que a educação ministrada nos seminários era uma educação fanática e deformadora da personalidade humana. Se, no entender de Joaquim de Oliveira, a verdade passava pelas ciências positivas, aos jovens seminaristas ensinavam-lhes o contrário. Daí que eles difamem quem pensa de maneira diferente.

Seja em nome de um cientismo positivista, seja em nome de filosofias materialistas, os jovens intelectuais de Coimbra, sobretudo os ligados ao movimento republicano, questionavam a essência da religião, pondo em

---

<sup>(313)</sup> - *Revista Científica e Litteraria*, n.º 3, p. 92.

<sup>(314)</sup> - *Portugal*, n.º 6, Coimbra, 18 de Maio de 1896, p. 2.

<sup>(315)</sup> - *Patria*, n.º 3, Coimbra, 2 de Abril de 1906, p. 2.



causa, não só a criação bíblica, a imortalidade da alma, mas também a própria autenticidade da Escritura<sup>(316)</sup>.

Acreditando piamente no cientismo positivista e obedecendo a estratégias políticas, os periódicos republicanos viam no clero "um terrível inimigo do progresso e da liberdade"<sup>(317)</sup>. Por isso, o seu anticlericalismo é levado ao extremo. Socorrendo-se do exemplo francês que citam<sup>(318)</sup>, advogavam para Portugal uma lei de separação da Igreja e do Estado, única maneira de, em sua opinião, o Estado salvaguardar os direitos individuais, porque em matéria de religião era neutro: "O Estado tem de ser essencialmente neutral. Empregamos a palavra neutral, para nos não servirmos da palavra irreligioso. Não se compreende uma religião do Estado. Um Estado que impõe uma religião faz profissão de fé. Ao Estado pertence, porém, a protecção e conservação de todos os interesses, a manutenção da harmonia entre todas as aspirações diferentes ou contraditórias que traduzam uma corrente de opiniões ou de sentimentos"<sup>(319)</sup>.

#### 6.2.5. Ciência e Política

Como já referimos, na óptica positivista, a sociedade era vista e entendida, não como a simples soma das vontades individuais, mas como uma entidade definida, um organismo próprio, regido por leis próprias.

---

<sup>(316)</sup> - "Apesar dos homens de ciência lhes demonstrarem, duma maneira evidente, que a criação bíblica é uma utopia, a imortalidade da alma uma quimera, a originalidade da Escritura uma mentira, pois que muitas das suas doutrinas e alguns dos seus dogmas basilares, como a do mistério da Trindade, foram aúdos no brahmanismo, elles (o clero) fecham os olhos a tudo..." (*Idem*, p. 2).

<sup>(317)</sup> - *Patria*, n.º 4, Coimbra, 9 de Abril de 1906, p. 2

<sup>(318)</sup> - "A lei da separação da Igreja e do Estado em França tem agora todas as probabilidades de triunfo com a formação do novo gabinete. Eis as medidas que Clemenceau e Brand contam empregar, caso persistam os movimentos reaccionários: 1.º - Suprimir as pensões aos padres que resistam aos inventários; 2.º - Confiscar os bens não inventariados no momento de resistência; 3.º - Submeter a penas rigorosas os fiéis que se oponham à fiscalização da lei; 4.º - Perseguir nos tribunais todos os individuos suspeitos de provocar resistência" (*Patria*, n.º 1, Coimbra, 19 de Março de 1906, p. 2).

<sup>(319)</sup> - *Patria*, n.º 12, Coimbra, 6 de Junho de 1906, p. 3.

Imbuídos das ideias de Comte, Littré, Spencer e outros, uma boa parte da Academia comungava na noção de que a reorganização da sociedade tinha de se inspirar nos ditames da ciência.

Reconhecendo o estado da decadência em que a sociedade se encontrava, estes jovens jornalistas constataavam, igualmente, que o sistema político vigente, o qual apelidavam de "geringonça constitucional"<sup>(320)</sup>, estava ultrapassado e, como tal, sem capacidade de resposta para os novos problemas. Por isso, impunha-se construir o modelo ideológico capaz de responder às novas exigências. Isto significava, por um lado, questionar a fórmula e a filosofia subjacentes à ordem estabelecida e, pelo outro, postular que, só através da via científica, a tão desejada "revolução" era possível. É que, como positivistas, não aceitavam o carácter de sublevação da revolução. Para estes jovens, já o dissemos, a palavra revolução identificava-se com evolução, a qual estava já cientificamente provada na lei dos três estados.

Fazendo apelo à ciência e ao sentido de evolução da humanidade, uma boa parte dos periódicos estudantis desta época procuravam demonstrar que a monarquia era uma instituição caduca, assim como os princípios que lhe serviam de suporte. A prová-lo estava o individualismo com "o gravíssimo inconveniente de fortalecer o egoísmo, tornando-se um obstáculo formidável à realização do princípio de fraternidade"<sup>(321)</sup>. De igual modo o atraso do país e a notável falta de cultura da maior parte da população portuguesa eram uma responsabilidade da monarquia. Por isso, estes periódicos viam na monarquia um sinónimo da ignorância. A este propósito, escrevia-se num deles: "podemos concluir sem esforços que toda a fonte de vida da monarquia... está na própria ignorância, embrutecimento ou atraso dos povos sujeitos a ela"<sup>(322)</sup>.

Neste contexto, tanto a monarquia como os seus alicerces culturais constituíam um obstáculo à evolução da sociedade, na medida em que eram factores que estavam a contribuir para a sua decadência. Daí a necessidade pressentida por alguma imprensa, sobretudo a de cariz republicano, em fornecer à sociedade novas formas e outros esquemas de pensamento, mais consentâneos com os sentidos de evolução e modernidade.

---

(320) - *Zumbidos*, n.º 1, p. 38.

(321) - *A Academia de Coimbra*, n.º 3, p. 4.

(322) - *A Evolução*, n.º 8, Coimbra, 15 de Janeiro de 1882, p. 3.

Da leitura da maioria dos periódicos pode extrair-se a ideia de que, em matéria política, desejava-se uma sociedade diferente, de cariz democrático, com um governo descentralizado e onde os direitos individuais fossem respeitados. Se a monarquia não servia, também o modelo socialista não entusiasmava. Recusando um e outro, no entender de um periódico, "a forma de governo que nos pode dar mais soma de garantias materiais e morais é a República"<sup>(323)</sup>.

A doutrina socialista era fortemente atacada, entre outros, por Silva Cordeiro que, socorrendo-se do pensamento de Herbert Spencer, escrevia: "O socialismo que aspira a pautar pela lei comum toda a acção individual contradiz a evolução progressiva da Humanidade, que consiste pelo contrário em emancipar sucessivamente o indivíduo da tutela do Estado... O socialismo opõe-se à grande e inevitável lei da concorrência vital, estabelecendo com as suas instituições protectivas uma relação artificial que assegurará o triunfo dos fracos sobre os fortes e com ele a degenerescência moral e física da nação e da raça"<sup>(324)</sup>.

Repudiando o socialismo, porque centralizador, também o republicanismo democrático, que se desejava, ia colidir com o pensamento de Comte, uma vez que este era antidemocrático por natureza. A sua falta de democraticidade residia na negação do estatuto ôntico e axiológico do indivíduo, o que punha em causa os direitos individuais, não reconhecia o sufrágio universal e perfilhava um estado forte e centralizado.

No contexto do positivismo português, estes atributos foram superados, graças sobretudo às contribuições de Littré, Stuart Mill e Herculano, entre outros. Assim, não só o indivíduo passou a ser entendido como um elemento

---

<sup>(323)</sup> - *Idem*, n.º 1, p. 1.

<sup>(324)</sup> - *A Academia de Coimbra*, n.º 10, Coimbra, 15 de Maio de 1886, p. 2. Sobre o mesmo assunto, um outro jornal escrevia: "O Socialismo do Estado, companheiro inseparável do regime centralista, é um sorvedouro insondável dos dinheiros públicos; e isso contribui para que um tal regime liquide sempre pela bancarrota" (*Clarim das Ruas*, n.º 4, Coimbra, 2 de Dezembro de 1897, p. 2). Segundo cremos, os ideais socialistas não se radicaram muito no pensamento da Academia. Só nos princípios do nosso século, um outro periódico fazia uma certa apologia do ideal socialista. Era o caso de *O Pedante*, quando escrevia: "Considerado primitivamente como preocupação mórbida de cérebros doentios, o socialismo foi, pouco a pouco, desenvolvendo-se e hoje, se bem que ainda se ressinta da falta de uma fórmula definitiva, já não é lícito duvidar do seu triunfo" (*O Pedante*, n.º 7, Coimbra, 21 de Abril de 1901, p. 1).

do conjunto social e, por isso, integrado em outros degraus da sociabilidade (paróquia, município, província, nação), mas também se reconhecia a universalização do sufrágio<sup>(325)</sup> que, depois, quando no poder, os republicanos procuraram não cumprir<sup>(326)</sup>.

Sobre estas e outras questões e no sentido de se esclarecer e politizar o público leitor, para além da imprensa republicana, que denunciava os erros e os abusos da governação monárquica, outros jornais e revistas publicavam os mais diferentes e variados artigos. Citemos alguns exemplos: Com o título, "Um partido por afinidade", os redactores de *Zumbidos*<sup>(327)</sup>, na pessoa do deputado Barros de Sá, denunciava o modo de actuação das forças políticas e satirizavam o seu comportamento de "empenhoca", pelo que, em tom de ironia, alguns partidos são apelidados de "o partido dos sogros".

"Liberdade, Igualdade e Fraternidade"<sup>(328)</sup> é o título de um breve artigo de Mota Gomes que, à boa maneira positivista, começando por negar o sentido da igualdade, evidenciava o valor da Fraternidade como sendo esta a mola real que congregava os povos na realização pacífica do progresso.

Tomando como base o analfabetismo e a falta de cultura política da nossa população, João de Caires, em "Críticas e Afirmações"<sup>(329)</sup>, reflectia sobre a melhor maneira de, em Portugal, se levar á prática o sufrágio universal.

---

<sup>(325)</sup> - "O sufrágio universal é pois a condição fundamental de toda a república digna deste nome" (*A Evolução*, n.º 13, Coimbra, 20 de Fevereiro de 1882, p. 4).

<sup>(326)</sup> - Em 1911, um periódico escrevia a propósito do voto das mulheres: "Uma das aspirações mais pronunciadas da mulher do nosso tempo é, sem dúvida, o direito de votar... E não são destituídos de força os seus argumentos... Contudo, eu não acho razoável essa aspiração do belo sexo, que actualmente não é mais do que uma agitação momentânea do seu espírito" (*Impertinente*, n.º 2, Coimbra, 20 de Abril de 1911, p. 1). A primeira mulher portuguesa a votar foi a cirurgiã Carolina Beatriz Ângelo. Natural da Guarda, freguesia de S. Vicente, onde nasceu em 1877, fez os seus estudos no Liceu da Guarda e depois na Escola Médica de Lisboa. Inscrita em Lisboa, com o n.º 2 513, votou para a Assembleia Constituinte, no salão do Clube Estefânia, em 1911. O seu voto não foi fácil. Negando-lhe o governo esse direito, recorreu para os tribunais, tendo sido o juiz João Baptista de Castro, pai de Ana de Castro Osório, quem lhe diferiu a sua pretensão, alegando que cidadãos portugueses eram tanto os homens como as mulheres. (Cfr. *Expresso-Revista*, n.º 1 128, de 10 de Junho de 1994, pp. 54-55).

<sup>(327)</sup> - *Zumbidos*, n.º 1, pp. 26-32.

<sup>(328)</sup> - *A Academia de Coimbra*, n.º 3, pp. 4-5.

<sup>(329)</sup> - *Idem*, pp. 5-7 e n.º 5, Coimbra, 1 de Abril de 1886, pp. 3-4.

Sobre o mesmo assunto, Carlos Borges, em "A instrução e a política", escrevia: "Ensinem aos homens rudes do campo quais são os seus direitos..., rasguem com luz a escuridão do seu pensar e verão se a golilha da ameaça os arrastará como a bestas a lançar numa urna a lista em que vai inscrito o nome, muitas vezes, dum desconhecido"<sup>(330)</sup>.

Seja como for, na perspectiva destes jovens jornalistas, o problema político, como aliás os restantes, resumiam-se, como acabamos de verificar, a um problema de educação e instrução.

#### 6.2.6. Formação de uma nova opinião pública

Apostado em divulgar, entre os portugueses, os ideais positivistas, em 1880, um periódico estudantil definia assim o que entendia por opinião pública: "O espírito público dum país é para nós a ideia predominante entre a maioria da população sobre a política, a ciência, a filosofia, a literatura, a indústria, etc., manifestada pelos actos externos correspondentes - o sufrágio popular, a instrução, a moralidade, as leituras favoritas, o género de trabalho, etc."<sup>(331)</sup>.

Fazendo a análise à realidade francesa, que tomava como exemplo, este mesmo periódico chegava à conclusão que o espírito público do povo francês era manifestamente positivista, porque, sob o ponto de vista político, os franceses tendiam para o republicanismo; em literatura, as preferências iam para o realismo de Zola e Daudet e em questões de ciência e filosofia perfilhavam as ideias de Littré, Wyruboff, Spencer e Suartt Mill.

Interrogando-se depois sobre o que se passava na sociedade portuguesa, a conclusão a que se chegava, fosse qual fosse o ponto de vista, era a de que, entre nós, não existia uma opinião pública formada<sup>(332)</sup>. Como

---

<sup>(330)</sup> - *A Social*, n.º 2, Coimbra, 24 de Janeiro de 1897, p. 25.

<sup>(331)</sup> - *Zumbidos*, n.º 1, p. 10.

<sup>(332)</sup> - "É esta falta de opinião, que se encontra na política, encontrámo-la também em todos os outros ramos da nossa actividade, só com uma pequena diferença: - é que na política há quem mercanceie e então lá a opinião vende-se. Na literatura, na arte, na indústria, na filosofia, na ciência, como não há quem a pague, a opinião nem se manifesta" (*Idem*, pp. 16-17).

causa explicativa para esta disparidade entre a França e Portugal, os autores de *Zumbidos* apontavam "a nossa falta de instrução"<sup>(333)</sup>.

Segundo um dos principais responsáveis pela entrada do positivismo em Portugal, o século XIX distinguia-se pela existência de uma nova força – a opinião pública. No entender de Teófilo Braga, "para que essa força exerça uma acção directa sobre os destinos da humanidade, é necessário que se converta de simples aspiração que é, em uma convicção racional e prática"<sup>(334)</sup>. A melhor via para se fazerem chegar ao povo as nossas ideias era o recurso às publicações periódicas<sup>(335)</sup>. Na opinião de Teófilo Braga, a revista científica e literária era o instrumento mais eficaz, na medida em que ela "é o meio mental em que melhor se elabora um livro"<sup>(336)</sup>.

A partir de 1880, dentro do mundo estudantil, a par de uma certa divulgação científica e literária, foi, essencialmente, no plano de uma politização das massas que o positivismo mais se faz sentir. A este propósito, um jornal de estudantes dizia: "somos republicanos e movidos por estas considerações vimos com toda a sinceridade e com todo o entusiasmo dos peitos juvenis juntar os nossos esforços aos que trabalham na regeneração política da nação portuguesa"<sup>(337)</sup>.

Não admira que assim tivesse acontecido, uma vez que, desde cedo, o republicanismo anteviu no ideário de Comte e de Spencer uma boa via, não só para encetar as reformas desejadas, mas também para combater as instituições da monarquia e a ideologia clerical.

De acordo com a evolução mental da época, ao longo das várias páginas de jornais e revistas estudantis, constata-se que "o evolucionismo é o grande princípio do nosso tempo, princípio irrecusável desde que se descobriu que a evolução era a lei genérica da trama universal dos entes"<sup>(338)</sup>. Daqui se conclui que, entre a comunidade estudantil, o dinamismo social era visto e equacionado em termos evolucionistas, o que denota bem a influência de Spencer. Por isso, repudiavam-se todas as concepções que assentassem num

(333) - *Idem*, p. 17.

(334) - Teófilo Braga, *História das Ideias Republicanas em Portugal...*, p. 167.

(335) - "Depois do jornalismo político, compete às revistas ou jornais científicos e literários uma missão especial neste periodo de transformação". (*Idem*, p. 169).

(336) - *Idem*, p. 170.

(337) - *A Evolução*, n.º 1, p. 1.

(338) - *Revista Científica e Litteraria*, n.º 3, p. 83.

pressuposto teológico e metafísico. Isto significava que havia uma certa consciência de que o projecto regenerador só teria viabilidade se houvesse, por um lado, uma maior propagação do ideal positivista e, pelo outro, uma diminuição do peso e da influência cultural da Igreja com a consequente secularização da cultura.

De facto, é, por isso, que, nos vários periódicos, se tratam os mais variados temas: literatura, história, educação, biologia, religião, economia e sociologia, mas combatendo sempre as explicações teológicas e metafísicas. Na exposição que faziam destas temáticas, procuravam-se evidenciar as vantagens que os novos códigos do pensamento tinham sobre os do passado. Pretendia-se assim que na mente do público leitor se fosse operando uma renovação mental, se adquirisse uma nova consciência, sem a qual não era possível levar à prática as necessárias transformações políticas e sociais.

Uma vez que a civilização se encarregava "de eliminar gradualmente os ferozes desejos egoístas, fazendo prevalecer os sentimentos altruístas"<sup>(339)</sup>, elogiava-se a fraternidade, porque ela era "o supremo ideal das consciências honestas: é a bandeira que deve guiar a humanidade, ávida de luz, no imperioso descobrimento das leis naturais, para constituir a ciência, e na esforçada conquista das subsistências, para alimentar a vida"<sup>(340)</sup>. Desejando-se substituir o catolicismo moribundo, aplaudia-se Comte, porque havia sido ele o fundador da religião da Humanidade, "a melhor expressão da fraternidade humana"<sup>(341)</sup>.

No entender destes estudantes redactores, a influência que o clero e o catolicismo exerciam sobre as consciências era ainda enorme e, por isso havia também que lhe pôr termo. Além do mais, constituía um obstáculo, não só à implementação do projecto democrático, mas também ao desenvolvimento do progresso científico<sup>(342)</sup>. Daí que, para a formação de uma nova opinião

---

(339) - *A Academia de Coimbra*, n.º 3, Coimbra, 18 de Março de 1886, p. 4.

(340) - *Idem*, p. 4.

(341) - *Idem*, p. 5.

(342) - Socorrendo-se do livro de Hartman, *La Religion de l'Avenir*, Carlos Lobo de Ávila escrevia: "o catolicismo é mais do que nenhuma outra religião adversa à ciência e hostil a toda a cultura" (*Revista Científica e Litteraria*, n.º 3, p. 91). Um outro jornal dizia: "O único sustentáculo das ideias católicas é a ignorância, o obscurantismo..." (*A Evolução*, n.º 7, Coimbra, 8 de Janeiro de 1882, p. 2).

pública, a monarquia, o clero e o catolicismo tivessem sido os alvos principais da crítica<sup>(343)</sup>. É precisamente no sentido de uma sensibilização do público contra a preponderância ideológica do clero ultramontano que alguns dos artigos, nos vários periódicos, têm que ser entendidos. Ridicularizando o trabalho dos sequazes do jornal católico *A Ordem*, a quem chamavam a "hydra da reacção", os autores de *Zumbidos* comentavam com ironia: "a vossa propaganda é um absurdo, um anacronismo, um abuso, uma transgressão de limite... Ide para a redacção da *Ordem*: rezai com os vossos assinantes a ladaíinha, contaí casos do passado, os idlíos de Madalena, as tragédias do Gólgota, o drama íntimo do monte Olivete, a epopéia da Ressurreição"<sup>(344)</sup>.

Este mesmo sentido de leitura deve ser posto em muitos outros artigos como, por exemplo, o da autoria de A. R. Nogueira, "A missão dos padres terminou", publicado no jornal *A Evolução*<sup>(345)</sup> e o de Eduardo Pires de Lima, "O Christianismo não aboliu a escravatura", em *A Academia de Coimbra*<sup>(346)</sup>, para se citarem apenas alguns.

Propósitos semelhantes devem ser vistos no entusiasmo com que os estudantes procuraram celebrar o centenário da morte do Marquês de Pombal. Relegando para o passado os santos do calendário gregoriano, a hagiografia positivista era formada pelos grandes homens, por aqueles que, através do seu pensamento e da sua obra, muito haviam contribuído para o bem e o progresso da Humanidade. Fazendo reviver a memória de Pombal, os estudantes de Coimbra procuraram, fundamentalmente, enaltecer, não só a figura do estadista reformador, mas sobretudo a sua faceta de homem anticlerical. Aliás, no jornal que a Academia faz publicar, para comemorar a

---

<sup>(343)</sup> - Apesar de os positivistas acreditarem na extinção das religiões, que eram substituídas por uma nova ordem moral, reconheciam o papel que a igreja havia tido na história: "Não se nega, pois, à igreja o seu papel importantíssimo na história. Não se contesta ao espírito cristão a sua profunda e salutar influência na transformação medieval. Mas contesta-se, mas nega-se a essa igreja e a esse espírito a pretensão de se não transformarem e de quererem perpetuar o seu domínio no mundo, escudados com a imutabilidade dos seus dogmas, com a infalibilidade dos seus pontífices e com autoridade dos seus precedentes. Foram estas pretensões que talharam a mortalha do catolicismo que hoje aí agoniza..." (*Revista Científica e Litteraria*, n.º 3, p. 89).

<sup>(344)</sup> - *Zumbidos*, n.º 1, pp. 54-55.

<sup>(345)</sup> - *A Evolução*, n.º 13, Coimbra, 20 de Fevereiro de 1882, pp. 3-4.

<sup>(346)</sup> - *A Academia de Coimbra*, n.º 1, pp. 4-6; n.º 2, pp. 5-6; n.º 8, pp. 2-4; n.º 9, pp. 5-8; n.º 10, pp. 3-6; n.º 11, pp. 1-4 e n.º 12, pp. 5-16.



efeméride, é este um dos aspectos que mais se põe em evidência. À boa maneira positivista, entre outros, fê-lo Alexandre da Conceição, num longo poema que intitulou "Os Jesuítas", do qual destacamos os seguintes versos:

"São estes santos hoje os que o mundo venera,  
Os que vencem na luta as hidras da quimera,  
Os que vão pelo mundo espalhando às mãos cheias  
As sementes do bem, do amor e das ideias...  
Ora é dum santo assim de que hoje reza a missa,  
Que tem por hóstia a ciência e por bíblia a justiça"<sup>(347)</sup>.

## 7. A CULTURA ESTUDANTIL SOB O SIGNO DO CAPITALISMO

### 7.1. Traços gerais da evolução económica e social: 1890-1910

Como já dissemos anteriormente, a cultura da Academia reflecte sempre um pouco o que se vai passando em Portugal. Importa, por isso, mergulhar, por breves instantes, na história portuguesa de finais do século XIX e princípios do XX, sobretudo nas suas vertentes económica e social, afim de melhor se compreenderem as posições culturais assumidas.

É no último quartel do século XIX que se definem as grandes características do sistema capitalista mundial. Em termos muito gerais, este tipo de capitalismo caracteriza-se por uma forte concentração monopolista, pela crescente afirmação do capital financeiro e pela exportação de capitais privados. Estes capitais vão ser canalizados, sobretudo, para nações pouco desenvolvidas, como sejam a Austrália, os países colonizados de África e da América Latina, o que vai levar a um recrudescimento do imperialismo<sup>(348)</sup>.

---

<sup>(347)</sup> - *O Centenario do Marquez de Pombal - Jornal comemorativo publicado pela comissão dos estudantes de Coimbra*, Numero unico, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1882, p. 3. Sobre este assunto veja-se ainda o jornal *A Evolução*, n.ºs 7, 9, 11, 14 e o número especial que foi publicado em Coimbra, em 8 de Maio de 1882, onde colaboram, entre outros, Manuel Emídio Garcia, Augusto Rocha e Teófilo Braga.

<sup>(348)</sup> - Cfr: A. J. Avelãs Nunes, *Os Sistemas Económicos*, Coimbra, 1975, pp. 161 e ss.

Para melhor consecução destes objectivos, em 1885, realizava-se a célebre Conferência de Berlim, onde as grandes potências europeias decidem a partilha da África. O ultimatum que a Inglaterra impôs a Portugal, em 11 de Janeiro de 1890, mais não representava que o culminar dessa política, apesar das pressões diplomáticas desenvolvidas pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, Barros Gomes, junto dos vários governos europeus, que pouco ou nada fizeram. É que, segundo Albert Silbert, "Portugal representava pouca coisa aos desafios que estavam em jogo no xadrez internacional da época"<sup>(349)</sup>.

Comparando o nosso desenvolvimento económico com o dos países da Europa Ocidental, Portugal era, nos finais do século XIX, um país substancialmente atrasado. Por volta de 1890, o nosso país era essencialmente agrícola e rural.

Embora a burguesia nacional se tivesse apropriado de algumas terras que a antiga nobreza dominava e tivesse adquirido as que pertenciam às congregações religiosas, essa transferência de propriedade, certamente por falta de vontade e ausência de radicalismos nas revoluções políticas, não veio modificar grandemente a estrutura económico-agrária. Se é certo que houve um aumento da área cultivada e se introduziram inovações técnicas<sup>(350)</sup>, também não deixa de se constatar que as relações e o modo de produção não sofreram alterações significativas. Variando de região para região, verifica-se a entrada de algumas relações capitalistas nos campos. Todavia, Armando de Castro não deixa de assinalar que, de uma maneira geral, "a par de minúsculas zonas onde sobreviviam formas comunitárias de raiz primitiva combinadas com manifestações ligadas ao comunitarismo medieval

---

<sup>(349)</sup> - Albert Silbert, "A crise portuguesa de 1890-1891 vista de França", *Análise Social*, quarta série, volume XXVIII, números 123-124, Viseu, Tipografia Guerra, 1993, p. 1102.

<sup>(350)</sup> - "Os esforços da intensificação da agricultura que se observam durante a segunda metade do século XIX em Portugal não apresentam nem forma nem intensidade igual em todo o País: uma das suas principais características é a falta de continuidade, no espaço e no tempo. Esbatem-se com frequência numa região, quando adquirem, pelo contrário, amplitude máxima noutra. Será assim necessário tomar em consideração uma diversidade regional de forma, de cronologia e de ritmo..., diversidade determinada não só pelo meio geográfico, mas também pela diferente configuração da estrutura da propriedade e da exploração agrícola" (Miriam Halpern Pereira, *Livre-Câmbio e Desenvolvimento Económico. Portugal na segunda metade do século XIX*, 2.<sup>a</sup> edição, Odivelas, Sá da Costa Editora, 1983, p. 83).

(nomeadamente em Trás-os-Montes) encontramos relações próprias das manifestações de dependência do sistema económico feudal<sup>(351)</sup>. Além do mais, continuaram-se a utilizar instrumentos e métodos agrários antiquados, a mercadoria a não ser ainda entendida como um elemento fundamental da vida económica e o sistema de divisão de trabalho manteve-se bastante rudimentar, razões pelas quais o homem dos sete ofícios continuava a não causar estranheza, como Trindade Coelho tão bem demonstrou<sup>(352)</sup>. Segundo Costa Dias, "desta maneira se repetem e conservam antigos hábitos patriarcais, tradições de trabalho, de contacto entre homens, de devoções, festas, superstições e até um tipo de mentalidade com muitas características mágicas"<sup>(353)</sup>.

Sabendo nós que muitos dos estudantes que frequentavam a Universidade eram filhos de pequenos lavradores e proprietários rurais, foi em ambientes como o acima descrito que nasceram e foram criados.

Paralelamente a este quadro agrário, assistimos a um relativo crescimento da actividade industrial, sobretudo a partir de 1875. Embora se não possa dizer que Portugal era um país industrializado, em virtude de a nossa indústria não ter atingido nem o nível nem a magnitude que alcançou em outros países europeus, no entanto, verifica-se um certo desenvolvimento, pelo menos em alguns sectores, de que são exemplos os têxteis, as conservas de sardinha e o papel.

Citado por Armando de Castro, o inquérito industrial de 1881 revela-nos que, em Portugal, já existiam algumas empresas com uma certa dimensão. Estão neste caso a Companhia de Vendedores de Tabaco Regalia que já empregava 260 operários, a Companhia Lusitana com 75 e a Companhia Nacional de Tabaco que tinha 2 fábricas, uma em Lisboa e outra no Porto, e onde trabalhavam 1 200 operários<sup>(354)</sup>.

Embora o trabalho ao domicílio fosse ainda uma prática, com o desenvolvimento da indústria vamos assistindo à dissolução do regime da

---

<sup>(351)</sup> - Armando Castro, *A Economia Portuguesa do século XX (1900-1925)*, 3.ª edição, Lousã, Tipografia Lousanense, 1979, p. 84.

<sup>(352)</sup> - Cfr. Trindade Coelho, *O Senhor Sete*, Lisboa, 1961, p. 78.

<sup>(353)</sup> - Augusto da Costa Dias, *ob. cit.*, p. 64.

<sup>(354)</sup> - Armando Castro, *Introdução ao Estudo da Economia Portuguesa (Fim do Séc. XVIII a princípios do Séc. XX)*, Lisboa, Tip. da Rádio Renascença, 1947, p. 54.

pequena produção autónoma. Socorrendo-se do mesmo inquérito, Armando de Castro refere-nos a este propósito: "Um definhamento, ou a total extinção, eis aí o carácter que apresentam quase todas as pequenas indústrias do distrito, outrora florescente... Em torno do Porto, nos concelhos de Bouças e de Gaia, veêm-se ainda os restos das antigas ferrarias, já de todo extintas no da Maia. A par deste abandono e decadência das indústrias históricas, surgiu, porém, mais do que uma grande indústria amparada por direitos pautais"<sup>(355)</sup>.

A partir de 1890, o processo de industrialização acelera-se. As transformações avolumam-se e desenham-se já tentativas para a formação de monopólios, como aconteceu nas indústrias dos fósforos e dos tabacos<sup>(356)</sup>, ao mesmo tempo que se acentuavam, quer a importância do capital financeiro, quer uma maior facilidade nos instrumentos de crédito.

Aliada à concentração fabril, o desenvolvimento dos transportes, nomeadamente o aumento da rede ferroviária, veio acelerar a desintegração de um velho mundo. Os pequenos mercados locais vão desaparecendo, em favor de um mercado mais alargado, a proletarianização dos camponeses e dos pequenos produtores vai aumentando e a deslocação de populações dos centros rurais para os urbanos é uma realidade cada vez maior<sup>(357)</sup>.

Apesar de ser um acontecimento essencialmente político, o ultimatum que a Inglaterra impôs a Portugal não deixou de ter os seus reflexos no mundo económico. Face à situação de atraso do país, havia-se gerado a ideia de que seria em África que Portugal iria encontrar as fontes e os meios de progresso económico<sup>(358)</sup>. A imposição do ultimatum vinha pôr em causa aquela convicção, o que ajuda a compreender a forte reacção anti-britânica que então se verificou.

<sup>(355)</sup> - *Idem*, p. 56.

<sup>(356)</sup> - *Idem*, p. 53, nota 1.

<sup>(357)</sup> - *Idem*, p. 45. Segundo Villaverde Cabral, "A emigração maciça, que se pode grosso modo calcular num número mínimo de 350 000 pessoas no decurso dos 25 anos que precederam a crise, é com efeito um indicador certo da decomposição do campesinato e, talvez mais ainda, da ruína das pequenas indústrias rurais" (Manuel Villaverde Cabral, *Portugal na alvorada do século XX...*, pp. 53-54).

<sup>(358)</sup> - "O Ultramar, a África Portuguesa, é o nosso passado muito do nosso presente, e a parte mais importante do nosso futuro" (*Anathema*, Numero unico, Coimbra, Imprensa Independencia, 1890, p. 20).

Uma vez que o sistema económico mundial apresentava já características muito próprias, nesta época não era já possível realizar esse desenvolvimento sem o recurso às organizações do grande capital, fosse ele nacional ou internacional. Com uma importante participação de capital estrangeiro, datam da década de noventa as companhias de Cabinda, Moçâmedes, Niassa, Zambézia e Moçambique. Assim, segundo Villaverde Cabral, "o ultimato não foi, para o colonialismo português, senão um incentivo, embora desagradável, para iniciar a transição, que nunca seria totalmente levada a cabo, do colonialismo tradicional de trocas costeiras em direcção ao imperialismo moderno"<sup>(359)</sup>.

De natureza essencialmente especulativa, a crise financeira de 1891 provocou, não só uma subida dos preços, mas também um aumento da circulação fiduciária. As consequências económico-sociais foram grandes. Segundo Armando de Castro, "a inflação acarretou a queda do nível de vida das classes trabalhadoras, do funcionalismo e, em geral, da classe média, que arcaram, ao cabo e ao resto, com o fardo dos males desencadeados pelos especuladores, de cumplicidade com os dirigentes políticos"<sup>(360)</sup>.

Todavia, esta crise não prejudicou o desenvolvimento capitalista do país, uma vez que, à sombra da nova pauta, a indústria vai progredindo.

Embora a um ritmo mais lento, nos primeiros anos do nosso século, o progresso industrial mantém-se, assim como o quadro agrário.

Todas estas transformações económicas, juntamente com o ultimatum inglês que punha em causa o prestígio e a dignidade de Portugal, a crise financeira de 1891, a onda especulativa por parte do grande capital e as estratégias de baixa política, as quais favoreciam os interesses da grande burguesia e dos grandes agrários, não podiam deixar de gerar algumas convulsões de ordem ideológica no seio da pequena burguesia.

Se, como bem demonstrou Basílio Teles<sup>(361)</sup>, as intenções democráticas nos grandes partidos monárquicos não passavam de manobras demagógicas, a grande burguesia e os grandes agrários, para gerirem os seus negócios, também não necessitavam de soluções de força. Daí que um periódico

---

<sup>(359)</sup> - Manuel Villaverde Cabral, *ob. cit.*, p. 49.

<sup>(360)</sup> - *Introdução ao Estudo da Economia Portuguesa...*, p. 147.

<sup>(361)</sup> - Basílio Teles, *Do Ultimatum ao 31 de Janeiro. Esboço d'Historia Politica*, Porto, Basílio Teles, Editor, 1905, pp. 55-73.

estudantil escrevesse: "as liberdades da Carta, cincoenta anos nos disseram como servem para proteger bandoleiros e amordaçar honestos"<sup>(362)</sup>.

Sob o ponto de vista ideológico, as reacções vieram da pequena burguesia, nomeadamente do partido republicano, de quem muito havia a esperar<sup>(363)</sup>.

Mas, esta pequena burguesia não era um bloco homogéneo. Segundo Augusto da Costa Dias, "aos radicais juntam-se os homens do compromisso; e quando as forças produtivas progridem, de facto, florescendo em mais agudas antinomias, ao lado dos radicais e dos compromissários vêm perfilar-se os desenraizados, os saudosistas que choram as suas desditas placentárias"<sup>(364)</sup>.

Como já referimos, muitos dos estudantes de Coimbra, assim como outros intelectuais, eram filhos desta burguesia. Nascidos e criados num mundo diferente, assistiam, sem soluções, à derrocada do seu velho mundo. Daí que os movimentos intelectuais e ideológicos que então se desenvolvem, aos quais a juventude académica não ficou alheia, se caracterizem por uma onda de pessimismo.

## 7.2. Pessimismo e pedantismo

O Ultimatum que, em 11 de Janeiro de 1890, a Inglaterra impôs a Portugal foi um acontecimento importante, sobretudo pelos reflexos que teve na vida política e cultural dos portugueses. Acreditando na queda da monarquia e no triunfo da República, em 1905, Basílio Teles escrevia a propósito daquele fatídico dia: "Foi com certeza um epílogo, e será também um prólogo"<sup>(365)</sup>.

De uma maneira geral, no que se refere à Academia de Coimbra, pelo menos a avaliar pela sua imprensa periódica, assim aconteceu<sup>(366)</sup>. Epílogo,

<sup>(362)</sup> - *Insultos*, Dezembro de 1894, p. 44.

<sup>(363)</sup> - *Idem*, p. 48.

<sup>(364)</sup> - Apud Óscar Lopes, *História da Literatura Portuguesa...*, p. 306.

<sup>(365)</sup> - Basílio Teles, *ob. cit.*, p. 1.

<sup>(366)</sup> - Não se pensa que a data apresentada (1890) funciona aqui como uma baliza certa e definida. Os fenómenos culturais não se justapõem, mas interpenetram-se. Quando concordamos em admitir que 1890 serviu, simultaneamente, como "epílogo", é mais por uma questão de metodologia e de referência, tendo sempre em conta ideologias dominantes. Nunca que o positivismo se extinguiu naquela data ou que o pessimismo apareceu naquele ano. A comprová-lo, bastará dizer que tendo sido a revista *Bohemia Nova*

uma vez que a crise então desencadeada esfrangalhou, quase por completo, muitos dos ideais que ainda vinham restando dos tempos de Antero e Teófilo Braga e nos quais uma boa parte da geração de oitenta ainda havia comungado<sup>(367)</sup>; prólogo, na medida em que um novo ciclo de vida intelectual e académica vai ter o seu início. Embora alguns periódicos façam remontar o princípio deste novo período ao encerramento do Clube Académico, em 1888, do que parece não restarem dúvidas é de que, a partir de 1890, a vida cultural da Academia começava a ser dominada por outros cânones de pensamento, bem diferentes dos que tinham sido até então. Seja como for, o que é certo é que, após 1890, toda a imprensa estudantil é unânime em classificar os novos tempos como uma época de decadência cultural e moral<sup>(368)</sup>.

Se, após o Ultimatum, foi a imprensa republicana quem mais redobrou de esforços nos ataques à monarquia, acusando-a de ser ela a única responsável por todos os males que iam acontecendo em Portugal<sup>(369)</sup>, uma boa parte

---

um dos instrumentos através dos quais a influência francesa se fez sentir em Portugal, ela data de 1889.

<sup>(367)</sup> - Distanciando-se das ideias de Teófilo Braga, um periódico escrevia: "É na verdade, apagada em nossos corações - tão secos - a chama ardentíssima da heroicidade e extinto o sentimento entusiasta pelos homens de revolução e luta, a Epopeia já não tem lugar em nossas almas, que se extasiam cada vez mais idealistas na contemplação passiva da vida como partida para um Sonho..." (*Jornal dos Estudantes*, n.º 3, Coimbra, 27 de Fevereiro de 1896, p. 19).

<sup>(368)</sup> - "Uma infinidade de factos que poderíamos apontar a encher papel, encaminham-se a provar que a vida académica destes últimos anos tem sido uma grande bandalheira em que se agita uma cambada de imbecis. Pois bem; um facto há incontestável; a continua decadência irremediável da classe tem um ponto determinado de partida que coincide com o desaparecimento do clube académico" (*Insultos*, Novembro de 1894, pp. 38-39). Segundo um outro periódico, o Clube Académico foi encerrado, embora a pretexto da necessidade de realizar obras, para evitar a propaganda das ideias republicanas: "Mas, infelizmente e apesar disso, os governos, num sinistro receio conservador, não trepidaram um momento em desmorronar e dissolver essa benéfica instituição [Clube Académico]... A isso se chega a imputar um certo abaixamento na intelectualidade da academia de hoje" (*Jornal dos Estudantes*, n.º 5, Coimbra, 16 de Março de 1896, p. 33). Sobre este assunto veja-se a memória de Francisco de Athayde Machado de Faria e Maia, *A minha velha pasta...*, pp. 50-51.

<sup>(369)</sup> - Não vamos desenvolver aqui as lutas que a imprensa republicana estudantil travou, uma vez que esta matéria será objecto de estudo mais específico, no capítulo seguinte, quando se abordar a dimensão política da Academia. Diremos apenas que, por esta altura, foram publicados os seguintes periódicos republicanos: *O Ultimatum* (1890); *Anathema* (1890) e *Azagaia* (1891).

dos outros periódicos, sobretudo os de carácter literário, sintonizando o novo espírito do tempo, passavam a cultivar uma onda de mistificação e de pessimismo, enquanto outros, na senda de um naturalismo crítico, de fundo republicano e socialista, herdada da geração de setenta, combatiam não só as novas correntes literárias e os poetas e prosadores da nova geração, mas também, em nome dos proletários, dos fracos e dos oprimidos, a mecanização industrial, a especulação financeira e a degradação do liberalismo monárquico<sup>(370)</sup>. Referindo-se a estes últimos, um periódico afecto às novas tendências no domínio da arte escrevia: "O Senhor Eugénio de Castro e os seus irmãos de arte apareceram com umas *toilettes* bizarras, com o seu absinto, com a incontestável superioridade da sua obra, e o público bufarinheiro das reputações literárias começou a dizer tolices e a tratar mal uma escola nascente, sem pensar primeiro em percebê-la. Daí a corrente de troça soez e a perversidade repugnante com que os novos foram recebidos"<sup>(371)</sup>.

Seja como for, embora a transformação verificada na cultura possa ser um reflexo da crise política que ia minando o regime, as causas explicativas para este fenómeno devem procurar-se também, não só numa metafísica interiorista por que Antero de Quental pugnava<sup>(372)</sup>, no trânsito de uma sociedade semifeudal para um modo de produção capitalista<sup>(373)</sup>, mas também no descrédito do movimento científico que o positivismo havia inaugurado<sup>(374)</sup>

---

<sup>(370)</sup> - Afastando-se da onda de pessimismo e num ataque aos novos poetas, uma revista comentava e definia o seu programa: "Não perderemos o tempo e o esforço a cantar poentes de Outono, em que as tísicas se morrem, sob árvores perfumadas, enquanto o rouxinol suspira num salgueiro, ou a carpir, em versos terríficos, a morte inevitável da Pátria... Publicaremos crónicas científicas, literárias, musicais" (*Livre Pensamento*, n.º 1, Coimbra, 2 de Abril de 1905, p. 2).

<sup>(371)</sup> - *Jornal dos Estudantes*, n.º 1, Coimbra, 10 de Fevereiro de 1896, p. 7.

<sup>(372)</sup> - "Lançado nas tormentas da vida interior, a tristeza, a dúvida e o pessimismo conduziram-no a experiências profundamente pessoais, forçando-o ao mesmo tempo a resolver com alcance geral alguns problemas que atormentaram a sua consciência, transformada por vezes em espelho da humanidade sofredora" (Joaquim de Carvalho, *Estudos sobre a Cultura Portuguesa do século XIX...*, pp. 247-48).

<sup>(373)</sup> - Denunciando o abandono dos campos, a transformação da paisagem e outros males da industrialização, veja-se, por exemplo, o romance A "Fabrica" que Carlos Malheiro Dias publicou na revista *Hoje*, n.º II, Coimbra, XV-II-XCVIII, pp. 28-35.

<sup>(374)</sup> - Referindo-se à revolução científica operada pelo positivismo, um periódico estudantil comentava assim o seu fracasso: "E, no fim de tanta renovação, esperava-se que



e na vaga de decadentismo e pessimismo, em parte importada de França e com raízes em Baudelaire, Verlaine, Rimbaud e Mallarmé<sup>(375)</sup>.

Referindo-se a esta nova geração de literatos, Armando Navarro definiu-a como sendo um "incoercível misto de talentos, sem carácter definido, titubeantes nas suas aptidões, falhos uns de orientação, estragados outros numa literatura de fanico, deprimente, e o que é pior, fazendo escola"<sup>(376)</sup>.

Como já referimos, por volta de 1890, muitos dos ideais da geração de setenta entravam em agonia. Fruto de uma série de acontecimentos (Ultimatum, crise financeira de 1891 e fracasso da revolta do 31 de Janeiro), pela mesma altura, uma onda de pessimismo invadia a alma nacional. Para além do pano de cor negra, sinónimo de luto, com que a estátua de Camões foi coberta, Guerra Junqueiro foi, talvez, quem melhor expressou esse sentimento, em *Finis Patriae* (1890) e *Patria* (1896). Como obra colectiva e de desafronta, a Academia de Coimbra publicava *Anathema* (1890), onde, a par de muitos autores portugueses, participaram também franceses, espanhóis e italianos.

Sendo o pessimismo já uma realidade instalada, como é que o vão entender os jovens estudantes que, naquela época, demandavam Coimbra

---

as condições sociais se modificassem profundamente. Semelhante expectativa foi seguida da mais cruel desilusão" (*Jornal dos Estudantes*, n.º 4, Coimbra, 6 de Março de 1896, p. 25).

<sup>(375)</sup> - Foi através das revistas *Bohemia Nova* e *Insubmissos* que a nova estética francesa foi introduzida em Portugal. Em crónica publicada na *Bohemia Nova*, Alberto Osório de Castro convidava os novos intelectuais à formação de uma escola juvenil de arte: "E agora, que sobre Coimbra vai cair de Paris todo um radioso dilúvio de revistas decadentes, de poesias simbolistas, de novas teorias literárias, não será ocasião de perguntar: Meus caros poetas, toda a efervescência literária que a *Bohemia Nova* conseguiu vibrantemente erguer neste meio coimbrão, há tanto tempo inerte e mudo, não a poderemos, não a devemos nós todos aproveitar para, pelo estudo da moderníssima Arte de França iniciármos corajosamente, entusiasticamente uma Escola juvenil e forte que possa dar à arte portuguesa do fim do século um "frémto novo"?" (*Bohemia Nova*..., p. 50). De salientar ainda a influência que exerceu o livro de Eugénio de Castro, *Oanistos* (1890), a qual é uma manifestação clara da adesão do poeta ao estilo decadente. Referindo-se a esta influência, uma revista estudantil de novos escrevia: "É notório, que desde que apareceu o livro *Oanistos*, do Senhor Eugénio de Castro, começou a despertar em vários moços de talento o desejo de fazer perdoar as chamadas *premiças literárias*, pondo-lhes o cunho duma originalidade vindo muito avariadamente da França e da Bélgica" (*Os Novos*, Novembro de 1893, p. 2). Sobre este assunto veja-se *Dicionário de Literatura*, direcção de Jacinto Prado Coelho, 4.ª edição, vol. 4.º, Porto, Figueirinhas, 1989, pp. 1 026-30.

<sup>(376)</sup> - *Os Novos*, Novembro de 1893, p. 1.

ou frequentavam já a sua Universidade? Segundo Augusto da Costa Dias, uma vez que já estavam reunidas as condições fundamentais para um processo de mistificação<sup>(377)</sup>, os jovens intelectuais de noventa mais não fizeram do que proceder à sua legalização, assumindo-o como um sofrimento congénito, de que eles não eram responsáveis, mas apenas vítimas inocentes. Assim, o ideal e o tempo de fantasia que eram próprios de uma juventude, nos seus vinte anos, era substituído por um pessimismo prematuro. Dirigindo-se ao papa Leão XIII, Alberto de Oliveira, um dos coriféus desta nova vaga, referia esta realidade nos seguintes termos: "Muitas vezes, Senhor; a minha melancolia precoce pede a Deus que a ilumine e lhe diga a sua estrela"<sup>(378)</sup>.

De uma maneira geral, estes jovens estudantes, poetas e prosadores, sentiam-se impotentes e receosos frente às realidades e convulsões da época. Oriundos e intérpretes dos anseios da pequena burguesia, nomeadamente da rural, diante dos seus olhos viam perfilar-se uma sociedade de fim-de-século, milenarista, defeituosa, viciada, sem unidade mental e com uma moral profundamente egoísta. Nascidos e criados num mundo diferente, assistiam, incapazes, ao desfazer das energias e da actividade da velha raça. Consubstanciando em si os reflexos dos males da época, carregavam não só as suas próprias dores, mas também as do povo e da classe a que pertenciam. Assim o afirmava António Nobre, ao questionar-se: "Mas não sou eu o intérprete das dores do meu país?"<sup>(379)</sup>.

Profundamente idealistas, estes jovens estudantes reagiam contra a complexidade do mundo real e material em que viviam. Em seu entender, a felicidade não se alcançava neste mundo, que era um mundo de vícios. Ela devia ser procurada no mundo maravilhoso da espiritualidade. Escrevendo na revista *Os Novos*, Carlos de Mesquita dizia-nos que Jerónimo Freire, personagem imaginária, era uma pessoa que, embora propensa para o misticismo, mas a quem não faltavam condições materiais para se sentir bem,

---

<sup>(377)</sup> - As condições para um processo de mistificação eram, segundo o autor, as seguintes: "o pecado original de uma natureza defeituosa de que os portadores não eram responsáveis; um mundo prévio de vícios em que apareciam sem o desejar; o mal da existência e o consequente pessimismo" (Augusto da Costa Dias. *A crise da consciência pequeno-burguesa...* p. 117).

<sup>(378)</sup> - Alberto de Oliveira, *Palavras Loucas*, Introdução de Luís F. A. Carlos, Barcelos. 1984, p. 32.

<sup>(379)</sup> - Apud Castelo Branco Chaves, *Estudos Críticos*, Coimbra, 1932, p. 143.

só se sentia verdadeiramente feliz, quando "a branca radiação imóvel de mil círios acesos numa capela-mor, em quinta-feira santa, dava-lhe a impressão de ter penetrado-enfim! na luminosa paz, na deslumbrante glória da Eternidade"<sup>(380)</sup>.

Dizendo-se místicos e hieráticos, o processo de mistificação destes jovens não se podia ficar por aqui. Influenciados pela filosofia de Schopenhauer, que citam<sup>(381)</sup>, e para quem a Vontade nunca estava satisfeita e as coisas do mundo se encontravam num estado de luta infinita, a vida era toda ela um sofrimento.

Alberto de Oliveira, certamente impressionado pelo processo de proletarização de que os homens do mundo rural estavam a ser vítimas, não só reconhecia que o povo português era um povo de mendigos, mas também que a imaginação era filha da desgraça e a piedade aumentava com o sofrimento<sup>(382)</sup>.

O gosto pela dor, pela tortura, pela nevrose e pela morte encontravam assim a sua legitimação, constituindo-se em outras peças do mesmo processo místico. Daí o culto devotado, excessivo e, por vezes, doentio que lhes prestavam. Ao fazê-lo, estavam a interpretar, não só as suas próprias desgraças de rapazes desenraizados, mas também a infelicidade da classe a que pertenciam. Com o título "Nevrose", Vilela Passos publicava um soneto, do qual extraímos os seguintes versos que testemunham bem o que acabamos de dizer:

"Ancioso, boquiaberto, evoco o cemitério,  
E julgo ver sair os mortos, a tremer,  
Das tristes solidões, das sombras do Mistério...

Quanta Ilusão perdida à luz deste Luar!  
Vejo além, no Hospital, tísicos a morrer...  
Sinto no peito um vácuo... e não posso chorar!"<sup>(383)</sup>.

---

<sup>(380)</sup> - *Os Novos*, p. 39.

<sup>(381)</sup> - *Idem*, p. 34.

<sup>(382)</sup> - "Nos povos esfarrapados e mendigos, como este de que sou filho, há mais idealistas que nos outros. A desgraça traz imaginação. A dor fecunda a piedade" (Alberto de Oliveira, *ob. cit.*, p. 32).

<sup>(383)</sup> - *Jornal dos Estudantes*, n.º 6, Coimbra, 28 de Março de 1896, p. 45.

Com o mesmo sentido, outros cantavam a dor e o mal-estar da vida. Em poema intitulado "Via Dolorosa", Costa Ferreira escrevia:

"Este não viver vou eu vivendo  
Odiando a Vida e a viver sem querer  
Amando a Morte e a não querer morrer  
Quando melhor me sinto ir morrendo"<sup>(384)</sup>.

O conceito que estes poetas tinham da vida era o de que esta não passava de uma mera ilusão. António Nobre assim o referia, no poema "Canção da Felicidade":

"Oh! grande Vida, valha a verdade,  
Oh! grande vida, mas que ilusão,  
Felicidade! Felicidade!  
Ai quem m'a dera na minha mão"<sup>(385)</sup>.

Traduzida em actos vivenciais do quotidiano, para estes novos literatos a vida era sinónimo de angústia, de sofrimento e de tédio. Aludindo ao sentido de tristeza com que os novos poetas se apresentavam, um periódico escrevia: "Mas, que querem? - a nota, na mocidade de hoje, é o desespero. É-se, por presunção, um doente, um místico... Hoje, embrenhados nos livros de Schopenauer, a vida não é, para nós, mais do que um pêndulo oscilando entre a dor verde-escura e o tédio envenenado"<sup>(386)</sup>.

Mas esta morte não era apenas um morte psíquica. Havia também uma morte física, a qual se consubstanciava na decomposição do tempo presente. Era a sangria humana de que Portugal estava a ser vítima; era a degradação dos costumes e a transformação da paisagem. Em termos sociais, era a agonia lenta da sua classe. Embora não o dizendo explicitamente, um

<sup>(384)</sup> - *A Social*, n.º 2, Coimbra, 24 de Janeiro de 1897. Sobre o elogio da morte, veja-se também o excerto intitulado "A Velhinha", do livro ainda não publicado, *Angustias* (Cfr. *Os Novos...*, pp. 14-16).

<sup>(385)</sup> - *Os Novos...*, p. 8. Veja-se também a obra *Só...*, p. 52.

<sup>(386)</sup> - *Jornal dos Estudantes*, n.º 4, p. 31.

periódico referia-se assim à questão da emigração e à dissolução dos costumes: "E como há-de ser grande um país que não tem lares: onde a dissolução se bebe com o leite e onde não há corpos para fazer soldados, nem consciências para firmar convicções? Tudo tomba; tudo tomba; – derrocada tremenda"<sup>(387)</sup>.

Lamentando o contínuo desaparecimento das indústrias populares portuguesas, Manuel Monteiro escrevia: "morrem... em resignada agonia pelo seu abandono e desuso, ou pela concorrência do fabrico mecânico"<sup>(388)</sup>. Sentindo-se inocentes, porque em nada haviam contribuído para tal, eis aqui as amarguras desta juventude, ao verem cair o mundo em que haviam nascido e onde tinham ainda as suas raízes. Crítica implícita ao tempo presente, à industrialização, porque ela era responsável directa pela deterioração de Portugal e pela infelicidade da sua classe, que aqui identificam com o país. Transportando para o país as características daquelas indústrias, era Portugal que estava também a morrer, porque deixava de se distinguir na sua originalidade inventiva, nos seus princípios de beleza e na sua fina intuição.

Mas esta decomposição do tempo presente não se ficava por aqui. Aliada à crise que então se vivia, à paixão patriótica que o Ultimatum havia levado ao rubro e invocando as tradições históricas da Academia<sup>(389)</sup>, as consequências nefastas do tempo presente remetiam-nos para um certo culto do passado. Daí que o seu historicismo seja marcado por um sentido de cunho nacionalista, traduzido em valores

---

<sup>(387)</sup> - *Insultos*, Novembro de 1894, p. 18. Para se ficar com uma ideia do quantitativo emigratório da altura, diremos que, de 1881 a 1887, o número de emigrantes variava entre 14 000 e 19 000. Continuando a crescer, de 1888 a 1894, oscilava entre 21 000 e 30 000. Em 1895, atingia 44 746 (Cfr. Miriam Halpern Pereira, *Livre-Cómbio e Desenvolvimento Económico...*, p. 33).

<sup>(388)</sup> - *Arte & Vida*, n.º 1, Coimbra, Novembro de 1904, p. 10. A este propósito veja-se também o romance "A Fabrica" que Carlos Malheiro Dias publicou na revista *Hoje*, n.º 11, Coimbra, XV-II-XCVIII, pp. 28-35. Deste romance citamos o seguinte excerto: "Já sabes, ó Mateus? - vão erguer outra fábrica para Barrosas, à banda do rio... Está tudo cheio delas. E ficou-se com a vista mergulhada na paisagem sedenta, esbranquiçada ao sol, estendida de quebranto até ao seio da serra, manchada de tons de cinza, malhada de caliças ao correr da estrada branca, perdendo-se ao longe numa poeira loura. - Em Tagilde a de lanifícios, lá para riba as de papel, além outra de fição, e anda tudo seco ao redor" (*Idem*, pp. 34-35).

<sup>(389)</sup> - Cfr. *Anathema...*, p. 11.

morais antigos, o qual é bem evidente na alusão a figuras redentoras como Nuno Álvares Pereira e Almeida Garrett, a quem chamavam "o semeador por excelência"<sup>(390)</sup>, na medida em que foi uma das suas fontes de inspiração. Recordando Aljubarrota e a acção cavaleiresca, misturada com uma certa religiosidade, que o Santo Condestável havia tido, num poema lia-se:

"De joelhos, orando, o Condestável  
Fita o seu estandarte glorioso;  
Invoca o céu, com uma fé notável  
De crente verdadeiro e piedoso:  
Virgem, velai por estes meus irmãos  
E pela nossa causa justa e nobre;  
Não permitais que às castelhanas mãos  
Hoje a pátria sossobre!"<sup>(391)</sup>.

Com uma intenção de revitalidade, este mesmo sentimento nacionalista é igualmente evocado num certo folclore artístico que Virgílio Correia recorda em alguns artigos publicados na revista *A Rajada*. Fazendo um pouco a história dos grafitos na região de Coimbra, Virgílio Correia concluiu: "Como seria belo se nas pobres habitações dos nossos camponeses, cuja miséria se debrua de cravos rubros, ou nos bairros populares geométricos e tristes, pudessemos olhar, espalhando um pouco de arte sobre as casas e as vidas, alguns desses desenhos ondulados e gracios"<sup>(392)</sup>.

Insurgindo-se contra o quotidiano, o normal e o comum da vida que, na prosa destes jovens, mais não eram "do que um colete de forças para todas as organizações artísticas"<sup>(393)</sup>, procuravam na tradição, sobretudo no folclore do mundo campestre, e no culto das letras o antídoto para os seus males. Evocando a tradição na pessoa de António Fogaça, antigo poeta de Coimbra, Alberto Osório de Castro escrevia:

(390) - *Jornal dos Estudantes*, n.º 1, Coimbra, 10 de Fevereiro de 1896, p. 2.

(391) - *A Chronica*, n.º 2, Coimbra, 30-10-1908, p. 2.

(392) - *A Rajada*, n.º 1, Coimbra, 1 de Março de 1912, p. 24.

(393) - *Argus*, n.º 2, p. 53.

“Ó António Fogaça, anda comigo!  
Levanta-te da cova, vem passear:  
De braço dado anda daí, amigo,  
Vem recordar aquele tempo antigo  
Olha Coimbra como é linda ao luar!”<sup>(394)</sup>,

Na pena destes literatos, a cidade apresentava-se como algo de venenosa e de acabrunhadora. Daí a sua preferência pela vida campestre que era simples, calma e serena. No dizer de Alexandre de Albuquerque, Fausto Guedes Teixeira punha-se, muitas vezes, a fantasiar uma vida muito diferente da quotidiana. Numa atitude anti-racionalista, sonhava, juntamente com a sua amada, uma vida simples, ingénua e boa, mas passada no campo e alheia aos bulícios do mundo. Essa vida cantava-a o poeta nos seguintes versos:

“O mundo ser para nós a nossa herdade;  
Só penas de ave serem nossas penas...  
E a nossa alma toda ingenuidade,  
Saber do amor... o nosso amor apenas”<sup>(395)</sup>.

O culto das letras, que pode ser outra das peças do processo mistificatório, era outro dos remédios para a evasão dos males que os afligiam. Se, a maior parte destes literatos gostava de se passear na Calçada e de discutir no Lusitano, já outros preferiam o isolamento. Nuno Carreira, por exemplo, raramente saía de casa. Mesmo quando os seus colegas de curso se reuniram, para comemorarem um qualquer aniversário de formatura, ele que havia recebido a comunicação para estar presente, preferiu deixar “correr o tempo e... não foi à comemoração”<sup>(396)</sup>. Isolado em Coselhas, não queria “saber o que vai pelo mundo, entregue aos seus livros que são muitos, num quarto de trabalho cheio de coisas simbólicas...”<sup>(397)</sup>.

---

<sup>(394)</sup> - *Os Novos...*, p. 9.

<sup>(395)</sup> - *Argus*, n.º 2, p. 57. Sobre este assunto veja-se *Arte & Vida*, n.º 8, Coimbra, Junho de 1905, pp. 348-52.

<sup>(396)</sup> - *A Rajada*, n.º 2, Coimbra, Abril de 1912, pp. 24-25.

<sup>(397)</sup> - *Idem*, p. 23. O mesmo acontecia com Elísio de Lima. Criticando o seu livro, “*Amethistas*”, um periódico dizia a respeito da personalidade e modo de viver do autor:

Subordinando a vida à arte, recusavam, ao contrário da geração anterior, um certo didactismo. Propondo-se destruir os monumentos da velha escola, repudiavam o processo de análise, a razão e a ciência. Na sua óptica, não tendo a ciência como objectivo alcançar a verdade suprema, devia ser rejeitada, porque "incapaz de produzir uma *moral* no momento actual da evolução"<sup>(398)</sup>. As suas opções ligavam-se mais a um prestígio pessoal. Revendo-se no culto das formas e optando por temáticas evasivas (sonhos e místicas ocultas), de difícil compreensão, estavam, propositadamente, a colocar a sua produção literária fora do alcance e do entendimento dos profanos (por oposição à sua condição de hieráticos), do vulgo. Concebida para ser entendida por eleitos, a sua produção literária revestia assim um carácter aristocrático. Filhos da pequena burguesia rural, algo marginalizada, pugnavam por uma certa consideração social. Daí o entenderem-se como uma elite intelectual, qual estratégia para alcançarem importância pessoal e social. Era Alberto Osório de Castro quem o afirmava: "o refúgio da Arte é uma absoluta necessidade, e como esses espíritos são dolorosamente complexos e agudos, finamente impressionáveis, a Arte que os salva deve de ser como eles requintada, atormentada, nevrótica e orgulhosa, aristocraticamente incompreensível para o vulgo, para a multidão enriquecida e utilitária que sabe trabalhar como uma mecânica, mas que escuta sem delicadeza e sem nobreza o ritual esplêndido da arte, a que falta, já agora para sempre, a larga pompa épica, ainda acessível ao burguês"<sup>(399)</sup>.

Para melhor alcançarem os seus objectivos, esta sua maneira de pensar, salvo raras excepções, era completada, no exterior, pelo modo bizarro como se apresentavam vestidos e, nos cafés, seus cenáculos literários, pelas discussões que sustentavam, em voz alta, com o intuito de darem nas vistas. Se, António Nobre se apresentava vestido com a capa forrada a cetim vermelho, com cabelos compridos, procurando imitar Jesus Cristo, mas com monóculo emprestado, "o monóculo petulante do Senhor

"Ao contrário de muitos literatos cá da terra, o Elísio de Lima, que é um novo de muito talento, nunca frequentou os tais cafés excêntricos, anda longe das coterias, que despreza, e aspira só aos grandes ideais. A sua alma finíssima vive melhor na majestosa solidão dumas ruínas, do que nos cenáculos cheios de ruídos alegres e de má língua" (*Jornal dos Estudantes*, n.º 2, Coimbra, 17 de Fevereiro de 1896, p. 13).

<sup>(398)</sup> - *Arte & Vida*, n.º 3, Coimbra, Janeiro de 1905, p. 125.

<sup>(399)</sup> - *Bohemia Nova*,..., p. 50.



Oliveira Soares"<sup>(400)</sup>, já o grupo dos esotéricos ostentava "trajos todos de cor muito vivos"<sup>(401)</sup>.

Referindo-se à tertúlia que frequentava o café Lusitano, Mário Monteiro dizia: "Antigamente *O Lusitano* era um café tranquilo..., mas, certa noite, como um vento mau que vem não se sabe de onde, num incompreensível e súbito desejo, meia dúzia de pavões, constituindo grupo, numa revoada imbecil a denotar não sei quê de pseudo-intelectualidade, veio abancar a um dos seus cantos"<sup>(402)</sup>.

Esta maneira de os novos poetas se apresentarem deu origem a uma vasta onda de sátira estudantil por parte de muitos periódicos, alguns dos quais apareceram, propositadamente, para o efeito. Foi o caso de *O Pedante* (1901) que adoptou precisamente este nome como uma forma de crítica à situação<sup>(403)</sup>.

### 7.3. Simbolismo, arte e música

Se a imprensa periódica estudantil da década de oitenta não revela grande entusiasmo pelas manifestações artísticas e musicais, atitude que é perfeitamente compreensível se tivermos em conta que o seu espírito racionalista não facilitava o gosto por aquele tipo de maténas, já o mesmo se não poderá dizer da imprensa de 1890 em diante. Para além de alguns artigos sobre arquitectura e música que alguns periódicos começaram a publicar<sup>(404)</sup>,

---

<sup>(400)</sup> - *Jornal dos Estudantes*, n.º 1, p. 7.

<sup>(401)</sup> - *Treiskaidekopeia*, Número único, Coimbra, 15 de Março de 1910, p. 5.

<sup>(402)</sup> - *A Troça*, n.º 1, Coimbra, Novembro de 1906, p. 20. Veja-se também *Bofetadas*, n.º 1, Coimbra, 1986, pp. 3-7.

<sup>(403)</sup> - Sobre a maneira como os novos poetas se apresentavam, *O Pedante* escrevia: "Antes de sair de casa, engraxa cuidadosamente os burzeguins, escova o fato, limpa as unhas, e mira-se demorada, longamente, ao espelho... Vai à Baixa e mostra a sua *linha* à porta das livrarias. Não compra livros, mas serve de reclame. Mas, coitado! Traz a camisa rota, e o fato e as luvas exalam um cheiro forte, característico de benzolína. Na sua crença de irresistibilidade, enche-se de ridículo, julga-se um astro e degenera em lorpa. Senhoras minhas! Meus senhores! Tenho a honra de lhes apresentar a concretização do título deste jornal" (*O Pedante*, n.º 1, Coimbra, 10 de Março de 1901, p. 1).

<sup>(404)</sup> - Cfr. *Arte & Vida*, n.º 1, Novembro de 1904, pp. 30-32; n.º 2, Dezembro de 1904, pp. 85-87; *Insultos*, Novembro de 1894, pp. 27-30.

revistas houve que abriram as suas portas à colaboração de artistas plásticos. Foi o caso de *A Rajada* que, como revista ilustrada, passou a ter como director artístico Correia Dias. Em 1912, esta mesma revista, pela pena de Manuel de Sousa Pinto, congratulava-se, não só com a exposição de desenhos e gravuras que António Carneiro havia feito em Lisboa, no salão da Ilustração Portuguesa, mas sobretudo com o seu êxito, quer pelo número de pessoas que a visitaram, quer pela quantidade de quadros vendidos, cerca de cinquenta.

Comungando-se um pouco na ideia, aliás bastante comum, de que o ideal artístico tem algo de poético, de pictórico e de musical, as razões para esta apetência pelos temas artísticos e musicais por parte dos periódicos estudantis, nesta época, devem procurar-se nas próprias características do movimento simbolista e decadentista, nomeadamente no culto da forma e nas temáticas da sua poesia.

Tendo os novos poetas sofrido a influência de Mallarmé, para quem a poesia devia ser uma forma fonética e musical<sup>(405)</sup> e a de René Ghil com as suas reflexões sobre a instrumentação verbal<sup>(406)</sup> levaram a que ao jogo das palavras e dos verbos tivesse sido prestada uma atenção muito especial, facilitando assim a aproximação da poesia à arte e muito particularmente à música. O efeito dos sons pelo modo como as palavras se cruzavam era assim de uma importância fundamental. Relegando para um plano secundário o problema do sentido, referindo-se a esta questão, um periódico não hesitava em afirmar: "As palavras têm uma beleza própria pelo som, dão prazer pela sonoridade, sem precisarem dum sentido"<sup>(407)</sup>. Na mesma perspectiva se pronunciava Luís Ribeiro, na revista *Livre Pensamento*, quando, a propósito da função do músico, escrevia: "tem sim de combinar os sons por forma a deleitar-nos, despertando sentimentos puros e não ideias"<sup>(408)</sup>. Aliás, para estes poetas a música era, muitas vezes, ponto de partida para a imaginação poética. Assim acontecia com Augusto Casimiro no poema que intitulou "O Elogio dos Sons" e do qual destacamos os seguintes versos:

---

<sup>(405)</sup> - Cfr. Fernando Guimarães, "O simbolismo português voltado para a pintura e a música", *Nova Renascença*, vol. IX, n.ºs 35 e 38, Póvoa de Varzim, 1990, p. 157.

<sup>(406)</sup> - *Idem*, p. 158.

<sup>(407)</sup> - *A Barcarola*, n.º 8, Coimbra, 15 de Abril de 1900, p. 1.

<sup>(408)</sup> - *Livre Pensamento*, n.º 1, p. 19.

"Vagueiam minhas mãos sobre um teclado  
Num abandono... Eu sigo a nebulosa,  
A indefinível curva misteriosa  
Dos sons... e do meu sonho abandonado...

.....  
Numa cegueira doce, ali, à tôa,  
Vagueiam minhas mãos, devagarinho  
E, na música lenta, eu adivinho  
Outra mais bela que em minh'alma sôa..."<sup>(409)</sup>.

Recordando que os temas que estes jovens poetas abordavam se caracterizavam pelo culto do "eu", pela sugestão e pelo vago, compreender-se-á que com distintivos deste género se estavam a favorecer criações de visões múltiplas. Para além de musical e fonética, era também neste sentido que Mallarmé entendia a poesia, isto é, como "uma voz potenciadora de múltiplos e fugitivos sentidos"<sup>(410)</sup>. Por sua vez, estes remetiam, depois, para uma certa capacidade de descoberta pessoal. Tomando como exemplo a Vénus de Milo, um periódico escrevia: "A Vénus de Milo é admirada por todos; porque não tem braços... cada um os imagina ao sabor do seu desejo"<sup>(411)</sup>.

Também a deslocação da visão cromática para a produção literária encontra inúmeros exemplos na literatura estudantil finissecular. Em poema de Henriques de Vasconcelos podia ler-se:

"Tons de violeta, d'ambar, d'ouro e d'esmeraldas,  
Finissimos embutido em placas de marfim!  
Um auriflama branco, esquisito desfraldas  
Por sobre o teu bizarro e rutilo jardim"<sup>(412)</sup>.

Numa perspectiva de imaginário, Carlos de Mesquita, através de Jerónimo Freire, personagem que via estados de consciência nas coisas, dava-nos uma caracterização do que poderia ser uma pintura, na óptica de um

<sup>(409)</sup> - *A Rajada*, n.º 1, p. 10.

<sup>(410)</sup> - Fernando Guimarães, *ob. cit.*, p. 157.

<sup>(411)</sup> - *A Rajada*, Número especial, p. 4.

<sup>(412)</sup> - *Os Novos*, p. 13.

escritor simbolista: "Um enorme morcego paira no ar, encobrimdo o céu, ensombrando a terra com as suas asas desmesuradas. Por baixo o fulminado estupor, o estagnado e mudo Ah!... dum rio cor de chumbo. Ao longo do rio, sobre uma tira de céu lívido que o morcego deixa a descoberto, levanta-se uma encosta de verde rasteiro, de um verde psíquico, um verde de terror sobrehumano, em que parece ter coalhado um tenuíssimo vapor de mercúrio; oliveiras verde-cinzento aqui e além, e no cume uma linha cerrada de ciprestes. Toda a encosta tem uma nitidez varrida e sinistra; e as oliveiras e os ciprestes, por um artifício imperceptível de desenho, e lançam-se, humanos, num ansioso alerta de escuta, na solene e lúgubre paresia de especção!"<sup>(413)</sup>.

Na perspectiva do movimento simbolista, a música era algo de muito importante. Para além de ponto de partida para um devaneio poético, cultivá-la era um imperativo de vida, porque, segundo um periódico, "ela faz sempre bem a quem a escuta"<sup>(414)</sup>, enquanto um outro referia que "o supremo fim do homem é ouvir e apreciar a música de Wagner"<sup>(415)</sup>. Para além de algumas referências a Wagner, daí a atenção que foi prestada a compositores como Mendelsohn<sup>(416)</sup> e Viana da Mota. Referindo-se a um concerto que este último acabava de dar em Coimbra, no Teatro Circo, a convite da Sociedade Filantrópica, uma revista de estudantes tecia-lhe o seguinte comentário: "Viana da Mota é um grande artista. Com muita execução e elevado sentimento, tanto para cores e relevos como para estados flagrantes de alma e destemidos voos de emoção, a sua grande música feita de pequenos motivos tem o encanto duma composição lírica de Baudelaire, trabalhada em finíssimas rendas e súbitos relâmpagos de alevantada originalidade"<sup>(417)</sup>.

Reconhecendo a utilidade e a necessidade da música, estes jovens estudantes defendiam a criação de uma escola nacional de música, à semelhança do que se vinha verificando em outros países da Europa. Em sua opinião e, porque "o povo inconscientemente realiza a síntese de

<sup>(413)</sup> - *Os Novos*, n.º 1, Novembro de 1893, p. 21.

<sup>(414)</sup> - *Livre Pensamento*, n.º 1, p. 18.

<sup>(415)</sup> - *A Barcarola*, n.º 8, p. II.

<sup>(416)</sup> - *Livre Pensamento*, n.º 1, pp. 18-19.

<sup>(417)</sup> - *Insultas*, Novembro de 1894, pp. 28-29.

Wagner - a fusão da música com a poesia"<sup>(418)</sup>, esta escola devia passar por um estudo do nosso Cancioneiro Popular.

## 8. O MOVIMENTO DA DEMOCRACIA CRISTÃ

Como resposta aos males do liberalismo e do capitalismo e querendo acautelar os perigos ameaçadores do socialismo, desenvolve-se, sobretudo na segunda metade do século XIX, em vários países católicos da Europa, um vasto movimento de intenções sociais. Apostado em estabelecer uma nova ordem social, este movimento católico procurava, no fundo, responder aos problemas da questão religiosa e da questão social. Inspirado nos princípios do cristianismo e nos cânones do catolicismo e apoiado pela Santa Sé, este movimento ficou conhecido na história pelo nome de "democracia cristã", "catolicismo social" ou ainda "acção popular católica".

Diga-se, desde já, que não foi fácil a aceitação da expressão "democracia cristã" por parte de alguns sectores do mundo católico, apesar do seu reconhecimento por Leão XIII com a encíclica *Graves de communi*. É que, no entender de alguns, a expressão "democracia cristã" era ambígua e perigosa, uma vez que se podia confundir com democracia social e governo popular. Era o próprio Leão XIII quem o reconhecia, ao escrever: "Temem que, com esta palavra se favoreça, por uma espécie de propaganda secreta, o governo popular, ou que o declarem preferível às outras formas do governo. Temem que, voltada em vantagem do povo a virtude da religião cristã, pareça esta restringir-se, sendo como que afastadas as outras classes do Estado"<sup>(419)</sup>.

Opondo-se à visão igualitária da sociedade socialista, o movimento da democracia cristã afirma-se como anti-igualitário, porque não só reconhecia as desigualdades existentes entre as diversas classes, como também defendia a existência da propriedade privada e respeitava os valores de uma hierarquia social.

Contra o liberalismo, afirmava a legitimação divina do poder e da autoridade, ao mesmo tempo que defendia os princípios emanados dos

---

<sup>(418)</sup> - *Arte & Vida*, n.º 7, Maio de 1905, p. 294.

<sup>(419)</sup> - *A Igreja e a Questão Social. Encíclicas de Leão XIII, Pio X, Pio XI (Texto completo) e outros documentos pontifícios*, Lisboa, Tip. União Gráfica, 1931, pp. 69-70.

exemplos dados por Cristo, reconhecendo que a questão social não era somente um problema de ordem económica, mas também moral e religioso. Além do mais, os males da sociedade poderiam encontrar uma certa solução na cooperação orgânica das classes, as quais não deviam esquecer os princípios cristãos da justiça e da caridade.

Tratando-se de um movimento novo, entende-se o receio de alguns na sua aceitação, assim como a resistência de outros. Esta vinha-lhe, sobretudo, das forças católicas mais conservadoras. Daí que a sua implementação não se tivesse feito de uma maneira rápida e linear, mas sim faseada<sup>(420)</sup>.

Contrariamente ao que se passou além fronteiras, em Portugal, o projecto da democracia cristã nunca chegou a mobilizar grandes massas. Praticado essencialmente por doutrinadores, no dizer de Braga da Cruz, foi "mais uma tendência do que um movimento propriamente dito"<sup>(421)</sup>.

Tal como lá fora, também entre nós se demarcaram três fases, que o mesmo autor classifica como sendo a do "associativismo católico antiliberal", a do "sindicalismo católico antisocialista" e a de "intervenção e expressão política organizada"<sup>(422)</sup>.

### 8.1. O Centro Académico de Democracia Cristã: breves considerações

Obedecendo, possivelmente, a uma necessidade de defesa, em 18 de Março de 1901, em Coimbra, um grupo restrito de estudantes católicos lançava a primeira pedra daquilo que, mais tarde, viria a ser o Centro Académico de Democracia Cristã. Chamado inicialmente Centro Per Crucem ad Lucem e, depois, por motivos políticos, Centro Nacional Académico<sup>(423)</sup>, só em 18 de

<sup>(420)</sup> - Manuel Braga da Cruz, *As origens da democracia cristã e o Salazarismo...*, pp. 20-32.

<sup>(421)</sup> - *As origens da democracia cristã e o salazarismo...*, p. 33.

<sup>(422)</sup> - *Idem*, p. 37-38.

<sup>(423)</sup> - Segundo descreve Dinis da Fonseca, foi por proposta de Francisco Correia Pinto que, "para contrabalançar essa acção partidária, e sobretudo a arregimentação maçónica, que o Dr. Bernardino Machado fazia então com intensidade na Academia, se devia transformar o Centro Académico *Per Crucem ad lucem* num organismo com finalidade política e assim se intitulasse *Centro Nacional Académico*" (Alberto Dinis da Fonseca, *A Pré-História do CADC...*, p. 22).

Janeiro de 1903 e, igualmente, por razões de estratégia e de carácter político, toma o nome de Centro Académico de Democracia Cristã<sup>(424)</sup>, para, em 20 de Janeiro de 1905, lhe serem aprovados oficialmente os seus Estatutos, pelo Governo Civil de Coimbra<sup>(425)</sup>. Foi este pequeno percurso que levou Alberto Dinis da Fonseca a dizer: "18 de Março de 1901 foi a data do nascimento - 18 de Janeiro de 1903 foi a data do seu baptismo, assim como 20 de Janeiro de 1905 é a data da sua confirmação"<sup>(426)</sup>.

Não se pense, todavia, que antes da existência do CADC não tinha já havido, em Coimbra, associações de estudantes católicos. Em 1878, sob o impulso do Doutor António Sebastião Valente, fundava-se a "Associação Mariana para estudantes", no Convento de Santa Teresa, junto ao Penedo da Saudade. Segundo António Ribeiro de Vasconcelos, este "foi o primeiro centro académico de piedade, que houve em Coimbra depois de 1834; nele se agremiou desde logo uma elite de rapazes bons, inteligentes e estudiosos"<sup>(427)</sup>.

De igual modo, e graças à acção do Padre Sena de Freitas, em 11 de Dezembro de 1880, era criada a Conferência de S. Vicente de Paulo de Coimbra, a qual, no dizer de Paiva Boléo, se "não influenciou directamente

---

<sup>(424)</sup> - Agora, por razões inversas, isto é, para não haver confusão com o Partido Nacionalista e, para lhe retirarem a carga política, foi aceite, em 14 de Dezembro de 1902, a seguinte proposta: "Considerando que há uma certa relutância da parte de algumas pessoas em aderirem ao nosso Centro, não por se não conformarem com o seu programa e com as suas ideias, mas sim por causa do seu nome acentuadamente político, que no meio em que vivemos pode dar lugar a mal entendidos; Considerando que esta relutância se tem manifestado já, pela saída de alguns sócios; Considerando que se o título dum obra por si ocasiona a perda dum só obreiro que seja, esse título deve ser substituído, uma vez que fique a substância da mesma: Proponho que a Assembleia, na próxima sessão que se realizará depois de férias do Natal, discuta e resolva se deve ou não ser substituído o título de Centro Nacional Académico e por que outro deve ser substituído" (Alberto Dinis da Fonseca, "Elementos para a história do CADC", *Estudos*, Ano IV, n.ºs 47 e 48, Março e Abril de 1926, Coimbra, 1926, pp. 785-86). Esta proposta veio depois a ser aprovada em reunião de assembleia de 18 de Janeiro de 1903, altura em que o nome passou a ser Centro Académico de Democracia Cristã (*Idem*, p. 786). A adopção deste nome conotava o Centro com as doutrinas sistematizadas por Leão XIII, na encíclica *Rerum Novarum*.

<sup>(425)</sup> - Assinados por 15 sócios, estes Estatutos encontram-se anexos ao livro de Dinis da Fonseca, *A Pré-História do CADC*, pp. 51-55.

<sup>(426)</sup> - "Elementos para a história do CADC", *ob. cit.*, p. 786.

<sup>(427)</sup> - António de Vasconcelos, "Precursos do CADC", *Estudos*, Ano IV, n.ºs 47 e 48, Março e Abril de 1926, Coimbra, 1926, pp. 695-96.

a criação do CADC... foi certamente um terreno favorável para o recrutamento desses rapazes que iriam constituir o primeiro núcleo católico organizado para a acção, dentro da Academia portuguesa<sup>(428)</sup>.

Precursos ou não do futuro Centro Académico, a criação do CADC tem muito a ver com a questão religiosa que se vinha fazendo sentir em Portugal. Esta importante questão não era assunto novo entre os portugueses. Discutida por intelectuais, as suas raízes mergulhavam no antijesuítismo de Pombal e no anticongreganismo liberal.

No que à Academia diz respeito, segundo Ribeiro de Vasconcelos, por volta de 1898 começaram a acentuar-se movimentos de hostilidade às crenças religiosas, atitudes a que se não andava muito acostumado. Segundo este historiador, "estudantes houve que, aproveitando o facto de serem chamados à lição, em vez de se ocuparem do assunto indicado para esta, faziam despropositadamente, e em termos desprimorosos, invectivas anti-católicas"<sup>(429)</sup>.

Em 1901, a questão religiosa exacerbou-se, em virtude, não só do caso Calmon, no Porto, mas sobretudo por causa da legislação que Hintze Ribeiro fazia publicar quanto às congregações religiosas, permitindo-lhes a sua instauração em Portugal, mediante condições<sup>(430)</sup>.

A Academia de Coimbra que, na sua grande maioria, professava abertamente crenças e ideias anti-religiosas, viveu profundamente e apaixonadamente estes acontecimentos. Segundo Dinis da Fonseca, "nas repúblicas discutia-se acaloradamente; houve um comício no Teatro, em que alguns rapazes católicos, que pretenderam ingenuamente estabelecer a controvérsia, foram impedidos de o fazer; apedrejou-se a casa do Padre Ramalho, e por toda a parte lavrava um vento de revolta contra o

(428) - José de Paiva Boléo, "A Conferência Académica de S. Vicente de Paulo de Coimbra. Origem, evolução, estado actual". *Estudos*, Ano IV, n.º 47-48, Março e Abril de 1926, Coimbra, 1926, p. 845. Sobre este assunto vejam-se: Senna Freitas, "Origem da Sociedade" ou "Conferência de S. Vicente de Paulo", de Coimbra", *Estudos Sociaes*, n.º 8, Agosto de 1905, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1905, pp. 341-48. (Este mesmo artigo encontra-se reproduzido na revista *Estudos*, Ano I, n.º 12, Coimbra, Abril de 1923, pp. 372-78); M. d'Almeida Trindade, *O Padre Luís Lopes de Melo...*, pp. 300-323.

(429) - António de Vasconcelos, "Precursos do CADC", *Ob. cit.*, p. 702.

(430) - Cfr: Decreto de 18 de Abril de 1901 (*Diário do Governo*, n.º 87, de 20 de Abril de 1901).



clericalismo e a seita negra, frases debaixo das quais se pretendia ocultar o catolicismo"<sup>(431)</sup>.

Vendo as suas crenças atacadas e pretendendo defendê-las, foi numa atitude de reacção contra a irreligiosidade e o anticlericalismo reinantes que alguns estudantes católicos se reuniram e fizeram nascer o CADC.

Mas, a criação do CADC deve, também, entender-se como uma necessidade sentida pela Igreja. No Antigo Regime, a igreja dispunha de amplos privilégios, de uma forte hegemonia e, sobretudo, de grande influência. O liberalismo, para além de lhe fazer perder boa parte da sua base económica, retirou-lhe o primado ideológico e político que tivera antes. Enquadrada no racionalismo do estado burguês, a igreja tinha agora que aceitar o terreno que lhe era concedido, obrigando-se, no dizer de Braga da Cruz, "a disputar, no domínio da concorrência, a defesa dos seus interesses institucionais e das suas posições doutrinárias"<sup>(432)</sup>. Para melhor o conseguir, a igreja vai passar a lançar mão do seu corpo laical<sup>(433)</sup>. Nesta perspectiva, o CADC seria assim um posto avançado para suste e combater a onda de anticlericalismo que assolava as elites cultas. Aliás, os objectivos iniciais e imediatos do CADC são precisamente estes. Assim o refere a acta da primeira reunião, onde se lê: "que os estudantes genuinamente católicos... respondessem aos sectários das lojas com uma propaganda a favor das ordens, feita entre toda a Academia afim de assim se opor certo dique à corrente demolidora e anárquica que corria pela Academia e ainda... que se devia de alguma forma dar um decidido apoio moral à imprensa católica"<sup>(434)</sup>.

---

<sup>(431)</sup> - Alberto Dinis da Fonseca, *A Pré-História do CADC...*, p. 8. O mesmo sentimento anticlerical e antireligioso é igualmente demonstrado, em 28 de Junho de 1901, na Sala dos Capelos, com o então bispo do Porto, D. António Barroso, quando ali foi alvo de grandes apupos (Cfr: Manuel Braga da Cruz, *As origens da democracia cristã e o salazarismo...*, p. 156). Recordando o ano de 1907, Pacheco de Amorim, referindo-se às ideias avançadas que grassavam em Coimbra e que identifica com os estudantes republicanos e anarquistas, Mira Fernandes, Ramada Curto, Carlos Olavo e Campos Lima, diz-nos que "as ideias conservadoras eram de tal modo esmagadas pelo meio universitário, que os jornais católicos se não vendiam em Coimbra. Dos assinantes, nenhum se atrevia a lê-los na rua" (Diogo Pacheco d'Amorim, *A nova geração*, Coimbra, França & Arménio, 1918, p. 40). Veja-se também Carminé Nobre, *Coimbra de capa e batina...* vol. I, pp. 108-112.

<sup>(432)</sup> - Manuel Braga da Cruz, "Os católicos e a política nos finais do século XIX", *ob. cit.*, p. 259; *As origens da democracia cristã e o salazarismo...*, pp. 38-42.

<sup>(433)</sup> - *Idem*, pp. 259-70.

<sup>(434)</sup> - Apud Alberto Dinis da Fonseca, *A Pré-História do CADC...*, p. 11.

Mas, o CADC devia ser, também, um novo espaço de aprofundamento de ideias. Exercendo influência e difundindo uma nova ideologia, a democracia cristã e os valores da acção católica, devia afirmar-se como um projecto de alternativa à onda socialista e ao demo - liberalismo laicista<sup>(435)</sup>. Daí que Dinis da Fonseca nos diga que, passado pouco tempo, passou a apostar-se numa escola "destinada a dar apóstolos que, espalhados pelo país lançassem entre o povo da cidade e dos campos, a semente de regeneração religiosa, moral, política e económica da sociedade portuguesa"<sup>(436)</sup>.

Segundo os Estatutos, para além destes objectivos, auxiliavam as instituições de caridade, sobretudo as Conferências de S.Vicente de Paulo de Coimbra e os institutos católicos, principalmente os Círculos Operários<sup>(437)</sup>.

Em reuniões clandestinas, "pela razão única do medo"<sup>(438)</sup>, foi à volta do estudante de Direito, António Francisco Meneses Cordeiro, e de estudantes teólogos de uma república situada na Quinta do Cidral que o Centro se vai começar a construir.

Inicialmente, o número de sócios não era grande, razão pela qual, possivelmente, só em 1905 lhe são aprovados os Estatutos. Em Janeiro de 1904, contavam-se 21; no final desse ano lectivo, atingiram-se os 50 e, em Janeiro de 1905, rondavam a centena. Em 1909, este quantitativo mantinha-se<sup>(439)</sup>, razão que nos poderá levar a admitir que, até esta altura, não teria sido fácil a sua aceitação e integração no seio da Academia. Segundo informação colhida na revista *Estudos*, em 1927, "cerca de metade dos matriculados na Universidade e no Liceu"<sup>(440)</sup> eram sócios do CADC.

Instalação inicialmente na Rua das Arcas de Água, no ano lectivo de 1904-1905 mudava para a Rua da Trindade, n.º 5, passando, no ano seguinte,

---

<sup>(435)</sup> - "O aparecimento do CADC, tal como o dos círculos de estudo no estrangeiro, representa um importante avanço no movimento democrata-cristão português, na medida em que veio possibilitar o delineamento de uma alternativa e a autonomização do projecto democrata-cristão em relação ao Socialismo" (Manuel Braga da Cruz, *As origens da democracia cristã e o salazarismo...*, p. 154). Vejam-se também as pp. 42-44.

<sup>(436)</sup> - "Elementos para a história do CADC", *ob. cit.*, p. 774.

<sup>(437)</sup> - Apud Alberto Dinis da Fonseca, *A Pré-História do CADC...*, p. 52.

<sup>(438)</sup> - Almiro de Vasconcelos, "Subsídios para a história do CADC", *Estudos*, Ano IV, n.ºs 47 e 48, Março e Abril de 1926. Coimbra, 1926, p. 768.

<sup>(439)</sup> - Cfr. Manuel Braga da Cruz, *As origens da democracia cristã e o salazarismo...*, pp. 158-59.

<sup>(440)</sup> - *Estudos*, Ano V, n.ºs 57 e 58, Janeiro e Fevereiro de 1927, p. 720.

para a Rua da Ilha, para instalações cedidas pelo professor Sousa Gomes e, em 1908-1909, para a Rua dos Coutinhos, em casa já alugada pelos sócios<sup>(441)</sup>.

Com a implantação da República, foi o Centro Académico de Democracia Cristã vítima de uma certa intolerância, como aliás todo o movimento social católico. Em 1 de Fevereiro de 1911, era a casa da Rua dos Coutinhos assaltada e saqueada, "por malta vária, que assim defendia heroicamente a liberdade e os direitos do cidadão. Eu [Gonçalves Cerejeira], com mais alguns, vimos o brasido do auto-de-fé, por aqueles inimigos da Inquisição alí logo ateados na rua dos Coutinhos... com as cadeiras e tudo que lá dentro encontravam menos, claro está, aquilo que de algum valor puderam apanhar"<sup>(442)</sup>.

Sem instalações, passaram as reuniões a ser feitas em repúblicas amigas e muitas ao ar livre, sobretudo no Jardim Botânico<sup>(443)</sup>. Com uma nova sede, na Rua da Trindade, o CADC voltava a reabrir, solenemente, em 8 de Dezembro de 1912<sup>(444)</sup>.

Conflitos entre estudantes católicos e republicanos voltaram à ribalta em 1914, levando o governo a encerrar, temporariamente, o Centro. Durante o seu encerramento, a pretexto de evitar futuros conflitos, propunha-se a dissolução, em Coimbra, de todas as agremiações católicas e republicanas. A esta ideia opõem-se, por parte dos católicos, Cerejeira, Salazar e Pacheco de Amorim que entendiam tratar-se de uma armadilha, porque as associações republicanas já não tinham força e estavam a perder influência. É que, em "fins de 1913 já a relação de forças se tinha alterado em Coimbra a favor dos estudantes conservadores, em grande parte devido ao trabalho do CADC e dos católicos"<sup>(445)</sup>.

---

(441) - Manuel Braga da Cruz, *As origens da democracia cristã e o salazarismo...*, p. 158.

(442) - Manuel Gonçalves Cerejeira, *Vinte Anos de Coimbra*, Lisboa, MCMXLIII, pp. 189-90.

(443) - *Idem*, pp. 190-92.

(444) - *Idem*, p. 195.

(445) - António José Telo, *Decadência e queda da I República Portuguesa...*, p. 84. Segundo Pacheco de Amorim, a mudança começa a verificar-se a partir de 1907, porque "os grandes vultos avançados saíram e não deixaram atrás de si quem os substituísse. O prestígio das ideias conservadoras começou a subir, e tão rapidamente, que dentro de cinco anos tudo estava mudado" (*Ob. cit.*, p. 41).

Assumindo-se como uma escola e círculo de estudos, o CADC, para além da realização semanal de conferências sobre os mais variados assuntos, lançava, em 1905, para difundir o pensamento democrata-cristão, a revista *Estudos Sociaes*. Continuando a realizar conferências, aos *Estudos Sociaes* seguiu-se-lhe a publicação do jornal *Imparcial*, para, em 1922, se começar a publicar uma nova revista - *Estudos*.

## 8.2. "Estudos Sociaes"

### 8.2.1. Apresentação

A revista *Estudos Sociaes* não foi uma publicação qualquer. Segundo Braga da Cruz, foi "a mais típica revista democrata-cristã existente em Portugal"<sup>(446)</sup>. Tendo a colaboração dos mais distintos intelectuais católicos da altura<sup>(447)</sup>, com uma periodicidade mensal bastante regular<sup>(448)</sup> e preocupando-se em abordar "as grandes questões actuais e a propagar a democracia cristã"<sup>(449)</sup>, procurou afirmar-se não só como um espaço de reflexão teórica ao nível dos grandes temas, valores e princípios que na época se discutiam, mas também contribuir para a formação, promoção e aprofundamento da consciência dos católicos portugueses ilustrados. Nesta perspectiva, os *Estudos Sociaes*, à

---

<sup>(446)</sup> - *As origens da democracia cristã e o salazarismo...*, p. 160.

<sup>(447)</sup> - De entre outros, contam-se os seguintes: Sena Freitas, Francisco Garcêz, Franco Silgar, Santos Lourenço, Alberto Pinheiro Torres, Abúndio da Silva, Amadeu de Vasconcelos, Guimarães Dias, Julio Monzó, Carlos Martel, Mendes dos Santos, Amornim Girão, Gomes dos Santos e Correia Guedes.

<sup>(448)</sup> - No estudo que fez sobre o assunto, Jorge Seabra informa-nos que "durante os quatro primeiros anos tiveram uma publicação regularmente mensal, excepto em 1906 e 1908, em que somente se publicaram 11 números anuais. Com o decorrer dos anos as dificuldades de publicação aumentaram, optando-se por vezes por publicações bimensais ou trimestrais" (Jorge Seabra, "O Impacto do Modernismo em Portugal: O caso dos Estudos Sociaes, revista catholica mensal", *O CADC de Coimbra, A Democracia Cristã e os inícios do Estado Novo (1905-1934). Uma abordagem a partir dos Estudos Sociaes (1905-1911), Imparcial (1912-1919) e Estudos (1922-1934)*, Prefácio de Manuel Augusto Rodrigues, Coimbra, Faculdade de Letras, 1993, p. 29).

<sup>(449)</sup> - *Estudos Sociaes - Revista Catholica Mensal*, n.º 3, Março de 1905. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1905, p. 105.

semelhança da revista *Estudos*, mais não foram do que "um instrumento estruturante junto da elite católica com formação superior"<sup>(450)</sup>.

Não deixou, também, de inserir alguns espaços de "vulgarização social", os quais os seus autores pretendiam "tornar de uso geral", com a finalidade de "espalhar e difundir pelo nosso meio alguns conhecimentos respeitantes à sociedade"<sup>(451)</sup>. É exemplo, entre outros, o artigo da autoria de Álvaro, intitulado "Syndicatos Agrícolas"<sup>(452)</sup>.

No contexto do mundo estudantil, também não foi uma revista qualquer, na medida em que, ao contrário de todos os outros periódicos de estudantes, os quais tinham uma vida bastante efémera, os *Estudos Sociaes* foram publicados entre Janeiro de 1905 e Março de 1911, abrangendo um total de 63 números. Esta longevidade deve-se ao facto de os *Estudos Sociaes* serem propriedade de uma instituição, o CADC, a quem a Igreja dispensava fortes apoios. Era a própria redacção dos *Estudos Sociaes* quem o afirmava: "Os *Estudos Sociaes* e o *Centro Académico de Democracia Cristã de Coimbra* apareceram bafejados pela protecção, acolhimento e bom agrado do Venerando Prelado Conimbricense"<sup>(453)</sup>.

Foi certamente devido a este apoio da Igreja que os *Estudos Sociaes* conseguiram ter, ao nível do país, um número de assinantes bastante apreciável, situação que, com toda a certeza, não se verificava com os outros periódicos estudantis. Por informação da própria revista, em Fevereiro de 1907, o assinante número 2 378 efectuava o pagamento da sua assinatura relativo ao ano em curso<sup>(454)</sup>. Muitos destes assinantes deviam situar-se no mundo dos seminários, sobretudo entre os alunos. Daí que, ao aproximar-se o fim do ano lectivo, os redactores de *Estudos Sociaes* apelassem aos estudantes seminaristas, "a quem tantos favores devemos na divulgação da nossa Revista, pedimos a fineza de se não esquecerem de nós no tempo de férias"<sup>(455)</sup>.

---

<sup>(450)</sup> - João Paulo Avelãs Nunes, "O CADC de Coimbra nos inícios do Estado Novo. A revista *Estudos* entre 1922 e 1934"; *O CADC de Coimbra, A Democracia Cristã e os inícios do Estado Novo (1905-1934)*, p. 165.

<sup>(451)</sup> - *Estudos Sociaes*, Anno IV, n.º 2, Fevereiro de 1908, p. 53.

<sup>(452)</sup> - *Idem*, pp. 53-60.

<sup>(453)</sup> - *Estudos Sociaes*, n.º 3, p. 107.

<sup>(454)</sup> - *Estudos Sociaes*, Anno III, n.º 2, Fevereiro de 1907.

<sup>(455)</sup> - *Estudos Sociaes*, n.º 6, Junho de 1905.

Apesar do número de assinantes ser bastante encorajador, não significa que a revista não tivesse passado por algumas dificuldades, nomeadamente financeiras. A prová-lo, para além de alguns pedidos da redacção, no sentido de os assinantes procederem ao respectivo pagamento<sup>(456)</sup>, está também o facto de, algumas vezes, a sua periodicidade mensal não ter sido observada<sup>(457)</sup>.

Sobre o ponto de vista de estrutura interna, os *Estudos Sociaes* mantiveram quase e sempre a mesma forma. Se o quantitativo de páginas por número se situava, normalmente, acima das quatro dezenas, secções houve que acompanharam, praticamente, a revista do princípio até ao fim. Estão neste caso a "Chronica Scientifica" e a "Chronica Social do Estrangeiro" ou, simplesmente, "Chronica do Estrangeiro". Quando os artigos eram longos, o que acontecia com muita frequência, optava-se por dividi-los por mais que um número. Como já dissemos anteriormente, esta maneira de trabalhar pode ser também entendida como uma técnica de prender e cativar os leitores.

A maneira como a revista se apresentou ao público não foi sempre a mesma, uma vez que teve três tipos diferentes de capas. A primeira, muito simples, apresentava unicamente o distintivo da Universidade de Coimbra, sinal de intelectualidade. Esta primeira capa manteve-se desde Janeiro de 1905, data do início da publicação, até 30 de Dezembro de 1907. A segunda, de Janeiro de 1908 a Abril de 1910, é já muito mais sofisticada. Em primeiro plano, destacam-se os seguintes elementos: símbolo da Santa Sé, da coroa, a bandeira nacional, livros, aparos e referências às encíclicas *Rerum Novarum* e *Pascendi*; em segundo plano, mas com bastante destaque, uma figura feminina empunhando uma cruz e tendo ao fundo, em ponto muito menor, uma imagem de Coimbra. A carga religiosa e o sentido de obediência à autoridade sobrepõem-se ao aspecto intelectual. Finalmente, a terceira capa, mais simples que a segunda, apresenta, em destaque, um grande planisfério e sobre ele uma mão segurando Cristo crucificado e um letrado com os

---

<sup>(456)</sup> - "Pelos números publicados até agora nos *Estudos Sociaes*" pode ver-se que o total das assinaturas pagas pouco passa de 500, o que é para desanimar. Essa receita está ainda longe de cobrir a despesa do primeiro semestre; por isso continuamos a pedir aos nossos prezados assinantes que nos vão mandando a importância das suas assinaturas sem esperarem nova cobrança pelo correio, que Deus queira seja mais animadora" (*Estudos Sociaes*, Anno IV, n.º 8, Agosto de 1908).

<sup>(457)</sup> - A título de exemplo diremos que, em 1910, Ano VI da publicação, saíram juntos os meses de Outubro, Novembro e Dezembro, com os n.ºs 7, 8 e 9.

dizeres: "*Instaurare omnia in Christo*"; em primeiro plano, temos a bandeira nacional e um símbolo religioso que, segundo cremos, se identifica com os Dez Mandamentos. Não existe qualquer alusão ao carácter intelectual<sup>(458)</sup>.

Foram seus responsáveis Artur Leite de Amorim, Pe. Francisco Garcêz, Pe. António Rodrigues de Oliveira e o Pe. Elias de Aguiar.

Apresentando-se como cristãos, os rapazes dos *Estudos Sociaes* reconheciam que a sociedade actual era céptica, indiferentista e formalmente adversa em matéria de religião. Daí o pugnarem por restabelecer o ideal cristão de "*Instaurare omnia in Christo*"<sup>(459)</sup>. Escolhendo o campo social como espaço privilegiado de intervenção, propõem-se levar a cabo a "democracia cristã, forma actualizada da grande obra da cristianização social"<sup>(460)</sup>.

De uma maneira geral, a revista *Estudos Sociaes* caracterizava-se por um certo espírito de abertura e inovação, sobretudo até finais de 1907, altura em que o Papa Pio X, através da encíclica *Pascendi dominici gregis*<sup>(461)</sup> fazia a condenação do modernismo. A prová-lo, para além de expressões de relativa simpatia para com o movimento revolucionário de 1789<sup>(462)</sup>, o surto de progresso industrial<sup>(463)</sup> e o desenvolvimento científico<sup>(464)</sup>, que muitos apontavam como os factores responsáveis pelo afastamento dos católicos das práticas religiosas, estava o entusiasmo com que, relativamente ao movimento democrata-cristão europeu, falavam dos "novos", em detrimento

---

<sup>(458)</sup> - Cfr. Jorge Seabra, "O impacto do modernismo em Portugal: O caso dos Estudos Sociaes. Revista Catholica Mensal". *O CDAC de Coimbra. A Democracia Crstã e os inicios do Estado Novo (1905-1934)*, p. 30.

<sup>(459)</sup> - *Estudos Sociaes*, n.º 1, Janeiro de 1905, p. 2.

<sup>(460)</sup> - *Idem*, p. 2.

<sup>(461)</sup> - Encontra-se publicada na revista *Estudos Sociaes*, Anno III, n.º 12, Dezembro de 1907, pp. 478-558.

<sup>(462)</sup> - Apesar de, na óptica destes jovens, os ideais de Liberdade, Igualdade e Fraternidade não serem frutos genuínos da Revolução Francesa e, excluídos os seus excessos, não deixaram de lhe reconhecer algum mérito. Amorim Girão, por exemplo, escrevia: "Não devemos pretender amesquinhar esse glorioso parto de 89 no que ele tem de elevado e justo, mas cumpre não menos arrancar-lhe títulos que não lhe pertencem" (*Estudos Sociaes*, n.º 5, de Maio de 1905, p. 229).

<sup>(463)</sup> - Embora, por vezes, se acuse a industrialização como um dos factores responsável pelos males do século, Mgr. Ireland não deixava de afirmar: "Punhamos o vapor e a electricidade ao serviço da graça divina e triunfaremos" (*Idem*, p. 213).

<sup>(464)</sup> - "A ciência é hoje a única e verdadeira divindade, a grande força dominadora do mundo moderno" (*Estudos Sociaes*, n.º 1, p. 24).

dos "velhos"<sup>(465)</sup>. O receio de serem acusados de uma certa heterodoxia era a própria redacção quem o reconhecia, uma vez que "a falta de timbre censório, a carência dum *imprimatur* eclesiástico no primeiro número, tornariam talvez suspeita a ortodoxia das nossas doutrinas"<sup>(466)</sup>.

Obedecendo, desde a primeira hora, à autoridade da Igreja católica, era natural que, a partir de Setembro de 1907, certamente por influência da condenação do modernismo por parte da Santa Sé, os *Estudos Sociaes* revelassem uma orientação mais moderada, o que realmente veio a acontecer. Aliás, em Dezembro de 1907, o Padre Francisco Garcêz, na altura director da revista, não só saudava a atitude tomada por Pio X, acusando os modernistas de serem os responsáveis pelo comodismo que se verificava nas hostes católicas<sup>(467)</sup>, como também reiterava a "inteira submissão à legítima autoridade eclesiástica, que sempre tivemos e teremos por norma"<sup>(468)</sup>. Sintomático é também a mudança que se opera nas capas da revista, em Janeiro de 1908, onde os elementos da carga religiosa e da autoridade se sobrepõem aos da intelectualidade. Daí que artigos e expressões de elogios ao século, como acontecia anteriormente, deixassem de se verificar, pelo menos com a mesma frequência, para passarem a ser mais evidenciadas as atitudes críticas e negativistas do mesmo.

### 8.2.2. A crise do modernismo

Coincidindo a publicação dos *Estudos Sociaes* com a crise do modernismo que afectava a sociedade católica, não podiam aqueles deixar

---

<sup>(465)</sup> - Referindo-se à obra dos Congressos italiana, Mendes dos Santos escrevia: "...no dissídio de orientação manifestado no memorável congresso de Bolonha em 1903, no qual os *novos* cheios de vida e de entusiasmo propugnavam uma acção democrática em bases um pouco autónomas, e os *velhos*, veteranos beneméritos da luta religiosa e social na Itália, queriam que a acção católica se desenvolvesse mais pacificamente e segundo os moldes seguidos até aqui" (*Estudos Sociaes*, n.º 1, p. 43).

<sup>(466)</sup> - *Estudos Sociaes*, n.º 3, p. 105.

<sup>(467)</sup> - "Este comodismo prático devia procurar na heresia [modernismo] a sua justificação, porque não há transviado nenhum que se não esforce por justificar, pela razão, os erros da vontade, numa tentativa natural de dar ao seu procedimento uma explicação racional" (*Estudos Sociaes*, Anno III, n.º 12, p. 474).

<sup>(468)</sup> - *Idem*, p. 475.



de a considerar. Daí a questão: Fiéis às autoridades religiosas, até que ponto os *Estudos Sociaes* reflectem as ideias do movimento?

Em sentido restrito, poderemos dizer que o modernismo foi um movimento intelectual, não sistematizado, que se produziu no seio da Igreja Católica, em alguns países da Europa, à volta de individualidades e grupos de opinião<sup>(469)</sup>, entre finais do século XIX e 1910<sup>(470)</sup> e que visava introduzir reformas no cristianismo e no catolicismo, afim de melhor se adaptar a mensagem cristã às exigências do mundo moderno.

Segundo Émile Poulat, a crise modernista resultou do choque violento e brutal entre os esquemas de pensamento do ensino eclesiástico tradicional com as novas ciências religiosas que se haviam formado, à revelia dos princípios ortodoxos, a partir da aplicação dos métodos positivos a matérias até aí consideradas fora do seu alcance. O agravamento da crise deve-se ao facto de a distância entre o pensamento eclesiástico e o dinamismo das novas ciências ser enorme<sup>(471)</sup>.

Jacques Le Goff<sup>(472)</sup>, dando-lhe um sentido mais amplo e abrangente, filia a crise do modernismo na querela antigo/moderno, tendo-se depois transformado num conflito entre a Igreja Católica conservadora e a sociedade ocidental que emergiu da revolução industrial. Criados pelas autoridades religiosas e correntes conservadoras, os termos de modernismo e de modernistas foram por estas aplicados, não só à ideologia saída da Revolução Francesa e aos movimentos liberais e socialista, mas também aos

---

<sup>(469)</sup> - Na Itália, o movimento modernista desenvolve-se em torno de Rómulo Murri, fundador da democracia cristã. Ernesto Buonaiuti que, leccionando história do cristianismo na Universidade de Roma, procurava a livre investigação histórica e Antonio Fogazzaro que tentava conciliar a fé com a ciência; na Inglaterra avultam os nomes de George Tyrrell e Friedrich von Hugel; na Alemanha, François Xavier Kraus, enquanto na França se distingue Alfred Loisy que concebia um Cristo histórico e, por isso, diferente do Cristo da fé. (Cfr. Pierre Pierrard, *História da Igreja Católica*, Lisboa, Planeta Editora, Ld.ª, 1992, pp. 296-99).

<sup>(470)</sup> - Apesar de condenado pela encíclica *Pascendi dominici gregis*, em 1 de Setembro de 1910, através do *Motu proprio Sacrorum antistitum*, Pio X impunha a todos os padres o juramento antimodernista, concluindo-se assim a história do modernismo.

<sup>(471)</sup> - Cfr. Émile Poulat, "Modernisme", *Encyclopaedia Universalis*, vol. XI, Paris, 197, pp. 135-37.

<sup>(472)</sup> - Jacques Le Goff, "Antigo/Moderno", *Enciclopédia Einaudi*, vol. I, Memória-História, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1984, pp. 378-80.

católicos que, em maior ou menor grau, perfilhavam estas ideias. O conflito veio a agudizar-se nos princípios do nosso século, sobretudo à volta de dois problemas: o dogma e a exegese bíblica, por um lado, a evolução social e política, pelo outro.

Ao nível do pensamento, o modernismo está longe de constituir um movimento organizado e homogêneo. Diferente de país para país, afirmou-se mais como uma corrente de opinião e de reflexão entre intelectuais católicos. Aliás, Pierre Pierrard, referindo-se à crise modernista nos vários estados europeus, não hesita em classificar os encontros entre os diversos representantes dos movimentos como mais uma obra do acaso do que como um propósito organizado e intencional. Daí que seja "falacioso imaginar uma espécie de *complot* modernista organizado"<sup>(473)</sup>.

Por sua vez, também Roger Aubert identifica no movimento modernista mais que uma tendência. A par de uma esquerda moderada, havia também uma esquerda radical. Enquanto a primeira reconhecia que os males e as dificuldades por que estavam a passar o cristianismo e a sociedade católica podiam ser corrigidos com uma reforma, mais ou menos ampla, na maneira de estar e pensar da Igreja tradicional, já os radicais apostavam em pôr em causa, acusando de errado, tudo aquilo que as autoridades eclesiásticas pretendiam impor em nome da tradição e da ortodoxia de pensamento<sup>(474)</sup>. Dado tratar-se de atitudes reflexivas sobre a problemática da mensagem cristã, segundo Jorge Seabra, "é entre estes dois polos que se deve compreender o movimento modernista"<sup>(475)</sup>.

Contrariamente às opiniões invocadas, mas certamente por razões de estratégia, porque desejando cortar o mal pela raiz, Pio X, ao condenar o modernismo, viu nele não um conjunto de ideias e teorias avulsas, mas "um corpo compacto, cujas partes são entre si tão solidárias, que se não pode admitir uma sem as admitir todas"<sup>(476)</sup>.

<sup>(473)</sup> - Pierre Pierrard, *ob. cit.*, p. 296.

<sup>(474)</sup> - Cfr. Jorge Seabra, "O impacto do modernismo em Portugal..." *ob. cit.*, p. 27. Sob o ponto de vista teológico, Roger Aubert não considera a esquerda moderada como modernista, uma vez que não rompe com os princípios fundamentais do cristianismo (*idem*, p. 27, nota 2).

<sup>(475)</sup> - *Idem*, p. 27.

<sup>(476)</sup> - *Apud Estudos Sociales*, Anno III, n.º 12, p. 529.

Embora não sendo uma forma de pensamento homogêneo, de uma maneira geral, podemos apontar como características do modernismo as seguintes:

1. Enquanto a Igreja católica via no dogma uma verdade que não podia mudar, porque tinha sido Deus quem o havia revelado ao homem, os modernistas entendiam que o dogma era uma formulação humana que dependia do desenvolvimento intelectual, da experiência de cada um e do acumular do conhecimento histórico. Nesta perspectiva, o dogma não era imutável, mas sim um conceito em evolução;
2. À revelação externa, os modernistas opunham a revelação imanente como sendo um produto das necessidades do sujeito. Daí que a fonte e a origem do sobrenatural se devesse procurar na própria natureza;
3. Se as autoridades eclesiásticas não admitiam a falibilidade do Papa e da Igreja, os modernistas aceitavam-na, porque a Igreja, sendo constituída por homens, estes estão sujeitos ao erro;
4. Finalmente, não sendo os textos sagrados obra de Deus, mas sim dos homens, aqueles deviam ser submetidos à crítica histórica, para, desta maneira, se poder aprofundar melhor a verdade que eles contêm. Assim, nada obstava a que a fé se pudesse servir dos resultados da ciência, para se aprofundar. Neste sentido, segundo Émile Poulat, o que os modernistas pretendiam era restringir o domínio do "crível" e alargar o do "cognoscível"<sup>(477)</sup>.

Como já referimos, eram intenções dos *Estudos Sociais* procederem a uma cristianização social, restaurando tudo na pessoa de Cristo. Todavia, esta tarefa não se afigurava fácil. Havia a consciência perfeita de que o terreno em que se moviam não lhes era favorável. A simpatia do século para com a Igreja e o pensamento religioso não era nenhuma. Agora, os tempos caracterizavam-se pelo domínio das ciências, pela busca da novidade, pela liberdade civil e política. Também a igreja dos tempos modernos já não era a mesma de outrora. Para além de ter perdido a sua influência e domínio cultural, também o sentido de missão tinha sofrido alterações. Daí a constatação, um pouco amargurada, de que as "multidões, que pareciam católicas, abandonarem, ao contacto da

<sup>(477)</sup> - Cfr. Jacques Le Goff, "Antigo/Moderno", *ob. cit.*, p. 380.

vida e da civilização moderna, a religião, e lançarem-se nos braços de novos costumes, trocaram tão facilmente a antiga sujeição passiva num ódio feroz contra o padre e contra a Igreja. Nas classes médias e burguesas, dá-se o abandono prático das normas religiosas, a secularização da vida social e pública, a decadência da família, a educação leiga e pagã das novas gerações<sup>(478)</sup>.

Face a estas realidades, rapidamente se constata que devia ser a Igreja quem tinha que se adaptar ao mundo e aos tempos que mudam. Não se podia continuar a actuar em termos de uma rotina do passado. A superação da crise e a cristianização social passavam, no entender dos homens dos *Estudos Sociaes*, por "conduzir a Igreja ao século para conduzir o século à Igreja"<sup>(479)</sup>. Daí a publicação de um conjunto de grandes temas, sobretudo de âmbito cultural, para reflexão dos leitores. Mas também a discussão de questões relacionadas com as autoridades religiosas, a infalibilidade da Igreja e do Papa, a imutabilidade da doutrina católica, os livros sagrados, as relações entre a fé e a ciência, assuntos que também faziam parte das preocupações dos modernistas, são postos à consideração e meditação, mas sempre encaminhados numa perspectiva de visão social que à Igreja incumbia.

Numa tentativa clara de reconduzir a Igreja ao século, os *Estudos Sociaes*, sobretudo durante a sua primeira fase (até à publicação da encíclica *Pascendi*), não tiveram dúvidas em proceder a um exame crítico sobre o papel e actuação da Igreja, apesar da sua submissão à autoridade eclesiástica. Sob a pena de Carlos Martel, analisavam-se as causas do seu declínio e desfasamento do mundo, ao mesmo tempo que a ia perspectivando em moldes modernos. Segundo este e outros colaboradores, nomeadamente Sena de Freitas e Mgr. Ireland, a perda da influência da Igreja e a decadência religiosa não deviam procurar-se apenas nos males do século, designadamente no desenvolvimento científico e na secularização do ensino e da cultura, como pretendiam muitos<sup>(480)</sup>, mas no seio da própria Igreja.

<sup>(478)</sup> - *Estudos Sociaes*, n.º 1, p. 22.

<sup>(479)</sup> - *Estudos Sociaes*, n.º 3, p. 114.

<sup>(480)</sup> - "A meu ver, o clero faz muito mal em querer iludir-se sobre as causas da decadência religiosa... Certamente a secularização do ensino, a imprensa ímpia, a hostilidade dos governos e das seitas que fizeram da destruição do cristianismo um dos primeiros artigos do seu programa político, não explicam tudo... o clero nada remedeia, limitando-se a atribuir o próprio desbarato e as percas à malícia dos seus inimigos" (*Estudos Sociaes*, n.º 1, pp. 30-31).

O próprio Carlos Martel reconhecia que “o nosso clero de hoje não é o que deve ser”<sup>(481)</sup>. As causas do mal estavam no atraso cultural do clero<sup>(482)</sup>, no seu alheamento aos problemas<sup>(483)</sup> e, fundamentalmente, na sua má formação. A este propósito Carlos Martel escrevia: “A educação inferior sob todos os aspectos que se dá aos padres traz consigo graves consequências durante toda a vida sacerdotal, e explica esta inércia intelectual, esta preguiça que tantas vezes lhe foi lançada em rosto, inculca-lhe sentimentos de hostilidade ao espírito moderno, e impossibilita-o de exercer na sociedade uma influência salutar”<sup>(484)</sup>.

A par da falta de formação e da má instrução que recebem nos seminários, outra ordem de factores que se apontam para a decadência religiosa é o facto de o clero se limitar, julgando ter cumprido o seu dever, a administrar alguns sacramentos, a presidir a sumptuosas cerimónias litúrgicas e a pregar alguns sermões<sup>(485)</sup>.

Limitando-se a criticar as ideias ateias, o clero nada fazia para as contrariar. O seu baixo nível cultural demonstrava-se na sua falta de ciência. Segundo Martel, nos dias que corriam, “ninguém por aí se distingue em filosofia e teologia, pior em história religiosa e em estudos bíblicos; desconhecem por completo a crítica histórica, sustentando como verdades intangíveis, no meio das risadas da gente culta, pretendidas tradições, cuja falsidade já há muito que foi demonstrada”<sup>(486)</sup>.

Outro dos factores que podiam ajudar a compreender a grande decadência religiosa residia, segundo os colaboradores dos *Estudos Sociaes*, no alheamento em que o padre se tem colocado em relação à comunidade

---

<sup>(481)</sup> - *Estudos Sociaes*, n.º 4, Abril de 1905, p. 175.

<sup>(482)</sup> - “Ora eu estou convencido que a atitude tomada pelo clero no campo intelectual e na acção social é uma das causas principais da ruína do catolicismo em Portugal” (*Estudos Sociaes*, n.º 1, p. 31).

<sup>(483)</sup> - “O clero cometeu no último século a falta irreparável de não amar nem a liberdade política, nem a liberdade democrática, nem a liberdade científica e filosófica. Para alguns membros do clero, ainda hoje, o vocábulo liberalismo, que sintetiza todas estas liberdades, é um pecado” (*Estudos Sociaes*, Anno II, n.ºs 8 e 9, Agosto e Setembro de 1906, p. 335).

<sup>(484)</sup> - *Estudos Sociaes*, n.º 1, p. 31.

<sup>(485)</sup> - Cfr. *Estudos Sociaes*, n.º 4, p. 175.

<sup>(486)</sup> - *Estudos Sociaes*, n.º 5, Maio de 1905, p. 223.

e aos seus problemas. Não admirava, por isso, que a sociedade visse no padre um retrógrado, um homem do passado, um conservador e um antiprogressista<sup>(487)</sup>. Segundo a óptica da democracia-cristã, a posição e o papel do padre deviam ser outras. Na opinião de Salgueiro, "não basta, por certo, que o reino de Cristo fique assinado no interior das consciências, mas sim, que se estabeleça em todas, por actos da vida pública, o laço da sua hegemonia universal e soberana"<sup>(488)</sup>. Nesta matéria, Ireland era muito mais contundente e preciso, quando escrevia: "O nosso lugar de direito é tanto no mundo como no santuário... Estejamos com os homens do século, ao menos até certo ponto, nas causas que lhes respeitam, interesses materiais, bem-estar social, prosperidade civil, afim de que estejam connosco no que nos resperta, a saber nos interesses da religião"<sup>(489)</sup>.

Mas o conservadorismo da classe clerical estava igualmente presente no relacionamento com os elementos divinos. Havendo o receio da mudança, corria-se algum risco quanto à renovação que se ambicionava e pretendia. A falta de convivência com os crentes era o melhor meio para que estes se tornassem cada vez menos cristãos e católicos, ficando assim mais sujeitos às influências das doutrinas perniciosas. Era Ireland quem o afirmava: "A Igreja não varia nos seus elementos divinos; é soberanamente conservadora. Porém, o seu temor da mudança, por muito legítimo que seja numa certa medida, corre risco de ultrapassar os limites e de invadir o terreno em que as mudanças são de todo o ponto para desejar"<sup>(490)</sup>.

Nesta matéria de conservadorismo, a crítica mais agressiva continuava a vir de Carlos Martel, quando se referia à forte antipatia com que o clero continuava ainda a olhar o século, não reconhecendo, por exemplo, que a Revolução Francesa havia sido portadora de nobres e grandes ideais, como o sentido de justiça e de liberdade. Todavia, a sua maior revolta adivinha do facto de o clero

<sup>(487)</sup> - "O padre, ministro do culto católico, pregador e guarda das crenças, isolou-se da sociedade ambiente, perdeu todo o contacto intelectual com as gentes que pensam e conduzem o mundo; voluntariamente imobilizado na atitude do passado, recusou adaptar-se às incessantes transformações da vida que decorre ao lado dele, e mostrou-se à sociedade contemporânea como um elemento antiprogressivo que importa fazer desaparecer" (*Estudos Sociaes*, n.º 4, p. 176).

<sup>(488)</sup> - *Estudos Sociaes*, n.º 5, p. 228.

<sup>(489)</sup> - *Idem*, p. 212.

<sup>(490)</sup> - *Estudos Sociaes*, n.º 3, p. 112.

não mostrar o mínimo desejo de compreender a comunidade envolvente. Carlos Martel escrevia a este respeito as seguintes palavras: "Não há no clero nem leves indícios de simpatia pelo século em que tem de viver, nem desejos de compreender a sociedade do seu tempo e de a reconciliar com o catolicismo; nunca manifestou uma confiança real nas ideias de justiça e de liberdade, saídas da Revolução Francesa, nem se esforçou por dar à Igreja a direcção das reformas políticas e sociais que afinal não podiam deixar de se realizar"<sup>(491)</sup>.

Reconhecidas e evidenciadas as causas da decadência do cristianismo e da Igreja, os colaboradores dos *Estudos Sociais* não deixaram de apontar algumas soluções que deviam ser tomadas para a sua renovação. Segundo pensavam, elas deviam contemplar, fundamentalmente, duas vertentes: a social e a cultural. A primeira passava pelo acolhimento da sociedade. Nesta perspectiva, a igreja, à semelhança dos tempos e dos homens, tinha que se tornar democrática, participativa e abertamente popular. O clero, em vez de criticar a sociedade e se isolar, devia inserir-se nela e estudar os meios que melhor levassem os crentes e os indiferentes a uma participação efectiva. Para tal, apontavam-se exemplos de homens que nesta matéria tinham tido uma acção decisiva. Ketteler de Mayence, Lavignerie da Argélia, Manning de Westminster, Gibbons de Baltimore e Leão XIII eram alguns dos nomes citados. Para servir de estímulo e de exemplo, para além daqueles nomes, chegavam-se a descrever experiências concretas de padres que haviam revolucionado, no sentido cristão, comunidades inteiras. A comunidade francesa de Vieille-Loye tinha sido dirigida, durante algum tempo, por um padre conservador e antiquado. O resultado foi que os seus paroquianos acabaram quase todos por deixar de ir à missa e frequentarem os sacramentos. Quando o padre saiu, "não sentiu o povo a sua perda; de há muito a indiferença religiosa afastara a população da igreja e do presbitério"<sup>(492)</sup>. Substituído por outro, este rapidamente aceitou a sociedade tal como ela se apresentava. Inserindo-se nela, abriu cursos nocturnos, para ensinar os que não sabiam ler; fundou uma cooperativa de consumo e lançou várias outras obras sociais. Passado algum tempo, aos officios religiosos não iam "apenas umas dúzias de mulheres piedosas. Também os homens entram no templo a levantar o pensamento a Deus"<sup>(493)</sup>.

---

<sup>(491)</sup> - *Estudos Sociais*, n.º 4, p. 178.

<sup>(492)</sup> - *Estudos Sociais*, Anno II, n.º 5, Maio de 1906, p. 208.

<sup>(493)</sup> - *Idem*, p. 212.

Relativamente à vertente cultural, na pena de Carlos Martel era necessário repensar e reformular a formação do clero, a começar logo nos seminários, familiarizando e enriquecendo os alunos com as novas conquistas do saber científico. Em sua opinião, a instrução que os seminários ministravam estava antiquada. Uma vez que esta instrução não dava resposta aos novos desafios, havia que "atirar para os papeis velhos todos os resíduos de velhos formalismos, quebrar os limites de programas raquíticos e acanhados, renovar os métodos e os livros, estabelecer entre os seminários e o mundo exterior um equilíbrio intelectual que nunca tiveram"<sup>(494)</sup>. Às velhas lições de retórica, opunha Carlos Martel a leitura de revistas e jornais científicos; à ciência de César e de Pompeu, a de Gladstone e Cavour e à literatura antiga a literatura contemporânea. Defendia ainda o estudo das línguas modernas e de ciências especiais<sup>(495)</sup>.

Reconhecendo que os tempos tinham mudado, o clero já não podia pensar mais em que "*basta fazer cristãos e o mundo será salvo*"<sup>(496)</sup>. Negando e repudiando a ideia de que o clero continuasse a ser um instrumento do reino e um apoio dinástico, Carlos Martel via antes nele uma força social que era preciso pôr em marcha. Apetrechados culturalmente e inseridos na sociedade, tinham uma missão importante a cumprir. O clero já não se devia ocupar unicamente com a leitura do breviário. Para fazer apostolado, numa atitude pedagógica, devia ser igualmente jornalista, economista, conferente, professor e deputado<sup>(497)</sup>, porque "um dos sofismas que mais tem contribuído para a degenerescência sacerdotal dos últimos séculos, foi a ideia que o clero não tinha que se ocupar da felicidade temporal da humanidade"<sup>(498)</sup>.

---

<sup>(494)</sup> - *Estudos Sociais*, n.º 11. Novembro de 1905, p. 471.

<sup>(495)</sup> - *Idem*, pp. 471-72.

<sup>(496)</sup> - *Idem*, p. 466.

<sup>(497)</sup> - "Assim também nós devemos ver com bons olhos os padres ocuparem-se da cultura e da ciência, porque é este por vezes o único meio de atingir os sábios e os eruditos; padres jornalistas, porque o jornal penetra em toda a parte, e é um instrumento maravilhoso de apostolado; padres conferentes, porque muitos que nunca vão ao sermão, escutarão de boa vontade uma conferência feita no teatro; padres economistas, para mostrar aos desgraçados que o evangelho encerra princípios cuja aplicação pode sarar o mal social; padres deputados para mostrar ao povo como estes mesmos princípios se aplicam à legislação; padres dedicados à administração municipal, padres professores dos liceus, das universidades, das escolas industriais" (*Idem*, pp. 468-69).

<sup>(498)</sup> - *Idem*, p. 469.



Segundo os colaboradores dos *Estudos Sociaes*, um dos melhores meios para fazer chegar a mensagem cristã à opinião pública era divulgá-la através da imprensa. Daí a insistência com que defendiam a criação de um jornal. Não de um jornal qualquer, mas católico e com determinadas características. Devia ser *popular*, "para ser lido e compreendido pelo povo"<sup>(499)</sup>; *enérgico*, nas respostas aos ataques que outros lhe possam mover, "porque a principal missão do jornal católico é combater a jacobinagem, o liberalismo e todos os inimigos da Igreja"<sup>(500)</sup>; *submisso às autoridades*, na medida em que "devem os jornais católicos serem os primeiros a dar o exemplo"<sup>(501)</sup>; *noticioso*, "porque... tem de agradar e satisfazer todas as classes"<sup>(502)</sup>; *intelectual*, porque não basta "satisfazer somente a curiosidade"<sup>(503)</sup> e *moderno*, mas "no sentido cristão e verdadeiro da palavra"<sup>(504)</sup>.

Uma outra questão que se pode colocar à volta dos *Estudos Sociaes* é a de saber qual o relacionamento que esta revista teve com as autoridades eclesiásticas. Contrariamente aos modernistas que criticavam e punham em causa as autoridades, os *Estudos Sociaes*, apesar de dirigidos por jovens e de apresentarem uma mensagem aberta e algo inovadora, nunca, ao longo da revista, os seus dirigentes puseram em causa a ortodoxia da doutrina e a sua subordinação e respeito para com as autoridades. O bom relacionamento com as autoridades é uma nota bem evidente ao longo de toda a revista. Se, na nota "Apresentando-nos", em Janeiro de 1905, a redacção dizia que os *Estudos Sociaes* estavam dispostos a respeitar "inteiramente a autoridade e os ensinamentos da Santa Sé"<sup>(505)</sup>, também em Abril de 1910, ao entrarem no seu último ano de publicação, se afirmava: "diremos que até ao presente não receberam os *Estudos Sociaes*, na pessoa dos seus redactores, a mínima censura por parte da autoridade eclesiástica, única competente para lha dar"<sup>(506)</sup>. Aliás, no início de cada novo ano, nos textos que a redacção subscrevia, estes mesmos propósitos eram normalmente reafirmados. Daqui se poderá concluir que

---

<sup>(499)</sup> - *Estudos Sociaes*, Anno II, n.ºs 8 e 9, Agosto e Setembro de 1906, p. 351.

<sup>(500)</sup> - *Idem*, p. 349.

<sup>(501)</sup> - *Idem*, p. 346.

<sup>(502)</sup> - *Estudos Sociaes*, Anno II, n.º 10, Outubro de 1906, p. 416.

<sup>(503)</sup> - *Idem*, p. 413.

<sup>(504)</sup> - *Idem*, p. 419.

<sup>(505)</sup> - *Estudos Sociaes*, n.º 1, p. 2.

<sup>(506)</sup> - *Estudos Sociaes*, Anno VI, n.º 1, Abril de 1910, p. 1.

nunca houve por parte do corpo redactorial qualquer intenção de pôr em causa a obediência e a doutrina traçada e defendida pelas autoridades. A prová-lo estão também as publicações que a revista ia levando a efeito dos textos oficiais, os quais nunca foram contestados, mas sim aplaudidos<sup>(507)</sup>.

Todavia, isto não significa que a revista não tivesse sido alvo de alguns ataques por parte de sectores católicos mais conservadores. O mais importante veio, em 1906, da *Revista Catholica*, de Viseu, pelo cónego Miguel Ferreira. Este não só lamentava a falta de ortodoxia, como também acusava os seus dirigentes de defenderem as ideias dos modernistas, pelo que, em seu entender, deviam ser punidos e a revista não mais ser distribuída nos seminários<sup>(508)</sup>. A estes ataques responderam os dirigentes da revista que acusaram o referido cónego de deslealdade, indelicadeza, leviandade e de sonhar com modernistas<sup>(509)</sup>. Simultaneamente, faziam a sua reafirmação de ortodoxia e de "católicos disciplinados"<sup>(510)</sup>.

Uma outra crítica, mas esta mais moderada, veio do Padre Benevenuto que acusava Carlos Martel de defender, não só o liberalismo, mas sobretudo uma liberdade ilimitada, o que era muitíssimo perigoso, uma vez que "com esta pregação, com esta propaganda, com aquela doutrina, com tais horrores,... adeus harmonia do mundo social, adeus segurança das nações"<sup>(511)</sup>.

Apesar destas críticas, a conclusão que devemos extrair é a de que sempre os *Estudos Sociaes* se mantiveram fiéis ao caminho inicialmente

---

<sup>(507)</sup> - Veja-se a nota 467.

<sup>(508)</sup> - Dizia assim a *Revista Catholica*: "Recebemos a última caderneta desta revista conimbricense e, por mais que a folhemos, nem uma única palavra encontramos nela que exprima detestação dos erros modernistas, dos quais tão larga propaganda tem feito em Portugal desde a sua fundação, muito especialmente nos seminários, nalguns dos quais era lida com avidez. É verdade que há tempos prometeu que publicaria, em separado, a Encíclica *Pascendi*...; porém até hoje não a recebemos. E nem isto bastava, pois era dever de consciência da redacção dos *Estudos Sociaes* o retratar-se pública e solenemente dos erros propagados. Não o tendo feito nem tendo tensão de o fazer... continuará a ser permitida a sua entrada nos seminários, depois das insistentes recomendações do Papa aos bispos e reitores dos seminários? Se assim é, quem não vê o escândalo dali resultante, e a nota tristíssima que recai sobre esses seminários, com certeza suspeitos, como a dita revista, de modernismo?" (Apud *Estudos Sociaes*, Anno IV, n.º 2, Fevereiro de 1908, p. 81).

<sup>(509)</sup> - *Idem*, pp. 80-82.

<sup>(510)</sup> - *Estudos Sociaes*, Anno II, n.º 10, Outubro de 1906, p. 393.

<sup>(511)</sup> - *Estudos Sociaes*, Anno II, n.º 11, Novembro de 1906, p. 482.

traçado e que nunca a sua subordinação às autoridades eclesiásticas foi questionada ou objecto de polémica.

Outra das questões, aliás muito querida dos modernistas, era a que tinha a ver com a infalibilidade ou não da Igreja e do Papa. Assunto que estava na ordem do dia, também os *Estudos Sociaes* lhe dedicam algumas páginas.

Desde o início que se reconhece que na Igreja existem dois tipos de elementos diferentes um do outro: os essenciais e os acessórios ou, dito de outro modo, os divinos e os humanos<sup>(512)</sup>. Reconhecia-se, igualmente, que, enquanto os primeiros permaneciam inalteráveis ao longo dos tempos, já os segundos variavam de época para época. Sendo a Igreja constituída por seres humanos, admitia-se que estes podiam errar. São muitas as passagens, que ao longo da revista, nos testemunham esta maneira de pensar. Não se esconde, por exemplo, que o clero cometeu erros quando repudiou as virtudes do século<sup>(513)</sup>. Defendendo a tolerância, Sena Freitas não deixava de constatar que erros cometeram-nos também alguns jornalistas católicos ao "averbarem de mações e a excluïrem do reino dos céus a todo aquele que julgasse ser ortodoxo sem ser miguelista"<sup>(514)</sup>. Erros cometeu-os a Igreja quando "se julgava dar honra a Deus queimando as criaturas formadas à sua imagem e semelhança e em que se pensava que as tenazes, os torniquetes, os garrotes, as polés e os autos de fé eram argumentos evangélicos e eficazes de conversão"<sup>(515)</sup>.

Todavia, na opinião dos mais insignes colaboradores dos *Estudos Sociaes*, os erros cometidos não deviam ser nunca subestimados, mas assumidos e explicados sem paixões<sup>(516)</sup>.

Também não se afirmava que os erros eram apenas defeitos de alguns. O erro podia atingir também o próprio Papa. Citando os exemplos de João XI, João XII, Sérgio III e Alexandre VI, entre outros, Sena Freitas reconhecia

---

<sup>(512)</sup> - *Estudos Sociaes*, n.º 4, p. 162.

<sup>(513)</sup> - "A maior parte dos católicos daquele tempo só viram os vícios do século e anatematizaram-no com todas as forças. O que havia de nobre e de bom, ao lado desses vícios, escapou-lhes e recusaram-se a crer em todas as tendências elevadas da nova era" (*Estudos Sociaes*, n.º 3, p. 113).

<sup>(514)</sup> - *Estudos Sociaes*, n.º 12, p. 502.

<sup>(515)</sup> - *Estudos Sociaes*, Anno II, n.º 1, Janeiro de 1906, p. 5.

<sup>(516)</sup> - "O dever dum verdadeiro católico não é negar tais factos (no que nada ganha), escondê-los, sofismá-los, falsificá-los, mas descalçando os sapatos de todos os exageros e preconceitos tacanhos, explicá-los" (*Estudos Sociaes*, n.º 9, Setembro de 1905, p. 382).

que "seria uma ingenuidade pueril pensar que a cadeira pontificia foi sempre ocupada por Papas modelares, clementes, sábios, santos..."<sup>(517)</sup>.

Tendo sempre presente que os valores divinos da Igreja eram aqueles que mais contavam, porque eram os essenciais, ao reconhecerem certos erros, embora passageiros, os colaboradores dos *Estudos Sociais* estavam, de uma maneira velada, a fazer um exame crítico à própria Igreja. Ao admitirem que esta falhava, punham assim em causa a teoria da infalibilidade da Igreja e do Papa, pelo que, neste ponto, não deixavam de se aproximar do pensamento modernista.

Um outro assunto que muito tem a ver com a questão do modernismo é o da imutabilidade e evolução da doutrina católica. Embora sem ter sido concluído, este problema foi tratado pelo Padre António Rodrigues de Oliveira, ao longo de vários números da revista<sup>(518)</sup>.

Contrariamente aos racionalistas que, em consonância com o avanço da razão, viam no dogma não um carácter absoluto, mas relativo, ao qual, um dia, o desenvolvimento científico havia de dar uma forma definitiva, os homens dos *Estudos Sociaes*, como bons católicos que eram, não hesitaram em afirmar como sendo absolutos e imutáveis todos os princípios que foram revelados por Deus. Sustentando o pensamento do concílio, entendiam que a fé revelada por Deus nada tinha a ver com qualquer descoberta filosófica. Confiada à Igreja que a guardou fielmente, essa fé havia ganho o princípio da conservação perpétua, não podendo, por isso, "perder-se, nem obliterar-se, nem tão pouco ser enriquecida com elementos estranhos"<sup>(519)</sup>. Daí a sua imutabilidade que aceitam sem reservas: "Sustentaremos sempre a permanente fixidez dos dogmas católicos nos seus caracteres essenciais, pois admitir o contrário, seria negá-los ou destruí-los por completo"<sup>(520)</sup>.

---

<sup>(517)</sup> - *Idem*, p. 384.

<sup>(518)</sup> - Com o título "Immutabilidade e Evolução da Doutrina Catholica", começou a publicar-se em Fevereiro de 1908, sendo a última publicação de Outubro-Novembro e Dezembro de 1910. Não se encontra concluído, uma vez que, na página 238 deste último número da revista está a indicação de "continua". A sua não conclusão dever-se-á ao facto de a revista só ter sido publicada mais duas vezes (Anno VI, n.º 10, Janeiro de 1911 e n.ºs 11 e 12 de Fevereiro e Março do mesmo ano). (Cfr. *Estudos Sociaes*, Anno IV, n.º 2, Fevereiro de 1908, pp. 42-47 e Anno VI, n.ºs 7, 8 e 9, de Outubro, Novembro e Dezembro de 1910, pp. 233-38). Veja-se também Jorge Seabra, *ob. cit.*, p. 45, nota 1.

<sup>(519)</sup> - *Estudos Sociaes*, Anno V, n.º 1, Janeiro de 1909, p. 9.

<sup>(520)</sup> - *Estudos Sociaes*, Anno IV, n.º 6, Junho de 1908, p. 219.

Todavia, na pena dos colaboradores dos *Estudos Sociaes*, a ideia de imutabilidade nada tinha a ver com a de imobilidade. Eram realidades perfeitamente distintas. Os ataques e as críticas que os modernistas faziam à Igreja resultavam do facto de eles próprios confundirem estes conceitos<sup>(521)</sup>. Se a imutabilidade se identificasse com a imobilidade, o cristianismo não passaria de "um símbolo perfeitamente cristalizado, uma doutrina vazada em moldes de uma rigidez inflexível, traduzida e encerrada em ritos, práticas e devoções inalteráveis"<sup>(522)</sup>, o que na verdade não acontece. À semelhança do que se verifica com a formação das ideias, também os princípios fundamentais da doutrina se vão clarificando com o tempo e com o estudo. Embora imutáveis na sua essência, os princípios vão-se tornando mais nítidos e inteligíveis à medida que aumentam as interrogações<sup>(523)</sup>. É o princípio da evolução doutrinal. Sem pôr em causa a imutabilidade, o dogma católico renova-se e aperfeiçoa-se à medida que os tempos e a sociedade o vão exigindo. É que, o cristianismo, com o seu lado humano, obriga a um constante desenvolvimento e adaptação. Ao sentido de evolução está assim subjacente a necessidade de adaptação aos tempos e aos lugares. Daí a acomodação que tem que se verificar, seja na doutrina, no culto, nos processos de difusão como nos do seu estabelecimento<sup>(524)</sup>. Tais adaptações implicam, necessariamente, uma evolução na doutrina.

Todavia, este desenvolvimento situa-se ainda ao nível da *fé implícita*, mas cuja clarificação há-de ser feita pela *fé explícita*, isto é, pela que já é compreendida. Os resultados da investigação que um teólogo, por exemplo, possa fazer, têm, depois, de ser confirmados pela Igreja, pois foi a esta que Deus confiou a guarda da sua doutrina<sup>(525)</sup>.

---

<sup>(521)</sup> - "Desta confusão é que nascem os ataques de que injustamente a fazem alvo os que têm uma ideia falsa e errónea da sua imutabilidade" (*Idem*, p. 219).

<sup>(522)</sup> - *Estudos Sociaes*, Anno V, n.º 4, Abril de 1909, p. 135.

<sup>(523)</sup> - "E não venha dizer-se que os livros sagrados, pelo facto de serem inspirados, patenteiam e determinam com imediata clareza as verdades religiosas que contêm; pois é bem certo que as ideias estão mais em quem lê ou escreve, do que no próprio texto, donde, não raro, só após longo e profundo estudo, é que se desentranham em toda a sua exactidão, plenitude e consequências" (*Estudos Sociaes*, Anno V, n.º 6, Junho de 1909, pp. 206-207).

<sup>(524)</sup> - *Idem*, p. 208.

<sup>(525)</sup> - Cfr. *Estudos Sociaes*, Anno V, n.ºs 10 e 11, Outubro-Novembro de 1909, p. 363.

Contudo, isto não significa que as ciências não possam contribuir para esclarecer afirmações dogmáticas. Os homens dos *Estudos Sociaes* reconheciam que era importante o contributo que as ciências podiam trazer para o aprofundamento da verdade revelada. Dissertando sobre o assunto, Rodrigues de Oliveira escrevia: "A ciência tem levado os espíritos a um estudo mais minucioso e mais profundo, mais sólido e mais vasto, mais bem orientado e definido, sobre o conteúdo da doutrina revelada, acabando, alfim, embora não poucas vezes, à custa de porfiadas lutas, por manifestar-se em perfeita harmonia com ela - o que a confirma e constitue admiravelmente o seu progresso"<sup>(526)</sup>.

O mesmo acontecia com a filosofia, apesar de esta se preocupar, fundamentalmente, com o paradigma da razão. Reconhecendo que a razão não é fonte de fé, admitia-se que "foi à custa da filosofia que se elaborou e fixou uma *tecnologia teológica*, e por meio desta que se aplanaram e resolveram enormes dificuldades e se dirimiram inúmeras e formidáveis controvérsias"<sup>(527)</sup>.

Finalmente, à teologia competia, como ciência última que era, estabelecer as ligações e fazer as sínteses entre a evolução verificada e a doutrina primeira, de forma a que não houvesse contradições, na medida em que "para um desenvolvimento ser legítimo, é mister que esteja em perfeita harmonia com a revelação primitiva..."<sup>(528)</sup>.

Imutabilidade e evolução não são antagónicas, mas complementares, porque imutabilidade "se combina admiravelmente com o seu progresso"<sup>(529)</sup>.

Outro ponto importante em que católicos e modernistas se opõem é o que se refere ao conceito de religião revelada. Contestando, de maneira categórica, a noção de imanência dos modernistas, os autores dos *Estudos Sociaes* faziam a afirmação da noção de transcendência da religião revelada. Socorrendo-se do pensamento da encíclica *Pascendi*, G. Decourtins, por exemplo, negava os fundamentos de um Deus impessoal, isto é, da tese

<sup>(526)</sup> - *Estudos Sociaes*, Anno VI, n.º 3, Junho de 1910, p. 85.

<sup>(527)</sup> - *Estudos Sociaes*, Anno VI, n.ºs 5 e 6, Agosto e Setembro de 1910, p. 164.

<sup>(528)</sup> - *Estudos Sociaes*, Anno VI, n.ºs 7, 8 e 9, Outubro, Novembro e Dezembro de 1910, p. 233.

<sup>(529)</sup> - *Estudos Sociaes*, Anno V, n.º 1, pp. 10-11.

evolucionista, a qual, assente na filosofia panteísta de Hegel, via nas diferentes religiões um tronco comum, sendo o cristianismo um fruto dessa evolução. Às forças naturais e à causalidade única de Hegel, opõe Decourtins a figura de Jesus Cristo, ao afirmar: "Com o Filho de Deus, vindo para dar à humanidade a luz, a verdade e a vida, apareceu também o transcendente na história do mundo, claro e tangível, e provou-se a falsidade do relativismo histórico"<sup>(530)</sup>.

Como já referimos, os *Estudos Sociaes* caracterizavam-se, pelo menos na sua 1.ª fase, por uma certa abertura e espírito de inovação. Sensíveis às ciências e suas metodologias, foram naturalmente permeáveis à influência do método da crítica histórica<sup>(531)</sup>. Daí não ser por mero acaso que Carlos Martel criticava o clero por este desconhecer a crítica histórica<sup>(532)</sup>.

Ao contrário dos modernistas, nomeadamente Loisy, que via nos Evangelhos um mero produto das tradições populares das primeiras comunidades cristãs, os católicos dos *Estudos Sociaes* entendiam-nos como "um repositório de ensinamentos religiosos, cujo fito não é o da ciência". Reconhecendo que a Bíblia não é um tratado científico, pois não é por ela que se podem conhecer e estudar determinadas matérias<sup>(533)</sup>, não lhe negavam, contudo, o seu carácter de fonte histórica. Interrogando-os e estudando-os, aprofundava-se a mensagem de Cristo.

As relações entre a fé e a ciência é outra das questões que os *Estudos Sociaes* levantam. De uma maneira geral, não se enjeitam os benefícios do progresso científico. Existe a noção de que o progresso é importante, não só para o desenvolvimento da sociedade, mas também para o aprofundamento da mensagem evangélica. Segundo Ireland, a guerra que existe entre a fé e a ciência não passava de um falso problema. Numa crítica ao pensamento modernista e utilizando as suas próprias palavras, a questão

---

<sup>(530)</sup> - *Estudos Sociaes*, Anno V, n.º 5, Maio de 1909, p. 163.

<sup>(531)</sup> - Como já referimos, a grande abertura dos *Estudos Sociaes* vai até à publicação da encíclica *Pascendi*. Segundo anota Jorge Seabra, "na segunda fase da revista é criticada a moda de tudo investigar, que só conduz à intranquilidade das almas" (Jorge Seabra, *ob. cit.*, p. 67).

<sup>(532)</sup> - Veja-se a nota n.º 486.

<sup>(533)</sup> - "É pelas ciências naturais que não pela Bíblia, que poderá estabelecer-se a antiguidade do homem, a antiguidade e a formação da terra, a evolução das espécies" (*Idem*, p. 24).

resumia-se à oposição "entre as falsas exposições da ciência e as falsas exposições da fé, ou antes entre sábios de fancaria e teólogos ignorantes"<sup>(534)</sup>. Daqui se conclui que os *Estudos Sociaes* procuravam fazer uma distinção entre aquilo que consideravam a falsa ciência e a verdadeira ciência. A falsa ciência seria aquela que partindo de hipóteses fantasiosas se limitava "a provocar ilusões que não pode satisfazer, e a criar, para cada nova invenção uma nova classe de escravos, só faz germinar ódios e explodir guerras"<sup>(535)</sup>. Nesta perspectiva, os autores dos *Estudos Sociaes* não só acentuavam a incompatibilidade entre a fé e a ciência, como também criticavam os excessos científicos do século<sup>(536)</sup>.

A verdadeira ciência era aquela que não contradizia as verdades do cristianismo, mas acabava por as confirmar, uma vez que "o progresso em todas as direcções da actividade humana é uma lei de Deus"<sup>(537)</sup>.

Todavia, reconhecia-se que ciência e religião eram realidades diferentes. Enquanto a primeira tinha como objectivo fundamental contribuir para o progresso e bem-estar da Humanidade, a segunda visava a parte espiritual. Contudo, estes posicionamentos não eram sinónimos de incompatibilidade. Cada uma no seu campo, podiam servir de complemento uma à outra<sup>(538)</sup>.

Esta ideia de cooperação e auxílio mútuo era reforçada por Abúndio da Silva. Socorrendo-se do pensamento de S. Paulo, defendia que a Igreja era uma sociedade organicista. À semelhança do corpo humano, que é constituído por uma série de órgãos, diferentes uns dos outros, cada um com sua função, mas onde todos são solidários, também a Igreja era a comunidade viva dos fiéis, onde cada um tinha, igualmente, um papel específico a desempenhar, mas onde o amor e a caridade faziam a união e

<sup>(534)</sup> - *Estudos Sociaes*, n.º 4, p. 164.

<sup>(535)</sup> - *Estudos Sociaes*, Anno III, n.º 3, p. 112.

<sup>(536)</sup> - "Como simples sistema científico, o monismo nada tem que possa opôr-se às doutrinas católicas. Mas quando ele sai do campo experimental e se mete a interpretar o universo unicamente por jogos de matéria e de energia, então contestamos-lhe as conclusões" (*Estudos Sociaes*, Anno IV, n.º 4, Abril de 1908, p. 131).

<sup>(537)</sup> - *Estudos Sociaes*, n.º 5, p. 212.

<sup>(538)</sup> - Segundo Timoteo, "só os espíritos superficiais, acantonados num estreito positivismo, ousam negar a relação harmónica entre a ciência e a fé; o auxílio valioso que mutuamente se prestam" (*Estudos Sociaes*, Anno VI, n.ºs 5 e 6, Agosto e Setembro de 1910, p. 215).



a solidariedade entre todos <sup>(539)</sup>. Daí a rejeição que os *Estudos Sociaes* faziam quando acusavam os católicos de antiprogressistas<sup>(540)</sup>. A prova de que os católicos não eram inimigos do progresso estava, não só nas críticas que faziam aos meios católicos conservadores<sup>(541)</sup>, mas também na publicação, ao longo de vários números, desde Julho de 1908 até Dezembro de 1909, de um conjunto de artigos, em forma de biografia, que referiam o contributo que vários cientistas (51 ao todo) haviam dado ao mundo.

Pelo exposto, poderemos concluir que, se a questão do modernismo encontrou algum eco nos *Estudos Sociaes*, ela foi também rejeitada e criticada. Embora não pondo em causa a ortodoxia da doutrina católica, os *Estudos Sociaes*, à semelhança dos modernistas, foram de alguma maneira receptivos a uma certa evolução doutrinal; aceitação também da influência modernista, sobretudo no que tocava à teoria da infalibilidade da Igreja e do Papa, na medida em que reconheciam que sendo esta composta por homens, estes estavam sujeitos ao erro; disponibilidade para a aceitação do método da crítica histórica na sua aplicação aos textos sagrados e no contributo que outras ciências podiam prestar para o aprofundamento da Verdade revelada.

Afastavam-se dos modernistas nos pontos essenciais - revelação e imutabilidade do dogma. Divergiam ainda no facto de não aceitarem a separação entre o domínio religioso e laico e na sua submissão às autoridades eclesiásticas.

Quanto ao progresso científico, há, simultaneamente, uma aceitação e uma rejeição, naquilo que entendiam ser a verdadeira e a falsa ciência.

Reconhecendo as mudanças operadas no mundo e o fraco empenhamento que o catolicismo vinha tendo, no fundo, os *Estudos Sociaes* mais não representam do que o questionar do catolicismo face à nova

---

<sup>(539)</sup> - Cfr. *Estudos Sociaes*, Anno III, n.º 3, Março de 1907. pp. 119-26 e n.º 4, Abril de 1907, pp. 147-52.

<sup>(540)</sup> - Na *Chronica Scientifica*, Mariote escrevia: "Aceitarmos o combate no próprio campo em que somos atacados; vingarmos a verdade religiosa, mostrando que não há oposição entre o espírito religioso e o espírito científico" (*Estudos Sociaes*, Anno III, n.º 10, Outubro de 1907, p. 414).

<sup>(541)</sup> - "As afirmações frisantes da incompatibilidade entre a fé e a ciência, fazem eco, em certos meios católicos, não sei que confidências segregadas com inquietação e traduzindo uma ansiedade mal definida" (*Estudos Sociaes*, Anno II, n.º 5, Maio de 1906, p. 228).

realidade. Purgá-lo de tudo quanto fosse obsoleto, desde que não colidisse com as verdades essenciais, era a verdadeira aposta. Daí o forte empenhamento na formação de um novo clero, mais actuante e realista.

### 8.2.3. A questão social

As transformações económicas e políticas verificadas no século XIX, na Europa Ocidental, e as grandes questões sociais que as acompanharam não podiam deixar os intelectuais, católicos ou não, indiferentes. Com o seu socialismo utópico, Saint Simon e Fourier foram os primeiros a apresentar soluções para a "questão social". Com Proudhon, estabeleceu-se o postulado de que "a propriedade é um roubo" e, por isso, exigia-se uma redistribuição da riqueza, para Marx advogar que a solução passava pela luta de classes.

Também a Igreja católica deu o seu contributo. Em 1891, Leão XIII publicava a encíclica *Rerum Novarum*, onde não só criticava a doutrina socialista, mas também apresentava o projecto da democracia cristã como a melhor solução para os muitos problemas que afligiam a sociedade.

Sendo o CADC uma instituição inspirada nos ideais da democracia cristã e apostando na sua divulgação, não ficou alheio a estas questões. Reconhecendo que a revolução social só poderia fazer-se "pela corrente possante das ideias, pela sugestão da verdade, que fere o espírito ou o sentimento"<sup>(542)</sup>, a prová-lo estão, para além dos inúmeros artigos que sobre o assunto os *Estudos Sociaes* publicaram<sup>(543)</sup>, as conferências que sobre temática social foram propostas, em Novembro de 1905<sup>(544)</sup>.

---

<sup>(542)</sup> - *Estudos Sociaes*, Anno III, n.º 1, Janeiro de 1907, p. 2.

<sup>(543)</sup> - São muitos os artigos publicados ao longo da revista que, de maneira directa ou indirecta, aludem à "questão social". Embora com títulos diferentes, mas para se dar apenas uma ideia da importância do assunto, entre Março de 1905 e Setembro de 1907, só o Padre Biederlack publicou 16 artigos (Cfr. *Estudos Sociaes*, n.ºs 3, 6, 8, 9 e 11 de 1905, pp. 130-41; 257-62; 349-51; 396-401 e 476-80; Anno II, n.ºs 5, 6, 7, 8 e 9, 10, 11 e 12, pp. 202-206; 259-67; 301-306; 361-65; 434-40; 472-79 e 520-23; Anno III, n.ºs 2, 6, 7 e 9, pp. 61-66; 225-32; 272-77 e 365-71).

<sup>(544)</sup> - Em Novembro de 1905, a direcção do CADC propunha uma série de temas para serem tratados em conferências semanais. Estes temas, num total de 46, distribuíam-se do seguinte modo: História - 4; Apologética - 9; Moral - 6; Assuntos Sociais - 27. De entre estes últimos, salientamos, como exemplos, os seguintes: "As vantagens da pequena indústria;

Como já dissemos, os *Estudos Sociaes* apostaram numa renovação da mensagem cristã e da Igreja, procurando adaptá-las às exigências e condições dos novos tempos. Rejeitando o que havia de rotina, "porque é ela que tem mergulhado as nossas almas no entorpecimento e paralizado os nossos membros"<sup>(545)</sup>, lutavam por uma igreja mais actuante, mais aberta e mais popular, desvinculando-a assim do sentido de que a igreja e monarquia, leia-se também classes privilegiadas, eram uma e a mesma coisa<sup>(546)</sup>. Interpretando a mensagem do cristianismo e o papel da Igreja na libertação dos escravos e dos servos, havia que fazer passar a mensagem de que só no seio da própria Igreja as classes desprotegidas podiam encontrar a voz para as suas justas reivindicações. O sinal de que estavam ao lado dos oprimidos vinha, por exemplo, da crítica que faziam ao sistema político vigente, na reivindicação de educação e direitos para o povo. Escrevendo sobre as eleições e o regime parlamentar, Teodorico afirmava: "É preciso que acabem estas farçadas, para honra nossa e para bem do país. Eduquemos o povo, afim de que se não deixe esbulhar tão impudentemente de seus direitos...Vamos ao povo, façamos-lhe conhecer a sua dignidade, e o povo, fiado em Deus e no seu direito, ressurgirá por si sem favores de ninguém"<sup>(547)</sup>.

Apesar de se reconhecer como manifestação da desordem social a existência de ricos e de pobres e de se acusar o capitalismo como sendo o "meio de escravizamento do pobre ao rico"<sup>(548)</sup>, na perspectiva dos *Estudos Sociaes*, a "questão social" não se resumia a uma luta entre patrões e operários e muito menos equivalia "à questão concreta de saber como se possa opor um dique ao socialismo invasor"<sup>(549)</sup>. Segundo o Padre Biederlack, a "questão social"

---

condições para o seu desenvolvimento"; "Os sindicatos agrícolas"; "Caixas rurais de crédito agrícola"; "As cooperativas"; "Caixas de recurso para a velhice"; "As bibliotecas populares sociais"; "Os patronatos para aprendizes" e "Os bairros operários" (Cfr. *Estudos Sociaes*, n.º 11, Novembro de 1905, pp. 496-97).

<sup>(545)</sup> - *Estudos Sociaes*, n.º 3, p. 109.

<sup>(546)</sup> - "Não temos dúvida em afirmar que a campanha anti-clenical é o resultado lógico... do cristianismo ultra-conservador de alguns que, em vez de auxiliar o povo nas suas pretensões justas, por um excesso de zelo mal compreendido, o abandonaram ou guerrearam, tornando a religião católica um instrumento político de luta contra a república" (*Idem*, pp. 151-52).

<sup>(547)</sup> - *Idem*, p. 129.

<sup>(548)</sup> - *Idem*, p. 131.

<sup>(549)</sup> - *Idem*, p. 131.

identificava-se com a crise geral em que a sociedade vivia. Sendo um problema vasto e complexo, abrangia muitas questões particulares. Para além de uma questão industrial que envolvia o proletariado e muitas pequenas oficinas, era também uma questão do mundo do comércio e da agricultura que abrangiam não só assalariados, mas também pequenos e médios comerciantes e proprietários. Para todos, era, igualmente, uma questão moral, uma questão de filosofia e de direito, uma questão política e uma questão religiosa, na medida em que a sociedade, nestes domínios, se regia por teorias e princípios que eram falsos e erróneos<sup>(550)</sup>. Neste sentido, entendia-se por "questão social" "o estudo da hodierna desordem social, nas suas manifestações religiosas, políticas e económicas, indagando-lhe a natureza, as causas e os remédios"<sup>(551)</sup>.

Definido o problema e tendo em consideração a posição social assumida pelos *Estudos Sociaes*, a análise que estes fizeram da questão foi, não em termos reactivos e negativistas, mas positivamente, numa perspectiva de alternativa, em relação ao desafio socialista.

Filiando a sua génese nas primeiras manifestações de apostasia da fé, no século XVI, as quais haviam retirado, em boa parte, a ciência à influência da Igreja, era sobretudo no mundo saído da Revolução Francesa e do Liberalismo que os *Estudos Sociaes* procuravam as grandes razões para os males do século. Constatando que as novas invenções, nomeadamente o vapor, a electricidade e os transportes, haviam revolucionado toda a actividade económica, responsabilizavam não só a ciência moderna que, ao negar a verdade da revelação divina, difundia concepções radicalmente opostas ao conceito de vida cristã, mas também o uso pouco consciencioso que se havia feito da liberdade teria conduzido ao enriquecimento de alguns e ao esquecimento de muitos, na medida em que os direitos naturais deixaram de ser observados e respeitados.

Contudo, esta crítica não significava que a Igreja fosse contra a riqueza e sua fruição. Aquilo que a Igreja condenava era a sobrevalorização que a sociedade lhe fazia, em detrimento dos bens espirituais<sup>(552)</sup>.

<sup>(550)</sup> - *Idem*, pp. 133-40.

<sup>(551)</sup> - *Idem*, p. 130.

<sup>(552)</sup> - "A lei moral cristã, em verdade, não veda o gozo dos bens materiais, antes, em geral, o prescreve. Ordena, porém, ao mesmo tempo, que se refreie a desordenada cupidez de bens materiais, não esquecendo que o primeiro dever é aspirar, com todas as

Não poupando críticas ao socialismo<sup>(553)</sup> e ao anarquismo<sup>(554)</sup>, os homens dos *Estudos Sociaes* viam, fundamentalmente, no conservadorismo e no capitalismo os grandes responsáveis pela situação. Referindo-se ao primeiro aspecto, a redacção da revista escrevia: "O conservadorismo, convém dizê-lo bem alto, é o nome especioso da apatia. Cristo não disse que escondêssemos a luz debaixo do alqueire - *submodio* -, quis, ao contrário, que alumiasse a todos"<sup>(555)</sup>. Relativamente ao capitalismo, Santos Lourenço afirmava: "É que no regime que atravessamos não há só risos, felicidade, independência, abundância; há a par também lágrimas, tortura, escravidão, miséria...; entre as pétalas alvinitentes da solidariedade parasita a larva enojante da exploração"<sup>(556)</sup>.

Como já vimos, aquando da questão do modernismo, reconhecia-se que para se ser mais católico era necessário ser-se mais social. Com este pensamento procurava-se não só eliminar e combater o conservadorismo, mas sobretudo sensibilizar o clero e a igreja para a sua nova missão no mundo, uma vez que havia a noção de que o futuro estava nas mãos dos fracos e dos oprimidos<sup>(557)</sup>.

Aceitando-se o capitalismo materialista e individualista como o principal responsável pelas misérias humanas, era contra o liberalismo económico que as principais críticas se dirigiam, quer a nível político, quer nas suas vertentes económica e social.

---

forças, aos bens supremos e eternos; quer além disso que a aquisição dos bens temporais se faça sem violar os deveres morais e jurídicos para com o próximo, e finalmente, a todos exige que não percam de vista o bem público ao actuarem as aspirações individuais" (*Estudos Sociaes*, n.º 6, Junho de 1905, p. 262).

<sup>(553)</sup> - O facto de a democracia cristã criticar as soluções e os princípios socialistas, não significava que não estivesse de acordo, mas somente nos ataques que as duas doutrinas faziam ao capitalismo. Joanmar, num artigo intitulado "O proletariado e a política", escrevia: "De resto, católicos e socialistas, por mais duma vez se hão-de encontrar no mesmo terreno e a defender os mesmos princípios, quando tratarem de apreciar e criticar o capitalismo" (*Estudos Sociaes*, Anno V, n.º 5, Maio de 1909, p. 175).

<sup>(554)</sup> - "...não é essa democracia pura, sem chefes, sem governo, tal como a imaginam e a desejam os partidários da anarquia" (*Estudos Sociaes*, n.º 1, Janeiro de 1905, p. 7).

<sup>(555)</sup> - *Estudos Sociaes*, Anno III, n.º 1 de Janeiro de 1907, p. 2.

<sup>(556)</sup> - *Estudos Sociaes*, Anno II, n.º 3, Março de 1906, p. 109.

<sup>(557)</sup> - "Eis porque a cada passo os clamores dos oprimidos se erguem com protestos de sangue, e o exército descomunal dos proletários caminha inflexível na conquista do futuro" (*Idem*, p. 109).

Apesar de se reconhecer que a democracia, com o seu espírito de igualdade e fraternidade, não estava em contradição com o cristianismo, uma vez que os ideais deste eram semelhantes àqueles e ambos tinham a mesma origem na doutrina de Cristo<sup>(558)</sup>, sendo certo, também, que a forma democrática de governo era aquela que melhor se adequava aos tempos actuais<sup>(559)</sup>, não deixavam de a criticar nos seus excessos. Defendendo mais uma democracia apologética do que propriamente por valores sociais, apelidavam-na de "tirania das maiorias", "piores que os velhos cesarismos e autocracias"<sup>(560)</sup>, na medida em que subjugava a sociedade a todos os seus caprichos.

Criticavam-se, igualmente, os partidos políticos que não se distinguiam "pelos princípios, mas pelo nome dos chefes"<sup>(561)</sup>.

Muitas censuras também para os governos que, instrumentalizando os deputados, dispunham "do povo como dum bando de escravos"<sup>(562)</sup>.

Nesta matéria, também o socialismo foi alvo de muitas críticas. Para além do seu centralismo político (numa fase inicial), são acusados de defenderem "a ideia de que o Estado seja uma instituição supérflua"<sup>(563)</sup>. Fazendo propaganda, falsamente, de uma igualdade real, igual propriedade e pesos iguais para todos, na vida política parlamentar, em nome da necessidade que havia em destruir a ordem social existente, continuavam a levantar obstáculos a possíveis medidas que poderiam ser postas em prática, para melhoria das condições de vida dos mais desfavorecidos<sup>(564)</sup>.

À democracia das massas e à democracia do socialismo opunham os rapazes dos *Estudos Sociaes* os ideais da democracia cristã. Assim, à democracia

---

<sup>(558)</sup> - A este propósito o Padre Gayrand escrevia: "a democracia moderna, longe de estar em oposição com o cristianismo, depende até, no seu concerto essencial e na sua lei fundamental, da nossa fé em Deus, Pai de todos os homens, e do dogma cristão da fraternidade. A igualdade democrática é um fruto da árvore da Cruz" (*Estudos Sociaes*, n.º 2, Fevereiro de 1905, p. 81).

<sup>(559)</sup> - "A evolução social cristã conduziu os povos à democracia, mais pelo desenvolvimento moral, do que pela lógica. Nada no Evangelho exclue teoricamente a monarquia; tudo porém dirige para a democracia a marcha ascensional das sociedades cristãs, pela prática duma fraternidade real entre os homens" (*Idem*, p. 82).

<sup>(560)</sup> - *Estudos Sociaes*, n.º 1, p. 18.

<sup>(561)</sup> - *Estudos Sociaes*, n.º 3, p. 125.

<sup>(562)</sup> - *Idem*, p. 127.

<sup>(563)</sup> - *Estudos Sociaes*, Anno III, n.º 6, Junho de 1907, p. 227.

<sup>(564)</sup> - Cfr. *Estudos Sociaes*, n.º 8, Agosto de 1905, p. 349.

partidária, um projecto de democracia social; à democracia socialista, uma democracia hierarquizada e classista, respeitando a autoridade e a propriedade privada. Entendendo a sociedade como interclassista e complementar, defendiam uma democracia orgânica, onde a pessoa, os valores e a hierarquia fossem respeitados. Na sociedade, à semelhança de um qualquer organismo, "as partes componentes dependem umas das outras, e só podem funcionar como convém, quando mutuamente se ajustam com a devida precisão"<sup>(565)</sup>.

Muito embora se faça a diferença entre liberalismo económico moderado e radical<sup>(566)</sup>, ambos são atacados nas suas vertentes económica e social. Uma vez que o liberalismo defendia, em todos os ramos da economia, uma liberdade económica total, não devendo sequer verificar-se a ingerência do Estado, a não ser para impedir delitos e assegurar a cada indivíduo a sua propriedade, tal situação conduzia, segundo os *Estudos Sociaes*, a que os mais fracos fossem absorvidos pelos mais fortes. Além do mais, defendendo o liberalismo que o preço justo era o que resultava da lei da oferta e da procura e que o salário legítimo era o que procedia da combinação livre entre patrão e operário, na pena dos colaboradores dos *Estudos Sociaes*, estes princípios eram incorrectos, porque anti-cristãos, na medida em que conduziam e favoreciam o egoísmo. A ausência de leis conduzia, igualmente, à ausência de um estado social. Do mesmo modo, a absolutização do conceito de propriedade, entendido como a liberdade "de adquirir bens e haveres quantos e como lhe agradar"<sup>(567)</sup>, não envolvia respeito de uns homens para com os outros. Daí que, simultaneamente, o liberalismo económico fosse sinónimo, por um lado, de um "aumento extraordinário da riqueza, e por outro lado, a mais esquelida miséria"<sup>(568)</sup>.

---

<sup>(565)</sup> - *Estudos Sociaes*, Anno III, n.º 4, Abril de 1907, p. 152.

<sup>(566)</sup> - De uma maneira geral, os liberais católicos moderados aceitando a liberdade económica, defendiam a introdução da lei moral na actividade económica, a redução do tempo de trabalho, sobretudo para mulheres e crianças, reclamavam o descanso dominical e solicitavam que se afastassem as ocasiões perigosas para os bons costumes. Os democratas cristãos afectos aos *Estudos Sociaes* criticavam o liberalismo católico moderado, porque este "não compreende bem qual é a missão do estado e qual a verdadeira natureza dos homens, perdendo-se num vão optimismo" (*Estudos Sociaes*, Anno II, n.º 5, Maio de 1906, p. 203).

<sup>(567)</sup> - *Estudos Sociaes*, n.º 9, Setembro de 1905, p. 398.

<sup>(568)</sup> - *Estudos Sociaes*, n.º 6, Junho de 1905, p. 260.

Nesta perspectiva, também as críticas ao socialismo não se fizeram esperar. Estimulando, fundamentalmente, a cultura material e o progresso temporal da humanidade, aceitando a concepção materialista da história, a teoria do valor defendida por Marx, advogando, em nome de uma suposta igualdade, a destruição das organizações sociais e económicas existentes, nomeadamente a propriedade privada e defendendo o conflito de classes, eram postulados que não podiam ser aceites pelos católicos.

Reconhecendo e aceitando as desigualdades<sup>(569)</sup>, à liberdade individual do liberalismo e à conflitualidade do socialismo opunham os católicos a caridade cristã, a cooperação e a solidariedade social. Em vez do sindicalismo revolucionário dos socialistas, preferiam os princípios da ordem e o associativismo cooperativo. Escrevendo sobre os círculos católicos rurais, Carlos Wall afirmava: "A Igreja não quer que o operário se revolte, porque a sua missão é manter a paz no seio das sociedades; mas também não quer que o operário sofra sem esperança; quer que a sua condição melhore e que seja ele próprio o primeiro factor desse melhoramento, agrupando-se em organizações cristãs"<sup>(570)</sup>.

Defendendo um processo evolutivo e não revolucionário apontavam-se as desvantagens que as greves podiam trazer para os operários<sup>(571)</sup>. A organização em corporações profissionais afirmava-se como sendo o melhor meio de os operários defenderem os seus interesses<sup>(572)</sup>. Mas a defesa dos interesses dos operários podia passar também pela intervenção do Estado. No entender dos *Estudos Sociaes*, o Estado, sempre que necessário, devia, em diálogo com as corporações, intervir no processo, quer ao nível da questão dos salários, quer legislando sobre condições de trabalho<sup>(573)</sup>.

---

<sup>(569)</sup> - "Naturalmente dividida em classes, a sociedade, composta de homens naturalmente diferentes e naturalmente superiores ou inferiores pela inteligência, pela força, pela actividade ou pela energia em relação uns aos outros, não pode, pela boca dos seus dirigentes, conceder em absoluto iguais direitos e impor iguais deveres a todos os seus membros" (*Estudos Sociaes*, Anno III, n.º 3, Março de 1907, p. 105).

<sup>(570)</sup> - *Estudos Sociaes*, Anno IV, n.º 7, Julho de 1908, p. 292.

<sup>(571)</sup> - Referindo-se aos resultados das greves de 1904, em Marselha, Mendes Santos escrevia: "As perdas motivadas pela paralisação dos serviços são computadas em oitenta milhões de francos para os industriais e três milhões de salários perdidos para os trabalhadores das docas e inscritos marítimos. Afinal, depois de tantas violências, os operários ficaram na condição em que estavam antes..." (*Estudos Sociaes*, n.º 1, Janeiro de 1905, p. 36).

<sup>(572)</sup> - Cfr. *Estudos Sociaes*, Anno III, n.º 3, Março de 1907, pp. 99-119.

<sup>(573)</sup> - Cfr. *Estudos Sociaes*, Anno V, n.º 2, Fevereiro de 1909, p. 64. Todavia, a intervenção



Mas o ideal da democracia cristã não passava pela mudança de governos, mas pelo triunfo do cristianismo. Daí a defesa que faziam dos Círculos Católicos Operários. Socorrendo-se do pensamento de Leão XIII, Júlio Monzó não deixava de criticar o modo como até aqui tinham actuado. Dirigidos por pessoas estranhas ao proletariado, tinham atendido mais "não à necessidade de remediar a situação precária das classes populares mas à necessidade, que entre as classes conservadoras se fazia sentir, de levantar um insuperável obstáculo contra os progressos sempre constantes do socialismo"<sup>(574)</sup>.

Todavia, isto não queria dizer que os Círculos Católicos não tivessem feito um trabalho útil. Foram eles que arrancaram "milhares de operários às garras da impiedade e do demagogismo, apartando da taberna, do jogo e dos focos de corrupção a muitos e muitos chefes de família"<sup>(575)</sup>. Mas, no entender de Júlio Monzó, não era tudo. Reconhecendo que o socialismo estava a perder terreno, embora não negando aqueles aspectos, defendia que os Círculos Católicos deviam transformar-se em "baluarte dos interesses e direitos do operariado"<sup>(576)</sup>. Advogava assim uma participação mais activa dos operários nos círculos, porque até aqui "ainda não foi possível, em bastantes anos de vida, arrancar, além de uma platónica confissão de fé, uma afirmação de tais grupos, fazendo-os dizer: somos isto, queremos isto, temos estes e aqueles fins"<sup>(577)</sup>. Criticando assim, de uma maneira indirecta, a "neutralidade social e política extremamente pusilânime"<sup>(578)</sup> dos Círculos, pretendia-se que os operários se empenhassem mais na vida social e política do país. Aliás, esta ideia havia já sido defendida, alguns meses antes, por um outro colaborador dos *Estudos Sociaes*, num artigo intitulado "Os Catholicos e a Urna"<sup>(579)</sup>. Convidando todos os católicos a empenharem-se e a lutarem "com coração

---

do Estado devia verificar-se, essencialmente, quando a iniciativa privada não fosse capaz de resolver os problemas; quando se verificar que um determinado trabalho é melhor organizado pelo Estado e em tudo o que ofenda a moral. Reconhecia-se que a solução para a questão social passava, fundamentalmente, pela cooperação e esforços combinados de patrões e operários.

<sup>(574)</sup> - *Estudos Sociaes*, Anno II, n.º I, Janeiro de 1906, p. 22.

<sup>(575)</sup> - *Idem*, p. 28.

<sup>(576)</sup> - *Idem*, p. 29.

<sup>(577)</sup> - *Idem*, p. 29.

<sup>(578)</sup> - *Idem*, p. 29.

<sup>(579)</sup> - *Estudos Sociaes*, n.º 10, Outubro de 1905, pp. 425-28.

e energia pelo triunfo futuro das ideias democratas-cristãs<sup>(580)</sup>, Salgueiro propunha como o melhor meio a "acção e dedicação na vida política"<sup>(581)</sup>. No fundo, defendia-se a ideia de um partido católico combativo que poderá, talvez, identificar-se com o recém-criado Partido Nacionalista<sup>(582)</sup>.

Defendendo a ideia de um cristianismo mais social<sup>(583)</sup>, como maneira de ajudar a resolver a miséria social propunham-se várias medidas de carácter pontual: a construção de casas baratas para operários, a criação de associações mutualistas, donde podiam derivar cooperativas de consumo, caixas de crédito popular, empresas de interesse local, asilos, etc. Segundo os autores dos *Estudos Sociaes*, "por meio das associações mutualistas e em particular pelas sociedades de socorros mútuos, os trabalhadores aprendem a tornar-se proprietários em comum, rendeiros da colectividade"<sup>(584)</sup>. Defendiam-se, à semelhança do que se passava no estrangeiro, seguros de vida e caixas rurais.

Mas, porque a questão social era também uma questão moral e constatando-se que a maioria dos operários ainda se encontravam arredados do pensamento da Igreja, havia que educar, moralizar e cristianizar. Daí a preocupação que, ao longo de toda a revista, se nota no combate à onda laicizadora da cultura. Defendendo uma educação que assentasse os seus valores na dimensão cristã, criticava-se a onda de feminismo que certas correntes progressistas teimavam em defender. Identificando o movimento feminista como "o supremo atentado contra as glórias do sexo feminino"<sup>(585)</sup>, os colaboradores dos *Estudos Sociaes* atacavam e criticavam o casamento como um contrato meramente civil. Na pena do Padre Sena de Freitas, o

---

<sup>(580)</sup> - *Idem*, p. 427.

<sup>(581)</sup> - *Idem*, p. 427.

<sup>(582)</sup> - Em "Notas do Mês", rubrica que os *Estudos Sociaes* publicavam no fim de cada número, pode ler-se a seguinte informação: "Uma propaganda tenaz e reiterada, por um lado, e os providenciais acontecimentos de 8 de Dezembro, pelo outro, têm produzido nos arraiais nacionaisitas um movimento, uma agitação, cuja significação não pode iludir ninguém - a segura viabilidade do Partido Católico Português militante. Que este receio apoquentá já os velhos partidos, mostra-o a maneira porque eles combatem o acordo entre o Nacionalismo e o governo" (*Estudos Sociaes*, Anno IV, n.º 1, Janeiro de 1908, p. 39).

<sup>(583)</sup> - "Demos pão ao corpo, se queremos ministrar alimento à alma. Não brademos só - *Candade*. Gritemos também - *Justiça* !" (*Estudos Sociaes*, Anno II, n.º 3, Março de 1906, p. 113).

<sup>(584)</sup> - *Estudos Sociaes*, Anno II, n.º 7, Julho de 1906, p. 292.

<sup>(585)</sup> - *Estudos Sociaes*, n.º 8, Agosto de 1905, p. 358.

casamento civil mais não era do que uma "importação exótica, oposta aos nossos costumes nacionais"<sup>(586)</sup>.

Citando exemplos da velha Roma, cuja imoralidade a levou ao abismo, criticava-se igualmente o divórcio e o amor livre. Aceitá-los, era, no entender dos *Estudos Sociaes*, impor condições ao amor, negando-lhe a sua perpetuidade, mas também negar o progresso e retroceder no tempo. Se o Cristianismo tinha feito a reabilitação da mulher, na opinião de Salgueiro, "dar ao homem e à mulher a carta de divórcio e a pretendida emancipação pelo amor livre, é abrir porta franca a todas as torpezas e colocá-la nas ominosas eras pagãs, em que a sensualidade tinha o seu ídolo"<sup>(587)</sup>.

Segundo os *Estudos Sociaes*, o problema da reabilitação e emancipação da mulher não estava no casamento civil, na dissolução do matrimónio, no amor livre, em participar na vida pública ou em saber se devia ou não votar. A emancipação da mulher era sobretudo um problema educativo. Daí o afirmarem: "Educar, educar, eis a síntese da reabilitação feminina"<sup>(588)</sup>.

Reconhecendo que a mulher não era um ser inferior, não era "operária do homem nem serva da família"<sup>(589)</sup>, e admitindo a ideia de que, sob o ponto de vista intelectual, não havia diferenças entre os sexos, mas apenas diversidade, defendia-se para a mulher uma educação igual à do homem, pelo menos sob o ponto de vista científico e literário. Opondo-se à educação ministrada no tempo, que classificavam de mesquinha e inútil, porque desprovida de perspectiva cristã, propunham uma "ampla e completa rasgando-lhe a inteligência em todas as direcções, aperfeiçoando-lhe os sentimentos, despertando-lhe prudentemente todas as energias e condensando todo esse gigantesco trabalho com uma intensa fé religiosa coroa e cúpula de toda a educação digna deste nome, é nada menos que formar a mulher ideal apta para todos os encargos, educada para todos os deveres - exemplarmente esposa e mãe"<sup>(590)</sup>. Atribuindo-lhe um papel especial na educação dos filhos, não a excluíam da vida pública e científica. Por isso, constatavam, com alguma satisfação, a existência, na América, de institutos e universidades onde era ministrada uma educação completa, quer em cursos co-

---

<sup>(586)</sup> - *Estudos Sociaes*, n.º 2, Fevereiro de 1905, p. 61.

<sup>(587)</sup> - *Estudos Sociaes*, Anno II, n.º 4, Abril de 1906, p. 164.

<sup>(588)</sup> - *Idem*, p. 165.

<sup>(589)</sup> - *Estudos Sociaes*, Anno II, n.º 7, Julho de 1906, p. 297.

<sup>(590)</sup> - *Idem*, p. 298.

muns, quer em cursos separados. Educar a mulher segundo as directrizes da corrente feminista cristã era "avançar um largo passo para o progresso social"<sup>(591)</sup>.

Os restantes problemas relativos à emancipação da mulher eram classificados como secundários e seriam resolvidos de acordo com determinados princípios gerais e com os dados que a experiência e a observação dos factos haviam de fornecer.

## 9. SOB O SIGNO DA REPÚBLICA

Segundo Óscar Lopes, por ideologia entende-se, "não uma concepção de vida mais ou menos formalmente consistente e discutida entre minorias cultas, mas o conjunto de razões e normas mais invocadas pela fracção social hegemónica de uma época e mais ou menos inerentes à sua actuação histórica"<sup>(592)</sup>. Nesta perspectiva, podemos dizer que a ideologia dominante no período que vai de 1910 a 1926 é aquela que se encontra consubstanciada na Constituição de 1911 e no programa do Partido Republicano, também chamado Partido Democrático, por ser este o que mais tempo esteve no poder.

A base social desta ideologia era, fundamentalmente, a média e pequena burguesia das principais cidades e vilas, ocupada em actividades comerciais e industriais, as profissões liberais e os estratos médios e baixos do funcionalismo e das forças armadas. Fora estava a alta burguesia, mais ligada ao grande comércio, indústria e propriedade fundiária.

Porém, isto não significa que ao Partido Republicano não tivessem aderido alguns destes elementos e outros ex-monárquicos. Fizeram-no, entre outros, José de Alpoim, os viscondes de Ribeira Brava e de Pedralva, João Pinto dos Santos, António Centeno e Egas Moniz, aos quais João Medina não hesita em apelar de "adesivos", segundo expressão utilizada, na altura, pela *Luta*, jornal afecto ao Partido Unionista de Brito Camacho<sup>(593)</sup>.

<sup>(591)</sup> - *Idem*, p. 300.

<sup>(592)</sup> - Óscar Lopes, *História da Literatura Portuguesa...*, p. 448.

<sup>(593)</sup> - João Medina, *História Moderna e Contemporânea* - 6. "Oh! a República!..." *Estudos sobre o Republicanismo e a Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Centro de Arqueologia e História da Universidade de Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1990, pp. 149-202.

Uma vez que muitas destas personalidades foram colocadas em lugares de chefia, no entender deste historiador, os "adesivos" foram uma "causa e um efeito" e, por isso, "um dos mais poderosos escolhos na rota da aventura republicana, talvez mesmo a razão fundamental do seu fracassado roteiro"<sup>(594)</sup>.

Seja como for, o carácter pequeno-burguês da revolução republicana é, desde logo, evidente nos primeiros actos e medidas legislativas tomadas. Citemos algumas: reconhecimento do direito de propriedade, liberdade de imprensa, reunião e associação, direito à greve, exclusão de voto aos analfabetos, não admissão de privilégios de nascimento, foros de nobreza e títulos nobiliárquicos, fixação do horário de trabalho, lei do inquilinato em benefício dos arrendatários, instituição do casamento civil e do divórcio e, por fim, um acentuado anticlericalismo, o qual é bem expresso na proibição constitucional de as Ordens religiosas se estabelecerem em Portugal e na lei de separação da Igreja e do Estado<sup>(595)</sup>.

Caracterizada por um certo radicalismo, pelo menos nos primeiros tempos, a filosofia que serviu de base a esta ideologia pequeno-burguesa foi, essencialmente, uma filosofia positivista com a sua crença ilimitada no progresso humano alicerçado num desenvolvimento científico, na educação, com liberdades políticas e civis cada vez mais amplas, juntamente com um nacionalismo romântico bebido nas tradições nacionais populares.

Ao analisar-se a dimensão cultural da Academia durante a República, uma das linhas de força que imediatamente emerge da leitura dos diferentes periódicos é a de que existe uma certa crise de intelectualidade e até de identidade no seio da própria comunidade estudantil. A prová-lo estão não só a média anual de publicações saídas durante este período, mas também as inúmeras lamentações com que a maior parte dos periódicos se referem ao assunto, quer invocando o baixo nível cultural dos estudantes, quer recordando as nobres tradições de outros tempos e que agora vão desaparecendo a olhos vistos.

---

<sup>(594)</sup> - *Idem*, p. 167.

<sup>(595)</sup> - Cfr. Fernando de Castro Brandão, *ob. cit.*, pp. 9 e ss. Apesar do reconhecimento da lei da greve, para além destas medidas, o carácter burguês da revolução evidencia-se, também, nas manifestações que a Carbonária e os Batalhões de Voluntários da República fizeram, em 15 de Janeiro de 1911, contra o surto grevista que se vinha verificando (*Idem*, p. 14). Aliás, já em Dezembro de 1910, havia sido concedido ao patronato o direito do "lock-out" (Cfr. João Medina, *ob. cit.*, p. 226).

Relativamente ao primeiro aspecto, talvez o de menor importância e significado, constata-se que, entre 1910 e 1925, publicaram-se, segundo os nossos cálculos, 47 novos periódicos, o que dá uma média anual de 2,9<sup>(596)</sup>. Saliente-se que, entre 1915 e 1918, certamente em virtude da guerra, não se foi além de 1 publicação em cada ano. Para uma Academia que rondava, em média, os 1300 alunos, esta pobreza editorial mais não poderá significar que um fraco empenhamento cultural, para além das matérias escolares.

Se estes dados estatísticos poderão ter algum valor e significado, a crise identifica-se melhor na análise e leitura dos próprios periódicos. Comparando-os com os de épocas anteriores, de uma maneira geral, parecem-nos haver uma relativa pobreza cultural que se identifica não só ao nível dos editoriais, mas também na variedade e profundidade dos assuntos tratados. Sendo, por exemplo, a questão religiosa e a questão social dos assuntos que mais agitaram os governos e a opinião pública, com excepção de o *Imparcial* e da revista *Estudos* (aqui por outra ordem de razões), a grande maioria dos outros periódicos ficaram-se por abordagens relativamente simplistas, limitando-se mais a concordar ou a discordar, apoiando ou rejeitando, posições oficiais assumidas. É o caso, por exemplo, de o jornal *Impertinente* ao referir-se à lei de separação da Igreja e do Estado: "O decreto de separação... é mais um facto que demonstra claramente o superior talento do ilustre ministro seu autor, e a justiça e liberdade do regime republicano"<sup>(597)</sup>.

Reconhecendo-se o atraso cultural do povo português e sendo a educação uma das principais prioridades da República, a maior parte dos periódicos estudantis dedicam muito pouco das suas páginas aos problemas educativos. Relativamente à educação popular, o jornal *Irreverente*, por exemplo, limita-se praticamente a dizer que os empresários de cinema "podem fazer alguma coisa de bom, impondo-lhe [às massas] com a tenacidade verdadeiras fitas de arte, e instrutivos quadros roubados ao reportório vastíssimo das ciências"<sup>(598)</sup>.

---

<sup>(596)</sup> - Apesar de algumas das publicações saídas em 1910 serem anteriores à proclamação da República, por uma questão de simplificação na contagem, tomaram-se na sua globalidade.

<sup>(597)</sup> - *Impertinente*, n.º 3, Coimbra, 26 de Abril de 1911, p. 1.

<sup>(598)</sup> - *Irreverente*, n.º 1, Coimbra, 26 de Novembro de 1911, p. 1.

Do mesmo modo, as polémicas (réplicas e tréplicas) à volta de um qualquer assunto, muito comuns em jornais e revistas de outros tempos, estão ausentes, o que revela falta de dinamismo cultural.

Outro sintoma de decadência intelectual pode ser encontrado no facto de se registarem pouquíssimos periódicos de puro e fino humor estudantil, à semelhança do que acontecia, nos princípios do século, com *O Alferce* (1902), *Pavões* (1904), *A Troça* (1906) e outros. Com a data de 1910, apenas *O Mesquita* e *Restolheira Medica* e, de 1914, *O Ambrosio*.

Mas a crise de intelectualidade é sobretudo visível nas muitas declarações que os periódicos fazem a este respeito. Em 1913, um jornal escrevia a este propósito: "É uma Academia sem vida e sem ideal que se contorce numa terrível agonia moral. Composta de eunucos mentais, de ignorantes crassos e de inconscientes boçais, ela é porventura a manifestação mais expressiva, mais eloquente da pavorosa e irremediável crise em que nos debatemos... A Academia de Coimbra, vivendo isolada das correntes do pensamento e da civilização, não encontra aqui um meio educado e culto, que lhe lime as asperezas... Vive num meio ignóbil, de sórdido utilitarismo, onde o burguês engorda à custa da mesada do estudante e onde este se imbeciliza, se perverte e se estagna"<sup>(599)</sup>.

No mesmo sentido, mas mais contundente, uma revista dizia: "No ano da graça de 1913 ainda há estudantes que não sabem que viveu em Coimbra um poeta chamado António Nobre"<sup>(600)</sup>.

Esta crise de intelectualidade e de identidade passava pela evocação que alguns periódicos faziam da memória de outros tempos. Era o caso, por exemplo, do jornal *Alvorada* que definia assim o estudante de Coimbra: "*In illo tempore*... havia uma família académica cujos membros... aspiravam a viver a grande vida do Pensamento... Hoje, o indivíduo que se diz estudante, limita-se, e nem sempre, a envergar uma capa e batina e mais nada"<sup>(601)</sup>.

Do mesmo modo, em 1920, os responsáveis pelo jornal *A Tradição*, solicitavam o apoio do Senado, para defenderem os direitos da Academia, "em nome das Tradições e da Pátria"<sup>(602)</sup>.

---

<sup>(599)</sup> - *A Briosa*, 3.ª série, n.º 8, Coimbra, 5 de Março de 1913, p. 1.

<sup>(600)</sup> - *Água Lustral*, n.º 1, Coimbra, 1913, p. 28.

<sup>(601)</sup> - *Alvorada*, n.º 2, Coimbra, 23 de Fevereiro de 1918, p. 1.

<sup>(602)</sup> - *A Tradição*, número especimen, 7 de Março de 1920, p. II.

Em nosso entender, as razões explicativas para este facto devem procurar-se em duas ordens essenciais de factores. O primeiro é o progresso material com que a própria cidade se vai assumindo, o que levou a um aburguesamento da Academia. Em termos de habitação, por exemplo, a Alta começa a perder terreno em favor de outras zonas da cidade, levando assim a uma maior dispersão da comunidade estudantil. Os cafés de bairro, o cinema e o desporto tornam-se agora os novos pólos de atracção. Como consequência, o antigo espírito de sociabilidade e as grandes discussões sofrem uma quebra em favor de um certo individualismo<sup>(603)</sup>.

Também as liberdades concedidas pela República vieram contribuir para a descaracterização do estudante. O uso facultativo da capa e batina, por exemplo, fez com que o estudante deixasse de constituir e ser visto como aquela elite que era, para passar a confundir-se com o cidadão anónimo. Era a democratização da sociedade. Porém, não foi preciso muito tempo para que alguns sectores da Academia se virassem contra esta onda democrática. Logo em 1912, uma revista estudantil escrevia: "Esta mania de democratização que faz de Portugal um país «sui generis», assim à maneira de tasca reles onde os piores exigem a morte dos malandros dos ricos, — tudo perverte e incendeia como uma chama vermelha de demência. País de pobres, não se quer ser alguém, mas tão somente se pensa em apear os que souberam ser gente..."<sup>(604)</sup>.

As liberdades da República reflectiram-se também nas próprias praxes académicas que, acusadas de processos antiquados e obsoletos, foram mais que nunca questionadas. Referindo-se ao facto, um jornal estudantil afirmava: "Noutros tempos, quando a tradição justificava tudo, compreendia-se essa velha usança medieval; mas agora que a parte sã da academia de Coimbra protestou contra a tradição, a praxe e os preconceitos académicos, esse costume era anacrónico e inadmissível"<sup>(605)</sup>. Esta onda antitradicionalista manifestou-se logo em 1910, quando a Academia fez o enterro da Cabra<sup>(606)</sup>.

(603) - Em 1916, uma revista definia assim o estado de decadência a que a Academia tinha chegado: "E hoje, essa amálgama abastardada [A Academia], com agências, respectivamente, na Universidade, Café Prolho e casas de goma da Alta, regista o maior desvaio e relaxamento a que uma Academia pode baixar" (*À Sirga*, n.ºs 3 e 4, Coimbra, 1 de Abril de 1916, p. 5).

(604) - *De Cabo a Rabo*..., n.º 1, Maio de 1912, p. 5.

(605) - *A Briosa*, 3.ª Série, n.º 8, Coimbra, 5 de Março de 1913, p. 1.

(606) - Cfr. *A Cabra*, número unico, Novembro de 1910 e *A Cabra*, 2.ª edição, Coimbra, Typ. Minerva Central, 1910.



A simbologia do tradicional perdia em favor do moderno individualismo. A quebra da identidade era inevitável.

As liberdades da República reflectiram-se ainda na constituição de grupos e facções políticas adversas, as quais, com as suas rivalidades, não podiam deixar de contribuir para a crise que então se vivia. Se, antes de 1910, no seio da Academia, republicanos e monárquicos constituíam as duas grandes famílias políticas, cabendo aos anarquistas uma expressão muito limitada<sup>(607)</sup>, mas apoiando, por razões estratégicas, os republicanos, com o triunfo da República não só os anarquistas se afastam, passando a criticar o conservadorismo dos republicanos<sup>(608)</sup>, como também aparecem católicos e integralistas a disputarem um espaço de afirmação e intervenção.

Fruto destas divergências, a cultura estudantil desta época caracterizava-se por uma forte componente de ideologia política, a qual se traduzia, conforme os quadrantes, no apoio ou no repúdio à acção e actuação governativas. Reafirmando o seu anticlericalismo, em 1914, os estudantes republicanos criticavam os estudantes católicos que "nesta cidade de Coimbra florescem como tortulhos em dias pardos e morrinheiros de chuva"<sup>(609)</sup>, por estes protestarem contra os propósitos de quererem fazer da Igreja de S. João de Almedina um museu de arte sacra.

Mas as divergências não eram só entre republicanos e católicos ou republicanos e monárquicos. Elas existiam no seio dos próprios republicanos. Apoiando claramente o partido de Afonso Costa, em 1914, a redacção de o *Bairro dos Olivais* não hesitava na crítica a António José de Almeida e ao partido

---

<sup>(607)</sup> - Dirigida por Campos Lima, o seu órgão de expressão era, em 1902, a *Revista Livre* que não foi além do 2.º número. Acusando a religião e a organização da sociedade como os principais responsáveis por todos os males, defendiam amplas liberdades, o sentido do útil e do prático e a solidariedade entre os homens. (Cfr. *Revista Livre*, n.ºs 1 e 2, Coimbra, 15 de Novembro e 14 de Dezembro de 1902). Com o mesmo nome tinha existido, em 1893-94, outra revista dirigida por João de Freitas, Valério Pires e Joaquim Madureira, que também não passou do 2.º número.

<sup>(608)</sup> - Defendendo as classes trabalhadoras e criticando o conservadorismo dos republicanos, nomeadamente a actuação de Brito Camacho na regulamentação do direito à greve, Sobral de Campos, em 1911, escrevia: "Não sabemos, não percebemos. O que nós percebemos e sabemos muito bem - e disto começam já a compenetrar-se as classes trabalhadoras - é que não foi a esta República que elas deram o seu apoio, não foi por esta República que se sacrificaram, mas por uma República progressiva..., portanto, totalmente diversa" (*Vida Livre*, n.º 1, Coimbra, 23 de Fevereiro de 1911, p. 1).

<sup>(609)</sup> - *Bairro dos Olivais*, n.º 8, 23 de Março de 1914, p. 1.

evolucionista<sup>(610)</sup>. O mesmo acontecia, em 1915, relativamente a Brito Camacho<sup>(611)</sup>. Estas divergências serviram para que uma revista afecta aos ideais monárquicos comentasse: "Andam à bulha os partidos da República, o que equivale a dizer que anda a República à bulha consigo mesmo"<sup>(612)</sup>.

Apesar de todas estas divergências, a cultura estudantil desta época caracterizava-se, também, por um forte sentimento de patriotismo. Daí a preocupação em afirmar a permanência das tradições históricas portuguesas. Criticando, por exemplo, a mania de tudo copiar do estrangeiro<sup>(613)</sup>, defendia-se o orgulho de ser português. Escrevendo em *A Briosas*, Ana de Castro Osório dizia: "Ser português é aprender a falar com orgulho a nossa língua antes de nenhuma outra; é ler os livros que portugueses escrevem; é conhecer os nossos artistas; proteger as nossas indústrias; comer o produto da nossa terra; amar as nossas paisagens...; é cantar as nossas canções; folgar com as festas do nosso povo...; é estudar a nossa arte em todas as suas manifestações...; sem esquecer o mobiliário severo e nobre dos nossos avós, a ourivesaria subtilmente trabalhada, os tecidos, a cerâmica, as rendas, que em tudo sempre fomos e somos alguém"<sup>(614)</sup>. Por isso, não admira que alguns periódicos insistam em não se esquecer a nossa história. Daí que, em alguns editoriais, se recordem datas históricas, sejam do 1.º de Dezembro de 1640<sup>(615)</sup>, sejam o 31 de Janeiro de 1891<sup>(616)</sup>. A defesa dos grandes ideais, na pessoa das grandes figuras do passado, é um outro modo de afirmação do patriotismo. Assim procedia o jornal *Alvorada* (1918), citando estrofes dos *Lusíadas* e

---

<sup>(610)</sup> - "O Sr. António José, o chefe do partido da República que mais causa comum tem feito com os reaccionários de todos os matizes, acabou há dias por concordar; no Parlamento, que é preciso pôr um dique de baionetas de soldados e de sabres de polícia a essa onda infecta e lodosa de reaccionarismo que alastrando por todo o país... pretende submergir em si não só as instituições vigentes como também a própria independência do nosso território" (*Bairro dos Olivais*, n.º 9, Santo António dos Olivais, 29 de Março de 1914, p. 1).

<sup>(611)</sup> - "Que estranha a sinistra pessoa é o Sr. Camacho, que depois de aprovar no Parlamento a nossa participação na guerra, vem para os seus pasquins dizer e fazer propaganda contrária... Os intuitos sabe-os toda a gente: derrubar o governo para ter um ministério dos seus apaniguados" (*A Corja*, n.º 1, Coimbra, 6 de Fevereiro de 1915, p. 1).

<sup>(612)</sup> - *O Raio*, n.º 3, 6 de Agosto de 1914, p. 20.

<sup>(613)</sup> - Cfr. *A Briosas*, 3.ª Série, n.º 6, Coimbra, 9 de Fevereiro de 1913, p. 2.

<sup>(614)</sup> - *Idem*, n.º 11, Coimbra, 23 de Abril de 1913, p. 1.

<sup>(615)</sup> - Cfr. *A Briosas*, 3.ª série, n.º 2, Coimbra, 4 de Dezembro de 1912, p. 1.

<sup>(616)</sup> - Cfr. *Bairro dos Olivais*, n.º 1, Santo António dos Olivais, 1 de Fevereiro de 1914, p. 1.

apontando como exemplo apaixonado de amor à Pátria a figura de Nuno Álvares Pereira<sup>(617)</sup>. Mas a defesa do patriotismo passava ainda pelo estudo, nas escolas portuguesas, das belas artes<sup>(618)</sup> e pelo conhecimento das tradições do país<sup>(619)</sup>. Era precisamente neste sentido que, pela pena de Virgílio Correia, a revista *A Rajada* publicava artigos como "Virgens Pejadas"<sup>(620)</sup>; "Velhos Teares"<sup>(621)</sup> e "Oleiros de Miranda"<sup>(622)</sup>.

Esta corrente de tradicionalismo tem igualmente a sua expressão ao nível artístico e literário. Como um prolongamento da herança simbolista e decadentista, traduz-se em termos de um saudosismo, embora com variantes. Para os monárquicos, era a saudade do velho Portugal. Com o título de "Príncipe", Mário Beirão publicava um soneto, onde dizia:

"Dos meus avós herdei a graça heroína  
De encarar o perigo, frente a frente:  
...Bebem sangue os areaes, a lança fina  
Ergo-a nas minhas mãos, beduinamente!

.....  
Sina de perdição! viver - de - acaso!  
...Mas quando o olhar longinquamente arraso,  
(Tardes de luz morrente... um sino tange...)

Oh sonho regressivo: a tribu em massa,  
De novo aclama o Príncipe da Raça,  
E aos gritos, halalís, recurvo o alfange!"<sup>(623)</sup>.

---

<sup>(617)</sup> - Cfr. *Alvorada*, n.º 1, Coimbra, 16 de Fevereiro de 1918, p. 2.

<sup>(618)</sup> - Cfr. *Impertinente*, n.º 4, Coimbra, 3 de Maio de 1911, p. 1.

<sup>(619)</sup> - "Por iniciativa de dois distintos académicos do Algarve, Dr. Jaime da Graça Mira, quintanista da Faculdade de Ciências, e Francisco de Albuquerque Rebelo, terceiranista de Direito, dois entranhados amigos e fervorosos propagandistas da sua terra, reuniu a colónia algarvia e deliberou realizar uma festa de confraternização, que mais estreite os laços de amizade entre os estudantes daquela província e torne mais conhecida esta terra de amor e de lenda, infelizmente quase ignorada" (*Alvorada*, n.º 1, p. 1).

<sup>(620)</sup> - Cfr. *A Rajada*, n.º 2, Coimbra, Abril de 1912, pp. 9-11.

<sup>(621)</sup> - *Idem*, n.º 3, Coimbra, Maio de 1912, pp. 8-13.

<sup>(622)</sup> - *Idem*, n.º 4, Coimbra, Junho de 1912, pp. 1-7.

<sup>(623)</sup> - Apud *A Rajada*, n.º 1, Coimbra, 1 de Março de 1912, p. 1.

Já para os republicanos era a esperança de um Portugal renovado. Evocando a figura de Guerra Junqueiro, Fausto dos Santos Júnior escrevia:

"Que na noite, que cresce, das idades  
Onde a sua Alma etérea já contemplo,  
Há- de velar dum Povo o Coração:  
E cobri-la de bençãos e saudades,  
Qual lâmpada a brilhar dentro d'um templo,  
Numa perpétua e viva adoração!"<sup>(624)</sup>.

Apesar de tudo, a avaliar pela generalidade dos periódicos estudantis desta época, pelo menos nos primeiros tempos do novo regime, a Academia via com bons olhos o triunfo da República. Aguardada com confiança e expectativa, assumida como um forte ideal, a República surgia aos olhos da maioria estudantil como uma expressão de esperança e salvação da unidade nacional. Daí que, logo em 1911, um periódico escrevesse: "... a República há-de erguer sobre os escombros do velho regime monárquico uma nova Pátria, livre de preconceitos de qualquer ordem; que ela há-de fazer desta pequena tira de terra um novo Portugal, digno de ser a Pátria de Albuquerque e de Camões"<sup>(625)</sup>.

Identificando os males sociais como uma consequência funesta do capitalismo<sup>(626)</sup>, alertavam-se os poderes constituídos para a necessidade urgente que havia em dar solução aos problemas dos mais desfavorecidos. Sendo obrigação da República construir "uma pátria livre, grande e nobre"<sup>(627)</sup>, como solução para estes males advogava-se não só a criação de casas correcionais e de colónias agrícolas<sup>(628)</sup>, mas sobretudo uma educação para o povo, no sentido de se irradiar todo o analfabetismo, porque "uma sociedade sem instrução é uma sociedade morta, uma sociedade que não avança na senda do

<sup>(624)</sup> - Apud *Na Morte de Junqueiro...* p. 25.

<sup>(625)</sup> - *Impertinente*, n.º 3, Coimbra, 26 de Abril de 1911.

<sup>(626)</sup> - "A percentagem do crime é muito maior, onde as dificuldades da vida são maiores porque a miséria se expande, em gritos de revolta contra os que a espesinham e aviltam. É que o crime em última análise, salvo raras excepções, não é mais que a revolta do humilde, do oprimido, contra o capital que o aniquila moral e fisicamente" (*Irreverente*, n.º 3, Coimbra, 10 de Dezembro de 1911, p. 1).

<sup>(627)</sup> - *Irreverente*, n.º 2, Coimbra, 3 de Dezembro de 1911, p. 1.

<sup>(628)</sup> - *Idem*, p. 1.

progresso”<sup>(629)</sup>. Porém, esta educação não era uma educação qualquer. Criticando a educação feminina que até então tinha gravitado à volta da religião e do luxo, defendia-se uma educação assente nos valores domésticos, em princípios laicos e nos modernos conhecimentos<sup>(630)</sup>. Daí uma visão optimista do professor como sendo o “anjo enviado à terra para iluminar as trevas do espírito, que incumbe a árdua tarefa de educar, de espalhar a instrução, de formar cidadãos úteis e respeitáveis pela rectidão do seu carácter e pela grandeza do seu civismo”<sup>(631)</sup>. Neste sentido, mas conscientes das lutas políticas, era com satisfação, mas também com reservas que se saudava a criação do Ministério da Instrução: “Foi há poucos dias criado o ministério da instrução pública. É este um facto prometedor... Mas nós auguramos... que esse ministério seja para bem servir a instrução, e não reles politiqueiro”<sup>(632)</sup>.

Porém, fruto das lutas partidárias, as expectativas da República rapidamente se transformavam em utopias. Reconhecendo-se que os responsáveis políticos não davam resposta aos problemas do país, as críticas ao regime sucediam-se. Eram os parlamentares que eram apelidados de “caixeiros de balcão”<sup>(633)</sup>, em virtude da sua ociosidade. Muitas críticas para os republicanos, em virtude de aceitarem nas suas hostes ex-monárquicos, porque “é tanto mais repelente quanto é certo serem os monárquicos adesivos os autores das piores façanhas”<sup>(634)</sup>. Críticas também para os processos utilizados: “Se apreender jornais, calar a voz da consciência pública, era uma medida anti-democrática e reaccionária, nós bem fartamente temos demonstrado que as Democracias também se defendem por esses

---

<sup>(629)</sup> - *Impertinente*, n.º 1, Coimbra, 13 de Abril de 1911, p. 1.

<sup>(630)</sup> - “A mulher não foi criada para andar metida nas intrigas da política nem para governar nações; a sua missão é mais elevada: amar, educar seus filhos e fazer deles cidadãos prestáveis com que a pátria possa contar nas ocasiões de perigo” (*Impertinente*, n.º 2, Coimbra, 20 de Abril de 1911, p. 1). Um outro periódico escrevia a este propósito: “Para que a mulher se liberte das peias que a prendem ao preconceito, precisa ter uma educação pura e racionalista... e baseada nos modernos conhecimentos... e a ensine a desprezar e atirar para o pó do esquecimento o sorriso forçado da etiqueta, a mortalha estúpida da moda” (*Irreverente*, n.º 3, p. 3).

<sup>(631)</sup> - *Impertinente*, n.º 1, Coimbra, 13 de Abril de 1911, p. 1.

<sup>(632)</sup> - *A Biosa*, 3.ª série, n.º 2, Coimbra, 4 de Dezembro de 1912, p. 3.

<sup>(633)</sup> - *De Cabo a Rabo*, n.º 1, Maio de 1912, p. 3.

<sup>(634)</sup> - *O Raio*, n.º 1, 20 de Maio de 1914, p. 17.

processos acorrentando ao silêncio imposto qualquer adversário, cujo pensamento nos possa ser incómodo"<sup>(635)</sup>.

O descrédito do ideário republicano, levou assim ao refúgio numa onda de espiritualidade de que a revista *Icaro*, "aspirando à Beleza, ao Sonho e à Vida"<sup>(636)</sup>, é disso prova evidente, pese embora o facto da continuação de uma estética finissecular:

#### 10. UMA CULTURA DE ESCÁRNIO E MALDIZER\*

A par do que acabamos de expor, alguns periódicos revelam-nos ainda a existência de um outro tipo de cultura, a qual, dadas as suas características e por analogia com a literatura, chamamos de escárnio e maldizer. Trata-se de uma cultura própria, tipicamente estudantil, de feição eminentemente satírica e que se caracteriza por uma certa irreverência e sentido de humor, sobretudo em relação à comunidade envolvente. Daí que o meio académico, nomeadamente a Universidade e os seus professores, mas também alguns estudantes e outras figuras ligadas ao meio coimbrão sejam os alvos preferidos por este tipo de crítica.

Apesar de irónica e provocatória, não estava nas suas intenções molestar fosse quem fosse<sup>(637)</sup>. Embora denunciadora de determinadas realidades, o seu objectivo principal era moralizar e divertir. Enquanto *O Cauterio*, por exemplo, se afirmava como um jornal "próprio para fazer rir"<sup>(638)</sup>, já o *Thermocauterio*, embora sem intenções de "ferir A, B ou D", desejava "ver levantado o prestígio da Universidade e da Faculdade de

<sup>(635)</sup> - *Idem*, p. 12.

<sup>(636)</sup> - *Icaro*, n.º 1, Julho de 1919, p. 1.

\* - Tendo em conta que muitas das temáticas (Universidade, professores, alunos e futricas) são comuns às "memórias" que muitos estudantes, depois de abandonarem Coimbra, escreveram e dado que foram já objecto do nosso estudo, no capítulo anterior, vamos limitar-nos aqui a breves referências de carácter geral.

<sup>(637)</sup> - Uma das figuras que o Pad-Zé parodiou na sua *Revista do "Civil"*, foi um seu colega, Santos Monteiro. Em resposta, Santos Monteiro e outros, ao criticarem o grande boémio, faziam-no, mas "sem rancor, nem despeito, que o primeiro não o podemos nós sentir... e o segundo é inconciliável com o nosso modo de ver" (*Revista do "Civil"*, Coimbra, 9 de Janeiro de 1903, pp. 1-2).

<sup>(638)</sup> - *O Cauterio*, n.º 1, XII-11-XCIX, p. 2.

Medicina”<sup>(639)</sup>, ao mesmo tempo que denunciava, na pessoa do Dr. Ângelo da Fonseca, ser o Hospital de Coimbra um “lugar de tragédia onde medra a grama daninha e onde cresce o escalracho mau e destruidor”<sup>(640)</sup>.

No domínio da imprensa periódica da Academia, a cultura de escárnio e maldizer ocupa um espaço relativamente privilegiado. A prová-lo, entre jornais e revistas, está o número dessas publicações. Para um total de 152, 36 podem ser classificadas, exclusivamente, como de escárnio e maldizer, na medida em que nelas se observam, grosso modo, as características acima mencionadas. Em termos percentuais, este tipo de publicações corresponde a 23,7%<sup>(641)</sup>.

De salientar ainda que a grande maioria destes periódicos se situa nos últimos anos de oitocentos e primeiros do nosso século. Como motivos justificativos para este facto podemos apontar, para além de uma certa tradição, não só o foro académico e a disciplina que imperava na Universidade<sup>(642)</sup>, mas sobretudo a onda de pedantismo e de pseudo-intelectualidade que entre os estudantes se vivia, tornando-se assim muitos deles alvos de profundas críticas. A revista *Pavões* (1904) é disso um bom exemplo, ao dedicar nove números a alguns dos intelectuais da altura<sup>(643)</sup>, Criticando a vaga de intelectualismo, também *O Alferce* (1902) escrevia:

---

<sup>(639)</sup> - *Thermocauterio*, n.º 2, Coimbra, 5 de Maio de 1921, p. 1.

<sup>(640)</sup> - *Idem*, n.º 1, Coimbra, 27 de Abril de 1921, p. 2.

<sup>(641)</sup> - Foram identificadas como de escárnio e maldizer, as seguintes publicações: *Zé P'reira* (1881); *O Vulcão* (1884); *Nem Cá Nem Lá* (1889); *Boémia Velha* (1889); *Fianando* (1896); *Bofetadas* (1896); *A Sebenta* (1896); *Boletim da Sociedade do Nível* (1899); *O Cauterio* (1899); *Revista do "Civil"* (1899); *Coimbra - Comica* (1901); *Coimbra - Comica* (1901) [2.º deste nome]; *O Alferce* (1902); *A Careta* (1902); *A Falia* (1902); *Os Gatinhos* (1902); *A Moca* (1902); *O Pagode* (1902); *Centenario da Sebenta* (1902); *Revista do "Civil"* (1903); *A Troça* (1903); *A Carêta* (1903); *Pavões* (1904); *A Troça* (1906); *Caricatos* (1906); *A Cabra* (1910); *A Cabra* (1910) [2.º deste nome]; *O Mesquita* (1910); *Restolheira Medica* (1910); *Treiskaidekapeia* (1910); *Faixas* (1910); *O Dã-lhe Galhas* (1912); *Piparotes* (1912); *O Ambrósio* (1914); *Thermocauterio* (1921) e *Tripticozinho* (1924).

<sup>(642)</sup> - Referindo-se ao assunto, Fialho de Almeida dizia que a crítica era “tanto mais crua, quanto mais férreo o despotismo disciplinar estatuído, do professor sobre o rapaz” (Fialho d’Almeida, *À Esquina (jornal d’um vagabundo)*, 5.ª edição, Lisboa, Livraria Classica Editora, 1923, p. 9).

<sup>(643)</sup> - Foram os seguintes: Agapito Pedroso Rodrigues, Mário Monteiro, José de Arruela, Ladislau Patrício, Cândido Guerreiro, Carlos Amaro, Alfredo Pimenta, Gomes da Silva e Anibal Soares.

"...vamos despertar a sensibilidade morna desta sociedade piolhosa que está a pedir muito brometo e parches brancos"<sup>(644)</sup>.

Ao contrário, o período da República, pelas razões já anteriormente expostas, é, nesta matéria, bastante mais modesto. Dos 36 periódicos, apenas 11 foram publicados a partir de 1910<sup>(645)</sup>.

Não admira que um tipo de cultura deste género encontre entre os estudantes, nomeadamente em Coimbra, uma produção relativamente satisfatória. Desde sempre a comunidade estudantil se caracterizou por um certo espírito de boémia, de crítica e de irreverência em relação a determinadas situações. Estas características estão não só inerentes à própria fisionomia espiritual da comunidade estudantil, como foram cultivadas desde os tempos mais remotos. Sendo a Universidade uma criação medieval, é bem possível que algumas daquelas características mergulhem as suas raízes na cultura e nas práticas da tradição goliarda, sobretudo nos seus costumes dissolutos, nas poesias que compunham, nas trovas de amor que recitavam, nas troças que faziam e nos teatros que representavam.

Apesar de Menéndez Pelayo identificar os jograis com uma certa mendicidade e vadiagem, incluindo neles os próprios estudantes noctívagos<sup>(646)</sup>, a ideia mais vulgarmente aceite dos jograis é a de que eles estão ligados a um certo sentido de diversão e animação. Se algo caracterizava a comunidade estudantil, pelo menos no período por nós considerado, era precisamente a predisposição para o divertimento. A prová-lo estão não só as próprias praxes vividas quotidianamente, mas também as muitas festas académicas que desenvolviam.

Para além de Menéndez Pelayo, também Fialho de Almeida, referindo-se às festas dos estudantes quintanistas de humanidades da Universidade de Oxford, nos informa que elas se desenvolviam no teatro académico,

<sup>(644)</sup> - O Alferce. Coimbra, 4 de Fevereiro de 1902, p. 1.

<sup>(645)</sup> - Veja-se a nota 641.

<sup>(646)</sup> - "La juglaría era el modo de mendicidad más alegre y socorrido, y a ella se refugiaban lo mismo infelices lisiados que truhanes y chocarreros, estudiantes noctámbulos, clérigos vagabundos y tabernarios (de los llamados en otras partes goliardos)... y, en general, todos los desheredados de la naturaleza y de la fortuna que poseían alguna aptitud artística y que gustaban de la vida al aire libre o tenían que conformarse con ella por dura necesidad" (Apud Ramón Menéndez Pidal, *Poesía juglaresca y juglares. Orígenes de las literaturas románicas*, 9.ª ed., Madrid, 1991, p. 25).



*Sheldoniam Theatre*, com a presença dos lentes e suas famílias e outras personalidades da cidade, reclamando "o uso, que os estudantes, disseminados nas partes superiores da galeria, lancem a propósito do melhor incidente, exclamações de todas as sortes... Dir-se-ia um *meeting* político, se não fora a cordialidade respirada na comunhão galhofeira de tantas bocas juvenis. Nem o vice-cancelário pensa em se zangar contra os ápartes, nem os trocistas têm por um momento a ideia de lhe ser desagradáveis"<sup>(647)</sup>. Estes usos transmitiram-se depois até nós quase inalteráveis. Foi por isso que, segundo o mesmo autor, "em 1551, acabando o prior do Crato de cursar filosofia e metafísica, seu pai, D. Luís, solicitou do geral de Santa Cruz o grau de bacharel em artes para o moço; e concedido, houve no claustro representação da tragédia do *Gigante Golias*, por colegas. A tragédia era em latim, com coros e "musica mui suave"; mas tal caçoada foi essa noite de teatro, que ficou da récita a palavra *goliardo* (frascário, rufião), rememorativa das tropelias que a rapaziada por lá fez"<sup>(648)</sup>.

Nesta matéria, também o próprio meio universitário tinha a sua influência. Um meio pequeno como era o de Coimbra, com os estudantes a viverem praticamente numa zona única da cidade, a Alta, o sentido de convivência e sociabilidade eram grandes. Esta familiaridade levava, mais facilmente, ao conhecimento do espírito alheio, podendo não só exercer-se uma certa influência sobre ele, mas também detectar as suas contradições.

Comparando os diferentes periódicos com as "memórias", aqueles parecem-nos mais pobres, na medida em que não se encontra neles uma sátira de alcance global. Distinguem-se certos temas, mais condicionados pelo ambiente vivido na altura. Se, em 1881, o jornal *Zé Pereira* ridicularizava o comportamento do então Governador Civil de Coimbra, José Pereira Pinto dos Santos<sup>(649)</sup>, já em 1889, as revistas *Bohemia Velha* e *Nem Cá Nem Lá* satirizavam os indivíduos apostados na nova arte de fazer poesia<sup>(650)</sup>. Fruto

---

<sup>(647)</sup> - Fialho de Almeida, *ob. cit.*, pp. 6-8.

<sup>(648)</sup> - *Idem*, p. 15.

<sup>(649)</sup> - Cfr. *Zé Pereira*, n.º 2, 24 de Março de 1881.

<sup>(650)</sup> - Criticando a nova maneira de fazer poesia, na *Bohemia Velha* escrevia-se: "Agora um conselho. Não queira impingir ideias triviais, recomendadas por uma linguagem horrivelmente difusa e misteriosa, comprimidas pelo peso desmesurado de palavras kilométricas e bojudas, que as vedam aos olhos dos mortais" (*Bohemia Velha*, n.º 1, Coimbra, 25 de Março de 1889, p. 6).

do ambiente que se vivia, o mesmo se passou, em 1910, com o jornal *A Cabra*. Respondendo aos novos tempos, os funerais da Cabra mais não representavam do que o enterrar da velha Universidade, o seu autoritarismo, disciplina e saber dogmático. Cantando a sua morte, alguém, em verso, dizia:

"Satisfeito, porque a Cabra  
Era um símbolo cruel  
De legendárias asneiras  
Na terra do bacharel  
.....  
Quando ela descer à terra  
Folga e ri ó mocidade,  
Da urna que cinza encerra  
Brotará a liberdade"<sup>(651)</sup>.

No entanto, os temas mais vulgares eram as críticas a poemas ou livros (prosa ou verso) que alguns estudantes publicavam. *O Alferce*, por exemplo, distinguia-se na crítica mordaz à obra, *Autópsias*, de Domingos Pepulim. Criticando a maneira como estava escrita, parodiavam-na nos seguintes termos: "Dizem-nos que a monumental obra "Autopsias" do Sr. Domingos Pepulim está sendo traduzida para português"<sup>(652)</sup>.

O dandismo e o pedantismo, sobretudo dos novos literatos, era dos assuntos para onde as baterias da crítica mais se viravam. Referindo-se-lhes, *Coimbra - Comica* definia-os assim:

"É vê-los pela rua caminhando  
Com um ar doentio e desgostoso,  
Assim como quem vai atravessando  
Um sofrimento enorme, angustioso  
Têm um modo de andar tão doce e brando,  
Um modo de falar tão pezaroso,  
Que a gente quando os vê fica chorando  
Como se chora a vida dum leproso

<sup>(651)</sup> - *A Cabra*, 2.ª edição, 1910, p. 2.

<sup>(652)</sup> - *O Alferce*,..., p. 3.

Vivem cantando em verso às namoradas  
Essas horas brutais, horas magoadas  
Que eles passam na vida abrindo a cova  
E ninguém há que mande pró diabo,  
Com três enormes pontapês no rabo,  
Estas encarnações da Arte-Nova"<sup>(653)</sup>.

Embora sem a amplitude que se detecta nas "memórias", também os professores constituíam motivo para um pouco de chalaça e bom humor. Constituído por 19 quadras, em 1910, o jornal *A Cabra* publicava aquilo que intitulou de "Fado dos lentes ou reportagem em verso com muitíssima piada d'um pagode íntimo no tasco"<sup>(654)</sup>.

Mas, a sátira estudantil funcionava também como uma arma política, ao procurar afirmar-se como um instrumento de acção sobre a opinião pública. Se, em 7 de Dezembro de 1906, os estudantes republicanos distribuíam um manifesto à população, logo os monárquicos, para desfazerem na amplitude das forças contrárias, se apressaram a ridicularizá-lo, dizendo: "Isto não sofre dúvidas, donde é fácil ver o desastre que foi a publicação do aludido manifesto, saído duma academia de mais de mil estudantes, e apresentando o número incrível de 109 assinaturas"<sup>(655)</sup>.

Finalmente, o humor e a crítica assumiam-se, muitas vezes, como um testemunho, voluntário ou não, de uma mentalidade. Neste caso, o gosto pelo picaresco e pelo anedótico vivido sobrepunham-se à intenção trocista. Neste sentido, um periódico escrevia: "Em Coimbra a graça, o dito chistoso, anda no ar que se respira, na água que se bebe, na carne que se tritura e um tanto ainda nas sebentas que assinam a oito tostões por mês! Inventam-se mentiras para ter graça..."<sup>(656)</sup>. Ontem como hoje, a perenidade da tradição ou a "mania" do espírito de Coimbra.

---

<sup>(653)</sup> - *Coimbra - Comiça*, Número unico, 22 de Dezembro de 1901, p. 1.

<sup>(654)</sup> - Cfr. *A Cabra*, 2.ª edição, 1910, p. 4.

<sup>(655)</sup> - *Caricatos*, n.º 3, Coimbra, Typ. Litteraria, 1906, p. 17.

<sup>(656)</sup> - *A Careta*, Número unico, 1902, p. 2.

(Página deixada propositadamente em branco)

## CAPÍTULO IV

### A PRÁTICA POLÍTICA NA IMPRENSA PERIÓDICA ESTUDANTIL

No contexto europeu, a ideia de República, como um regime político oposto à monarquia e apostado no dismantelamento do Antigo Regime, filia-se na tríade da Liberdade, Igualdade e Fraternidade. Assim aconteceu em França, na Espanha e em Portugal.

Com lugar na ala esquerda do liberalismo, o republicanismo português só se torna inteligível se o entendermos como um produto da crise do próprio regime liberal. Embora seja um produto do liberalismo, não é contra este que o republicanismo se procura afirmar e definir, mas antes contra uma certa interpretação, de cariz conservador, do próprio liberalismo. No fundo, o que o republicanismo pretendia era ultrapassar o compromisso institucionalizado pela monarquia constitucional, sempre que em causa estavam a liberdade e a igualdade. Na verdade, a institucionalização das liberdades burguesas não trouxe a igualdade para todos os cidadãos. Por isso, o acento tónico que os republicanos punham nos temas da igualdade e da liberdade ajudam-nos a compreender o sentido democrático do projecto republicano. Referindo-se a esta questão, Joaquim de Carvalho diz-nos que o republicanismo "nasceu das denegações e estreitezas da política cartista, em condições tais que no-lo apresentam como o herdeiro do liberalismo"<sup>(1)</sup>.

---

<sup>(1)</sup> - Joaquim de Carvalho, *Obras Completas*, vol. VI, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1989, p. 201. Veja-se também *História do Regimen Republicano em Portugal*, publicada e dirigida por Luís de Montalvôr, vol. I, Lisboa, 1930, p. 212.

Se, no plano meramente teórico, a alguns liberais de 1820 não repugnava uma solução republicana<sup>(2)</sup>, foi precisamente no contexto de uma cessação das liberdades que a primeira manifestação de republicanismo surgiu. Verificou-se, em 1829, na Ilha Terceira, no seio da comunidade de emigrados, pela voz do General Marinho, combatente anti-absolutista, ao alvitrar "que se recobrassem os diferentes territórios ultramarinos, que na Europa, Ásia e Oceânia ainda atestavam o grão poder do antigo Portugal, constituindo com ele a República dos Estados Portugueses Ultramarinos"<sup>(3)</sup>.

Referências ao republicanismo também em 1836, nas palavras que António Feliciano de Castilho escrevia para servirem de prefácio à obra de Lamennais, *Palavras de um Crente*, que acabava de traduzir<sup>(4)</sup>, e sobre as quais Camilo, comentando-as, havia de dizer tratar-se de "velhas locuções jacobinas, remodeladas pela primeira vez nesta língua lusitana, afeita há oito séculos a rojar-se em prosa e verso à orelha dos tronos"<sup>(5)</sup>.

Todavia, estas manifestações não passaram de vozes isoladas e sem qualquer significado. Daí que Joaquim de Carvalho as tenha classificado de mero "carácter episódico e por vezes anedótico"<sup>(6)</sup>.

Latente, desde 1820, nas hostes da esquerda liberal, no Setembrismo, na Maria da Fonte e na Patuleia, o sentimento e as aspirações republicanas só ganharam alguma ênfase em 1848, em virtude, por um lado, do impacto

---

(2) - Embora a maior parte dos deputados à Constituinte, em 1820, fossem de índole conservadora e detestassem a ideia republicana, em virtude dos horrores cometidos pela Revolução Francesa, defendiam uma constituição escrita que, contra o poder e o arbítrio do rei, afirmasse a soberania nacional e um governo representativo e, contra as prerrogativas senhoriais, a liberdade e a igualdade. Segundo Joaquim de Carvalho, "estes princípios, considerados fundamentais e essenciais ao Estado moderno, tanto podiam articular-se sob forma republicana, como sob forma monárquica" (*Idem*, p. 111).

(3) - *República Portuguesa*, 1.º Ano, n.º 3, 15-V-1874, p. 2

(4) - António Feliciano de Castilho, "Prefácio", *Palavras d'um Crente escriptas em francez pelo Senhor Padre Lamennais, e vertidas em vulgar por António Feliciano de Castilho*, Lisboa, 1836, pp. 7-38.

(5) - Apud Joaquim de Carvalho, *ob. cit.*, p. 202.

(6) - *Idem*, p. 202. Referindo-se mais concretamente ao republicanismo de Castilho, o mesmo autor escrevia: "Brotando da sugestão literária, o efêmero republicanismo de Castilho tem a curiosidade da anedota: nem traduzia uma convicção firme e actuante, nem socialmente teve ressonância, porque... a esta data, a reivindicação da soberania nacional era a bandeira da extrema esquerda monárquica" (*Idem*, p. 203).

provocado pelas revoluções europeias e, pelo outro, pelas consequências da guerra da Patuleia<sup>(7)</sup>. Daí que a maior parte dos autores apontem o ano de 1848 como o começo da experiência republicana. Fê-lo Joaquim de Carvalho, quando escreveu: "1848 marca historicamente o advento das aspirações republicanas", porque, "embora o país não assistisse a tumultos, data de então a revolução republicana nos espíritos"<sup>(8)</sup>.

Discursando, em 18 de Julho de 1911, na 23.<sup>a</sup> sessão da Assembleia Constituinte, também Teófilo Braga referia que a implantação da República em Portugal era o produto do esforço de três gerações, situando-se a primeira em 1848, ou seja, "aquela a que pertencia Sousa Brandão, Latino Coelho, Oliveira Marreca, Elias Garcia e outros, homens que pela sua envergadura moral e científica prestaram grandes serviços, pois foram republicanos no tempo em que manifestar tais ideias era quase um crime"<sup>(9)</sup>. A segunda geração foi uma geração de doutrinários e dela fizeram parte, para além do próprio Teófilo Braga, Rodrigues de Freitas, Magalhães Lima, José Falcão e Alves da Veiga. Finalmente, a terceira geração foi a geração do ultimatum, geração activa, e a ela pertenceram, entre outros, António José de Almeida e Afonso Costa.

Opinião divergente encontra-se em Basílio Teles, para quem o republicanismo se filia na "renovação da inteligência portuguesa, iniciada pela chamada *Escola Coimbrã*, aí por 1865"<sup>(10)</sup>.

## 1. O REPUBLICANISMO ESTUDANTIL

### 1.1. Fontes

Foi sempre nossa intenção abordar o estudo da prática política no seio da comunidade estudantil num âmbito mais vasto, isto é, não o limitar,

---

<sup>(7)</sup> - Cfr. Maria Manuela Tavares Ribeiro, *Portugal e a Revolução de 1848*. Coimbra, 1990. Veja-se também a obra de Victor de Sá, *A crise do liberalismo e as primeiras manifestações das ideias socialistas em Portugal (1820-1852)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1978.

<sup>(8)</sup> - *Ob. cit.*, p. 204.

<sup>(9)</sup> - *Diário da Assembleia Nacional Constituinte, sessão n.º 23, 18 de Julho de 1911*, p. 233.

<sup>(10)</sup> - *Do Ultimatum ao 31 de Janeiro...*, p. 16.

essencialmente, aos jornais e às revistas que as diferentes facções iam publicando. Se é certo que este tipo de documentação é importante, sobretudo no que ao republicanismo diz respeito (é nesta área que o número de periódicos é maior, mais abrangente e mais diversificado), deixa, contudo, em aberto outro tipo de questões. Seria interessante, por exemplo, saber, através de dados estatísticos, como evoluiu o republicanismo no seio da Academia? Se o Centro Republicano Académico, seu órgão representativo, tinha muitos ou pouco sócios? Quem eram eles? A que regiões geográficas pertenciam? Qual era a sua origem social? Que estratégias definia o Centro Republicano para combater os estudantes monárquicos? Se as havia, como eram? Havia ligações com a Carbonária? Se sim, por quem eram feitas? Em que moldes? Enfim, todo um conjunto de questões para as quais é difícil encontrar respostas seguras, dada a ausência de fontes documentais.

O mesmo se passa relativamente ao Centro Monárquico Académico.

Infelizmente, nas pesquisas levadas a cabo em Arquivos, Bibliotecas e Museus, não conseguimos encontrar documentação relativa a estes centros académicos, nomeadamente ficheiros e actas das reuniões. Existem? É possível que sim, mas que façam parte de espólios particulares, à semelhança do que António Nóvoa refere, num artigo publicado sobre a Sociedade do Raio<sup>(11)</sup>.

A corroborar este ponto de vista, para além do exemplo citado, um outro podemos apontar, embora de dimensão mais modesta. Trata-se de um documento relativo ao ano de 1909 assinado por O Grupo de Estudantes Comunistas Revolucionários de Portugal. Reproduzido, anos mais tarde, por um jornal republicano que, ao transcrevê-lo, fez a seguinte observação: "publicado em Manifesto aos anarquistas e proletariado, em Abril de 1909, e cujo original se encontra em poder dum companheiro hoje bacharel em direito"<sup>(12)</sup>.

<sup>(11)</sup> - "Uma pesquisa efectuada no Espólio de Alberto e José da Cunha Sampaio, guardado na Quinta de Boamense (Vila Nova de Famalicão), levou-nos à identificação de uma série de materiais inéditos relativos à Sociedade do Raio e à vida académica coimbrã (1861-1863)" (António Nóvoa, "A Sociedade do Raio na Coimbra Académica de 1861-1863", *Universidade(s). História. Memória. Perspectivas. Actas do Congresso "História da Universidade..."*, vol. 3.º, pp. 278-79).

<sup>(12)</sup> - *A Corja*, n.º 15, Coimbra, 25 de Maio de 1915, p. 1.



Por questões de segurança, todo o material devia ser muito bem guardado. São frequentes, sobretudo na imprensa republicana, algumas alusões a perseguições de académicos. É o caso, por exemplo, de um jantar que um grupo de amigos ofereceu, em 1896, a António José de Almeida, o qual logo despertou a curiosidade de João Franco em querer saber quais os nomes dos académicos que haviam estado presentes. Embora o jornal que notícia este facto não mostre qualquer receio em os divulgar, o que é certo é que não identifica ninguém, limitando-se apenas a desmascarar a atitude de João Franco<sup>(13)</sup>.

Referindo-se à imprensa republicana, Fernando Catroga não deixa de anotar o carácter reservado desta que, "por razões de segurança, não é pródiga em notícias"<sup>(14)</sup>. Esta posição confirma-se, não só no exemplo que acabamos de referir, mas numa outra notícia exarada no jornal *Patria*, órgão do Centro Republicano Académico. Referindo-se às actividades deste Centro, diz-nos que na última reunião foram lançados em acta um voto de confiança ao Dr. Malva do Vale e um outro de pesar pela morte do Dr. Barbosa de Andrade, acrescentando logo de seguida que "outras resoluções foram tomadas, de natureza secreta"<sup>(15)</sup> e mais não adianta.

Também não enjeitamos a hipótese de que tenha havido destruição. Sabemos, por exemplo, que a sede do CADC foi assaltada por várias vezes, tendo, certamente, muito do material existente sido roubado, destruído e incendiado. O mesmo aconteceu ao Centro Monárquico Académico, em 1 de Fevereiro de 1911<sup>(16)</sup>.

Para tentar suprir a falta de documentação que acabamos de referir e, porque os periódicos estudantis, nestas matérias, são bastante omissos, socorremo-nos de outro tipo de fontes. Estamos a referir-nos a livros

---

<sup>(13)</sup> - "Consta-nos, ilustre ditador, que V. Ex.<sup>a</sup>, mandará pedir aos seus agentes aqui, os nomes de todos os nossos companheiros no grupo revolucionário académico, que assistiram ao jantar de despedida oferecido ao nosso querido e prestigioso amigo Dr. António José de Almeida. Esses nomes fácil, decerto, foi consegui-los, porque os não negámos à publicidade, nem os furtariamos aos agentes do Sr. ministro do reino" (*Portugal*, n.º 1, Coimbra, 14 de Abril de 1896, p. 3).

<sup>(14)</sup> - *O Republicanismo em Portugal. Da formação ao 5 de Outubro de 1910*, vol. I, Coimbra, Faculdade de Letras, 1991, p. 52.

<sup>(15)</sup> - *Patria*, n.º 2, Coimbra, 26 de Março de 1906, p. 2. (O itálico é nosso).

<sup>(16)</sup> - Cfr. *Patria Nova*, Ano IV, n.º 60, Coimbra, 7 de Maio de 1914, p. 1.

de "memórias" e outros depoimentos escritos. Escritas posteriormente aos acontecimentos e tendo em consideração o posicionamento político dos seus autores, este tipo de fontes nem sempre registam os acontecimentos com a maior fidelidade. Daí a divergência que, por vezes, relativamente ao mesmo acontecimento, se verifica de autor para autor. Além do mais, a maior parte das informações que estas fontes nos transmitem são, fundamentalmente, informações parcelares, isto é, dizem apenas respeito ao tempo de vivência académica dos seus autores. É o caso, por exemplo, de Armando Marques Guedes, quando se refere ao Centro Republicano Académico. Daí a natural cautela com que devem ser lidas e apreciadas.

### *1.2. Momentos de republicanismo*

Ontem como hoje, de todas as comunidades estudantis, a universitária é aquela que melhor reflecte a vida do país e, como tal, a que, de maneira mais marcante, revela as suas vicissitudes culturais, políticas e sociais. Todavia, detendo-se em pensamento reflexivo, a comunidade estudantil universitária pode, ela própria, desenvolver, também, embora à sua maneira, uma acção significativa que, por vezes, a postulam como um agente no processo histórico. Assim aconteceu com a Academia de Coimbra, em vários momentos da sua história. Basílio Teles, por exemplo, não deixa de referir o papel importante que aos jovens universitários de Coimbra coube na renovação da inteligência portuguesa, na segunda metade de oitocentos<sup>(17)</sup>,

Dirigida por elementos pertencentes à pequena e média burguesia, o triunfo da revolução republicana, em 5 de Outubro de 1910, foi o culminar de um longo processo que, iniciado em 1848, foi obtendo o apoio gradual de várias camadas sociais da população portuguesa. Daí o carácter interclassista do movimento. Para este facto muito contribuiu a própria estratégia republicana. Repudiando a via revolucionária, porque a República seria, de acordo com a concepção positivista, o resultado final para onde

---

<sup>(17)</sup> - *Do Ultimatum ao 31 de Janeiro...*, pp. 19 e ss.

tendiam as sociedades<sup>(18)</sup>, a linha mais moderada do movimento republicano apostava, essencialmente, na propaganda. Esta tinha como objectivo fundamental dar a conhecer, junto do maior número de pessoas possível, não só os erros e os desmandos da própria monarquia, mas sobretudo os princípios doutrinários do republicanismo, a democracia liberal e as virtudes da República. Foi essencialmente neste âmbito que o contributo dos estudantes de Coimbra se revelou. Fizeram-no, não só pela palavra escrita, em jornais e revistas que publicaram, mas também em comícios e sessões de esclarecimento público, em vários pontos do país<sup>(19)</sup>.

Contudo, isto não significa que estes, sobretudo a partir de 1890, não criticassem as chefias republicanas, não defendessem a via revolucionária e a simbiose com o povo, único caminho que, em seu entender, poderia permitir o derrube da monarquia e a implantação da República<sup>(20)</sup>. Se, propagandear as ideias republicanas e combater os adeptos da monarquia, com especial relevo para os estudantes monárquicos<sup>(21)</sup>, era tarefa

---

<sup>(18)</sup> - "Concluimos, portanto, que as sociedades têm uma força intrínseca própria que não pode ser anulada nem mesmo desviada da sua direcção por qualquer esforço individual por mais poderoso que seja, e que trabalhar no sentido oposto ao da evolução social é dar uma prova de insânia" (*A Evolução*, n.º 1, Coimbra, 27 de Novembro de 1881, p. 1).

<sup>(19)</sup> - Referindo-se às actividades do Centro Republicano Académico, o jornal *Patria* noticiava: "Inaugura este centro no próximo domingo 25 a sua campanha de propaganda republicana, realizando um comício em Santarém, no qual usarão da palavra os estudantes Abranches Ferrão, Américo de Castro, António Granjo, Carlos Olavo, Ramada Curto e José Montês" (*Patria*, n.º 1, Coimbra, 19 de Março de 1906, p. 1).

<sup>(20)</sup> - "Por isso, a revolução que se avizinha, não será o tumultuoso esbravejar de desorientados, mas o caminhar seguro de quem quer convulsionar até ao âmago uma sociedade inteira, para aí estabelecer poderosos alicerces dum estado novo... Mais de cem mil homens formam a grande classe proletária do Porto e Lisboa; e este grande e dedicado exército, que luta pelo mesmo direito que a nós sorri, que quer o que nós queremos, tem andado afastado, por culpa dos ineptos que quase sempre têm dirigido o partido republicano" (*Portugal*, n.º 4, Coimbra, 5 de Maio de 1896, p. 1).

<sup>(21)</sup> - Desmascarar os estudantes monárquicos era o objectivo principal de *Azagaia*. Na nota de apresentação intitulada "A nossa attitude", lê-se: "Podena supôr-se que é nosso fim vir a público em defesa do grupo republicano académico a que pertencemos... Era este um dos caminhos que nos estavam abertos: contudo só acidentalmente tomaremos por ele. De ordinário seguiremos outro que julgamos mais directo e fecundo em resultados. E isto por uma simples razão: é que preferimos, sempre que isso é possível, apontar à opinião pública o caluniador [estudante monárquico]" (*Azagaia*, 1.º fascículo, Coimbra, Dezembro de 1891, p. 3).

importante, na óptica dos jovens estudantes, não o era menos esclarecer e ilustrar o povo. Privilegiando a doutrina, jogava-se, fundamentalmente, no plano e numa linha de conquista e formação da opinião pública. Neste sentido, um periódico estudantil escrevia: "O povo, dizem-nos, não está ainda preparado para a república... Portanto, se a educação política do povo português está incompleta..., só a república a pode completar... E continuem embora a forjar intrigas ignóbeis que nós continuaremos a nossa doutrinação científica, digna, patriótica"<sup>(22)</sup>.

Diga-se, desde já, que a vinculação dos estudantes de Coimbra a uma política anticonservadora vinha de longa data e encontrava estímulos em factores de ordem externa e interna. Estimulada pelo triunfo da 2.<sup>a</sup> República Francesa e certamente pelos acontecimentos que, ao tempo, se desenvolviam em Portugal, a primeira manifestação estudantil de simpatia pela República data de 9 de Abril de 1848<sup>(23)</sup>. Trata-se de um "manifesto" que a Academia de Coimbra fez circular, onde não só felicitavam os estudantes franceses pela sua luta em prol da libertação dos povos, mas também saudavam a vitória republicana francesa. Embora ao longo do texto não nos apareça escrita a palavra "República", os sentimentos anti-monárquicos são bem evidentes. Citemos um excerto: "Também nós levantámos já o brado da emancipação; também nós empunhámos as armas em Março de 1844, em Maio e Outubro de 1846; também nós derramámos o nosso sangue no campo de batalha; também nós seríamos vencedores se a santa aliança dos reis não viesse ingerir-se na nossa causa, arrancar-nos as armas e atar o pobre Portugal ao poste dos vencidos para continuar a escarnecê-lo"<sup>(24)</sup>. Os estudantes terminavam o seu manifesto com um "Viva a Península!" e "Viva a liberdade de todos os povos!"<sup>(25)</sup>. O "Viva a Península" mais não significa, por um lado, que a inserção da juventude académica nos ideais

<sup>(22)</sup> - *A Evolução*, n.º 2, Coimbra, 4 de Dezembro de 1881, p. 1.

<sup>(23)</sup> - Este documento encontra-se transcrito em *A Revolução de Setembro*, n.º 1 834, Lisboa, 18 de Abril de 1848, p. 1 e ainda em *O Patriota*, n.º 1 160, Lisboa, 19 de Abril de 1848, p. 3. Sobre este assunto veja-se Maria Manuela Tavares Ribeiro, *ob. cit.*, pp. 107-109 e ainda Joaquim de Carvalho, *Obras Completas*, vol. VI, pp. 204-205.

<sup>(24)</sup> - *A Revolução de Setembro*, n.º 1834, Lisboa, 18 de Abril de 1848, p. 1.

<sup>(25)</sup> - *Idem*.

republicanos de 1848, isto é, no movimento federalista e emancipalista e, pelo outro, a convicção de que só com uma frente comum - a união ibérica - era possível fazer face à Inglaterra.

Se este "manifesto", porque documento colectivo, expressava o pensamento geral da Academia, estudantes houve que, a nível individual, afirmaram as suas convicções democráticas. Casal Ribeiro, por exemplo, apontava a "República" como sendo a melhor forma política, uma vez que os seus princípios assentavam "na unidade política, na igualdade moral da espécie humana e no dogma evangélico da fraternidade"<sup>(26)</sup>.

Mas o grande impulso das ideias republicanas verificou-se, essencialmente, nas décadas de 60 e 70, com a geração de Antero e, mais tarde, na década de 90, como consequência do Ultimatum. Com a reserva que deve merecer, Magalhães Lima, referindo-se à Academia do seu tempo, classificava-a como sendo maioritariamente republicana<sup>(27)</sup>.

A ligação de Portugal a Paris fez com que as novas teorias políticas, os novos ideais filosóficos e as conquistas da ciência viessem mais rapidamente revolucionar os espíritos. Identificados como auroras de liberdade, acontecimentos como a revolução espanhola, a vitória da 3.<sup>a</sup> República Francesa e a Comuna de Paris foram amplamente saudados em Coimbra. Alguns daqueles acontecimentos chegaram, inclusivamente, a provocar excessos de entusiasmo. Referindo-se à revolução espanhola, Magalhães Lima não deixou de comentar: "Quando chegou a Coimbra a primeira notícia da proclamação da República em Espanha, os estudantes, com uma filarmónica à frente, encheram o Largo da Feira, aclamando a República com entusiasmo indescritível"<sup>(28)</sup>. A este entusiasmo estudantil juntou-se a solidariedade de alguns professores que se congratulavam com o acontecimento. O mesmo Magalhães Lima cita, entre outros, os nomes de Manuel Emídio Garcia, António Jardim, Mendonça Cortez e Rodrigues de Brito<sup>(29)</sup>.

A avaliar pela mesma fonte, um forte impulso para o desenvolvimento do republicanismo entre a camada estudantil veio da Comuna de Paris e

---

<sup>(26)</sup> - José Maria do Casal Ribeiro, *Hoje não é hontem*, Lisboa, 1848, pp. 27-28.

<sup>(27)</sup> - *Episodios da minha vida...*, p. 96.

<sup>(28)</sup> - *Idem*, p. 96.

<sup>(29)</sup> - *Idem*, p. 96.

do opúsculo que sobre esse acontecimento José Falcão publicava. Segundo Magalhães Lima, "o opúsculo do grande republicano... produziu entre os académicos grande efervescência, dando lugar à fundação de muitos grupos republicanos"<sup>(30)</sup>.

Também a presença, em Coimbra, de Emílio Castelar, em 1874, teria contribuído para uma certa republicanização da Academia<sup>(31)</sup>. Eram os estímulos externos a actuarem sobre uma comunidade de estudantes que, até há bem poucos anos, vivia relativamente isolada.

Mas as novas ideias e os acontecimentos que lá fora iam ocorrendo vieram contribuir para que a Academia se tornasse não só contestatária do existente, mas também lutadora e conspirativa na procura de novos ideais. Daí que os problemas e os interesses académicos só muito dificilmente se possam dissociar de um determinado contexto político. Se a geração de Antero protestava contra o autoritarismo e o sistema de ensino professado na Universidade, ela lutava, também, pela implantação e divulgação de uma nova ideologia. A criação da Sociedade do Raio, por exemplo, não tinha, exclusivamente, como objectivo lutar contra a instituição universitária e clamar reformas. Segundo António Nóvoa, ela "foi também um espaço de (re)interpretação da triade revolucionária de 1789 e um tempo de maturação política e intelectual de toda uma geração académica"<sup>(32)</sup>.

Um outro exemplo comprovativo da simbiose existente entre a vida académica e as condicionantes políticas é o facto de muitos estudantes (monárquicos, segundo os republicanos), almejando alcançar alguns feriados, se terem dirigido à Estação Velha, para saudarem o rei e a família real, na sua passagem para uma visita ao Porto. Não concordando com esta atitude, os estudantes republicanos denunciavam-nos, dizendo: "Não bastava que humildemente, hipocritamente, fossem rojar-se diante do rei, a pedir-lhe feriados, pagando-os com vivas"<sup>(33)</sup>.

(30) - *Idem*, pp. 95-96. Editado, em 1871, sob o anonimato, o opúsculo chamava-se *A Comuna de Paris e o Governo de Versailles*.

(31) - *Idem*, pp. 96-98.

(32) - António Nóvoa. "A Sociedade do Raio na Coimbra Académica de 1861-1863". *Universidade(s). História, Memória, Perspectivas...*, vol. 3.º, p. 302.

(33) - *Azagaia*, 1.º Fascículo, Coimbra, Dezembro de 1891, p. 15. A viagem de D. Carlos

Também na greve de 1907 houve quem visse interferência do partido republicano<sup>(34)</sup>.

Um novo fluxo de militantismo republicano pode procurar-se nas Comemorações Camonianas<sup>(35)</sup>, às quais a Universidade e a Academia de Coimbra aderiram, não deixando esta de as celebrar à sua maneira<sup>(36)</sup>. À semelhança do que se passara a nível nacional, a Academia, ao apropriar-se da figura do grande épico, estava a fazer reviver o passado glorioso de Portugal. A excursão fluvial que os estudantes empreenderam à Lapa dos Esteios, em 5 de Maio de 1881, outro significado não poderá ter que consubstanciar a gesta dos Descobrimentos, do mesmo modo que a inauguração do monumento a Camões mais não significa do que perpetuar, simbolicamente, esses tempos de grandiosidade pátria.

Mas já o regresso da Lapa dos Esteios, em percurso a pé, em plena noite, à luz de archotes, poderá querer significar a decadência da sociedade portuguesa, situação pela qual a Monarquia era responsável.

---

ao Porto fez com que viesse a haver um conflito entre a Academia do Porto e a de Coimbra. Este conflito resultou do facto de a Academia do Porto ter publicado um manifesto onde, não só se distanciava do acontecimento e se insurgia contra a visita do rei, mas também pedia a solidariedade das outras academias, alegando para o facto as perseguições que estavam a ser movidas a estudantes, nomeadamente a Eduardo de Sousa que se encontrava preso. Acontece, porém, que alguns estudantes de Coimbra (monárquicos) resolveram dirigir-se ao Porto e apoiar o rei, quebrando assim a solidariedade. Este acto veio provocar uma certa indignação por parte dos académicos do Porto. Daí a indignação dos estudantes republicanos de Coimbra que, solidários com os do Porto, aproveitam a situação para desmascarar a actuação dos seus colegas de Coimbra (Cfr. *Idem*, pp. 12 e ss.).

<sup>(34)</sup> - Segundo o governo, a responsabilidade pelo que se estava a passar em Coimbra era dos estudantes republicanos, que haviam sido instigados pelo próprio partido. A estas acusações, a comissão distrital do partido republicano respondia: "De ânimo leve, espíritos ilustrados, que deveriam atentar bem na razão das coisas, não hesitam em afirmar que o movimento académico, a que acabamos de nos referir, foi promovido e é continuado pelo partido republicano. Não o foi nem é. Questão meramente de estudantes com professores, o partido republicano nada tem nem teve com ela; e não há facto algum que autorize, quem quer que seja, a responsabilizar este partido político, e nem mesmo os republicanos de Coimbra, por tais acontecimentos" (Apud Alberto Xavier, *História da greve académica de 1907...*, p. 85).

<sup>(35)</sup> - Sobre o significado político destas comemorações veja-se Fernando Catroga, *A Militância laica e a des cristianização da morte em Portugal (1865-1911)*..., vol. II, pp. 891-921.

<sup>(36)</sup> - Sobre o programa destas comemorações veja-se Alberto Sousa Lamy, *ob. cit.*, pp. 122-24.

Se, nesta altura, a pena dos estudantes redactores de jornais encarava a República como um ideal a atingir<sup>(37)</sup>, estas celebrações, ao procurarem contrapor os tempos gloriosos de outrora a uma situação de decadência, não deixavam de ter subjacente uma certa ideologia política que incorporava uma esperança regeneradora. O acto de os estudantes distribuírem, pública e gratuitamente, às crianças da instrução primária, uma edição especial de *Os Lusíadas*, não poderá ter outro significado que não seja o de uma esperança renovada de mudança.

No seguimento do êxito alcançado pelas comemorações do Tricentenário de Camões, também o Centenário de Pombal, que as Academias de Lisboa e Coimbra resolveram levar a efeito, em 1882, contribuiu para que entre os estudantes se radicassem mais os sentimentos e ideias republicanas.

Como já sabemos, o século XIX caracteriza-se por um forte sentido de anticlericalismo. Se as medidas anticongreganistas de Joaquim António de Aguiar continuavam uma tradição antijesuítica que vinha já do tempo de D. José, foram, essencialmente, as medidas de carácter laico que a 3.ª República Francesa tomou, as quais tiveram bastante eco entre os estudantes<sup>(38)</sup>, juntamente com a entrada de regulares em Portugal, que teriam contribuído para o despoletar da iniciativa. Daí que um periódico escrevesse: "O centenário do Marquês de Pombal, ao mesmo tempo que significa uma homenagem de gratidão, é também um protesto solene contra a invasão jesuítica que nos ameaça"<sup>(39)</sup>. Aliás, ao nível da imprensa estudantil, vinha-se já denunciando o papel nefasto que os padres tinham na sociedade,

---

(37) - A este propósito, um periódico escrevia: "A expressa declaração já feita sobre os princípios que advogamos, continuará sendo o lema da luta em que entramos, luta gloriosa fortificada pela crença viva nos progressos da humanidade, robustecida pela esperança, e regida por uma aspiração permanente no caminho que leva à realização daquele ideal político, onde a consciência pública tenha a convicção de uma existência real, e os direitos de cada um não sejam apenas uma quimera recamada pelos europeus desta ou daquela constituição banal, sem crítica, e envolta nas brumas do sofisma em que assenta e de que vive" (*A Evolução*, n.º 3, Coimbra, 12 de Dezembro de 1881, p. 2).

(38) - Admirando o triunfo do republicanismo francês, um jornal dizia: "... se a república de 48 definiu num meio criado pela esterilidade sentimentalista dos seus chefes, o movimento de 1870 tem, pelo contrário, um carácter essencialmente orgânico de renovação e de regeneração social" (*A Evolução*, n.º 1, p. 1).

(39) - *A Evolução*, n.º 24, Coimbra, 15 de Maio de 1882, p. 1.



porque eram inimigos do progresso, ao mesmo tempo que se reivindicava uma secularização da vida e da cultura, apontando e defendendo um ensino laico e a criação do registo civil obrigatório<sup>(40)</sup>.

No contexto nacional, o recrudescimento e a reorganização que se vinha verificando do movimento católico, dentro do qual não se excluía, totalmente, a hipótese de se vir a constituir em "partido"<sup>(41)</sup>, não deixou, no entender de Fernando Catroga, de criar algumas apreensões, tanto no seio dos republicanos como dos monárquicos - constitucionais. Se, para estes, a formação de um "partido católico" poderia redundar numa luta política terrível, na medida em que ambos teriam que disputar o mesmo eleitorado conservador, já para os republicanos havia, não só o perigo de uma ameaça contra-revolucionária, mas também a certeza de um bloqueamento maior ao seu projecto de regeneração. Quer pelas ideias que defendiam, quer pela conjuntura que se desenhava, não admira que os republicanos passassem a liderar uma frente de luta contra o ultramontanismo<sup>(42)</sup>.

Embora a iniciativa do Centenário tivesse partido da Academia de Lisboa, os estudantes de Coimbra não deixaram de se associar, vindo a fazer as suas comemorações nos dias 6, 7 e 8 de Maio<sup>(43)</sup>. Convidaram o povo e todas as forças vivas do país, pois era importante, não só "despertar a nação do marasmo onde a submerge a política nefasta que nos governa", mas também protestar "contra as prodigalidades dum governo essencialmente perdulário"<sup>(44)</sup>. No contexto do republicanismo, este tipo

---

<sup>(40)</sup> - Criticando o procedimento do clero, um jornal escrevia: "Os padres não só têm querido travar o progresso, negando-o, colocando no fim dos evangelhos um - *non plus ultra* - constantemente desmentido em todos os ramos do saber humano; mas até têm deturpado com falsas interpretações e práticas ridículas algumas das verdades ensinadas por aquele de quem se dizem representantes" (*A Evolução*, n.º 13, Coimbra, 20 de Fevereiro de 1882, pp. 3-4). Divulgando um discurso que José Elias Garcia havia pronunciado, em 15 de Fevereiro, na câmara electiva, o mesmo periódico informava: "O registo civil é uma necessidade absoluta reconhecida há muitos anos, cada vez mais reclamada pelo povo, e que atendida encontrará o aplauso de todos os espíritos liberais" (*Apud A Evolução*, n.º 17, Coimbra, 20 de Março de 1882, p. 1).

<sup>(41)</sup> - Cfr. Manuel Braga da Cruz, *As origens da democracia cristã...*, pp. 67-83.

<sup>(42)</sup> - *Ob. cit.*, p. 923.

<sup>(43)</sup> - Sobre o programa das comemorações veja-se o jornal *A Evolução*, n.º 24, pp. 1-2.

<sup>(44)</sup> - *A Evolução*, n.º 7, Coimbra, 8 de Janeiro de 1882, p. 1.

de críticas visava não só desacreditar a acção dos governos, mas sobretudo questionar e pôr em causa o regime.

Apesar daqueles apelos, não se conseguiram os apoios e as adesões que as comemorações em honra de Camões haviam tido. Também não se conseguiu a unanimidade de todos os estudantes, uma vez que os teólogos resolveram distanciar-se. Daí a crítica que um periódico republicano lhes dirigia, apelidando-os de inimigos do progresso e conotando-os como adeptos de D. Miguel: "Entre os próprios alunos lavra a divisão; mas – devemos dizê-lo – o desacordo dá-se apenas de uma faculdade para com as restantes, daquela que significa o estacionamento, a negação do *progredir* para com as outras que alvejam a luz e que avançam sem parar. Os dissidentes... são os teólogos", para depois concluir: "O partido de D. Miguel... acaba de constituir em Lisboa um centro cuja missão é combater... a ideia do centenário de Pombal... os teólogos universitários julgaram-se solidários no movimento e pretenderam protestar perante a academia, mas foram corridos"<sup>(45)</sup>. Não admira, por isso, que, numa assembleia geral da Academia, ao discutir-se a maneira como devia ser celebrado o Centenário, tivesse sido apresentada uma proposta, no sentido de se solicitar ao governo, "para estabelecer a liberdade de ensino em todo o país, e para substituir a faculdade de teologia por uma faculdade de letras"<sup>(46)</sup>. Esta proposta é esclarecedora, no sentido de se pretender fazer diminuir o peso de que a igreja ainda dispunha. Com ela visava-se, também, caminhar para uma maior secularização da cultura.

A falta de consenso entre os estudantes bem como a ausência de apoio de outras forças deve-se, certamente, ao facto de o Marquês de Pombal ser uma figura bastante polémica. Admirado por uns, é acerrimamente criticado por outros. Diga-se, desde já, que a mesma Academia que o homenageou não deixava, também, de lhe reconhecer defeitos e erros, criticando-o por isso mesmo. Em termos económicos, por ter perfilhado o sistema dos monopólios e, politicamente, pelo seu despotismo<sup>(47)</sup>. Todavia,

<sup>(45)</sup> - *A Evolução*, n.º 14, Coimbra, 27 de Fevereiro de 1882, p. 1.

<sup>(46)</sup> - *A Evolução*, n.º 11, Coimbra, 6 de Fevereiro de 1882, p. 1.

<sup>(47)</sup> - "São prova disto os falsos princípios filosóficos do maquiavelismo que o guiaram em muitos dos seus actos e o errado sistema económico dos monopólios que entre nós fez vogar" (*A Evolução*, n.º 7, p. 1).

no contexto do processo de mitificação, esta sua imagem negativista estava ultrapassada, na medida em que, pelo relativismo decorrente da validade da lei da evolução, reconhecia-se que Pombal havia recebido Portugal num deplorável estado de decadência e que "não pôde esquivar-se à influência do meio em que viveu"<sup>(48)</sup>.

Secundarizando os aspectos negativos e evidenciando os positivos – expulsão dos jesuítas, diminuição dos poderes à Inquisição, reforma do ensino, nomeadamente da Universidade, donde banuiu a preponderância do direito romano e canónico, ataques à nobreza, abolição da escravatura, fim à distinção entre cristãos novos e cristãos velhos e a reedificação de Lisboa –, a imprensa estudantil<sup>(49)</sup>, não só lhe estava a recuperar a "memória" de um grande estadista (foi nesta altura que se lançou a primeira pedra do monumento que hoje tem em Lisboa), como também o apontava como um símbolo de modernidade e anticlericalismo. Referindo-se à sua obra, em 6 de Maio de 1882, no Teatro Académico, Carlos Lobo de Ávila dizia no discurso que então pronunciou: "Mas o germen das suas medidas, o sulco profundo que o seu braço vigoroso abriu no espírito nacional, o impulso valente que ele dera à civilização pátria, ficaram, actuaram, produziram mais tarde os seus naturais efeitos, e nós hoje, saudando o Marquês de Pombal, não só celebramos o vigoroso perseguidor dos jesuítas, mas o inteligente percursor da revolução de 1820, que foi a aurora das nossas liberdades"<sup>(50)</sup>. Nesta perspectiva, a revivificação que se fez da imagem de Pombal veio "ao encontro das necessidades de legitimação histórica do combate laico"<sup>(51)</sup>.

Em termos políticos, também os republicanos procuraram, através da figura de Pombal, extrair os respectivos dividendos. Numa crítica velada ao poder instituído e, ao mesmo tempo, um exemplo a apontar aos republicanos, Francisco Gomes do Rego Feio definia o Marquês de Pombal como um homem de luta contra todos aqueles que teimavam continuar a governar mal o país. Eis as suas palavras: "Pombal é uma luta... luta forte,

---

<sup>(48)</sup> - *Idem*, p. 1.

<sup>(49)</sup> - Cfr. *A Evolução*, n.º 9, Coimbra, 22 de Janeiro de 1882, p. 1; *A Evolução. Numero do Centenario do Marquez de Pombal*, Coimbra, 8 de Maio de 1882 e ainda *O Centenario do Marquez de Pombal. Jornal commemorativo publicado pela commissão dos estudantes de Coimbra*, Numero unico, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1892.

<sup>(50)</sup> - *O Centenario do Marquez de Pombal...*, p. 7.

<sup>(51)</sup> - Fernando Catroga, *ob. cit.*, p. 928.

enérgica, máscula, vivificante, contra todos os elementos que haviam entorpecido as forças vitais do país e pretendiam continuar a governá-lo, não lhes importando se o aniquilavam”<sup>(52)</sup>.

Chamando a atenção para as atitudes tomadas pelo Marquês, também Teófilo Braga escrevia: “a sua acção, a sua própria individualidade, anulando ou subalternizando o poder monárquico hereditário diante da superioridade do poder ministerial, revelam-nos que se aproxima a época em que a soberania da nação será delegada no mais competente”<sup>(53)</sup>.

Sintetizando, podemos dizer que o clima que se desenvolveu à volta dos centenários foi bastante propício para a propaganda das ideias republicanas. A evocação do passado glorioso, através das figuras de Camões e Pombal, permitiu aos republicanos fazerem uma afirmação de nacionalismo e historicismo, ultrapassando assim os excessos universalistas do século anterior. Como positivistas e evolucionistas que eram, o seu historicismo movia-se numa concepção evolutiva do tempo. Daí a reabilitação que fizeram da Idade Média: “Nenhum positivista considera hoje esta época como uma idade de trevas”<sup>(54)</sup>. Nesta perspectiva, república não era sinónimo de ruptura, mas afirmação e concretização do nosso passado heróico.

Divulgando ideias e atitudes consideradas exemplares e comparando o passado com o presente, os Centenários possibilitaram, também, que se elogiassem reformas políticas e sociais e, simultaneamente, se criticasse o poder monárquico pelo estado de decadência em que o país se encontrava.

Promotores e apoiantes destas iniciativas e invocando o nome da Pátria, os republicanos e com eles a Academia sentiam-se assim investidos de uma certa legitimação histórica para a sua missão. Subscrevendo esta maneira de pensar, um jornal estudantil afirmava: “... propagar as ideias republicanas era cumprir um dever de patriotismo”<sup>(55)</sup>.

Se os estudantes republicanos de Coimbra reconheciam a sua missão e estavam dispostos a lutar por ela, entendiam também que ela só poderia ter sucesso, se o partido republicano estivesse organizado e estruturado. Era neste sentido que o mesmo periódico apelava, ao escrever: “É do mais alto

(52) - *O Centenario do Marquez de Pombal...*, p. 14.

(53) - *A Evolução. Numero do Centenario do Marquez de Pombal*, p. 4.

(54) - *A Evolução*, n.º 21, Coimbra, 24 de Abril de 1882, p. 1.

(55) - *A Evolução*, n.º 6, Coimbra, 1 de Janeiro de 1882, p. 1.

interesse político que pensamos detidamente nas bases em que nos vamos organizar e nos chefes que elegeremos para nos dirigir"<sup>(56)</sup>.

Se as comemorações em honra de Camões e de Pombal constituíram momentos altos de afirmação de fé republicana por parte da Academia de Coimbra, prestando assim o seu contributo ao movimento republicano nacional, foi, sobretudo, a partir de 1890 que este compromisso mais se fez sentir. A comprová-lo, para além de outras atitudes, está o número de jornais e revistas de cunho republicano que, na década de 90, se publicaram<sup>(57)</sup>.

Circunstâncias várias podem ajudar-nos a compreender este forte entusiasmo estudantil. Em primeiro lugar, a crise de sentimentos que se fez sentir um pouco por todo o país e que se traduziu numa onda de protestos contra a Inglaterra, em virtude do Ultimatum. Se a sensibilidade anti-britânica estava latente, desde há muito, no espírito da Academia, ela foi agora exacerbada. Solidarizando-se com o povo e numa luta contra o poder, foi o sector estudantil, a quem João Chagas chamou "da mais robusta legião de batalhadores... desde os tempos remotos do liberalismo combatente"<sup>(58)</sup>, um dos que mais alto fez ouvir a sua voz e sentir o seu protesto. Fê-lo, logo em 1890, não só no jornal *O Ultimatum*<sup>(59)</sup>, pela pena de António José de Almeida, num artigo intitulado "Bragança o ultimo", o qual lhe valeu a prisão e o cancelamento do jornal, mas também através da colaboração de várias personalidades no jornal *Anathema*<sup>(60)</sup> e ainda de um vigoroso manifesto ao país, em 13 de Novembro de 1890<sup>(61)</sup>, ao qual nos referiremos mais adiante.

Este empenhamento estudantil pode encontrar uma outra explicação nas tensões que reinavam entre os próprios dirigentes republicanos, incapazes, face aos acontecimentos, de tomar qualquer atitude. A própria

---

<sup>(56)</sup> - *Idem*, p. 1.

<sup>(57)</sup> - De matiz republicana, entre 1890 e 1900, publicaram-se os seguintes periódicos estudantis: *O Ultimatum* (1890); *Anathema* (1890); *Azagaia* (1891); *O Raio* (1894); *Portugal 'Órgão dos Estudantes Republicanos'* (1896); *Portugal* (1897); *Clarim das Ruas* (1897); *Voz do Porvir* (1897) e *A Praça Pública* (1897).

<sup>(58)</sup> - *História da Revolta do Porto...* p. 31.

<sup>(59)</sup> - *O Ultimatum*, n.º 1. Coimbra, 23 de Março de 1890, p. 1.

<sup>(60)</sup> - *Anathema*, Número único, Coimbra, 1890.

<sup>(61)</sup> - Cfr. *A Academia de Coimbra...*, Vol. II, Doc. n.º 42.

derrota do 31 de Janeiro, vindo a pôr mais a claro essas mesmas desavenças, fez com que se alimentasse uma crença na juventude escolar, pois seria ela a mais fiel intérprete do sentimento nacional. Daí que Guerra Junqueiro lhes lançasse um apelo, quando escrevia:

"Por terra, a túnica em pedaços,  
Agonizando a Pátria está.  
Ó Mocidade, oiço os teus passos!...  
Beija a na frente, ergue a nos braços,  
Não morrerá!"<sup>(62)</sup>.

Apelando ao seu sentido de missão, que era histórico, no mesmo sentido se havia já pronunciado, logo em 1890, o antigo Reitor, Visconde de Seabra, ao invocar a tradição gloriosa da Academia, em tempos de crise nacional. Referindo-se ao momento presente, o Visconde de Seabra escrevia: "A história do vosso passado é o penhor do vosso futuro. Espero piamente que reparação pacífica nos seja dada; mas, se por acaso tivermos de recorrer às armas, sereis amanhã o que tendes sido sempre no decurso dos séculos. Se eu tivesse ainda a honra de ser efectivamente o vosso Reitor, seria (não o duvideis) a exemplo dos meus antecessores, o primeiro soldado do vosso batalhão sagrado"<sup>(63)</sup>.

Para além destes factos, é nossa convicção que a própria Academia, pelo menos os seus elementos mais vanguardistas, tinham alguma consciência de que muitos dos problemas que a afectavam, assim como à Universidade e ao país em geral, só poderiam ser resolvidos se houvesse um novo equacionamento político. A ideia de que o regime monárquico não servia está subjacente aos propósitos que, logo no início de 1890, levaram à tentativa de criação de uma Federação Académica Portuguesa. Composta, não só pelos alunos do ensino superior das três Academias (Lisboa, Porto e Coimbra), mas também por estudantes dos liceus e do ensino particular, tinha como finalidade principal zelar e defender os interesses de todos os estudantes, mas também promover a regeneração social do país. Para se

<sup>(62)</sup> - *Obras de Guerra Junqueiro (Poesia)*, organização e introdução de Amorim de Carvalho, 2.ª edição, Porto, Lello & Irmão-editores, 1974, p. 489.

<sup>(63)</sup> - *Anathema*, p. 11.

atingirem estes objectivos era indispensável, segundo os promotores, "radicar na sociedade portuguesa o espírito da democracia pura"<sup>(64)</sup>.

Esta ideia converte-se em certeza quando lemos o manifesto que os estudantes de Coimbra dirigiram ao país, em 13 de Novembro de 1890. Aí se dizia: "Guerreemos portanto os partidos monárquicos, eliminemos o Rei, derrubemos as instituições que infelizmente nos regem"<sup>(65)</sup>.

Este manifesto é um documento importante, na medida em que nos permite, por um lado, averiguar dos sentimentos que animavam a Academia e, pelo outro, avaliar a dimensão do republicanismo no seio da própria comunidade estudantil. Aquilo que mais singulariza esta mensagem dos estudantes é a afirmação de uma forte convicção anti-monárquica e anti-britânica. Fazendo uma análise histórica do que foi a aliança entre os dois povos, os signatários reconhecem que "a causa de todos os males do nosso pequeno mas nobre país, tem sido a Inglaterra e a Monarquia; a Inglaterra por causa da Monarquia e a Monarquia pela imbecilidade, pela covardia e pela falta de patriotismo da dinastia de Bragança"<sup>(66)</sup>. Mais que uma profissão de fé dos ideais republicanos, este documento afirma-se, também, por um rol de acusações à pessoa de D. Carlos, uma vez que "não tem carácter; não tem patriotismo, nem amor de família tem"<sup>(67)</sup>.

---

<sup>(64)</sup> - *O Conimbricense*, n.º 6 | 15, Coimbra, 10 de Julho de 1906. A ideia de se constituir uma Federação nasceu no dia 10 de Fevereiro de 1890, no Porto, numa reunião entre as Academias (Lisboa, Porto e Coimbra). Nos dias 23, 24 e 25 de Março, em Coimbra, realizou-se o congresso para discussão do projecto e aprovação dos Estatutos que haviam sido elaborados por uma comissão presidida por António Luís Gomes. Os representantes da Academia de Coimbra ao congresso foram: Em nome da comissão que elaborou os Estatutos: António Luís Gomes, Ernesto de Vasconcelos, Antero Falcão, José Gomes de Figueiredo Sobrinho e José Benevides; Como representantes das Faculdades: Abel Pereira de Andrade - Teologia; J. B. Ribeiro Coelho, Virgílio Horta e M. J. Fratel - Direito; Silvestre Falcão e António José de Almeida - Medicina; Barbosa de Andrade, Sidónio Pais e José Brancamp Freire de Matos - Matemática; Fernando Teixeira Homem de Brederode e A. B. Leite de Faria - Filosofia. Entre outros propósitos desta Federação contavam-se: "Educar moralmente o povo português e regenerar os costumes políticos; difundir a instrução por todas as classes; nacionalizar o comércio e acabar completamente com a importância inglesa e proteger as classes trabalhadoras" (*Idem*). Apesar de aprovados os Estatutos, esta Federação não passou do papel.

<sup>(65)</sup> - *A Academia de Coimbra...*, vol. II, Doc. n.º 42.

<sup>(66)</sup> - *Idem*.

<sup>(67)</sup> - *Idem*.

Também os partidos monárquicos não são poupados. Sem ideais e sem princípios, limitam-se a ser meros "servidores do Rei, bandoleiros do poder, homens que vão ao Paço quando o Rei os chama, e que só de lá saem quando o Rei os escorraça"<sup>(68)</sup>.

Reconhecendo ainda que o Rei era um símbolo do passado e que o Povo era sinónimo de futuro, tornava-se evidente que entre o Rei e o Povo não poderia haver mais qualquer relação de entendimento, porque os interesses eram opostos. A prová-lo, na opinião dos signatários, estavam as últimas perseguições de que todos haviam sido vítimas por parte da monarquia. No entender dos estudantes de Coimbra, a solução só podia ser uma - derrubar, pela força, o regime monárquico: "Já que a monarquia levanta sobre nós a espada das perseguições, levantemos nós sobre a monarquia a espada da revolução"<sup>(69)</sup>. Nesta perspectiva e aproveitando as reacções produzidas pelo Ultimatum, o manifesto de 13 de Novembro vale mais pelo seu sentido de oportunidade política do que propriamente ideológica. No fundo, o que importava era, não só pôr em causa o regime político vigente, mas sobretudo derrubá-lo. Daí que António José de Almeida nos tivesse dito: "Queríamos a república simples, mas pura; singela, mas nobre. O mais, tudo era secundário. Escolas, sistemas políticos, nuances governativas - coisas boas para se discutirem depois"<sup>(70)</sup>.

Este sentido de oportunidade política revela-se, também, na crítica que era feita ao partido republicano, nomeadamente aos seus chefes, a quem apelidavam de "velhos", porque "acostumaram-se a um período de tranquilidade e de paz, optaram pelos processos demorados da evolução, pelas expectativas dissolventes da oportunidade"<sup>(71)</sup>.

Apesar de os signatários do documento identificarem o seu pensamento político com os ideais do republicanismo pensamos, face aos dados estatísticos disponíveis, que a Academia de Coimbra estava muito longe de ser maioritariamente republicana, como dizia Magalhães Lima<sup>(72)</sup>.

<sup>(68)</sup> - *Idem*.

<sup>(69)</sup> - *Idem*.

<sup>(70)</sup> - *Desaffronta...*, p. 49.

<sup>(71)</sup> - Vol. II, Doc. n.º 42.

<sup>(72)</sup> - Veja-se a nota n.º 27.



Recordando que, no ano lectivo de 1890-91, a Academia contava com 872 alunos<sup>(73)</sup>, verificamos que destes, somente 121 assinaram esse manifesto, o que corresponde a 13,9% da população escolar.

Embora se desconheça a maneira como o documento circulou entre a Academia para recolha de assinaturas, é interessante verificar qual a distribuição destas 121 assinaturas pelas diferentes Faculdades. Se, na Escola de Farmácia, dos 6 alunos que a frequentavam, 5 subscreveram a manifesto, já na Faculdade de Teologia não houve nenhum que o fizesse. Quanto às restantes Faculdades, constatamos que dos 453 alunos que frequentavam a Faculdade de Direito, somente 39 assinaram o documento, o que corresponde a 8,6%; dos 103 alunos inscritos na Faculdade de Medicina, subscreveram-no 38, o que equivale a 36,9%, enquanto nas Faculdades de Matemática e Filosofia, o número de assinantes não foi além dos 22 e 17, respectivamente. Assim, tendo em conta os dados estatísticos, no que ao ano de 1890 diz respeito, para além da Escola de Farmácia, a Faculdade onde a acção republicana mais se evidenciava, era a de Medicina. A este facto não devem ser estranhas as influências que alí desenvolviam Silvestre Falcão e, sobretudo, António José de Almeida. Aliás, a personalidade e a acção de António José de Almeida vieram, mais tarde, a ser apontadas como exemplos a outras gerações de estudantes<sup>(74)</sup>.

Reconhecendo que a revolução era a única forma capaz de levar a causa republicana ao triunfo, logo após o Ultimatum, António José de Almeida procurou formar um grupo revolucionário. Segundo informações do próprio, seriam uns "sessenta e tantos" e a sua organização estava feita "por grupos, com subsecções, o que dispensava os grandes agrupamentos"<sup>(75)</sup>. Apenas uma vez se reuniram todos, por volta da meia-noite, junto à Penitenciária.

---

(73) - Cfr. no Vol. II, Quadro n.º 22.

(74) - "Longe de nós, que temos agora o sagrado dever de continuar a sua obra, e cujo caminho, sem hesitações e sem desvios, nos está já indicado ali fora, na rua, de espingarda nas mãos e ódio no coração, dir-se-ia que o seu grande espírito nos domina ainda e nos guia, e que nos vem do seu exemplo a energia para a luta em que ele deixou, num lugar para sempre vazio, o brilhante prestígio do seu nome adorado" (*Portugal*, n.º 1, Coimbra, 14 de Abril de 1896, p. 1).

(75) - *Desaffronta...*, p. 61.

Embora este grupo revolucionário tenha, pelo menos teoricamente, o seu nome ligado à história da revolta do 31 de Janeiro, na prática em nada colaborou, uma vez que o desenrolar dos próprios acontecimentos o ultrapassara<sup>(76)</sup>.

Nada teve a ver, também, com a Carbonária Portuguesa. O próprio António José de Almeida o referiu, quando escreveu: "Formámos, em Coimbra, um grupo revolucionário, autónomo e de vida bastante isolada, no meio do partido mas não constituímos, propriamente, uma escola política"<sup>(77)</sup>. Mais do que qualquer projecto político de bases alicerçadas, o que impulsionava estes jovens era um profundo sentimento idealista que, logo após a derrota do 31 de Janeiro, se foi desfazendo. Referindo-se a esta geração, um jornal republicano de estudantes, em 1896, não deixava de lamentar ver diminuído o número dos signatários do manifesto de 90, "por algumas deserções vergonhosas dos que foram para empregos do Estado"<sup>(78)</sup>.

No entanto, foi a partir do ano lectivo de 1897-98 que o movimento republicano estudantil ganhou um certo carácter de carbonarismo. Para este facto contribuiu o reaparecimento, em Coimbra, naquele ano, da Carbonária Lusitana. Através do relatório do Dr. António Augusto Martins sabemos que desta carbonária fizeram parte alguns estudantes, nomeadamente um tal João Romão, Manuel Duarte Videira e José Ferreira Pessoa, para além de outros<sup>(79)</sup>. Porém, esta experiência foi sol de pouca dura, uma vez que "quase todos os homens que a tinham criado e amparado saíram de Coimbra em 1900 ou já haviam saído antes, uns e outros por se terem formado e se verem obrigados a procurar modo de vida"<sup>(80)</sup>.

Infelizmente, não conseguimos encontrar documentação que nos permita avaliar das relações que, após a extinção da Carbonária Lusitana, se estabeleceram entre a Carbonária Portuguesa e a Academia de Coimbra. Segundo informações fornecidas por Luz de Almeida, sabemos apenas que

<sup>(76)</sup> - Cfr. *Idem*, pp. 61-74. Veja-se também João Chagas e Ex-Tenente Coelho, *ob. cit.*, pp. 253-68 (ilustrada com as fotografias de alguns estudantes).

<sup>(77)</sup> - *Desaffronta...*, p. 47.

<sup>(78)</sup> - *Portugal*, n.º 3, Coimbra, 28 de Abril de 1896, p. 1.

<sup>(79)</sup> - *Apud História do Regimen Republicano em Portugal...*, vol. II, p. 252.

<sup>(80)</sup> - *Idem*, p. 256.

houve estudantes que vieram a pertencer às fileiras da Carbonária. Para além de Carlos Olavo, que fez a sua iniciação, em Lisboa, no subterrâneo de uma mercearia, na Rua do Arco da Graça, também António Granjo e Alberto Costa fizeram parte daquela organização secreta<sup>(81)</sup>.

Dado que a Carbonária Portuguesa se começava a espalhar por todo o país, ainda segundo a mesma fonte, por volta de 1908, Coimbra "enchia-se de choças, devido aos esforços do Dr. Malva do Vale e seus companheiros"<sup>(82)</sup>. Por esta altura, também Ramada Curto e Floro Henriques "arrastavam académicos e *futricas* para o patriótico turbilhão das sociedades secretas"<sup>(83)</sup>.

Um outro momento importante de republicanismo no seio da comunidade estudantil foi a criação do Centro Republicano Académico, em Janeiro de 1906.

Como já referimos, foram em vão as diligências efectuadas, no sentido de obter documentação que nos pudesse esclarecer sobre a actividade desenvolvida por este Centro. Procurámos, por isso, obter algumas informações através do seu órgão de propaganda, o jornal *Patria*. Também aqui as buscas se revelaram bastante improdutivas, uma vez que este jornal era muitíssimo lacónico, sobretudo no que às actividades do Centro Republicano Académico dizia respeito, ao contrário do que acontecia com a revista *Estudos Sociais* que, no fim de cada número, dava uma breve resenha do que havia sido a vida do CADC. Um bom exemplo para definir a linha que norteava a actuação daquele jornal poder-se-á descortinar no modelo de convocatória ou no tipo de convite que o próprio Centro fazia aos sócios, sempre que havia uma reunião. Não revelando a ordem de trabalhos nem identificando a natureza do assunto a tratar, aquelas limitavam-se a comunicar o dia e a hora<sup>(84)</sup>. Esta atitude de precaução era perfeitamente compreensível, uma vez que, atendendo

---

(81) - *Idem*, p. 221, nota 1 e pp. 222 e 230.

(82) - *Idem*, pp. 240-41.

(83) - *Idem*, p. 241.

(84) - Citemos um exemplo: "Convidam-se todos os estudantes inscritos neste centro, a reunirem-se na próxima quarta-feira, 4 do corrente, pelas 6 e meia horas da tarde, a fim de tratar dum assunto da mais alta importância e que por sua natureza não permite delongas. O Presidente Carlos Amaro" (*Patria*, n.º 3, Coimbra, 2 de Abril de 1906, p. 2).

à situação política vigente, os estudantes republicanos tinham consciência plena dos riscos que corriam.

Porém, através de uma informação indirecta, sabemos que a ideia de criar um Centro Republicano Académico não partiu do partido republicano, mas de um estudante, Carlos Olavo, e que a sua inauguração se realizou, em 28 de Janeiro de 1906, com a presença de importantes figuras do partido republicano. Referindo-se a este acontecimento, Alberto Xavier não deixou de referir ter "este facto constituído um acontecimento político notável naquela época, em Coimbra, por terem aparecido a tomar parte na festa personalidades eminentes da oposição republicana ao regime que vigorava"<sup>(85)</sup>.

Embora não se dispendo dos seus Estatutos, não custará muito a admitir serem objectivos deste Centro, não só divulgar as ideias republicanas no seio da Academia e na própria cidade, mas também lutar, pelos meios ao seu alcance, contra o poder monárquico instituído. Daí que o jornal *Patria*, logo no primeiro número, escrevesse: "Fazer acordar... os que ainda dormem, dar aos que duvidam o exemplo ardente da nossa fé, magoar com a irreverência da nossa rebeldia os que, sob veneráveis aspectos de prudência e são conselho, mascaram os temores dum coração cobarde... comunicar enfim o nosso ódio, contra essa vilíssima coorte de Pachecos..."<sup>(86)</sup>.

Como meios para atingir estes objectivos, para além do jornal, o Centro Republicano Académico propunha-se fazer conferências<sup>(87)</sup> e em participar nos comícios e outras acções de propaganda que o partido republicano levasse à prática<sup>(88)</sup>.

Qual a implantação que este Centro Republicano Académico teria tido no seio da Academia? Pergunta de resposta um pouco difícil, em virtude da falta de elementos, nomeadamente do seu número de sócios. Mas, à falta de uma documentação directa, tentemos, com as devidas precauções, uma via indirecta. Sabemos que, em 4 de Dezembro de 1906, os estudantes

(85) - *História da greve académica de 1907...*, p. 14.

(86) - *Patria*, n.º 1, Coimbra, 19 de Março de 1906, p. 1.

(87) - Relativamente às actividades que o Centro Republicano Académico se propõe realizar, o jornal *Patria* informava que "brevemente serão iniciadas pelo nosso ilustre correligionário Dr. Malva do Vale as conferências que o Centro se propõe realizar nesta cidade" (*Patria*, n.º 1, p. 1).

(88) - Veja-se a nota n.º 19.

revolucionários de Coimbra dirigiram um manifesto ao país, onde, a par de uma profissão de fé republicana, denunciavam o Rei e os partidos que o apoiavam, não só pelas medidas repressivas que se estavam a verificar, mas também pelos actos de imoralidade que se cometiam ao nível da administração do país. Este manifesto era assinado por 110 estudantes<sup>(89)</sup>.

Segundo informação colhida em Luís de Montalvôr<sup>(90)</sup>, sabemos, também, que os autores deste manifesto foram os estudantes António Granjo, Carlos Olavo e Ramada Curto, todos eles figuras proeminentes do Centro Republicano Académico, o que faz supor, até por uma questão de necessidade de afirmação política do Centro, que a iniciativa do referido manifesto tenha partido e seja obra do próprio Centro. Nesta perspectiva, não custará muito a admitir a hipótese, embora meramente teórica, de que os sócios e simpatizantes do Centro Republicano tenham sido os subscritores do manifesto. Aliás, esta maneira de pensar converte-se quase em certeza, quando comparamos os nomes dos estudantes que assinaram o manifesto com a lista dos alunos "intransigentes", muitos destes sócios do próprio Centro, aquando da greve de 1907<sup>(91)</sup>.

---

<sup>(89)</sup> - Veja-se, no vol. II, o Doc. n.º 43. Embora entre os subscritores haja um aluno padre, António Fernandes Duarte Silva (n.º 25), estudante do 4.º ano de Direito, continua, no entanto, a verificar-se a mesma tendência que vinha de 1890, isto é, a de nenhum aluno da Faculdade de Teologia subscrever o documento. As 110 assinaturas distribuíram-se pelas Faculdades, do seguinte modo: Direito - 82 (74,6%); Medicina - 11 (10%); Filosofia - 12 (10,9%) e Matemática - 5 (4,5%). Como era natural, relativamente a 1890, a Faculdade de Medicina perde em favor da de Direito, não só por ser nesta que se concentrava o maior número de alunos, mas sobretudo por ser nela que se encontravam os elementos mais vanguardistas da Academia. De assinalar ainda que nenhum aluno da Escola de Farmácia, ao contrário do que se verificou em 90, consta entre os subscritores, da mesma maneira que nenhuma senhora, apesar de, nesta altura, a Universidade ser já frequentada por 4 estudantes do sexo feminino.

<sup>(90)</sup> - *História do Regímen Republicano em Portugal*, vol. II, pp. 296-97.

<sup>(91)</sup> - A lista dos alunos "intransigentes" foi publicada por Alberto Xavier, *História da greve académica de 1907...*, pp. 278-82. Sabemos que muitos dos nomes constantes desta lista foram sócios do Centro Republicano Académico. Estão neste caso, entre outros, os seguintes: Ramada Curto, Bissaia Barreto, Carlos Olavo, Carlos Amaro, João Garraio, António de Paiva Lerenó, Marques Guedes, António Granjo, Pedro Alexandre Palma, José Diogo Guerreiro, José Madeira Montez, António de Abranches Ferrão, Américo da Silva Castro, José Rebelo de Pinho Ferreira Júnior e Ernesto Carneiro Franco (Cfr. Armando Marques Guedes, *Páginas do meu diário*, Lisboa, Tipografia J. Silvas, Ld.ª, 1957, pp. 62 e ss. e o jornal *Patria*, n.º 1 e n.º 4). No manifesto de 4 de Dezembro de 1906 (Doc. n.º 43, do vol. II), encontram-se

Assim, se recordármos que, no ano lectivo de 1906-1907, a Academia contava com 1 050 alunos<sup>(92)</sup>, essas 110 assinaturas correspondem, em termos percentuais, a 10,5%, pouco mais do que o CADC dispunha, em Janeiro de 1905<sup>(93)</sup>.

Mas, se nos reportármos a 27 de Maio de 1908, altura em que os estudantes republicanos fizeram distribuir um novo manifesto ao país, criticando os estudantes monárquicos pelo seu oportunismo e subserviência à realeza e seus princípios<sup>(94)</sup>, constatamos que este documento se encontra assinado por 178 alunos, isto é, 16,4% da Academia, uma vez que esta contava então com 1 083 estudantes<sup>(95)</sup>. Referindo-se a este facto, um jornal de estudantes monárquicos dizia: "...Academia de Coimbra, que conta mais de 1 200 estudantes, não chega a 200 o número dos republicanos; que isso mesmo se verificou quando o ano passado [refere-se ao ano lectivo e não ao civil] fizeram sair um manifesto para o qual a custo conseguiram arranjar cento e setenta e tantas assinaturas"<sup>(96)</sup>.

---

assinalados com um círculo os estudantes que faziam parte deste grupo de "intransigentes", num total de 69 (nesta contagem entraram os alunos que haviam sido expulsos da Universidade, em 1907).

Conciliando estes elementos com as informações de Marques Guedes, adiante referidas, é assim muito provável que o manifesto referido tenha sido obra do Centro Republicano e que tenham sido os seus sócios e simpatizantes quem o subscreveu. De acordo com o mesmo raciocínio, também não é de excluir a hipótese de que os alunos não identificados com o círculo possam ter sido aqueles que, segundo Marques Guedes, vieram a formar o novo Centro Republicano Académico.

Dado que é importante, em virtude da falta de documentação saber-se o maior número possível de sócios do Centro Republicano, aqui deixamos mais alguns nomes referentes ao ano de 1910-11: Avelino Faria, Henrique de Menezes Parreira, Adélino Pais Clemente, Rui Leitão, Eugénio Sanches da Gama, António de Oliveira Zuquete, José Bonifácio da Silva, Lino Gameiro, Varela Lopes, Pio Cerdeira, Domingos Rosado, Pinto Loureiro, Gonçalves da Costa, Afonso Duarte e Dias Cabral (Cfr. Armando Marques Guedes, *ob. cit.*, p. 89).

476

[92] - Cfr. no vol. II, Quadro n.º 22.

[93] - Veja-se, no Cap. III, a nota n.º 439.

[94] - Veja-se, no vol. II, Doc. n.º 44.

[95] - Vol. II, Quadro n.º 22. O manifesto de 27 de Maio de 1908 revela as mesmas tendências do anterior. A distribuição das assinaturas por Faculdades é a seguinte: Direito - 140 (78,7%); Medicina - 15 (8,4%); Filosofia - 11 (6,2%); Matemática - 10 (5,6%); Farmácia - 2 (1,1%).

[96] - *Patria Nova*, n.º 2, Coimbra, 22 de Novembro de 1908, p. 1.

Descontando, por motivos óbvios, algum exagero, em finais de 1908, este mesmo periódico anunciava que estava para breve “a inauguração do Centro Monárquico Académico [onde], são mais de 500 corações batendo uníssonos, pulsando todos pelo mesmo ideal...”<sup>(97)</sup>. Embora sem referir quantitativos, esta mesma ideia não deixa de ter uma certa confirmação pela pena de um estudante republicano, ao escrever: “Fundou-se em Coimbra um centro académico monárquico com muitas inscrições de sócios”<sup>(98)</sup>.

A avaliar pelos documentos possíveis, não poderemos deixar de constatar que o Centro Republicano Académico tinha uma implantação relativamente modesta. Em termos percentuais, representaria entre 10 e 20%, no máximo, da Academia. Com isto, não queremos dizer que a Academia fosse monárquica, porque, certamente, também não o era. Aliás, uma revista estudantil dizia: “É de supor que a democracia tenha em Coimbra, inúmeros adeptos”<sup>(99)</sup>. Dividida entre republicanos, monárquicos, católicos e alguns anarquistas, estamos convictos de que a grande maioria era ordeira e relativamente cumpridora dos seus deveres escolares. Daí que o mesmo periódico afirmasse: “Os rapazes não têm opinião política, como não têm opinião de espécie alguma; domina-os uma indiferença absoluta por coisas de interesse geral, apáticos no tocante ao mais que não sejam aulas e lentes”<sup>(100)</sup>. A maior ou menor projecção daqueles núcleos estudantis dependia, a maior parte das vezes, da capacidade dos seus líderes.

A agravar a vida do Centro Republicano Académico veio a greve de 1907. Esta não só vai contribuir para o seu enfraquecimento, mas também para uma cisão nas hostes republicanas, em virtude de, por essa altura, ter aparecido um novo Centro Republicano Académico.

Segundo Marques Guedes, pessoa bem informada sobre o que se passava no seio do Centro Republicano, uma vez que era seu sócio e do qual veio, em 1910-11, a ser presidente<sup>(101)</sup>, o aparecimento daquele segundo Centro ficou a dever-se ao facto de a direcção do Centro Republicano, constituída

---

<sup>(97)</sup> - *Patria Nova*, n.º 1, Coimbra, 15 de Novembro de 1908, p. 2.

<sup>(98)</sup> - Armando Marques Guedes, *Páginas do meu diário*, Lisboa, Tipografia J. Silvas Ld.ª, 1957, p. 62.

<sup>(99)</sup> - *Cancatos*, n.º 5, Coimbra, Imprensa Académica, 1907, p. 15.

<sup>(100)</sup> - *Idem*, p. 17.

<sup>(101)</sup> - Armando Marques Guedes, *ob. cit.*, p. 87.

na altura por Carlos Amaro, António Granjo e Bissaya Barreto, ter "deliberado expulsar os... sócios que tivessem encerrado matrícula"<sup>(102)</sup>, apresentando-se a exames. Os alunos que assim actuaram ficaram conhecidos pelo nome de "transigentes", em oposição aos "intransigentes", isto é, aos que não furaram a greve. Foram estes sócios expulsos que depois vieram a fundar o novo Centro, "que recrutara muitos estudantes novatos da Universidade"<sup>(103)</sup>.

Em 1909, numa reunião para a eleição dos novos corpos directivos do Centro Republicano Académico<sup>(104)</sup>, Marques Guedes propunha que se desse um perdão aos sócios que, em 1907, haviam sido expulsos, procurando-se assim unificar novamente a família estudantil republicana, sob a direcção de um Centro único. Embora bem recebida, inicialmente, esta proposta não foi avante, porque "fora da sessão e nos dias posteriores, esboçou-se e cresceu um movimento de resistência a esta ideia..., apesar de o novo centro ter aceite de bom grado a ideia da sua dissolução"<sup>(105)</sup>.

Só em 1910, com a entrada de Marques Guedes para a presidência do Centro Republicano Académico, é que os sócios "transigentes" foram readmitidos, embora "com a maior reserva"<sup>(106)</sup>, vindo-se assim a dissolver o segundo Centro.

Não sabemos ao certo se o Centro Republicano Académico esteve ou não filiado no Partido Republicano. A avaliar por alguns elementos disponíveis, tudo nos leva a crer que sim.

Era prática muito corrente, em jornais estudantis, alegarem-se critérios de independência, procurando assim exercer uma livre crítica e demarcar posições. Em 1897, por exemplo, *Clarim das Ruas*, semanário republicano académico, não hesitava em afirmar: "Não somos órgão de qualquer dos *partidos* que dividem o Partido Republicano, somos órgão da nossa consciência, do nosso modo de pensar"<sup>(107)</sup>.

<sup>(102)</sup> - *Idem*, p. 76.

<sup>(103)</sup> - *Idem*, p. 76.

<sup>(104)</sup> - No ano lectivo de 1909-10, a direcção do Centro Republicano Académico era constituída por: Bissaia Barreto - Presidente; João Garraio - Vice-Presidente; José Diogo Guerreiro - 1.º Secretário; Pedro Alexandre Palma-2.º Secretário; António de Paiva Lerenó e Luciano de Monte Alverne - Substitutos (*Idem*, p. 76).

<sup>(105)</sup> - *Idem*, p. 76.

<sup>(106)</sup> - *Idem*, p. 88.

<sup>(107)</sup> - *Clarim das Ruas*, n.º 4, Coimbra, 2 de Dezembro de 1897, p. 1.



No que diz respeito ao jornal *Patria*, órgão do Centro Republicano Académico, não encontramos nele qualquer declaração deste tipo ou semelhante.

Também não existem críticas aos órgãos do partido, o que pode fazer supor haver uma certa convergência de posições, nomeadamente ao nível das estratégias. Pautando-se mais pela difusão de princípios doutrinários e ideológicos, à semelhança do que acontecia com o Directório do Partido, os rapazes do Centro Republicano Académico acreditavam que a "república democrática é um produto lógico da evolução social contemporânea"<sup>(108)</sup>, pelo que entendiam não dever "abandonar o chamado campo da luta legal"<sup>(109)</sup>.

Como já referimos, aquando da inauguração do Centro Republicano, em 28 de Janeiro de 1906, estiveram em Coimbra altas figuras do Partido Republicano, sinal, pelo menos, de um certo estreitamento de relações.

Sabemos, igualmente, que, entre outros, tinham assento nos Congressos do Partido Republicano "os membros das juntas directoras, por delegados das comissões municipais em número não superior a um terço dos seus membros efectivos, por um delegado por cada comissão, por um delegado por cada jornal, e por um delegado por cada centro"<sup>(110)</sup>. Segundo nos diz Marques Guedes, ele próprio foi o delegado do Centro Republicano ao Congresso de Setúbal, em 1909, "porque entre os sócios reputados idóneos para tal representação..., era o único que não estava *tapado*, quer dizer ainda podia dar faltas às aulas sem risco de perda do ano"<sup>(111)</sup>. Este depoimento parece-nos bastante elucidativo para esclarecer da filiação do Centro Académico no Partido Republicano, na medida em que só teriam assento no Congresso elementos ligados ao Partido ou por ele convidados. Esta última hipótese parece-nos não ter qualquer sentido, uma vez que, para além de não se fazer referência a qualquer tipo de convite, o próprio Marques Guedes apresenta-se como "delegado do Centro" e foi nesta qualidade que fez "duas

---

<sup>(108)</sup> - *Patria*, n.º 2, Coimbra, 26 de Março de 1906, p. 2.

<sup>(109)</sup> - *Idem*, p. 1.

<sup>(110)</sup> - Citação extraída da comunicação enviada aos jornais pela Comissão Reorganizadora do Partido Republicano (Apud *Patria*, n.º 12, Coimbra, 6 de Junho de 1906, p. 1).

<sup>(111)</sup> - *Ob. cit.*, p. 74.

rápidas intervenções nos debates”<sup>(112)</sup>. Assim, a presença e a intervenção de Marques Guedes, no Congresso de Setúbal, só podem ser interpretadas como sendo, simultaneamente, um dever e um direito, testemunho claro da filiação do Centro Republicano Académico no Partido Republicano.

Mas, para além do que acabamos de dizer, através da leitura do jornal *Patria* fica-nos a ideia de que sempre o Centro Republicano Académico mostrou interesse em acompanhar de perto a vida do Partido e com ele colaborar. Assim aconteceu, por exemplo, em 1 de Junho de 1906, na representação que enviou a Lisboa (Carlos Amaro, Pinho Ferreira e João Garraio), para, juntamente com os deputados republicanos, entregarem no Parlamento, um protesto contra a presença no governo de João Franco do ministro Ernesto Driesel Schroeter, uma vez que a lei não permitia que cidadãos estrangeiros, mesmo naturalizados, fossem ministros do Estado<sup>(113)</sup>.

Temos também conhecimento do empenhamento que o Centro pôs na discussão da Lei Orgânica do Partido, tendo, para o efeito, convocado uma reunião de sócios e nomeado uma comissão para tratar e estudar o assunto<sup>(114)</sup> sinal de que alguma coisa lhes diria respeito.

Infelizmente, dada a falta de documentação, nada sabemos sobre o papel e actividade do Centro Republicano Académico de Coimbra durante a República. Temos uma notícia de que, em Abril de 1927, um grupo de estudantes republicanos de Coimbra, reagindo contra a situação política criada pelo golpe de 28 de Maio de 1926, procurou definir que coisa era o seu republicanismo e em que princípios assentava. Segundo Ana M. Caiado Boavida, lideravam este grupo quatro estudantes ligados ao Centro Republicano Académico e que eram: Carlos Cal Brandão, Paulo Quintela, Sílvio de Lima e Vitorino Nemésio<sup>(115)</sup>.

<sup>(112)</sup> - As intervenções de Marques Guedes foram no sentido da “reeleição do Directório, donde a mocidade académica veria com mágoa afastarem-se, embora temporariamente, figuras prestigiosas no partido e no país, e propondo, da segunda, uma federação dos centros escolares republicanos, espalhados pelo país, para uma melhor coordenação dos seus esforços e programas de ensino” (*Ob. cit.*, p. 74).

<sup>(113)</sup> - *Patria*, n.º 12, pp. 1-2.

<sup>(114)</sup> - Cfr. *Patria*, n.º 4, Coimbra, 9 de Abril de 1906, p. 2.

<sup>(115)</sup> - Ana M. Caiado Boavida, “Tópicos sobre a prática política dos estudantes republicanos (1890-1931): limites e condicionantes do movimento estudantil”, *Análise Social*, Terceira Série, Volume XIX, n.ºs 77-78 e 79, Lisboa, 1983, pp. 753-54.

Com a implantação do regime republicano, que perspectivas se abriram ao republicanismo estudantil? Após algum período de euforia, os jornais estudantis desta época traduzem a existência de um certo desencanto. O utopismo que caracterizava a visão republicana, antes de 1910, desfazia-se. Referindo-se ao sonho desfeito e numa crítica velada ao Partido Republicano, que violava certos princípios democráticos, um periódico estudantil afecto ao partido de Afonso Costa não deixava de comentar e de alertar: “A República como a sonhamos e não esse escarro miserável que para aí se arrasta pelo abuso infame de uma ignóbil minoria de cretinos - estaremos ao lado do Partido Republicano Português prontos a acatar as suas deliberações, quando elas representam genuinamente os verdadeiros princípios democráticos... Fora de isso não lhe daremos de forma alguma o nosso humilde apoio”<sup>(116)</sup>.

Também a clivagem que, após 1911, se verificou nas hostes republicanas, com a formação dos partidos Evolucionista e Unionista, não deixou de ter os seus reflexos entre a Academia. Assim, a par do Centro Republicano Académico, certamente afecto à linha política de Afonso Costa, temos notícia, em 1914, da existência de um Núcleo Académico Evolucionista, de que era presidente Manuel José da Silva, aluno do 5.º ano de Filosofia<sup>(117)</sup>.

Apesar deste Núcleo Académico dispor de um órgão de informação e propaganda, o jornal *Resistencia*, “Propriedade do Nucleo Académico Republicano Evolucionista de Coimbra”, sabemos muito pouco da sua vida e actividade.

Constituído por “homens que pertencem hoje ao partido evolucionista”<sup>(118)</sup>, o seu aparecimento deve-se, em parte, não só ao partidarismo

---

<sup>(116)</sup> - *A Corça*, n.º 8, Coimbra, 30 de Março de 1915, p. 1.

<sup>(117)</sup> - Para além de Manuel José da Silva, constituíam a direcção do Núcleo Académico Republicano Evolucionista os seguintes estudantes: Secretário - Adriano Ernesto Ferreira de Almeida, 2.º ano de Direito; Tesoureiro - João de Ormelas da Silva, 5.º ano de Filosofia; Vogais - Custódio Lopes de Castro, 3.º ano de Direito, e Abílio Américo Belo Tavares, do 2.º ano de Direito. Como substitutos: Elísio Gandara, 4.º ano de Medicina; Guilherme Valente, 2.º ano de Direito, e João de Deus Pereira, 4.º ano de Direito. A Assembleia Geral era constituída por: Presidente - Manuel Valadares, 3.º ano de Direito; Vice-Presidente - António Sotério de Oliveira, 3.º ano de Medicina; 1.º Secretário - Bacharel António Carreiro de Freitas; 2.º Secretário - Sousa Varela, 2.º ano de Direito (*Resistencia*, n.º 1, Coimbra, 11 de Fevereiro de 1914, p. 2).

<sup>(118)</sup> - *Idem*, p. 2.

político da época, mas também e, fundamentalmente, ao perigo que corriam as fórmulas e os ideais republicanos. Acreditando num ideário que lhes havia sido transmitido pelos seus antecessores, nomeadamente António José de Almeida, em quem viam a "encarnação grandiosa da antiga alma portuguesa"<sup>(119)</sup>, os estudantes que pertenciam a este núcleo estavam dispostos a lutar e a resistir contra os desvarios e desmandos de que a República estava a ser vítima. São eles próprios que o dizem, ao escreverem: "*Resistência* é bem o nome que este momento de luta contra os falsos republicanos mais intensamente nos prendeu e sugestionou"<sup>(120)</sup>.

Apostando numa revisão das formas que configuravam o ideal republicano, em seu entender, os "falsos republicanos" eram Afonso Costa e os elementos que constituíam o Partido Democrático. Daí as muitas críticas que, ao longo de todo o jornal, lhes são movidas. Acusa-se o Partido Democrático de ter espalhado ideias de vingança, de intolerância, de jacobinismo que não estavam na índole do povo: "Foram os homens, que hoje constituem o estado maior do partido democrático, que alimentaram, estimularam e fizeram crescer, ameaçadora, a onda feroz da demagogia vermelha, tão perniciosa, tão reaccionária, como as hostes negras da extrema direita"<sup>(121)</sup>.

Também a Lei de Separação da Igreja e do Estado constituía motivo para duras críticas à pessoa de Afonso Costa, a quem acusavam de "cegueira sectarista e irritante"<sup>(122)</sup>, por se vir opondo à sua revisão. Reconhecendo ser a Lei da Separação uma das causas principais pela indisposição com que muitos sectores da população se moviam contra a República<sup>(123)</sup> e pugnando pelos princípios da Justiça e da Liberdade, o Núcleo Académico Evolucionista defendia a necessidade urgente da sua revisão, expurgando-a de tudo o que fosse contrário e pudesse violar as consciências. Defendendo,

(119) - *Idem*, p. 1.

(120) - *Idem*, p. 1.

(121) - *Resistencia*, n.º 3, Coimbra, 1 de Março de 1914, p. 1.

(122) - *Resistencia*, n.º 4, Coimbra, 8 de Março de 1914, p. 1.

(123) - Referindo-se à Lei de Separação, o jornal *Resistencia* escrevia: "Não esqueçamos as complicações e dificuldades gravíssimas que ela já nos acarretou, comprometendo-se, por vezes, seriamente a tranquilidade, a paz pública e a marcha regular da República". (*Idem*, p. 1).

igualmente, a neutralidade do Estado em matéria religiosa, propunham a abolição do "beneplácito", única forma de se garantir "o princípio constitucional da liberdade de pensamento"<sup>(124)</sup>.

Esta e outras posições como, por exemplo, a defesa que fizeram de os católicos se poderem reunir e manifestar, "pois estão num gozo pleno dum direito que a Constituição da República Portuguesa lhes garante"<sup>(125)</sup> contra os propósitos de o governo querer transformar a Igreja de S. João de Almedina em museu de arte sacra<sup>(126)</sup>, valeram-lhe pela parte de outros sectores republicanos da Academia fortes e pesadas críticas. Assim, um jornal estudantil afecto ao Partido Democrático não hesitava em classificar os estudantes do Núcleo Académico Evolucionista e o seu jornal de "orgão duma súcia de pretenciosos políticos"<sup>(127)</sup>.

Muito longe de constituírem um bloco ideologicamente homogéneo, os estudantes republicanos encontravam-se profundamente divididos. Da leitura da imprensa estudantil desta época fica-nos a ideia, não só dos ataques que as diversas facções dirigiam uma às outras, mas também o desinteresse, cada vez maior, dos estudantes pela causa pública<sup>(128)</sup>. Não admira, por isso, que um ou outro coração mais arrebatado ainda dissesse: "Aliem-se numa comunhão de ideias e princípios e salvem esta Pátria que é digna de melhor sorte"<sup>(129)</sup>.

Era já tarde, para se ouvirem estes clamores. A correlação de forças no seio da Academia havia já começado a dar sinais de mudança em prol, não só do movimento católico, mas também do movimento integralista. Alguns jornais, num excesso de partidarismo, não deixavam de apontar como uma das causas para o desinteresse que os estudantes vinham manifestando

---

<sup>(124)</sup> - *Idem*, p. 1.

<sup>(125)</sup> - *Resistencia*, n.º 5, Coimbra, 15 de Março de 1914, p. 1.

<sup>(126)</sup> - *Idem*, pp. 1-2.

<sup>(127)</sup> - *Bairro dos Olivais*, n.º 14, Santo António dos Olivais, 3 de Maio de 1914, p. 2.

<sup>(128)</sup> - Reconheça-se que o desinteresse dos estudantes pela *res publica* não era só de agora. Na inauguração do Centro Republicano Académico, em 28 de Janeiro de 1906, já Bernardino Machado dizia: "Mas, salvo raras intermitências... o que ela [Academia] nos últimos tempos lastimavelmente tem sido, é dum apagado indiferentismo às sugestões valorosas da vida social" (Bernardino Machado, *A Universidade de Coimbra*, 2.ª edição, Lisboa, 1908, pp. 199-200).

<sup>(129)</sup> - *Bairro dos Olivais*, n.º 14, p. 1.

pelos princípios democráticos o carácter conservador da própria Universidade. Era o que acontecia, por exemplo, com o jornal *A Corja*, ao escrever: "É com imensa mágua... que vemos... a Universidade de Coimbra, na sua maioria, é claro, transformada num foco reaccionário que há-de mais cedo ou mais tarde influir imenso na vida política portuguesa, contra a República, se os governos republicanos e o Povo se não opuserem a um tal estado de coisas!"<sup>(130)</sup>.

Não se comunga em tal ideia, uma vez que, antes da República, houve gerações de grandes revolucionários que se formaram dentro de um sistema de ensino muito mais fechado. Pensamos que, como qualquer processo histórico, o movimento republicano na Academia de Coimbra, longe de constituir um processo linear e em crescente ascensão, esteve sujeito a fluxos e refluxos, isto é, períodos de grande entusiasmo e períodos de larga apatia. Se o maior ou menor arrebatamento se pode prender com acontecimentos importantes da vida portuguesa, como foi o caso do Ultimatum, ele também está ligado ao dinamismo e ao vanguardismo das próprias gerações. Não será certamente por mero acaso que gerações como a de Antero e António José de Almeida são referenciadas como patamares importantes e apontadas como exemplos.

### *1.3. República versus Monarquia*

Como já referimos, a simbiose academia/republicanismo desenvolvia-se, essencialmente, ao nível da propagação de ideologia. Ser estudante republicano era, sobretudo até 1910, não só lutar contra a monarquia, denunciando-lhe os seus erros e princípios, mas também aderir a um novo ideal político, social, económico e cultural. Apostando numa nova mundividência, o movimento republicano estudantil, longe de constituir uma simples luta política, afirmou-se, essencialmente, como um corpo ideológico, um projecto de renovação, cuja finalidade última era criar uma nova ordem social e moral.

---

<sup>(130)</sup> - *A Corja*, n.º 1, Coimbra, 6 de Fevereiro de 1915, p. 2.

Ao contrário da monarquia que era "a imunda chaga que nos consome e nos degrada"<sup>(131)</sup>, na pena dos vários redactores de jornais, a República era encarada como uma ideia redentora e, por isso, como uma aspiração e uma visão optimista do mundo e da vida. Daí que um periódico a tenha definido como sendo o regime "de todos que aspiram a um futuro em que a sociedade, libertos os oprimidos, será em política, economia e moral - Liberdade, Igualdade e Justiça"<sup>(132)</sup>.

Da leitura dos vários periódicos poder-se-á concluir que ao conceito de República estavam associadas todo um conjunto de ideias nobres e sublimes. Para além da Liberdade, da Igualdade e da Justiça, a noção de República era acompanhada ainda pela ideia de fraternidade, de direitos individuais, de emancipação do povo, de libertação dos oprimidos, de salvação nacional e de progresso. Não admira, por isso, que um soldado implicado na revolta do 31 de Janeiro, ao ser julgado e tendo-lhe sido perguntado o que entendia por República, tivesse dito: "Eu, meu senhor, não sei o que é a República, mas não pode deixar de ser uma coisa santa"<sup>(133)</sup>.

Bem diferentes eram já os vocábulos com que os mesmos periódicos procuravam caracterizar e definir a monarquia e todos aqueles que a serviam: "escória de ladrões", "bandoleiros", "traidores", "capachos da Inglaterra" e "caciques" são alguns dos termos mais utilizados<sup>(134)</sup>.

Influenciados pela lei dos três estados e pelo evolucionismo de Spencer, de uma maneira geral, os estudantes republicanos viam na República uma ideia-força, um ideal messiânico, o qual, mais cedo ou mais tarde, seria uma realidade, na medida em que este processo se inscrevia na evolução da própria natureza. Em seu entender, a República seria o resultado final para onde caminhavam as sociedades. Neste sentido, a queda da monarquia era inevitável. Daí que o tempo anterior à República fosse encarado como um

---

(131) - *Voz do Porvir*, n.º 3, Coimbra, 21 de Março de 1897, p. 1.

(132) - *Portugal*, n.º 4, Coimbra, 5 de Maio de 1896, p. 1.

(133) - Apud Joel Serrão, *Da "Regeneração" à República*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990, pp. 170-71.

(134) - Com o título "Monarchia de Ladrões", um periódico estudantil escrevia: "Um secretário de ministro tem 70\$000 réis mensais só para carruagem". para, mais adiante, acrescentar: "Para o estrangeiro partiram ou estão para partir vários comissários, isto é, vão certos malandros gozar à custa de um povo, incapaz de correr a tiro esta cáfila de bandoleiros" (*Portugal*, n.º 5, Coimbra, 13 de Maio de 1896, p. 1).

tempo de transição. Nesta perspectiva, o constitucionalismo não passava de uma simples fase de preparação, uma vez que "ao esforço empregado na dissolução do antigo regime não puderam as sociedades juntar desde logo o esforço necessário para constituírem a nova ordem política"<sup>(135)</sup>.

Todavia, como já referimos anteriormente, esta perspectiva não significou que, a partir de 1890, sobretudo entre os espíritos mais radicais, não se tivesse defendido a ideia de revolução como sendo a melhor e única via para a implantação da República.

Fazendo do evolucionismo, da perfectibilidade humana e da ideia de progresso os seus pilares de suporte, a República apresentava-se como uma dimensão de sociabilidade humanitária e universal. Mas, porque sendo a República obra do povo, esta sua dimensão revestia-se de um carácter acentuadamente laico. Um bom exemplo para o que acabamos de referir, era a saudação que um periódico estudantil fazia relativamente ao dia 1.º de Maio, na esperança de, um dia, o poder marcar no calendário como uma festa de sociabilidade cívica, e não como "uma patuscada, à moda de festa de Igreja"<sup>(136)</sup>.

Uma vez que a monarquia era identificada como sendo a origem de todos os nossos males, em termos políticos, ao conceito de República estava igualmente associada a ideia de regeneração da Pátria. Embora evidente já em 1880, nas comemorações em honra de Camões, este sentimento acentua-se mais, a partir de 1890, em virtude da ideologia republicana ter assumido, mais fortemente, um carácter nacionalista e patriótico. Neste sentido, referindo-se ao papel do partido republicano, um periódico afirmava: "Eis a única e a última esperança da nossa infeliz Pátria"<sup>(137)</sup>.

Segundo os mesmos periódicos, contrariamente à República, a monarquia não só não tinha espírito patriótico, como também não dispunha de sentimentos nacionais. A prova estava, diziam os republicanos, na sua subserviência em relação à Inglaterra, prejudicando gravemente os interesses de Portugal. Numa crítica mordaz à política da monarquia, um periódico estudantil publicava, em termos de uma eloquente e fina ironia académica, um texto que, para mais vincular o servilismo da monarquia à Inglaterra e,

(135) - *A Evolução*, n.º 2, Coimbra, 4 de Dezembro de 1881, p. 1.

(136) - *Portugal*, n.º 4, p. 2.

(137) - *Voz do Porvir*, n.º 4, Coimbra, 28 de Março de 1897, p. 1.



simultaneamente, o seu desinteresse por Portugal, propositadamente intitulou de "Decreto Importante", dando-lhe, por isso, a forma correspondente. Apesar de ser um documento um pouco extenso, aqui deixamos a sua transcrição:

"Decreto Importante

Atendendo ao que me foi representado pelos ministros;

Atendendo às relações de amizade que existem entre o meu povo e a Inglaterra;

Atendendo que de uma maneira honrosa o povo português deve corresponder à generosidade, cordealidade e deferência com que tem sido tratado pela Inglaterra;

Atendendo às vantagens resultantes para o meu comércio, para a minha indústria e minhas artes correlativas;

Hei por bem decretar o seguinte:

Art.º 1 -É abolida a língua portuguesa e suprimidas as escolas de instrução primária;

Art.º 2 -A língua oficial será a inglesa;

§ Único - Serão fuzilados todos os que se não matricularem em escolas inglesas, no prazo de oito dias, logo que essas sejam abertas;

Art.º 3 -Professores e funcionários públicos serão substituídos por cidadãos ingleses;

Que os ministros e secretários de estado, meus e da Inglaterra, assim o tenham entendido e façam executar.

Paço, em 20 de Agosto, aniversário natalício do nosso tratado

Rei - Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro. João Franco

Castelo Branco. Luís Soveral. E mais canalha.

Parabéns à nação Lusa"<sup>(138)</sup>.

Ainda sob o ponto de vista político, só o regime republicano se identificava com o povo, pois só ele possibilitava que o povo se fizesse ouvir,

<sup>(138)</sup> - Portugal, n.º 9, Coimbra, 27 de Junho de 1896, p. 1.

que a liberdade se conciliasse com a autoridade e a ordem com o progresso, porque "a república é o povo governando-se a si próprio, em vez de o deixar governar por um senhor, como na monarquia absoluta, ou por uma casta gozando exclusivamente desta prerrogativa, como nos governos aristocráticos"<sup>(139)</sup>. Daí a insistência com que nos diversos periódicos assistimos à defesa da soberania nacional, do sufrágio universal, dos direitos individuais, da liberdade de imprensa, do direito de reunião e associação, do papel do parlamento e da campanha em prol de uma nova lei eleitoral.

Reconhecendo-se que as monarquias eram sinónimos de ignorância, na medida em que eram "formas imutáveis e como tais fechadas a toda a espécie de concessão, intransigentes às transformações evolutivas, imoldáveis às conquistas do progresso"<sup>(140)</sup>, estava-se, igualmente, a aceitar que a monarquia portuguesa era não só a responsável pelo elevado grau de analfabetismo do povo português, mas também pelo seu atraso material e falta de cultura política. Dado que a República assentava no voto e na eleição, não admira que o tratamento que era dado àqueles e outros assuntos tivesse como objectivos fundamentais, por um lado, esclarecer e ilustrar o povo, procurando formar-lhe uma nova mentalidade, mais consentânea com os ideais da democracia e, pelo outro, pôr em causa os princípios e os actos da monarquia e seus governos. Procurando ir ao encontro destes objectivos, fazia-se a apologia da soberania nacional que "é hoje um axioma de direito"<sup>(141)</sup>, criticando-se, simultaneamente, o veto do rei, porque "não é mais do que um absurdo e uma monstruosidade política, ofensiva da dignidade nacional"<sup>(142)</sup>.

Com semelhantes intenções se pronunciava, entre outros, Alberto Xavier ao abordar o problema da existência de uma ou duas câmaras para a função legislativa. Segundo este estudante republicano, em democracias puras, a existência de uma segunda câmara não tinha sentido, uma vez que, não só "a aristocracia é uma *blague*" e "a soberania é una e indivisível", mas também porque "as democracias, não admitindo classes investidas de privilégios políticos, são incoerentes reconhecendo uma instituição que

(139) - *A Evolução*, n.º 13, Coimbra, 20 de Fevereiro de 1882, p. 4.

(140) - *Patria*, n.º 2, Coimbra, 26 de Março de 1906, p. 1.

(141) - *Portugal*, n.º 7, Coimbra, 2 de Junho de 1896, p. 3.

(142) - *Idem*, p. 3.

parece dar autonomia orgânica às classes sociais determinadas como fundamento a uma representação feita à sua imagem"<sup>(143)</sup>. Além do mais, no entender ainda deste mesmo estudante, a existência de uma segunda câmara era "simplesmente um luxo decorativo e supérfluo, perturbador e inútil para o cabal e pronto desempenho da função legislativa"<sup>(144)</sup>. Nesta perspectiva, o republicanismo estudantil, pelo menos a avaliar pelos seus periódicos, afirmou-se como um projecto de ordem cultural e educativo. Aliás, referindo-se às diferenças existentes entre a Monarquia e a República, um jornal não deixava de anotar que "o primeiro cuidado da república é difundir a instrução de modo a tornar os indivíduos aptos para (a) função política e social que a todos compete"<sup>(145)</sup>.

Não admira que assim tivesse acontecido, isto é, que o movimento republicano estudantil se tivesse afirmado como uma proposta cultural de índole educativa, na medida em que o republicanismo se integrou e desenvolveu dentro do condicionalismo sócio-económico português dos finais do século. Dito por outras palavras, isto poderá significar que o desenvolvimento do capitalismo em Portugal, porque de crescimento relativamente lento e de introdução tardia, não foi capaz de fazer a aceleração necessária às transformações culturais, com vista a fomentar, em termos de prática política, os ideais democráticos e a formação de uma mentalidade de sentido técnico e científico. Esta necessidade de transformação sentiu-a o próprio republicanismo. Herdeiro cultural do iluminismo, a mundividência republicana recusava o providencialismo teológico, para se situar num campo terreno. Para além desta maneira de pensar, também a sobrevivência, no seio da sociedade portuguesa, de valores culturais ligados ao Antigo Regime fizeram com que o republicanismo tivesse que lutar contra a influência de uma igreja maioritariamente conservadora e ultramontana. Não admira, por isso, que, ao longo dos diversos periódicos, os estudantes de Coimbra tenham desenvolvido temáticas de sabor anticlerical e apostado na defesa de uma secularização e laicização da cultura e das mentalidades. Criticando a influência social do clero<sup>(146)</sup> e os direitos

---

<sup>(143)</sup> - *Patria*, n.º 2, p. 2.

<sup>(144)</sup> - *Idem*, p. 2.

<sup>(145)</sup> - *Patria*, n.º 7, Coimbra, 30 de Abril de 1906, p. 1.

<sup>(146)</sup> - *Cfr. Patria*, n.º 2, p. 3; n.º 3, Coimbra, 2 de Abril de 1906, p. 2.

das classes privilegiadas<sup>(147)</sup>, o republicanismo afirmava-se como uma arma de combate político contra a sobrevivência dos valores do Antigo Regime. Daí que um periódico dissesse: "... a revolução, para ser duradoura, há-de ser o resultado de muito estudo e de muita análise, conscienciosa dedução de toda a nossa história política e económica, e não uma cópia, mais ou menos caricatural, dos bons dias de 20 [1820]"<sup>(148)</sup>.

Reconhecendo-se ainda que os partidos monárquicos não tinham princípios científicos e que "a emancipação política de França foi a resultante luminosa das novas noções introduzidas em todos os ramos de conhecimentos humanos"<sup>(149)</sup>, só a República podia identificar-se com a emancipação política e ser sinónimo de bem-estar e progresso material. Profundamente influenciado pela ideologia positivista, o projecto cultural republicano desenvolvia-se assim impregnado de um forte cunho científico. Era precisamente esta vertente científica que levava os estudantes republicanos a atacarem o princípio da hereditariedade em que a monarquia assentava. Socomendo-se do pensamento de vários autores, concluíam que "o poder hereditário e o poder da liberdade estão sempre numa razão inversa, diminuindo o primeiro à medida que o segundo aumenta"<sup>(150)</sup>. Este um dos motivos por que, referindo-se à passagem do 10.º aniversário do nascimento do Príncipe Luís Filipe, um periódico estudantil republicano, num certo tom humorístico, não deixava de o saudar, dizendo em verso:

"Se bem que eu tenha a certeza  
Que o que digo é letra morta,  
Lhe desejo com franqueza  
Que conte muitos, alteza,  
Mas... fora da nossa porta"<sup>(151)</sup>,

Procurando a actualização científica, perfilhando a lei do evolucionismo e fazendo a recuperação do tempo histórico, o republicanismo afirmou-se, em última instância, também como um historicismo progressista. Dado que

(147) - Cfr. *A Evolução*, n.º 5, Coimbra, 25 de Dezembro de 1881, p. 2.

(148) - *Portugal*, n.º 4, p. 1.

(149) - *A Evolução*, n.º 13, p. 1.

(150) - *A Evolução*, n.º 4, Coimbra, 19 de Dezembro de 1881, p. 1.

(151) - *Voz do Porvir*, n.º 4, p. 1.

a monarquia nada disto possuía, só a República era capaz do progresso. O ideal do progresso indefinido tornou-se assim um elemento poderoso contra o regime monárquico.

Mas, como já referimos anteriormente, após 1910, este "idealismo republicano de muitos transformava-se em cepticismo, em descrença, em indiferença, ou em justa revolta"<sup>(152)</sup>. Lentamente, assistia-se ao triunfo da corrente integralista e do movimento católico.

## 2. MOVIMENTO MONÁRQUICO E INTEGRALISTA

Entre a greve de 1907 e a proclamação da República, a Academia de Coimbra viveu uma vida política intensa. Republicanos, monárquicos e católicos dispunham dos seus centros académicos que eram, para além de pontos de encontro, locais de discussão e de debate de ideias, quando não "focos de actividade dos quais partiam iniciativas ruidosas, desde os comícios públicos à imprensa partidista"<sup>(153)</sup>. Havia ainda um núcleo de socialistas e anarquistas, mas cuja acção devia ser relativamente modesta, porque não agrupados.

Referindo-se a esta geração, que era também a sua, Marques Guedes disse ser uma "rapaziada ardente, apaixonada, grande discursadora e grande escrevinhadora de revistas e jornais políticos... (e dela) saíram os estados - maiores dos partidos republicanos e do Integralismo Lusitano"<sup>(154)</sup>. Por isso, a classificou de "tão medularmente política que até hoje só podemos encontrar-lhe correspondente na geração de 91"<sup>(155)</sup>.

Uma vez que socialistas e anarquistas tinham uma expressão relativamente reduzida, a grande luta política travava-se entre republicanos e monárquicos. Daí que o mesmo Marques Guedes nos fale dos "dois grupos, em que a minha geração se dividiu", para, logo de seguida, concluir que "chegaram porém,

---

<sup>(152)</sup> - Leão Ramos Ascensão, *O Integralismo Lusitano*, Porto, Imprensa Portuguesa 1943, p. 16.

<sup>(153)</sup> - Carlos Ferrão, *O Integralismo e a República (autópsia de um mito)*, vol. 1.<sup>o</sup>, Lisboa Inquérito, 1964, p. 23.

<sup>(154)</sup> - Armando Marques Guedes, *Páginas do meu diário*, p. 97.

<sup>(155)</sup> - *Idem*, p. 93.

ambos eles, fora do seu tempo à vida política da Nação. Com esta diferença contudo: enquanto a facção republicana veio cedo demais para a governação do Estado, a integralista chegou tarde demais"<sup>(156)</sup>.

No seio da Academia, a luta entre monárquicos e republicanos exacerbou-se, sobretudo depois do regicídio e da subida ao trono de D. Manuel II. Se os republicanos criticavam os monárquicos por estes terem ido a Lisboa saudar o novo rei, acusando-os, por isso, de adoptarem "a absurda subserviência medieval da fórmula dinástica"<sup>(157)</sup>, também os monárquicos responsabilizavam os republicanos pela morte de D. Carlos<sup>(158)</sup>. Foi, certamente, este recrudescer da luta política, conjugada e reforçada pela censura pública que os republicanos lhes faziam, de não conseguirem organizar-se como força política<sup>(159)</sup>, que teria levado, em finais de 1908, à criação do Centro Monárquico Académico<sup>(160)</sup>, ao jornal *Patria Nova*<sup>(161)</sup> e a um maior empenhamento na luta política.

---

<sup>(156)</sup> - *Idem*, p. 93.

<sup>(157)</sup> - Cfr. *A Academia de Coimbra...*, vol. II, o Doc. n.º 44.

<sup>(158)</sup> - "...os falsos paladinos da democracia... fizeram cometer um dos mais repugantes crimes que tem assoberbado o mundo, crime cheio de cobardia, pois nada há mais tristemente covarde do que matar quem não pode defender-se" (*Patria Nova*, Anno I, n.º 1, Coimbra, 15 de Novembro de 1908, p. 2).

<sup>(159)</sup> - "Sem coesão, nunca se conseguiram organizar como força que se impuzesse à nossa, porque muitos dos seus elementos numéricos saíam dessa parte da Academia, fluante e indecisa que, por motivos de vária ordem, ainda não encontrou o seu trilho definitivo" (*Manifesto dos estudantes republicanos ao país, de 27 de Maio de 1908*, vol. II, Doc. n.º 44).

<sup>(160)</sup> - Os primeiros dirigentes do Centro Monárquico Académico foram os estudantes seguintes: Assembleia Geral: Presidente – Júlio César de Andrade Freire-5.º ano de Direito; Vice-Presidente – José António Marques-2.º ano de Direito; Conselho Fiscal: Efectivos – Miguel Roldão Ramalho Ortigão-5.º ano de Direito, Paulo Cancela de Abreu-5.º ano de Direito e Simeão Pinto de Mesquita-3.º ano de Direito; substitutos: Luís Witnich Carriço-1.º ano de Medicina e Augusto Camossa Nunes Saldanha-4.º ano de Medicina; Direcção: Presidente – António Faria Carneiro Pacheco - 4.º ano de Direito; Vice-Presidente – Orlando de Melo Rego-5.º ano de Direito; 1.º Secretário – Rodrigo Franco Afonso-4.º ano de Direito; 2.º Secretário – Guilherme Souto Alves-2.º de Direito; Vogais: Domingos Fezas Vital-4.º de Direito; Alberto Monsaraz-3.º ano de Direito e José Rodrigues Sucena-2.º ano de Direito (*Patria Nova*, Anno I, n.º 5, Coimbra, 13 de Dezembro de 1908, p. 1).

<sup>(161)</sup> - Embora este jornal fosse "Propriedade do Centro Monárquico Académico", uma vez que o produto da sua venda revertia para o Centro, não era, contudo, o seu órgão, "mas um jornal dos rapazes monárquicos de todas as escolas superiores do país" (*Patria Nova*, Anno I, n.º 28, Coimbra, 1 de Dezembro de 1909, p. 1). A partir do ano IV, n.º 64, em 1914, deixou de ser propriedade do Centro, para passar a ser propriedade do seu director. Em 26 de Janeiro de 1917, passou a afirmar-se, ostentando em subtítulo, "Semanao Monarquico Integralista".

Identificando-se mais com a causa monárquica em si mesma do que com filiações partidárias, os estudantes monárquicos não só afirmavam o seu distanciamento em relação ao governo e facções políticas<sup>(162)</sup> como também as criticavam, acusando-as de mau exemplo, por trocarem "os mais baixos insultos, em completa contradição com aquilo que anteriormente diziam, tudo por interesse pessoal - apenas por uma questão simples de penacho"<sup>(163)</sup>, como também por fazerem da política "um simples comedouro para amigos"<sup>(164)</sup>.

Críticas, igualmente, para os deputados e para o Parlamento "que mais parece um barracão sujo de feira, em que histriões ignóbeis e baratos representam farçadas indignas, que uns - falhos de sentimento - vão aplaudindo satisfeitos, enquanto outros se calam, num aviltante encolher de ombros"<sup>(165)</sup>.

Reconhecendo que a situação do país não era famosa e que a sociedade portuguesa estava em crise, acusavam os republicanos de, com as suas mentiras e campanhas de propaganda, estarem a contribuir para esse estado de decadência. Admitiam também que esta crise era uma consequência da falta, não de uma instrução, mas de uma educação social, da qual a própria sociedade era responsável, pois, em tempos, "gritava-se que era necessário educar o povo, e ninguém o educava"<sup>(166)</sup>.

Embora críticos, eram, no entanto, optimistas, pois acreditavam que a regeneração era possível, porque Portugal não era uma nação moribunda, como queriam fazer crer os republicanos. Reafirmando sempre o seu distanciamento em relação aos partidos políticos, estavam convictos de que "o regime vigente convém ao bem do país, porque os monárquicos ainda estão a tempo de o salvar"<sup>(167)</sup>. O que se impunha era acabar com velhos métodos de governação, com as clientelas políticas, ilustrar o povo, combater

---

<sup>(162)</sup> - Embora lamentando as discórdias políticas entre os monárquicos, o Centro Monárquico Académico afirmava: "Nada temos - absolutamente nada - com as lutas internas dos partidos" (*Patria Nova*, Anno I, n.º 10, Coimbra, 19 de Janeiro de 1909, p. 1).

<sup>(163)</sup> - *Idem*, p. 1.

<sup>(164)</sup> - *Idem*, p. 1.

<sup>(165)</sup> - *Patria Nova*, Anno I, n.º 20, Coimbra, 2 de Abril de 1909, p. 1. Veja-se também o n.º 18, Anno I, Coimbra, 19 de Março de 1909, p. 1.

<sup>(166)</sup> - *Patria Nova*, Anno I, n.º 4, Coimbra, 6 de Dezembro de 1908, p. 1.

<sup>(167)</sup> - *Patria Nova*, Anno I, n.º 18, p. 1.

a propaganda republicana e, sobretudo, que os monárquicos se organizassem e se empenhassem numa campanha de regeneração social e política. Daí que *Patria Nova* apontasse como objectivos do Centro Monárquico Académico trabalhar no sentido de procurar "acabar de vez com esses velhos processos de governo, criando clientelas por conta do tesouro público; temos que lavar os olhos do povo, para que não cegue, com a poeirada infecta que os senhores republicanos lhe atiram à cara...; temos que desenvolver todas as inteligências incultas, que uma péssima propaganda, que imodestamente se apelida de patriótica, tem orientado, sem outro fim que não seja satisfazer interesses, caprichos e vaidades"<sup>(168)</sup>.

Como meios para levar à prática este programa, o Centro Monárquico propunha-se, de imediato, não só encetar, por esse país fora, um grande movimento de propaganda política, com "vários comícios públicos, dizendo altaneiro aquilo que pensa e aquilo que sabe"<sup>(169)</sup>, mas também realizar conferências<sup>(170)</sup>, fundar uma escola móvel que havia de percorrer todo o distrito de Coimbra e criar uma caixa escolar para os estudantes pobres<sup>(171)</sup>. Para além destas medidas, o Centro Monárquico Académico propunha-se ainda colaborar com o jornal *Patria Nova*, fazer-se representar nas reuniões monárquicas que os centros da capital e da província viessem a promover, esforçar-se por criar uma Liga dos Estudantes Monárquicos e ainda formar comissões, para, durante as férias, na província, fazerem comícios e realizarem conferências<sup>(172)</sup>.

(168) - *Patria Nova*, Anno I, n.º 17, Coimbra, 9 de Março de 1909, p. 1.

(169) - *Idem*, p. 1.

(170) - A primeira conferência que se fez no Centro Monárquico Académico foi no dia 7 de Março de 1909. Subordinada ao tema "Educação Moderna", proferiu-a o estudante Júlio César de Andrade Freire, Presidente da Assembleia Geral do mesmo Centro. Defendendo a ideia de uma aliança entre instrução e educação, considerava que a educação do cidadão passava pelo amor pela terra, pela Pátria, o respeito pela lei e pelas autoridades, assim como pelo cumprimento das obrigações individuais, para bem da colectividade (Cfr. *Patria Nova*, n.º 17, p. 2). A 21 de Março, fez Raul Filipe de Magalhães uma outra sobre "Educação Infantil" (Cfr. *Patria Nova*, Anno I, n.º 39, Coimbra, 26 de Fevereiro de 1910, p. 2). Temos ainda notícia de que mais duas estavam agendadas e onde eram oradores, os políticos António Cândido e José de Azevedo (Cfr. *Patria Nova*, Anno I, n.º 40, Coimbra, 3 de Março de 1910, p. 2).

<sup>1)</sup> - Cfr. *Patria Nova*, n.º 17, p. 1.

<sup>2)</sup> - Cfr. *Patria Nova*, anno I, n.º 38, Coimbra, 21 de Fevereiro de 1910, p. 2; n.º 39, p. 2 e n.º 40, Coimbra, 3 de Março de 1910, p. 2.



Embora muitas destas intenções não tenham passado de simples gestos de boa-vontade, naquilo que o Centro Monárquico Académico e a imprensa afecta mais se destacaram foi no combate que dirigiam aos republicanos. Acusando estes de demagogia, na medida em que mentiam ao povo, recusavam-se a aceitar a ideia de que a República fosse um regime de paz, de progresso e de felicidade, como a imprensa republicana proclamava. Viver na República era ter, diziam os monárquicos, a bancarrota, os estrangeiros a mandarem em nós, era a perda da nossa autonomia política e administrativa. Invocando o passado histórico das guerras civis, na pena dos estudantes monárquicos, a República não passaria de "uma tremenda guerra civil, com todo o cortejo de horrores de que o povo português se recorda ainda bem"<sup>(173)</sup>.

Recorrendo ao princípio da hereditariedade dinástica que aceitam, uma vez que, ao contrário dos republicanos, viam nela mais vantagens que inconvenientes<sup>(174)</sup>, os estudantes monárquicos não deixavam de alertar para o perigo que constituía o regime republicano, na medida em que, enquanto na monarquia o rei era o símbolo da ordem e do progresso, porque consubstanciava em si a integridade da Pátria, na República, sendo o chefe do Estado eleito por um partido, "há-de ser sempre mais o chefe desse partido do que o chefe de um Estado"<sup>(175)</sup>.

No entender dos monárquicos, o que o Partido Republicano visava com a propaganda que desenvolvia era, não divulgar ideias e radicar convicções, mas espalhar ódios e exacerbar paixões, era destruir pura e simplesmente, porque "a sua ambição é sempre a mesma: o poder"<sup>(176)</sup>.

Conscientes, certamente, da crescente simpatia com que o Partido Republicano vinha sendo encarado, os estudantes monárquicos procuravam, fazendo uso da caricatura, ridicularizar, junto da opinião

---

<sup>(173)</sup> - *Patria Nova*, Anno I, n.º 3, Coimbra, 29 de Novembro de 1908, p. 1.

<sup>(174)</sup> - Reconhecendo-lhe alguns inconvenientes, no entanto, no caso português, eles estavam salvaguardados, na medida em que a Carta Constitucional, no seu artigo 96, conferia "às Cortes a atribuição "de reconhecer a incapacidade física ou moral do rei". E sendo assim, a monarquia portuguesa aproveita da hereditariedade o que ela pode trazer de bom e previne a hipótese do que ela pode trazer de mau" (*Patria Nova*, Anno I, n.º 50, Coimbra, 14 de Maio de 1910, p. 1).

<sup>(175)</sup> - *Idem*, p. 1.

<sup>(176)</sup> - *Patria Nova*, Anno I, n.º 45, Coimbra, 9 de Abril de 1910, p. 1.

pública, a pouca implantação que os republicanos tinham junto do público. Para além de Afonso Costa e António José de Almeida, um bom exemplo era o caso de Bernardino Machado discursando num comício, mas com o largo vazio.

Orgulhando-se de serem, em Coimbra, a maior força política, os estudantes monárquicos acusavam os seus colegas republicanos de falta de autonomia, de personalidade e de vontade própria, pois limitavam-se "a ser um destacamento disciplinado recebendo ordens de Lisboa e seguindo os processos bernardinescos e frança-bórgicos"<sup>(177)</sup>.

Uma das figuras mais criticadas no meio académico era Bernardino Machado, que culpavam de iludir a Academia "como quem ilude crianças com sorrisos e meiguices"<sup>(178)</sup>.

Com o triunfo da República, em Outubro de 1910, o Centro Monárquico Académico de Coimbra entrava numa fase, não diremos de declínio<sup>(179)</sup>, mas menos produtiva<sup>(180)</sup>. Aliás, esta situação era reconhecida pelos próprios estudantes, ao escreverem: "Por enquanto, e conforme o exigem as circunstâncias do momento, o nosso Centro não entrará, certamente, numa fase de propaganda activa. A ocasião não é azada para isso, nem o estado do país o permite, por ora"<sup>(181)</sup>.

Apesar destes propósitos, os estudantes monárquicos continuaram a atacar, não só o regime republicano em si, mas, agora, também, o próprio

---

<sup>(177)</sup> - *Patria Nova*, Anno I, n.º 20, Coimbra, 2 de Abril de 1909, p. 2.

<sup>(178)</sup> - *Patria Nova*, anno I, n.º 1, Coimbra, 15 de Novembro de 1908, p. 3.

<sup>(179)</sup> - Embora a notícia deva ser lida com alguma cautela, passados dois meses sobre a implantação da República, o jornal *Patria Nova*, referindo-se a vida do Centro Monárquico Académico, escrevia: "A queda da monarquia e o facto de presentemente nos encontrámos em oposição tem feito convergir ao nosso centro um grande número de académicos que voluntariamente se têm vindo inscrever. O número de sócios cresce quotidianamente. notando-se nas salas do centro uma animação que se não via nos anos anteriores" (*Patria Nova*, Anno II, n.º 55, Coimbra, 16 de Dezembro de 1910, p. 3).

<sup>(180)</sup> - Tomando como exemplo o jornal que lhe era afecto, *Patria Nova*, poderemos dizer que deste periódico, entre 30 de Novembro de 1910 e 1 de Fevereiro de 1911, dia em que o Centro foi assaltado, apenas se publicaram 7 números (n.ºs 53 a 59). Interrompendo a sua publicação em 1 de Fevereiro de 1911, só reaparece, com o n.º 60, em 7 de Maio de 1914, sob a direcção de João do Amaral, mas, agora, já com traços visíveis de doutrina integralista.

<sup>(181)</sup> - *Patria Nova*, Anno II, n.º 53, Coimbra, 30 de Novembro de 1910, p. 2.

poder instituído. Depois de criticarem a adesão que alguns monárquicos fizeram à República<sup>(182)</sup> e de se insurgirem contra a campanha de violência, ódios e vinganças de que a imprensa monárquica estava a ser vítima<sup>(183)</sup>, identificavam a República, não com o país real, mas sim com Lisboa<sup>(184)</sup>. Questionando-se sobre o que tinha sido o produto republicano, os monárquicos não hesitavam em afirmar que "as promessas de ontem foram-se com o tempo... Cada um cuida dos seus interesses e de satisfazer da melhor forma as suas ambições e apetites, sem já se lembrar um instante do que ainda ontem dissera, e prometera... Mudaram-se as denominações às ruas, abriu-se o pitoresco museu da revolução, *deu-se que comer aos que tinham fome*, fizeram-se os cursos livres, fez-se rebentar no ministério da Justiça uma tempestade de decretos e mais nada"<sup>(185)</sup>.

Em 7 de Maio de 1914, apareciam, na imprensa estudantil, pela primeira vez, referências claras a uma nova doutrina política monárquica – o Integralismo Lusitano. Embora sem lhe referir o nome, o jornal *Patria Nova*, logo na sua 1.ª página, com o título de "Monarquia organica, tradicionalista, anti-parlamentar", publicava a síntese das ideias fundamentais desta nova doutrina, ao mesmo tempo que, nas suas páginas interiores, fazia publicidade à revista *Nação Portuguesa*, órgão do Integralismo Lusitano, e cujo primeiro número havia sido dado à estampa, em 8 de Abril do mesmo ano<sup>(186)</sup>.

Diga-se, desde já, que, apesar de monárquicos, os paladinos desta nova doutrina nada tinham a ver com os monárquicos defensores do constitucionalismo. Aliás, eles próprios o diziam, no artigo "Aos Trabalhadores Portugueses – A Monarquia em face da organização sindicalista", subscrito por João do Amaral, que afirmava: "nós outros, monárquicos partidários da Realeza"<sup>(187)</sup>.

---

<sup>(182)</sup> - Comentando, em tom de ironia, a adesão que alguns estudantes monárquicos fizeram à República, o jornal *Patria Nova* referia: "...a academia monárquica, apesar de saber conjugar maravilhosamente os verbos mais difíceis da nossa língua, embirrou solenemente com um: o verbo *adern'*". (*Idem*, p. 1).

<sup>(183)</sup> - Cfr. *Patria Nova*, Anno III, n.º 57, p. 2.

<sup>(184)</sup> - "República Portuguesa é uma maneira ousada de apresentar ao mundo civilizado a demagogia lisboeta" (*Patria Nova*, Anno II, n.º 54, Coimbra, 8 de Dezembro de 1910, p.1).

<sup>(185)</sup> - *Patria Nova*, Anno III, n.º 57, p. 1.

<sup>(186)</sup> - Cfr. *Patria Nova*, Ano IV, n.º 60, Coimbra, 7 de Maio de 1914, pp. 1 e 3.

<sup>(187)</sup> - *Idem*, p. 2.

Estamos relativamente bem informados sobre o movimento do Integralismo Lusitano, não só pelos escritos que muitos dos seus fundadores nos deixaram<sup>(188)</sup>, mas também pelos estudos já realizados sobre o assunto<sup>(189)</sup>.

Os fundadores do movimento integralista foram, na sua maior parte, antigos estudantes de Coimbra. Muitos deles fizeram parte do grupo dos esotéricos e, caso curioso, com ideias políticas diferentes uns dos outros. Se alguns eram indiferentes, havia monárquicos confessos, como os havia também republicanos. Era o caso de Alberto Monsaraz, dirigente do Centro Monárquico Académico, e António Sardinha que militava nas hostes do Centro Republicano Académico<sup>(190)</sup>.

A expressão "Integralismo Lusitano" surgiu, pela primeira vez, em Maio de 1913, numa revista portuguesa publicada na Bélgica, *Alma Portuguesa*, redigida por rapazes portugueses exilados, entre os quais se contavam Luís de Almeida Braga, Domingos de Gusmão Araújo e Rolão Preto, os quais haviam participado nas incursões monárquicas de 1911 e 1912, sob o comando de Paiva Couceiro<sup>(191)</sup>.

---

(188) - A *Questão Ibérica*, Lisboa, 1916; Hipólito Raposo, *Dois nacionalismos. L'Action Française e o Integralismo Lusitano*, Lisboa, Livraria Ferin, 1929 e *Fólias do meu cadastro*, vol. I (1911-1925), Lisboa, MCMXLV; Alberto Monsaraz, *Cartilha Monárquica*, Lisboa, Tip. Soares & Guedes Ld.ª, 1919; Luís de Almeida Braga, *O culto da tradição (Conferência realizada na Associação Católica do Porto na noite de 26 de Março de 1916)*, Coimbra, F. França Amado, 1916 e *Sob o Pendão Real*, Porto, MCMXLII; António Sardinha, *Durante a Fogueira (Páginas da Guerra)*, Lisboa, 1927, *Na Feira dos Mitos (Ideias e Factos)*, Lisboa, 1929, *Processo de um Rei*, Porto, 1937 e *O Valor da Raça. Introdução a uma campanha nacional*, Lisboa, Almeida, Miranda & Sousa Editores, 1915; José Pequito Rebello, *Pela Dedução à Monarquia*, Lisboa, 1921; Rolão Preto, *A monarquia e a restauração da inteligência*, Lisboa, 1920.

(189) - Carlos Ferrão, *O Integralismo e a República (Autópsia de um mito)*, 3 vols., Lisboa, Inquérito, 1964-1965; Leão Ramos Ascensão, *O Integralismo Lusitano*, Porto, Edições Gama, MCMXLIII; Teófilo Duarte, *Sidónio Pais e o seu consulado*, Lisboa, 1941; Manuel Braga da Cruz, "O integralismo lusitano nas origens do salazarismo", *Análise Social*, terceira série, vol. XVIII, 1982-1.º, pp. 137-82; Raul Proença, *Acerca do Integralismo Lusitano*, Prefácio de Manuel Mendes, Lisboa, Seara Nova, 1964; António José de Brito, *Reflexões acerca do Integralismo Lusitano*, Lisboa, Editorial Verbo, 1965; A. Jacinto Ferreira, *Integralismo Lusitano uma doutrina política de ideias novas*, Lisboa, Edições Cultura Monárquica, 1991.

(190) - António Sardinha abandonou em 1912 as suas ideias republicanas, conforme revela em carta de 30 de Dezembro desse mesmo ano a Luís de Almeida Braga (Cfr. Leão Ramos Ascensão, *ob. cit.*, pp. 25-27).

(191) - Segundo Hipólito Raposo, o sentido da expressão "Integralismo Lusitano" era, aqui, puramente literário e "a revista destinava-se a combater a tendência racionalista e anti-

Porém, só em 1914, com a publicação da revista *Nação Portuguesa*, se criou o movimento do Integralismo Lusitano, o qual, no dizer de Ramos Ascensão, "foi um movimento de combate à República e à Monarquia constitucional e em prol da Monarquia orgânica, tradicionalista e anti-parlamentar"<sup>(192)</sup>.

No que à Academia de Coimbra diz respeito, alguns anos antes de 1914, já estas ideias contra-revolucionárias se faziam sentir no seu seio. Quem o refere é Luís de Magalhães, ao escrever: "Já nos últimos tempos da Monarquia, sob a influência da reacção realista francesa, de que Charles Maurras é o sistematizador e definidor doutrinário, as gerações académicas portuguesas, rumando para a extrema direita, iniciaram e desenvolveram um obstinado ataque à fórmula monárquica que, desde 1834, na hora do decisivo triunfo militar da causa liberal, regea sem interrupção o país"<sup>(193)</sup>.

Estas ideias teriam ganho um certo fôlego passado pouco tempo da implantação da República, uma vez que, em 1911, eram divulgadas, em Coimbra, por Hipólito Raposo, que tinha entrado em contacto com elas na capital francesa. Referindo-se à sua ida a Paris, em Abril de 1911, numa viagem do Orfeão, este fundador do Integralismo conta-nos que teve contactos com estudantes parisienses que, julgando-o republicano, procuraram dissuadi-lo das ideias democráticas e incutir-lhe as ideias contra-revolucionárias. Regressado que foi a Coimbra, recorda-nos Hipólito Raposo, "aos outros amigos dei conta, nas tardes dos Arcos do Jardim, do entusiasmo com que eram aceites pela mocidade do *Quartier Latin* as ideias contra-revolucionárias"<sup>(194)</sup>.

Também José Pequito Rebelo, outro dos fundadores do Integralismo, conheceu, em Paris, o movimento contra-revolucionário da *Action Française*. Segundo nos informa Hipólito Raposo, Pequito Rebelo teria decidido sair de Portugal, para não mais regressar. Porém, em Paris, "assombrado com a revelação que para ele foi esta nova escola política..., decide-se logo a regressar

---

nacional de uma publicação do Porto, intitulada *Águia* em que se reunia a flor dos talentos republicanos da época" (*Dois nacionalismos...* p. 37).

<sup>(192)</sup> - *Ob. cit.*, p. 109.

<sup>(193)</sup> - Luiz de Magalhães, *Tradicionalismo e Constitucionalismo. Estudos de História e Política Nacional*, Porto, Livraria Chardron, 1927, p. 3.

<sup>(194)</sup> - *Dois nacionalismos...*, p. 31.

a Portugal... Escreve a António Sardinha... convidando-o a meditar no erro do seu pensamento político, porque ainda o supunha republicano"<sup>(195)</sup>.

Exilado em França, também Amadeu de Vasconcelos (Mariote), antigo aluno republicano da Universidade de Coimbra e, agora, adepto fervoroso de Maurras, começava a publicar, em Paris, em Agosto de 1913, *Os Meus Cadernos*, onde, no n.º 14 (Janeiro de 1915), segundo informação de Carlos Ferrão, lançava as bases para a constituição de uma Liga de Acção Nacional, com o fim de organizar, no país, "um núcleo de portugueses decididos a propagar as doutrinas de Maurras e seguir a orientação preconizada nas campanhas jornalísticas da *Action Française*"<sup>(196)</sup>.

Também João do Amaral, republicano convertido à monarquia, publicava, em Fevereiro de 1914, o panfleto *Aqui d'El-Rei*, "onde, pela primeira vez, se sistematizou a doutrina do Integralismo Lusitano"<sup>(197)</sup>.

Foi, certamente, todo este clima de efervescência ideológica aliado à desilusão que, para muitos, a República estava a ser, que teriam contribuído para uma certa receptividade desta doutrina.

Embora o ambiente cultural vivido em Coimbra fosse, sobretudo depois do aparecimento da revista *Nação Portuguesa*, relativamente propício à difusão de ideias conservadoras<sup>(198)</sup>, pensamos que as tendências integralistas estiveram longe de constituir um movimento de larga dimensão, apesar de se reconhecer que na Academia havia um forte sentimento monárquico. A avaliar pelo jornal *Patria Nova*, o movimento integralista no seio da Academia foi, essencialmente, um movimento reprodutor do que se ia passando a nível nacional. Um movimento ideológico, de índole cultural e de doutrinação política. Daí que se tenha afirmado mais como um movimento de elites do que propriamente de massas. É precisamente esta ideia que parece ressaltar de uma entrevista que um dos seus dirigentes, Luís Vieira de Castro, concedeu a *Patria Nova*, ao dizer: "Em volta da nossa bandeira, consegui

(195) - *Idem*, pp. 38-39.

(196) - *O Integralismo e a República...*, vol. 1.º, p. 66.

(197) - Leão Ramos Ascensão, *ob. cit.*, p. 29.

(198) - Pela leitura do jornal *Patria Nova* ficamos a saber que os autores mais lidos pela Academia eram: Marquês de Penalva, José Agostinho de Macedo, José Acúrsio das Neves, Faustino da Madre de Deus, Gama e Castro, Paul Bourget, Barrés e Maurras. Referindo-se a este último, António Pinheiro Torres disse: "É raro o rapaz que não tenha o seu Maurras anotado" (*Patria Nova*, Ano IV (I), n.º 4, Coimbra, 19 de Janeiro de 1917, p. 2).

juntar, com o auxílio dum notável grupo de rapazes, todos os elementos que, neste meio, por qualquer título se impõem... São algumas dezenas de rapazes, todos com pleno conhecimento das verdades monárquicas..."<sup>(199)</sup>.

No mesmo sentido se pronunciava um simpatizante do integralismo, António Pinheiro Torres, em entrevista concedida ao mesmo jornal. Questionado sobre se eram muitos ou poucos os integralistas, afirmava: "Não. É certo que são em pequeno número mas ninguém lhes pode contestar o mérito que incontestavelmente têm"<sup>(200)</sup>.

Se este sentimento de elite lhes vinha de uma certa superioridade cultural, como parecem querer dizer as afirmações transcritas, ele poderá estar também radicado na origem sociológica dos seus autores, uma vez que alguns estavam unidos a elementos da nobreza (Alberto de Monsaraz), enquanto outros (Pequito Rebelo, Hipólito Raposo e António Sardinha) a famílias de grandes latifundiários. Aliás, segundo Carlos Ferrão, eram o Conde de Monsaraz e Pequito Rebelo que financiavam as publicações integralistas<sup>(201)</sup>.

À semelhança do que acontecia com os Centros Académicos Republicano e Monárquico, sabemos muito pouco sobre a organização do movimento integralista estudantil. Desde Maio de 1914 até princípios de 1917, o integralismo estudantil viveu, fundamentalmente, à volta do jornal *Patria Nova*. Só depois de criada a Junta Central do Integralismo, em Abril de 1916, nos aparece a primeira notícia, em Janeiro de 1917, para a constituição de um Núcleo Académico Integralista<sup>(202)</sup>. Com um corpo de dirigentes, só em Fevereiro deste mesmo ano é que nos aparece constituída, no seio da Academia, uma Junta Escolar<sup>(203)</sup>. Esta mesma estrutura mantinha-se ainda em 1919<sup>(204)</sup>.

---

(199) - *Patria Nova*, Ano IV (I), n.º 14, Coimbra, 9 de Abril de 1917, p. 1.

(200) - *Patria Nova*, Ano IV, n.º 4, p. 2.

(201) - *Ob. cit.*, vol. 1.º, p. 37.

(202) - "Está eminente a organização, em Coimbra, dum Núcleo Académico Integralista" (*Patria Nova*, Ano IV (I), n.º 4, Coimbra, 19 de Janeiro de 1917, p. 2).

(203) - Constituíam a Junta Escolar de Coimbra os seguintes elementos: Presidente - Luís Vieira de Castro; Secretário - Henrique de Meneses Parreira; Vogais - Acácio Mendes Laranjeira, Bento Serafim Coelho da Rocha, Fernando Caetano Pereira, Joaquim de Almeida Braga e Luís de Lemos Mendes de Oliveira (*Patria Nova*, Ano IV (I), n.º 8, Coimbra, 16 de Fevereiro de 1917, p. 1).

(204) - No ano lectivo de 1919-20, a Junta Escolar do Integralismo era composta por:

Da leitura do jornal *Patria Nova* fica-nos a ideia de que o integralismo estudantil, ao recusar afirmar-se como um partido político<sup>(205)</sup> e, ao identificar-se com uma nova ideologia cultural e política, trazia no ventre, não só uma perspectiva de reorganização da família monárquica académica, mas sobretudo a sua renovação mental. É esta a leitura que se poderá extrair do jornal *Patria Nova*, quando escrevia: "Há que fundir, numa só vontade, vontades dispersas. É preciso reunir todos os elementos que possam bem servir a ideia, em torno da nossa bandeira, que não será um instrumento para fazer revoluções, mas um sinal de ordem, de disciplina e de firme unidade"<sup>(206)</sup>. Daí o sentido doutrinário e catequético com que este jornal se apresentava. Esta atitude é perfeitamente compreensível, se nos lembrarmos de que, com o triunfo da República, as hostes monárquicas ficaram bastante enfraquecidas, não só pela transferência que muitos estudantes empreenderam para o campo republicano<sup>(207)</sup>, mas também pela falta de iniciativa e capacidade que os dirigentes monárquicos estudantis vinham demonstrando<sup>(208)</sup>. Daí a necessidade de uma nova força que fosse capaz, para além de os reunir, de os fazer reviver e lutar. Mas, porque a ideologia monárquico-constitucional já havia dado provas, ao longo de vários anos, de não ser capaz de resolver os problemas de Portugal e dos

---

João Cabral do Nascimento - Presidente; Henrique de Menezes Parreira, Ernesto Gonçalves, Luís de Sousa e Vasconcelos, Joaquim de Brito Dias, Vitorino José da Cunha Santos e Joaquim de Almeida Braga - vogais (*Ressurreição*, n.º 1, Coimbra 30 de Outubro de 1919, p. 6).

<sup>(205)</sup> - A este propósito, João do Amaral escrevia: "Cumpro-me fazer-lhes saber que não sendo o *Integralismo Lusitano* um partido político mas sim uma aspiração que brevemente poderemos chamar nacional" (*Patria Nova*, Ano IV (I), n.º 8, Coimbra, 16 de Fevereiro de 1917, p. 1). Opinião contrária à dos seus autores tem Carlos Ferrão no estudo que desenvolveu sobre a matéria. Filiando o *Integralismo Lusitano* nas ideias de Maurras e da *Action Française*, vê na prática política que os integralistas desenvolveram certos intuítos e afinidades de sentido partidário (Cfr. *Ob. cit.*, ao longo de várias páginas).

<sup>(206)</sup> - *Patria Nova*, Ano IV (I), n.º 2, Coimbra, 4 de Janeiro de 1917, p. 1.

<sup>(207)</sup> - Cfr., neste capítulo, a nota 182. Referindo-se a geração deste tempo, Pacheco de Amorim não deixou de anotar que: "A república *facto* veio, com a sua brutal realidade, desiludir os mais honestos e abrir os olhos aos menos broncos. Mas também não é menos verdade que muito maroto se evadiu (nem todos, infelizmente) das fileiras monárquicas para ir comer a cevada à mangedoura republicana" (Diogo Pacheco d'Amorim. *A Nova Geração...*, p. 58).

<sup>(208)</sup> - Como exemplo podemos apontar o facto de O Centro Monárquico Académico estar encerrado desde o dia 1 de Fevereiro de 1911 até ao dia 9 de Maio de 1915.



portugueses, os novos coriféus, afirmando-se nacionalistas e tradicionalistas, procuravam num outro espaço histórico, que não o do constitucionalismo liberal, a legitimação das suas propostas doutrinárias. Como nacionalistas que eram, desejavam um retorno da nação ao seu período de grandeza, o qual, na sua perspectiva, não era a época dos descobrimentos, porque estes não preservaram "a Raça portuguesa do perigo negro"<sup>(209)</sup>, mas na Idade Média, altura em que Portugal se havia afirmado como nação e estado independente. Entendendo que este período da história era uma "época de fecunda organização jurídica e social"<sup>(210)</sup>, daí a defesa que faziam das instituições desta época e que consubstanciavam na expressão lapidar de "Monarquia orgânica, tradicionalista, anti-parlamentar".

Em termos políticos, defendia-se um governo descentralizado, apoiado na autonomia dos concelhos e corporações, mas cuja cúpula era comandada por um rei forte, poderoso e sabedor, porque conhecedor dos interesses nacionais<sup>(211)</sup>. Defensores da descentralização, invocavam a memória autonómica dos municípios e a diferenciação regional como sendo os melhores meios de "restaurar a tradição, costumes e festas, de forma que o sino do concelho possa chamar para a defesa das regalias esquecidas os descendentes daqueles que iam às Cortes expôr ao Rei as necessidades do povo"<sup>(212)</sup>.

Defensores de uma monarquia representativa e hereditária faziam questão em não se confundirem com absolutistas e legitimistas. Para marcar a diferença, João do Amaral escrevia: "Não somos absolutistas exactamente porque defendemos aquela Monarquia representativa, respeitadora de todas as liberdades, que o absolutismo estrangulou... De resto, se combatemos as lutas partidárias, do mesmo modo condenamos as questões dinásticas... Não se trata de escolher um Rei; isso seria contrário a todos os nossos princípios, como partidários que somos duma monarquia hereditária"<sup>(213)</sup>.

---

<sup>(209)</sup> - *Patria Nova*, Ano IV, n.º 60, Coimbra, 7 de Maio de 1914, p. 1.

<sup>(210)</sup> - *Patria Nova*, Ano IV, n.º 71, Coimbra, 13 de Agosto de 1914, p. 1.

<sup>(211)</sup> - Esse rei foi, até 1919, D. Manuel II. Reconhecendo-se D. Manuel II um monarca constitucional, a Junta Central do Integralismo rompeu com ele, passando a reconhecer como herdeiro legítimo do trono de Portugal, o Príncipe D. Duarte Nuno de Bragança, através de Dona Maria Aldegundes de Bragança (Cfr. Leão Ramos Ascensão, *ob. cit.*, pp. 67-72).

<sup>(212)</sup> - *Patria Nova*, Ano IV (I), n.º 10, Coimbra, 12 de Março de 1917, p. 3.

<sup>(213)</sup> - *Patria Nova*, Ano IV, n.º 65, Coimbra, 29 de Junho de 1914, p. 1.

Adeptos de uma sociedade orgânica, os integralistas viam nas organizações profissionais, à semelhança do que havia acontecido com as corporações na Idade Média, a melhor via para conciliar os interesses dos trabalhadores e dos proprietários e, portanto de resolver a questão social. Politicamente, só a monarquia representativa poderia tornar possível uma aliança entre o capital e o trabalho, na medida em que a "Assembleia Provincial, a par dos representantes dos municípios, nós queremos os representantes dos sindicatos; e junto do Rei, a par dos representantes do Capital, desejamos os representantes do Trabalho"<sup>(214)</sup>.

A base de toda a sociedade assentava na família e na doutrina da igreja católica. Ao defenderem estas temáticas era notória a aproximação que os estudantes integralistas procuravam em relação às hostes católicas, nomeadamente ao CADC, ao afirmarem: "Os moços de hoje ajoelham-se diante da cruz de Cristo e afirmam altivamente, de pé, as suas convicções monárquicas. Nós os de hoje, queremos Deus restabelecido nos seus altares e um Rei no trono vazio"<sup>(215)</sup>.

Dizendo-se, acima de monárquicos, nacionalistas e tradicionalistas, os integralistas viam no liberalismo e na República os seus maiores inimigos. Daí a contestação que, logo à partida, fizeram à monarquia constitucional e ao regime republicano. Não admira, por isso, que as acções de um D. Pedro, do Duque da Terceira e de Mouzinho da Silveira, por exemplo, tivessem sido fortemente criticadas<sup>(216)</sup>.

De uma maneira geral, o ódio à República era materializado, não só na negação que faziam dos princípios republicanos, nomeadamente da soberania nacional e do sufrágio, nos ataques aos políticos e aos partidos, mas também ao próprio estado republicano que acusavam de corrupção. Utilizando uma linguagem bastante violenta, na pena dos estudantes integralistas, a República era definida como sendo uma "democracia barata

<sup>(214)</sup> - *Patria Nova*, Ano IV, n.º 60, p. 3.

<sup>(215)</sup> - *Patria Nova*, Ano IV (I), n.º 9, Coimbra, 5 de Março de 1917, p. 1. Referindo-se a esta aproximação, Pacheco de Amorim escrevia: "Ao lado das juventudes católicas começam a organizar-se as juventudes integralistas, cujas ideias e sentimentos coincidem quase com os das primeiras, divergindo apenas em pontos que amanhã poderão ser fundamentais, mas que hoje, em presença do inimigo comum, são secundaríssimos" (*Ob. cit.*, pp. 31-32).

<sup>(216)</sup> - Cfr. *Patria Nova*, Ano IV, n.º 69, Coimbra, 29 de Julho de 1914, p. 1.

e reles, anarquizada e sectária, apologista e glorificadora de regicídios"<sup>(217)</sup>, enquanto a Afonso Costa, por exemplo, o apelidavam de "chefe da *Camorra* portuguesa"<sup>(218)</sup>.

Afirmando-se como um movimento de ideias e apostando numa renovação mental, o projecto do integralismo ultrapassava uma simples proposta de restauração monárquica. De acordo com as raízes que invocavam e tendo em conta as ideias e os princípios que defendiam, o projecto integralista visava, em última instância, fazer a superação do estado liberal. Daí a demarcação que, a nível nacional, fizeram em relação à Causa Monárquica, com a criação da Junta Central. O mesmo se passou no seio da Academia de Coimbra com a criação de uma Junta Escolar Integralista, quando, na verdade, existia um Centro Monárquico Académico. Embora este Centro fosse dominado, em Maio de 1915, data da sua reabertura, por uma facção de estudantes integralistas<sup>(219)</sup>, o facto de estes virem a constituir, em Fevereiro de 1917, uma Junta Escolar Integralista, separando-se assim do Centro Monárquico, poderá querer significar que, no seio da Academia monárquica, reinavam profundas dissidências. Estas eram inevitáveis, uma vez que sendo a maioria dos estudantes filhos de pequenos e médios proprietários e das profissões liberais, os seus interesses estavam muito longe de se identificarem com aqueles que o integralismo defendia. Aliás, os próprios autores do integralismo o reconheciam. Citado por Braga da Cruz, António Sardinha não deixava de dizer: "O que nos mata principalmente é... a falta de um grupo ou classe social em que se apoie qualquer tentativa séria de "reaportuguezar Portugal"<sup>(220)</sup>.

Além do mais, no seio da Academia havia um grupo com o qual era preciso contar. Eram os estudantes católicos que, embora concordassem com

---

<sup>(217)</sup> - *Patria Nova*, Ano IV, n.º 71, Coimbra, 13 de Agosto de 1914, p. 1.

<sup>(218)</sup> - *Patria Nova*, Ano IV, n.º 69, p. 2.

<sup>(219)</sup> - Na cerimónia de reabertura ao Centro Monárquico Académico, uma das personagens que esteve presente foi António Cabral. Regressado que foi a Lisboa, passados poucos dias deste acontecimento, recebia o mesmo uma carta do Centro Monárquico de Coimbra a agradecer-lhe a colaboração prestada. Esta carta era assinada por: Alberto Monsaraz, João do Amaral e Luís de Almeida Braga, todos integralistas (Cfr. António Cabral, *As minhas memórias políticas. Em plena República*, Lisboa, 1932, pp. 265-66).

<sup>(220)</sup> - Apud Manuel Braga da Cruz, "O integralismo lusitano nas origens do Salazarismo", *Análise Social*, terceira série, vol. XVIII, 1982-1.º, p. 152.

alguns pontos de vista dos integralistas, estavam longe, por questões de princípio e de doutrina, em se identificarem. Daí que Pacheco de Amorim tivesse dito: "Aos nacionalistas caberá a defesa dos interesses vitais das nacionalidades; aos católicos, a salvaguarda dos direitos imprescritíveis da Humanidade"<sup>(221)</sup>.

### 3. O MOVIMENTO CATÓLICO: O IMPARCIAL E A REVISTA ESTUDOS

Desde o seu nascimento, em 1901, o CADC afirmou-se, não só como uma instituição de combate ao avanço da ideologia anticlerical, mas também como um bastião em defesa da democracia cristã.

Com o triunfo do regime republicano, em 5 de Outubro de 1910, dava-se início a uma vasta campanha anti-religiosa, cujo objectivo "era o de uma radical laicização das consciências e de uma secularização da sociedade, permitindo, assim, libertá-la [à República] da tradicional influência da Igreja católica"<sup>(222)</sup>.

Esta campanha anticlerical verificou-se, não só a nível legislativo, através de uma série de medidas decretadas pelo então ministro da Justiça, Afonso Costa, mas também por um conjunto de perseguições e acções de rua levadas a cabo pelos próprios partidários do novo regime<sup>(223)</sup>. Neste sentido, uma das maiores vítimas foi o movimento social católico e suas organizações, de que é exemplo, em Coimbra, o assalto e a consequente destruição da sede do CADC, em Fevereiro de 1911. Daí que Braga da Cruz nos diga "que a Revolução mais parecia feita contra a Igreja Católica do que contra a Monarquia"<sup>(224)</sup>.

Contudo, diga-se, desde já, que as primeiras medidas laicizadoras do Governo Provisório não provocaram, de imediato, uma reacção de hostilidade por parte da Igreja Católica contra o novo regime. Bastante

<sup>(221)</sup> - *Ob. cit.*, p. 161.

<sup>(222)</sup> - Vitor Neto, "A Questão Religiosa na 1.ª República. A posição dos padres pensionistas", *Revista de História das Ideias*, vol. 9, Universidade de Coimbra, 1987, p. 675.

<sup>(223)</sup> - Cfr. Manuel Braga da Cruz, *As origens da democracia cristã e o salazarismo...*, pp. 242-45.

<sup>(224)</sup> - *Idem*, p. 243.

cautelosa e previdente, a Igreja preferiu optar, de início, por uma atitude de expectativa e de prudência. Clérigos houve que, inicialmente, manifestaram os seus sentimentos de simpatia pela República<sup>(225)</sup>.

Porém, o desenvolvimento do processo anti-religioso levou os bispos a publicarem, em Fevereiro de 1911, mas sem o consentimento das autoridades civis, uma pastoral colectiva que, embora crítica em relação às medidas que nesta matéria vinham sendo tomadas, era ainda, de algum modo, comedida. Segundo Braga da Cruz, esta moderação explica-se pelo facto de se tentar evitar, "ou amenizar, a já anunciada lei de separação, para a qual as opiniões oscilavam em apontar como figurino os casos brasileiros e francês"<sup>(226)</sup>.

Invocando a falta de "beneplácito", Afonso Costa, não só veio a proibir a sua leitura nas igrejas, como destituiu alguns bispos, nomeadamente o do Porto, D. António Barroso, por desobediência<sup>(227)</sup>.

Entretanto, com a data de 20 de Abril de 1911, o governo fazia publicar a Lei de Separação do Estado das Igrejas<sup>(228)</sup>. Com a promulgação deste diploma, o governo português estava a rejeitar, não só o catolicismo como religião oficial do Estado, mas também a colocar a Igreja Católica no mesmo

---

<sup>(225)</sup> - Entre o alto-clero contam-se o arcebispo de Évora, D. Augusto Eduardo Nunes, e o bispo do Algarve, António Barbosa Leão, os quais dirigiram cartas a Bernardino Machado e Afonso Costa, respectivamente. Enquanto o primeiro permitia o hastear da bandeira verde e vermelha no Paço Episcopal, o segundo dizia-se disposto a "respeitar os poderes constituídos". Sabemos também que, entre o baixo-clero, o pároco de Avis, José da Silva Nunes, em carta dirigida a Afonso Costa, saudava também o novo regime. (Cfr. Vitor Neto, "A Questão Religiosa na I.ª República. A posição dos padres pensionistas", *ob. cit.*, pp. 676-77).

<sup>(226)</sup> - *Ob. cit.*, p. 247. A existência de dois modelos contribuiu para que entre os portugueses não houvesse unanimidade na matéria. Assim, enquanto Eduardo de Abreu, cuja proposta nem sequer teria sido discutida no Parlamento, defendia o modelo do país irmão, porque mais tolerante, uma vez que renunciava, entre outras coisas, ao beneplácito e à expropriação dos bens das igrejas, para além de estabelecer a liberdade de associação religiosa e de o Estado financiar as actividades eclesiásticas, já Afonso Costa perfilhava o modelo francês que era mais extremista e radical (Cfr. Vitor Neto, *ob. cit.*, pp. 682 e 685-86). Sobre este assunto vejam-se ainda: Eduardo Abreu, *Separação das Igrejas do Estado*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1911 e J. A. Moreira d'Almeida, *A Separação do Estado e das Igrejas*, Lisboa, Tipografia Editora José Bastos, 1911.

<sup>(227)</sup> - Cfr. Manuel Braga da Cruz, *ob. cit.*, p. 241.

<sup>(228)</sup> - *Diário do Governo*, n.º 92, de 21 de Abril de 1911.

pé de igualdade com as outras, dando assim corpo e alma ao seu projecto de secularização e laicização da sociedade portuguesa.

Porém, as reacções do episcopado e do Vaticano não se fizeram esperar. Enquanto os bispos portugueses denunciavam, através de um "Protesto Colectivo", os malefícios da nova lei, que classificavam de injusta e opressora<sup>(229)</sup>, o Papa Pio X condenava-a na encíclica *Jandudum in Lusitania*.

Uma vez que já havia católicos, sobretudo democratas - cristãos, que defendiam um novo tipo de relacionamento da Igreja com o Estado e, por conseguinte, aceitavam um "regime de separação razoavelmente estabelecido"<sup>(230)</sup>, segundo Braga da Cruz, o que na verdade estava em causa nesta Lei de Separação era "a visada expropriação dos bens móveis e imóveis da Igreja...; o desrespeito da autonomia eclesiástica em assuntos religiosos, e da hierarquia e liberdade religiosa, com a criação das *associações culturais*, com a ingerência do poder civil na vida dos seminários, com a proibição do uso dos hábitos talaes fora dos lugares de culto e com a proibição de outras manifestações públicas de culto ou de fé...; a afronta dos sentimentos morais católicos com a atribuição de pensões às viúvas e filhos legítimos ou ilegítimos dos padres...; a reposição do beneplácito...; a proibição de fundação de associações religiosas"<sup>(231)</sup>.

Se, face à nova lei, alguns elementos do baixo-clero não hesitaram, certamente por motivos económicos, em aceitar as pensões que o governo republicano lhes oferecia<sup>(232)</sup>, já o alto-clero e a esmagadora maioria dos párocos, possivelmente mais por motivos de formação, se mantiveram fiéis às directivas emanadas superiormente, pelo que resistiam, conforme lhes era possível, à aplicação do decreto.

Inicialmente, também muitos católicos não viram com maus olhos a proclamação da República. Porém, o desenrolar dos acontecimentos, as perseguições encetadas e a posição assumida pelos bispos levaram-nos a

<sup>(229)</sup> - Cfr. Joaquim Maria Lourenço, *Situação jurídica da Igreja em Portugal*. Coimbra, Coimbra Editora, s.d., pp. 171-77.

<sup>(230)</sup> - M. I. Abúndio da Silva, *Cartas a um abade. Sobre alguns aspectos da questão político-religiosa em Portugal*, Braga, Cruz & C.ª, 1913, p. 158.

<sup>(231)</sup> - *Ob. cit.*, p. 249.

<sup>(232)</sup> - Vítor Neto fornece-nos uma lista de 766 padres que requereram a referida pensão, entre 1911-12 (Cfr. Vítor Neto, *ob. cit.*, pp. 704-731).

afastarem-se progressivamente, o que fez com que o republicanismo visse diminuída a sua base social de apoio<sup>(233)</sup>.

Sentindo-se vexados e prejudicados nos seus direitos, clérigos e leigos católicos vieram a desenvolver um movimento, não só de combate em prol dos direitos e liberdades religiosas, mas também de luta contra o regime. Mas, porque o Movimento Social Católico estava profundamente abalado, foi dos sectores mais jovens que partiu o grito de revolta e a liderança do movimento católico.

À Academia de Coimbra cabe, neste processo, um lugar muito especial. Foram os estudantes ligados ao CADC, onde, de entre outros, se contavam Francisco Veloso, Gonçalves Cerejeira e Carneiro de Mesquita, aos quais se vieram juntar António de Oliveira Salazar, Diogo Pacheco de Amorim e Joaquim Dinis da Fonseca que, a partir de Fevereiro de 1912, através do jornal *Imparcial*<sup>(234)</sup>, lideraram essa luta que, de modo algum se confinou a Coimbra, mas irradiou para todo o país. Não admira, por isso, que um leitor católico de Braga, escrevendo para este jornal, tivesse chamado a esta plêiade de rapazes uma "verdadeira ala santa de caracteres impolutos"<sup>(235)</sup>.

---

(233) - Manuel Braga da Cruz, *ob. cit.*, p. 243.

(234) - O jornal *Imparcial* veio substituir a revista *Estudos Sociais* que havia terminado a sua publicação, em Março de 1911. Segundo nos informa Braga da Cruz, Francisco Veloso, Gonçalves Cerejeira e Carneiro de Mesquita ainda pensaram, inicialmente, fazer renascer aquela revista (Cfr. *ob. cit.*, p. 252). Tal, porém, não se verificou. Quanto a nós, as razões explicativas para este facto podem encontrar-se em duas ordens de factores: por um lado, a conjuntura política e religiosa criada pela República aconselharia a que uma nova publicação se apresentasse com características diferentes das que se verificavam nos *Estudos Sociais*; pelo outro, não se desconhecendo que o movimento católico estava mal organizado e que, para responder às afrontas da República era preciso agir com rapidez, a publicação de um jornal, dadas as suas próprias características, oferecia vantagens sobre uma revista. Para além de responder mais objectivamente aos ataques que lhes eram movidos, porque em cima dos acontecimentos, o jornal podia, mais facilmente, ajudar a alargar a zona de influência, o que, em termos práticos, significaria retirar apoios aos republicanos. Sobre o *Imparcial* vejam-se: Manuel Gonçalves Cerejeira, *Vinte Anos de Coimbra...*, pp. 203 e ss e M. d'Almeida Trindade, *O Padre Luís Lopes de Melo...*, pp. 94-95.

(235) - *Imparcial*, Anno 1.º, n.º 36, Coimbra, 24 de Outubro de 1912, p. 3. Referindo-se à Academia católica de Braga, sobre a qual o CADC exercia uma certa influência, o *Imparcial* não hesitava também em a classificar de "ala dos namorados do exército católico português" (*Imparcial*, Anno 1.º, n.º 49, Coimbra, 23 de Janeiro de 1913, p. 1).

Orgão do CADC, o jornal *Imparcial* nasceu, não só como uma tentativa de resposta às novas condições políticas e religiosas criadas pela República, mas também com o propósito de acabar com a apatia que reinava entre os católicos, chamando-os à unidade, procurando, assim, dar nova vida ao movimento católico. Referindo-se ao papel que nesta matéria cabia ao CADC, Francisco Veloso afirmava: "Tem uma grande missão a cumprir no meio de Coimbra e no país. Com a graça de Deus, ele declara resoluto que a há-de executar, embora seja necessário esventrar o côma da apatia pública, embora a onda lodacenta do radicalismo fanático referva de imprecações contra ele, e de novo venha arrojar-se contra as escarpas da integridade da sua consciência"<sup>(236)</sup>. Lutando contra o modelo de sociedade proposto pelos republicanos e batendo-se pela defesa dos interesses católicos, o jornal *Imparcial* afirmava-se, no dizer de Braga da Cruz, "um jornal polémico e de combate"<sup>(237)</sup>.

Feito por estudantes católicos, o *Imparcial* dizia-se, essencialmente, um defensor da Igreja e da religião. Nesta perspectiva apresentava-se como "um jornal Académico, feito por Académicos de todas as províncias do país e defende a religião católica que é a religião da nossa cara Pátria"<sup>(238)</sup>.

Politicamente, apesar de serem sobejamente conhecidas as ideias de muitos dos seus colaboradores, as quais se aproximavam muito das dos monárquicos e integralistas<sup>(239)</sup>, de uma maneira geral, o *Imparcial*, certamente por razões de carácter tático, procurou manter-se numa posição apartidária em relação às forças políticas. Daí que, logo no seu primeiro número, a sua redacção afirmasse que estava "acima das facções partidárias"<sup>(240)</sup>. Embora por outras palavras, este refrão ia sendo repetido ao longo de vários números<sup>(241)</sup>.

Reconhecendo que os católicos não são incompatíveis com a República, mas esta é que o era com ela própria e com os católicos<sup>(242)</sup>, os estudantes

<sup>(236)</sup> - *Imparcial*, Anno I.º, n.º 39, Coimbra, 14 de Novembro de 1912, p. 1.

<sup>(237)</sup> - *Ob. cit.*, p. 252.

<sup>(238)</sup> - *Imparcial*, Ano III, n.º 117, Coimbra, 12 de Junho de 1914, p. 1.

<sup>(239)</sup> - Salazar, por exemplo, era classificado pelos integralistas de "nosso querido amigo" (António José Telo, *Decadência e queda da I República Portuguesa*, vol. 1.º, p. 57).

<sup>(240)</sup> - *Imparcial*, Anno I.º, n.º 1, Coimbra, 22 de Fevereiro de 1912, p. 1.

<sup>(241)</sup> - "Renovando a luta não apendoamos, como sempre, preferências políticas" (*Imparcial*, n.º 39, p. 1).

<sup>(242)</sup> - "Digamo-lo pois bem alto: nós não fomos nem somos incompatíveis... a república



católicos secundarizaram sempre, de maneira bastante habilidosa, a questão do regime. Neste ponto havia um nítido desencontro com as posições monárquicas e integralista, para quem esta questão era de importância primordial. Daí que os católicos fizessem questão em se demarcarem das intenções revolucionárias dos monárquicos. A este propósito escreviam: "...é triste e desconsolador escutar os queixumes desses infelizes monarquistas, porque eles são a prova de que em Portugal continua ainda imperando esse maldito espírito reaccionário, que impele monárquicos e republicanos... a baterem-se por uma mísera questão de regime"<sup>(243)</sup>,

Mas, se os católicos não tinham nada contra a República nem contra a democracia, pois esta, em seu entender, até era "a filha dilecta da Igreja"<sup>(244)</sup>, o mesmo já não diziam dos seus homens e das suas leis. Profundamente influenciados pelas ideias conservadoras, que elogiavam<sup>(245)</sup>, os estudantes católicos não deixavam de identificar os políticos da República com "os antigos censuradores dos alborques monárquicos"<sup>(246)</sup> e de criticar figuras como Afonso Costa, Bernardino Machado e António José de Almeida. Numa alusão clara às medidas anticlericais do primeiro, em "Aguilhadas", versejava-se com alguma ironia:

"Chegou, chegou, chegou  
O Marquês de Pombal  
Chegou, chegou, chegou  
De novo a Portugal"<sup>(247)</sup>.

---

portuguesa é que foi incompatível connosco, não duvidando para isso sê-lo também com os mais puros princípios republicanos" (*Imparcial*, Anno 1.º, n.º 3, Coimbra, 7 de Março de 1912, p. 1).

<sup>(243)</sup> - *Imparcial*, Anno 1.º, n.º 25, Coimbra, 8 de Agosto de 1912, p. 1.

<sup>(244)</sup> - *Imparcial*, 1.º Anno, n.º 13, Coimbra, 16 de Maio de 1912, p. 1.

<sup>(245)</sup> - Um dos países onde mais campeavam as ideias conservadoras era na Bélgica. Referindo-se-lhe, para a comparar com Portugal, mas usando um certo sentido de humor, Rodrigues Pepino escrevia: "...por muito habituado que estivesse a considerar a Bélgica como um país dos mais prósperos do mundo, fiquei abananado e sem coragem para apreciar, escrevendo, a diferença que vai desta nação, tão retrógrada que nem sequer ainda é república, à nossa, tão avançada, que até já nem é reino" (*Imparcial*, Anno 1.º, n.º 37, Coimbra, 31 de Outubro de 1912, p. 3).

<sup>(246)</sup> - *Imparcial*, 1.º Anno, n.º 5, Coimbra, 21 de Março de 1912, p. 1.

<sup>(247)</sup> - *Idem*, p. 1.

No que às leis da República diz respeito, aquela que o *Imparcial* mais criticava e combatia era a Lei de Separação que classificavam de "dinâmica", na medida em que a ela estava ligado um sentimento de destruição. Referindo-se-lhe, Luís Teixeira Neves não deixava de observar que augurava "um triste porvir ao regime que assentasse em semelhantes bases"<sup>(248)</sup>.

Sendo Portugal um país onde a grande maioria da população era católica, o que mais os chocava era sentirem-se estranhos na sua terra, porque a lei promulgada roubava-lhes os seus direitos e liberdades religiosas. Invocando o respeito pela fé dos antepassados, os estudantes católicos recordavam que "deitar abaixo a tradição de um povo, é esmagá-lo de encontro ao vácuo, é arrancar-lhe a alma, sem a qual não pode viver"<sup>(249)</sup>.

No entender dos católicos, o mal da Lei de Separação não estava na separação em si mesma, mas antes no espírito e no modo como a lei foi feita. Cotejando-a com a francesa, não deixavam de evidenciar que, enquanto esta fora debatida com brilho e elevação no Parlamento e visava, fundamentalmente, assegurar uma liberdade de consciência, a nossa "foi discutida na Associação do Registo Civil, em sessão magna da franco-maçonaria...(e) visou... destruir o catolicismo em Portugal em duas gerações"<sup>(250)</sup>. O que os católicos portugueses punham em causa na Lei da Separação não era a liberdade de consciência, o tratamento igual para todas as confissões religiosas ou o acabar com o catolicismo como religião do Estado. Admitindo mesmo uma Lei de Separação, a oposição da Igreja à lei vigente radicava, segundo palavras do bispo de Viseu, no facto de esta não deixar "a liberdade de propaganda, a posse pacífica dos seus bens e o direito de viverem de harmonia com as suas crenças e em plena união com o Pontífice Romano"<sup>(251)</sup>.

Ao admitirem a possibilidade de uma lei de separação, os estudantes católicos estavam não só a reconhecer que o posicionamento e o papel da Igreja tinham que mudar, mas também a fazer uma crítica à própria vivência da Igreja. Em sua opinião, se a origem dos males presentes e o estado lastimável a que os católicos tinham chegado podia, em parte, ser

(248) - *Imparcial*, 1.º Anno, n.º 4, Coimbra, 14 de Março de 1912, p. 3.

(249) - *Imparcial*, Ano II, n.º 71, Coimbra, 24 de Agosto de 1913, p. 1.

(250) - *Imparcial*, 1.º Anno, n.º 6, Coimbra, 28 de Março de 1912, p. 3.

(251) - *Idem*, p. 3.

explicado pela obra da República, a causa profunda devia procurar-se, fundamentalmente, na maneira como a Igreja se tinha assumido no tempo da Monarquia. Identificada com esta, a Igreja preferiu viver sempre "encostada ao poder, vivia do seu prestígio"; em vez de ter procurado criar "fortes raízes entre o povo"<sup>(252)</sup>.

Reconhecendo estes males, não admirava, por isso, que os estudantes católicos se preocupassem mais com a preparação do futuro do que com o passado<sup>(253)</sup>. Neste sentido, Gonçalves Cerejeira, por exemplo, aconselhava mesmo os católicos a deixarem de ter saudades dos "tempos em que as púrpuras prelatícias punham notas vivas nos degraus do trono dos reis, e os regimentos nas paradas apresentavam armas aos "senhores bispos", e os príncipes da Igreja o eram também da nação - mais da nação do que da Igreja...; e o clero em vez de evangelizar galopinava, pastores que às ovelhas só tosquiavam a lã"<sup>(254)</sup>.

Na pena dos redactores e colaboradores do *Imparcial*, a preparação do futuro passava por uma luta no presente. Comungando no princípio de que "as liberdades não se pedem - conquistam-se"<sup>(255)</sup>, combater os projectos laicizadores dos republicanos era uma tarefa que se impunha. Neste sentido, mas colocando-se sempre numa posição de apartidarismo, conforme as directrizes definidas pela Igreja<sup>(256)</sup>, não só faziam a apologia das ideias conservadoras<sup>(257)</sup>, como também denunciavam as leis e os actos que julgavam injustos e opressores, como foi, por exemplo, o caso da Igreja de

---

<sup>(252)</sup> - *Imparcial*, Anno 1.º, n.º 47, Coimbra, 9 de Janeiro de 1913, p. 1.

<sup>(253)</sup> - "O passado, passou... reconstruir, edificando desde as bases, melhorando o existente, com paciência e tenacidade, é o nosso papel, é a nossa missão" (*Imparcial*, Anno 1.º, n.º 31, Coimbra, 19 de Setembro de 1912, p. 1).

<sup>(254)</sup> - *Imparcial*, Ano III, n.º 135, Coimbra, 23 de Novembro de 1914, p. 1.

<sup>(255)</sup> - *Imparcial*, Anno 2.º, n.º 54, Coimbra, 8 de Abril de 1913, p. 1.

<sup>(256)</sup> - "Guarda vigilante do direito que lhe assiste, cheia de respeito pelos direitos alheios, a Igreja julga dever ficar indiferente quanto às formas de governo... ela aprova todos aqueles (sistemas) que respertem a religião e a disciplina cristã dos costumes" (*Imparcial*, 1.º Anno, n.º 4, p. 1).

<sup>(257)</sup> - Referindo-se, mais uma vez, à Bélgica, Rodrigues Pepino assinalava que a grandeza deste país residia na revolução que consistia "no trabalho que edifica sobre as tradições, que se inspira no exemplo das gerações passadas e que respeita e segue as aspirações da raça" (*Imparcial* Anno 1.º, n.º 45, Coimbra, 26 de Dezembro de 1912, p. 3). Faziam também propaganda de livros de feição integralista como era o caso, por exemplo, da obra de Mariotte, sobre a qual diziam: "Não receamos, pois, aconselhar aos nossos leitores os

S. João de Almedina que o governo pretendia transformar em museu de arte sacra<sup>(258)</sup>,

Para além da Lei de Separação, que acusavam de ser uma "lei de intrusão" e uma "lei de expoliação"<sup>(259)</sup>, procuravam demonstrar a ilegalidade das cultuais<sup>(260)</sup>, criticavam a lei do divórcio que consideravam uma "lei criminosa"<sup>(261)</sup>, ao mesmo tempo que defendiam uma nova educação para a mulher<sup>(262)</sup>. Contra a secularização da morte, combatiam o processo da cremação dos cadáveres, porque isso era "afastar os fiéis dos usos e cerimónias da Igreja e substituí-las por práticas não cristãs"<sup>(263)</sup>. Conscientes de que a educação era uma pedra importante na reorganização da nova sociedade, não só faziam a apologia da instituição familiar e do seu papel na educação<sup>(264)</sup>, como também lutavam por uma escola que consignasse "a liberdade do ensino religioso"<sup>(265)</sup>,

Como meio de divulgação das ideias, pela pena de Gonçalves Cerejeira, defendia-se ainda a criação de um jornal católico. Dirigindo-se às mães cristãs, o antigo director de o *Imparcial* entendia que esta iniciativa era "uma benemérita obra de civilização", na medida em que "desenvolver o jornal católico é defender a alma de vossos filhos"<sup>(266)</sup>.

---

referidos trabalhos de Mariotte, valiosos e interessantes elementos de estudo" (*Imparcial*, Anno 1.º, n.º 24, Coimbra, 1 de Agosto de 1912, p. 3).

<sup>(258)</sup> - Cfr. *Imparcial*, Ano III, n.ºs 100, 101 e 109, Coimbra, 14 e 22 de Março de 1914 e 17 de Maio do mesmo ano, respectivamente.

<sup>(259)</sup> - "Lei de instrusão..., porque o Estado, dizendo-se alheado de qualquer credo religioso, reavivou o beneplácito, à inspecção no ensino dos seminários... Lei de expoliação..., porque confiscou todos os bens legítimos da Igreja" (*Imparcial*, Anno 1.º, n.º 16, Coimbra, 6 de Junho de 1912, p. 1).

<sup>(260)</sup> - Cfr. *Imparcial*, 1.º Anno, n.º 11, Coimbra, 2 de Maio de 1912, p. 1.

<sup>(261)</sup> - *Imparcial*, Anno 1.º, n.º 31, Coimbra, 19 de Setembro de 1912, p. 2.

<sup>(262)</sup> - Cfr. *Idem*, p. 2., e ainda os n.ºs 33 e 36, de 3 e 24 de Outubro de 1912 e o n.º 38, de 7 de Novembro do mesmo ano.

<sup>(263)</sup> - *Imparcial*, 1.º Anno, n.º 15, Coimbra, 30 de Maio de 1912, p. 2.

<sup>(264)</sup> - Sob o pseudónimo de Alves da Silva, Salazar reflectia sobre os problemas educativos. Num dos oito artigos intitulados "Cartas a uma mãe", Salazar escrevia: "A obra educativa pertence aos pais, pertence à sociedade nos seus educadores, pertence a todos os homens de boa vontade que, reconhecendo os erros da sua educação, querem legar às gerações futuras uma mais completa e mais perfeita do que a que receberam" (*Imparcial*, 1.º Anno, n.º 7, Coimbra, 4 de Abril de 1912, p. 2).

<sup>(265)</sup> - *Imparcial*, Anno 1.º, n.º 25, Coimbra, 8 de Agosto de 1912, p. 1.

<sup>(266)</sup> - *Imparcial*, Ano III, n.º 132, Coimbra, 3 de Novembro de 1914, p. 1.

Se combater a ideologia republicana era importante, todo o trabalho ficaria incompleto se não se lhe opusesse uma alternativa válida e credível. Como já vimos, anteriormente, essa alternativa passava pela instauração da democracia-cristã. Convictos de que a renovação social e política só poderia fazer-se através da renovação religiosa, os estudantes católicos entendiam que uma das tarefas principais a realizar, para além do combate à ideologia vigente, era a de vestirem as armaduras de novos cavaleiros e apostarem no apostolado do povo. Assumindo-se como protagonistas, porque "até nas mais altas dignidades eclesiásticas... parece ter entrado a peçonha do desalento"<sup>(267)</sup>, convidavam os bispos e o clero a darem o exemplo, na certeza de que, depois, o laicado católico segui-los-ia<sup>(268)</sup>.

Reconhecendo-se que a grave situação dos católicos era resultante da sua má organização, os rapazes do *Imparcial* não se cansavam de alertar para a necessidade que havia em reestruturar e organizar o movimento católico. Daí o constante apelo que faziam à organização: "Estamos apodrecendo numa lassidão de covardes, encurralados num beco de que urge sairmos, vivendo uma situação insustentável - três bispados sem bispos, paróquias sem párocos, católicos sem representantes no parlamento, sem representante da Santa Sé, num regime semi-concordatário, e semi-separatista, ardendo por trabalhar mas não vendo enxadas que empunhem. Organizemo-nos!"<sup>(269)</sup>,

Não desconhecendo que a conquista da liberdade religiosa se travava não só dentro dos templos, mas em outros campos de acção, os jovens estudantes católicos de Coimbra solicitavam aos bispos que se definissem e indicassem qual o caminho "religioso, social e político"<sup>(270)</sup> a seguir.

Dispondo já de alguma força, estavam dispostos a ir até onde os adversários os obrigassem, disputando "palmo a palmo, na urna, na aula, nas praças e nos lares, o terreno santo da liberdade, e os direitos do pensamento!"<sup>(271)</sup>. Defendendo que o voto é "um meio de acção e de conquista de valor incontestado"<sup>(272)</sup>, em Junho de 1915, decidem-se a apoiar candidaturas católicas às

---

(267) - *Imparcial*, Anno 1.º, n.º 43, Coimbra, 12 de Dezembro de 1912, p. 3.

(268) - *Imparcial*, Anno 1.º, n.º 38, Coimbra, 7 de Novembro de 1912, p. 1.

(269) - *Imparcial*, Anno 1.º, n.º 29, Coimbra, 5 de Setembro de 1912, p. 1.

(270) - *Imparcial*, Anno 1.º, n.º 31, p. 1.

(271) - *Imparcial*, Anno 2.º, n.º 57, Coimbra, 3 de Maio de 1913, p. 1.

(272) - *Imparcial*, Ano II, n.º 94, Coimbra, 1 de Fevereiro de 1914, p. 1.

eleições para a 2.<sup>a</sup> Legislatura<sup>(273)</sup>. Esta tomada de posição levou a que monárquicos e integralistas acusassem os católicos de estarem a dividir o campo conservador, respondendo-lhes o *Imparcial* que as forças conservadoras só terão voz, "quando ela oficialmente se fizer ouvir no parlamento da nação"<sup>(274)</sup>.

A participação dos católicos nas eleições trouxe ao movimento católico consequências importantes. Se, por um lado, se começou a tornar claro que era possível mudar a situação da Igreja sem alterar o regime, pelo outro, deu-lhes a certeza de que a sua força passava, fundamentalmente, pela sua capacidade de organização. Além do mais, as críticas que os regalistas moveram aos católicos só provavam que aqueles não estavam interessados em que o movimento católico se fortalecesse social e politicamente. Segundo António Rafael Amaro, "para os católicos os monárquicos constitucionais eram, tal como os republicanos, herdeiros da revolução francesa. Condição inaceitável para os católicos que viam no espírito jacobino e igualitário o pior dos males"<sup>(275)</sup>,

Conscientes de que a sua vitória passava por um forte sentido de organização, desde o início que os jovens redactores e colaboradores do *Imparcial* vinham lutando pela criação de um Centro Católico, o qual, segundo Gonçalves Cerejeira, não seria "um partido político, mas sim a mais lata extensão do dever religioso... Dentro dele cabem todas as ideias partidárias contanto que não excluam a ideia cristã"<sup>(276)</sup>. Esta ideia vai encontrar a sua concretização, em 8 de Agosto de 1917, na cidade de Braga<sup>(277)</sup>.

Porém, o aparecimento do sidonismo, em fins de 1917, vai fazer com que o Centro Católico não se desenvolva, uma vez que Sidónio Pais vai atender muitas das reclamações da Igreja<sup>(278)</sup>. A República ao libertar-se do seu jacobinismo inicial e a Igreja ao demarcar-se dos monárquicos tornavam possível, embora criticando-se, uma certa convivência e cooperação. O *Imparcial* tinha cumprido a sua missão, na medida em que, ao alargar a zona

(273) - Cfr. *Imparcial*, Ano IV, n.º 151, Coimbra, 14 de Março de 1915.

(274) - *Idem*.

(275) - António Rafael Amaro, "O *Imparcial*, um jornal de combate (1912-1919)", *O CADC de Coimbra. A Democracia Cristã e os inícios do Estado Novo (1905-1934)*..., p. 132.

(276) - *Imparcial*, Ano IV, n.º 179, Coimbra, 28 de Outubro de 1915, p. 1.

(277) - Manuel Braga da Cruz, *ob. cit.*, p. 264.

(278) - Sobre as alterações que se verificaram em relação à Lei da Separação, veja-se Cunha e Costa, *A Igreja Católica e Sidónio Paes*, Coimbra, Coimbra Editora Ld.ª, 1921, pp. 55-69.

de influência dos católicos, foi, simultaneamente, minando a base social de apoio do republicanismo. Prova evidente deste facto foi, como já referimos anteriormente, a alteração de forças que, após 1913, se começou a verificar no seio da própria Academia.

Em Maio de 1922, o CADC lançava uma nova revista - *Estudos*, a qual viria a ter uma longa vida. Terminou, segundo cremos, em 1970, pouco antes de o CADC ser substituído pelo Instituto Universitário Justiça e Paz.

A revista *Estudos* apresentou-se, inicialmente, com o sub-título de "Revista mensal do CADC". A partir do segundo ano de publicação (n.º 13, Maio de 1923), passou a usar o de "Revista mensal de cultura e formação católica. Órgão do CADC de Coimbra". Tanto o título como o sub-título são, só por si, reveladores das intenções e dos propósitos que presidiram ao lançamento desta nova publicação. Conscientes de que os tempos eram já outros, nunca o novo periódico se poderia pautar pelos critérios e princípios que haviam presidido ao *Imparcial*. Enquanto neste jornal, até pelo facto de o ser, o debate político, a polémica e o acontecimento imediato tinham um lugar privilegiado, com a revista *Estudos* procurava-se criar, sobretudo junto da elite católica culta, um novo espaço de reflexão e de estudo que visava, fundamentalmente, contribuir por uma formação aprofundada das consciências. É notória a preocupação com a formação de quadros superiores, não só para a organização do movimento católico, mas também da Nação. A própria redacção o confirmava, quando escrevia: "Existe em Coimbra, o Centro Académico de Democracia Cristã, destinado a formar a mentalidade dos estudantes católicos, a nutrir a sua formação intelectual, e a amparar e fortificar a sua formação moral... Os rapazes católicos têm a obrigação absoluta de se preparar para a vida, de uma maneira séria... É necessário, pois, que os estudantes católicos se preparem, para ser o futuro escol da Nação"<sup>(279)</sup>.

Como órgão do CADC e revista católica, nela colaboravam não só estudantes, mas também outras entidades, nomeadamente professores universitários, entre os quais se destacavam Gonçalves Cerejeira e António Ribeiro de Vasconcelos. Com estas e outras colaborações procurava-se, como já referimos, fazer uma maior valorização e creditação da revista junto do público.

---

<sup>(279)</sup> - *Estudos*, Ano I, n.º 1, Coimbra, Maio de 1922, p. 1.

Como revista católica ainda, desde o início se subordinou à autoridade eclesiástica<sup>(280)</sup>, renunciando a qualquer forma de partidarismo político, para se situar, estritamente, no campo católico. Assim o afirmavam os seus dirigentes, ao escreverem: "Trabalhar no campo católico, e só nele. Àquem da porta da nossa sala de redacção não existe a política"<sup>(281)</sup>. Esta tomada de posição não significa, de modo algum, que questões de ideologia e prática política não tivessem sido abordadas, ao longo de vários números, porque o foram<sup>(282)</sup>. Mas, como a preocupação fundamental era formar consciências, estes e outros temas não foram tratados de uma maneira qualquer, mas em sessões de estudo, isto é, num "espaço de reflexão teórica "abstracta", ao nível dos "grandes valores" e dos "grandes princípios"<sup>(283)</sup>. Esta ideia é confirmada pelo seu primeiro director, José Augusto de Queirós Ribeiro Vaz Pinto, então aluno do 3.º ano de Direito<sup>(284)</sup>, quando, mais tarde, recordando a criação de nova revista, escrevia: "... mas pareceu a todos mais adequado aos tempos que corriam publicar uma revista própria para arquivar os trabalhos dos sócios apresentados nas sessões de estudo"<sup>(285)</sup>.

Abordando as mais diferentes e variadas temáticas, da leitura que fizemos da revista *Estudos*, num total de 44 números, desde Maio de 1922 até Dezembro de 1925, a ideia base que nos ficou é a defesa constante que os

---

(280) - Para além de no cabeçalho da revista aparecer a expressão "Com aprovação da Autoridade Eclesiástica", são muitas as afirmações que, ao longo das várias páginas, a redacção faz sobre esta matéria. Ao entrar no seu IV Ano de publicação, a redacção da revista escrevia: "Assim, a nova direcção dos "Estudos" desde já ratifica a sua filial obediência à Autoridade Eclesiástica, não só em matéria obngatóna de infalível doutrina, mas ainda em matéria de conselho..." (*Estudos*, ano IV, n.º 37, Maio de 1925, p. 2).

(281) - *Estudos*, Ano I, n.º 1, p. 2.

(282) - No estudo que fez sobre a revista *Estudos*, entre 1922 e 1934, João Paulo Avelãs Nunes identificou cento e setenta e seis artigos relativos a questões políticas (Cfr: João Paulo Avelãs Nunes, "O CADC de Coimbra nos inícios do Estado Novo. A Revista *Estudos* entre 1922 e 1934", *O CADC de Coimbra. A Democracia Cristã e os inícios do Estado Novo (1905-1934)*..., pp. 173-75). Apesar de se dizerem apartidários, certamente por motivos estratégicos, comprova-se assim, como já referimos anteriormente, a periodização definida por Braga da Cruz quando afirma que, durante a 1.ª República, as preocupações da Igreja se situavam, essencialmente, ao nível do debate político - ideológico, religioso e organizativo.

(283) - *Idem*, p. 175.

(284) - *Anuário da Universidade de Coimbra. Ano lectivo de 1921-1922*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1923, p. 95.

(285) - Apud M. d'Almeida Trindade, *O Padre Luís Lopes de Melo*..., p. 245.



vários autores faziam da democracia-cristã, da Igreja Católica e dos princípios e valores do catolicismo. Afirmando-se como uma geração que "encontra em Deus o sentido da vida, enquanto uma geração perdida o não encontrou ainda"<sup>(286)</sup>, de uma maneira geral, para além de uma fé em Deus, ser-se bom católico era, não só frequentar os actos do culto<sup>(287)</sup>, mas sobretudo ser obediente à Igreja e identificar-se com os valores que ela proclamava: exercer a caridade, ser-se virtuoso, respeitar a ordem e a autoridade, obedecer às hierarquias, defender os valores da tradição, a família, o casamento, a pátria, aceitar as diferenças sociais e a organização e representação cooperativa da sociedade. Daí que António de Miranda, por exemplo, em artigo intitulado "Crónica de Lisboa", ao fazer a distinção entre católicos e não católicos, tivesse afirmado: "Fica assim demonstrado o ponto de ligação entre católicos e não católicos, que se pode reduzir a estes termos: a obediência à Igreja", para, logo de seguida, concluir: "O lema de todo o bom católico num momento de gravidade como o presente deve ser: obedecer primeiro e discutir depois, quando não possa ser muito simplesmente - obedecer"<sup>(288)</sup>.

Outra das ideias base era a regeneração da Pátria, a qual estava umbilicalmente ligada ao catolicismo, mas que "o estúpido século XIX", com o seu liberalismo individualista<sup>(289)</sup> e a República com o seu projecto laicizador<sup>(290)</sup> haviam lançado na mais profunda decadência.

---

<sup>(286)</sup> - *Estudos*, Ano I, n.º 9, Coimbra, Janeiro de 1923, p. 265.

<sup>(287)</sup> - Criticavam-se aqueles que, dizendo-se católicos, só frequentavam as igrejas. Referindo-se a alguns católicos de Lisboa, António de Miranda escrevia: "Esta classe de católicos que em Lisboa abunda, e que cumpre matematicamente os actos externos do culto, faz tanta ideia do catolicismo, como eu de cálculo dos tensores!... A religião para eles não passa dum pretexto para um *rendez-vous* elegante" (*Estudos*, Ano I, n.º 5, Coimbra, Setembro de 1922, p. 140).

<sup>(288)</sup> - *Idem*, p. 142.

<sup>(289)</sup> - "Foram o liberalismo com a maçonaria as causas do nosso decair: tendo o caminho aberto pelas invasões francesas" (*Estudos*, Ano I, n.º 11, Coimbra, Março de 1923, p. 331). Embora a nossa decadência, segundo os colaboradores de *Estudos*, tenha a sua origem na Renascença e depois em Pombal, para reforçarem o significado da influência francesa não deixam de apontar o ano de 1807 (invasões francesas), para depois a situarem no liberalismo e no republicanismo, apontando, para o efeito, as datas de 1820, 1834 e 1910, momentos em que a Igreja perdeu privilégios (Cfr. *Estudos*, Ano I, n.º 9, Coimbra, Janeiro de 1923, p. 271).

<sup>(290)</sup> - Identificando laicização com o inferno, Gonçalves Cerejeira escrevia: "O inferno não é mais que o país da laicização geral, a região, onde, visto que o anjo e o homem assim

Confiantes de que "os rapazes de hoje são crentes, são católicos de uma fé viva"<sup>(291)</sup>, acreditava-se não só numa renovação do catolicismo, mas também na regeneração de Portugal. Neste sentido, uma das máximas dos estudantes católicos era precisamente esta: "*Sejamos bons católicos e seremos bons portugueses*"<sup>(292)</sup>. Invocando o exemplo da história, entendiam que a regeneração da Pátria só se poderia efectuar com o triunfo do catolicismo e esta tarefa era uma obrigação que se lhes impunha: "É a nós à nossa geração que com *Deus e Religião*, compete restaurar a Pátria, que as cinco chagas de Cristo protegeram em Ourique!... Com o carácter temperado na fé cristã, cabe agora a cada um de nós formar a ala dos namorados que sob a égide de Nuno Álvares terá de resgatar a Pátria dos inimigos internos"<sup>(293)</sup>.

Condenando as revoluções como formas violentas de transformação social<sup>(294)</sup>, os responsáveis pelos *Estudos* apostavam, sobretudo, numa vitória do pensamento e do espírito. Reconhecendo, como católicos que eram, que a crise com que a sociedade portuguesa se debatia era, fundamentalmente, uma crise religiosa, em seu entender, a única solução para a combater era a recristianização de todo o povo. Daí que António de Azevedo Meireles do Souto, em artigo intitulado "Portugal no passado e no presente; males e remédios", tivesse escrito: "Com efeito, o modo de combater a Maçonaria, debelar a questão social é a volta à Fé de nossos maiores"<sup>(295)</sup>. A prática das virtudes e dos bons costumes seriam os meios mais eficazes para a concretizar. Politicamente, em oposição à luta de classes proclamada pela revolução russa e à democracia das maiorias defendida pelos republicanos, apontavam como alternativa o seu projecto de democracia-cristã. Nesta perspectiva, e tendo como finalidade principal formar consciências, não admira que os *Estudos* se tivessem pautado por uma campanha em prol de uma apologética de cariz religioso e político-ideológico.

---

o quiseram, Deus, voluntariamente, não é já nada" (*Estudos*, Ano II, n.º 22, Fevereiro de 1924, p. 538).

<sup>(291)</sup> - *Estudos*, Ano I, n.º 9, p. 264.

<sup>(292)</sup> - *Estudos*, Ano I, n.º 11, Coimbra, Março de 1923, p. 336.

<sup>(293)</sup> - *Estudos*, Ano I, n.º 8, Coimbra, Dezembro de 1922, p. 250.

<sup>(294)</sup> - Referindo-se à Revolução Russa identificavam-na com "a matança em massa do clero, da nobreza, dos intelectuais, dos oficiais do exército e da marinha, dos ricos, dos simples burgueses... Foi a guerra civil, a peste, a fome, a desolação... Foi uma catástrofe imensa" (*Estudos*, Ano I, n.º 8, p. 232).

<sup>(295)</sup> - *Estudos*, Ano I, n.º 11, Coimbra, Março de 1923, p. 334.

Para legitimarem os valores que defendiam, evocavam-se temas e personalidades da história. S. Tomás de Aquino, por exemplo, era apontado por Pio XI, na sua carta encíclica "Studiorum Ducem", que os *Estudos* transcrevem, como um modelo a seguir, não só pelo clero e estudantes católicos, mas também pelo povo em geral, na medida em que ele representava o símbolo vivo da caridade, da castidade, do desapego dos bens materiais e da sabedoria<sup>(296)</sup>. Referindo-se ao valor educativo da sua filosofia, que defendiam e desejavam ver instituída, José Augusto Vaz Pinto, numa crítica às outras correntes filosóficas, não hesitava em afirmar que "na hora presente só o tomismo, que alguns chamam de neo-escolástica, satisfaz completamente a sede de saber da razão humana"<sup>(297)</sup>.

No que diz respeito à história de Portugal, louva-se a acção missionária, patriótica e educativa da Companhia de Jesus. Num conjunto de três artigos, J. Reis e Silva procurava demonstrar como eram falsas as calúnias com que os seus adversários a procuravam denegrir. Referindo-se aos inimigos e amigos dos jesuítas, Reis e Silva, como que querendo separar o trigo do joio, não deixava de anotar que, entre os primeiros, estavam "os livres-pensadores que... nada pensavam nem são livres", enquanto, nos segundos, se contavam "os crentes, os católicos de sacramentos, os historiadores imparciais, os maiores sábios"<sup>(298)</sup>.

Apontando como exemplo o seu próprio caso, também Domingos Garcia Pulido elogiava o papel que os jesuítas tinham desempenhado na educação. Numa conferência realizada no CADC, em 8 de Maio de 1925, classificava a companhia como "a insuperável e incomparável educadora da juventude"<sup>(299)</sup>. Com afirmações deste tipo, o que se pretendia era não só reabilitar as congregações religiosas, nomeadamente a Companhia de Jesus, e reivindicar a liberdade para o ensino religioso<sup>(300)</sup>, mas também criticar o governo republicano pelas atitudes que tomou nesta matéria.

---

(296) - Cfr. *Estudos*, Ano II, n.º 23, Março de 1924, pp. 595-625.

(297) - *Idem*, p. 658.

(298) - *Estudos*, Ano I, n.º 1, p. 6. Veja-se, também, o n.º 2, Junho de 1922, pp. 45-52 e o n.º 3, Julho de 1922, pp. 80-83.

(299) - *Estudos*, Ano IV, n.º 37, p. 8.

(300) - Neste sentido e assinada por algumas centenas de alunos foi enviada ao Presidente da Câmara dos Deputados a seguinte mensagem: "Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara dos Deputados: Os abaixo assinados, alunos da Universidade de Coimbra, reconhecendo que será inevitavelmente um acto de justiça, e consequentemente

No intuito claro de libar imagens negativistas da igreja e de afastar o conceito que os republicanos haviam difundido de que a igreja era adversa ao progresso, numa recensão crítica ao livro de Manuel Múrias, *O Seiscentismo em Portugal*, Abranches Martins, na rubrica "Das Ideias e dos Livros", aplaudia a análise que o autor fazia da Inquisição, não a apontando como um tribunal que tinha contribuído para uma decadência da cultura, mas sim como "um instrumento político nas mãos dos monarcas, com o qual nos livraram das lutas que o protestantismo fez aparecer nos países do Norte da Europa"<sup>(301)</sup>.

Ao nível das personalidades da nossa história, os nomes mais citados eram os de Nuno Álvares Pereira e D. Sebastião. Se, no primeiro se reconheciam as qualidades de um verdadeiro militar, porque auxiliado por Deus, o seu nome era apontado como um exemplo a seguir; não só pela dedicação e obediência que mostrou à Pátria e ao Rei, mas também pela renúncia que fez dos seus bens, já em D. Sebastião se visionava a bravura e o heroísmo da pessoa que não desfalecia. Identificando sebastianismo com nacionalismo, convidavam-se os católicos, à semelhança de D. Sebastião, a serem combativos e não se deixarem "embalar pela ilusória esperança de que surja aí inopinadamente algum "messias" que nos salve"<sup>(302)</sup>.

Em contrapartida, temas como a renascença, a reforma, o liberalismo individualista, a maçonaria, a perseguição à Igreja Católica, o socialismo e o bolchevismo eram profundamente criticados e condenados.

A renascença, por exemplo, era identificada com a restauração da velha Roma, mundo cheio de imoralidade, de vícios e de egoísmos a quem nem os próprios papas e bispos escaparam. Acusando-a de falta de espiritualidade, porque "pintaram cenas da terra, e disseram que eram do céu"<sup>(303)</sup>, viram no seu individualismo, absolutismo e cosmopolitismo, não só o berço do liberalismo, mas sobretudo a destruição da harmonia do mundo medieval.

um facto valioso de tranquilidade social, que sejam atendidas as reivindicações da consciência católica do País, nomeadamente no que respeitam à liberdade de ensino religioso nas escolas e colégios particulares, vêm perante V. Ex.<sup>a</sup>, no uso de um direito constitucional, afirmar que consideram urgente que o poder legislativo se pronuncie neste sentido, satisfazendo assim os legítimos votos da grande maioria dos portugueses" (Apud *Estudos*, Ano II, n.º 13, Maio de 1923, p. 59).

<sup>(301)</sup> - *Estudos*, Ano II, n.º 22, Fevereiro de 1924, p. 575.

<sup>(302)</sup> - *Estudos*, Ano III, n.º 25, Maio de 1924, p. 58.

<sup>(303)</sup> - *Estudos*, Ano I, n.º 3, Coimbra, Julho de 1922, p. 73.

Também a condenação que faziam da reforma residia no facto de Lutero se ter substituído à autoridade da Igreja, defendendo a confissão pelo livre-exame. Entendendo Lutero que a única fonte da religião era a Bíblia, caía-se numa interpretação individualista, a qual era contrária aos ensinamentos da Igreja. Dado o seu carácter anti-católico e individualista, a ideologia reformista fora a responsável pela anarquia e pelas guerras civis que quebraram a unidade moral da Europa. Daí que os articulistas dos *Estudos* tivessem visto a reforma como "uma época da maior desordem, porque foi uma época de profunda desordem moral"<sup>(304)</sup>.

Dado que o catolicismo estava ligado ao espírito da nação<sup>(305)</sup>, recusava-se a divulgação em Portugal de outras ideologias como, por exemplo, o comunismo. A verificarem-se, na opinião dos colaboradores dos *Estudos*, havia que pedir responsabilidades aos republicanos, porque foram eles que, com o seu projecto laicizador e secular da cultura e da sociedade, contribuíram para a descristianização das massas, para o seu desenraizamento e para a sua desnacionalização. A prova estava algures no Alentejo, onde, antes do 5 de Outubro de 1910, na celebração que o povo fazia do dia de Santa Maria, patrões e empregados davam as mãos. Mas, "declarado o povo soberano, cresceu a indisciplina... Triste negação dum passado honroso e laborioso... (e) muitas famílias importantes trocaram o viver descansado de suas casas provincianas pela vida extenuante e insípida das cidades"<sup>(306)</sup>.

Como meio de combater às ideias revolucionárias, os jovens estudantes católicos do CADC apelavam para a leitura de obras nacionalistas, com preferência pelas de carácter místico (Frei Amador Arrais, Tomé de Jesus, António das Chagas e Manuel Bernardes), em vez de uma literatura cosmopolita<sup>(307)</sup>.

---

<sup>(304)</sup> - *Estudos*, Ano I, n.º 5, Coimbra, Setembro de 1922, p. 147.

<sup>(305)</sup> - "E o catolicismo é o vínculo da unidade moral de Portugal" (*Estudos*, Ano II, n.º 13, p. 38).

<sup>(306)</sup> - *Estudos*, Ano II, n.ºs 15 e 16, Julho e Agosto de 1923, pp. 196-97. Recordamos que na óptica dos integralistas e católicos conservadores as cidades identificavam-se com a República e, como tal, eram tidas como centros de perdição. Daí que António Miranda tivesse escrito: "O satanismo das cidades espalhou-se pelo país" (*Estudos*, Ano I, n.º 3, p. 79).

<sup>(307)</sup> - "Nesta época de desorganização social e política em que o filosofismo comunista tenta desfazer fronteiras, é indispensável, mais do que nunca, que a nossa literatura seja

Reconhecendo-se, nesta matéria, a insuficiente preparação do clero português para exercer o apostolado, em virtude da falta de professores capazes com que os seminários se debatiam, pela pena de Gonçalves Cerejeira, defendia-se, em Coimbra, a criação de um Instituto Católico Superior, cuja finalidade imediata seria “formar a elite do clero português, em ordem a constituir um autêntico corpo de comando que, cômico das suas responsabilidades, saiba *dirigir*, para que os católicos sejam em Portugal uma *força*”<sup>(308)</sup>.

Ainda em termos de ideologia política, a decadência de Portugal era explicada pela adopção de formas de pensamento estrangeiro. Liberalismo e republicanismo eram produtos da Revolução Francesa. Interrogando-se sobre o que foi o movimento de 1789, identificavam-no com “o regicídio, a matança dos nobres, a perseguição do clero, o saque do tesouro, a guerra civil, enfim, a desordem sangrenta”<sup>(309)</sup>. Entendendo que a filosofia do catolicismo continha em si a ideia de horror ao mal, ao republicanismo contrapunham uma nova ordem - uma democracia assente em valores nacionais, católica e corporativa. Negava-se assim o sentido político da democracia republicana, uma vez que “nem mesmo que a sociedade fosse composta de *santos* se poderia defender o governo do povo pelo povo, ou a anarquia integral”<sup>(310)</sup>.

Cantando os desgovernos da República, Correia de Oliveira versejava assim:

“Vimos moços governar  
& velhos desgovernados;  
& vimos muitos mandar  
que deviam ser mandados;  
vimos os bons estorvados  
os males acrescentados”<sup>(311)</sup>.

---

nacionalista, sem deixar de ser humana” (*Estudos*, Ano III, n.º 29 e 30, Setembro e Outubro de 1924, p. 300).

<sup>(308)</sup> - *Estudos*, Ano I, n.º 1, p. 18.

<sup>(309)</sup> - *Estudos*, Ano I, n.º 6, Coimbra, Outubro de 1922, p. 183.

<sup>(310)</sup> - *Estudos*, Ano II, n.º 20, Dezembro de 1923, p. 415.

<sup>(311)</sup> - Apud *Estudos*, Ano I, n.º 9, Coimbra, Janeiro de 1923, p. 268.

Uma outra tónica é a veemência com que os *Estudos* insistem na necessidade de organizar a vida e a acção católicas. Neste sentido, apelava-se aos católicos não só para se empenharem na defesa dos valores sagrados e da pátria, mas também para o seu sentido de unidade e disciplina, o qual deve estar sempre subordinado à hierarquia das autoridades eclesiásticas. Numa clara alusão às práticas culturais, acusava-se a República e a maçonaria de, sobretudo ao nível da paróquia, terem concebido e instalado "agrupamentos artificiais"<sup>(312)</sup>, contribuindo assim, por um lado, para a descristianização do povo e, pelo outro, para concitar ódios e divisões entre os católicos. Reconstruir a paróquia e dar vida às suas organizações era, por isso, uma tarefa prioritária, pois era nela que devia assentar a base de toda a organização. O mesmo devia acontecer ao nível das dioceses, uma vez que esta "é o lar doméstico da sociedade católica"<sup>(313)</sup>. Defendia-se ainda que todos os núcleos e organizações católicas, à semelhança do CADC, deviam manter-se num absoluto apartidarismo<sup>(314)</sup>. Definem-se também métodos de trabalho e objectivos a atingir. Como conclusões do Congresso do Centro Católico, por exemplo, apontavam-se, entre outras, as seguintes: necessidade de uma representação parlamentar; intensificar a formação de obras sociais católicas; criar um Instituto Superior de Estudos Religiosos; fazer publicar um manual de obras sociais e uma cartilha política "que compendie todas as doutrinas que orientam o Centro Católico"<sup>(315)</sup> e ainda criar um jornal católico diário<sup>(316)</sup>. Reclamando para os poderes públicos, afirmavam que "os religiosos portugueses são indispensáveis para garantir a vida católica em Portugal e que, por isso mesmo, o Estado não tem o direito de continuar a violentar a consciência católica portuguesa impedindo a sua pacificação pela liberdade efectiva de associação religiosa"<sup>(317)</sup>.

---

(312) - *Estudos*, Ano I, n.º 5, Coimbra, Setembro de 1922, p. 149.

(313) - *Idem*, p. 132.

(314) - Uma das conclusões do Congresso do Centro Católico era: "A absoluta necessidade de organização católica para a defesa imediata da Igreja, com sacrifício, não propriamente de opiniões políticas, mas de toda a acção política partidária, julgada prejudicial de momento, à defesa dos interesses religiosos" (*Estudos*, Ano I, n.º 1, p. 10).

(315) - *Idem*, p. 10.

(316) - *Idem*, pp. 10-12.

(317) - *Estudos*, Ano III, n.º 25, Maio de 1924, p. 29.

Concluindo, diremos que, de uma maneira geral, constituíram preocupações fundamentais dos *Estudos*, pelo menos até ao final da República, promover não só o debate político-ideológico, com vista a combater o projecto republicano e, simultaneamente, a afirmar os valores e os princípios da democracia-cristã, mas também lutar por uma organização efectiva dos católicos.

Relativamente orgulhosos, em 1925, os jovens estudantes católicos da Academia de Coimbra questionavam-se: "O que era Portugal em 1910? Um aglomerado de seis milhões de egoísmos... E até quando? Até que nós quisermos... passados os primeiros tempos de embriaguez e febre jacobina, onde está hoje esse cativo? Onde estão esses nabucodonosores?", para, logo de seguida, darem a resposta: "Alguns já foram dar contas a Deus do seu mandato, outros andam arredios..., e o resto... já passou para o nosso campo"<sup>(318)</sup>.

---

<sup>(318)</sup> - *Estudos*, Ano IV, n.º 37, Maio de 1925, pp. 17-18.



## CONCLUSÃO

Chegados ao fim, fica-nos a ideia de que estamos longe de um trabalho acabado. Também nunca foi essa a nossa pretensão. Numa Academia tão rica como é a de Coimbra seria utópico pensar-se de outra maneira. Temos plena consciência de que foram muitas as questões que ficaram por abordar. No entanto, do estudo que fizemos, ficou-nos o apetite para prosseguir em novas investigações.

Do que ficou dito, poderemos concluir:

1. Até 1910, a Universidade de Coimbra manteve-se pombalina na sua estrutura. Compunha-se de cinco Faculdades – Teologia, Direito, Medicina, Matemática e Filosofia – e de uma Escola de Farmácia. Com a República, a Faculdade de Teologia desapareceu, criando-se em seu lugar a Faculdade de Letras, há muito tempo reclamada, enquanto as de Matemática e Filosofia davam lugar à Faculdade de Ciências. Anexa às Faculdades de Letras e Ciências, um decreto de 21 de Maio de 1911, criava uma Escola Normal Superior, a qual só viria a entrar em funcionamento no ano lectivo de 1915-16. Em 1921, a Escola de Farmácia passava a Faculdade.

Embora em amplitudes muito diferentes, todas estas Escolas eram frequentadas por uma juventude oriunda, não só das mais diferentes regiões do país, mas também do espaço insular, dos territórios africanos e do Brasil.

Ao contrário do que se poderia pensar, na sua composição social, nunca a Academia de Coimbra constituiu um corpo homogêneo. Dela faziam parte, não só filhos de nobres e burgueses, mas também do povo miúdo e até de analfabetos. Frequentar a Universidade de Coimbra era, para muitos estudantes, um caminho de promoção social.

A grande maioria destes estudantes vivia em "repúblicas", casas particulares e pensões e ocupavam uma zona bem demarcada da cidade –

– a Alta. Com o progresso e com o alargamento da cidade foram-se, depois, dispersando um pouco por toda a urbe.

Uma Academia essencialmente masculina, mas que a partir de 1891, se viu enriquecida com a entrada da primeira mulher estudante - Domitila de Carvalho -, a que outras se seguiram.

2. Tecido heterogéneo e contraditório que é, a Academia de Coimbra postula diversas vivências e múltiplos entendimentos, sempre que em causa estão, por exemplo, rituais praxísticos, hábitos talares, relações amorosas, posições culturais, filiações políticas e projecção de imaginários.

A par desta pluralidade, a constatação, também, de uma evidente singularidade, não só no traje que veste, na linguagem que lhe é própria, nos gestos que a identificam, nas atitudes que a caracterizam, na irreverência que a torna célebre, mas também nos grandes combates da história. Daí a criação de um conjunto de lugares comuns que cristalizaram naquilo que podemos chamar de "mitologia coimbrã".

Ser estudante de Coimbra não era apenas comungar da ciência e do ensino (por vezes contestados) que se desenvolviam na Universidade com vista a uma preparação do futuro. Era, também, participar nos múltiplos e variados aspectos de uma vida comunitária que, em Coimbra, se desenvolvia de uma maneira muito especial. Era viver outros tempos. Tempos, não só de sonhos, de estúrdias e de boémia, mas também de empenhamento em movimentos culturais e práticas políticas, qual outra instrução, sem mestres, feita na aprendizagem da vida.

Como realidade social, a Academia de Coimbra é portadora de concepções culturais, às quais não são estranhos mecanismos ideológicos de poder e de contra-poder. Detendo-se em pensamentos reflexivos, os estudantes de Coimbra, pelo menos os mais vanguardistas, sempre tiveram a intuição do espírito do tempo. Criando jornais e revistas, neles verteram, não só uma cultura que lhes é muito própria, mas também as suas preferências pela evolução das ideias e dos conceitos, na literatura, na arte, na ciência, na filosofia e na política.

## FONTES E OBRAS DE CONSULTA

### A. FONTES MANUSCRITAS

#### 1. ARQUIVO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA (AUC)

- Actas das Congregações da Faculdade de Teologia (1880-1901)
- Actas do Conselho da Faculdade de Teologia (1901-1912)
- Actas das Congregações da Faculdade de Direito (1879-1898)
- Actas das Congregações da Faculdade de Direito (1898-1912)
- Actas das Congregações da Faculdade de Matemática (1871-1886)
- Actas das Congregações da Faculdade de Medicina (1884-1896)
- Cadernetas Escolares (Relativas ao ano de 1925-1926)
- Certidões de Idade (Relativas aos alunos matriculados nos anos lectivos de 1880-1881, 1914-1915 e 1925-1926)
- Processos de Inscrição (Relativos aos anos de 1922-1923 a 1925-1926)
- Universidade de Coimbra. Reitoria da Universidade. Correspondência - Ofícios. Anos: 1890-1892; 1894-1895; 1898-1899; 1899-1900; 1906-1907; 1908; 1910; 1911-1912; 1913-1915; 1917-1919 e 1923-1924.

#### 2. BIBLIOTECA DA FACULDADE DE MEDICINA

- Actas do Conselho da Faculdade de Medicina (1910-1913)
- Actas do Conselho da Faculdade de Medicina (1921-1926)

#### 3. SECRETARIA DA FACULDADE DE FARMÁCIA

- Actas das Sessões dos Conselhos da Escola de Farmácia de Coimbra (1903-1930)

### B. PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS

#### 1. PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS

- Actualidade, n.º 263, Porto, 16 de Novembro de 1879

- Biblos, vol. II, Coimbra, Coimbra Editora, Ld.ª 1926
- Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra, vol. X, Coimbra, 1988
- O Conimbricense - Anos: 1872 (n.º 2 574); 1880 (n.ºs 3 455 e 3 476); 1887 (n.º 4 107); 1888 (n.º 4 322); 1889 (n.ºs 4 364, 4 380, 4 382 e 4 411); 1892 (n.º 4 661); 1894 (n.º 4 868); 1901 (n.ºs 5 582, 5 639, 5 640 a 5 646); 1903 (n.ºs 5 770, 5 795); 1904 (n.ºs 5 887, 5 897, 5 898, 5 901, 5 931 e 5 946); 1905 (n.ºs 6 003, 6 019, 6 020, 6 023, 6 036, 6 044 e 6 049); 1906 (n.º 6 115); 1907 (n.ºs 6 177 e 6 183)
- Correio Braziliense, n.º 31, Dezembro de 1810
- Correio de Coimbra, Ano 1.º, n.º 11, Coimbra, 10 de Janeiro de 1907
- Diário Ilustrado, de 24 de Julho de 1902
- Diário de Lisboa, Novembro de 1957 - Janeiro de 1958
- Diário de Notícias, n.º 1, Lisboa, 1 de Janeiro de 1865
- Expresso - Revista, n.º 1128, 10 de Junho de 1994
- A Flecha, n.º 6, 21 de Janeiro, 1912
- Jornal de Coimbra, vol. I, Lisboa, Impressão Regia, 1812
- Jornal da Sociedade Farmacêutica Lusitana, Novembro de 1902 - Suplemento
- Le Monde, 17 Septembre de 1992
- O Ocidente, n.º 1 149, Lisboa, 1910; n.º 1 257, 30 de Novembro de 1913
- O Patriota, n.º 1 160, Lisboa, 19 de Abril de 1848
- O Portuguez, n.º 8, Dezembro de 1814
- A Republica Portuguesa, n.º 1, 1 de Setembro de 1890; n.º 8, 8 de Setembro de 1890, n.º 77, 16 de Novembro de 1890
- Republica Portuguesa, n.º 3, 15 de Maio de 1874
- Resistencia, - 1901 (n.º 649); 1902 (n.ºs 694, 698, 702 e 703)
- Revista da Universidade de Coimbra, vol. 1.º, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1912
- A Revolução de Setembro, n.º 1 834, Lisboa, 18 de Abril de 1848
- Tal & Qual, 16 de Fevereiro de 1990

## 2. OUTRAS PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS

- |                                   |  |
|-----------------------------------|--|
| - A Academia - 1897               | - Atlântida - 1906                     |
| - A Academia - 1923-1924          | - Azagaia - 1891                       |
| - A Academia de Coimbra - 1886    | - Bairro dos Olivais - 1914            |
| - Academia Portuguesa - 1914-1915 | - A Barcarola - 1900                   |
| - Adelina Abranches - 1904        | - Bysancio - 1923                      |
| - Agua Lustral - 1913             | - Bohemia Nova - 1889                  |
| - Album de Coimbra - 1908         | - Bohemia Velha - 1889                 |
| - Aldeia Portuguesa - 1919        | - Bofetadas - 1896                     |
| - O Alferce - 1902                | - Boletim da Sociedade do Nível - 1899 |
| - Alma Académica - 1913-1914      | - A Briosa - 1912-1914                 |
| - A Alvorada - 1896               | - CADC - 1909                          |
| - Alvorada - 1918                 | - A Cabra - 1910                       |
| - O Ambrosio - 1914               | - A Cabra - 1910                       |
| - O Amigo do Estudo - 1867        | - A Careta - 1902                      |
| - Anathema - 1890                 | - A Carêta - 1903                      |
| - Argus - 1896-1897               | - Caricatos - 1906-1907                |
| - Arte & Vida - 1904-1906         | - O Cautério - 1899                    |

- Censor Provinciano - 1823
- O Centenario do Marquez de Pombal - 1882
- Centenario da Sebenta - 1902
- A Chrysalida - 1862
- O Clarão - 1910
- O Clarim - 1902
- O Clarim das Ruas - 1897
- Coimbra - Comica - 1901
- Coimbra em Fraida - 1881
- O Conflito - 1921
- A Corja - 1915
- Correio da Universidade - 1886-1887
- A Critica - 1888
- A Chronica - 1908
- Chronica Alegre - 1908
- O Dá-lhe Gralhas - 1912
- De Cabo a Rabo - 1912
- Echos da Mocidade - 1906
- Estrella Academica - 1902
- Estudos - 1922-1926
- Estudos Sociaes - 1905-1911
- A Evolução - 1881-1882
- Faiscas - 1910
- Flanando - 1896
- Folha Academica - 1886
- A Folia - 1902
- Os Gatinhos - 1902
- Gente Nova - 1912-1913
- Gondola - 1897
- Hoje - 1898
- Humanidade - 1925
- Icaro - 1919-1920
- O Iconoclasta - 1912
- Imparcial - 1912-1919
- Impertinente - 1911
- Insolencias - 1894-1895
- Insultos - 1894
- Irreverente - 1911-1912
- Jornal dos Estudantes - 1896
- Livre Pensamento - 1905
- A Má Língua - 1898
- A Manhã - 1905
- À Memória de Joaquim Falcão de Magalhães - 1902
- O Mesquita - 1910
- Minerva Constitucional - 1823
- A Miniatura - 1896
- A Moca - 1902
- Na Morte de Junqueiro - 1923
- Nem Cá Nem Lá - 1889
- No Circo - 1906
- Os Novos - 1893-1894
- O Pagode - 1902
- O Panorama Contemporaneo - 1883-1884
- Patria - 1906
- Patria Nova - 1908-1917
- Pavões - 1904-1905
- O Pedante - 1901
- Piparotes - 1912
- O Pylampo - 1888
- Porta Ferrea - 1902
- Portugal - 1896
- Portugal - 1897
- A Praça Publica - 1897
- Preto Academico - 1888
- O Raio - 1894
- O Raio - 1914
- A Rajada - 1912
- Recepção aos Novatos - 1905
- A Resistência - 1914
- Ressureição - 1919
- Rastolheira Médica - 1910
- Revista do "Civil" - 1903
- Revista Livre - 1893-1894
- Revista Scientifica e Litteraria - 1880-1881
- A Revolta - 1908
- Risos Lisos - 1897
- A Sebenta - 1896
- À Sirga - 1916
- A Social - 1897
- Thermocautério - 1921
- A Tradição - 1920
- Treiskaidekopeia - 1910
- Tripticozinho - 1904
- A Troça - 1903
- A Troça - 1906
- Ultimatum - 1890
- A Verdade - 1907
- Via Latina - 1924
- A Vida Académica - 1902
- 21 de Março - 1885
- Voz do Porvir - 1897
- Voz da Verdade - 1914
- Zumbidos - 1880

### C. LEGISLAÇÃO

- *Collecção de Leis e outros documentos officiaes publicados desde 15 de Agosto de 1834 até 31 de Dezembro de 1835*, Quarta Série, Lisboa, na Imprensa Nacional, 1837
- *Collecção de Leis e outros documentos officiaes publicados desde 10 de Setembro até 31 de Dezembro de 1836*, Sexta Série, Lisboa, Na Imprensa Nacional, 1837
- *Diário do Governo* - Anos de: 1870, 1884, 1886, 1888, 1894, 1895, 1896, 1897, 1898, 1901, 1902, 1907, 1910, 1911, 1913, 1914, 1915, 1918, 1919, 1921, 1925, 1930, 1932, 1947, 1948
- *Diario da República*, III Série, n.º 230, 30 de Outubro de 1979
- *Legislação Académica colligida pelo Dr. José Maria de Abreu - coordenada, revista e ampliada pelo Dr. António dos Santos Viegas*, vol. I, 1772-1850, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1894
- *Legislação Académica desde o anno de 1851 inclusivamente até ao presente, colligida e coordenada pelo conselheiro José Maria de Abreu*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1854
- *Legislação Académica desde 1855 até 1863 e suplemento à legislação anterior, colligida e coordenada pelo conselheiro José Maria de Abreu*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1863
- *Legislação Académica 1864-1886 e repertorio de toda a legislação académica desde 1772 até 1866*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1866

### D FONTES IMPRESSAS E OBRAS DE CONSULTA

- ABREU, Eduardo - *Separação das Igrejas do Estado*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1911
- AGOSTINHO, Santa - *Confissões*, 10.ª edição, Porto, Livraria Apostolada da Imprensa, 1981
- ALEIXO, Mana Adelaide - "Um Aniversário", *Estudos*, Ano IV, n.ºs 38 e 39, Junho e Julho de 1925
- ALMEIDA, António José de - *Desaffronta (Historia d'uma perseguição)*, 2.ª ed., Coimbra, Livraria Moderna de A. d'Oliveira, 1896
- *Quarenta anos de vida literária e política*, vol. I, Lisboa, J. Rodrigues & C.ª, 1933
- ALMEIDA, Fialho de - *À Esquina (jornal d'um vagabundo)*, 5.ª edição, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1923
- ALMEIDA, Fortunato de - *História da Igreja em Portugal*, vol. III, Barcelos, Companhia Editora do Minho, 1970
- ALMEIDA, J. A. Moreira de - *A separação do Estado e das Igrejas*, Lisboa, Tipografia Editora José Bastos, 1911
- ALMEIDA, João Ferreira de - "Temas e conceitos nas teorias da estratificação social", *Análise Social*, vol. XX, n.ºs 81-82, Lisboa, 1984
- ALMEIDA, M. Lopes d' - *Documentos da Reforma Pombalina (1783-1792)*, vol. II, Coimbra, Por ordem da Universidade de Coimbra, 1979
- ALVES, José Augusto dos Santos - "O Portuguez e o Discurso do Saber/Poder", *Cultura, História e Filosofia*, vol. VI, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica - Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, 1987

- ALVIM, Maria Helena Vilas-Boas e - "Contributo para o estudo de alguns periódicos da Academia Coimbrã do séc. XIX (1840-1870)", *Universidade(s). História. Memória. Perspectivas. Actas do Congresso "História da Universidade"* (No 7.º Centenário da sua Fundação), vol. 3.º, Coimbra. Gráfica Ediliber, Ld.ª, 1991
- AMARAL, João do - "Vida de Coimbra", *Ilustração Portuguesa*, II Série, n.º 421, Lisboa, 16 de Março de 1914
- AMARO, António Rafael - "O Imparcial, um jornal de combate (1912-1919)", *O CADC de Coimbra. A Democracia Cristã e os inícios do Estado Novo (1905-1934). Uma abordagem a partir dos Estudos Sociais (1905-1911), Imparcial (1912-1919) e Estudos (1922-1934)*, Prefácio de Manuel Augusto Rodrigues, Coimbra, Faculdade de Letras, 1993
- AMORIM, Diogo Pacheco d' - *A Nova Geração*, Coimbra, França & Arménio, 1918  
- "O Prof. Doutor Francisco José de Sousa Gomes", *Revista da Faculdade de Ciências de Coimbra*, vol. XXX, Coimbra, 1961
- ANDRADE, Abel - *A Parede e as minhas responsabilidades*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1892
- ANDRADE, António Alberto de - *Vernei e a cultura do seu tempo*, Coimbra, Por ordem da Universidade, 1965
- ANDRADE, Máio Saraiva e BARROS, Victor Dias - *Código da Praxe Académica de Coimbra*, Coimbra, Coimbra Editora, 1957
- Annaes das Sciencias, das Artes e das Letras. Por huma sociedade de Portuguezes residentes em Paris*, tomo I, Paris, Impresso por A. Bobée, impressor da Sociedade Real Academica das Sciencias de Paris, 1818
- Antologia de textos pedagógicos do século XIX português*. Prefácio, selecção e notas de Alberto Ferreira, vol. III, Lisboa, Instituto Gulbenkian de Ciência, 1975
- Anuário(s) da Universidade de Coimbra. Anos lectivos de 1880-1881 a 1925-1926*, 46 vols., Coimbra, Imprensa da Universidade, 1880-1933
- ARAÚJO, Ana Cristina Bartolomeu - "As horas e os dias da Universidade", *Universidade(s). História. Memória. Perspectivas. Actas do Congresso "História da Universidade"* (No 7.º Centenário da sua Fundação), vol. 3.º, Coimbra, Gráfica Ediliber, Ld.ª, 1991
- ARNOSO, Vicente - "O S. João de Coimbra", *Ilustração Portuguesa*, n.º 75, Lisboa, 29 de Julho de 1907  
- "As tascas de Coimbra", *Ilustração Portuguesa*, n.º 101, Lisboa, 1908
- ASCENSÃO, Leão Ramos - *O Integralismo Lusitano*, Porto, Imprensa Portuguesa, 1943
- BABO, Carlos dos Santos - *Os mestres de Direito ou os Assizes da Universidade (carta feita de verdades amargas)*, Coimbra, J. Moura Marques, 1906
- BARATA, José de Oliveira - "O Teatro e a Universidade de Coimbra", *Revista de História das Ideias*, vol. 12, Coimbra, 1990
- BARROS, João de - *Educação Republicana*, Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1916
- BASTOS, Teixeira - *A vida do estudante de Coimbra (Antiga e Moderna)*. (Duas conferências na Associação Cristã de Estudantes, nos dias 29 e 30 de Abril de 1920), Coimbra, Imprensa da Universidade, 1920  
- *Iniciativas Académicas. Sociedade Filantrópica - Académica de Coimbra*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1923
- BEBIANO, Rui - "O 1.º Centenário Pombalino (1882). Contributo para a sua compreensão histórica", *Revista de História das Ideias*, vol. 4, tomo II, Coimbra, 1982-1983

- BEJA, Nuno - *Coimbra da poesia e da lenda*. Coimbra, Edição da Sociedade de Defesa e Propaganda de Coimbra, 1937
- BOAVIDA, Ana M. Caiado - "Tópicos sobre a prática política dos estudantes republicanos (1890-1931): limites e condicionantes do movimento estudantil", *Análise Social*, terceira série, vol. XIX, n.ºs 77, 78 e 79, Lisboa, 1983
- BOIRAUD, Henri - "A evolução da educação feminina", *História Mundial da Educação*, dir: Gaston Mialaret e Jean Vial, tradução de Álvaro Lopes Monteiro, vol. III, Porto, s.d.
- BOLÉO, José de Paiva - "A Conferência Académica de S. Vicente de Paulo de Coimbra. Origem, evolução, estado actual", *Estudos*, Ano IV, n.ºs 47-48, Março e Abril de 1926, Coimbra, 1926
- BORGES, Nelson Correia - *Novos Guias de Portugal. Coimbra e região*, Lisboa, Editorial Estampa, 1987
- BOURDIEU, Pierre - "Les rites d'institution", *Actes de la recherche en sciences sociales*, n.º 43, Juin, 1982
- BRAGA, Luís de Almeida - *O culto da tradição (Conferência realizada na Associação Católica do Porto na noite de 26 de Março de 1916)*, Coimbra, F. França Amado, 1916  
- *Sob o Pendão Real*, Porto, 1942
- BRAGA, Teófilo - *A Sebenta*, Lisboa, Typ. da Empresa de História de Portugal, 1899  
- *História da Universidade de Coimbra nas suas relações com a instrução pública portuguesa*, 4 tomos, Lisboa, Por ordem e na Typographia da Academia Real das Ciências, 1892-1902  
- *História das Ideias Republicanas em Portugal*, Lisboa, Vega, 1983
- BRANDÃO, Mário e ALMEIDA, M. Lopes de - *A Universidade de Coimbra - esboço da sua história*, Coimbra, Por ordem da Universidade, 1937
- BRANDÃO, Mário - *Antero de Quental estudante*, Coimbra, 1957
- BRITES, Geraldino - *A epidemia reinante - observações anatomo-patológicas*, Sep. de Medicina Contemporânea, Lisboa, 1918
- BRITO, António José de - *Reflexões acerca do Integralismo Lusitano*, Lisboa, Editorial Verbo, 1965
- BRITO, Maria Filomena - "(Con)vivências em Coimbra. A alcunha no meio académico tradicional", *Universidade(s). História. Memória. Perspectivas. Actas do Congresso "História da Universidade" (No 7.º Centenário da sua Fundação)*, vol. 3.º, Coimbra, Gráfica Ediliber, Ld.ª, 1991
- BROTERO, Félix de Avelar - "Representação que fez no anno de 1816 o Dr. Félix de Avelar Brotero ao Reformador Reitor da Universidade de Coimbra, sobre o estado em que se achava o ensino da Botânica e Agricultura, e do Jardim Botânico da Faculdade Philosophica". *O Conimbricense*, n.º 2 574, de 26 de Março de 1872
- BRUNO, José - *Uma véspera de feriado. Peça de costumes de Coimbra*, 3.ª ed. ilustrada, Coimbra, Coimbra Editora, 1929
- CABRAL, António - *Alexandre Cabral. Memórias Políticas. Homens e factos do meu tempo*, Lisboa, J. Rodrigues, 1923  
- *Tempos de Coimbra. Memórias de estudante - anedotas e casos, figuras e tipos*, Coimbra, Coimbra Editora, 1925  
- *As minhas memórias políticas. Em plena República*, Lisboa, 1932  
- *O talento e os desvarios de Guerra Junqueiro*, Lisboa, 1942



- CABRAL, Manuel Villaverde - *Portugal na alvorada do século XX. Forças sociais, poder político e crescimento económico de 1890 a 1914*, Lisboa, A. Regra do Jogo, 1979  
 - *O desenvolvimento do capitalismo em Portugal no século XIX*, 3.ª ed., Lisboa, A Regra do Jogo, 1981
- CÁDIMA, Francisco Rui - "Cinema, História, Vídeo", *Expresso*, n.º 1 034, de 22 a 28 de Agosto de 1992
- CAIADO, Nuno - *Movimentos estudantis em Portugal: 1945-1980*, Lisboa, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, 1990
- CAIEL (Pseudónimo de Alice Pestana) - "O que deve ser a instrução secundária", *Congresso Pedagógico Hispano-Português-Americano. Secção Portuguesa*, Lisboa, 1892
- CAILLOIS, Roger - *O mito e o homem*, Lisboa, Ed. 70, 1980
- CALADO, Rafael Salinas - *Memórias de um estudante de direito*, 2.ª ed., Coimbra, Coimbra Editora, 1961
- CALISTO, Diamantino - *Costumes académicos de antanho*, Porto, Imprensa Moderna, 1950  
 - "Praxes Académicas", *Rua Larga*, n.º 17, Coimbra, 30 de Setembro de 1958
- CANDIDO, Armando - *Coimbra do meu tempo*, Lisboa, Livraria Editora Guimarães, 1929  
*Cantigas para o fado e para as "fogueiras" do San João, por estudantes de Coimbra*, Coimbra, França Amado, 1899
- CARDOSO, João José - "Amores d'estudante", *Via Latina*, Revista da AAC, Coimbra, 1987
- CARDOSO, Walter - "Estudantes da Universidade de Coimbra nascidos no Brasil (1701-1822): Procedências e graus obtidos", *Universidade(s). História. Memória. Perspectivas. Actas do Congresso "História da Universidade" (No 7.º Centenário da sua Fundação)*, vol. 3.º, Coimbra, Gráfica Ediliber, Ld.ª, 1991
- CARVALHO, Barbosa de - *Leis Extravagantes da Academia de Coimbra ou Código de Muitas Partidas*, Coimbra, Livraria Cunha Editora, 1916
- CARVALHO, Dinis de, MOTA, Pereira da e RIBEIRO, Sousa - *As praxes académicas de Coimbra*, Coimbra, 1925
- CARVALHO, Gustavo Martins de - *A praxe académica*. Apello, Coimbra, 1902
- CARVALHO, Joaquim de - *Estudos sobre a cultura portuguesa do século XIX*. vol. I, Coimbra, Por ordem da Universidade, 1955  
 - *Obra Completa*. vols. V e VI, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1987 e 1989
- CARVALHO, Joaquim Martins de - *Apontamentos para a História Contemporânea*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1868
- CARVALHO, Joaquim Martins Teixeira de - *Bric-à-brac. Notas históricas e arqueológicas*, Porto, Livraria Fernando Machado, 1926
- CARVALHO, Paulo Archer de - "In Memoriam". *Notas para a tipologia mental da comunidade estudantil de Coimbra (1870-1945)*", *Revista de História das Ideias*, vol. 12, Coimbra, 1990
- CARVALHO, Rómulo de - *Sobre os compêndios universitários exigidos pela reforma pombalina*, Figueira da Foz, 1963  
 - *História do Ensino em Portugal - desde a fundação da nacionalidade até o fim do regime de Salazar - Caetano*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1986

- CASCÃO, Rui e ALMEIDA, Maria Manuel - "Origens sociais dos alunos matriculados na Universidade de Coimbra nos finais do século XIX", *Universidade(s). História. Memória. Perspectivas. Actas do Congresso "História da Universidade" (No 7.º Centenário da sua Fundação)*, vol. 3.º, Coimbra, Gráfica Ediliber, Ld.ª, 1991
- CASTILHO, António Feliciano de - "Prefácio", Lamennais, *Palavras d'um crente escriptas em francez pelo Senhor Padre Lamennais, e vertidas em vulgar por António Feliciano de Castilho*, Lisboa, 1836
- CASTRO, Amílcar Ferreira de - *A génia dos estudantes de Coimbra*, Coimbra, Faculdade de Letras, 1947
- CASTRO, Armando de - *Introdução ao Estudo da Economia Portuguesa (Fim do séc. XVIII a princípios do séc. XX)*, Lisboa, Tip. da Rádio Renascença, 1947  
- *A Economia Portuguesa do século XX (1900-1925)*, 3.ª edição, Lousã, Tipografia Lousanense, 1979
- CASTRO, Luis Cyrne de - *Tempos Idos*, (Viana do Castelo), Edição do autor, 1974
- CASTRO, Sérgio de - *Coimbra terra de encantos...*, Lisboa, 1925
- CATROGA, Fernando José de Almeida - "Os inícios do positivismo em Portugal. O seu significado político-social", *Revista de História das Ideias*, vol. I, Universidade de Coimbra, 1977  
- *A militância laica e a descrençianização da morte em Portugal, 1865-1911*, 2 vols., Coimbra, 1983 (Edição policopiada)  
- *A laicização do casamento e o feminismo republicano*, Coimbra, 1986  
- "Cientismo, política e anticlericalismo", *História de Portugal*, direcção de José Mattoso, vol. V, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993  
- *Mações Liberais e Republicanos em Coimbra (Década de 70 do século XIX)*, Separata do Arquivo Coimbrão, Coimbra, 1990  
- *O Republicanismo em Portugal. Da Fundação ao 5 de Outubro de 1910*, 2 vols., Coimbra, Faculdade de Letras, 1991  
- *O Céu da Memória. Cemitério romântico e culto cívico dos mortos*, Coimbra, Minerva, 1999
- CAZENEUVE, Jean - *Dez grandes noções de sociologia*, Lisboa, Moraes Editores, 1978
- Censo da População do Reino de Portugal no 1.º de Dezembro de 1900 (Quarto recenseamento geral da população) - Resultados Provisórios. População de facto, com distincção de sexos, por districtos, concelhos e freguesias*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1901
- CEREJEIRA, Manuel Gonçalves - *Vinte anos de Coimbra*, Lisboa, Oficina Gráfica, Ld.ª, 1943
- CERQUEIRA, António e NORONHA, António de - *A Reforma da Universidade e a Faculdade de Direito*, Bastorá, Typ. Rangel, 1904
- CHAGAS, João - *As minhas razões*, Lisboa, 1906
- CHAGAS, João e Ex-Tenente Coelho - *Historia da Revolta do Porto de 31 de Janeiro de 1891 (Depoimento de dois cúmplices)*, Lisboa, Empreza Democrática de Portugal Editora, 1901
- CHARTIER, Roger - *A História Cultural entre práticas e representações*, tradução de Maria Manuela Galhardo, Lisboa, Difel, 1988
- CHAVES, Castelo Branco - *Estudos Críticos*, Coimbra, 1932
- CLODE, William Edward - *O problema sexual no meio académico*, Coimbra, Imprensa Académica, 1925

- COELHO, Elísio de Melo - *O meu tempo de Coimbra (1916-1921)*, Porto, Oficina de S. José, 1971
- COELHO, Francisco Adolfo - *Para a história da instrução popular*, Lisboa, Instituto Gulbenkian de Ciência, 1973
- COELHO, Trindade - *Autobiografia e cartas*, Lisboa, 1910  
 - *O Senhor Sete*, Lisboa, 1961  
 - *In Illo Tempore*, Publicações Europa-América, n.º 287, Mem Martins, s.d.
- Coimbra e António Nobre. *Homenagem ao poeta*, Coimbra, Edição da Biblioteca Municipal, 1940
- COIMBRA, Margarida Rosa Custódio Mota - "Subsídios para o estudo da delinquência estudantil em Coimbra, 1871-1886", *Universidade(s). História. Memória. Perspectivas. Actas do Congresso "História da Universidade" (No 7.º Centenário da sua Fundação)*, vol. 3.º, Coimbra, Gráfica Ediliber, Ld.ª, 1991
- COLAÇO, João Maria de Magalhães - "O feminismo triunfa em Coimbra", *Ilustração Portuguesa*, n.º 310, Lisboa, 29 de Janeiro de 1912
- As *Constituições Portuguesas (1822-1826-1838-1911-1933-1976)*. Organização e introdução de Jorge Miranda, Lisboa, Livraria Petrony, 1976
- CORREIA, António - "Subsídio para o estudo do traje dos estudantes de Coimbra I... VI", *Rua Larga*, n.º 2, n.º 5, n.º 6, n.º 8, n.º 9 e n.º 10, Coimbra, 1957  
 - "O roubo do boné", *Rua Larga*, n.º 1, Coimbra, 10 de Junho de 1957  
 - "A propósito de três livros sobre a vida dos Estudantes de Coimbra", *Rua Larga*, n.º 6, Coimbra, 1 de Novembro de 1957
- CORREIA, Fernando - *Vida Errada - a romance de Coimbra*, Coimbra, Coimbra Editora, Ld.ª, 1933
- CORREIA, Fernando da Silva - *Esboço da História da Medicina Social em Portugal*, Lisboa, 1951
- CORREIA, Maximino - "Capa e Batina", *Via Latina*, Ano IV, n.º 17, 5 de Fevereiro de 1944
- CORREIA, Natália - *A questão académica de 1907*, Prefácio de Mário Braga, Lisboa, Editorial Minotauro Ld.ª, 1962
- CORTE-REAL, António Moniz Barreto - *Bellezas de Coimbra*, Parte Primeira, Coimbra, Real Imprensa da Universidade, 1831
- CORTESÃO, Jaime - "No 40.º Aniversário da Renascença Portuguesa", *Primeiro de Janeiro*, de 28 de Dezembro de 1951
- CORVACHO, Nuno - "Ramalde à procura de espaço para a cultura", *Público*, Ano 3, n.º 852, 4 de Julho de 1992
- COSTA, Afonso - *Discursos Parlamentares 1911-1914*, Amadora, 1976
- COSTA, Alberto - *O Livro do Doutor Assis*, 9.ª ed., Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1945
- COSTA, Alberto e GONÇALVES, Adriano - *Esculápio em Cuecas*, Coimbra, Casa de Minerva, 1926
- COSTA, António da - *A Instrução Nacional*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1870
- COSTA, Cunha e - *A Igreja Catholica e Sidonia Paes*, Coimbra, Coimbra Editora, Ld.ª, 1921
- COSTA, Fernando Marques da - *Mulheres. elites e igualitarismos na 1.ª República*, Coimbra, 1986
- COSTA, Mário Júlio de Almeida e - *O ensino do Direito em Portugal no século XX (Notas sobre as reformas de 1901 e de 1911)*, Coimbra, Coimbra Editora, 1964

- COSTA, Mirandela da - "Os Dois Jogos Tradicionais", *Actas das Jornadas de Reflexão – "Os Jogos Tradicionais em Portugal"*, Guarda, IPG e DGD, 1990
- CRAVIDÃO, Fernanda Delgado - "A população estudantil da Universidade de Coimbra. Uma análise geográfica", *Universidade(s). História. Memória. Perspectivas. Actas do Congresso "História da Universidade" (No 7.º Centenário da sua Fundação)*, vol. 3.º, Coimbra, Gráfica Ediliber, Ld.ª, 1991
- CRUZ, Manuel Braga da - *As origens da democracia cristã e o salazarismo*, Lisboa, Editorial Presença, 1980
- "Os católicos e a política dos finais do século XIX", *Análise Social*, segunda série, vol. XVI, n.ºs 61-62, Lisboa, 1980
- "O integralismo lusitano nas origens do salazarismo", *Análise Social*, terceira série, vol. XVIII, 1982
- CRUZEIRO, Celso - *Coimbra, 1969. A crise académica, o debate das ideias e a prática, ontem e hoje*, Porto, Edições Afrontamento, 1989
- CRUZEIRO, Maria Eduarda - "Costumes estudantis de Coimbra no século XIX: tradição e conservação institucional", *Análise Social*, 2.ª Série, vol. XV, n.º 60, Lisboa, 1979
- *Action Symbolique et Formation Scolaire. L'Université de Coimbra et sa Faculté de Droit dans la seconde moitié du XIX siècle*, 2 tomos, Paris, 1990 (Edição policopiada)
- "Os professores da Universidade de Coimbra na segunda metade do século XIX", *Análise Social*, quarta série, vol. XXVII, n.ºs 116-117, Lisboa, 1992
- CUBELIER, Maurice - *L'enfant et la jeunesse dans la société française 1800-1950*, Paris, A. Colin, 1979
- CUNHA, Alberto Xavier da - "A Antropologia física em Portugal até aos fins do séc. XIX", *História e Desenvolvimento da Ciência em Portugal*, vol. II, Lisboa, 1986
- CUNHA, Correia da - *A "Malta". Reportagens da vida académica de Coimbra*, Coimbra, Livraria Gonçalves, 1933
- CUNHA, Guilherme de Barros e - *O ensino farmacêutico na Universidade de Coimbra - sua criação e evolução até à reforma de Hintze Ribeiro*, Separata de "Notícias Farmacêuticas", Alcobaça, 1937
- CURTO, Ramada - "Quid Petis? As caricaturas de J. Valerio", *Ilustração Portuguesa*, n.º 220, Lisboa, 9 de Maio de 1910
- Dados Estatísticos da Universidade de Coimbra. Reitoria, Cadernos da Assessoria de Planeamento*, Coimbra, 1988
- DELGADO, Maria Rosalina Pinto da Ponte - "Estúdios académicos do Anno Noticioso e Histórico (1740-1745)", *Universidade(s). História. Memória. Perspectivas. Actas do Congresso "História da Universidade" (No 7.º Centenário da sua Fundação)*, vol. 3.º, Coimbra, Gráfica Ediliber, Ld.ª, 1991
- O Denominada Fôro Académico e os methodos de ensino da Universidade de Coimbra*, Coimbra, Imprensa Litteraria, 1882
- Diário da Assembleia Nacional Constituinte*, Lisboa, 1911
- DIAS, Augusto da Costa - *A crise da consciência pequeno-burguesa. O nacionalismo literário da geração de 90*, 3.ª edição, Lisboa, Editorial Estampa, 1977
- DIAS, José Pedro Sousa - "O ensino de Farmácia. Uma perspectiva histórica", *Farmácia Portuguesa*, n.º 53, Setembro/Outubro, Lisboa, 1988
- DIAS, José Sebastião da Silva - *A política cultural da época de D. João III*, vol. 1.º, tomo II, Universidade de Coimbra, 1969
- *Os Primórdios de Maçonaria em Portugal*, vol. I, tomo II, Lisboa, 1980

- DIAZ, F. Sanz - *El alumnado de la Universidad de Valladolid en el siglo XIX*, Valladolid, 1979  
*Diccionario Bibliográfico Português*, Estudos de Innocencio Francisco da Silva continuados e ampliados por Brito Aranha, tomo XIX, Lisboa, Imprensa Nacional, 1908  
*Dicionário de Literatura*, direcção de Jacinto Prado Coelho, 4.ª ed., vol. 4.º, Porto, Figueirinhas, 1989  
*Dicionário de Sociologia*, direcção de Jean Cazeneuve e David Victoraff, Lisboa, Ed. Verbo, 1982
- DIEHL, Ch. - "Impressões de Coimbra", *O Instituto*, vol. 72, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1925
- DINIS, Júlio - *As Pupilas da Senhora Reitor. Crónica da Aldeia*, Porto, 1987
- DINIZ, José Cypriano Rodrigues - *O ensino farmacêutico na Universidade de Coimbra - sua evolução desde 1902 até à reforma de 1932*, Separata de "Notícias Farmacêuticas", Alcobaca, 1937
- DUARTE, Luís Miguel - "História das mentalidades (algumas sugestões de leitura)", *Cadernos de Ciências Sociais*, n.º 4, Porto, 1986
- DUARTE, Teófilo - *Sidónio Pais e o seu consulado*, Lisboa, 1941
- DUBOIS, Claude Gilbert - *L'imaginaire de la Renaissance*, Paris, PUF, 1985
- DUBY, George - *O ano mil*, Lisboa, Ed. 70, 1986
- DUBY, George e LARDREAU, G. - *Dialogues*, Paris, Flammarion, 1980
- DURÃES, António - "Coimbra do nosso tempo - Meras recordações da mocidade", *Boletim da Associação dos Antigos Estudantes de Coimbra*, n.º 12, Julho, Coimbra, 1973
- DURAND, Gilbert - *Mito, símbolo e mitologia*, Porto, Ed. Presença, 1982
- ELIADE, Mircea - *Mythes, rêves et mystères*, Paris, Gallimard, 1957  
 - *Aspectos do mito*, Lisboa, Ed. 70, 1963  
 - *Tratado de Historia de las Religiones. Morfologia y dialéctica de lo sagrado*, 2.ª ed., Madrid, Ed. Cristiandad, 1981
- ELOY, João - *Boémia Coimbrã. A vida académica de Coimbra nos fins do século passado*, Vila Nova de Famalicão, Oficinas Gráficas Minerva, 1938
- ESCARPIT, Robert - *Sociologia da Literatura*, tradução de Anabela Monteiro e Carlos Alberto Nunes, Lisboa, Arcádia, 1969
- Estatutos da Universidade de Coimbra (1772)*, Ed. Fac-similada, Coimbra, Por ordem da Universidade, 1972
- A Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra ao País*, Coimbra, Tipografia França Amado, 1919
- [FALCÃO, Joaquim José Pereira] - *A Communa de Paris e o Governo de Versailles*, [Coimbra], Imprensa da Universidade, [1871]
- FALCATO, João - *Coimbra dos Doutores*, Coimbra, Coimbra Editora, 1957  
 - *Palácios Confusos*, s. l., Empresa Nacional de Publicidade, s.d.
- FARIA, Serrão de - *À Porta Férrea. Coimbra dos estudantes e amores*, Lisboa, Portugalíia Editora, 1946
- FEIO, Francisco Gomes do Rego - "O Centenario Pombalino e os seus Inimigos", *O Centenario do Marquez de Pombal (Jornal comemorativo publicado pela Comissão dos Estudantes de Coimbra)*, Numero unico, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1882
- FERNANDES, Rogério - "Instrução Operária e intervenção estudantil em Coimbra nos começos da Regeneração", *Revista de História das Ideias*, vol. 12, Coimbra, 1990

- FERRÃO, Carlos - *O Integralismo e a República (Autópsia de um mito)*, 3 vols., Lisboa, Inquérito, 1964-1965
- FERRAROTI, Franco - *Histoire et Histoires de Vie. La méthode biographie dans les sciences sociales*, Paris, Librairie des Méridiens, 1983
- FERREIRA, A. Jacinto - *Integralismo Lusitano. Uma doutrina política de ideias novas*, Lisboa, Edições Cultura Monárquica, 1991
- FERREIRA, F. A. Gonçalves - *História da Saúde e dos Serviços de Saúde em Portugal*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1990
- FERREIRA, João Pedro Rosa - "A proposta constitucional do Correio Brasileiro", *Cultura, História e Filosofia*, vol. VI, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, 1987
- FERREIRA, Maria Emília Cordeiro - "Epidemias", *Dicionário de História de Portugal*, dirigido por Joel Serrão, vol. II, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1971
- FERREIRA, Nuno - "Coimbra: O crepúsculo das Repúblicas", *Expresso*, 13 de Fevereiro de 1988
- FERREIRA, Virgínia - "Universidade de Coimbra - 1964-1983. Que mudanças?", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.ºs 27/28, Junho de 1989
- A Festa*, 2 vols., coordenação de Maria Helena Carvalho dos Santos, Lisboa, Universidade Editora, 1992
- La Fiesta. Uma historia cultural desde la Antigüedad hasta nuestros dias*, direcção de Uwe Schultz, versão espanhola de José Luís Gil Arístu, Madrid, Alianza Editorial, 1993
- FIGUEIREDO, A. C. Borges de - *Coimbra antiga e moderna*, Lisboa, Livraria Ferreira, 1886
- FIGUEIREDO, Mesquita de - "A romaria do Espírito Santo em Santo Antonio dos Olivares", *Ilustração Portuguesa*, n.º 329, Lisboa, 10 de Junho de 1912
- FONSECA, Alberto Dinis da - "Elementos para a história do CADC", *Estudos*, Ano IV, n.ºs 47 e 48, Março e Abril de 1926, Coimbra, 1926
- "Algumas notas sobre os Estudos Sociais", *Estudos*, Número das Bodas de Ouro do CADC, Coimbra, 1951
- *A pré-história do CADC - 1901-1905*, Guarda, Outeiro de S. Miguel, 1951
- FONSECA, A. Monteiro da - *Album de Retratos*, Guarda, Tipografia Veritas, 1974
- FONSECA, Augusto d'Oliveira - *Outros tempos ou velharias de Coimbra - 1850 a 1880*, Lisboa, Livraria Tabuense, 1911
- FONSECA, Fernando Taveira da - *A Universidade de Coimbra (1700-1771). Estudo social e económico*, 2 vols., Coimbra, 1992
- FONTES, Paulo - "As organizações estudantis católicas e a crise académica de 1956-1957", *Universidade(s). História. Memória. Perspectivas. Actas do Congresso "História da Universidade" (No 7.º Centenário da sua Fundação)*, vol. 5.º, Coimbra, Gráfica Ediliber, Ld.ª, 1991
- FORJAZ, Adrião Pereira - "O 1.º d'Outubro", *O Instituto*, vol. 1.º, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1853
- FRAGOSO, Damásio - *Memoria lida pelo lente de véspera da Faculdade de Teologia perante o Conselho Superior de Instrução Pública*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1885
- FRANÇA, José Augusto - *A arte em Portugal no século XIX*, vol. I, Lisboa, Livraria Bertrand, 1967
- *O Romantismo em Portugal. Estudos de factos socioculturais*, vols. 2.º e 4.º, Lisboa, Livros Horizonte, 1974

- FREIRE, Francisco de Castro - *Memoria Historica da Faculdade de Mathematica nos cem annos decorridos desde a reforma da Universidade em 1772 até ao presente*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1872
- GAMA, Eugénio Sanches da - *Nós todos e outros versos*, Prefácio de Campos de Figueiredo, Coimbra, 1959
- GARRIDO, Álvaro - *Movimento estudantil e crise do Estado Novo*, Coimbra, 1962, Coimbra, Minerva Editora, 1996
- GEERTZ, C. - *The Interpretation of cultures*, Nova Iorque, Basic Books Inc., 1973
- GENNEP, Arnold Van - *Manuel de Folklore français contemporain*, Paris, Picard, 1943  
- *Los ritos de paso*, versión castellana de Juan Aranzadi, Madrid, Taurus Ediciones, 1986
- GODELIER, Maurice - "La Part «Idéelle» du Réel et le problème des fondements de la dominance des structures non économiques", *L'Arc*, n.º 72, Aix-en-Provence
- GODINHO, Vitorino Magalhães - "Sobre teoria da história e historiografia", *Ensaio*, vol. III, Lisboa, Sá da Costa, 1971  
- *Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*, 3.ª ed., Lisboa, Editora Arcádia, 1977
- GOMES, Joaquim Ferreira - *Dez Estudos Pedagógicos*, Coimbra, Livraria Almedina, 1977  
- "Os vários Estatutos por que se regeu a Universidade Portuguesa ao longo da sua história", *Revista Portuguesa de Pedagogia*, Nova Série, Ano XX, Coimbra, 1986  
- "As origens da formação pedagógica dos professores do ensino primário e secundário", *Educação e Tecnologia*, Revista do Instituto Politécnico da Guarda, n.º 1, Guarda, Julho de 1987  
- *A mulher na Universidade de Coimbra*, Coimbra, Livraria Almedina, 1987  
- "Locais da Alta Coimbrã onde residiram as primeiras mulheres que frequentaram a Universidade", *Alta de Coimbra. História. Arte-Tradição. Actas do 1.º Encontro sobre a Alta de Coimbra*, Coimbra, Gráfica de Coimbra, 1988  
- *A Escola Normal Superior da Universidade de Coimbra (1911-1930)*, Lisboa, Instituto de Inovação Educacional, 1989  
- *A Universidade de Coimbra durante a primeira república (1910-1926) - Alguns apontamentos*, Lisboa, Instituto de Inovação Educacional, 1990  
- *Estudos para a história da Universidade de Coimbra*, Coimbra, Livraria Minerva, 1991
- GOURHAN, André Leroi - *O gesto e a palavra*, 2. Memória e ritmos, Porto, Ed. 70, 1987
- GRAINHA, M. Borges - *A Instrução Secundária de ambos os sexos no estrangeiro e em Portugal*, Lisboa, Tipografia Universal, 1905
- GREGÓRIO, Nídia; GARRIDO, Álvaro e LOPES, Pedro Santos, *Ideologia, Cultura e Mentalidade no Estado Novo. Ensaio sobre a Universidade de Coimbra*, Coordenação, Prefácio e Introdução de Luís Reis Torgal, Coimbra, Faculdade de Letras, 1992
- GUEDES, Armando Marques - *Cinco meses no Governo*, Porto, 1926  
- *Páginas do meu diário*, Lisboa, Tipografia J. Silvas Ld.ª, 1957
- GUIMARÃES, Fernando - "O simbolismo português voltado para a pintura e a música", *Nova Renascença*, vol. IX, n.º 35 a 38, Póvoa do Varzim, 1990  
- *Simbolismo, Modernismo. Vanguardas*, Porto, Lello & Irmão Editores, 1992
- HANLON, Gregory - "Les rituels de l'agression en Aquitaine au XVII<sup>ème</sup> siècle", *Annales ESC*, Paris, (2), 1985

- HEERS, Jacques - *Fêtes des Fous et Carnaval*, Paris, Fayard, 1983
- HENRIQUES, Liberata Maria - "A "gíria" académica", *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, t. II, n.º 2, Lisboa, 1935
- HENRIQUES, Manuel Louzã - "Considerações sobre a boémia estudantil no séc. XIX", *Universidade(s). História. Memória. Perspectivas. Actas do Congresso "História da Universidade" (No 7.º Centenário da sua Fundação)*, vol. 3.º, Coimbra, Gráfica Ediliber, Ld.ª, 1991
- História Crítica da Literatura Portuguesa*, direcção de Carlos Reis, vol. V, Lisboa, Editorial Verbo, 1993
- História do Regimen Republicano em Portugal*, publicada e dirigida por Luís de Montalvôr, 2 vols., Lisboa, 1930-1932
- HOMEM, Amadeu José de Carvalho - *A propaganda republicana (1870-1910)*, Coimbra, 1990
- HOURCADE, Pierre - *L'Esprit de Coimbra*, Coimbra, Coimbra Editora, 1937
- A Igreja e a Questão Social. Encíclicas de Leão XIII, Pio X, Pio XI (Texto completo) e outros documentos pontíficos*, Lisboa, Tip. União Gráfica, 1931
- JUNIOR, Francisco Soares Franco - *Memórias da Mocidade. As rosas e os espinhos do amor (Chronica de Coimbra) - Dever ou crime*, Lisboa, Typ. do Panorama, 1867
- KANT, Emanuel - *Le conflit des Facultés. En trois sections*, trad. de J. Gibalin, Paris, 1973
- KERR, Clark - *Metamorphose de l'Université*, traduit de l'américain par J. L. Alliez, Paris, 1967
- LACOUTURE, Jean - "L' Histoire immédiate", *La Nouvelle Histoire*, dir. de Jacques Le Goff, Roger Chartier e Jacques Revel, Paris, Retz, 1978
- LADURIE, E. Le Roy - *Le Carnaval des Romans*, Paris, Gallimard, 1979
- LAGNY, Michele - *De l'histoire du cinema. Méthode historique et histoire du cinema*, Paris, Armand Collin, 1992
- LAMY, Alberto Sousa - *A Academia de Coimbra. 1537-1990. História. Praxe. Boémia e Estudo. Partidas e Piadas. Organismos Académicos*, Lisboa, Rei dos Livros, 1990
- Le GOFF, Jacques - "Antigo/Moderno", *Enciclopédia Einaudi*, vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1984
- "Memória", *Enciclopédia Einaudi*, vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1984
- LEAL, Alfredo de Freitas - *Coimbra nos noventa e outras impressões*, Funchal, Tipografia Esperança, 1931
- LE MOS, Francisco de - *Relação Geral do Estado da Universidade (1777)*, Ed. Fac-similada, Coimbra, Por ordem da Universidade, 1980
- LE MOS, Maximiano - *História da medicina em Portugal. Doutrinas e Instituições*, vol. II, Lisboa, Publicações Dom Quixote/Ordem dos Médicos, 1991
- LIMA, Augusto Mesquitela, MARTINEZ, Benito e FILHO, João Lopes - *Introdução à Antropologia Cultural*, Porto, Ed. Presença, 1980
- LIMA, Campos - *A Questão da Universidade (Depoimento d'un estudante expulso)*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1907
- LIMA, José Lobo d'Ávila - "Meio século de vida coimbrã", *Ilustração Portuguesa*, II Série, Lisboa, 23 de Julho de 1906
- LIMA, Sebastião de Magalhães - *Episódios da minha vida - Memórias documentadas*, Lisboa, Livraria Universal, 1927
- LOBO, Francisco Rodrigues - *Côrte na Aldeia e Noites de Inverno*, Pref. e notas de Afonso Lopes Vieira, Lisboa, Ed. Sá da Costa, 1945



- LOBO, Salgado - "Da "República" ao "Conselho de República", *Via Latina*, Ano XII, n.º 59, Coimbra, 22 de Maio de 1952
- LOPES, António Rodrigues - *A sociedade tradicional académica coimbrã - introdução ao estudo etnoantropológico*, Coimbra, Gráfica de Coimbra, 1982
- LOPES, Fernando Farelo - "António Sérgio na "Renascença Portuguesa", *Revista de História das Ideias*, vol. 5.º, tomo 1.º, Coimbra, 1983
- LOUREIRO, José Pinto - "Coimbra e a Universidade", *O Instituto*, vol. 92, Coimbra, 1937  
- *Toponímia de Coimbra*, 2 tomos, Coimbra, Ed. da Câmara Municipal, 1960-1964  
- *Bibliografia coimbrã*, Coimbra, Ed. da Câmara Municipal, 1964
- LOURENÇO, Joaquim Maria - *Situação jurídica da Igreja em Portugal*, Coimbra, Coimbra Editora, s.d.
- MACHADO, António A. Pinto - "Coimbra Doutora", *Via Latina*, Ano XII, n.ºs 60-61, Coimbra, 30 de Junho de 1952
- MACHADO, Falcão - *Coimbra terra de lendas - lendas de Coimbra e contos de estudantes*, Edição comemorativa das festas do sexto centenário da Rainha Santa Isabel, Lisboa, s.d.
- MACHETE, Rui - "A origem social dos estudantes portugueses", *Análise Social*, vol. VI, n.ºs 20-21, Lisboa, 1968
- MAGALHÃES, Luiz de - *Tradicionalismo e constitucionalismo. Estudos de História e Política Nacional*, Porto, Livraria Chardron, 1927  
"As últimas proezas judiciárias do Conselho de Decanos da Faculdade de Direito", Alberto Xavier, *História da greve académica de 1907*, Coimbra, Coimbra Editora, 1962
- MAIA, Francisco de Athayde Machado de Faria e - *A minha velha pasta (Tempos de Coimbra e gente do meu tempo) 1896-1901*, Ponta Delgada, Tipografia Diário dos Açores, 1937
- MARGARIDO, Ana Paula - "A morfologia urbana da Alta de Coimbra - suas condicionantes", *Alta de Coimbra. História-Arte-Tradição. Actas*, Coimbra, Gráfica de Coimbra, 1988
- MARGARIDO, Ana Paula e QUEIRÓS, Margarida Vilar - "A Universidade de Coimbra e as alterações na malha urbana da Alta", *Universidade(s). História. Memória. Perspectivas. Actas do Congresso "História da Universidade" (No 7.º Centenário da sua Fundação)*, vol. 2.º, Coimbra, Gráfica Ediliber, Ld.ª, 1991
- MARQUES, A. H. Oliveira - *História da 1.ª República Portuguesa. As Estruturas de Base*, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1973  
- *História de Portugal desde os tempos mais antigos até ao governo do Sr. Marcelo Caetano*, vol. II, Lisboa, Palas Editora, 1973  
- *Dicionário de Maçonaria Portuguesa*, 2 vols., Lisboa, Editorial Delta, 1986
- MARROU, H. I. - *Do conhecimento histórico*, 3.ª ed., tradução de Ruy Belo, Lisboa, Aster, 1974
- MARTINEZ, R. M. Capel - "Mujer y educación en el reinado de Afonso XIII", *Cuadernos de História Moderna y Contemporânea*, Madrid, 1981
- MARTINS, Alfredo Fernandes - *Esta Coimbra...alguns apontamentos para uma palestra*, Coimbra, 1951
- MARTINS, Oliveira - *O Brasil e as colónias portuguesas*, Lisboa, Guimarães e C.ª Editores, 1953  
- *Portugal Contemporâneo*, vol. II, Publicações Europa-América, n.º 318, Mem Martins, s.d.

- MARTINS, Raul Fernandes - *Coimbra - Recordações de um estudante*, Lisboa, Tipocromia Aguiar, Ld.ª, 1984
- MATTOSO, José - "Breves reflexões sobre o individual e o colectivo em História", *Vértice*, II Série, n.º 4, Julho de 1988
- MEDEIROS, Fátima Ribeiro de - "Uma conselheira de Afonso Costa - Ana de Castro Osório", *A Vida da República Portuguesa (1890-1990)*, Lisboa, Cooperativa de Estudos e Documentação Universitária Editora, 1991
- MEDINA, João - *História Moderna e Contemporânea. 6. "Oh! a República". Estudos sobre o republicanismo e a primeira república portuguesa*, Lisboa, Centro de Arqueologia e História da Universidade de Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1990
- MENDES, José Maria Amado - "Coimbra no primeiro quartel do século XX (Aspectos económico-sociais)", *Biblos*, vol. LX, Coimbra, 1984  
- *A História como Ciência*, Coimbra, Coimbra Editora, 1987
- MENDONÇA, Dionysia Camões de - "O aniversário da fundação do CAFC", *Estudos*, Ano III, n.ºs 31 a 32, Novembro e Dezembro de 1924  
- "O CAFC de Coimbra", *Estudos*, Ano IV, Fevereiro de 1926  
- "Residências independentes para universitárias. 1920-1974", *Boletim da Associação dos Antigos Estudantes de Coimbra*, n.º 14, Coimbra, Junho de 1984
- MERÊA, Paulo - "Coimbra do nosso tempo: Um capítulo das minhas recordações (O "Château Rose")", *Boletim da Associação dos Antigos Estudantes de Coimbra*, n.º 7, Março, Coimbra, 1967
- MONCADA, Luís Cabral de - *Memórias. Ao longo de uma vida (Pessoas, factos, ideias) 1888-1974*, Lisboa, Ed. Verbo, 1992
- MÓNICA, Maria Filomena - "Deve-se ensinar o povo a ler?": A questão do analfabetismo (1926-39)", *Análise Social*, 2.ª Série, vol. XIII, n.º 50, Lisboa, 1977
- MONSARAZ, Alberto - *Cartilha Monárquica*, Lisboa, Tip. Soares & Guedes, Ld.ª, 1919
- MONTEIRO, Mário - *Coimbra*, Coimbra, França Amado, 1902  
- "Typos de Coimbra", *Ilustração Portuguesa*, n.º 49, Lisboa, 28 de Janeiro de 1907
- MORAIS, Francisco de - *Estudantes brasileiros na Universidade de Coimbra (1772-1872)*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1948
- MORAIS, João Vasco Pina de - "Alguns aspectos da tradição e vida das Repúblicas", *Via Latina*, Ano XIII, n.ºs 66 e 67, Coimbra, 22 de Maio de 1953
- MORAIS, J. Ribeiro de - *Fados e canções de Coimbra*, Porto, 1982
- MORATO, Francisco Manuel Trigoso de Aragão - *Memórias de Francisco Manuel Trigoso de Aragão Morato começadas a escrever por ele mesmo em princípios de Janeiro de 1824*. Revistas e coordenadas por Ernesto de Campos de Andrade, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1933
- MORIN, Edgar - *Le Cinéma, ou l'homme imaginaire. Essai d'anthropologie sociologique*, Paris, Ed. Minuit, 1956
- NAMORA, Fernando - *Fogo na noite escura. Romance*, Amadora, Livraria Bertrand, 1975
- NETO, Maria de Lurdes - "Demografia", *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel Serrão, vol. I, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1971
- NETO, Victor - "A Questão Religiosa na 1.ª República. A posição dos padres pensionistas", *Revista de História das Ideias*, vol. 9.º, Universidade de Coimbra, 1987
- NOBRE, António - *Só*, Porto, Livraria Tavares Martins, 1974

- NOBRE, Carminé - *Coimbra de capa e batina*, 2.ª ed., 2 vols., Coimbra, Atlântida Editora, 1945-1946
- NOGUEIRA, Franco - *Salazar. A mocidade e os princípios (1889-1928)*, Estudo biográfico, vol. I, Barcelos, Companhia Editora do Minho, 1986
- NORA, Pierre - "Mémoire Collective", *La Nouvelle Histoire*, dir. de Jacques Le Goff, Roger Chartier e Jacques Revel, Paris, Retz, 1978  
- "Entre Mémoire et Histoire - La problématique des lieux", *Les lieux de Mémoire - La République*, vol. I, Paris, Gallimard, 1984
- NORONHA, Eduardo de - *À Porta da Havanesa - Da Thomarada à República*, Porto, Magalhães e Moniz, Ld.ª, 1911
- NORONHA, D. Thomaz de - *De Capa e Batina. O Pad-Zé, ditos e partidas do grande boêmio. Historiêtas e tipos daquêles tempos de Coimbra. As mais eminentes figuras da monarquia e da republica surpreendidas sob a capa de estudante*, Lisboa, J. Rodrigues e C.ª, 1928
- Nova História de Portugal - Portugal da monarquia para a república*, dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. XI, Lisboa, Ed. Presença, 1991
- NÓVOA, António - *Le temps des professeurs. Analyse socio-historique de la profession enseignante au Portugal (XVIII - XX siècle)*, 2 vols; Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1987  
- "A Sociedade do Raio na Coimbra Académica de 1861-1863". *Universidade(s). História. Memória. Perspectivas. Actas do Congresso "História da Universidade" (No 7.º Centenário da sua Fundação)*, vol 3.º, Coimbra, Gráfica Ediliber, Ld.ª, 1991
- NUNES, A. J. Avelãs - *Os Sistemas Económicos*, Coimbra, 1975
- NUNES, António Manuel Martins - "A história da garraizada da Queima das Fitas", *A Voz da Figueira*, de 8 de Fevereiro de 1990  
- "Subsídio para o estudo genético-evolutivo do hábito talar na Universidade de Coimbra", *Universidade(s). História. Memória. Perspectivas. Actas do Congresso "História da Universidade" (No 7.º Centenário da sua Fundação)*, vol. 3.º, Coimbra, Gráfica Ediliber, Ld.ª, 1991
- NUNES, João Paulo Avelãs - "O CADC de Coimbra nos inícios do Estado Novo. A revista Estudos entre 1922 e 1934", *O CADC de Coimbra, A Democracia Cristã e os inícios do Estado Novo (1905-1934), Uma abordagem a partir dos Estudos Sociaes (1905-1911), Imparcial (1912-1919) e Estudos (1922-1934)*, Prefácio de Manuel Augusto Rodrigues, Coimbra, Faculdade de Letras, 1993
- NUNES, Maria de Fátima - "Notas para o estudo do periodismo científico: "Annaes das Ciências das Artes e das Letras" (1818-1822)", *Cultura, História e Filosofia*, vol. VI, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica. Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, 1987  
- "A Universidade e a divulgação de conhecimentos científicos e úteis no "Jornal de Coimbra" (1812-1820)", *Universidade(s). História. Memória. Perspectivas. Actas do Congresso "História da Universidade" (No 7.º Centenário da sua Fundação)*, vol. 4.º, Coimbra, Gráfica Ediliber, Ld.ª, 1991
- Obras de Guerra Junqueiro (Poesia)*, organização e introdução de Amorim de Carvalho, 2.ª edição, Porto, Lello & Irmão - editores, 1974
- OLIVEIRA, Alberto de - *Coimbra Amada (últimos versos)*, Porto, Edição Maranus, 1930  
- *Palavras Loucas*, introdução de Luís F. A. Carlos, Barcelos, 1984

- OLIVEIRA, António de - *A vida económica e social de Coimbra de 1537 a 1640*, vol. I, Coimbra, 1971
- OLIVEIRA, José Lopes d' - *De cara erguida. A academia e a reforma universitária*, Coimbra, 1901
- ORTIGÃO, Ramalho - *As Farpas. O País e a Sociedade Portuguesa*, tomo VIII, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1944
- OZOUF, Mona - *La Fête Revolutionnaire, 1789-1799*, Paris, Gallimard, 1976
- PACHECO, Franc - *A Escola de Coimbra e a dissolução do romantismo*, Lisboa, Livraria Editora, 1917
- PAIS, José Machado - "Fontes documentais em sociologia da vida quotidiana", *Análise Social*, terceira série, vol. XX, n.º 83, Lisboa, 1984
- Palito Métrico e correlativa Macarrão Latino-Portuguesa. Nova Edição de harmonia com a quarta, de 1792, classificada pelo seu editor como apontado de versos macarrónicos latino-portugueses, que alguns poetas de bom humor destilaram do alambique da cachimónia para desterro da melancolia*, Coimbra, Coimbra Editora, 1942
- PASCOAES, Teixeira de - *O Espírito Lusitano ou o Saudosismo*, Porto, 1912
- *Livros de Memórias*, Coimbra, Atlântida, 1927
- *Arte de Ser Português*, introdução de Miguel Esteves Cardoso, Lisboa, Assírio & Alvim, 1991
- PATLAGEAN, Evelyne - "L'Histoire de l'imaginaire", *La Nouvelle Histoire*, dir. de Jacques Le Goff, Roger Chartier e Jacques Revel, Paris, Retz, 1978
- PENHA, João - *Rimas, vinho e fel. Violão Nocturno - Onofre. Lyra de Pangloss*, Braga, Cruz e C.ª Editores, 1905
- PEREIRA, Ana Leonor e PITA, João Rui - "No século das explosões científicas", *História de Portugal*, direcção de José Mattoso, vol. V, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993
- PEREIRA, António dos Santos - "A Universidade do período dos descobrimentos: Aspecto do quotidiano no Bairro dos Escolares em Lisboa de finais de quatrocentos e primórdios de quinhentos", *Universidade(S). História. Memória. Perspectivas. Actas do Congresso "História da Universidade" (No 7.º Centenário da sua Fundação)*, vol. 3.º, Coimbra, Gráfica Ediliber, Ld.ª, 1991
- PEREIRA, A. X. da Silva - *O jornalismo português-Resenha chronologia de todos os periodicos portuguezes impressos e publicados no reino e no estrangeiro desde o meiado do século XVI até à morte do saudoso Rei Senhor D. Luiz I bem como dos jornaes em lingua estrangeira publicados em Portugal durante o mesmo tempo*, Lisboa, Antiga Casa Bertrand, 1896
- *Os jornaes portuguezes. Sua filiação e metamorphoses*, Lisboa, Imprensa de Libanio da Silva, 1897
- PEREIRA, Miriam Halpern - *Política e Economia (Portugal nos séculos XIX e XX)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1979
- *Livre Câmbio e Desenvolvimento Económico. Portugal na segunda metade do século XIX*, 2.ª ed., Lisboa, Ed. Sá da Costa, 1983
- PIDAL, Ramón Menéndez - *Romancero hispánico*, vol. I, Madrid, 1968
- *Poesia juglaresca y juglares. Origenes de las literaturas románicas*, 9.ª ed., Madrid, 1991
- PIERRARD, Pierre - *História da Igreja Católica*, Lisboa, Planeta Editora Ld.ª, 1992
- PIMENTA, Alfredo - *Os despeitos da Academia*, Coimbra, Typ. de Lima & Irmão, 1903

- PIMENTEL, Francisco - "Contribuição para a história das festas dos estudantes de Coimbra", *Rua Larga*, n.º 4, Coimbra, 21 de Setembro de 1957
- PIMPÃO, Costa - "Ontem e Hoje", *Via Latina*, Ano I, n.º 4, Coimbra, 15 de Maio de 1941
- PINTO, A. A. da Fonseca - "Santo António dos Olivais", *Portugal Pittoresco*, vol. 1.º, n.º 3, Março de 1875
- PONTES, J. M. da Cruz - "Para a história da Faculdade de Teologia no século XIX: Beneplácito Régio contra a autonomia do ensino", *Universidade(s). História. Memória. Perspectivas. Actas do Congresso "Historia da Universidade" (No 7.º Centenário da sua Fundação)*, vol. 1.º, Coimbra, Gráfica Ediliber, Ld.ª, 1991
- POULAT, Émile - "Modernisme", *Encyclopaedia Universalis*, vol. XI, Paris, 1971
- PRATA, Manuel Alberto Carvalho - *Ciência e Sociedade. A Faculdade de Filosofia no período pombalino e pós pombalino (1772-1820)*, Guarda, 1989 (Edição policopiada).  
- "A Praxe na Academia de Coimbra. Das práticas às representações", *Revista de História das Ideias*, vol. 15, Universidade de Coimbra, 1993  
- *A Academia de Coimbra (1880-1926). Sociedade, Cultura e Política*, 2.º vols., Coimbra, 1994 (Edição policopiada)
- PRATT, Alfredo de - *Bohemia de Coimbra (Episódios da vida académica)*, Coimbra, Imprensa Académica, 1899
- PRETO, Rolão - *A monarquia e a restauração da inteligência*, Lisboa, 1920
- PROENÇA, Raul - *Acerca do Integralismo Lusitano*, Prefácio de Manuel Mendes, Lisboa, Seara Nova, 1964
- QUEIROZ, Eça de - "Bilhetes de Paris", *Obras de Eça de Queiroz*, vol. II, Porto, Lello & Irmão, 1966  
- *O Conde d'Abranhos*, Porto, Lello & Irmão, 1973  
- *Notas Contemporâneas*, 3.ª ed., Lisboa, Livros do Brasil, s.d.
- QUEIRÓS, Francisco Fortunato, *Annaes das Sciencias, das Artes e das Letras (Paris, 1818-1822)*, 1.ª Parte, Porto, Edição do Centro de História da Universidade do Porto, 1983
- A Questão Ibénca*, Lisboa, 1916
- RAPOSO, Hippolyto - *Coimbra Doutora*, Coimbra, F. França Amado, 1910  
- *Dois nacionalismos. L'Action Française e o Integralismo Lusitano*, Lisboa, Livraria Fern, 1929  
- *Fólias do meu cadastro*, vol. I (1911-1925), Lisboa, 1945
- REBELLO, José Pequito - *Pela Dedução à Monarchia*, Lisboa, 1921
- "Réeitas de despedida dos cursos de Medicina", *Rua Larga*, n.º 11, Coimbra, 19 de Março de 1958
- Regulamento para a fiscalização e julgamento das faltas dos estudantes da Universidade de Coimbra*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1904
- REIS, Carlos - "Eça de Queirós e a Universidade de Coimbra", *Universidade(s). História. Memória. Perspectivas. Actas do Congresso "Historia da Universidade" (No 7.º Centenário da sua Fundação)*, vol. 3.º, Coimbra, Gráfica Ediliber, Ld.ª, 1991
- REIS, Jaime - "O analfabetismo em Portugal no século XIX: algumas reflexões em perspectiva comparada", 1.º Encontro de História da Educação em Portugal, "Comunicações", Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1988
- RIBEIRO, Amílcar - *Olha o boné... Narrativa dos últimos acontecimentos em Coimbra*, Porto, 1913

- RIBEIRO, Herlander - "Chronica de Coimbra", *Alma Portuguesa*, Ano I, n.º 1, Lisboa, 19 de Fevereiro de 1905  
- *Cartas de uma tricana*, Lisboa, 1936
- RIBEIRO, José Maria do Casal - *Hoje não é hontem*, Lisboa, 1848
- RIBEIRO, José Silvestre - *Historia dos Estabelecimentos Scientificos Litterarios e Artisticos de Portugal nos sucessivos reinados da monarchia*, tomo IV e tomo XIV, Lisboa, Tipografia da Academia Real das Sciencias, 1874 e 1895
- RIBEIRO, Manuel - *A Collina Sagrada*, Lisboa, Livraria Editora Guimarães, 1925
- RIBEIRO, Maria Manuela Tavares - *Portugal e a Revolução de 1848*, Coimbra, 1990  
- "A Academia de Coimbra e a situação política em Portugal nos meados do séc. XIX", *Universidade(s). História. Memória. Perspectivas. Actas do Congresso "História da Universidade" (No 7.º Centenário da sua Fundação)*, vol. 5.º, Coimbra, Gráfica Ediliber, Ld.ª, 1991
- RICOEUR, Paul - *Histoire et verité*, Paris, Seuil, 1955
- ROCHA, Clara - *Revistas Literárias do século XX em Portugal*, Vila da Maia, Gráfica Maiadouro, 1985
- RODRIGUES, Manuel Augusto - *A Universidade nos seus Estatutos*, Coimbra, 1988  
- *A Universidade de Coimbra no século XX. Actas da Faculdade de Letras (1911-1925)*, vol. I, Coimbra, Publicações do Arquivo da Universidade de Coimbra, 1989  
- *A Universidade de Coimbra no século XX. Actas do Senado*, vol. I (1911-1916), Coimbra, Publicações do Arquivo da Universidade de Coimbra, 1989; vol. II (1916-1924), 1900  
- *A Universidade de Coimbra no século XX. Actas da Faculdade de Direito (1911-1919)*, vol. I, Coimbra, Publicações do Arquivo da Universidade de Coimbra, 1991  
- *A Universidade de Coimbra no século XX. Actas da Faculdade de Ciências (1911-1927)*, vol. I, Coimbra, Publicações do Arquivo da Universidade de Coimbra, 1992
- ROMERO, Carlos - "Um monumento "grandioso e chocante", *Público*, Ano 3, n.º 852, 4 de Julho de 1992
- ROQUE, João Lourenço - "Coimbra de meados do séc. XIX a inícios do séc. XX. Imagens de sociabilidade urbana", *Revista de História das Ideias*, vol. 12, Coimbra, 1990  
- "Coimbra na 2.ª metade do século XIX. Estudantes e sociabilidade urbana (alguns aspectos)", *Universidade(s). História. Memória. Perspectivas. Actas do Congresso "História da Universidade" (No 7.º Centenário da sua Fundação)*, vol. 3.º, Coimbra, Gráfica Ediliber, Ld.ª, 1991
- ROSA, Elzira Machado - *Bernardino Machado, Alice Pestana e a educação da mulher nos fins do século XIX*, Lisboa, Ed. da Comissão da Condição Feminina, 1989  
- "Bernardino Machado e a Universidade de Coimbra", *Revista de História das Ideias*, vol. 12, Coimbra, 1990
- RUTE, Maria Letícia de (Madame Rattazzi) - "O Centenário de Camões", *O Camões*, I Anno, n.º 1, Porto, 10 de Agosto de 1880
- SÁ, J. Victor de - *A crise do liberalismo e as primeiras manifestações das ideias socialistas em Portugal (1820-1852)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1978
- SÁ, Octaviano de - *Nos domínios de Minerva. Aspectos e episódios da vida coimbrã*, 2.º ed., Coimbra, Arménio Amado, 1941

- *A triciana no folclore coimbrão*, Coimbra, Ed. da Comissão Municipal de Turismo, 1942
- SAALFELD, Kurt - *Lenda de Coimbra*, Coimbra, Alves e Mourão, 1944
- SAKHAROV, Andrei - *Memórias*, tradução de Manuel Cordeiro, Lisboa, Círculo de Leitores, 1992
- SAMPAIO, Julio - *As infâmias universitarias em Coimbra*, Porto, 1883
- SANCHES, António Nunes Ribeiro - *Obras - Cartas sobre a Educação da Mocidade: Método para aprender e estudar a medicina*, vol. I, Coimbra, Por ordem da Universidade de Coimbra, 1959
- SANCHIS, Pierre - *Arraial. Festa de um povo. As romarias portuguesas*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1983
- SANTOS, Cândido dos - *A mulher e a Universidade do Porto*, Porto, 1991
- SANTOS, Maria Emília Balio dos - *A vida estudantil em Coimbra durante dois séculos (1537-1772)*, Coimbra, 1952 (Dissertação de Licenciatura)
- SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos - *Para uma sociologia da cultura burguesa em Portugal no século XIX*, Lisboa, Editorial Presença, 1983
- SARAIVA, António José e LOPES, Óscar - *História da Literatura Portuguesa*, vol. I, Lisboa, Editorial Estudos Cor, 1966
- SARAIVA, António José - *As ideias de Eça de Queirós*, Amadora, Bertrand, 1982
- SARDINHA, António - *O valor da raça. Introdução a uma campanha nacional*, Lisboa, Almeida Miranda & Sousa Editores, 1915
- *Durante a Fogueira (Páginas da Guerra)*, Lisboa, 1927
- *Na Feira dos Mitos (Ideias e Factos)*, Lisboa, 1929
- *Processa de um Rei*, Porto, 1937
- SEABRA, Jorge - "O Impacto do Modernismo em Portugal: O caso dos Estudos Sociais, revista catholica mensal", *O CADC de Coimbra. A Democracia Cristã e os inícios do Estado Novo (1905-1934). Uma abordagem a partir dos Estudos Sociais (1905-1911), Imparcial (1912-1919) e Estudos (1922-1934)*, Prefácio de Manuel Augusto Rodrigues, Coimbra, Faculdade de Letras, 1993
- SEABRA, Jorge de - *A Coimbra académica do meu tempo - 1913-1918*, Porto, Livraria Tavares Martins, 1948
- SEOANE, Maria Cruz - *Historia del periodismo en España. 2 - El siglo XIX*, Madrid, Alianza, 1983
- SERRA, Mário Cameira - "Materiais e jogo. Recolha e registo. Responsabilidade e metodologia", *Actas das Jornadas de reflexão - «Os Jogos Tradicionais em Portugal»*, Guarda, IPG, e DGD, 1990
- SERRÃO, Joel - "De Eça de Queirós a Aquilino Ribeiro - uma sondagem histórica através do romance", *Temas Oitocentistas*, vol. II, Lisboa, Livros Horizonte, 1978
- SILBERT, Albert - "A crise portuguesa de 1890-1891 vista de França", *Análise Social*, quarta série, vol. XXVIII, n.ºs 123-124, 1993
- SILVA, Armando Carneiro da - *Jornais e revistas do distrito de Coimbra*, Prefácio de Fernando Pinto Loureiro, Coimbra, Edição da Biblioteca Municipal, 1947
- *As récitas do V ano*, Prefácio do Prof. A. da Rocha Brito, Coimbra, 1955
- *Evolução populacional coimbrã*, Coimbra, Separata do Arquivo Coimbrão, 1967
- "A Almedina de Coimbra", *Alta de Coimbra. História - Arte - Tradição. Actos do 1.º Encontro sobre a Alta de Coimbra*, Coimbra, Gráfica de Coimbra, 1988

- SILVA, B. M. Costa e - *Estudantes de Coimbra. Episódios burlescos costumes populares nacionais*, Porto, Tipografia A. F. Vasconcelos, 1903
- SILVA, José Manuel Azevedo e - "Estudantes madeirenses na Universidade de Coimbra, entre 1573 e 1730", *Revista de História das Ideias*, vol. 12, Coimbra, 1990
- SILVA, M. I. Abúndio da - *Cartas a um abade. Sobre alguns aspectos da questão político-religiosa em Portugal*, Braga, Cruz & C., 1913
- SILVA, Raquel Henriques da - "Do Passeio Público às Avenidas Novas - Percursos, imagens e factos de Lisboa oitocentista", *Revista de História Económica e Social*, n.º 23, Maio-Agosto de 1988, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1988
- SIMÕES, A. A. da Costa - "O ensino practico na Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra", *O Instituto*, - 2.ª série, vol. XXIX, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1882
- SIMÕES, J. Santos - "Os estudantes e a Universidade em meados deste século", *Universidade(s). História. Memória. Perspectivas. Actas do Congresso "História da Universidade" (No 7.º Centenário da sua Fundação)*, vol. 3.º, Coimbra, Gráfica Ediliber, Ld.ª, 1991
- SIMÕES, Veiga - *Elegia da Lenda. Livro de Saudades*, Porto, 1912
- Situação e opinião dos universitários. Inquérito promovido pelas Direcções Gerais da Juventude Universitária Católica*, Lisboa, CODES, 1967
- SOARES, Annibal - "As tricanas de Coimbra", *Ilustração Portuguesa*, II Série, n.º 11, Lisboa, 7 de Maio de 1906
- SOARES, António José - "As festas da Queima das Fitas nos primeiros anos do século XX", *Rua Larga*, n.º 10, Coimbra, 28 de Fevereiro de 1958
- "Queima das Fitas... tradições que nascem, que vivem, que morrem...", *Capa e Batina*, n.º 6, Maio de 1966
- *Saudades de Coimbra (1901-1940)*, 3 vols., Coimbra, Livraria Almedina, 1985
- SOBRAL, José Manuel - "Mentalidade, acção, racionalidade - uma leitura crítica da história das mentalidades", *Análise Social*, terceira série, vol. XXIII, n.º 95, Lisboa, 1987
- SOUSA, Fernando de - *Jornal de Notícias. A memória de um século (1888-1988)*, Porto, Empresa do Jornal de Notícias, 1988
- SOUZA, Albino Rodrigues de - *Estudante Bargante*, Lisboa, Edições Pro Domo, 1945
- STRAUSS, Claude Lévi - *Mito e significado*, Lisboa, Ed. 70, 1987
- TELLES, Bazílio - *Do Ultimatum ao 31 de Janeiro. Esboço d'Historia Politica*, Porto, Bazílio Telles Editor, 1905
- TELO, António José - *Decadência e queda da I República Portuguesa*, 1.º volume, Lisboa, A Regra do Jogo, 1980
- TENGARRINHA, José Manuel - *História da Imprensa Periódica Portuguesa*, 2.ª edição, Lisboa, Editorial Caminho, 1989
- TORGAL, Gonçalo José Soares dos Reis - "Onde se conta de umas "velhas" contadas e se fala de lugares de comer da Alta que havia e já não há", *Alta de Coimbra. História - Arte - Tradição*, 1.º Encontro sobre a Alta de Coimbra, Actas, Coimbra, Gráfica de Coimbra, 1988
- TORGAL, Luís Reis e VARGUES, Isabel Nobre - *A revolução de 1820 e a instrução pública*, Porto, Paisagem Editora, 1984
- TORGAL, Luís Reis - "Conflitos sociais e ideológicos na Universidade nos primórdios do liberalismo português", *Educação e Tecnologia*, Revista do Instituto Politécnico da Guarda, n.º 1, Julho de 1987



- "História...Que História? Algumas reflexões introdutórias à temática da história local e regional", *Revista de História das Ideias*, vol. 9.º, tomo III, Coimbra, 1987
  - *L'Université dans la première période libérale portugaise (1820-1851)*, Paris, 1988
  - "A historiografia da Universidade em Portugal. Fontes, Bibliografia e Problemas", *1.º Encontro de História da Educação em Portugal*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1988 (De parceria com Maria do Rosário Azenha)
  - *História e Ideologia*, Coimbra, Livraria Minerva, 1989
  - "Da(s) crise(s) e do(s) mito(s) da(s) Universidade(s)", *Revista de História das Ideias*, vol. 12, Universidade de Coimbra, 1990
  - "Quid Petis? Os "Doutoramentos" na Universidade de Coimbra", *Revista de História das Ideias*, vol. 15, Universidade de Coimbra, 1993
  - "Produção e reprodução cultural", *História de Portugal*, direcção de José Mattoso, vol.V, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993 (De colaboração com Isabel Nobre Vargues)
  - *A Universidade e o Estado Novo. O caso de Coimbra 1926-1961*, Coimbra, Minerva, 1999
- TORRES, Francisco Pinheiro - "*Adeus, Senhor Doutor*" (*Casas de Coimbra*), 2.ª edição, Coimbra, Coimbra Editora Ld.ª, 1923
- Tratado de Sociologia*, dir. de Georges Gurvitch, vol. I, Barcelos, 1977
- TRINDADE, M. d'Almeida - *A Faculdade de Teologia e o incidente com o Senhor Bispo-Conde, D. Manuel Correia de Bastos Pina*, Lisboa, 1954
- *O Padre Luís Lopes de Melo e a sua época (1885-1951)*, Coimbra, Casa do Castelo - Editora, 1958
- VALENTE, Vasco Pulido - *O Estado Liberal e o Ensino - os liceus portugueses (1834-1930)*, Lisboa, Gabinete de Investigações Sociais, 1973
- VALLE, Jorge Horta e - "Lembranças e Recordações", *Rua Larga*, n.º 13, Coimbra, 14 de Maio de 1958
- VARA, Flávio - *O Espantalho da "Praxe" Coimbrã*, Lisboa, 1958
- VARELA, Isaura - *La Universidad de Santiago, 1900-1936. Reforma universitaria y conflicto estudiantil*, Coruña, Gráficas de Castro/Moreti, 1990
- VARGUES, Isabel Nobre - "A Ode a Fileno e a reforma da Universidade de 1772", *Revista de História das Ideias*, vol. IV, tomo II, Universidade de Coimbra, 1982-1983
- VASCONCELOS, Almiro de - "Subsídios para a história do CADC", *Estudos*, Ano IV, n.º 47 e 48, Março e Abril de 1926
- VASCONCELLOS, Amadeu de (Mariotte) - *A Universidade antagónica do espírito moderno*, Porto, Livraria Portuense, 1908
- VASCONCELLOS, Antão de - *Memórias da Mata-Carochas*, Porto, Companhia Portuguesa Editora, 1920
- VASCONCELOS, António Garcia Ribeiro de - *A doutrina da Immaculada Conceição e a Universidade de Coimbra - Discurso pronunciado na Real Capella da Universidade na festa da Immaculada Conceição a 8 de Dezembro de 1894*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1895
- *Origem e evolução do fêro académico privativo da antiga Universidade portuguesa. Breves apontamentos históricos*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1917

- "Precusores do CADC", *Estudos*, Ano IV, n.ºs 47 e 48, Março e Abril de 1926
- "Os colégios universitários de Coimbra (Fundados de 1539 a 1779)", *Biblos*, vol. XV, Coimbra, 1939
- *Escritos vários relativos à Universidade Dionisiana*, reedição preparada por Manuel Augusto Rodrigues, 2 vols., Coimbra, Publicações do Arquivo da Universidade, 1987-1988
- A Velha Alta...Desaparecida. Album Comemorativo das Badas de Prata da Associação dos Antigos Estudantes de Coimbra*, 2.ª edição, Coimbra, Gráfica de Coimbra, 1991
- VELOSO, Rodrigo - *Folhas ao Vento*, Coimbra, 1863
- VERNEY, Luís António - *Verdadeira Método de Estudar*, ed. Prof. António Salgado Junior, 5.º vols., Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1952
- VEYNE, Paul - *Como se escreve a História*, Lisboa, Ed. 70, 1983
- VICENTE, António Pedro - "Conflitos académicos durante a 1.ª República - Professores acusados de ofensas às instituições democráticas. 1919", *Universidade(s). História. Memória. Perspectivas. Actas do Congresso "História da Universidade" (No 7.º Centenário da sua Fundação)*, vol. 5.º, Coimbra, Gráfica Ediliber, Ld.ª, 1991
- VIEIRA, Afonso Lopes - *Cancioneiro de Coimbra em que se contém poesias portuguesas, & nos saudosos campos inspiradas, desde o século XV até aos nossos tempos, como uma sylva de romances & cantigas tradicionais*, Coimbra, França Amado, 1918
- VILHENA, Henriques de - *Jerónimo Valverde. Coimbra (Romance)*, Lisboa, 1942
- VILHENA, João Jardim de - "A República Coimbrã. Albergaria dos Nove", *Gazeta de Coimbra*, n.º 5 085, 6 de Fevereiro de 1947
- VILLA-MAIOR, Visconde de - *Exposição succinta da organização actual da Universidade de Coimbra precedida de uma breve noticia historica d'este estabelecimento*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1877
- VOVELLE, Michel - *Ideologia e mentalidades*, São Paulo, Brasiliense, 1987
- XAVIER, Alberto - *História da greve académica de 1907*, Coimbra, Coimbra Editora, 1962
- YATES, Frances A. - *L'Art de la Mémoire*, traduit de l'anglais para Daniel Arasse, Paris, Gallimard, 1975

## ÍNDICE ONOMÁSTICO

### A

- ABOIM, Raul – 173  
ABRANCHES, Adelina – 240, 297, 328  
ABRANHOS, Alípio – 176, 228  
ABREU, Eduardo de – 507  
ABREU, José Bernardino Teixeira de – 249  
ABREU, José Maria de – 44,54,56  
ABREU, Paulo Cancela de – 492  
ABREU, Solano de – 236, 293  
AFONSO, Rodrigo Franco – 492  
AGOSTINHO – 214  
AGUIAR, Eça de – 132  
AGUIAR, Elias de – 405  
AGUIAR, Joaquim António de – 462  
AIRES, Bernardo – 71, 72  
AIRES, José – 131  
ALBUQUERQUE, Afonso de – 442  
ALBUQUERQUE, Alexandre de – 389  
ALBUQUERQUE, Bernardo de – 210  
ALEIXO, Maria Adelaide – 255  
ALEXANDRE VI (Papa) – 417  
ALEXANDRINA – 170  
ALMEIDA, Adriano Ernesto Ferreira de – 481  
ALMEIDA, António José de – 125, 177, 181, 185, 199, 205, 226, 286, 299, 325, 335, 439, 440,  
453, 455, 467, 469, 470, 471, 472, 482, 484, 496, 511

ALMEIDA, Duarte Luz de – 472  
ALMEIDA, Ferrand Pimentel de – 68, 102  
ALMEIDA, Fialho de – 334, 445, 446, 447  
ALMEIDA, Fortunato de – 42  
ALMEIDA, J. A. Moreira de – 507  
ALMEIDA, João Ferreira de – 95  
ALMEIDA, José Correia – 293  
ALMEIDA, Leonel Pimentel de – 71  
ALMEIDA, Manuel Lopes de – 85, 224, 241, 290  
ALMEIDA, Maria Manuel – 21, 50, 97  
ALMEIDA, Maria Virginia de Abreu Ferreira de – 255  
ALPOIM, José de – 434  
ALVERNE, Luciano de Monte – 478  
ALVES, Guilherme Souto – 492  
ALVES, José Augusto dos Santos – 284  
ALVIM, Maria Helena Vilas-Boas e – 21  
AMARAL, Alexandre Ferreira Cabral Pais do – 66  
AMARAL, João do – 137, 497, 500, 502, 503, 505  
AMARO, António Rafael – 22, 516  
AMARO, Carlos – 142, 297, 445, 473, 475, 478, 480  
AMORIM, Artur Leite de – 405  
AMORIM, Diogo Pacheco de – 18, 133, 188, 190, 194, 249, 399, 401, 502, 504, 506, 509  
ANDRADA, Ernesto de Campos de – 224  
ANDRADE, Abel – 182, 183  
ANDRADE, Abel Pereira de – 469  
ANDRADE, António Alberto de – 242  
ANDRADE, Barbosa de – 455, 469  
ANDRADE, Mário Saraiva de – 258  
ÂNGELO, Carolina Beatriz – 79, 370  
AQUINO, S. Tomás de – 521  
ARANHA, Brito – 351  
ARANZADI, Juan – 147  
ARASSE, Daniel – 110  
ARAÚJO, Ana Cristina Bartolomeu de – 182  
ARAÚJO, Domingos de Gusmão – 498  
ARAÚJO, Eduardo – 358  
ARISTU, José Luís Gil – 267  
ARMINDA – 240  
ARNALDA – 239  
ARNOSO, Vicente – 143, 169, 170, 174  
ARRAIS, Fr. Amador – 523

ARROIO, João – 204  
ARRUELA, José de – 24, 130, 256, 262, 276, 445  
ASCENSÃO, Leão Ramos – 491, 498, 499, 503  
AUGUSTO, Luís – 167, 217, 236, 253  
AUBERT, Roger – 408  
ÁVILA, Carlos Lobo de – 373, 465  
AZENHA, Maria do Rosário – 17, 286  
AZEVEDO, José de – 494  
AZEVEDO, Lúcio de – 117

## B

BABO, Carlos Santos – 186, 199  
BALZAC – 105, 347, 349  
BARATA, Francisco Augusto Correia – 290, 341  
BARATA, José de Oliveira – 268, 269  
BARBAS, Manuel das – 155, 231  
BARBER, Bernard – 96  
BARREIROS, Eduardo Montufar – 122  
BARRÉS – 500  
BARRETO, Bissaia – 142, 475, 478  
BARROS, Gama – 117  
BARROS, João de – 48  
BARROS, Victor Dias – 258  
BARROSO, D. António – 399, 507  
BASTO, Maria Teresa Cabral da Silva – 254  
BASTOS, Henrique Teixeira – 18, 36, 72, 160, 183, 199, 341.  
BASTOS, Lima – 100  
BAUDELAIRE – 26, 105, 132, 383  
BEBIANO, Rui – 110  
BEIRÃO, Mário – 308, 441  
BEJA, Nuno – 134  
BENEVENUTO – 416  
BENEVIDES, José – 469  
BERNARD, Claude – 341  
BERNARDES, Manuel – 523  
BERR, Henri – 117  
BETTENCOURT, Edmund – 222  
BIEDERLACK – 424, 425  
BLOCH, Marc – 104

BOAVIDA, Ana Maria Caiado – 480  
BOIRAUD, Henri – 77  
BOLÉO, José de Paiva – 397, 398  
BOLÉO, Manuel de Paiva – 290  
BOLSON – 155, 156  
BORDIEU, Pierre – 261  
BORGES, Carlos – 371  
BORGES, Nelson Correia – 87  
BOSSUET – 353  
BOTELHO, José – 237, 318  
BOURGET, Paul – 500  
BRAGA, Fr. Brás de – 87  
BRAGA, Joaquim de Almeida – 501, 502  
BRAGA, Luís de Almeida – 498, 505  
BRAGA, Mário – 19, 183  
BRAGA, Rodrigues – 358  
BRAGA, Teófilo – 40, 85, 114, 117, 146, 158, 223, 224, 228, 233, 241, 246, 260, 273, 301, 334,  
340, 341, 353, 372, 375, 381, 453, 466  
BRAGANÇA, Duarte Nuno de – 503  
BRAGANÇA, Mana Aldegundes de – 503  
BRANCO, Manuel Bernardes – 358  
BRANDÃO, Carlos Cal – 480  
BRANDÃO, Fernando de Castro – 435  
BRANDÃO, Mário – 18, 85, 241  
BRANDÃO, Sousa – 453  
BRARDO, António – 140  
BRÁS, José – 209  
BREDERODE, Fernando Teixeira Homem de – 469  
BRIAND – 367  
BRITES, Geraldino – 39  
BRITO, António José de – 498  
BRITO, A. da Rocha – 268  
BRITO, Baltazar Adriano de Freitas – 148, 218  
BRITO, João de – 170  
BRITO, Joaquim Maria Rodrigues de – 351, 459  
BRITO, Maria Filomena – 21, 212  
BROTERO, Félix de Avelar – 225  
BRUNO, José – 131, 141, 166, 173, 254, 270  
BUCHANAN, Jorge – 268  
BUCHNER – 341  
BUONAIUTI, Ernesto – 407

## C

- CABEDO, José Bruno – 204  
CABETE, Adelaide de Jesus Damas Brasão – 79  
CABRAL, Alexandre – 155  
CABRAL, António – 122, 123, 127, 128, 130, 131, 132, 136, 139, 141, 149, 153, 155, 166, 168, 173, 188, 200, 210, 218, 221, 234, 272, 274, 505  
CABRAL, Dias – 476  
CABRAL, Manuel Villaverde – 32, 63, 336, 378, 379.  
CÁDIMA, Francisco Rui – 104  
CAEIRO, Francisco José – 102  
CAIADO, Nuno – 22  
CAILLOIS, Roger – 105, 109  
CAIRES, João de – 370  
CALADO, Rafael Salinas – 139, 141, 146, 149, 150, 156, 160, 168, 177, 188, 200, 204, 208, 212, 216, 219, 235, 239, 250, 252  
CALISTO, Avelino César Augusto Maria – 131, 181, 191, 192, 203, 207, 208, 209, 210, 232, 262, 272  
CALISTO, Diamantino – 137, 143, 153, 155, 158, 179, 180, 182, 190, 193, 195, 203, 208, 212, 213, 214, 216, 225, 227, 228, 229, 231, 256, 257, 261, 263, 264, 266  
CAMACHO, Brito – 434, 439, 440  
CÂMARA, Filomeno da – 204  
CAMELA, Maria – 170  
CAMÕES, Luís de – 25, 26, 114, 127, 216, 217, 253, 295, 359, 383, 442, 461, 462, 464, 466, 467, 486  
CAMPOS, Agostinho de – 81  
CAMPOS, António de Barros Coelho de – 256  
CAMPOS, Sobral de – 439  
CÂNDIDA – 237, 238  
CÂNDIDO, António – 494  
CÂNDIDO, Armando – 187, 256, 257, 277  
CANTU – 353  
CAPON, Adolfo Paiva Pereira – 122  
CARDOSA, Joaquina – 170, 171, 172  
CARDOSO, João José – 239  
CARDOSO, Joaquim Correia – 231  
CARDOSO, Miguel Esteves – 151  
CARDOSO, Pedro Augusto – 325  
CARDOSO, Walter – 21  
CARLOS, D. (Rei) – 460, 469, 492  
CARNEIRO, António – 392

CARREIRA, Nuno – 389  
CARRIÇO, Luís Witnich – 71, 492  
CARVALHO, Barbosa de – 257  
CARVALHO, Constâncio de – 229  
CARVALHO, Dinis de – 258  
CARVALHO, Domitila Hormizinda Miranda de – 65, 82, 83, 232, 233, 270  
CARVALHO, Gustavo Martins de – 256  
CARVALHO, Joaquim de – 71, 280, 337, 339, 341, 382, 451, 452, 453, 458  
CARVALHO, Joaquim Martins de – 20, 135, 137, 154, 156, 179, 297, 310, 325, 330  
CARVALHO, Joaquim Martins Teixeira de – 206  
CARVALHO, José Pinto Rebelo de – 48, 288  
CARVALHO, Mariano de – 341  
CARVALHO, Paulo Archer de – 22, 126, 149, 216  
CARVALHO, Rómulo de – 32, 80, 224  
CARVALHO, Xavier de – 342  
CASCÃO, Rui – 21, 50, 97  
CASIMIRO, Augusto – 146, 308, 392  
CASTELAR, Emílio – 460  
CASTELO-BRANCO, Camilo – 317, 334, 452  
CASTILHO, António Feliciano de – 146, 217, 281, 452  
CASTRO, Alberto Osório de – 383, 388, 390  
CASTRO, Américo da Silva – 457, 475  
CASTRO, Amílcar Ferreira de – 18, 126, 153, 191, 194, 195, 246, 248  
CASTRO, Armando de – 376, 377, 378, 379  
CASTRO, Custódio Lopes de – 481  
CASTRO, Eugénio de – 149, 152, 170, 358, 382, 383  
CASTRO, João Batista de – 370  
CASTRO, Jorge de – 136  
CASTRO, José da Gama e – 500  
CASTRO, Luciano de – 79  
CASTRO, Luís Cyrne de – 198  
CASTRO, Luís Vieira de – 500, 501  
CASTRO, Manuel de Oliveira Chaves e – 189, 193, 195, 226, 230  
CASTRO, Sérgio de – 165  
CASTRO, Simões de – 217  
CATROGA, Fernando José de Almeida – 45, 110, 113, 114, 115, 156, 180, 247, 340, 341,  
363, 455, 461, 463  
CAVOUR – 414  
CAZENEUVE, Jean – 94, 95  
CENTENO, António – 434  
CERDEIRA, Pio – 476



CEREJEIRA, Manuel Gonçalves – 19, 133, 290, 310, 401, 509, 513, 514, 516, 517, 519, 524  
CERQUEIRA, António – 207, 219, 245  
CHAGAS, António das – 523  
CHAGAS, João – 467, 472  
CHAGAS, Manuel Pinheiro – 239, 317, 346, 348  
CHARTIER, Roger – 103, 280  
CHATEAUBRIAND – 353  
CHAVES, Castelo Branco – 384  
CLARO, António – 132  
CLEMENCEAU – 367  
CLEMENTE, Adelino Pais – 476  
CLODE, William Edward – 237, 238  
COELHO, Eduardo José – 66  
COELHO, Elísio de Melo – 167, 168  
COELHO, F. Adolfo – 83  
COELHO, Jacinto Prado – 383  
COELHO, José Augusto – 48  
COELHO, J. B. Ribeiro – 469  
COELHO, José Gabriel Pinto – 141  
COELHO, Latino – 453  
COELHO, Trindade – 122, 123, 124, 125, 128, 129, 130, 133, 142, 148, 149, 153, 154, 155,  
156, 160, 176, 181, 184, 189, 190, 191, 193, 194, 195, 196, 197, 200, 201, 202, 204,  
206, 207, 208, 209, 211, 212, 213, 215, 216, 218, 219, 220, 221, 225, 228, 229, 231,  
232, 234, 237, 239, 245, 247, 249, 252, 262, 269, 272, 292, 298, 299, 303, 304, 307,  
314, 318, 321, 322, 377  
COIMBRA, Leonardo – 146, 188  
COIMBRA, Margarida Rosa Custódio Mota – 21, 145, 164  
COLAÇO, João Mana de Magalhães – 85, 188, 205  
COMTE, Augusto – 26, 105, 184, 339, 340, 341, 352, 363, 368, 369, 372, 373  
CONCEIÇÃO, Alexandre da – 358, 375  
CONCEIÇÃO, J. Serras da – 305, 327, 348  
CORDEIRO, António Francisco Meneses – 400  
CORDEIRO, Manuel – 120  
CORDEIRO, Silva – 369  
CORREIA, António – 17, 126, 156, 160, 161  
CORREIA, António Peixoto – 132  
CORREIA, Feliciano Augusto de Brito – 136  
CORREIA, Fernando – 36, 38, 53, 80, 125, 132, 133, 135, 141, 148, 149, 158, 167, 173, 217,  
220, 235, 236, 238, 247, 249, 250, 254, 261, 262  
CORREIA, Fernando da Silva – 54  
CORREIA, Maximino – 131

CORREIA, Natália – 19, 183  
CORREIA, Rafael – 215  
CORREIA, Virgílio – 132, 388, 441  
CORTE-REAL, António Moniz Barreto – 134, 146  
CORTESÃO, Jaime – 146  
CORTEZ, Mendonça – 459  
CORVACHO, Nuno – 112  
COSTA, Afonso – 48, 79, 83, 84, 194, 205, 210, 439, 453, 481, 482, 496, 205, 506, 507, 511  
COSTA, Alberto (Pad-Zé) – 36, 122, 123, 126, 130, 132, 133, 135, 139, 141, 142, 145, 155,  
166, 172, 180, 181, 182, 183, 194, 195, 197, 199, 206, 207, 208, 210, 214, 216, 218,  
219, 220, 221, 222, 235, 236, 239, 244, 245, 253, 265, 294, 295, 473  
COSTA, Alberto – 271  
COSTA, António – 129  
COSTA, D. António da – 78, 281  
COSTA, Cunha e – 516  
COSTA, Fernando Marques da – 79  
COSTA, Gonçalves da – 476  
COSTA, Hipólito da – 284  
COSTA, José da – 129  
COSTA, Levy Marques da – 132  
COSTA, Mariano da – 129  
COSTA, Mário Júlio de Almeida e – 184  
COSTA, Mirandela da – 111  
COSTA, Pereira da – 353  
COSTA, Virgílio – 129  
COUCEIRO, Paiva – 498  
COUTO, Sá – 324  
CRATO, Prior do – 447  
CRAVIDÃO, Fernanda Delgado – 21  
CRESPO, Gonçalves – 170, 334  
CRUZ, Manuel Braga da – 247, 396, 399, 400, 401, 402, 505, 506, 507, 508, 509, 510, 516, 518  
CRUZEIRO, Celso – 20  
CRUZEIRO, Maria Eduarda – 20, 49, 112, 157, 158, 176, 200, 258, 259, 260, 261, 264, 265  
CUBELIER, Maurice – 172  
CUMONT, Franz – 104  
CUNHA, Alberto Xavier da – 353  
CUNHA, Correia da – 142, 247, 249  
CUNHA, Guilherme de Barros – 56  
CURTO, Ramada – 132, 141, 142, 181, 399, 457, 473, 475

## D

- D'ARC, Joana – 360  
 DARWIN – 132, 183, 184, 341, 364  
 DAUDET – 347, 371  
 DECOURTINS, G. – 420, 421  
 DELGADO, Mana Rosalina Pinto da Ponte – 21  
 DELGADO, Nery, - 353  
 DEUS, Faustino da Madre de – 500  
 DEUS, João de – 146, 251, 266, 306, 317  
 DIAS, Augusto da Costa – 338, 339, 354, 377, 380, 384  
 DIAS, Carlos Malheiro – 152, 382, 387  
 DIAS, Correia – 332, 392  
 DIAS, Guimarães – 402  
 DIAS, Joaquim de Brito – 502  
 DIAS, José Pedro Sousa – 56  
 DIAS, José Sebastião da Silva – 268, 284  
 DIAZ, F. Sanz – 99  
 DIEHL, CH. – 134  
 DINIS, D. (Rei) – 85  
 DINIS, Júlio – 52, 53, 54, 317  
 DINIZ, José Cipriano Rodrigues – 57, 58, 59, 60  
 DONATO, Ernesto – 291  
 DUARTE, Afonso – 308, 476  
 DUARTE, Luís Miguel – 103, 104  
 DUARTE, Teófilo – 498  
 DUBOIS, Claude Gilbert – 107  
 DUBY, Georges – 104, 115  
 DUMÉZIL, G. – 106  
 DURÃES, António – 262  
 DURAND, Gilbert – 104, 105, 106

## E

- EINSTEIN – 105  
 ELIADE, Mircea – 106, 108  
 ELOY, João – 154, 193, 262, 263  
 ENCARNAÇÃO, Tamagnini da – 142  
 ESCARPIT, Robert – 314  
 ESPADINHA, Sebastião – 129  
 ESPANHOLA, Rosa – 238

## F

- FALCÃO, Antero – 469  
FALCÃO, José – 453, 460  
FALCÃO, Silvestre – 358, 469, 471  
FALCATO, João – 122, 123, 150, 263  
FARIA, Avelino – 476  
FARIA, A. B. Leite de – 469  
FARIA, Serrão de – 130, 133, 150, 153, 162, 167, 171, 173, 175, 182, 186, 191, 206, 216, 222,  
235, 236, 237, 238, 239, 245, 249, 251, 262, 264, 265  
FAVAS (penhorista) – 251  
FEBVRE, Lucien – 104  
FEIJÓ, António – 222, 358  
FEIJÓ, José Luís Alves – 249  
FEIO, Francisco Gomes do Rego – 114, 465  
FERNANDES, Francisco – 226  
FERNANDES, Mira – 132, 399  
FERNANDES, Rogério – 22  
FERRÃO, António de Abrantes – 457, 475  
FERRÃO, Carlos – 491, 498, 500, 501, 502  
FERRÃO, Pedro Augusto da Silva – 161, 324  
FERRAROTI, Franco – 123  
FERREIRA, Alberto – 45  
FERREIRA, A. Jacinto – 498  
FERREIRA, Ângelo – 221  
FERREIRA, Costa – 386  
FERREIRA, F. A. Gonçalves – 54  
FERREIRA, João Pedro Rosa – 284  
FERREIRA, José Dias – 80  
FERREIRA, Maria – 240  
FERREIRA, Maria Emília Cordeiro – 39  
FERREIRA, Miguel – 416  
FERREIRA, Nuno – 247  
562 FERREIRA, Olga de Freitas da Cunha – 152  
FERREIRA, Pinho – 480  
FERREIRA, Virgínia – 97  
FIGUEIREDO, A. C. Borges de – 85, 86, 113, 138, 139, 157, 158, 266,  
FIGUEIREDO, Campos de – 151  
FIGUEIREDO, Fidelino de – 117  
FIGUEIREDO, Mário de – 102, 187, 253  
FIGUEIREDO, Mesquita de – 144

FIGUEIROA, Francisco Carneiro de – 242, 243  
FILHO, Homem Cristo – 179  
FILHO, João Lopes – 108  
FILIPE, Luís (Príncipe) – 490  
FLAUBERT – 347  
FOGAÇA, António – 388, 389  
FOGAZARRO, António – 407  
FONSECA (penhorista) – 251  
FONSECA, Ângelo da – 290, 300, 445  
FONSECA, Alberto Dinis da – 19, 133, 396, 397, 398, 399, 400.  
FONSECA, A. Monteiro da – 160  
FONSECA, Augusto de Oliveira Cardoso – 156, 222  
FONSECA, Fernando Taveira da – 22, 242  
FONSECA, Joaquim Dinis da – 509  
FONSECA, José Tomás da – 317  
FONSECA, Manuel Joaquim da – 156  
FONTES, Paulo – 21  
FORJAZ, Adrião Pereira – 224  
FOURIER – 424  
FRAGOSO, Damásio – 43  
FRANÇA, José Augusto – 337, 338  
FRANCO, Ernesto Carneiro – 475  
FRANCO, João – 130, 324, 455, 480, 487  
FRATEL, M. J. – 469  
FRAZER, James – 104  
FREIRE, Francisco de Castro – 63  
FREIRE, Júlio César de Andrade – 492, 494  
FREITAS, António Carreiro de – 481  
FREITAS, João de – 439  
FREITAS, Lomelino de – 132, 290  
FREITAS, Rodrigues de – 453  
FREITAS, Sena de – 397, 398, 402, 410, 417, 432

## G

GAIO, Manuel da Silva – 170, 358  
GALHARDO, Maria Manuela – 280  
GAMA, Eugénio Sanches da – 143, 151, 173, 209, 219, 476  
GAMA, Francisco da Silva Telo da – 68  
GAMEIRO, Lino – 476

GANDARA, Elísio – 481  
GARCÉZ, Francisco – 402, 405, 406  
GARCIA, José Elias – 453, 463  
GARCIA, Manuel Emídio – 45, 46, 184, 204, 290, 341, 351, 352, 353, 354, 356, 361, 375, 459  
GARRAIO, João – 475, 478, 480  
GARRET, Almeida – 388  
GARRIDO, Álvaro – 22, 205  
GAYRAND – 428  
GEERTZ, C. – 279, 280  
GENNEP, Arnold Van – 147, 260  
GERALDES, Manuel Nunes – 227  
GHIL, René – 392  
GIBBONS – 413  
GIL, Augusto – 143  
GIRÃO, Amorim – 402, 405  
GLADSTONE – 414  
GODELIER, Maurice – 104  
GODINHO, João – 170  
GODINHO, Vitorino Magalhães – 48, 110  
GOETHE – 132  
GOMES, António Luís – 469  
GOMES, Barros – 376  
GOMES, Elísio Vaz – 129  
GOMES, Francisco José de Sousa – 249, 401  
GOMES, Joaquim – 312, 317  
GOMES, Joaquim Ferreira – 22, 37, 39, 40, 42, 45, 63, 65, 74, 75, 76, 80, 81, 82, 83, 85, 89, 102,  
107, 109, 131, 140, 147, 160, 161, 178, 180, 185, 186, 188, 191, 202, 205, 233, 255, 311  
GOMES, Mota – 370  
GONÇALVES, Adriano – 271  
GONÇALVES, António – 356  
GONÇALVES, Ernesto – 502  
GORKI – 141, 220  
GOUVEIA, André de – 268  
GOUVEIA, António Aires de – 204  
GOUVEIA, José Pinto Dá Mesquita – 156  
GRACINDA – 240  
GRAINHA, M. Borges – 79, 80, 81  
GRAMSCI – 106  
GRANJO, António – 142, 365, 457, 473, 475, 478  
GRAVE, António Mourato – 282  
GREGÓRIO, Nídia – 22, 205

GUEDES, Armando Marques – 39, 142, 456, 475, 476, 477, 478, 479, 480, 491  
GUEDES, Correia – 402  
GUERREIRO, Cândido – 445  
GUERREIRO, José Diogo – 475, 478  
GUIMARÃES, Fernando – 298, 304, 392, 393  
GUIMARÃES, Ferreira – 270  
GUIZOT – 353  
GURVITCH, Georges – 95

## H

HAECKEL – 141, 341  
HANLON, Gregory – 163  
HARTMAN – 373  
HEERS, Jacques – 267  
HEGEL – 132, 421  
HENRIQUES, Floro – 160, 161, 473  
HENRIQUES, Liberata Maria – 126  
HENRIQUES, Manuel Louzã – 21, 121, 129, 238  
HERCULANO, Alexandre – 352, 369  
HILÁRIO, Augusto – 146, 221  
HOMEM, Amadeu Carvalho – 345  
HORTA, António – 220  
HORTA, Virgílio – 469  
HOURCADE, Pierre – 139  
HUGO, Victor – 141, 338, 349  
HUXLEY – 341, 351

## I

INÁCIO, Álvaro – 220, 247  
IRELAND, Mgr. – 405, 410, 412, 421

## J

JANNY, Amélia – 358  
JARDIM, António dos Santos Pereira – 189, 211, 213, 290, 459  
JESUS, Fr. Tomé de – 523

JOANMAR – 427  
JOÃO I, D. (Rei) – 127  
JOÃO III, D. (Rei) – 268  
JOÃO IV, D. (Rei) – 178  
JOÃO V, D. (Rei) – 223, 366  
JOÃO XI (Papa) – 417  
JOÃO XII (Papa) – 417  
JORGE, Ricardo – 54  
JOSÉ, D. (Rei) – 462  
JOYCE – 254  
JUDICE, Patricio – 354  
JUNIOR, António Salgado – 77, 256  
JUNIOR, Fausto dos Santos – 442  
JUNIOR, Francisco Soares Franco – 259  
JUNIOR, José Rebelo de Pinho Ferreira – 475  
JUNIOR, Manuel Rodrigues – 102  
JUNIOR, Pestana – 142  
JUNQUEIRO, Guerra – 146, 168, 170, 173, 297, 298, 317, 346, 383, 442, 468

## K

KANT, Immanuel – 181  
KERR, Clark – 177  
KETTELER – 413  
KRAUS, François Xavier – 407  
KROPOTKINE – 220

## L

LACERDA, Francisco José Pereira Palha Faria de – 269  
LACOUTURE, Jean – 104  
LADURIE, E. Le Roy – 267, 271  
LAGNY, Michèle – 104  
LAGOANÇA, António – 209, 220  
LAJES, Gomes – 249  
LAMARTINE – 141  
LAMENNAIS – 452  
LAMY, Alberto de Sousa – 20, 154, 156, 160, 222, 248, 272, 461  
LARANGEIRA, Acácio Mendes – 501



LARANJO, Francisco – 226  
LARANJO, Frederico – 289  
LARDREAU, G. – 115  
LAVIGERIE – 413  
LE GOFF, Jacques – 103, 110, 113, 114, 115, 407, 409  
LEAL, Alfredo de Freitas – 176, 177, 193, 195, 196, 197, 205, 210, 226, 227, 232, 234, 257  
LEAL, Gomes – 358  
LEÃO XIII (Papa) – 384, 395, 397, 413, 424, 431  
LEÃO, António Barbosa – 507  
LEÃO, José Nozolini da Silva – 68  
LEITÃO, Rui – 476  
LEITE, Célia – 270  
LE MOS, Francisco de – 41, 52, 224, 243  
LE MOS, Júlio de – 313  
LE MOS, Maximiano – 52  
LENSKI, Gerhard – 95  
LERENO, António de Paiva – 475, 478  
LEROI – GOURHAN, André – 110  
LÉVI – STRAUSS, Claude – 108  
LIMA, Augusto Mesquitela – 108  
LIMA, Campos – 132, 179, 181, 183, 193, 194, 199, 203, 207, 210, 211, 212, 218, 229, 399, 439  
LIMA, Duarte – 222  
LIMA, Eduardo Pires de – 132, 305, 374  
LIMA, Elísio de – 389, 390  
LIMA, Felizardo de – 345  
LIMA, Henrique de Barros – 129  
LIMA, José Lobo d'Ávila – 134, 251, 254  
LIMA, Lebre e, - 132  
LIMA, Magalhães – 283, 453, 459, 460, 470  
LIMA, Sílvio de – 480  
LINEU – 225  
LISBOA, Eurico – 265  
LITTRÉ – 26, 338, 341, 363, 368, 369, 371  
LOBO, Francisco Rodrigues – 97  
LOBO, Salgado – 254  
LOISY, Alfred – 407, 421  
LOPES, António Rodrigues – 20, 35, 36, 124, 155, 276  
LOPES, David – 291  
LOPES, Fernando Farelo – 151  
LOPES, Óscar – 380, 434

LOPES, Pedro Santos – 22, 205  
LOPES, Varela – 476  
LOUREIRO, Fernando Pinto – 282, 476  
LOUREIRO, José Pinto – 19, 87, 112, 113, 158  
LOURENÇO, Joaquim Maria – 508  
LOURENÇO, Santos – 402, 427  
LUTERO – 523

## M

MACEDO, José Agostinho de – 500  
MACHADO, António A. Pinto – 122  
MACHADO, Bernardino – 79, 83, 159, 181, 183, 205, 207, 253, 309, 334, 353, 396, 483, 496, 507, 511  
MACHADO, Falcão – 134  
MACHADO, Teresa – 270  
MACHETE, Rui – 97  
MACIEIRA, António – 143  
MADUREIRA, Joaquim – 439  
MAGALHÃES, António Assis Teixeira de – 212, 289  
MAGALHÃES, Barbosa – 226  
MAGALHÃES, Joaquim Falcão de – 327, 328  
MAGALHÃES, Josefa Ernestina Pinto de – 83  
MAGALHÃES, Luís de – 193, 196, 343, 349, 499  
MAGALHÃES, Raul Filipe de – 494  
MAIA, Francisco de Ataíde Machado de Faria e – 121, 128, 172, 194, 201, 208, 209, 210, 211, 217, 218, 226, 227, 230, 233, 249, 250, 381  
MALINOWSKI – 108  
MALLARMÉ – 26, 383, 392, 393  
MANNING – 413  
MANUEL II, D. (Rei) – 492, 503  
MARIN, Maria – 359  
568 MARGARIDO, Ana Paula – 241  
MARINHO, General – 452  
MARINHO, Sande – 167, 237, 238  
MARIOTE – Vide: VASCONCELOS, Amadeu de  
MARQUES, A. H. Oliveira – 35, 39, 49, 79, 80, 92, 136  
MARQUES, José António – 492  
MARRAFA, Maria – 155, 166, 231, 237, 240, 253  
MARRECA, Oliveira – 453

MARROU, H. I. – 115  
MARTEL, Carlos – 402, 410, 411, 412, 414, 416, 421  
MARTINEZ, Benito – 108  
MARTINEZ, R. M. Capel – 77  
MARTINS, Abranches – 309, 522  
MARTINS, Alfredo Fernandes – 87  
MARTINS, António Augusto – 472  
MARTINS, Francisco – 180, 208  
MARTINS, Oliveira – 35, 117, 317, 336, 353  
MARTINS, Raul Fernandes – 38, 135, 138, 146, 155, 160, 171, 198, 201, 239, 240, 245, 271  
MARX, Karl – 95, 106, 141, 220, 424, 430  
MASSA, Eugénio – 132, 220  
MASSA, Manuel Joaquim – 366  
MATOS, Daniel de – 207  
MATOS, José Brancamp Freire de – 469  
MATOS, Júlio de – 341  
MATTOSO, José – 110, 280, 353, 363  
MAURRAS, Charles – 499, 500, 502  
MEDEIROS, Fátima Ribeiro de – 79  
MEDEIROS, Lourenço de Almeida – 351  
MEDINA, João – 434, 435  
MELO, António José das Neves e – 225  
MELO, Fontes Pereira de – 49, 336  
MELO, Luís Lopes de – 19, 43, 133, 398, 509, 518  
MELO, Vicente Pinheiro de – 207  
MENANO, António – 222  
MENANO, Horácio – 129  
MENDELSON – 394  
MENDES, José Maria Amado – 88, 110, 115  
MENDES, Manuel – 498  
MENDONÇA, Dionísia Camões de – 254, 255  
MERÊA, M. Paulo – 121, 132, 153, 166, 220, 253  
MESQUITA, António Pinto de – 350, 351  
MESQUITA, Carlos de – 384, 393  
MESQUITA, Carneiro de – 509  
MESQUITA, Simeão Pinto de – 132, 220, 302, 492  
MIALARET, Gaston – 77  
MICHELET – 104, 132, 338, 349  
MIIQUEL, D. – 464  
MILL, Stuart – 369, 371  
MIRA, Jaime da Graça – 441

MIRANDA, António de – 519, 523  
MIRANDA, Jorge – 283, 363  
MIRANDA, Raul de – 298  
MIRANDA, Sá de – 217  
MOITA, Francisco Soares – 314  
MONCADA, Luís Cabral de – 121, 122, 124, 125, 127, 132, 134, 135, 136, 137, 140, 141,  
153, 178, 184, 186, 187, 188, 191, 196, 197, 202, 203, 204, 205, 207, 208, 209, 210,  
215, 220, 228, 233, 250, 257, 265, 286  
MONCADA, Pedro Cabral de – 122  
MÓNICA, Maria Filomena – 32  
MONIZ, António Caetano de Abreu Egas – 132, 434  
MONIZ, Jaime – 30, 44  
MONSARAZ, Alberto – 132, 133, 220, 492, 498, 501, 505  
MONTALVOR, Luís de – 451, 475  
MONTEIRO, Álvaro Lopes – 77  
MONTEIRO, Anabela – 314  
MONTEIRO, Manuel – 387  
MONTEIRO, Mário – 139, 154, 155, 227, 289, 299, 308, 391, 445  
MONTEIRO, Santos – 444  
MONTEZ, José Madeira – 142, 457, 475  
MONZÓ, Júlio – 402, 431  
MORAIS, Francisco de – 92  
MORAIS, J. Ribeiro de – 221  
MORAIS, João Vasco Pina de – 242, 248  
MORÃO, Artur – 181  
MORATO, Francisco Manuel Trigoso de Aragão – 224  
MOREIRA, Guilherme Alves – 160, 205, 208, 212  
MOREIRA, José – 167  
MORIN, Edgar – 104  
MOTA, Pereira da – 258  
MOTA, Viana da – 394  
MÚRIAS, Manuel – 522  
MURRI, Rómulo – 407

## N

NAMORA, Fernando – 171  
NASCIMENTO, João Cabral do – 502  
NAVARRO, Armando – 383  
NEMÉSIO, Vitorino – 290, 311, 480

NETO, Maria de Lurdes – 31  
NETO, Vitor – 506, 507, 508  
NEVES, José Acúrsio das – 500  
NEVES, José Simões – 71  
NEVES, Luís Teixeira – 512  
NOBRE, António – 125, 139, 143, 146, 147, 151, 169, 173, 175, 184, 218, 234, 239, 358, 384, 386, 390, 437  
NOBRE, Carminé – 109, 122, 129, 130, 145, 146, 150, 152, 237, 244, 246, 248, 251, 257, 339  
NOGUEIRA, A. R. – 374  
NOGUEIRA, Franco – 38, 245  
NOGUEIRA, Luís Ibérico – 270  
NOGUEIRA, Pedro – 306  
NORA, Pierre – 110, 112, 115, 116, 117, 120  
NORDAM, Max – 141  
NORONHA, António de – 207  
NORONHA, Eduardo de – 156  
NORONHA, Tomás de – 131, 138, 144, 170, 208  
NÓVOA, António – 21, 99, 121, 153, 454, 460  
NUNES, D. Augusto Eduardo – 507  
NUNES, A. J. Avelãs – 375  
NUNES, António Manuel Martins – 21, 126, 131, 276  
NUNES, Carlos Alberto – 314  
NUNES, João Paulo Avelãs – 22, 403, 518  
NUNES, José da Silva – 507  
NUNES, Maria de Fátima – 285

O

OLAVO, Carlos – 142, 399, 457, 473, 474, 475  
OLIVEIRA, Alberto de – 138, 316, 338, 384, 385  
OLIVEIRA, António de – 87  
OLIVEIRA, António Rodrigues de – 405, 418, 420  
OLIVEIRA, António Sotério de – 481  
OLIVEIRA, Correia de – 524  
OLIVEIRA, Gonçalves de – 143  
OLIVEIRA, Joaquim de – 142  
OLIVEIRA, Joaquim José de – 366  
OLIVEIRA, José Lopes de – 199, 312, 317  
OLIVEIRA, Luís de Lemos Mendes de – 501  
OLIVEIRA, Paradela de – 222

ORNELAS, Mendo – 218  
ORTIGÃO, Miguel Roldão Ramalho – 492  
ORTIGÃO, Ramalho – 114, 156, 346  
OSÓRIO, Ana de Castro – 79, 370, 440  
OSÓRIO, Luís – 358  
OSÓRIO, Paulo – 313  
OSSOS, Ana dos – 240  
OZOUF, Mona – 110, 267

P

PACHECO, Carneiro – 205, 492  
PADRE Américo – 102  
PAIS, José Machado – 124  
PAIS, Sidónio – 140, 158, 181, 204, 219, 469, 516  
PAIVA, Vicente Ferrer Neto – 351  
PALANTE, Gabriel – 141  
PALMA, Manuel Duarte Laranja Gomes – 289  
PALMA, Pedro Alexandre – 475, 478  
PARREIRA, Henrique de Menezes – 476, 501, 502  
PARSONS, Talcott – 94  
PASCOAIS, Teixeira de – 146, 151, 166  
PASSOS, Manuel – 32, 49, 56  
PASSOS, Vilela – 385  
PATLAGEAN, Evelyne – 103, 104, 107  
PATRÍCIO, Ladislau – 445  
PAULO, S. – 422  
PAXÉCO, Franc – 338, 340  
PEDRO IV, D. (Rei) – 504  
PEDRO V, D. (Rei) – 158  
PEDROSA, António Lopes Guimarães – 213  
PEDROSO, Consiglieri – 353  
PELAYO, Menéndez – 446  
PENALVA, Marquês de – 500  
PENEDO, Pedro – 214  
PENETRA, Bento – 245  
PENHA, João – 168, 170, 172, 173, 210  
PEPINO, Rodrigues – 511, 513  
PEPULIM, Domingos – 448  
PERDIGÃO – 196

PEREIRA, Ana Leonor – 353  
PEREIRA, António dos Santos – 158  
PEREIRA, A. X. da Silva – 282  
PEREIRA, Fernando Caetano – 501  
PEREIRA, Henrique – 342  
PEREIRA, João de Deus – 481  
PEREIRA, Miriam Halpern – 31, 32, 92, 376, 387  
PEREIRA, Nuno Álvares – 358, 388, 441, 520, 522  
PESSANHA, Manuel – 173  
PESSOA, José Ferreira – 472  
PESTANA, Alice – 78, 79  
PIDAL, R. Menéndez – 124, 446  
PIEDADE, Maria da – 170  
PIERRARD, Pierre – 407, 408  
PIMENTA, Alfredo – 301, 309, 445  
PIMENTEL, Francisco – 276  
PIMENTEL, Serpa – 80  
PIMPÃO, Álvaro Júlio Costa – 121, 129, 130, 299  
PINHEIRO, José Aureliano de Paiva – 132  
PINHEIRO, Rafael Bordalo – 286  
PINHO, Albertino – 299  
PINTO, Álvaro – 146  
PINTO, A. A. Fonseca – 87  
PINTO, Augusto dos Santos – 294  
PINTO, Francisco Correia – 396  
PINTO, José Augusto de Queirós Ribeiro Vaz – 518, 521  
PINTO, Manuel de Sousa – 297, 392  
PIO IX (Papa) – 364  
PIO X (Papa) – 405, 406, 407, 408, 508  
PIO XI (Papa) – 521  
PIRATA, Joaquim – 155  
PIRES, Valério – 439  
PITA, João Rui – 353  
PITA, José Pereira de Paiva – 208, 214  
PLANCK – 105  
POMBAL, Marquês de – 25, 26, 62, 114, 115, 223, 297, 328, 374, 375, 398, 462, 464,  
465, 466, 467, 511, 519  
POMBAR – 156  
PONTES, J. M. da Cruz – 43  
PORTO, João Maria – 102  
POULAT, Émile – 407, 409

PRAIA, Duarte – 220  
PRATA, Manuel Alberto Carvalho – 29, 31, 33, 44, 47, 70, 75, 84, 92, 96, 98, 224  
PRATT, Alfredo de – 137, 138, 140, 145, 154, 157, 174, 228, 229, 233, 261, 262, 266, 275  
PRETO, Rolão – 498  
PRINCIPAL, Castro – 224  
PROENÇA, Raul – 498  
PROUDHON – 132, 338, 424  
PULIDO, Domingos Garcia – 521

## Q

QUADRO, Fausto – 156  
QUEIRÓS, Eça de – 48, 127, 132, 158, 167, 176, 183, 185, 206, 228, 307, 308, 337, 338, 346  
QUEIRÓS, Francisco Fortunato – 284  
QUEIRÓS, Marganda Vilar – 241  
QUENTAL, Antero de – 91, 127, 146, 167, 185, 217, 301, 306, 338, 381, 382, 459, 460, 484  
QUINET, Edgar – 132, 338  
QUINTANILHA, Regina da Glória Pinto de Magalhães – 83, 85, 232  
QUINTELA, Paulo – 480

## R

RAMOS, João Trigo – 129  
RAPOSO, Hipólito – 91, 122, 128, 132, 133, 140, 148, 153, 206, 220, 240, 243, 267, 302, 498, 499, 501  
RATO – 155  
REBELO, Francisco de Albuquerque – 441  
REBELO, João Vieira – 313  
REBELO, José Pequito – 133, 498, 499, 501  
REGIMENTO, Rosa – 240  
REGO, Orlando de Melo – 492  
REINACH, S. – 141  
REIS, Carlos – 21, 185, 338  
REIS, Jaime – 32  
REIS, Joaquim – 125  
REMÉDIOS, Joaquim Mendes dos – 45, 161, 290, 291  
RENAN – 338  
REVEL, Jacques – 103



RIBEIRO, Amílcar – 160  
RIBEIRO, Aquilino – 337  
RIBEIRO, Carlos – 353  
RIBEIRO, Herlander – 127, 219  
RIBEIRO, Ernesto Rodolfo Hintz – 56, 57, 398, 487  
RIBEIRO, José Maria do Casal – 459  
RIBEIRO, José Silvestre – 48  
RIBEIRO, Luís – 392  
RIBEIRO, Manuel – 88, 136, 148, 165, 188  
RIBEIRO, Maria Manuela Tavares – 21, 453, 458  
RIBEIRO, Sousa – 258  
RICOEUR, Paul – 116  
RIMBAUD – 26, 383  
ROCHA, Adolfo Correia da – 102  
ROCHA, Augusto – 290, 375  
ROCHA, Bento Serafim Coelho da – 501  
ROCHA, Clara – 296, 297, 298, 306, 307, 327, 331  
ROCHA, Pinto – 131  
RODRIGUES, Agapito Pedroso – 445  
RODRIGUES, José – 119  
RODRIGUES, Luís Filipe – 132  
RODRIGUES, Manuel Augusto – 22, 38, 39, 68, 70, 72, 74, 129, 189, 402  
ROMÃO, João – 472  
ROMERO, Carlos – 119  
ROQUE, João Lourenço – 21, 22, 87, 128, 137, 142, 143  
ROSA, Elzira Machado – 79, 83  
ROSADO, Domingos – 476  
RUTE, Maria Letícia – 114

## S

SÁ, Barros de – 370  
SÁ, Octaviano de – 131, 137, 143, 144, 154, 167, 168, 170, 191, 197, 214, 221, 230, 231, 239,  
240, 263, 273  
SÁ, Victor de – 453  
SAALFELD, Kurt – 134  
SAKHAROV, Andrei – 120  
SAINT-SIMON – 424  
SALAZAR, António de Oliveira – 37, 38, 102, 127, 133, 140, 188, 204, 219, 245, 271, 401,  
509, 510, 514

SALDANHA, Augusto Camossa Nunes – 492  
SALGUEIRO – 412, 432, 433  
SAMPAIO, Alberto da Cunha – 454  
SAMPAIO, José da Cunha – 454  
SAMPAIO, Júlio – 184  
SANCHES, António Nunes Ribeiro – 243, 246, 255, 256  
SANCHIS, Pierre – 267, 272  
SANROMÁ, Joaquim Maria – 299  
SANTO Agostinho – 148  
SANTOS, Cândido dos – 83  
SANTOS, Casimiro dos – 143  
SANTOS, Gomes dos – 402  
SANTOS, João Crisóstomo dos – 250  
SANTOS, João Pinto dos – 434  
SANTOS, José Pereira Pinto dos – 300, 447  
SANTOS, Maria Emília Balio dos – 18  
SANTOS, Maria Helena Carvalho dos – 268  
SANTOS, Maria de Lurdes Lima dos – 337  
SANTOS, Marques dos – 55, 308, 312  
SANTOS, Mendes dos – 402, 406, 430  
SANTOS, Vitorino José da Cunha – 502  
SARAIVA, A. José – 185, 346  
SARAIVA, Silvestre António – 218  
SARDINHA, António – 127, 132, 133, 152, 153, 220, 302, 498, 500, 501, 505  
SCHOPENHAUER – 385, 386  
SCHROETER, Ernesto Driesel – 480  
SCHULTZ, Uwe – 267  
SEABRA, António Luís de – 288  
SEABRA, Jorge – 22, 167, 168, 186, 187, 190, 192, 198, 201, 216, 402, 405, 408, 421  
SEBASTIÃO, D. (Rei) – 55, 522  
SEGURADO, Eduardo – 122  
SEIÇA, Vicente José de – 61  
SEOANE, Maria Cruz – 281  
SÉRGIO III (Papa) – 417  
SÉRGIO, António – 151, 152  
SERRA, José – 129  
SERRA, Mário Cameira – 112  
SERRANO, Alfredo – 313  
SERRÃO, Joel – 31, 39, 80, 337, 338, 485  
SILBERT, Albert – 376  
SILGAR, Franco – 402

SILVA, Abúndio – 402, 422, 508  
SILVA, Adriano Duarte da – 68  
SILVA, António Fernandes Duarte – 475  
SILVA, Armando Carneiro da – 86, 87, 268, 269, 270, 282, 288  
SILVA, Azevedo e – 182  
SILVA, B. M. Costa e – 135, 146, 170, 171, 225, 233, 239, 263  
SILVA, David da Restauração – 167  
SILVA, Dias da – 214  
SILVA, Gomes da – 173, 445  
SILVA, Henriques da – 48  
SILVA, Inocêncio Francisco da – 351  
SILVA, J. F. Azevedo e – 289  
SILVA, João de Ornelas da – 481  
SILVA, José Bonifácio da – 476  
SILVA, José Manuel Azevedo e – 21  
SILVA, José Maria da – 254  
SILVA, J. Reis e – 521  
SILVA, Manuel Ferreira Seabra da Mota – 288  
SILVA, Manuel José da – 481  
SILVA, Maria da Conceição do Sameiro Ferro da – 85, 232  
SILVA, Raquel Henriques da – 337  
SILVEIRA, Mouzinho da – 504  
SIMÕES, Pe Augusto – 213  
SIMÕES, António Augusto da Costa – 40, 158, 194  
SIMÕES, J. Santos – 21  
SIMÕES, Veiga – 132, 143, 209, 220  
SIRONNEAU, Jean Pierre – 106  
SNEFELDER – 225  
SOARES, Aníbal – 236, 238, 445  
SOARES, António José – 20, 122, 129, 140, 275, 276, 277  
SOARES, Fernando Machado – 272  
SOARES, Oliveira – 391  
SOBRAL, José Manuel – 103  
SOBRINHO, José Gomes de Figueiredo – 469  
SOEIRO, Abílio de Lobão – 356  
SOLÉ, Pierre – 106  
SORIANO, Luz – 117  
SOROKIN, Pitirim – 94, 96  
SOUSA, Eduardo de – 461  
SOUSA, Fernando de – 283  
SOUSA, Joaquim Duarte Moreira de – 341

SOUSA, José Ferreira Marnoco e – 102, 158, 198, 201, 226  
SOUTO, António de Azevedo Meireles do – 520  
SOUZA, Albino Rodrigues de – 144, 150, 154, 160, 233, 234  
SPENCER, H. – 26, 141, 184, 341, 349, 355, 364, 368, 369, 371, 372, 485  
SUCENA, José Rodrigues – 492

## T

TAINE – 132, 338, 341, 347, 348, 363  
TAMAGNINI, Eusébio – 202, 204  
TAVARES, Abílio Américo Belo – 481  
TÁVORA, Fernando Pinto Ferrão de Mendonça de Tavares e – 217, 218  
TEIXEIRA, Guedes – 170, 389  
TELES, Aníbal – 148, 250  
TELES, Basílio – 379, 380, 453, 456  
TELO, António José – 401, 510  
TENGARRINHA, José – 281, 282, 283, 311, 325  
TEODORICO – 425  
THIERS – 353  
TIMOTEO – 422  
TOLENTINO, Nicolau – 267  
TOLSTOI – 141, 220  
TORGAL, Gonçalo José Soares dos Reis – 171  
TORGAL, Luís Reis – 17, 22, 48, 97, 107, 110, 113, 115, 116, 117, 118, 125, 181, 206, 280,  
281, 286  
TORRES, Alberto Pinheiro – 402  
TORRES, António Pinheiro – 500, 501  
TORRES, Francisco Pinheiro – 146, 148, 176, 273  
TRINDADE, Manuel de Almeida – 19, 43, 133, 242, 398, 509, 518  
TYRREL, George – 407

## V

VALADARES, Manuel – 481  
VALE, José de Sá Ferreira Santos do – 48  
VALE, Malva do – 455, 473, 474  
VALLE, Jorge Horta e – 253  
VALENTE, António Sebastião – 397  
VALENTE, Guilherme – 481

VALENTE, Vasco Pulido – 30, 32, 35, 49, 66, 80  
VALVERDE, Jerónimo – 265, 266  
VARA, Flávio – 257  
VARELA, Isaura – 82  
VARELA, Sousa – 481  
VARGUES, Isabel Nobre – 22, 48, 224, 281  
VASCONCELOS, Almiro de – 400  
VASCONCELOS, Amadeu de – 183, 402, 500, 514  
VASCONCELOS, Antão de – 122, 126, 127, 137, 138, 139, 143, 153, 156, 157, 162, 164, 170,  
190, 193, 194, 196, 226, 228, 229, 231, 251, 263, 273  
VASCONCELOS, António Garcia Ribeiro de – 70, 71, 158, 178, 197, 242, 290, 397, 398, 517  
VASCONCELOS, António Maria Ribeiro de Abreu e – 59  
VASCONCELOS, Ernesto de – 469  
VASCONCELOS, Henriques – 393  
VASCONCELOS, José Leite de – 125, 353  
VASCONCELOS, Luís de – 271, 502  
VASCONCELOS, Maria Regina Quintanilha e – 83  
VEIGA (Juíz) – 325  
VEIGA, Alves da – 453  
VELHO, Bernardo Teixeira Leite – 249  
VELOSO, Francisco – 509, 510  
VELOSO, Rodrigo – 258, 259  
VENTURA, Carlos Simões – 71  
VERLAINE – 26, 383  
VERNEY, Luís António – 77, 242, 255, 256  
VEYNE, Paul – 110  
VIAL, Jean – 77  
VIANA, A. R. Gonçalves – 354  
VICENTE, António Pedro – 188, 205  
VICTOROFF, David – 94  
VIDAL, Angelina – 79  
VIDEIRA, Manuel Duarte – 472  
VIEGAS, António dos Santos – 44, 82  
VIEIRA, Afonso Lopes – 97, 143, 149, 152, 170, 172, 173, 233, 253  
VIEIRA, A. Paçô – 365  
VIEIRA, Idalina Fanny Balby – 68  
VILARES, Elisa Augusta – 255  
VILELA, Álvaro Machado – 192, 204, 226  
VILHENA, Henrique de – 175, 265, 266  
VILHENA, Henrique Osório Pereira de – 68  
VILHENA, João Jardim – 247

VILHENA, Júlio Marques de – 204  
VISCONDE DE SEABRA – 468  
VISCONDE DE PEDRALVA – 434  
VISCONDE DE RIBEIRA BRAVA – 434  
VISCONDE DE VILLA-MAIOR – 40, 176  
VITAL, Amadeu Ribeiro – 68  
VITAL, Fezas – 188, 205, 492  
VOLTAIRE – 361  
VON HUGEL, Frederich – 407  
VON HUMBOLDT, Wilhelm – 177  
VOVELLE, Michel – 267

## W

WAGNER – 394, 395  
WALL, Carlos – 430  
WALDECK – 214  
WEBER, Max – 95  
WOODHOUSE, Luís – 353  
WYROUBOFF – 371

## X

XAVIER, Alberto – 19, 181, 183, 185, 193, 461, 474, 475, 488

## Y

YATES, Frances A. – 110

## Z

ZALVIDOR, Ana Maria Solo de – 81  
ZOLA – 347, 348, 349, 371  
ZUQUETE, António de Oliveira – 476

## ÍNDICE GERAL

|  |    |
|--|----|
| PORTENTOSA REVISITAÇÃO .....                             | 5  |
| PREFÁCIO .....   | 15 |
| INTRODUÇÃO .....   | 17 |
| <br>   |    |
| CAPÍTULO I .....   | 29 |
| DEMOGRAFIA E SOCIOLOGIA ESTUDANTIL .....                 | 29 |
| 1. FREQUÊNCIA UNIVERSITÁRIA – 1880-1910 .....            | 30 |
| 2. FREQUÊNCIA UNIVERSITÁRIA – 1911-1926 .....            | 33 |
| 3. QUANTIFICAÇÃO POR FACULDADES E ESCOLAS .....          | 40 |
| 3.1. Faculdade de Teologia .....                         | 41 |
| 3.2. Faculdade de Direito .....                          | 46 |
| 3.3. Faculdade de Medicina .....                         | 50 |
| 3.4. Escola/Faculdade de Farmácia .....                  | 55 |
| 3.5. Faculdade de Matemática .....                       | 62 |
| 3.6. Faculdade de Filosofia .....                        | 65 |
| 3.7. Faculdade de Letras .....                           | 67 |
| 3.8. Faculdade de Ciências .....                         | 71 |
| 3.9. Escola Normal Superior .....                        | 73 |
| 4. FREQUÊNCIA FEMININA .....                             | 76 |
| 4.1. A mulher estudante na Universidade de Coimbra ..... | 81 |
| 5. LUGARES DE HABITAÇÃO .....                            | 85 |
| 5.1. Locais de Residência .....                          | 89 |
| 6. PROVENIÊNCIA GEOGRÁFICA DOS ESTUDANTES .....          | 92 |
| 7. SOCIOLOGIA ESTUDANTIL .....                           | 94 |
| 7.1. Metodologia adoptada .....                          | 96 |
| 7.2. Origem social dos alunos .....                      | 97 |
| Funcionalismo .....                                      | 98 |
| Profissões Liberais .....                                | 99 |
| Proprietários .....                                      | 99 |

|  |     |
|--|-----|
| Negociantes/Comerciantes .....                                 | 100 |
| Lavradores .....   | 100 |
| Artesãos e Operários .....                                     | 101 |
| Trabalhadores e Serviçais .....                                | 101 |
| <br>   |     |
| CAPÍTULO II .....  | 103 |
| O REAL E O IMAGINÁRIO .....                                    | 103 |
| 1. PARA UMA HISTÓRIA DO IMAGINÁRIO: BREVES CONSIDERAÇÕES ..... | 103 |
| 2. MEMÓRIA E HISTÓRIA .....                                    | 109 |
| 3. A ACADEMIA DE COIMBRA: BREVES CONSIDERAÇÕES .....           | 124 |
| 4. O REAL E O IMAGINÁRIO DO ESTUDANTE DE COIMBRA .....         | 134 |
| 4.1. A cidade .....  | 134 |
| 4.2. Os conimbricenses .....                                   | 152 |
| 4.3. As tascas .....   | 165 |
| 4.4. A Universidade .....                                      | 174 |
| 4.5. As aulas .....  | 188 |
| 4.6. Os professores .....                                      | 199 |
| 4.7. Os colegas .....  | 215 |
| 4.8. A sebenta .....   | 223 |
| 4.9. As mulheres .....   | 232 |
| 4.10. Habitação: As Repúblicas .....                           | 241 |
| 4.11. A praxe .....  | 255 |
| 4.12. A festa .....  | 267 |
| <br>   |     |
| CAPÍTULO III .....   | 279 |
| A CULTURA NOS PERIÓDICOS DA ACADEMIA .....                     | 279 |
| 1. PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO CULTURAL .....                        | 280 |
| 1.1. Instrução Pública .....                                   | 280 |
| 1.2. A imprensa .....  | 280 |
| 2. CULTURA ESTUDANTIL .....                                    | 286 |
| 2.1. Fontes .....  | 286 |
| 2.2. Características das publicações estudantis .....          | 288 |
| 2.3. Tipologia das publicações estudantis .....                | 294 |
| 3. SOCIOLOGIA DA CRIAÇÃO .....                                 | 298 |
| 3.1. A produção em grupo .....                                 | 300 |
| 3.2. Estímulos externos à produção em grupo .....              | 304 |
| 3.3. Mecanismos internos da produção em grupo .....            | 306 |
| 4. A SOCIOLOGIA DA RECEPÇÃO .....                              | 310 |
| 4.1. A falta de cultura e o desinteresse do público .....      | 310 |
| 4.2. Preencher uma lacuna .....                                | 316 |
| 4.3. A crítica .....   | 318 |



|  |         |
|--|---------|
| 5. A PRODUÇÃO E O CONSUMO .....  | 320     |
| 5.1. O problema financeiro .....   | 320     |
| 5.2. A repressão sobre a imprensa .....                                  | 323     |
| 5.3. Formas de valorizar o produto .....                                 | 326     |
| 5.3.1. Os títulos .....  | 326     |
| 5.3.2. Subtítulos, lemas e divisas .....                                 | 329     |
| 5.3.3. Textos de apresentação .....                                      | 330     |
| 5.3.4. Os sumários .....   | 331     |
| 5.3.5. O aspecto gráfico .....   | 332     |
| 5.3.6. As rubricas fixas e as rubricas com seguimento .....              | 333     |
| 5.3.7. A colaboração dos mais velhos .....                               | 334     |
| 5.3.8. A autopromoção .....  | 335     |
| 6. DIMENSÃO DA CULTURA ESTUDANTIL .....                                  | 335     |
| 6.1. A perspectiva de novos horizontes .....                             | 335     |
| 6.2. O impacto e a adesão à ideologia positivista .....                  | 339     |
| 6.2.1. Ciência e literatura .....  | 346     |
| 6.2.2. Ciências Sociais e Humanas .....                                  | 350     |
| 6.2.3. Ciência e Ilustração .....  | 354     |
| 6.2.4. Ciência e Religião .....  | 363     |
| 6.2.5. Ciência e Política .....  | 367     |
| 6.2.6. Formação de uma nova opinião pública .....                        | 371     |
| 7. A CULTURA ESTUDANTIL SOB O SIGNO DO CAPITALISMO .....                 | 375     |
| 7.1. Traços gerais da evolução económica e social: 1890-1910 .....       | 375     |
| 7.2. Pessimismo e pedantismo .....                                       | 380     |
| 7.3. Simbolismo, arte e música .....                                     | 391     |
| 8. O MOVIMENTO DA DEMOCRACIA CRISTÃ .....                                | 395     |
| 8.1. O Centro Académico de Democracia Cristã: breves considerações ..... | 396     |
| 8.2. "Estudos Sociaes" .....   | 402     |
| 8.2.1. Apresentação .....  | 402     |
| 8.2.2. A crise do modernismo .....                                       | 406     |
| 8.2.3. A questão social .....  | 424     |
| 9. SOB O SIGNO DA REPÚBLICA .....  | 434     |
| 10. UMA CULTURA DE ESCÁRNI0 E MALDIZER .....                             | 444     |
| <br>CAPÍTULO IV .....  | <br>451 |
| A PRÁTICA POLÍTICA NA IMPRENSA PERIÓDICA ESTUDANTIL .....                | 451     |
| 1. O REPUBLICANISMO ESTUDANTIL .....                                     | 453     |
| 1.1. Fontes .....  | 453     |
| 1.2. Momentos de republicanismo .....                                    | 456     |
| 1.3. República versus Monarquia .....                                    | 484     |

|  |     |
|--|-----|
| 2. MOVIMENTO MONÁRQUICO E INTEGRALISTA .....                                 | 491 |
| 3. O MOVIMENTO CATÓLICO: O <i>IMPARCIAL</i> E A REVISTA <i>ESTUDOS</i> ..... | 506 |
| CONCLUSÃO .....  | 527 |
| FONTES E OBRAS DE CONSULTA .....   | 529 |
| ÍNDICE ONOMÁSTICO .....  | 553 |

(Página deixada propositadamente em branco)

Série

Investigação

•

Coimbra  
Imprensa da Universidade

2002